UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO – FACOM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS – PÓSCOM

EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA

A NOMEAÇÃO COMO FUNDAMENTO DO JORNALISMO

Salvador
2021

EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA

A NOMEAÇÃO COMO FUNDAMENTO DO JORNALISMO

Tese produzida no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Póscom/UFBA), como requisito obrigatório à obtenção do título de doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas.

Orientadora: Profª. Drª. Lia da Fonseca Seixas.

Salvador
2021

Santana, Eder Luis Cordeiro de.
A nomeação como fundamento do jornalismo / Eder Luis Cordeiro de Santana. - 2021.
477 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Lia da Fonseca Seixas.
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2021.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo - Linguagem. 3. Jornalismo - Aspectos sociais. 4. Jornais - Manchetes. 5. Minorias sexuais - Cobertura jornalística. 6. Análise do discurso. I. Seixas, Lia da Fonseca. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 070.41
CDU - 070.1

Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA (POSCOM)

ATA Nº 1

Ata n° 1 da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA (POSCOM), realizada em 03/12/2021, para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS, área de concentração Comunicação e Cultura Contemporâneas, do candidato EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA, de matrícula 217119584, intitulada A nomeação como fundamento do jornalismo. Às 14:30 do citado dia, por Videoconferência, foi aberta a sessão pela presidente da banca examinadora Profª. Dra. LIA DA FONSECA SEIXAS que apresentou os outros membros da banca: Prof. MARCOS SILVA PALACIOS, Prof. Dr. MARCUS ANTÔNIO ASSIS LIMA, Prof. Dr. FELIPE SIMÃO PONTES e Prof. Dr. CARLOS EDUARDO FRANCISCATO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pela presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pela presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. MARCUS ANTÔNIO ASSIS LIMA, UESB

Examinador Externo à Instituição

Dr. FELIPE SIMÃO PONTES, UEPG

Examinador Externo à Instituição

Dr. CARLOS EDUARDO FRANCISCATO, UFS

Examinador Externo à Instituição

MARCOS SILVA PALACIOS, UFBA

Examinador Interno

Dra. LIA DA FONSECA SEIXAS, UFBA

Presidente

EDER LUIS CORDEIRO DE SANTANA

A maneira como as pessoas são nomeadas no discurso noticioso pode ter um impacto significativo na maneira como são vistas. Todos nós possuímos simultaneamente uma variedade de identidades, papéis e características que poderiam ser usadas para nos descrever de maneira igualmente precisa, mas não com o mesmo significado. A maneira pela qual os atores sociais são nomeados identifica não apenas o(s) grupo(s) ao qual estão associados (ou pelo menos os grupos aos quais o falante/escritor deseja que eles estejam associados), também pode sinalizar a relação entre o nomeador e o nomeado.

(John E. Richardson, 2007, tradução nossa)

Santana. E.L. (2021). *A nomeação como fundamento do jornalismo* [tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório institucional da UFBA.

RESUMO

A tese defende que a nomeação se constitui em um dos fundamentos do jornalismo. Entende-se nomeação como fenômeno da linguagem responsável por dar a conhecer a respeito de objetos do discurso cruciais à produção da notícia. No jornalismo, defende-se neste trabalho que as palavras nomeadoras são cruciais desde o processo de elaboração da pauta à edição, pois, ao nomear, o jornalista recorre a um dos princípios basilares da sua função: a exatidão. Nesse contexto, a prática jornalística da nomeação é elaborada no processo de seleção e uso de determinados termos em detrimento de outros. Considera-se crucial nesse processo refletir sobre o jornalismo como forma de conhecimento (Park, 1972; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992, 1997; Sponholz, 2007, 2009) sem perder de vista seu caráter de instituição social legitimada para narrar o presente que, na atualidade, produz conhecimento em um contexto de inovação (Franciscato, 2005, 2018, 2019, 2020a, 2020b) reconhecidamente envolvo em um ecossistema pós-industrial de produção noticiosa (Anderson et al., 2013). Primeiro, um levantamento bibliográfico apresenta como diferentes áreas do saber colaboram para pensar a nomeação no discurso e seu diálogo com o jornalismo. Recorremos a perspectiva interacionista da linguística textual e o entendimento de referenciação (Mondada, 2020; Koch, 1998, 2001, 2003, 2020) e apresentamos a concepção de presença da nova retórica na teoria da argumentação (Perelman, 2014; Breton, 2003). No âmbito metodológico, a pesquisa está ancorada na análise de conteúdo, mais precisamente na técnica da análise da coocorrência, também conhecida como análise de contingência (Krippendorff, 2004; Bauer, 2005; Bardin, 2016). A base para coleta do *corpus* são três jornais que aparecem, ano após ano, entre os de maior tiragem nacional: Folha de S.Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo. Foram analisados 387 enunciados separados entre informativo e opinativo. A proposta foi realizar uma análise diacrônica com conteúdos publicados em diferentes momentos históricos, de 1969 a 2019. A intenção foi identificar como a nomeação de um determinado grupo social, a comunidade LGBTQIA+, sofreu alteração ao longo de 50 anos. Entre as considerações finais está a localização de diferentes modalidades da prática jornalística da nomeação.

Palavras-chave: Nomeação. Nome. Jornalismo. Teorias do jornalismo. LGBTQIA+.

Santana. E.L. (2021). *Naming as a foundation of journalism* [doctoral thesis, Universidade Federal da Bahia]. Repositório institucional da UFBA.

ABSTRACT

The thesis argues that naming is one of the foundations of journalism. Naming is understood as a phenomenon of the language responsible for making known about speech objects crucial to the production of news. In journalism, it is argued in this paper that nominating words are crucial from the process of preparing the agenda to editing, because by naming the journalist uses resort to one of the basic principles of his function: accuracy. In this context, the journalistic practice of naming is elaborated in the process of selecting and using certain terms to the detriment of others. It is considered crucial in this process to reflect on journalism as a form of knowledge (Park, 1972; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992, 1997; Sponholz, 2007, 2009) without losing sight of its character as a legitimate social institution to narrate the present and elaborate knowledge in an innovation context (Franciscato, 2005, 2018, 2019, 2020a, 2020b) and admittedly involved in a post-industrial news production ecosystem (Anderson et al., 2013). A literature review presents how different areas of knowledge collaborate to think about naming in speeches and their dialogue with journalism. We initially resorted to the interactionist perspective of textual linguistics and the understanding of referencing (Mondada, 2020; Koch, 1998, 2001, 2003, 2020) and the concept of the presence of the new rhetoric in the theory of argumentation is presented (Perelman, 2014; Breton, 2003). In the methodological scope, the research is anchored in content analysis, more precisely in the co-occurrence analysis technique, also known as contingency analysis (Krippendorff, 2004; Bauer, 2005; Bardin, 2016). The basis for collecting the corpus is three newspapers that appear, year after year, among those with the largest national circulation: Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo and O Globo. We analyzed 387 statements found in content separated between informative and opinionated. The proposal was to carry out a diachronic analysis with content published at different historical moments, from 1969 to 2019. The intention was to identify how the nomination of a particular social group, the LGBTQIA + community, has changed over 50 years. Among the final considerations is the location of different modalities of the journalistic practice of the nomination.

Key words: Naming. Name. Journalism. Theories of journalism. LGBTQIA+.

AGRADECIMENTOS

O doutorado era um sonho que, muitas vezes, considerei impossível de ser realizado. Em algumas ocasiões, antes mesmo do mestrado, duvidei da minha capacidade de deixar de ser apenas "jornalista de redação" para me tornar o que sou hoje, um jornalista que transita entre o mercado e a academia com firmeza e consciência de como são as dinâmicas de produção nesses dois universos.

Portanto, agradeço a todas as pessoas que, de algum modo, sinalizaram que eu tinha capacidade de ocupar novos espaços. Amigas, amores, colegas de trabalho e da universidade, minha orientadora, minhas alunas e alunos. Agradeço cada palavra de afeto e força recebida ao longo desse ciclo. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro oferecido.

Enfrentei momentos difíceis nesses quatro anos do doutorado. O cenário nacional insistia em desviar minha atenção. De 2017 a 2020, tivemos um presidente que estava no poder após contribuir no golpe contra Dilma Rousseff e, para piorar, nesse período assistimos ao crescimento da onda conservadora que reverberou na eleição do que hoje, lamentavelmente, está exposto no Executivo nacional.

Sofri impactos emocionais, tive medo e, durante muitos meses, minha única preocupação era ir às ruas gritar "ele não". A vilania instalada no Brasil tornava minha tese algo secundário, um projeto pessoal que poderia ficar para depois diante da barbárie política e social no Brasil.

Para completar, no último ano do doutorado, o coronavírus se instalou entre nós. A contagem de infectados era diária, os números de óbitos eram estampados nos jornais, as relações humanas foram reconfiguradas e o isolamento social mexeu com a estrutura física e emocional de um sujeito que, mais uma vez, se viu obrigado a considerar sua tese de doutorado como algo secundário diante de um tenebroso contexto social.

Faço este relato como forma de agradecimento. Sou grato a todas as pessoas que acreditaram e disseram: “Calma, bote sua cabeça no lugar e foque na tese!”. Muito obrigado!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Província de São Paulo.....175
Figura 2 – Definições da análise de conteúdo.....157
Figura 3 – Matriz de contingência.....170
Figura 4 – Modelo de diagramas de Venn.....172
Figura 5 – Nomeações 1969 (nuvem de palavras).....191
Figura 6 – Nomeações 1979 (nuvem de palavras).....192
Figura 7 – Nomeações 1989 (nuvem de palavras).....192
Figura 8 – Nomeações 1999 (nuvem de palavras).....193
Figura 9 – Nomeações 2009 (nuvem de palavras).....193
Figura 10 – Nomeações 2019 (nuvem de palavras).....194
Figura 11 – Coocorrência nos elementos de edição (1969).....196
Figura 12 – Coocorrência nos elementos de edição (1979).....198
Figura 13 – Coocorrência nos elementos de edição (1989).....205
Figura 14 – Coocorrência nos elementos de edição (1999).....212
Figura 15 – Coocorrência nos elementos de edição (2009).....220
Figura 16 – Coocorrência nos elementos de edição (2019).....226
Figura 17 – Coocorrência no discurso indireto (1969).....234
Figura 18 – Coocorrência no discurso indireto (1979).....240
Figura 19 – Coocorrência no discurso indireto (1989).....244
Figura 20 – Coocorrência no discurso indireto (1999).....249
Figura 21 – Coocorrência no discurso indireto (2009).....253
Figura 22 – Coocorrência no discurso indireto (2019).....257
Figura 23 – Coocorrência no discurso direto (1969).....263
Figura 24 – Coocorrência no discurso direto (1979).....265
Figura 25 – Coocorrência no discurso direto (1989).....272
Figura 26 – Coocorrência no discurso direto (1999).....275
Figura 27 – Coocorrência no discurso direto (2009).....278
Figura 28 – Coocorrência no discurso direto (2019).....281

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Palavra nomeadoras para análise da coocorrência.....195

Tabela 2 – Nomeação nos elementos de edição.....232

Tabela 3 – Nomeação no discurso indireto.....261

Tabela 4 – Nomeação no discurso direto.....290

Tabela 5 – Tipos de fontes no discurso direto.....290

Tabela 6 – Conteúdos encontrados na expressão opinativa.....291

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Média de circulação – Estado de S.Paulo.....176
Gráfico 2 – Média de circulação – Folha de S.Paulo.....178
Gráfico 3 – Média de circulação – O Globo.....180
Gráfico 4 – Composições encontradas.....190
Gráfico 5 – Divisão entre notícia e opinião.....190
Gráfico 6 – Nomeação do preconceito "homofobia" (notícia, 2009).....356
Gráfico 7 – Nomeação do sujeito preconceituoso (notícia, 2009).....356
Gráfico 8 – Homofobia na notícia (2009).....357
Gráfico 9 – Homossexual ou gay? (notícia, 1969 – 2019).....358
Gráfico 10 – Homossexualidade ou homossexualismo? (notícia, 1969 – 2019).....361
Gráfico 11 – Uso do termo "homofobia" nos jornais (2019).....362
Gráfico 12 – Nomeação do crime (notícia, 2019).....363
Gráfico 13 – Notícias coletadas.....400
Gráfico 14 – Conteúdo opinativo coletado.....403

SUMÁRIO

PARTE I

INTRODUÇÃO.....11

1 Nomeação: um problema filosófico, sociológico e linguístico.....19

1.1 A filosofia como ponto de partida.....19
1.2 O nome como signo linguístico.....26
1.2.1 A onomástica e os nomes próprios.....29
1.3 Nomeação pelos marcadores sociais da diferença.....33

2 Jornalismo como forma de conhecimento.....38

2.1 Robert Park: o começo dos estudos.....39
2.2 Adelmo Genro Filho: a pirâmide e a singularidade.....47
2.3 Eduardo Meditsch: jornalismo e saber.....53
2.4 Perspectivas atuais no ecossistema pós-industrial.....58

3 A nomeação como fundamento do jornalismo.....76

3.1 O nome nas notícias: a busca pela exatidão.....79
3.2 Os nomes acompanham o jornalismo historicamente.....84
3.3 Nomeação e credibilidade.....94
3.4 Nomeação para o espetáculo do jornalismo.....102
3.5 Nomeação de objetos: semiótica das relações.....108
3.6 Nomeação como ato de comunicação.....112
3.7 Nomeação como etapa da produção da notícia.....120
3.8 Nomeação como estigma e argumento.....127
3.9 Nomeação e o objeto do discurso.....132

PARTE II

4 Metodologia

4.1 Análise de conteúdo e sua relação com texto e contexto....156
4.2 Aplicação na pesquisa.....165

4.3 Unidades de registro (o cálculo do IRC).....167
4.4 Unidades de contexto e codificação.....168
4.5 Matriz de contingência e resultados.....170
4.6 Os jornais pesquisados.....172
4.7 Categorias de análise da prática jornalística da nomeação..181

5 Análise

5.1 Elementos de edição.....196
5.1.1 Elementos de edição em 1969 e 1979.....196
5.1.2 Elementos de edição em 1989 e 1999.....205
5.1.3 Elementos de edição em 2009 e 2019.....219
5.2 Discurso indireto.....233
5.2.1 Discurso indireto em 1969 e 1979.....234
5.2.2 Discurso indireto em 1989 e 1999.....243
5.2.3 Discurso indireto em 2009 e 2019.....253
5.3 Discurso direto.....261
5.3.1 Discurso direto em 1969 e 1979.....262
5.3.2 Discurso direto em 1989 e 1999.....271
5.3.3 Discurso direto em 2009 e 2019.....277
5.4 O caso hijras.....287
5.5 Expressão opinativa.....291
5.5.1 Editorial.....291
5.5.2 Colunas.....294
5.5.3 Artigos.....311
5.5.4 Críticas.....326
5.5.5 Cartas de leitores.....335
5.5.6 Depoimentos.....340
5.6 Olhar diacrônico na prática jornalística da nomeação.....343
5.7 Nomeações e o contexto social.....366
5.7.1 Década de 1960.....366
5.7.2 Década de 1970.....373
5.7.3 Década de 1980.....377
5.7.4 Década de 1990.....381
5.7.5 Década de 2000.....383
5.7.6 Década de 2010.....387

6 Considerações finais.....393

Referências bibliográficas.....415

Apêndice.....429

Anexos.....440

INTRODUÇÃO

Manchete da Folha de S.Paulo no dia 21 de novembro de 2020: “Homem negro morre espancado por seguranças do Carrefour no RS”. Mais de duas décadas antes, em 1999, o mesmo jornal publicou a notícia “Tribunal reconhece união entre lésbicas no Rio Grande do Sul”. Em O Globo, a busca pela cura do HIV foi noticiada em 1989 com o título “Vacina reativa as defesas de aidéticos”. Dez anos antes, em 1979, ainda em O Globo, um tensionamento social foi retratado na notícia “Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais”.

Separadas por mais de quatro décadas, o que essas notícias têm em comum?

Esta tese tem o objetivo de refletir a respeito do que gira em torno da pergunta acima. A manchete e os títulos apresentados são exemplos de como, ao longo dos anos, o discurso jornalístico tem nomeado sujeitos não apenas pelos nomes próprios, mas por outras possibilidades lexicais que envolvem marcadores sociais da diferença, posições sociais, dentre outros aspectos da sociabilidade. Nomeia-se o sujeito espancado como “homem negro”, assim como “lésbicas” são as merecedoras de reconhecimento jurídico e “aidéticos” são confrontados com uma vacina.

Simultaneamente, o nome próprio é, e sempre será, um dos elementos mais importantes a ser destacado em qualquer jornal. “Morre Diego Armando Maradona”, anunciou a manchete da Folha de S.Paulo no dia 26 de novembro de 2020. No mesmo dia, o Estado de S.Paulo opta por manchete ligada às eleições municipais: “Covas mantém vantagem sobre Boulos a quatro dias do 2º turno”. Ou seja, no jornalismo, nem todo nome próprio é merecedor de destaque na manchete.

Desse modo, defende-se nesta pesquisa a nomeação como fundamento do jornalismo, como razão de ser enraizada no processo de elaboração da notícia. O jornalismo é aqui entendido como forma de conhecimento, mas não um conhecimento desinteressado e baseado no senso comum, e sim, um modo de conhecimento produzido a partir de método próprio e capaz de promover a construção da realidade midiática

a partir das realidades física e social que compõem o mundo (Sponholz, 2007, 2009).

A notícia, por sua vez, é o produto basilar do campo jornalístico e se constitui a partir de uma complexa rede social (Traquina, 2012). Para existirem socialmente, o jornalismo e as notícias precisam dos recursos da linguagem. Recorremos a Saussure (2006) para entender a linguagem como algo que carrega em si dois lados, o individual e o social, conectados de tal modo que a configuram como sistema estabelecido nas relações humanas e que, ao mesmo tempo, prevê evoluções visíveis por meio da língua e da fala. A linguagem opera em todas as camadas da sociabilidade, sem perder de vista que atua mesmo em estruturas fisiológicas e psíquicas.

Como fenômeno da linguagem, a nomeação é considerada uma ferramenta para dar a conhecer sobre as coisas do mundo. Na perspectiva foucaultiana, as palavras são fortalecidas pela proposição que carregam, e o discurso é formado também por palavras estabelecidas como nomeadoras de determinados elementos do mundo. O conhecer e a linguagem estão relacionados, assim como as palavras e as coisas estão entrecruzadas (Foucault, 2016). Então, o conhecimento do jornalismo é engendrado na seleção das palavras e nos modos como determinados objetos do fato jornalístico são nomeados para o público.

Esta tese é dividida em duas partes. A primeira reúne quatro capítulos teóricos que ajudam a identificar a complexa relação entre nomeação e jornalismo. No capítulo um, são apresentadas as bases para compreender a nomeação a partir da filosofia, linguística e sociologia. Parte-se da obra seminal na reflexão em torno das palavras e seus conceitos, o diálogo platônico Crátilo.

Em seguida, é apresentada a perspectiva da linguística que associa os nomes a signos linguísticos. Os escritos de Ferdinand de Saussure em sua obra póstuma *Curso de Linguística Geral*, escrita em 1916, são cruciais para pensar os nomes a partir de duas características primordiais do signo linguístico: a arbitrariedade e o caráter linear do significante. O complemento desse trecho é acionado com contribuições encontradas na onomástica, ramo do conhecimento conhecido como estudo dos nomes.

Por fim, o desfecho desse capítulo traz o olhar da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2014) para pensar a nomeação possível além dos nomes próprios. Acionamos o conceito de "tipificações da interação social" para pensar como as relações sociais podem ser nomeadas a partir de características específicas das próprias relações sociais e dos sujeitos envolvidos. Mesmo sem investir no conceito de nomeação, desde a década de 1960 Berger e Luckmann (2014) traziam pistas de como a realidade só existe com a aplicação de nomes.

O segundo capítulo é dedicado ao jornalismo como forma de conhecimento. É feito um amplo apanhado dessa perspectiva teórica a partir de Park (1972) e a noção de notícia como forma de conhecimento para, em seguida, avançarmos em contribuições mais complexas como a de Genro Filho (2012) e Sponholz (2007, 2009).

Há preocupação em pensar a forma de conhecimento do jornalismo a partir de leituras atualizadas em um contexto de produção jornalística marcada pela inovação (Franciscato, 2018, 2019, 2020a, 2020b) e dentro das configurações do jornalismo pós-industrial e seu novo ecossistema midiático (Anderson et al., 2013; Lückman, 2020).

O terceiro capítulo mostra como a relação entre os nomes e o jornalismo é secular. Desde que os primeiros jornais surgem, no século XVII, sempre foi necessário identificar para informar. Projetamos nesse trecho a tese central deste estudo, a nomeação como fundamento do jornalismo. Partimos do princípio de que a exatidão das informações é um importante pilar na produção jornalística e, dentro dela, está a relação estabelecida com as palavras nomeadoras.

Recorremos a Reginato (2019) para pensar como a finalidade de "informar de modo qualificado" passa pela precisão de como se nomeia algo ou alguém, ao mesmo tempo em que essa temática remete à questão da objetividade (Tuchmann, 1999) e as nuances da identificação de fontes. Além disso, são apresentadas conexões entre a nomeação e a credibilidade, com o espetáculo do jornalismo e como ato de comunicação.

Esse trecho é reforçado com uma sistematização da obra de Nilson Lage e sua interlocução com a temática da pesquisa. Desde o final da

década de 1970, Lage (1998, 2000, 2001b, 2002, 2005) tem trazido relevantes contribuições ao pensar a nomeação como etapa de produção da notícia. Suas reflexões estão calcadas na noção de escolha lexical feita pelo jornalista e como a seleção de determinados termos, em detrimento de outros, não somente transmite sentidos diversos como exerce influência em grupos sociais que utilizam a linguagem como arena de disputa na sociedade.

No capítulo quatro, são apresentadas três concepções básicas da prática jornalística da nomeação. Cada uma delas é estruturada em aspectos teóricos que possuem um ponto em comum: o objeto do discurso. Ao fazer um sobrevoo por cada uma delas, busca-se evidenciar como tudo que é nomeado pelo jornalismo, em alguma medida, torna-se objeto do discurso e colabora para o conhecimento produzido. Ao final de cada apanhado teórico, são apresentadas definições autorais para a prática jornalística da nomeação.

As concepções teóricas do capítulo quatro são ancoradas em modos distintos de pensar o objeto do discurso. Existe a perspectiva interacionista da linguística textual e a referenciação (Mondada, 2020; Koch, 1998, 2001, 2003, 2020). Por fim, é acionada a noção de presença da nova retórica na teoria da argumentação (Perelman, 2014; Breton, 2003).

A segunda parte do trabalho envolve aspectos metodológico e práticos da pesquisa. A análise de conteúdo é apresentada como método ordenado em técnicas de análise das comunicações que colabora na evidenciação de determinados referentes sistematizados em um conjunto de textos ou imagens disponíveis em uma base de publicação (Neuendorf, 2002; Krippendorff, 2004; Bauer, 2015; Bardin, 2016). São acionados ainda especificidades para pensar a análise de conteúdo jornalística (Herscovitz, 2010).

É também apresentado o conceito de análise da coocorrência, conhecida como análise de contingência (Krippendorff, 2004; Bauer, 2005; Bardin, 2016), técnica da análise de conteúdo que ajudou a identificar como palavras nomeadoras foram aplicadas em textos informativos e opinativos ao longo de cinco décadas. Como será

explicado, existem duas peculiaridades na análise de coocorrência: a sua origem na psicologia e a possibilidade de utilizá-la com intuito de encontrar relações entre elementos específicos no *corpus* textual amplo.

O *corpus* da pesquisa foi construído por conteúdos publicados nos três jornais nos meses de junho de 1969, 1979, 1989, 1999, 2009 e 2019. Foram coletados todos os conteúdos relacionados ao público LGBTQIA+, sigla que, ao longo deste trabalho, representa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queers, intersex e assexuais. O símbolo +, por sua vez, é utilizado para especificar que o acrônimo é também inclusivo a qualquer outra identidade e orientação sexual não contemplada nas outras letras.

É oferecida uma breve história dos três jornais que servem de base para coleta do *corpus* desta pesquisa: Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo. São jornais de referência que funcionam como produtos importantes em grupos de comunicação reconhecidos no mercado editorial brasileiro.

Todos os três jornais integram o seleto grupo de periódicos que, ano após ano, apresentam os maiores índices de circulação registrados pelo Instituto de Verificação de Comunicação (IVC). O mais antigo deles é o Estado de S.Paulo, que surge com o nome A Província de São Paulo, e faz parte de uma ampla lista de periódico que, à época, lutavam contra a monarquia e pela abolição do sistema de escravidão. Os outros dois têm origens que remontam o cenário nacional da década de 1920.

Alguns pontos precisam ser justificados na escolha do *corpus*. O primeiro deles é a coleta realizada nos meses de junho ao longo de cinco décadas. A proposta aqui apresentada é de uma análise diacrônica e com potencial de verificação da linguagem utilizada nos jornais de referência em diferentes momentos da história recente. Tomou-se como marco histórico a revolta de Stonewall, também chamado de O Levante de Stonewall.

O caso aconteceu em 28 de junho de 1969, no bar Stonewall, em Nova York. O local era frequentado majoritariamente por homens gays, sendo alvo constante de batidas policiais por vender bebidas sem alvará e apresentar shows de dançarinos nus. Naquela noite, o público se rebelou

contra a violência policial e, durante três dias, atos de violência foram registrados contra o poder opressor do Estado (Jagose, 1996; Knauer, 2011).

Nessa época, a Associação Americana de Psiquiatria ainda considerava a homossexualidade como doença causada por desordem mental, e predominava nos estados norte-americanos marcos legais contrários às práticas sexuais tidas como anormais (Knauer, 2011). O ato de insubordinação e resistência em Stonewall representou a eclosão do movimento de defesa dos direitos dos homossexuais nos Estados Unidos e, em seguida, em outras partes do mundo (inclusive no Brasil, como será visto ao longo do trabalho).

À época, mesmo a imprensa local norte-americana pouco visibilizou o fato que, anos depois, se tornaria mais do que um marco histórico e daria início às marchas do orgulho que acontecem anualmente em diversas cidades. Como explica Jagose (1996, p.32, tradução nossa[1]): "Stonewall está seguramente localizado como a origem mítica da liberação homossexual".

> Apesar desta falta de notoriedade, os motins de Stonewall fornecem uma importante linha histórica de demarcação porque a face pública da homossexualidade mudou para sempre nos anos imediatamente após os motins com o surgimento do Movimento de Libertação Gay vocal e de confronto que introduziu à nação o conceito de "orgulho gay" (Knauer, 2011, p.13, tradução nossa[2]).

Em 2019, durante a execução dessa pesquisa, foram celebrados os 50 anos de Stonewall, algo significativo para quem luta pelos direitos humanos e, especialmente, para quem abraça a causa do reconhecimento das dissidências sexuais e de gênero. Ao projetar Stonewall como marco delimitador do *corpus*, tentou-se elaborar um olhar diacrônico para observar como as lutas do movimento hoje conhecido com LGBTQIA+ estão fincadas na linguagem e no modo como esses sujeitos reivindicam o modo de aparecimento na imprensa.

Inicialmente, esta análise surge tendo como problema a seguinte questão: "Como a comunidade LGBTQIA+ foi nomeada pelo jornalismo

[1] Trecho original: Stonewall is located securely as the mythical origin of gay liberation.

[2] Trecho original: Despite this lack of notoriety, the Stonewall riots provide an important historical line of demarcation because the public face of homosexuality was forever changed in the years immediately following the riots with the emergence of the vocal and confrontational Gay Liberation Movement that introduced the nation to the concept of "gay pride"

desde a revolta de Stonewall?". O objetivo era traçar esse mapeamento das nomeações possíveis em contexto com o cenário de luta por visibilidade e direitos dessa parcela da população. No entanto, com o desenrolar da pesquisa, o fenômeno da linguagem apresentou-se mais complexo do que era previsto.

Percebemos que a nomeação da comunidade LGBTQIA+ nos jornais é apenas mais um fragmento da complexidade da nomeação como fenômeno da linguagem provedor do que chamamos aqui de prática jornalística da nomeação. Como será visto, a análise de conteúdo revela com a nomeação observada nos jornais é reflexo de distintos momentos históricos para a comunidade LGBTQIA+.

Na sequência, o capítulo seis serve como explicação prévia das categorias de análise que balizam a análise no capítulo seguinte. São apresentadas cinco modalidades de aplicação da prática jornalística da nomeação, todas atreladas ao princípio da exatidão, algo crucial à produção da notícia. São elas: (1) nomeação pela rotulação do sujeito; (2) nomeação pelo marcador social; (3) nomeação para classificar referente; (4) nomeação da sexualidade dissidente; (5) nomeação da violência.

No capítulo sete consta a análise desenvolvida de modo a apresentar as nomeações encontradas em cada período. Nas notícias, a análise é feita de modo fragmentado. Observa-se os elementos de edição (título, linha-fina, legenda, etc.) para, em seguida, se debruçar nos modos de nomear identificados no discurso direto e indireto. Em contrapartida, uma outra análise é feita apenas nos textos do gênero opinativo; são separados em artigos, colunas, editoriais, críticas e cartas dos leitores.

Ao longo deste trabalho, a relação entre nomeação e jornalismo é o mote central para contribuições que esperamos deixar para as teorias do jornalismo. Independentemente da perspectiva teórica adotada para se pensar o processo de comunicação associado ao jornalismo, é inegável que as notícias são elaboradas socialmente a partir de determinado modo de enxergar a realidade. Aqui, nossa função é contribuir na consolidação de que, além de ser uma construção social da realidade, a notícia só existe a partir da prática jornalística da nomeação responsável por nomear

objetos do discurso integrantes da realidade construída. Portanto, a nomeação é um fundamento do jornalismo.

1 Nomeação: um problema filosófico, sociológico e linguístico

Antes de ser um fundamento do jornalismo, a nomeação é um fenômeno da linguagem e, portanto, tem sido desbravada por diferentes áreas do conhecimento. Neste capítulo, vamos problematizar o conceito de nomeação a partir de abordagens distintas da filosofia, onomástica linguística e sociologia. Importante ressaltar que nomear é entendido como processo ligados às palavras e as coisas, e não apenas aos nomes próprios. A partir dessa revisão bibliográfica, será defendido posteriormente que, no jornalismo, existe uma dinâmica própria associada à nomeação.

1.1 A filosofia como ponto de partida

A Antiguidade Clássica é o ponto de partida para pensar a nomeação. É na Grécia Antiga que nascem os primeiros registros de inquietações sistematizadas em torno das palavras e os conceitos associados a determinados referentes. O texto seminal dessa reflexão é o diálogo platônico Crátilo (escrito entre 390 – 385 a.C.). Nessa obra, considerada como o tratado mais antigo sobre a linguagem da cultura ocidental (Vieira, 2014), é possível identificar Sócrates diante de indagações feitas por dois interlocutores, Hermógenes e Crátilo, acerca da relação estabelecida entre o nome e o objeto da nomeação.

A narrativa de Platão, em uma tentativa de disseminar aprendizados socráticos, estabelece não apenas as primeiras reflexões filosóficas sobre a língua e linguagem como inaugura inquietações que seguiram por séculos, como por exemplo o histórico debate: palavras têm origem aleatórias/arbitrárias ou são convenções estabelecidas nas relações humanas?

Para Platão, nomear é uma ação, algo relativo às coisas. Assim, o nome é um instrumento que assume duas funções em relação ao seu referencial: informativa e distintiva. A relação informativa estabelece que a partir do nome são fornecidas informações voltadas ao nomeado, enquanto na lógica distintiva percebe-se que, ao reproduzir uma

nomeação, o falante busca distinguir o que é objeto do seu discurso. Uma das reflexões platônicas é, justamente, perceber como as nomeações demarcadas nos nossos discursos refletem algo maior: o papel de nomear atribuído a alguém.

O filósofo pondera que um nome não pode ser colocado por um humano qualquer, e sim, pelo nomeador que reside entre os humanos. E ser um nomeador na sociedade, na visão socrática, envolve um trabalho de consciência relacionado à coisa nomeada, sua relação com os sons e sílabas e a correspondência feita entre o nome e o nomeado. Assim, nomes são elementos que, isoladamente, são insuficientes para ensinar sobre a existência das coisas. Deve-se pesquisar a coisa em si mesma, caso haja inquietações sobre sua real presença, como aparece no trecho abaixo, que reproduz parte do diálogo entre Crátilo e Sócrates.

> Sócrates – Então, se é possível, em geral, tanto aprender sobre as coisas através dos nomes quanto através delas mesmas, qual seria um aprendizado mais charmoso e claro? Aprender algo a partir da representação, se é uma representação charmosa e traz a verdade daquilo de que ela é uma representação, ou a partir da verdade dela mesma e, desta, também ser produzida sua representação expressiva?
>
> Crátilo – Na minha opinião, é obrigatório que seja pela verdade.
>
> Sócrates – De que maneira se deve aprender ou descobrir aquilo que existe talvez seja algo muito grande para ser conhecido por mim ou por você. Convém nos contentarmos com a confirmação do seguinte: não é a partir dos nomes, mas sim muito mais a partir das coisas que convém aprender e investigar elas mesmas ou os seus nomes.
>
> Crátilo – Assim parece, Sócrates. (Platão, 2014, pp.97 – 98).

Assim, o nome é uma evidenciação da coisa, uma representação que funciona na lógica do movimento, haja vista que os objetos não são estanques em sua materialidade e seguem em constante movimento. Logo, a filosofia da antiguidade nos ensina que se nenhum retrato é a cópia fiel do retratado, nenhum nome é representação que abarque a completude do nomeado.

> A conclusão é que os nomes não servem para ensinar sobre a existência das coisas. Para tanto, deve-se pesquisar as coisas elas mesmas. Essa posição, se lida de maneira extrema, leva à dificuldade de que teria sido postulada uma investigação sem nomes, o que seria difícil no âmbito da dialética. Uma leitura mais amena é possível segundo a qual os nomes são usados como instrumentos referenciais que permitem tratar, agrupar e comparar as coisas nomeadas sem que sua capacidade descritiva seja usada como caminho para entendê-las. (Vieira, 2014, p.98).

Para Abbagnano (2007, p.714), a ideia socrática de nome como instrumento capaz de informar e distinguir as existências associa a problemática da nomeação a todas as expressões linguísticas. Aristóteles, discípulo de Platão, aparece nessa discussão como o primeiro a analisar especificamente o nome no discurso ao defini-lo como "som vocal significativo por convenção, que prescinde do tempo e cujas partes não são significativas se tomadas separadamente".

Nesse sentido, a expressão "prescindir tempo" tem a função de distinguir os nomes dos verbos, haja vista que estes sempre são detentores de determinação temporal. Assim, na correlação entre nomeação e história do estudo da linguagem, os filósofos da Antiguidade aparecem demarcados pela inquietação ligada à relação entre o conceito e a palavra.

É importante ressaltar que outros povos antigos deixaram registros de interesse pelos estudos da linguagem. No século IV antes de Cristo, por exemplo, povos hindus estudaram a própria língua a fim de garantir a precisão em seus textos sagrados, escritos que, por sinal, só foram descobertos pelo Ocidente no final do século XVIII (Petter, 2008).

Ao longo dos séculos, novas inquietações foram instituídas no âmbito da linguagem até que, na Idade Média, instaura-se a conhecida "querela dos universais", embate filosófico entre adeptos de duas correntes de pensamento, o nominalismo e o realismo, ambas geradas no século XV a partir da Escolástica (Abbagnano, 2007). A pergunta central nessa disputa é: as categorias nomeadas existem por que os humanos reconhecem distinções reais no mundo a sua volta ou essas categorias são convenções arbitrárias, apenas nomes para coisas que têm potencial de categoria porque há concordância em usá-las de determinado modo?

O termo nominalismo foi cunhado no início do século XV, enquanto realismo surge no final do mesmo século. O nominalismo representou uma das principais correntes da Escolástica, enquanto o realismo é tido como a mais antiga vertente da Escolástica, em oposição ao nominalismo (Abbagnano, 2007). Como instituição social de determinada época, a Escolástica representava os ensinamentos filosóficos e teológicos ministrados na Europa, especialmente entre os séculos IX e XVII.

A palavra escolástica pode ser definida como “doutrina da escola” (Japiassú & Marcondes, 2001) ou “filosofia da escola” (Abbagnano, 2007). Entre suas características básicas estão a busca pela conciliação de dogmas da fé cristã e a disseminação das verdades reveladas nas escrituras sagradas. É no âmago de filosofia cristã, então, que correntes filosóficas entram em disputa para pensar a relação entre as palavras e os nomes a partir de diferentes perspectivas.

O nominalismo ganha força, principalmente, a partir de obras do teólogo Guilherme de Ockham (1288–1347), e vem dele parte da crença de que as categorias são nomes de coisas estabelecidas em comum acordo entre humanos. Assim, parte do que vemos é uma criação anterior à nossa própria percepção. Filósofos nominalistas defendiam que as ideias gerais (ou universais) não tinham nenhuma existência real na mente humana, seja enquanto conceitos ou forma material (Japiassú & Marcondes, 2001; Abbagnano, 2007; Boswell, 1989).

Nesse sentido, as palavras seriam apenas signos linguístico e os nomes, por sua vez, são palavras sem nenhuma realidade além delas mesmas. Do âmbito científico, o nominalismo avançou na metade do século XIX prevendo a ciência não como meio de descrever o mundo, e sim, como um discurso coerente a respeito da realidade (Japiassú & Marcondes, 2001).

O realismo, em contrapartida, é a corrente filosófica defensora de uma realidade exterior, autônoma à vontade humana, e que se impõe entre uma miríade de acontecimentos e possibilidades. Assim, na perspectiva realista, os nomes fazem a correspondência entre nossa racionalidade e essa realidade (Japiassú & Marcondes, 2001). Parte-se da premissa básica de que a realidade dos universais (gêneros e espécies), deriva de categorias (nomeações) que serão “pegadas da realidade” existentes porque os humanos percebem determinada ordem e precisam nomear as coisas (Boswell, 1989).

O realismo prevê que os objetos nomeados são referentes mesmo quando não reconhecidos pela racionalidade. Assim, a participação humana é marcada pela necessidade de nomear e descrever. Boswell (1989) defende que o conhecimento científico foi desde sempre calcado

em cientistas com esse perfil, que assumem postura realista ao relatar que apenas descobrem, e não inventam, as relações do mundo. Além disso, ele oferece um exemplo oriundo da biologia para estabelecer o diferente ponto de partida entre nominalistas e realistas:

> Na biologia, por exemplo, os taxonomistas discordam fortemente sobre se estão descobrindo (realistas) ou inventando (nominalistas) distinções entre filos, gêneros, espécies, etc. (quando, por exemplo, um biólogo anuncia que morcegos, sendo mamíferos, são "mais intimamente relacionado com" seres humanos do que com pássaros, ele está expressando algum relacionamento real, presente na natureza e detectado pelos seres humanos, ou ele está empregando uma convenção arbitrária, algo que ajuda os seres humanos a organizar e classificar informações, mas que não tem "verdade" ou significado além dessa utilidade?). (Boswell, 1989, p.19, tradução nossa[3]).

A leitura de Boswell (1989) foi crucial não apenas por colaborar no entendimento da "querela dos universais" mas, acima de tudo, por associá-la à temática da sexualidade que está no pano de fundo desta pesquisa. No caso da homossexualidade, a problemática filosófica dos universais é ligada às categorias associadas à orientação sexual, consideradas aqui como marcadores sociais da diferença. Para os nominalistas, a questão é que categorias de orientação sexual e prática sexual são criadas por seres humanos em determinadas sociedades. Qualquer que seja a realidade de determinada época, ela será sempre consequência das relações de poder exercidas nos processos de socialização (Boswell, 1989).

O nominalismo determina que pessoas se consideram, por exemplo, homossexuais ou heterossexuais porque são induzidas a acreditar que seres humanos são homossexuais ou heterossexuais.

> Deixadas à própria sorte, sem esses processos de socialização, as pessoas simplesmente seriam sexuais. A categoria 'heterossexualidade', em outras palavras, não descreve apenas o padrão de comportamento inerente ao ser humano como o cria e o estabelece. (Boswell (1989, p.19, tradução nossa[4]).

Os realistas, em contrapartida, partem de outro princípio: os humanos seriam diferenciados sexualmente e categorias foram inventadas para

---

[3] Trecho original: In biology, for example, taxonomists disagree strongly about whether they are discovering (realists) or inventing (nominalists) distinctions among phyla, genera, species, etc. (When, for example, a biologist announces that bats, being mammals, are "more closely related to" humans than to birds, is he expressing some real relationship, present in nature and detected by humans, or is he employing an arbitrary convention, something that helps humans organize and sort information but that bears no "truth" or significance beyond this utility?)

[4] Trecho original: Left to their own devices, without such processes of socialization, people would simply be sexual. The category "heterosexuality", in other words, does not so much describe a pattern of behavior inherent in human beings as it creates and establishes it.

caracterizar a taxonomia da sexualidade humana. Algumas dessas categorias são mais ou menos precisas que outras, porém, a precisão das percepções humanas não afeta a realidade. Assim, a dicotomia homossexual/heterossexual não foi inventada pelos taxonomistas da sexualidade, mas absorvida por eles à medida que existe no discurso e no pensamento (Boswell, 1989).

Esse debate filosófico foi atualizado na modernidade com os nominalistas sendo acionados como sócio-construcionistas e os realistas como essencialistas. Boswell (1989) reflete que o embate, além do seu caráter filosófico, marca uma dualidade de pensamento que tem sido popularmente reconhecida entre grupos posicionados em diferentes modos de encarar a sexualidade no âmbito da pesquisa.

> O realismo tem sido historicamente visto pelo campo nominalista como conservador, se não reacionário, em seu reconhecimento implícito do valor e/ou imutabilidade do status quo; e o nominalismo foi visto pelos realistas como uma ideologia radical obscurantista, projetada mais para minar e subverter os valores humanos do que para esclarecê-los. Precisamente, essas conotações políticas podem ser vistas hoje em dia no debate acadêmico sobre questões de sexualidade. (Boswell, 1989, pp.19–20, tradução nossa[5])

A homossexualidade seria, então, uma condição (visão realista) ou um estilo de vida (visão nominalista). Na prática, Boswell (1989) pondera acerca dos impactos do nominalismo (sócio-construcionismo) e do realismo (essencialismo) em diferentes áreas do conhecimento dedicadas a pensar questões de sexualidade e gênero. A sociobiologia, por exemplo, ao demonstrar a etiologia (causas e origens) da homossexualidade, tem sido denunciada por assumir uma função realista reacionária ao tentar convencer que categorias sociais são fixadas e imutáveis (Boswell, 1989).

Ao mesmo tempo, a psiquiatria e sua tentativa de "curar" a homossexualidade são refutadas por nominalistas por tentar convencer que é preciso negar o desejo de ser homossexual para se tornar heterossexual, ou seja, a categoria aplicada à sexualidade torna-se a pessoa em uma estrutura passível de mudança por meio do aparato clínico (Boswell, 1989).

[5] Trecho original: Realism has historically been viewed by nominalist camp as conservative, if not reactionary, in its implicit recognition of the value and/or immutability of the status quo; and nominalism has ganerally been regarded by realists as an obscurantist radical ideology designed more to undercut and subvert human values than to clarify them. Precisely these political overtones can be seen to operate today in scholarly debate over issues of sexuality.

Como questão filosófica, o problema dos universais (nominalismo x realismo ou sócio-construcionismo x essencialismo) evoca questões existenciais à nomeação e, por consequência, à prática jornalística da nomeação. A validade dessa reflexão reverbera em qualquer minoria social (negros, judeus, indígenas, etc.), que, em determinado momento da história, foi nomeada a partir do olhar do outro e tornou-se notícia. Afinal de contas, a inquietação central é: as pessoas são nomeadas por que são algo ou por que foram rotuladas como algo?

Boswell (1989) colabora na reflexão de como pensar a nomeação de minorias sociais precisa levar em consideração que a história desses grupos é marcada por dificuldades na produção do conhecimento. Não raro, foi negado às minorias sociais uma produção histórica do saber com protagonismo centrado na própria minoria social. Essa negação envolve cenário de repressão, censura, distorções de fatos, destruição de registros, dificuldade de localizar escritos e até riscos políticos ao torná-las objetos de pesquisa em determinados espaços.

O autor reconhece que sua obra mais conhecida, *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality* [em tradução livre: Cristianismo, tolerância social e homossexualidade], escrita em 1980, possui caráter essencialista. Em artigo de 1989, ele se defende de ataques sofridos após seu livro ser criticado e propõe críticas ao sócio-construcionismo. Boswell (1989) assegura que, caso os nominalistas estejam corretos e os realistas equivocados, o problema que diz respeito à história dos homossexuais estão em outra ordem.

Se categorias como homossexual/heterossexual são invenções de determinadas sociedade ao invés de serem aspectos reais da *psiqué* humana, logo, não há história em sua plenitude, pois, se a homossexualidade existe apenas quando e onde as pessoas são persuadidas a acreditar nisso, os homossexuais terão história somente nessas sociedades particulares e em suas culturas. Isso porque, de acordo com Boswell (1989), uma visão mais extrema do nominalismo defende que apenas as eras moderna e industrial produziram a homossexualidade e que se torna fútil e mal orientado olhá-la na história da antiguidade.

O problema estaria, então, na não aceitação por parte dos sócio-construcionistas do que o autor considera ser apenas "convenções" da linguagem para assegurar uma precisão. Na história dos Estados Unidos, por exemplo, Boswell (1989) diz que, ao se referir ao período anterior à inauguração do sistema de estado-nação, e mesmo quando se fala do período colonial, é convencionado o uso da nomeação "Colonial U.S." [em tradução livre: colônia dos EUA], apesar de que não era ainda considerada como Estados Unidos.

O mesmo acontece com a história da Grécia que, por convenção, é chamada de Grécia mesmo com as mudanças nas suas dimensões territoriais desde a antiguidade. A categoria Grécia é aplicada por convenção, mesmo que a configuração dos estados gregos não seja a mesma em diferentes momentos da história. Assim, o autor pondera:

> É difícil perceber por que essas convenções não devem ser permitidas no caso de histórias minoritárias, desde que seja fornecida indicação suficiente sobre o real relacionamento das formas anteriores com as posteriores. (Boswell, 1989, p.478, tradução nossa[6]).

No papel de realista (essencialista), Boswell (1989) encara as categorias apenas como palavras que podem ser utilizadas dentro das necessidades humanas. Essa visão promove um esvaziamento dos nomes. As palavras nomeadoras seriam, desse modo, utilizadas não como sentido histórico, e sim como convenções para interligar objetos que podem orbitar em diferente tempo, espaço e cultura.

1.2 O nome como signo linguístico

Saímos da filosofia para ingressar nas bases conceituais de outra área do conhecimento importante na problemática da nomeação, a linguística. Parte-se do Curso de Linguística Geral, obra póstuma de Ferdinand de Saussure, escrita em 1916, para pensar as palavras como signos linguísticos cruciais à compreensão da realidade. Nesse cenário, signos linguísticos são responsáveis pela criação de conceitos que, por sua vez, conseguem ordenar a realidade e categorizar as relações estabelecidas entre a sociedade e o mundo.

[6] Trecho original: It is difficult to see why such conventions should not be allowed in the case of minority histories, so long as sufficient indication is provided as to the actual relationship of earlier forms to later ones.

Importante salientar que o termo signo não é uma invenção da linguística. Há registros de seu uso com diferentes definições na teologia, medicina, dentre outras áreas preocupadas no estabelecimento de relação entre dois elementos. Um exemplo é a noção propagada por Santo Agostinho (354 – 430), o mais célebre filósofo da Patrística, período compreendido entre o início da Era Cristã até o século VII: "um signo é uma coisa que, além da espécie ingerida pelos sentidos, faz vir ao pensamento, por si mesma, qualquer outra coisa" (Santo Agostinho, como citado em Barthes, 2006, p.39).

Nossa base nesse trecho da pesquisa, no entanto, parte da noção saussuriana de signos linguísticos como termos psíquicos que estão em nossa mente por meio do vínculo entre conceito e imagem acústica. Partindo de exemplos do próprio linguista, se pensarmos na palavra "cavalo", temos a nomeação dada a um animal. Esse nome nada mais é do que um conceito estabelecido do que é o cavalo, atrelado à imagem estabelecida mentalmente do que representa esse animal.

A proposta deixada por Saussure (2006) é de que o conceito pode ser identificado como o significado, enquanto a imagem acústica é o significante. Juntos e inseparáveis, esses elementos trazem sentidos às palavras, tornando-as entidades psíquicas capazes de criar a vinculação entre os sujeitos e a realidade. Como explica Fiorin (2008, p.56): "As palavras formam um sistema autônomo que independe do que elas nomeiam, o que significa que cada língua pode categorizar o mundo de diversas formas".

Saussure (2006) engendra duas características primordiais do signo linguístico: a arbitrariedade do signo e o caráter linear do significante. Ser arbitrário significa não haver relação entre o significado e o significante. A palavra "mar", por exemplo, é compreendida como "*sea*" na língua inglesa, o que ilustra como seu conceito e sua representação verbal não possuem um elo universal ou natural de ligação. Há, nesse sentido, uma convenção entre falantes que aceitam essa arbitrariedade.

A linearidade do significante, por sua vez, significa que os signos estão dispostos em linearidade, são organizados em determinado espaço. Como explica o linguista: "Esse caráter aparece imediatamente quando os

representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos" (Saussure, 2006, p.84). Assim, a linearidade é uma característica típica das línguas naturais e, por sua causa, é necessário que um som apareça depois do outro, assim como as palavras são ordenadas na comunicação (Fiorin, 2008).

A arbitrariedade do signo e as demais noções básicas da linguística de Saussure têm sido problematizadas ao longo do tempo, além de serem postas em diálogo diferentes ramos do saber. Nesta pesquisa, o que nos interessa é pensar como a noção saussuriana de signo linguístico eleva a problemática da nomeação para bases de estrutura psíquica e cognitiva.

> Por exemplo, criamos o conceito de pôr-do-sol. Sabemos que, do ponto de vista científico, não existe pôr-do-sol, uma vez que é a Terra que gira em torno do Sol. No entanto, esse conceito criado pela língua determina uma realidade que encanta a todos nós. Uma nova realidade, uma nova invenção, uma nova ideia exigem novas palavras, mas é sua denominação que lhes confere a existência. Apagar uma coisa do computador é uma atividade diferente de apagar o que foi escrito a lápis, à máquina ou à caneta. Por isso, surge uma nova palavra para designar essa nova realidade, *deletar*. No entanto, se essa nova palavra não existisse, não se perceberia a atividade de apagar no computador como uma coisa diferente. (Fiorin, 2008, p.56, grifo do autor).

No âmbito dos sujeitos, é importante pensar a nomeação diante do seu potencial de elaborar sentido às existências, como é a proposta de Clifton (2013) em um artigo que parte da pergunta "What's in a name?" (em tradução livre, "O que há em um nome?"). Doutor em linguística aplicada, ele parte da nomeação como ato que converte "ninguém" em "alguém". Essa relação tem início com o nome próprio (temos nome, sobrenome, e carregamos o nome familiar que, socialmente, pode significar muito, ou nada).

Além do nome próprio, outras práticas de nomeação direcionam os referentes humanos na sociedade. Nomeamos pela função familiar (a mãe, o pai, a avó, etc.), pela nacionalidade (o brasileiro, o australiano, a africana, a europeia), pela profissão escolhida (o jornalista, a professora, as empregadas domésticas), assim como criamos um conglomerado de informações quando reunimos diversos termos que colaboram na composição de determinada imagem (por exemplo, quando dizemos: Maria Joana, brasileira e professora, é mãe de dois filhos).

Nesse contexto, os "nomes ficam conosco ou mudam para marcar ritos de passagem e mudar relacionamentos" (Clifton, 2013, p.403,

tradução nossa[7]). Os nomes podem ser encarados como signos linguísticos que não têm apenas uma função referencial. Eles são reveladores de informações sobre coisas e mundos pessoais ligados à cultura, história e trajetória dos sujeitos. Clifton (2013) promove esse debate para pensar os nomes no contexto do racismo e xenofobia e como seus significados são socialmente negociados.

Essa aproximação da nomeação com aspectos da sociabilidade é também uma proposta identificada na onomástica, área do saber conhecida por estudar os nomes e seus papeis na sociedade e que será abordada no próximo item. Apesar de os estudos dos nomes ser uma disciplina antiga e com registros desde a Grécia Antiga, a onomástica pode ser entendida como ramo da linguística à medida que parte das suas pesquisas está centralizada nos nomes, seus aspectos gramaticais e um olhar sociocognitivo (Van Langendonck & Van de Velde, 2016).

1.2.1 A onomástica e os nomes próprios

Se pensarmos nos nomes próprios e sua relação gramatical, podemos inseri-los como substantivos ligados à expressão nominal que denota a determinado referente um ponto de estabilidade linguística. Para além das relações da morfossintaxe, é possível pensar os nomes próprios como convenções da linguagem atreladas à aplicação universal em contextos de comunicação (Van Langendonck & Van de Velde, 2016).

Quando um falante diz, por exemplo, “nas minhas férias, viajei para o Rio e visitei o Cristo”, dois nomes próprios são acionados e, mesmo que não revelados na integralidade (Rio de Janeiro e Cristo Redentor), são aplicados na expressão da oralidade de modo a evidenciar a especificidade, a denotação coletivamente compartilhada. Desse modo, os nomes servem como referência na estrutura gramatical e no processo denotativo estabelecido na mente dos sujeitos por meio de convenções compartilhadas, sejam coletivamente ou em pequenos grupos de falantes (Van Langendonck & Van de Velde, 2016).

Nesse ponto, é importante pensar na clássica disputa da onomástica: os nomes próprios têm sentido ou o sentido está no que é nomeado?

[7] Trecho original: [...] names stay with us or change to mark rites of passage and changing relationships.

Quando um falante afirma: “Maria Esperança é uma pessoa honesta”, o nome próprio carrega um sentido ou é a elaboração cognitiva que fazemos das pessoas que emana determinado sentido? Do exemplo anterior, quando o falante aciona “Rio de janeiro” e “Cristo Redentor” para trazer exatidão às suas férias, o sentido está no nome ou na referenciação mental que fazemos dos objetos do discurso?

Nyström (2016) alerta para evitarmos a “tese da falta de sentido” (em inglês, “the meaninglessness thesis”), responsável por uma série de estudos na linguística onomástica que olham para os nomes como palavras com funções identificadoras. Essa corrente teórica defende que está no objeto o sentido, sendo o nome uma mera etiqueta. “É apenas a função de identificação dos nomes – sua referência – que é importante, não o significado léxico das palavras em que se baseiam” (p.40).

O problema dessa perspectiva é não considerar que as palavras interagem e influenciam não apenas no fluxo dos processos de comunicação como no modo como determinados objetos do discurso são compreendidos. Sim, os nomes possuem sentido e, em concordância com Nyström (2016), podem ser encarados não apenas como rótulos, mas como resultados de encadeamentos mentais multifacetados capazes de desencadear uma série de reações somente pelo fato de serem nomes projetados em determinados contextos de interação social.

> Um nome é o resultado de um processo mental complexo: às vezes (quando ouvimos ou vemos um nome) o resultado de uma análise individual de uma série de sons ou letras, às vezes (quando produzimos um nome) o resultado de uma verbalização de um pensamento. Não devemos nos perguntar o que um nome é, mas o que um nome faz. Usar um nome significa iniciar um processo no cérebro, um processo que, por sua vez, ativa nossas memórias, fantasias, habilidades linguísticas, emoções e muitas outras coisas. (Nyström, 2016, p.40, tradução nossa[8]).

A abordagem defensora dos nomes como detentores de um pacote de sentidos é fortalecida se projetada em torno de dois conceitos: denotação e conotação. Eles reforçam a ideia de nomes como expressões linguísticas com potencial de promover a referenciação (Nyström, 2016). A denotação está fixada na relação entre o nome e aquilo que é nomeado.

[8] Trecho original: A name is the result of a complex mental process: sometimes (when we hear or see a name) the result of an individual analysis of a string of sounds or letters, sometimes (when we produce a name) the result of a verbalization of a thought. We shall not ask ourselves what a name is but what a name does. To use a name means to start a process in the brain, a process which in turn activates our memories, fantasy, linguistic abilities, emotions, and many other things.

Assim, Rio de Janeiro é o signo linguístico e a cidade em si é o objeto do discurso, e a denotação está no sentido literal das palavras que passam a ser coletivamente compreendidas.

A conotação, em contrapartida, é causada pela relação entre o signo e a percepção gerada a partir de conhecimentos, sensações e experiências ligadas ao que é nomeado (Nyström, 2016). Rio de Janeiro será lembrado como "cidade maravilhosa" para um grupo, mas também será percebida como cidade com altos índices de violência para outros grupos. Ao mesmo tempo, pode acionar individualmente a lembrança afetiva por ser a cidade onde um sujeito especificamente encontrou o grande amor da sua vida. Então, percepções particularizadas estão no cerne da conotação.

> O cérebro humano pode ser descrito como um dicionário, um léxico mental, onde palavras e nomes são organizados e armazenados em uma rede gigantesca. [...] Os nomes ocupam um lugar no cérebro tanto quanto outras unidades linguísticas. O que aprendemos ao longo da vida e por meio de nossas experiências é coletado neste léxico mental. Figurativamente falando, podemos "procurar" palavras e nomes no léxico mental quando precisamos interpretar e entender, bem como escolher palavras ou nomes relevantes quando precisamos usá-los. Exatamente como isso funciona no cérebro é incerto: o cérebro é imensamente complexo, mas, mesmo assim, podemos ter algumas idéias. (Nyström, 2016, p.43, tradução nossa[9]).

A onomástica nos ensina que nomes próprios possuem significados pressupostos, ou seja, que variam de pessoa para pessoa ou entre diferentes grupos sociais. Nyström (2016) ordena esses significados em três esferas: (1) significado categórico; (2) significado associativo; (3) significado emotivo. Essa sistematização leva em conta não apenas a questão lexical ou o sentido próprio do signo linguístico, mas o fato de que cada nome próprio, em determinadas situações, pode erguer diferentes significados pressupostos a partir da especificidade de cada situação.

O significado categórico está ligado à presunção de que os humanos mentalmente dividem o mundo em categorias. Separamos a realidade em grupos como animais, plantas, etnias, gêneros, etc. O pensamento categorizado exige palavras que reúnam esses grupamentos e, dentro

[9] Trecho original: The human brain can be described as a dictionary, a mental lexicon, where words and names are organized and stored in a gigantic network. [...] Names occupy a place in the brain just as much as other linguistic units. What we learn through life and through our experiences is collected in this lexicon. Figuratively speaking, we can 'look up' words and names in the lexicon when we need to interpret and understand them as well as choose the relevant word or name when we need to use it ourselves. Exactly how this works in the brain is uncertain: the brain is immensely complex, but nevertheless we can have some ideas.

deles, gerem individualizações por meio dos nomes. “O fato de que nomes têm ou podem ter um significado categórico leva ao resultado de que as pessoas em uma situação real atribuem facilmente a um nome uma pressuposição categórica (Nyström, 2016, p.48, tradução nossa[10]).

No âmbito dos nomes próprios, essa categorização nos faz ter a real noção de que determinados nomes, independentemente do contexto de uso, pertencem a algo previamente categorizado. A noção de significado categórico, por exemplo, nos faz internalizar imediatamente que, quando um cachorro da raça pastor alemão é nomeado de Max, foi concedido a ele uma identificação. É um animal com uma raça específica entre todos os outros cachorros, e sua existência é atrelada a um nome aplicável a humanos.

O segundo significado pressuposto dos nomes próprios é o associativo (ou significado conotativo). Ele implica em considerar que o usuário ou os usuários de determinado nome, ao ouvirem determinado nome, projetam mentalmente algo a mais além de reagir apenas ao nome em si. Essa noção está ligada ao fato de nomes próprios serem expressões linguísticas com valor simbólico e, portanto, se configuram a partir de sentidos associados que emanam seja em um indivíduo ou em um grupo (Nyström, 2016).

Na prática, é só pensarmos como os nomes acionam relações no nosso imaginário. No Brasil de 2021, se um bebê é batizado como Jair Messias, há possibilidade real de associação direta com o presidente da República. Ao apresentar essa criança em espaços de sociabilidade, como a família, escola ou nos espaços religiosos, sabe-se que o nome remeterá a impressões que ultrapassam a palavra em si e a criança nomeada. Logo, o significado conotativo dos nomes está naquilo que é provocado no outro.

O terceiro significado pressuposto dos nomes próprios é emotivo. Muito próximo ao significado conotativo, ele implica no fato de que, ao acionar determinadas impressões, os nomes provocam um efeito emocional (seja positivo ou negativo) (Nyström, 2016). O exemplo

[10] Trecho original: The fact that names have or may have a categorical meaning leads to the result that people in a real situation easily ascribe a name a categorical presupposition.

anterior nos ajuda a explicar a partir da criança batizada com o nome Jair Messias. Basicamente, duas alternativas serão associadas ao nome próprio.

De um lado, apoiadores ou simpatizantes do atual presidente da República podem dizer que trata-se de uma bela homenagem. Ouvir o nome remete a uma série de sentimentos aprazíveis em relação ao líder do Executivo. Jair Messias remete ao governo e, acima de tudo, a um modo conservador de enxergar as relações humanas. Do outro lado, opositores ao governo são capazes de lamentar como se a nomeação fosse um fardo a ser carregado pela criança ao longo da vida. Neles, o nome aciona o sentimento de ojeriza. Mesmo os nomes próprios de lugares que, aparentemente, podem parecer neutros, não estão isentos dessa relação emotiva associada aos nomes.

1.3 Nomeação pelos marcadores sociais da diferença

Se pela onomástica é possível avançar na nomeação e sua relação com o nome próprio, recorremos à sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2014) para pensar que há outro meio de nomeação importante de ser problematizado: a nomeação pelos marcadores sociais da diferença. Obra escrita originalmente na segunda metade da década de 1960, é inserida como leitura clássica nos estudos em jornalismo para pensar as notícias como construção social da realidade, vertente chamada de construcionista.

A sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2014) apresenta potencial amplo para estruturar a relação da nomeação com as notícias. Se pensarmos as nomeações por meio dos marcadores sociais da diferença, chegamos ao conceito de “tipificações da interação social”, elaborado pelos autores em uma perspectiva que evidencia como as interações sociais do cotidiano exigem processos de identificação que passam pela linguagem.

O ponto inicial dos autores é considerar a realidade como “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição”, ou seja, é impossível reverter o fato de que existem (Berger & Luckmann, 2014, p.11). Quando um

jornalista relata os estragos feitos pela chuva, por exemplo, por mais que seja possível não ter chovido em toda a cidade, mas a chuva e seus estragos são uma realidade dificilmente contestada. Logo, a realidade é uma construção social elaborada a partir do modo como enxergamos esses fenômenos.

Um segundo conceito crucial é o de conhecimento, definido por Berger & Luckmann (2014, p.11) como "a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas". Ou seja, o conhecimento tem ligação com o reconhecimento possível que fazemos em relação a determinados objetos inseridos na realidade.

> O interesse sociológico nas questões da "realidade" e do "conhecimento" justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social. O que é "real" para um monge tibetano pode não ser "real" para um homem de negócios americano. O "conhecimento" do criminoso é diferente do "conhecimento" do criminalista. Segue-se que aglomerações específicas da "realidade" e do "conhecimento" referem-se a contextos sociais específicos e que estas relações terão de ser incluídas numa correta análise sociológica desses contextos. (Berger & Luckmann, 2014, p.13).

Desse modo, a sociologia do conhecimento tem como fundamento analisar a construção social da realidade, e sendo a notícia um modo de construção da realidade, Berger e Luckmann (2014) nos ajudam a entender as bases do conhecimento na vida cotidiana. O cotidiano é uma realidade interpretada pelos sujeitos e os seus sentidos são subjetivamente elaborados para a formação de um mundo coerente e compreensível à racionalidade. A apreensão da realidade acontece de modo ordenado e uma das etapas desse ciclo é o processo intitulado pelos autores como designação dos objetos.

Isso pressupõe que, ao observar determinada realidade, os sujeitos sabem que certos referentes são designados historicamente de certo modo. Ao descrevermos o que acontece na praia, por exemplo, sabemos que designar o mar significa evocar uma referência que se chama "mar" desde antes de nascermos.

Berger e Luckmann (2014), mesmo sem utilizar o termo nomeação, desde a década de 1960 traziam pistas de como a realidade da vida cotidiana só existe com a aplicação de nomes. Isso porque é por meio da linguagem que, segundo os autores, são marcadas as coordenadas da vida em sociedade que permitem um processo de significação aos objetos

envolvidos. Assim, o mundo é ordenado por meio das palavras que designam, que trazem sentido aos objetos referenciados no processo de compreensão desse mesmo mundo.

> A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. Vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos, desde abridores de latas até os automóveis de esporte, que têm sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas, de meu clube de xadrez até os Estados Unidos da América, que são também ordenadas por meio do vocabulário. Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação. (Berger & Luckmann, 2014, p.38).

Um dos meios de designar a realidade condiz com os modos de nomear aplicados pelo jornalismo, o uso de marcadores sociais para identificar sujeitos. Ao discorrer a respeito da interação social na vida cotidiana, Berger e Luckmann (2014) ponderam que é necessário a apreensão do outro por meio de qualificadores que vão além do nome próprio. É necessário tipificar o sujeito que se faz presente na vida cotidiana, e todas as tipificações, de algum modo, interferem no modo como o sujeito tipificado é enquadrado em determinada realidade.

Acionamos o conceito de "tipificações da interação social", proposto por Berger e Luckmann (2014), para pensar como os marcadores sociais da diferença tornam-se elementos nomeadores na realidade retratada no jornalismo. Ao identificar atores sociais como "gays", "negros", "mulheres", "norte-americanos" etc., nomeia-se não pelo nome próprio, mas sim, pelas interações sociais associadas com as palavras nomeadoras. As relações humanas são também construídas por meio dessas tipificações elaboradas pela linguagem e que colaboram na ordenação do mundo.

> A realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do 'aqui e agora' da situação face a face. (Berger & Luckmann, 2014, p.51).

Inicialmente, os autores pensam as tipificações da interação social como etapa importante da interação face a face. No entanto, esse processo evolui quando as tipificações passam para outros níveis da interação, quando são localizados elementos do outro sem mesmo

conhecê-lo, mas introduzindo-o em um conjunto de percepções atreladas às tipificações feitas.

2 Jornalismo como forma de conhecimento

Se nomear está relacionado ao processo de dar a conhecer sobre as coisas do mundo, os distintos modos de pensar o jornalismo (e a notícia) como forma de conhecimento (Park, 1972; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992, 1997; Sponholz, 2007, 2009) entram em diálogo com a concepção teórica-filosófica projetada nesta tese.

A notícia como unidade básica do jornalismo só existe por meio da linguagem, logo, sua elaboração é centralizada em estratégias discursivas que precisam nomear para dar a conhecer sobre determinados objetos do discurso formadores do fato jornalístico. A defesa da tese de que a nomeação é um fundamento do jornalismo parte do princípio de que não há notícia sem que elementos da realidade sejam nomeados e reconhecidos diante da interpretação coletiva (e, nesse ponto, o conhecimento se faz presente por meio de saberes sociais compartilhados).

O conhecimento sempre esteve atrelado ao ato de reportar fatos. Peucer (2004), por exemplo, ao apresentar a primeira tese sobre jornalismo, em 1690, sinalizou duas causas para entender a proliferação, em pleno século XVII, de uma série de periódicos impressos. A primeira causa estava na existência de autores dispostos a reportar de modo qualificado; a segunda está na natureza dos periódicos, produtos cuja proposta é dar a conhecer acerca de determinados fatos.

> Eu diria que a finalidade dos novos periódicos é mais própria para o conhecimento de coisas novas acompanhadas de um certa utilidade e atualidade. Foi por esta causa que começaram por primeiro lugar a serem escritos e divulgados os periódicos, como já insinuei acima, ao ocupar-me de suas origens. Com efeito, o afã de saber coisas novas é tão grande que cada vez que os cidadãos se encontram em encruzilhadas e nas vias públicas perguntam: "o que há de novo?" A fim de satisfazer esta curiosidade humana tem se imprimido de todo modo novos relatos jornalísticos em diversos idiomas. E os que os lêem podem satisfazer assim a sede de novidades dos companheiros e dos grupos de amigos. (Peucer, 2004, p.26).

Neste capítulo, é amadurecido o debate em torno dos autores que pensam o jornalismo como forma de conhecimento, sempre em interlocução com a importância do dar a conhecer sobre algo a partir das relações estabelecidas com a nomeação. São apresentados teóricos que fortalecem o debate a partir do século XX, como Robert Park, Adelmo Genro Filho, Eduardo Meditsch, dentre outros.

Em seguida, são apresentadas perspectivas mais recentes a partir de trabalhos que, ao longo do século XXI, inserem esse contexto teórico em cenários de produção na sociedade midiatizada e com um jornalismo que pode ser visto como pós-industrial. São cruciais nesse fluxo trabalhos como os de Sponholz (2007, 2009), Franciscato (2005, 2018, 2020a, 2020b), Lückman (2020), dentre outros.

2.1 Robert Park: o começo dos estudos

Robert Ezra Park, em um texto escrito em 1940, é considerado o precursor no entendimento da notícia como forma de conhecimento. Jornalista e sociólogo, sua perspectiva teórica está ancorada em dois tipos fundamentais de conhecimento: "o conhecimento de" e o "conhecimento acerca de". As bases para suas definições partem da psicologia, mais precisamente da obra *The Principles of Psychology* (em tradução livre: Os Princípios da Psicologia), do filósofo e psicólogo norte-americano William James.

Importante ressaltar que os termos "conhecimento de" e "conhecimento acerca de" serão aqui utilizados por conta da versão utilizada como base nesta pesquisa, datada de 1972. Outras traduções são passíveis de verificação, como as de "familiaridade com" e "conhecimento sobre", aplicadas por Henriques (2014), ou "conhecimento familiarizado com" e "conhecimento sobre", como em Machado (2005) e Sponholz (2009), ou ainda o uso dos termos originais em inglês, "*acquaintance with*" e "*knowledge about*", como abordado por Pontes (2015).

Intitulado *News as a form of knowledge: a chapter in the sociology of knowledge* (em tradução livre: Notícia como forma de conhecimento: um capítulo na sociologia do conhecimento), o texto de Robert Park traz

em sua base aspectos da psicologia que são cruciais à compreensão do que exploramos hoje como conhecimento do jornalismo. A partir das biografias sistematizadas por Machado (2005) e Melo (2007), sabe-se que Park atuou por onze anos como repórter e editor em Mineápolis, Detroit e Nova York, tornando-se especialista em temas complexos da realidade, como marginalidade, delinquência e corrupção.

Em 1898, desligou-se da prática jornalística para estudar, em Harvard, a temática que o projetaria como nome seminal nas teorias do jornalismo: o conhecimento atrelado às notícias. Seus estudos avançam até a Alemanha no ano seguinte, onde inicia a formação em sociologia na Universidade de Heilderberg, em Berlim. À época, a Alemanha era o país mais reconhecido pelas pesquisas em jornalismo, haja vista a primeira tese de doutorado da área, defendida na Universidade de Leipzig em 1690 por Tobias Peucer. Nesse fluxo de aprendizado, Park defende sua tese e passa a ser conhecido como um dos fundadores da sociologia da comunicação de massa (Machado, 2005; Melo, 2007).

Na trajetória de Park, o ponto mais importante para nossa pesquisa é o seu retorno aos Estados Unidos, em 1903, quando passa a trabalhar como assistente do psicólogo William James. É nesse contato que, como explica Melo (2007), Park passa a ancorar suas reflexões nos conceitos de "conhecimento de" e "conhecimento acerca de". Assim, Park estabelece sua ligação com o pragmatismo[11] de William James e torna-se alvo de críticas, como será observado ao longo desta pesquisa.

O "conhecimento de" equivale ao normalmente identificado como senso comum. Está relacionado diretamente à experiência dos sujeitos e às percepções de mundo formadas a partir das dinâmicas sociais responsáveis por inserir indivíduos no cotidiano. Para o autor, esse tipo de conhecimento é pessoal e individual, sendo responsável pela sensação de estar à vontade no mundo diante do ajustamento ou adaptação tidos como cruciais ao reconhecimento das coisas (Park, 1972).

[11] Entende-se aqui o pragmatismo como concepção filosófica que valoriza a prática acima da teoria, sendo considerado mais pertinente a valorização do que é prático em relação aos seus princípios e pressupostos. Como explica Jupiassú e Marcondes (2001), o pragmatismo delibera que a validade de uma ideia está na concretização dos resultados propostos. William James (1842–1910), que foi um importante tutor na carreira de Robert Park, é apontado como um dos fundadores do pragmatismo. Sua definição de verdade é tida como emblemática nesse sentido. Para ele, a verdade é "aquilo que tem êxito praticamente e traz o novo ao mundo" (como citado em Jupiassú e Marcondes, 2001, p.109).

Para além das relações cotidianas mais simples, Park (1972) evidencia a existência de dinâmicas complexas da rotina que balizam outros três tipos do "conhecimento de". São elas: (1) conhecimento clínico, por conta da sua evidenciação diante da experiência pessoal; (2) as habilidades e o conhecimento técnico, por serem resultantes de repetições e reproduções sem, necessariamente, passar por um rigor de análise; (3) algo que seja aprendido pela experimentação não dirigida e inconsciente, atrelada ao contato com objetos e respectivo manejo.

Diferentes autores colaboram à compreensão do "conhecimento de". Para Pontes (2015), é um conhecimento da ordem do sensitivo, está atrelado a "mapas mentais" nos quais os sujeitos se orientam acerca da vida cotidiana. Henriques (2014), por sua vez, diz tratar-se de um saber estruturado no dia a dia de cada pessoa a partir dos contatos possíveis em sociedade. Para Melo (2007), é o conhecimento que promove a integração entre sujeito e o seu objeto de atenção.

> Como quer que seja, o "conhecimento de", como eu gostaria de empregar a expressão, é a espécie de conhecimento que inevitavelmente adquirimos no curso de nossos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia. É o conhecimento que adquirimos mais através do uso e do hábito do que de qualquer espécie de investigação forma ou sistemática. Em tais circunstâncias, chegamos afinal a conhecer as coisas não só por intermédio dos nossos sentidos especiais, mas através das reações de todo o nosso organismo. (Park, 1972, p.169).

O segundo tipo de conhecimento é o "conhecimento acerca de", tido como o formal e sistemático a partir da racionalidade evidenciada pela observação de fatos e processos de sistematização típicos do que se considera o conhecimento científico. É o tipo de conhecimento que "atingiu certo grau de precisão e exatidão substituindo a realidade concreta por ideias e as coisas por palavras" (Park, 1972, p.171).

São apontados por Park (1972, p.171) três tipos fundamentais de conhecimento dessa modalidade. O primeiro é o Filosófico e Lógico, caracterizados pelo interesse por ideias. O segundo é a História, voltada aos acontecimentos, enquanto o terceiro engloba Ciências Naturais ou de Classificação, dedicados, primordialmente, às coisas. Assim, o conhecimento dessa espécie é baseado nas respostas que derivam de questionamentos relacionados ao mundo à nossa volta. Como afirma o

autor: “É o conhecimento metodicamente buscado com todo o aparelhamento formal e lógico criado pela pesquisa científica” (p.173).

Henriques (2014) interpreta esse tipo de conhecimento como o que procura a exatidão e precisão a partir da busca pela aproximação com determinado fenômeno. Além disso, seu objetivo é tornar o real inteligível por meio da linguagem. Melo (2007, p.5) complementa que o saber especializado está fundamentado em “artifícios, técnicas e jargões próprios, divorciados do senso comum”. Assim, é estabelecido como saber resultante de uma investigação rigorosa de determinado objeto ou fenômeno da realidade.

> O “conhecimento acerca de”, pelo menos na medida em que é científico, passa a ser, assim, parte da herança social, um corpo de fatos e teorias averiguados e acreditados, em que novos acréscimos, ajuntados ao fundo original, tendem a verificar, afirmar ou qualificar, primeiro em cada ciência especial e depois em todas as ciências correlatas, todas as contribuições de investigações anteriores. (Park, 1972, p.173).

É com base nessa dualidade entre “conhecimento de” e “conhecimento acerca de” que Robert Park pensa a notícia como forma de conhecimento. Inicialmente, ele promove um movimento indicativo do que a notícia não é. Ela não é algo sistemático, característica típica das Ciências Físicas. Ela também não é História, pois seus elementos dão conta de fatos que nem sempre estarão vinculados às relações estabelecidas com outros fatos delineadores de uma continuidade histórica. Como explica o autor:

> [...] o repórter procura tão somente registrar cada acontecimento isolado, à proporção que ocorre, e só se interessa pelo passado e pelo futuro na medida em que estes estejam a luz sobre o real e o presente. (Park, 1972, p.174).

Sua argumentação é centralizada na ideia de notícia como mercadoria que, geralmente, surge a partir de condições associadas às tensões nas relações humanas do cotidiano. Em sua essência, a notícia na visão parkiniana é algo existente a partir do “presente especioso”. Ou seja, a notícia não trata nem do passado e nem do futuro, sua existência é atrelada ao presente.

A notícia teria um ciclo de vida iniciado ao chegar nas mãos do consumidor e, após ser validada e superada diante de outras notícias, se transformaria em história, em objeto não mais inscrito na ordem da

atualidade. O ciclo proposto por Park (1972) torna a notícia algo de qualidade transitória e efêmera.

Como forma de conhecimento, a notícia seria, então, um elemento com capacidade de dar a conhece sobre fatos do presente. O autor traz pistas de como a relação com o público leitor e aspectos de mercado são cruciais na formação desse conhecimento. O relato jornalístico não chega ao leitor de modo aleatório, há meios de estruturar esse conhecimento por meio de uma comunicação específica, a notícia e sua estrutura elaborada a partir de determinados parâmetros de produção.

Para Henriques (2014), a noção de Park delimita a notícia como forma de conhecimento sobre o presente que tem validade somente neste mesmo presente. Park (1972) se preocupou em elencar características da notícia e suas contribuições como forma de conhecimento: ser algo novo, inesperado e afastado do costumeiro cotidiano, além de ser publicada após uma checagem dos dados.

Fora de uma legitimação estabelecida pela publicação, relatar fatos pode ser classificado como singelo relato, boato ou história repassada sem validação como conhecimento do presente. Parafraseando o autor: "A função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade" (Park, 1972, p.183).

Assim, só é possível pensar o jornalismo como forma de conhecimento se a natureza da notícia é condicionada à produção de discursos que atingem determinados públicos e transmitem o conhecimento. Essa relação é reconhecida por elementos do próprio texto jornalístico e seu rigor ao apresentar dados, identificar (nomear) atores sociais e lugares.

Park (1972, p.181) se preocupa em situar a complexidade das teorias do conhecimento a partir da sociologia, área do saber preocupada com as "condições em que surgem diferentes tipos de conhecimento e as funções de cada um", o que o aproxima, inclusive, da linha teórica que pensa a notícia como uma construção social da realidade (Berger & Luckmann, 2014).

As condições de surgimento da notícia são associadas às tensões

nas relações humanas do cotidiano, algo não impeditivo ao fato de notícias fora do círculo social direto do público serem passíveis de eclodir e disputar a atenção. Park (1972) indica relações de poder, dinâmicas ligadas às instituições sociais e aos mercados financeiros como espaços típicos dessa existência, haja vista que tensões sociais serão cruciais para áreas de cobertura como política e economia, por exemplo. A expansão dos meios de comunicação e o desenvolvimento da ciência são configurados, então, como itens cruciais à expansão das informações, e do saber, na sociedade.

Uma das principais contribuições de Park foi inserir a notícia como elemento de contato da sociedade, pois há uma percepção coletiva da realidade gerada a partir das notícias. Compactuamos com Melo (2007) na dimensão de que, ao estabelecer a notícia como forma de conhecimento, Park confere um lugar institucional ao jornalismo. Nessa acepção, a função inicial da notícia é a mediatização do real.

> [...] a notícia é parte da sociedade auxiliando em sua ordenação e funcionamento. Não se trata, assim, apenas de uma empresa ou organização privada que busca o lucro através da informação, mas de um discurso ou de uma forma de conhecimento que engloba várias organizações e é elemento importante na construção dos valores da sociedade em que se insere. Assim, mais do que apenas pensar a função da notícia na sociedade Park confere, na verdade um estatuto institucional ao jornalismo. (Melo, 2007, p.10).

A posição de autor seminal rendeu uma série de críticas ao trabalho de Robert Park. Uma das principais veio de Adelmo Genro Filho, autor cuja perspectiva de conhecimento está atrelada à singularidade, como será visto mais à frente. Genro Filho (2012) pondera que a visão de Robert Park é envolta no pragmatismo de William James de tal modo que suas considerações não levam em conta aspectos importantes na noção de jornalismo como forma de conhecimento.

A primeira crítica gira em torno da noção de “conhecimento de” que, na visão de Genro Filho (2012), não poderia ser aplicado como “gênero” de conhecimento passível de análise sem levar em consideração os aspectos históricos associados as relações de dominação e alienação de determinada sociedade. A visão de Park é classificada como “redutora” ao pressupor uma ideia de senso comum sem considerar as contradições do termo na complexidade da teia social.

Quando Robert Park aproxima a produção jornalística desse conhecimento atrelado ao senso comum, Genro Filho (2012) propõe que o ponto central do debate deixa de ser abordado: a apropriação da realidade por meio da singularidade. É a capacidade do jornalismo buscar a reconstituição de determinada cena que passa a ser compartilhada socialmente por meio de uma construção cuja leitura possível seja a de simulação ou reconstituição por meio da linguagem possível ao jornalismo.

> E a partir dessa simulação que surge propriamente um *gênero de conhecimento*, pois enquanto se tratar da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve. Quer dizer, um grau determina do de conhecimento, um nível de abstração elementar. (Genro Filho, 2012, p.53, grifo do autor).

Para Genro Filho (2012, p.61), falta a Park um desligamento da noção de notícia como "reflexo" de determinada realidade fincada no senso comum. Ele sugere que o autor norte-americano deixa passar a estrutura específica do jornalismo passível de análise enquanto objeto da comunicação. Pensar o conhecimento produzido pelo jornalismo, para o autor, é algo que perpassa um processo de significação balizado em duas variáveis: (1) as relações objetivas do evento; (2) relações e significações elaboradas no ato da produção e comunicação.

> Em que pesem algumas sugestões criativas de Robert E. Park, as bases funcionalistas do referencial teórico que ele adota e, inclusive, suas opiniões explícitas sobre a "função" da notícia, não deixam qualquer dúvida sobre o conteúdo conservador e limitado de suas concepções. "A função da notícia – diz Park – é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade". Entenda-se, evidentemente, o "mundo real" como a forma pela qual ele está estruturado no presente. A "sanidade", compreenda-se como uma mentalidade competitiva, mesquinha e consumista. Por "conservação da sociedade" entenda-se a preservação do capitalismo e do "modo de vida norte-americano". (Genro Filho, 2012, pp.64 – 65).

Sobre as críticas de Genro Filho (2012) em relação a Robert Park, é sugerida a leitura de Pontes (2015) para se ter uma visão contraditória. Em um minucioso trabalho de revisão das bases teóricas dos dois autores, Pontes (2015) afirma que Park não pode ser considerado um autor funcionalista, como acusa Genro Filho, e que seu modo de encarar a problemática do jornalismo como forma de conhecimento está muito mais associada a uma perspectiva vinculada ao pragmatismo culturalista,

como citado anteriormente a partir da sua vinculação com o psicólogo norte-americano William James.

Machado (2005) igualmente discorda que Park seja funcionalista e acredita que a não profundidade na investigação das obras de Robert Park leva a uma "recepção enviesada" como a de Adelmo Genro Filho. Para Pontes (2015), os trabalhos de Park são a origem do que ficou conhecido como Interacionismo Simbólico e integrou a linha "culturalista" dos estudos da comunicação. Sobre Park, afirma:

> Ele defendia o jornalismo como uma das atividades mais dinâmicas e complexas da comunicação. Por isso estava interessado no modo com que os jornais atuam na constituição da mobilidade no interior dos grupos sociais, interferindo tanto no nível suprabiótico (cultural e social) quanto no nível biótico. Portanto, apresenta o papel das notícias nas ações dos homens em seu cotidiano social mais instintivo e competitivo, ao mesmo tempo nos debates mais elaborados do campo político e cultural. (Pontes, 2015, p.330).

Machado (2005) reflete que a distinção de conhecimento feita por Park, apesar do caráter pioneiro, carece de aprofundamento acerca da especificidade do conhecimento jornalístico ao tê-lo como parâmetro de proximidade ao conhecimento do senso comum. Ele pondera que a perspectiva parkiana desconsidera que "a natureza da representação da realidade produzida pelas organizações jornalísticas mais que basear-se nos princípios da percepção individual cria uma realidade distinta" (p.28).

> É certo que a notícia, como uma forma de conhecimento que se diferencia do conhecimento histórico, está primariamente preocupada com o presente, como disse Park, mas como o passado e o futuro são essenciais uma vez que lançam luzes sobre o que seja atual e presente, parece mais adequado dizer que mais que a utilização de um dos estágios do tempo ou o caráter contextual dos eventos, o que diferencia o jornalismo das Ciências Sociais é o método com que analisam os fenômenos e a forma em que os produtos destas práticas são apresentados. (Machado, 2005, pp.27-28).

Desse modo, pode-se afirmar que Robert Park não apenas deixa um legado ao fortalecer a noção de jornalismo como forma de conhecimento, como abre margem para uma série de estudos que, ao criticarem o seu trabalho, transparecem à importância de pensar o conhecimento a partir das características próprias do jornalismo.

A construção social da realidade feita pela notícia leva a determinado conhecimento possível apenas por conta de dinâmicas específicas da comunicação promovida pelos jornais. Defende-se aqui a nomeação como um dos caminhos percorridos para a construção social da realidade. As

relações sociais são balizadas por referências nomeadas, logo, os nomes produzidos nas relações humanas tendem a ser trazidos para as notícias.

2.2 Adelmo Genro Filho: a pirâmide e a singularidade

Partindo para outra perspectiva, mais de 40 anos após os escritos de Robert Park, em 1987 o jornalismo gaúcho Adelmo Genro Filho amplia o leque de possibilidades na análise do jornalismo como um tipo específico de conhecimento. Em seu livro *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, ele pensa o jornalismo a partir das suas características e potencialidades, indo além das estruturas demarcadas pela produção massiva da indústria midiática.

Com indica Henriques (2014, p.32), o trabalho de Adelmo Genro Filho é "denso e exaustivo". Entre os aspectos relevantes da sua obra estão as críticas a três reconhecidas correntes teóricas ligadas ao jornalismo: o funcionalismo norte-americano, a Escola de Frankfurt e a concepção de jornalismo como ideologia. Não é proposto nesta tese a revisão de todas essas ponderações feitas pelo escritor brasileiro. Porém, é válido ressaltar de onde partem suas críticas ao autor seminal estudado anteriormente, Robert Park.

Genro Filho (2012) critica o que ele considera ser a visão funcionalista estabelecida por Robert Park – visão não pactuada por pesquisadores como Machado (2005) e Pontes (2015) –, e outros autores clássicos que pensam o jornalismo a partir de suas funções desempenhadas na sociedade, como Fraser Bond, Clóvis Rossi e Luiz Amaral. Esses pensadores são classificados como defensores de uma objetividade jornalística que, em determinados momento, abre brechas para análises que desconsideram processos sociais ligados ao jornalismo como objeto de pesquisa.

Genro Filho (2012) localiza a análise funcional de Émile Durkheim[12] como obra seminal ao pensamento fortalecedor da visão funcionalista criticada. Seus julgamentos são estruturados, justamente, a partir do que

[12] Nessa discussão, a obra do sociólogo Émile Durkheim tida como referência para Adelmo Genro Filho é o livro "As regras do método sociológico". Genro Filho (2012, p.27) sinaliza ser nessa produção que o sociólogo defende "que os fatos sociais precisam ser tratados como 'coisas', isto é, as relações sociais devem ser consideradas como se fossem pura objetividade, fora do processo histórico de auto-produção humana".

não consegue ser alcançado em análises que, quase sempre, deixam de lado reflexões ligadas à autonomia relativa da comunicação.

> Buscando uma síntese, podemos dizer que o funcionalismo indica o caráter socializante do material impresso e dos meios de comunicação em geral, percebendo inclusive a determinação das necessidades sociais difusas no desenvolvimento do jornalismo. Chega até, como foi indicado, a situar o jornalismo como "forma de conhecimento". Mas atribui a essa expressão um sentido vulgar e pragmático, vinculado apenas à reprodução da sociedade. Ao rebaixar desse modo o conhecimento assim produzido, desaparece o próprio objeto delineado como "função", dissolvendo-se sua especificidade no elementarismo de certas técnicas e regras do "bom jornalismo". (Genro Filho, 2012, p.33).

Existe um "curto fôlego teórico" na visão funcionalista que, nas críticas de Genro Filho (2012, p.33), é evidenciado pela incapacidade de explicar como o jornalismo assume as configurações na organização das informações e na estrutura da sua linguagem. Além disso, o funcionalismo é incapaz de apresentar aspectos mais complexos da luta de classes, os processos ideológicos das classes dominantes que incidem na atividade jornalística e nas contradições internas da área.

Desse modo, sua proposta é pensar o jornalismo como modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular. O ponto inicial é compreender que o conhecimento está atrelado à revelação e apropriação da realidade pelos sujeitos (Pontes, 2015). O conhecimento promovido pelo jornalismo em Genro Filho (2012) parte de três categorias a partir de uma estrutura teórica ancorada no marxismo e na filosofia de Georg Lukács e Friedrich Hegel[13]: singular, particular e universal.

Para entendê-las e, em seguida, relacioná-las com a proposta de nomeação aqui apresentada, será preciso compreender o que o autor considera a "construção social dos fatos jornalísticos". Genro Filho (2012) considera a notícia como a unidade básica de informação do jornalismo e, ao entrarem nessa condição, determinados fatos tornam-se a menor unidade de significação da notícia. Os fatos jornalísticos, desse modo,

[13] A proposta de uma teoria marxista do jornalismo, idealizada por Genro Filho (2012), estabelece o jornalismo como forma de conhecimento cristalizado no singular. Essa cristalização envolve outras duas camadas ligadas ao conhecimento: o particular e o universal. Singular, particular e universal são apontadas na obra do autor como elaborações filosóficas de Hegel, que toma como "objeto de reflexão o processo de revolução burguesa como expressão da dialética histórica". As categorias hegelianas foram posteriormente utilizadas pelo filósofo Georg Lukács na obra *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria de particularidade*. E na proposta marxista de Lukács que Genro Filho (2012) ancora suas críticas e propõe que singular, particular e universal podem ser pensadas como categorias para projetar o conhecimento associado ao jornalismo. Genro Filho (2012, p.167, grifo do autor) afirma: "Os conceitos de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de *modalidades históricas do conhecimento* segundo as mediações que estabelecem entre si e as suas formas predominantes de cristalização". Para entender com detalhes a ligação entre Hegel, Lukács e Genro Filho, propõe-se neste trabalho a leitura do capítulo VII (O singular como categoria central da teoria do jornalismo) do livro *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*.

são recortados e construídos discursivamente dentro de determinado padrão e estão envoltos em parâmetros objetivos e subjetivos inerentes ao ato de relatar algo.

Como explica Pontes (2015), fatos sociais possuem dimensão singular e essa, por sua vez, é apreendida e ressignificada pelo jornalista no processo de elaboração do fato jornalístico. Assim, os fatos jornalísticos podem ser compreendidos a partir da seguinte tese: "são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo" (Genro Filho, 2012, pp.196-197).

Apesar de não abordar a nomeação como fenômeno da linguagem inserido no jornalismo, Genro Filho (2012) produz um exemplo que ajuda a visualizar como nomear determinados objetos do discurso no fato jornalístico passam pela escolha das palavras.

> Vejamos um exemplo extremo: ocorreu um fato que envolve Pedro e João, no qual o último resultou mortalmente ferido por um tiro disparado pelo primeiro. Posso interpretar que Pedro "matou", "assassinou" ou "tirou a vida de João". Ou, ainda, que Pedro apenas executou, sob coação, um crime premeditado por terceiros. Não posso esconder, entretanto, que Pedro atirou contra João e que este resultou morto. (Genro Filho, 2012, p.197).

No âmbito da objetividade, não se poderia negar, a partir do exemplo citado acima, que um tiro foi disparado e um homem foi morto. Em contrapartida, está na subjetividade determinada escolha lexical feita pelo jornalista para nomear a violência. "Matou", "assassinou" ou "tirou a vida de João" são nomeações de determinado ato.

Diante da necessidade de elaborar notícia, a proposta de Genro Filho (2012) é questionar a tese da pirâmide invertida e fomentar que notícias são discursivamente construídas por meio de uma estrutura que pode ser visualizada como uma típica pirâmide do Egito, cuja base é alargada e tem-se uma ponta para cima em representação ao ponto singular da notícia. Assim, parte-se do ponto singular para se chegar aos pontos particular e universal do fato jornalístico.

Pontes (2015) salienta que a tese de Adelmo Genro Filho aprofunda o olhar em relação ao jornalismo. Torna-se impossível encará-lo como meramente uma modalidade de informação ou como simples reprodução do que é o meio (a TV, rádio, internet, etc.). O jornalismo como forma de

conhecimento se insere como prática profissional nascida de uma necessidade social e produtora de uma específica forma de apreensão da realidade.

Assim, a base ontológica da proposta de Genro Filho (2012) está na relação estabelecida entre a subjetividade e a objetividade existentes no fenômeno social manuseado pelos jornalistas no processo de elaboração do fato jornalístico a partir de determinado fato social (Pontes, 2015).

> A tese da "pirâmide invertida" quer ilustrar que a notícia caminha do "mais importante" para o "menos importante". Há algo de verdadeiro nisso. Do ponto de vista meramente descritivo, o lead, enquanto apreensão sintética da singularidade ou núcleo singular da informação, encarna realmente o momento jornalístico mais importante. *Não obstante, sob o ângulo epistemológico – que é o fundamental – a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, recolocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base.* O segredo da pirâmide é que ela está invertida, quando deveria estar como as pirâmides seculares do velho Egito: em pé, assentada sobre sua base natural. (Genro Filho, 2012, p.201, grifo do autor).

Como sistematizado por Meditsch (1992), as três categorias propostas por Genro Filho (2012) representam dimensões reais e objetivas do mundo, são uma tentativa de representar objetivamente as existências das coisas a partir das três dimensões que, em alguma medida, estão sempre relacionadas entre si. Singular, particular e universal são diferentes, porém, ao mesmo tempo, coexistem e são inseparáveis.

A singularidade representa o que há de mais forte no jornalismo por ser relacionada às especificidades de determinado fato. Ela integra os aspectos menos generalizantes de determinada notícia, costumeiramente ensinados como dados que precisam integrar o lead da notícia (Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992; Pontes, 2015).

Assim, o lead carregaria em si o princípio básico da singularidade e jornalismo será uma forma de conhecimento não a partir das funções desenvolvidas na sociedade, como propôs Park (1972), e sim, por meio do conhecimento cristalizado no singular, na especificidade de determinados fatos compostos por outras duas camadas, o particular e o universal.

> Quando os professores ensinam a fazer lead, eles dizem para partir

> sempre daquilo que é mais peculiar, estranho ou diferente. Se o sujeito matou o outro em frente à delegacia, comecem por aí: "Em frente à delegacia..." Se um velho, por exemplo, de noventa anos, mata alguém, o bom jornalista prático começaria assim: "Aos noventa anos de idade, fulano de tal teve forças para..." Quer dizer, o aspecto vivo, o aspecto central do conhecimento que o Jornalismo deve formular é a singularidade do evento. (Meditsch, 1992, p.31).

O particular corresponde a determinados contextos que particularizam o fato jornalístico. Sendo tomada, por exemplo, uma notícia factual como referência, pode-se pensar que a singularidade traz no lead os pontos específicos de determinado fato, enquanto o particular está enraizado no contexto específico desse fato. Como afirma Genro Filho (2012, p.202): "Aqui entra em jogo não apenas o problema de uma linguagem adequada, mas, principalmente, o enfoque epistemológico que vai presidir essa linguagem e permitir sua eficácia".

O universal, por sua vez, aparece nos pontos que tornam determinado fato comum a todos, a universalidade. Para Genro Filho (2012), no universal estão incluídos e dissolvidos os fenômenos singulares e, ao mesmo tempo, os fenômenos particulares de determinado fato jornalístico. Desse modo, existe uma negação inerente do protagonismo do particular e do universal à medida que está na busca pela singularidade a essência do trabalho jornalístico.

"O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados" (Genro Filho, 2012, p.172). Sendo a singularidade a essência da notícia e o ponto mais importante no processo de teorização do jornalismo como forma de conhecimento, qual seria, então, o papel da nomeação na singularidade?

Para essa reflexão, volta-se ao exemplo de Genro Filho (2012) citado anteriormente:

> Vejamos um exemplo extremo: ocorreu um fato que envolve Pedro e João, no qual o último resultou mortalmente ferido por um tiro disparado pelo primeiro. Posso interpretar que Pedro "matou", "assassinou" ou "tirou a vida de João". Ou, ainda, que Pedro apenas executou, sob coação, um crime premeditado por terceiros. Não posso esconder, entretanto, que Pedro atirou contra João e que este resultou morto. (Genro Filho, 2012, p.197).

Para além das reflexões do autor ligadas à objetividade e subjetividade ao citar esse exemplo, percebe-se como a singularidade da notícia é, do mesmo modo, construída pela expressão da linguagem. Não

é apenas uma questão de interpretação, como sugere Genro Filho. Dá-se a conhecer sobre determinado fato jornalístico ao nomear não somente os sujeitos envolvidos como os elementos que compõem o contexto.

Ao escolher, no âmbito lexical, entre “matou”, “assassinou” ou “tirou a vida de João”, o jornalista está nomeando determinada violência em um processo ligado à precisão da informação. Nomeia-se não apenas pelo nome próprio, mas igualmente por meio de palavras identificadoras de outro referente.

Como explica Meditsch (1992), os enunciados produzidos pelos jornais são inseridos no diálogo social criado sobre determinado fato jornalístico. Esse processo é gerado à medida que, ao noticiar determinado fato, cria-se uma proximidade não apenas com o fato em si, mas com os sujeitos envolvidos. Assim, ao reportar determinados fatos a partir das singularidades, o jornalista cria e recria conhecimento.

Outro aspecto importante para essa concepção é a noção de forma. Se o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizado no singular, a forma para Genro Filho (2012) está relacionada ao modo específico de se retratar determinada realidade a partir do fluxo de ordenação da informação tipicamente jornalística. A materialidade do jornal passa pela forma como é construído em parâmetro reconhecidos pelos jornalistas envolvidos no processo.

A reflexão proposta por Genro Filho (2012) em torno da forma encontra ressonância em autores como Pontes (2015), que pensa o ofício jornalístico ligado à mediação a partir de duas bases: (1) a identificação da forma inerente ao conteúdo dos fatos sociais; (2) o reconhecimento da forma que o jornalista dará ao fato jornalístico apresentado como notícia. Destarte, a noção de jornalismo como forma de conhecimento passa por três noções: (1) subjetivo e objetivo; (2) forma e conteúdo; (3) singularidade, particularidade e universalidade (Pontes, 2015).

2.3 Eduardo Meditsch: jornalismo e saber

Outro pesquisador importante na projeção do jornalismo como forma de conhecimento é o professor e jornalista Eduardo Meditsch. Além de sistematizar os conceitos enraizados na dinâmica de Adelmo Genro

Filho, ele parte de uma pergunta basilar para estabelecer suas próprias reflexões sobre o tema: "Jornalismo: transmissão de conhecimentos ou degradação do saber?" (Meditsch, 1997).

A resposta do autor é de que o jornalismo é uma forma de conhecimento, porém, é uma forma de conhecimento que tanto pode reproduzir outros saberes quanto degradá-los, sendo possível, inclusive, executar ambos ao mesmo tempo. O trabalho de Meditsch (1997) revela como a perspectiva do jornalismo como forma de conhecimento avançou ao longo do século XX.

Os primeiros sinais são reconhecidos na década de 1940 com Robert Park, avançam no final da década de 1980 com Adelmo Genro Filho e, com apoio da obra de Eduardo Meditsch, ingressam na última década do século com inúmeros trabalhos reprodutores desse debate. Meditsch (1997) sistematiza essa caminhada conceitual do jornalismo como conhecimento a partir de três possíveis interpretações.

A primeira está na definição de conhecimento como um ideal abstrato que, após ser estabelecido, torna-se parâmetro para o julgamento de qualquer modalidade de conhecimento elaborado pela humanidade. É o caso do pensamento positivista que insere a ciência como única fonte de conhecimento válido.

Nessa perspectiva, o jornalismo não produz um conhecimento validado e sua produção está mais atrelada à degradação do saber. Para exemplificar essa interpretação, Meditsch (1997) cita o escritor austríaco Karl Kraus (1874–1936), reconhecido por críticas ao jornalismo como se o conteúdo dos jornais fosse sempre algo de menor validade.

É de Karl Kraus[14] algumas frases como: "Os jornais têm aproximadamente a mesma relação com a vida que as cartomantes com a metafísica"; "O que a sífilis poupou será devastado pela imprensa. Com o amolecimento cerebral do futuro, a causa não poderá mais ser determinada com segurança"; "A missão da imprensa é a de difundir o espírito e, ao mesmo tempo, de destruir toda capacidade de assimilação"

[14] As frases foram traduzidas do livro *Sprueche und Widersprueche* (em tradução livre, "Ditos e Contraditos"), publicado por Karl Kraus em 1909. A obra teve alguns trechos traduzidos e reproduzidos na Folha de S.Paulo em 05 de agosto de 1984. O material publicado na Folha de S.Paulo é o mesmo citado por Meditsch (1997) e, após ser consultado pelo autor desta tese, serviu de base às reflexões aqui propostas.

(Kraus, 1984).

Se a primeira perspectiva insere o jornalismo como forma de degradação a partir de pensadores como Kraus (1984), Meditsch (1997) cita o segundo meio de abordar o jornalismo como forma de conhecimento: como se fosse "ciência menor". Meditsch insere nessa linha teórica o próprio Robert Park, tido como autor de referência para os estudos do jornalismo como forma de conhecimento. Seu argumento é de que Park encara o jornalismo como conhecimento inferior por conta da perspectiva filosófica atrelada ao pragmatismo do filósofo norte-americano William James.

> A partir da perspectiva filosófica do pragmatismo de William James, que abandona o conhecimento como um ideal para observá-lo como um dado da vida humana, concluindo que as pessoas e as coletividades lidam simultaneamente em suas vidas com várias espécies de conhecimento, Park começa a definir o Jornalismo a partir do que tem de diferente, do que lhe é específico como forma de conhecimento da realidade. Embora admita a distinção entre tipos de conhecimento, o sociólogo norte-americano não avança neste aspecto muito além do que James já havia realizado ao distinguir entre um "conhecimento de" utilizado no cotidiano e um "conhecimento sobre", sistemático e analítico, como o produzido pelas ciências. Para situar o Jornalismo, Park vai propor a existência de uma gradação entre as duas espécies de conhecimento e colocar a notícia num nível intermediário entre elas. (Meditsch, 1997, p.3).

O problema da abordagem de Park, como afirma Meditsch (1997), está no fato de, ao estabelecer comparações entre o jornalismo e a ciência ou a história, torna-se inviável chegar ao ponto crucial do debate: afinal, o que o jornalismo tem de específico para ser pensado como forma de conhecimento? Como apontado por Moretzsohn (2007, p.130), a comparação do jornalismo com a ciência "costuma ser uma tática mal disfarçada para desqualificar o jornalismo como forma de conhecimento".

Meditsch (1997) propõe, desse modo, que o jornalismo seja pensado como conhecimento a partir de uma terceira abordagem: a que leva em consideração ao que ele tem de único e original, ao invés de focar em suas diferenças em relação à ciência ou história.

Parte-se da premissa que o jornalismo não apresenta determinada realidade nem melhor nem pior que a ciência, ele apenas apresenta de modo peculiar, e nas suas peculiaridades pode-se encontrar aspectos ausentes em outros modos de conhecimento.

> O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio

> produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social. (Meditsch, 1997, p.3).

Em uma tentativa de sistematizar as características do jornalismo como conhecimento a partir de Meditsch (1997), podemos trabalhar com algumas relevantes contribuições do autor. A primeira é que há relação direta entre o que se conhece por meio do jornalismo e a percepção do público sobre o que é conhecido.

O conhecimento do jornalismo, nesse sentido, está próximo do senso comum e se preocupa em descrever eventos de determinada realidade compartilhada com uma audiência que compreende os recursos da linguagem utilizados. Para compreender o senso comum, Meditsch (1997) recorre a Berger e Luckmann (2014):

> A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana. (Berger e Luckmann, 2014, p.40).

Assim, o fato de estar atrelado à vida cotidiana e próximo do senso comum, o conhecimento do jornalismo apresenta sinais de fragilidade se for tomado como método analítico e demonstrativo. Por outro lado, se fortalece à medida que apresenta princípios de realidade de um público.

Outra característica do jornalismo como conhecimento está no que o autor chama de "distribuição social" e envolve os meios de circulação do saber. Parte-se do princípio de que nem todas as pessoas sabem as mesmas coisas ao mesmo tempo e do mesmo modo. Os saberes circulam de modo não linear, seja o conhecimento científico ou o senso comum. No caso do jornalismo, seu conhecimento está enraizado em uma produção destinada ao público-alvo, um auditório pensado como consumidor de determinada informação (Meditsch, 1997).

Como explica o autor, há uma tentativa de preservar a audiência sem perder de vista a necessidade de transmitir determinado conhecimento da realidade para pessoas de diferentes perfis e que vivem em contextos sociais distintos. "É na preservação deste auditório ideal que o jornalismo encontra uma de suas principais justificações sociais: a de manter a

comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo" (Meditsch, 1997, p.8).

Uma terceira característica está na forma como o conhecimento é transmitido. O discurso jornalístico é estruturado dentro de parâmetros peculiares à produção jornalística. A notícia seria, então, o exemplo clássico de forma para o conhecimento. Ela surge de um processo de reunião de informações, seleção e hierarquização que delimitam a formato.

Ao admitir que a notícia é um elemento central para pensar o jornalismo como forma de conhecimento, Meditsch (1997, p.8) aciona Genro Filho (2012) e seu conceito de singularidade: "o jornalismo serve ao mesmo tempo para conhecer e reconhecer".

Uma quarta característica é o fato de o conhecimento no jornalismo estar sempre atrelado a um contexto. O discurso noticioso, ao retratar determinado aspecto da realidade, necessita de contexto. Esse passo é, inclusive, contrário ao da ciência, que costuma isolar contextos para analisar objetos. Assim, Meditsch (1997) defende que não se pode pensar o jornalismo como ciência menor ou ciência mal feita, pois ele não é ciência. Jornalismo é uma forma de conhecimento com características próprias que precisam ser reconhecidas em qualquer processo de análise.

Se o conhecimento do jornalismo tem suas características, ponto relevante são os seus limites. Para Meditsch (1997), esse conhecimento está sempre condicionado histórica e culturalmente pelo contexto, além de ser estruturado em bases subjetivas atreladas aos que participam da sua produção seja no âmbito dos sujeitos ou das organizações noticiosas.

Esses e outros aspectos são chamados por Meditsch (1997) de "condicionantes" da produção do conhecimento no jornalismo. Eles evidenciam como as notícias são, antes de tudo, uma construção social de determinada realidade. Ou seja, são elaborações que levam em conta o modo como jornalistas encaram os assuntos, a rotina do veículo de comunicação, as possibilidades técnicas e financeiras disponibilizadas para a produção da notícia, além de uma miríade de interesses sempre associados às organizações noticiosas.

> Um dos principais problemas do jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparência destes condicionantes. A

> notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não. (Meditsch, 1997, p.10).

Existem ainda outros dois aspectos limitantes ao conhecimento do jornalismo: a velocidade e a espetacularização. No primeiro ponto, Meditsch (1997) refere-se ao processo de produção da notícia atrelado ao *deadline*, ao fluxo de produção que precisa ser interrompido em determinado ponto para a publicação em um específico prazo que oscila a depender do tipo de organização noticiosa. Essa noção de velocidade é tida como um limite ao conhecimento produzido e, simultaneamente, uma vantagem em relação a outros modos de conhecer.

No âmbito da espetacularização, Meditsch (1997) aponta à necessidade de o jornalismo produzir conhecimento a partir de estratégias discursivas com a finalidade de atrair o máximo de leitores. Ele cita, por exemplo, outros tipos de textos como o relato científico ou um relatório policial, que são registros de determinada realidade, mas não elaborados para uma audiência expressiva. Isso torna o discurso jornalístico persuasivo por natureza a fim de angariar o público por meio de técnicas discursivas.

A nomeação, no cenário proposto por Meditsch (1997), pode ser encarada como uma estratégia discursiva inserida na linguagem e que, na rotina de produção da notícia, é estrategicamente elaborada na composição dos conteúdos. O jornalismo produz conhecimento acerca de determinada realidade e, para isso, recorre a termos que são passíveis de reconhecimento pela audiência. Nomeia-se a realidade para um público que precisa compreender aquilo que está no jornal.

2.4 Perspectivas atuais no ecossistema pós-industrial da notícia

A caminhada teórica feita até aqui indica como pensar o jornalismo como forma de conhecimento é um processo atravessador do século XX. Tem início com Robert Park, em 1940, avança pela perspectiva marxista de Adelmo Genro Filho (1987) e apresenta-se como linha teórica sistematizada e aberta a novas investigações na década de 1990, a partir

dos escritos de Eduardo Meditsch (1992, 1997). Para quem se interessa pelas teorias do jornalismo, é impossível passar incólume a essa rede de pensadores ao abordar essa temática.

Pode-se afirmar que o ponto de intersecção entre todos esses autores é a centralidade do jornalismo no oferecimento de notícias que passam a ser referências de como os sujeitos interpretam a realidade. Os autores citados acima marcam uma fase em que estabelecer o jornalismo como forma de conhecimento significava caracterizar o tipo de conhecimento produzido e indicar seus respectivos impactos na sociedade, a partir de modos diversos de conceituar a realidade (Franciscato, 2009).

Duas perguntas, no entanto, precisam ser respondidas na estrutura teórica desta pesquisa: (1) afinal, o que aconteceu com essa perspectiva teórica no século XXI? (2) Qual a ligação entre o jornalismo como forma de conhecimento e a nomeação como fundamento do jornalismo? O que se inicia neste trecho da pesquisa é uma tentativa de responder essas duas perguntas sem que haja, evidentemente, nenhuma pretensão de esgotar o assunto. Essas são questões de validade continuada e que podem ser respondidas de diferentes meios.

Inicialmente, centralizaremos esforços na primeira pergunta a partir de pesquisas que mostram inquietações e avanços nessa discussão. Sponholz (2007, 2009), por exemplo, preocupou-se com as questões: "Pode-se confiar no tipo de conhecimento que o jornalismo produz?" e "Pode-se conhecer a realidade através do jornalismo?". Benetti e Lisboa (2015), por sua vez, possuem outras indagações: "Se é pertinente considerar o jornalismo como uma forma de conhecimento, então como ele se torna um conhecimento? Como funciona este processo?".

Há ainda Franciscato (2005, 2018, 2020a, 2020b), que propôs releitura da temática e reforçou aspectos da temporalidade e inovação para pensar o jornalismo e conhecimento. Ele problematiza o conhecimento do jornalismo no cenário de "transformação" e "crise" associado às tecnologias digitais e à crise de legitimidade da profissão.

Uma interrogação basilar de Franciscato para esta tese é:

> Se o jornalismo possui este entranhamento no conhecimento do mundo

> social, como a sociedade pode estar tão convictamente questionando seu papel social e crendo que, eventualmente, pode prescindir dele na comunicação cotidiana? (Franciscato, 2018, p.2).

Começaremos a pensar o jornalismo como forma de conhecimento no século XXI a partir de Sponholz (2007, 2009). Ela sugere o jornalismo como "um tipo de processo de conhecimento". Sua perspectiva parte do modo geral como o conhecimento é absorvido pelos sujeitos em relação a determinados referentes (sejam eles vivenciados ou percebidos). Essa ideia questiona o princípio de que conhecer significa apenas vivenciar ou perceber algo. Ou seja, as informações e estímulos recebidos do mundo exterior são processadas pelos sujeitos e transformadas para deliberar determinado conhecimento.

A discussão do conceito de realidade é uma constante no trabalho de Sponholz (2007, 2009). Sua premissa é a de que a realidade midiática é condicionada à correlação estabelecida com as realidades física e social. Essa correlação, no entanto, só é possível a partir da observação/apuração do jornalista.

A autora reforça, no entanto, que a mera observação pode levar ao falseamento da percepção. Por isso é preciso haver regras e normas que guiem a observação, sendo nessa relação inserida a objetividade jornalística como a "percepção da realidade guiada por normas e regras profissionais" (Sponholz, 2009, p.149).

As realidades física e social estão na base do que é noticiado. A primeira delas tem um status ontológico e existe mesmo que não haja o olhar humano para compreendê-la, como é o caso dos fenômenos naturais como enchentes ou erupções vulcânicas. Mesmo que não houvesse nenhum humano no mundo, ainda assim esses fenômenos irromperiam. Ao noticiarem essas realidades, os jornalistas têm como objeto o mundo natural, composto justamente pelos objetos físicos do mundo (Sponholz, 2009).

A realidade social, em contrapartida, é formada pelos objetos da realidade que só existem por conta de ações humanas. Relações políticas, manifestações culturais, conflitos de classe, lutas por visibilidade e direitos etc. Todas fazem parte da realidade por conta de modalidades de interações que existem a partir da produção de sentidos nessas relações.

Como explica a autora, esse mundo é "composto por estados de consciência ou por comportamentos e disposições para agir" (Sponholz, 2009, p.81).

Para produzir determinada elaboração dessas realidades, Sponholz (2009) defende que o objeto do jornalismo é a própria realidade. Logo, existe uma realidade midiática que pode ser entendida como representação simbólica de outra realidade, que pode ser física ou social. As noções de realidade elaboradas pela autora são baseadas na obra do filósofo austríaco Karl Popper (1902 – 1994), e são ajustadas ao papel da mídia e sua função como mediadora da realidade.

O fluxo de transformação do estímulo oriundo do mundo exterior em conhecimento envolve a classificação de referentes. Ao teorizar a esse respeito, Sponholz (2007) apresenta pistas de como nomear é crucial à produção do conhecimento e, dessa maneira, torna-se peça fundamental à produção da notícia. No caso do jornalismo, esse processo tem início quando o fato social (ou seus elementos) começam a ser nomeados no processo de construção do fato jornalístico.

> Um exemplo disto ocorreu durante a guerra na Bósnia, quando alguns jornalistas europeus classificaram os campos de prisioneiros de guerra como campos de concentração, uma experiência histórica que faz parte dos conteúdos vivenciados por eles anteriormente. A correspondente de guerra brasileira Cristiana Mesquita também cobriu o conflito, mas comparou a situação dos campos na Bósnia com a das prisões brasileiras. Quando um campo de prisioneiros de guerra é classificado como campo de concentração, então são tiradas conclusões a esse respeito, sem que estas tenham sido necessariamente observadas. (Sponholz, 2007, p.4).

Para pensar esse processo no jornalismo, Sponholz (2007) aciona teóricos que trabalham o conceito de rotulação (*labeling*), como Stocking e Gross (1989). Em uma obra que reflete acerca do viés cognitivo na produção das notícias, Stocking e Gross (1989) tomam como basilar o alojamento de pessoas e eventos em determinada categorização demarcadora de possíveis interpretações. Assim, em uma notícia, eventos por si só não possuem sentido, é preciso estabelecer o sentido a partir do *labeling*, termo que aqui consideramos como nomeação.

Stocking e Gross (1989) citam, por exemplo, estudo feito em 1976 quando pessoas foram convidadas a reportar o que viam em um vídeo com dois homens que mantinham contato físico em contexto de disputa

por serem de diferentes correntes políticas. Em um vídeo, a interação acontecia entre dois homens brancos. No segundo, a mesma interação era feita entre um homem branco e outro negro.

Enquanto as pessoas que observaram os dois homens brancos descreviam a cena de interação entre os sujeitos como colisão ("*bump*"), a mesma interação foi classificada como empurrão ("*shove*") diante da presença de um negro. Logo, identificar sujeitos como brancos ou negros aciona não apenas determinado conhecimento relacionado ao sujeito envolvido em determinado fato, mas sim, carrega uma série de impressões ligadas à categoria social em que esse sujeito está inserido.

A categorização não acontece apenas com sujeitos. Qualquer evento pode tornar-se ambíguo se não for noticiado a partir de determinada categorização (Stocking & Gross, 1989). É o que acontece cotidianamente quando lemos ou assistimos o noticiário e passamos a conhecer fatos do mundo a partir das nomeações como "crime de feminicídio", "caso de homofobia", "protesto", "greve", "homicídio", etc. O jornalismo não apenas noticia o fato, ele o classifica dentro de uma limitada lista de possibilidades.

> Em tudo isso, é essencial entender que os eventos, dentro e fora de si mesmos, não têm significado. Eles recebem um significado pela percepção individual. Por causa do papel ativo dos observadores nesse processo, é possível para diferentes observadores rotular ou construir os mesmos eventos de maneiras muito diferentes. Isso não quer dizer que as pessoas sempre constroem os mesmos eventos de maneiras diferentes. Obviamente, pode haver um acordo universal (ou quase universal) sobre a construção de alguns eventos (por exemplo, "isto é um incêndio"). (Stocking & Gross, 1989, pp.25 – 26, tradução nossa[15]).

Com essa base teórica delimitada por Stocking e Gross (1989), Sponholz (2007) pondera que a rotulação é inserida no processo de aquisição de conhecimento: "A rotulação dá sentido ao acontecimento, pois o que aconteceu é comparado com uma situação vivida anteriormente e recebe a mesma 'etiqueta'" (p.4).

Nesse cenário, a autora propõe que o jornalismo seja encarado como "um tipo de processo de conhecimento". Ele não espelha a realidade, pois este é um processo seletivo e construtivo, porém, pode ser tido como

[15] Trecho original: In all of this, it is essential to understand that events, in and of themselves, do not have meaning. They arc given meaning by the perceiving individual. Because of the perceivers' active role in this process, it is possible for different perceivers to label or construct the same events in very different ways. This is not to say that people always construct the same events in different ways. Obviously, there can be universal (or near-universal) agreement on the construction of some events (e.g., "this is a fire").

produtor de uma realidade primária marcada pela redução da complexidade do real.

O conhecimento do jornalismo, desse modo, está centralizado no modo como esse conhecimento é produzido, pois existe um método próprio de dar a conhecer sobre determinada realidade a partir de regras profissionais que são específicas do jornalismo. Na construção de uma notícia, reportagem, ou mesmo de uma simples nota, os jornalistas executam um caminho de produção que é internalizado ao longo da sua formação e, acima de tudo, aprendido no processo de socialização entre seus pares profissionais (Sponholz, 2009).

O método jornalístico de produção de conhecimento envolve procedimentos que o diferenciam de outras formas de conhecimento, como o senso comum ou a ciência, porém, ao mesmo tempo, o aproxima dessas formas de conhecimento que também são elaboradas a partir de regras específicas. No caso do jornalismo, esses mecanismos para formulação do conhecimento envolvem a seleção de determinado tema, o enquadramento dado, a escolha das fontes e a formulação de perguntas que ajudam a elaborar o discurso em relação ao que se torna notícia (Sponholz, 2009).

Além do método jornalístico que permite a formulação de um conhecimento específico, Sponholz (2009) reforça que elementos externos são influenciadores na dinâmica de construção da realidade midiática. Fatores como a estrutura organizacional das empresas jornalísticas, os valores profissionais dos jornalistas, a relação com a expectativa dos leitores e a socialização na redação são aspectos que fazem parte do que ela chama de “esfera de influência” das rotinas produtivas do jornalismo.

Exemplos dessa relação são o horário de fechamento dos jornais, a delimitação da jornada de trabalho e a própria infraestrutura ofertada para o trabalho.

> Concluindo-se, pode-se dizer que o jornalismo apresenta diferenças e semelhanças tanto com a ciência quanto com o senso comum, sendo, portanto, um tipo de conhecimento híbrido. Estas diferenças se refletem diretamente na forma como jornalistas e cientistas buscam conhecer a realidade, ou seja, nos seus métodos. (Sponholz, 2009, p.116).

Com uma perspectiva que pode ser classificada com complementar

a de Sponholz (2009), Moretzsohn (2007) sugere refletir acerca do status atribuído socialmente ao jornalismo. A ele é direcionada a ideia de detentor de autoridade em nome do público possuidor do direito à informação. Para isso, possui seus próprios instrumentos de investigação.

O jornalismo, nesse sentido, é reconhecido socialmente com instância que precisa "saber" para compartilhar com a audiência, relação crucial para pensá-lo como forma do conhecimento. Por outro lado, Moretzsohn (2007, p.130) indica a natureza do discurso jornalístico, que se apresenta como discurso da realidade quando é apenas "um discurso sobre a realidade" (grifos da autora).

Além disso, a própria noção de fato jornalístico precisa ser problematizada, haja vista que as notícias devem ser vistas como produtos dos jornalistas, porém, simultaneamente, que a própria estrutura midiática produtora dos fatos jornalísticos é elemento integrante da configuração dos acontecimentos.

Benetti e Lisboa (2015) propõem uma visão que segue a intensa relação de complexidade ao pensar o jornalismo como forma de conhecimento. Interessadas em descobrir como o jornalismo se torna conhecimento, elas sugerem a compreensão de jornalismo como verdade justificada.

Isso pressupõe que, para ser considerado conhecimento, o jornalismo passa antes pelos pilares da crença, verdade e da justificação. As autoras acionam autores da filosofia, a partir da Teoria do Conhecimento, para propor que o jornalismo é conhecimento instituído como "crença verdadeira justificada".

Para defender esse argumento, elas recorrem a conceitos densos como credibilidade, discurso jornalístico e verdade. É mérito das autoras uma proposta de reflexão que pensa o conhecimento do jornalismo não apenas a partir do jornalismo, mas da relação estabelecida com o consumidor da informação.

> Basicamente, o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade, e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso. Sem isso, segundo nossa perspectiva, não existe a formação do conhecimento jornalístico. (Benetti & Lisboa, 2015, p.11).

Entre os caminhos conceituais propostos por Benetti e Lisboa (2015),

nos interessa especificamente a conexão elaborada entre “crença” e “veracidade”. A convicção de que o jornalismo é uma “crença verdadeira justificada” provoca um encaixe de relações: a veracidade torna-se crucial à crença no jornalismo. Sem isso, o jornalismo não finca suas bases como fonte de informação cuja proposta é reportar e/ou interpretar determinada realidade.

> O problema da veracidade impõe certas condições para além da simples correspondência à realidade. Se a narrativa jornalística visa ser conhecimento, ela não pode ser apenas uma interpretação qualquer. Tem que ser uma interpretação plausível e com elevado poder explicativo. [...] Como o conhecimento jornalístico não é da ordem das ciências exatas, a verdade a que aspira é sempre uma aproximação. Não há como fugir das interpretações, pois qualquer fato será mediado por uma. Assim, o problema não é a interpretação em si, mas a interpretação que não está justificada e que não é explicativa. (Benetti & Lisboa, 2015, pp.14 – 15).

Benetti e Lisboa (2015) mobilizam concepções do linguista francês Patrick Charaudeau a fim de delimitar quatro elementos utilizados pelo jornalismo como indicativo confiável de que se trata de uma verdade: autenticidade, designação, verossimilhança e explicação. Charaudeau (2013) aborda esses conceitos ao discutir a informação como ato de comunicação, como transmissão de um saber apoiada em determinada linguagem.

Charaudeau (2013, p.55) explica que os grupos sociais elaboram meios de afirmar a veracidade das informações que disseminam. São provas que devem ser “objetivas, independentes da subjetividade do sujeito falante, exteriores a ele e reconhecidas por outros”. É nesse contexto que ele explica as quatro provas de verdade citadas por Benetti e Lisboa (2015). A primeira delas é a autenticidade, ligada à possibilidade de atestar a existência dos seres no mundo sem o uso de filtros ou artifícios que atrapalhem a percepção da audiência.

A segunda prova de verdade é a designação, que consiste na apresentação de provas, como documentos e objetos, validadores do que é dito. Em terceiro está a verossimilhança, atrelada à reconstituição da existência possível. Nesse âmbito, sondagens e testemunhos costumam ser aplicado pelos jornais com o intuito de simular como determinado fato aconteceu. Por fim, existe a explicação, associada à necessidade de identificar as razões para os fatos e as intenções e finalidade das pessoas

envolvidas (Charaudeau, 2013).

A partir do diálogo promovido entre Charaudeau (2013), Benetti e Lisboa (2015), pode-se projetar o papel da nomeação nesse fluxo ligado à veracidade da informação. O conceito do linguista francês de "autenticidade" passa pelo ato de nomear os objetos do discurso inseridos nas informações, apesar de esse ponto não ser abordado pelas autoras. Mais adiante na pesquisa, esse tema voltará a ser abordado a partir do que Charaudeau (2013) chama de denominação.

Como afirmam Benetti e Lisboa (2015, p.16), a verdade é a primeira condição para o jornalismo ser tido como crença verdadeira justificada. Nesse caso, a noção de verdade é amparada na relação de correspondência com a realidade, é o ponto que promove no leitor a capacidade de aferir determinado nível de fidelidade entre o relato do jornal e fato social. Para esse ciclo ser completado, as autoras relembram: "o jornalismo faz uso de escolhas discursivas como a fotografia, o recurso a fontes especializadas, o detalhamento dos fatos, a explicação do tipo de abordagem e a contextualização dos eventos".

> Como modo de conhecimento, o jornalismo é uma crença verdadeira justificada. Isso significa que o jornalismo se torna um conhecimento quando o sujeito qualifica o que antes era apenas uma mera crença, passando a tomar o discurso jornalístico como confiável, já que este discurso demonstra de forma justificada que diz a verdade ou que buscou, por meio de seus procedimentos técnicos e profissionais, chegar à verdade. A crença simples passa a ser uma crença verdadeira e justificada, ou seja, um conhecimento. No eixo operatório deste processo de transformação, está o conceito de credibilidade. (Benetti & Lisboa, 2015, p.22).

Desafio maior no século XXI é pensar o conhecimento do jornalismo no atual contexto de jornalismo pós-industrial (Anderson et al., 2013), cercado de tecnologias digitais e inserido em uma sociedade que questiona o papel dos jornais e impõe crise de legitimidade à profissão. Um pesquisador dedicado a essa questão é Franciscato (2018, 2019, 2020a, 2020b). Seu foco tem sido pensar o jornalismo não como forma social de conhecimento, e sim, como produção social de conhecimento, ou seja, o jornalismo é pensando como prática, não como produto, a partir de um contexto social complexo.

Antes de investir nas reflexões centralizadas em Franciscato, é crucial compreender aqui o que se entende por jornalismo pós-industrial.

Quem nos ajuda nessa missão é Anderson et al. (2013), responsáveis por um dossiê que se tornou referência ao explicitar como o jornalismo se transformou no início do século XXI, quando métodos de apuração e divulgação das notícias mostravam-se em fase de profundas alterações em relação ao experimentado até o século anterior.

O termo jornalismo pós-industrial foi empregado primeiramente em 2001 pelo jornalista norte-americano Doc Searl, com o intuito de refletir sobre a prática jornalística não mais executada em proximidade com o maquinário de produção (Anderson et al., 2013). Se até o século XX a produção noticiosa ainda dependia integralmente das estruturas das organizações, a partir de computadores e máquinas de impressão, no período seguinte, depara-se com notícias produzidas em qualquer parte por meio de possibilidades tecnológicas como celular ou notebooks.

As condições de produção não são o único ponto do jornalismo pós-industrial. Anderson et al. (2013) movem-se no sentido de expandir conceitualmente o termo empregado pelo jornalista Doc Searl e pensam as atribuições do jornalismo no ecossistema pós-industrial de produção de notícia. Projeta-se o lugar ocupado pelos jornais e jornalistas na contemporaneidade, em um mundo conectado pelas redes sociais.

Um dos pontos abordados é a necessidade de revisar o modelo de negócio das organizações jornalísticas, que buscam meios de sobreviver sem depender, exclusivamente, da fonte de renda ligada à publicidade. Como explicam Anderson et al. (2013):

> O jornalismo pós-industrial parte do princípio de que as instituições atuais irão perder receita e participação de mercado e que, se quiserem manter ou mesmo aumentar sua relevância, terão de explorar novos métodos de trabalhos e processos viabilizados pelas mídias digitais. (Anderson et al., 2013, p.38).

Simultaneamente às questões financeiras e tecnológicas, as organizações jornalísticas passaram a lidar com a perda da hegemonia no controle da notícia. Hoje, o mesmo consumidor da notícia pode tornar-se um produtor de conteúdo. Essa relação alterou significativamente o que Anderson et al. (2013) chama de "ecossistema da notícia".

> Indivíduos adquiriram novos poderes porque, hoje, todo mundo tem acesso a um botãozinho onde se lê "publicar"; qualquer informação pode aparecer e se alastrar, levada nas asas de redes sociais hoje densas. As massas têm poder porque a mídia agora é social, criando um

> substrato não só para o consumo individual, mas também para a conversa em grupo. (Anderson et al., 2013, p.74).

Trabalhos como os de Deuze (2005), Stearns (2013) e Deuze e Witschge (2016, 2018) têm sido elaborados a partir da complexidade do contexto pós-industrial indicado por Anderson et al. (2013). Uma peculiaridade é o fato de que trabalhos que pensam o jornalismo nesse cenário têm pensado o jornalismo como um conjunto de práticas ou uma atividade, algo que, aparentemente, pode levar à interpretação de que autores ligados ao jornalismo pós-industrial têm se afastado da noção clássica de jornalismo como forma de conhecimento.

Deuze e Witschge (2016, 2018), por exemplo, associam o jornalismo pós-industrial como resultado de uma "modernidade líquida", conceito trabalhado pelo sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman. Nessa conjuntura, as práticas individuais são inseridas em contexto amplamente precarizado e marcado pela fluidez nas relações. "O jornalismo está passando de uma indústria mais ou menos coerente para uma gama altamente variada e diversificada de práticas" (2018, p.166, tradução nossa[16]).

Stearns (2013), por sua vez, abre mão das teorizações profundas sobre o jornalismo em si e opta por pensar os atos de jornalismo ("*acts of jornalismo*"). Sua visão parte do princípio de que as ferramentas tecnológicas abrem margem para qualquer pessoa exercer o papel de jornalista, desde que determinados atos típicos da atividade sejam seguidos. Como esses produtores de conteúdo se comportam e como oferecem a informação ao público é o ponto central da observação.

Pensar a notícia como forma de conhecimento nesse cenário é um desafio. Franciscato (2018, 2019, 2020a, 2020b) tem apresentado pistas para elaborar essas reflexões a partir de ligações com a noção de temporalidade, inovação e processos históricos envoltos em contextos sociais, econômicos e culturais de determinado tempo e lugar. Como afirma o autor:

> Como sujeito, ele [o jornalismo] é um agente de sua época: o conhecimento produzido é também produtor do ambiente, instrumento

[16] Trecho original: Journalism is transitioning from a more or less coherent industry to a higly varied and diverse range of practices

> para geração de processos e conhecimentos sociais e ferramenta para desenvolvimento social. (Franciscato, 2018, p.3).

Franciscato parte de um cenário inegável: existem fatores tecnológicos e sociais responsáveis por profundas mudanças no jornalismo. Essas transformações são percebidas não apenas nas organizações jornalísticas, mas no modo como o jornalismo se apresenta à sociedade. Logo, o processo de conhecimento produzido demanda novos olhares que levem em considerações as inovações no campo jornalístico e as possibilidades de pensá-lo em uma perspectiva interdisciplinar.

Existem três tipos básicos de conhecimentos acionados pela atividade jornalística e que estão sistematizados nos escritos do pesquisador. O primeiro é o conhecimento acadêmico, responsável por delimitar determinadas lógicas interacionais, institucionais, além de estabelecer relações de disputa por capital simbólico no campo jornalístico. Parte desse conhecimento a motivação para apresentar socialmente caminhos à compreensão do jornalismo como ato de comunicação ligado a uma prática específica.

O conhecimento seguinte está no que Franciscato (2018) chama de setor produtivo. É formado por empresas comerciais que hoje são o resultado de um processo iniciado no século XIX, quando se estabelecem as primeiras unidades de comercialização da notícia com o intuito de alimentar uma estrutura ligada ao capital/lucro financeiro. Esse conhecimento é produzido pelos atores sociais reconhecidos pelo saber técnico atrelado às práticas, procedimento e regramentos do campo jornalístico.

> É possível reconhecer uma tensão entre o primeiro conjunto de conhecimentos sobre o jornalismo, constituído em tradições humanísticas, e o segundo tipo de conhecimento, de natureza sistêmica, administrativa e tecnológica, em que um corpo de "técnicos peritos" estabelece princípios de produção e eficiência não apenas dos processos, mas também submetendo os produtos e essas lógicas. Assim, um empreendimento interdisciplinar exige a superação deste tensionamento e das formas como este se espalha para diferentes formas de tratamento do jornalismo, em particular sobre a noção de conhecimento produzido, já que a produção de conhecimento pode ser visto sob um viés humanístico ou tecnicista. (Franciscato, 2018, p.11).

A terceira modalidade de conhecimento apontada por Franciscato (2018) é aquele resultante do público sobre o jornalismo. Pode-se nomeá-lo precariamente como "conhecimento leigo" e engloba o saber daqueles

que não dominam as técnicas, prática e procedimentos típicos do setor produtivo. É no saber dessa fatia da sociedade que está (ou não) a "crença" no jornalismo como prática que desempenha determinada função em suas vidas.

A expressão "crença do público", problematizado anteriormente em Benetti e Lisboa (2015), aparece em Franciscato (2018) como algo estratégico para se pensar o jornalismo como forma de conhecimento no século XXI, quando a legitimidade da prática tem sido colocada em xeque.

Entre as perguntas em aberto, estão: a precariedade da profissão possibilita que ainda se sustente a tese de que o jornalismo é uma forma de conhecimento? Como o jornalismo pós-industrial pode ser pensado na perspectiva de ser uma forma de conhecimento?

Franciscato (2020a, 2020b) nos ajuda a responder essas questões quando busca uma interlocução entre inovação e conhecimento no jornalismo. Ele parte do relevante contexto social em que se pensa o jornalismo como objeto em continuada transformação por conta de novas infraestruturas, plataformas e ambientes das tecnologias digitais em rede.

As transformações no jornalismo são configuradas nesse cenário e, simultaneamente, são elaboradas com novo padrões de produção atrelados às tecnologias digitais em rede, além do tensionamento com um modelo de negócio visivelmente saturado.

Acontece que o contexto tecnológico que altera o jornalismo não é apenas do jornalismo, é da sociedade. Logo, a vida cotidiana é forjada nessas interações mediadas pelo ambiente digital e, por isso, o papel do jornalismo se funde nessa nova forma de encarar a realidade mediada pelas tecnologias. A relação entre sociedade, poder público e jornalismo segue demarcada pela presença da notícia e, desse modo, o autor defende que o conhecimento é construído no cotidiano das cidades a partir do que ele chama de "espaço de interações regradas ou disruptivas" (Franciscato, 2020b, p.12).

A partir da visão construcionista de Berger e Luckmann (2014), o autor utiliza a expressão "interações regradas" para evocar que o conhecimento do cotidiano é associado a determinado ambiente espaço-

temporal no qual as experiências são aproximadas tanto no espaço das relações comuns quanto no tempo em que as ações são executadas. Assim, a vida cotidiana é demarcada sempre por um "aqui e agora" compreendido socialmente a partir de interpretações dos objetos de realidade que são compartilhados (Franciscato, 2020b).

No âmbito do conhecimento do cotidiano como alvo de interações disruptivas, Franciscato (2020b) propõe pensá-lo a partir das rupturas. Michel de Certeau é acionado em sua obra de referência, *A invenção do cotidiano*, para pensar como o cotidiano da vida pode ser pensado a partir da quebra de normalidade, das práticas ou acontecimentos que rompem com o esperado e tornam o cotidiano algo perturbador e que precisa ser sistematizado antes de ser totalmente compreendido.

Nesse cenário, o conhecimento tem diferentes naturezas nas cidades e, para Franciscato (2020b), dois tipos são crucias: (1) o conhecimento técnico, responsável por ordenar os sistemas da vida urbana e que se manifesta em espaços regrados e administrados; (2) o conhecimento tácito, aquele enraizado na cultura e nos modos de vida dos cidadãos. Logo, o autor reforça que a pluralidade social de uma cidade evoca uma variedade de conhecimentos sustentados por distintas linguagens, expressões culturais, formas de conhecimento e matrizes cognitivas.

> Para ser aceito como produtor de conhecimento social, além da competência técnica o jornalismo tem que cumprir outra mediação, que é a institucional. Ou seja, assumir-se como instituição social carregada de valores caros à sociedade, como o da veracidade dos relatos, o reconhecimento da relevância de seus conteúdos, o respeito à pluralidade de vozes sociais, a atualidade dos fatos apresentados etc. Assim, em uma cidade complexa e atravessada por visões e interesses conflitantes, o compromisso pela mediação tende a estar em constante questionamento por seus habitantes, considerando a constelação de interesses políticos e econômicos locais em disputa. (Franciscato, 2020b, p.15).

Franciscato (2020b) defende que o jornalismo cumpre o papel de mediador social à medida que possui capacidade de transitar nos espaços de experiência coletiva. É sustentado na prática jornalística que o profissional tem condições de levar os fatos para o público por meio de determinado formato de relato. Isso faz com que o conhecimento construído pelo jornalismo sobre a realidade social exerça um papel de mediação na sociabilidade.

O pensamento franciscatiano considera que, nos moldes do mundo informatizado, o jornalismo se consolida como produtor de conhecimento social apenas se tiver capacidade de validar sua competência institucional. Isso significa assumir seu papel de origem, o de instituição social legitimada para narrar o presente, algo defendido desde o início do século XXI, quando lançou, em 2005, o livro *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*.

Na atualidade, Franciscato (2020b) avança no debate ao propor que o jornalismo precisa assumir definitivamente sua atribuição de instituição social vinculada a valores importantes no mundo dominado pelas mediações em rede, como a veracidade dos relatos, a relevância dos seus conteúdos, a valorização da pluralidade de vozes sociais e a atualidade dos fatos noticiados. "O desafio do jornalista como mediador seria criar condições de diálogo em ambientes invadidos pelo poder, mercado e práticas sociais de intolerância e ódio" (p.16).

O trabalho de Franciscato (2020b) é centralizado no jornalismo de cidades e na tentativa de desenvolver um aplicativo de comunicação móvel para celulares do tipo smartphone que pudesse ser destinado à qualificação do jornalismo de cidades em Aracaju, capital sergipana.

Nesse contexto ele elabora cinco componentes para pensarmos a produção de conhecimento no jornalismo: (1) o conhecimento é construído no cotidiano das cidades; (2) possui características variadas em associação à tessitura urbana; (3) está entranhado nas tensões e contradições do espaço urbano; (4) exerce função de mediação na sociabilidade das cidades; (5) é cada vez mais configurado em redes de tecnologias digitais.

Outro trabalho recente é o de Lückman (2020), autora preocupada em apresentar como o tipo de conhecimento produzido pelo jornalismo foi alterado diante do novo ecossistema midiático. Sua base teórica é fortemente ancorada nos saberes sociológicos de Manuel Castells, John Thompson e Edgar Morin, o que torna muito relevante sua sistematização das características que podem impactar na relação estabelecida entre conhecimento e jornalismo. São elas: (1) a comunicação onipresente, (2)

a autocomunicação de massa e as interações online, (3) o jornalismo em rede, (4) o desafio diante do engajamento do público), e (5) a desordem da informação.

A comunicação onipresente está relacionada à ideia de que, desde o advento da internet, as relações sociais têm se estabelecido em redes digitais de comunicação. Lückman (2020) utiliza a noção de "sociedade em rede", de Manuel Castells, para pensar como as tecnologias de informação e comunicação (TIC) alteraram o cenário do jornalismo, que continua a ser fincado em meios de comunicação de massa, só que existentes em outras plataformas.

É o caso do acesso às notícias pelo celular, a difusão da informação pelas redes sociais, dentre outras possibilidades evidenciadoras de que o conhecimento do jornalismo se mantém estruturado, mas é observado em outra dinâmica de apresentação à sociedade.

Outro ponto é a autocomunicação de massa e as interações online, processo pensado por Lückman (2020) principalmente a partir das noções de diferentes tipos de interações propostas por John Thompson. Ela assinala que se a internet e os dispositivos móveis ampliaram o acesso a um volume maior de informação, isso alterou o modo como é consumida a informação jornalística.

Hoje, o conhecimento do jornalismo é inserido em uma dinâmica de produção e circulação de conteúdo marcado pela comunicação hiperconectada e dialógica com as audiências. A ampliação da interação com o público e a pulverização da figura de um emissor, haja vista que hoje se produz notícias para muitos, e não mais para um receptor, nos leva a outro importante ponto debatido por Lückman (2020): o jornalismo está em rede.

O conhecimento do jornalismo produzido na atual sociedade hiper conectada não está apenas nas organizações tradicionais, mas em mídias alternativas ou comunicadores não profissionais que executam atos de jornalismo ao noticiarem fatos da realidade.

Todas essas informações, sejam do jornalismo *mainstream* ou não, são passíveis de se encontrar em grandes plataformas digitais que servem como propulsoras das notícias, como Google, Facebook, Instagram ou

Twitter. O jornalismo está em rede, as informações circulam em abundância e, desse modo, o conhecimento do jornalismo parte de diferentes locais e com particularidades distintas.

> Também marcante no jornalismo em rede é a reconfiguração do papel do jornalista como *gatekeeper* – ou seja, como o agente que define quais são os assuntos mais relevantes a serem incluídos no noticiário e, consequentemente, no debate público. Dado que a informação passa a circular de maneira descentralizada e em fluxos não-lineares, os veículos jornalísticos tradicionais deixam de ser os espaços exclusivos onde se seleciona o que se passa pelo "portão" dos critérios de noticiabilidade e o que fica de foram. (Lückman, 2020, p.157).

Esse ecossistema de produção da notícia remete ao quarto ponto identificado por Lückman (2020), o desafio jornalístico de lidar com o engajamento do público. Com suporte teórico de autores que pensam a pulverização da produção de notícia, a autora ressalta que a sociedade está cada vez mais exposta a conteúdos produzidos não necessariamente por jornalistas profissionais. Essa realidade impõe desafios ao jornalismo profissional e, acima de tudo, reforça seu papel como produtor de determinado conhecimento elaborado a partir de critérios que assegurem o reconhecimento social do que pode ser classificado como bom jornalismo.

Por fim, o último ponto apontada por Lückman (2020) como relevante na relação entre conhecimento e jornalismo reside no fortalecimento do processo de desinformação, atrelado diretamente ao fenômeno das *fake news* que ganha robustez no ecossistema midiático a partir de 2016. A autora abraça o conceito de "desordem informacional" (em inglês, *information disorder*), a partir Claire Wardle e Hossein Derakhshan, para apresentar com o jornalismo profissional precisa lidar na atualidade com um ambiente informacional no qual circulam informações falsas produzidas propositalmente para atingir determinado alvo.

É o caso, por exemplo, do "kit gay" ou "mamadeira de piroca", informações falsas disseminadas no Brasil durante as eleições de 2018 com o intuito de prejudicar a candidatura de Fernando Haddad (PT) em benefício da candidatura de Jair Bolsonaro, eleito pela extrema-direita a partir de uma pauta fincada no conservadorismo.

Lückman (2020) reforça que no novo ecossistema midiático os

problemas da desordem informacional não estão apenas na desinformação, haja vista a existência outros dois históricos problemas ligados ao jornalismo: a informação incorreta (no jargão jornalístico, a "barrigada") e a má-informação (a que está baseada na realidade, mas é utilizada para causar dano a alguém, como vazamento de dados sigilosos ou material estratégico ligado às lideranças políticas).

Entre a desinformação, a informação incorreta e a má-informação, ela afirma:

> A desinformação seria a manifestação de maior envergadura e com maior potencial destrutivos, já que se encontra na interseção entre os outros dois tipos: combina tanto os danos do conteúdo falso (que compartilha com a informação incorreta) como aqueles associados à má-fe. (Lückman, 2020, p.171).

Desse modo, as duas inquietações que abriram este capítulo começam a ser desenhadas positivamente. A primeira delas, sobre os rumos da perspectiva teórica do jornalismo como forma de conhecimento no século XXI, parece caminhar para um futuro promissor, com cada vez mais estudos preocupados em pensar o jornalismo como forma específica de conhecimento e que enfrenta desafios constantes na sociedade interligadas em redes e elaborada em um novo ecossistema midiático elaborado na internet.

A segunda pergunta, relacionada à ligação entre jornalismo como forma de conhecimento e nomeação como fundamento do jornalismo, é talvez mais desafiadora e esta pesquisa tem a ambição de contribuir para o debate. Se nomear é um fenômeno da linguagem responsável pelo estabelecimento do saber sobre as coisas do mundo, a prática jornalística da nomeação tem encontrado terreno fértil no jornalismo e seus desafios na contemporaneidade. Em um mundo hiper conectado, a prática jornalística da nomeação ganha ainda mais relevância.

A elaboração deste capítulo foi crucial para revelar como o jornalismo é uma forma de conhecimento que está calcada em estratégias discursivas. Nesse contexto, a nomeação é uma dessas estratégias e sua influência se torna ponto passível de diálogo com a corrente teórica que defende o conhecimento do jornalismo como algo próprio de uma área do saber.

De Robert Park, em 1940, até os autores do século XXI, é impossível

pensar que o conhecimento do jornalismo não venha de outra base se não a linguagem. Nomear é dar a conhecer sobre algo, e nomear em estruturas midiatizadas com potencial de longo alcance torna-se mais do que dar a conhecer. Nomear no jornalismo envolve o potencial de inserir coletivamente determinadas interpretações acerca do que é nomeado.

3 A nomeação como fundamento do jornalismo

Até este ponto do trabalho, foi apresentado como a nomeação é um fenômeno da linguagem que atravessa diferentes áreas do saber, como filosofia, linguística, onomástica e sociologia. No jornalismo, a nomeação pode ser pensada a partir de diferentes perspectivas, como será apresentado ao longo deste capítulo.

Nesta pesquisa, é tido como prioritário: (1) pensar a nomeação como forma de identificação direta, ou seja, a nomeação das fontes (seja por nomes próprios, apelidos ou pseudônimos); (2) identificar a nomeação por meio de marcadores sociais que nomeiam sujeitos e grupos sociais, como imigrantes, negros, gays, indígenas, transexuais, lésbicas, mulheres, etc.

Ao identificar a nomeação como fundamento do jornalismo, entendemos que um fundamento é algo ligado à razão de ser de determinado objeto e assegura valor a um dado conhecimento (Abbagnano, 2007; Japiassú & Marcondes, 2001). Nomear elementos da realidade no ato de informar faz parte da essência do jornalismo como

forma de conhecimento, como prática social destinada a servir de ponte entre a sociedade e os fatos do mundo.

Parte significativa deste capítulo é gerada a partir da revisão de literatura. Com base no acervo disponível no Portal de Periódico Capes, 71 ocorrências foram verificadas com "nomeação", outras 75 com "nomear". O mapeamento avançou ainda para 30 principais revistas[17] nacionais de comunicação e jornalismo.

Por fim, foram verificados os arquivos de cinco revistas de referência em língua inglesa, sendo utilizada a palavra-chave "naming". São elas: Journalism, Journalism Studies, Journalism Practice, Journalism & Mass Communication Quarterly e Newspaper Research Journal.

À medida que os trabalhos eram lidos, foi identificado o modo como a nomeação no jornalismo tem sido pensada a partir de diferentes perspectivas apresentadas ao longo deste capítulo. Historicamente, a relação entre o jornalismo e nomeação tem sido tensionada a partir de conexões complexas do jornalismo, como exatidão, credibilidade e objetividade.

A pesquisa mais antiga entre as mapeadas é de meados do século XX, quando os pesquisadores Bush e Bullock (1952) utilizaram dois jornais (um de grande e outro de pequena circulação) para investigar a seguinte questão: o nome de quem aparece no jornal?

Os autores buscaram identificar, a partir da questão acima, os papeis desempenhados pelos sujeitos que apareciam nos jornais. Foram considerados apenas nomes de personagens residentes ou que trabalhavam na comunidade onde os periódicos circulavam, sendo descartados nomes de quem vivia fora da comunidade ou aparecia em obituários ou páginas de entretenimento, como seções esportivas e financeiras. Cada nome foi contado apenas uma vez em cada notícia.

[17] Revistas consultadas: Alterjor (USP), Anagrama (USP), Brazilian Journalism Research (SBPJor), Comunicação & Educação (USP), Comunicação & Informação (UFG), Comunicação & Inovação (USCS), Comunicação & Sociedade (Metodista), Comunicação Midiática (Unesp), Comunicação, Mídia e Consumo (ESPM), Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC), Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura (Eptic - UFS), Famecos (UFRGS), Fronteiras Estudos Midiáticos (Unisinos), Galáxia (PUC-SP), Revista Contemporânea (UFBa/PósCom), GEMInIS (UFSCar), Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom), Interin (UTP - universidade tuiuti do paraná), Líbero (FCL), MATRIZes (USP), Parágrafo (FIAM-FAAM), Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação (Unisinos), Rebej (FNPJ), Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Organicom - USP), Revista Brasileira de História da Mídia (UFPI), Revista de Estudos Universitários (Uniso), Revista Latino Americana de Ciências de La Comunicación (Alaic - USP), Rizoma (Unisc), Signos do Consumo (USP) e Tríade: comunicação, cultura e mídia (Uniso).

A pesquisa de Bush e Bullock (1952) envolveu o jornal metropolitano San Francisco Examiner e o Monterey Peninsula Herald, que circulavam em quatro comunidades. As mulheres representavam apenas 15% dos nomes no Examiner e 18,6% no Monterey Peninsula Herald. Cada nome, a partir da ocupação, foi inserido em uma escala de estratificação social com as principais profissões e ocupações existente naquela sociedade.

Os pesquisadores tinham a curiosidade de saber o que fazia com que nomes fossem publicados nos jornais. Assim, o estudo identificou que pessoas da classe social mais alta eram nomeadas nos jornais em cerca de cinco vezes a sua proporção na população. Em contrapartida, pessoas nas classes média e baixa de ocupação eram nomeados em cerca de metade da sua proporção na população.

Proprietários de bens, advogados e juízes foram as três ocupações mais evidentes na mídia em uma população de classe alta. Policiais, secretários, vendedores e trabalhadores sociais foram as mais recorrentes entre um grupo de classe B. Já em um grupo de classe C, trabalhadores manuais, policiais e soldados eram mais comuns.

Bush e Bullock (1952) perceberam que nomes associados às classes A e B apareciam com maior frequência a partir de aparições em discursos ou relatórios. Já os da classe C tinham ligação com ações policiais ou judiciais, ou, no caso do jornal de menor porte, tinham sido vítimas de acidente, doença ou algum outro infortúnio.

A partir de Bush e Bullock (1952) foi possível reafirmar que a nomeação no jornalismo é atravessada por questões sociais e, acima de tudo, pelas relações estabelecidas entre jornalistas, suas fontes e as práticas discursivas típicas da produção da notícia.

> As pessoas locais mais dignas de destaque são aquelas que atuam nas esferas dos negócios e da vida pública. Muitos deles estão no status mais alto do que nos grupos de status mais baixo. Eles, muitas vezes, representam o governo da cidade e associações locais. O papel principal de notícias dessas pessoas deve ser citado em um discurso, declaração ou relatório. Esses achados apontam a ênfase que o jornal dá à reportagem da vida em grupo. (Bush & Bullock, 1952, p.157, tradução nossa[18]).

[18] Trecho original: The most newsworthy local persons are those who are active in the spheres of business and public life. More of these are in the higher status than in the lower status groups. They very often represent the city government and local associations. The leading news role of such persons is to be quoted in a speech, statement or report. These findings point up the emphasis which the newspaper gives to the reporting of group life.

Os nomes são fundamentais desde o processo de elaboração da pauta à edição. No decorrer desse capítulo, a partir da bibliografia coletada, será apresentado como o vínculo entre nomes e jornalismo pode ser pensado por, pelo menos, oito associações. No item 2.1, o direcionamento é dado ao uso dos nomes na garantia da precisão jornalística. Partimos da exatidão desde a primeira tese sobre jornalismo apresentada em uma universidade em 1690, por Peucer (2004), até noções mais modernas pulverizadas em trabalhos como Tuchmann (1999), Reginato (2019), dentre outros.

Em seguida, no 2.2, existe a perspectiva histórica construída da nomeação ao longo do desenvolvimento do jornalismo no século XVII (Lage, 2001, 2001a; Traquina, 2012). Em 2.3, a nomeação é problematizada com a noção da credibilidade, seja a credibilidade como dever jornalístico ou um fenômeno processado a partir das características das fontes (Vultee, 2010; Duncan et al., 2019).

Em 2.4, a partir de Zago (2008) e Kieling (2015), a nomeação é projetada no fluxo de espetacularização da notícia, enquanto em 2.5 a nomeação é pensada como fenômeno da linguagem estabelecido na relação com os objetos do mundo e as dinâmicas de consumo que moldam os vínculos entre sujeitos e objetos (Pereira, 2010).

No item 2.6, partimos de Richardson (2007) e Van Leeuwen (2008), para pensar a nomeação como ato de comunicação que, nas notícias, impacta no modo como os sujeitos são interpretados coletivamente. Em 2.7, é pensada a nomeação como etapa da produção da notícia, perspectiva construída por Nilson Lage e que será analisada a partir das suas obras que citam essa temática entre a década de 1970 e o início do século XXI.

Por fim, em 2.8, foram trazidos trabalhos que pensam a nomeação no jornalismo como elemento discursivo relacionado à argumentação. Assim, o ato de nomear passa pela noção de que os jornais são, acima de tudo, organizações nomeadoras que cumprem determinados papeis na sociedade à medida que criam rótulo ou estigmas em relação aos sujeitos e grupos sociais, como será visto em Pozobon e Garcia (2017), Jones et al. (2010), Silva (2016) e Butler (2019).

3.1 O nome nas notícias: a busca pela exatidão

Os nomes nas notícias estão associados a uma série de elementos enraizados no formato estabelecido para o discurso jornalístico. Selecionar, hierarquizar e identificar elementos que compõem determinado fato são etapas de construção inviáveis de execução sem a presença dos nomes.

Nomeia-se em busca de algo caro ao jornalismo: a exatidão/precisão. Na primeira tese sobre jornalismo apresentada em uma universidade, em 1690, na Universidade de Leipzig, na Alemanha, Tobias Peucer identificou que o relato periodístico se diferenciava de outras formas de contar histórias por conta da necessidade de apresentar a "sucessão exata dos fatos" (Peucer, 2004).

Nomes de pessoas, ruas, eventos, datas celebrativas etc., são inseridos discursivamente com o objetivo de trazer precisão/exatidão ao ato básico de informar por meio das palavras. No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, a exatidão está inserida como algo fundamental ao ser pensada a informação como direito fundamental de todo cidadão.

No artigo 2, por exemplo, é delimitado que a informação considerada como "precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas" (Código de Ética do Jornalista Brasileiro, 2007).

No artigo 4, é apresentado que o "compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação". No artigo 7, por sua vez, é deliberado que o jornalista não pode "submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação" (Código de Ética do Jornalista Brasileiro, 2007).

A precisão/exatidão é colocada, então, como compromisso deontológico da profissão. Tomamos como base que a vocação primeira do jornalismo é a construção de uma cultura do tempo presente como meio de localizar as pessoas sobre a atualidade.

A notícia, enquanto produto principal do jornalismo, torna-se viável a partir do seu alto grau de correspondência com os acontecimentos que lhe garantem origem e promovem uma relação de confiabilidade direta com o público. Assim, o jornalismo trabalha por essência com informações apuradas, precisas e com potencial amplo de verificação (Christofoletti, 2019).

Charaudeau (2013) nos ajuda nessa reflexão ao discorrer a respeito do contrato de comunicação midiática. O jornalismo tem como ponto básico a necessidade de levar determinado saber a respeito do que aconteceu ou está acontecendo no mundo. Para isso, duas atividades são cruciais: a descrição-narração e a explicação.

A primeira delas é atrelada ao ato de reportar algo, enquanto a segunda é focada no esclarecimento sobre causas e consequências ligadas aos fatos. Nessa relação, o jornalismo estabelece ligação com a noção de verdade (no sentido de relatar algo que, verdadeiramente, é relatado de modo fidedigno), além de se aproximar do que é exato no intuito de evitar o erro, a falta de precisão.

As noções de verdadeiro e falso, para Charaudeau (2013), estão atreladas ao trabalho linguístico-discursivo de produzir um valor verdadeiro ou falso em relação ao noticiado.

> "Dizer o exato" significa que há coincidência entre o que é dito e os fatos do mundo exterior à linguagem. Além disso, essa coincidência deve poder ser verificada, seja pela percepção humana (o olho como prova do visto) no mesmo instante da ocorrência do fato (coexistência do dito e do fato que cria a ilusão de um saber universal), seja por um saber que pode ser sustentado com o auxílio de experiências (a gravitação), de instrumentos exteriores ao homem (o microscópio) ou de um certo modo de calcular (quando se diz de uma operação matemática que ela está correta ou exata, e não verdadeira). (Charaudeau, 2013, p.88).
>
> [...]
>
> Dizer o exato é dar a impressão de controlar o mundo no instante em que ele surge, e nada nem ninguém poderia se opor a essa verdade capturada no momento em que sai da fonte; eis por que as mídias estão sempre em busca da transmissão direta. (Charaudeau, 2013, p.90).

Se pensarmos a partir de funções do jornalismo, uma proposta sistematizada por Reginato (2019) insere a precisão com os nomes como aspecto central da principal finalidade do jornalismo: informar de modo qualificado.

Em sua pesquisa, a autora elencou as 12 finalidades do jornalismo[19] a partir de uma análise do discurso feita com veículos de comunicação, jornalistas e leitores. Ao discorrer sobre cada uma, afirma que "informar de modo qualificado é a finalidade que, se não cumprida, inviabiliza o cumprimento das demais" (p.227).

Reginato (2019) diferencia a noção de informação e informação jornalística. Para ser jornalística, a informação precisa de atributos para tornar-se qualificada. São eles: verificação, ser relevante, contextualizada, plural e envolvente. No âmbito da verificação, a informação jornalística prevê a "redação correta de termos, nomes, datas, siglas, locais – elementos que não podem ser menosprezados, pois são fundamentais para a credibilidade jornalística e devem ser garantidos ao leitor mesmo em uma pequena nota publicada".

Os nomes, assim como números, são elementos que exigem atenção redobrada no processo de construção do discurso jornalístico. A nomeação torna-se um processo inerente à busca pela exatidão, como foi verificado por Shapiro et al. (2013) ao entrevistarem 28 jornalistas canadenses atuantes em jornais de língua inglesa ou francesa.

O objetivo do estudo era verificar estratégias utilizadas para ampliar a precisão das informações. A mesma preocupação foi relatada na verificação de nomes de lugares, que são frequentemente conferidos com ajuda de pesquisas online.

> Os nomes próprios parecem estar no topo da hierarquia de fatos que exigem verificação rigorosa de cada participante. Soletrar incorretamente o nome de alguém, embora não seja considerada uma violação ética, é visto como um erro muito visível que pode ter implicações para a credibilidade profissional. Uma prática quase universal entre os participantes é pedir à fonte que soletre seu próprio nome para garantir a ortografia correta, seja no início ou no final da entrevista. Como alternativa, às vezes os nomes são verificados em relação a documentos oficiais ou sites. Métodos semelhantes são usados para verificar nomes de instituições, empresas e organizações. (Shapiro et al., 2013, p.663, tradução nossa[20]).

[19] Sugerimos a leitura da obra completa para compreender as dozes finalidades do jornalismo propostas por Reginato (2019). Nesta tese, exploramos apenas a primeira finalidade, informar de modo qualificado. As outras onze são: (1) investigar, (2) verificar a veracidade das informações, (3) interpretar e analisar a realidade, (4) fazer a mediação entre os fatos e o leitor, (5) selecionar o que é relevante, (6) registrar a história e construir memória, (7) ajudar a entender o mundo contemporâneo, (8) integrar e mobilizar as pessoas, (9) defender o cidadão, (10) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia, (11) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade

[20] Trecho original: Proper names seem close to the top of every participant's hierarchy of facts requiring stringent verification. Misspelling someone's name, although not considered an ethical breach, is seen as a very visible error that can have implications for professional credibility. An almost universal practice among participants is asking sources to spell their own name to ensure correct spelling, either at the beginning or the end of the interview. Alternatively, personal names are sometimes checked against official documents or websites. Similar methods are used to check names of institutions, companies, and organizations.

Partimos do princípio de que a exatidão é assegurada (e verificada) por meio da observação de normas técnicas orientadoras de procedimentos válidos em determinado campo. Assim, ser exato pressupõe reduzir ao mínimo possível a probabilidade ou margem de erro associada a determinada situação (Abbagnano, 2007).

No jornalismo, ser preciso/exato está no âmago da antiga discussão ligada à objetividade, que não é o foco desta tese, mas será transversalmente abordada. Se pensarmos, por exemplo, a objetividade como ritual estratégico (Tuchmann, 1999), existem três fatores que colaboram no entendimento de como um fato torna-se objetivo aos olhos dos jornalistas: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais.

As duas primeiras são do nosso interesse por estarem atreladas à nomeação. A noção de forma está ligada aos atributos das notícias que são evidenciadores de um processo noticioso, como uso das aspas, hierarquização do texto do mais importante para o mesmo importante (pirâmide invertida) e adequação aos elementos de edição (título, linha-fina, legenda, etc.).

Todas essas instâncias da forma, em tese, são acionadas para justificar a objetividade na perspectiva do jornalista, e nenhuma delas pode ser produzida sem identificar nomes. A própria estrutura clássica do lead pede a evocação dos nomes (O quê? Quando? Onde? Quando? Como? Por quê?).

Como afirma a autora: “Cada notícia é uma compilação de fatos avaliados e estruturados pelos jornalistas. Estes são responsáveis pela exatidão de qualquer um destes fatos” (Tuchmann, 1999, p.77). Não se seleciona e hierarquiza informações sem, antes, definir as escolhas lexicais utilizadas no texto.

Para o segundo pilar da objetividade como ritual estratégico, o conteúdo é entendido por Tuchmann (1999) como algo que não pode deixar de ser analisado sem levar em consideração as noções da realidade social dos próprios jornalistas e suas relações sociais, seja com a organização na qual atuam ou nas demais esferas da sociabilidade.

Nesse cenário, a exatidão pressupõe ser assertivo no modo de nomear os objetos da notícia. É possível encarar a nomeação como

elemento inserido nas notícias em um processo de construção social da realidade se pensarmos a realidade como uma construção discursiva. A realidade não é materializada como algo que se possa coletar manualmente, ela é representada a partir de nomes que indicam as coisas do mundo (Bucci, 2009).

Respondendo ao lead clássico, qual o nome dos atores sociais envolvidos? Qual o nome da rua/cidade/país onde aconteceu determinado fato? Se projetarmos o jornal como espaço de enunciação (Guimarães, 2017), podemos pensar que nele reverberam arenas de disputa por meio das palavras.

Jornalistas são protagonistas nesse processo de construção da realidade à medida que selecionam, contextualizam e organizam o modo como os nomes serão projetados (ou invisibilizados na informação). Com a prática jornalística da nomeação, pretende-se encontrar a exatidão máxima possível no relato dos fatos.

3.2 Os nomes acompanham o jornalismo historicamente

A nomeação acompanha o jornalismo ao longo do seu desenvolvimento, haja vista seu caráter de fenômeno da linguagem. Quando os primeiros jornais começam a circular na Europa no século XVII, suas informações transitavam em centros comerciais ligados à burguesia e os jornalistas tinham a missão de difundir os ideais dessa classe economicamente dominante (Lage, 2001a).

Vigorava nesse período o jornalismo publicista e fazia parte dele divulgar cerimônias de casamento, viagens da família real e festas da corte (Lage, 2001a). Logo, era preciso nomear a burguesia e o que ela tinha a dizer.

Entre os séculos XVII e XVIII, jornais funcionavam como armas políticas e voltados à propaganda (Traquina, 2012). O publicismo atravessou o século seguinte e, no século XIX, com a revolução industrial, o crescimento das cidades ampliou o público leitor, fez crescer a classe operária e a indústria gráfica tornou o jornal um produto de circulação massiva (Lage, 2001).

O jornalismo baseado na informação hierarquizada e apurada a partir de fatos do cotidiano, como é até os dias atuais, é fruto de um processo iniciado no século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, quando se desenvolvem os meios de comunicação de massa, a imprensa voltada ao grande público (Traquina, 2012).

No Brasil, em 1808 a imprensa chega no território nacional junto com a família real portuguesa[21]. A ebulição cultural urbana era terreno fértil para alterações na estrutura discursiva da notícia (Lage, 2001a).

> Foi necessário mudar progressivamente o estilo das matérias que os jornais publicavam. A retórica do jornalismo publicista era impenetrável para os novos leitores, herdeiros de uma tradição de cultura popular muito mais objetiva. (Lage, 2001a, p.13).

O novo paradigma aplicado no jornalismo do século XIX (da propaganda à informação) passa a ser partilhado entre jornalistas e as demais esferas da sociedade. É nesse contexto que temos um jornalismo que privilegia fatos e entende a notícia como um produto que precisa ser devidamente apurado e com o máximo de precisão.

Surgem as noções de que o jornalismo tinha o dever de vigiar governantes e proteger os cidadãos, além de colaborar com a ideia de que o jornal presta um serviço público à sociedade. "Estabeleceu-se a ideia de que a primeira função de um jornal era noticiar com exatidão, e não distorcer as notícias com propósitos políticos" (Traquina, 2012, p.63).

Lage (2001a) explica que a expansão do jornalismo na revolução industrial é marcada por produção de conteúdo educativo e, ao mesmo tempo, sensacionalista. A educação girava em torno da divulgação das notícias emergentes nesse modelo de sociedade urbana, cercada de fábricas e escritórios em substituição à vida rural e agrária.

---

[21] A chegada da imprensa, nesse caso, refere-se ao processo de implantação da Impressão Régia, que se estabelece em 1808 com a chegada do príncipe regente acompanhado por pelo menos duas mil pessoas que tentavam escapar do avanço de Napoleão Bonaparte em terras europeias. Além de imprimir documentos de governo, cartazes, sermões e panfletos, a Impressão Régia produziu no mesmo ano, no dia 10 de setembro, o primeiro jornal impresso no país, a Gazeta do Rio de Janeiro. Como explicam Romancini e Lago (2007), era um periódico semanal que, posteriormente, tornou-se trissemanal: "O jornal proclamava-se não oficial, mas era certamente oficioso, pouco voltado à crítica e à realidade local" (p.23). Do ponto de vista histórico, importante lembrar que em 1808 também circulou no Brasil o *Correio Braziliense*, também chamado de *Armazém Literário*. Era impresso em Londres, editado por Hipólito José da Costa, sendo trazido para o Brasil de modo clandestino a partir de 1809 por conta de conflitos com as autoridades políticas portuguesas. Sobre os dois jornais, Werneck (1999, p.22) afirma: "Em tudo o *Correio Brasiliense* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não jornal; em tudo a *Gazeta* se aproxima do tipo de periodismo que hoje conhecemos como jornal – embora fosse exemplo rudimentar desse tipo".

O jornal passou a ser tido como referência para o cidadão na cidade que tinha interesse em se inteirar da vida urbana. O que assistir, dicas de leituras, possibilidades de vestuário, além das notícias ligadas aos escândalos de pessoas influentes na cidade, passam a fazer parte do roteiro dos jornais (Lage 2001a).

O sensacionalismo, por sua vez, estava associado ao modo como as notícias eram construídas. A regra da época era envolver o público por meio da emoção. Técnicas novelescas eram utilizadas para evocar determinada comoção capaz de prender a atenção até o final do texto.

Havia, inclusive, uma separação de gênero no modo de escrita nos jornais: "[...] o sentimentalismo, para as moças; a aventura, para os jovens; o exótico e o incomum, para toda gente. A realidade deveria ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser (Lage, 2001a, p.15).

Seja no âmbito educativo ou sensacionalista, é possível perceber como a nomeação foi crucial para identificar sujeitos e localizar aspectos da realidade retratada durante a revolução industrial. O paradigma da informação mudou o jornalismo e partir do século XIX e, como consequência, estabeleceu a nomeação como algo atrelado à exatidão do que é notícia.

Elementos da vida cotidiana sempre precisam ser identificados, ainda mais em momentos de ruptura da normalidade que se desdobram em notícias. No século XIX o jornalismo norte-americano introduziu formatos de produção noticiosa que reverberam até os dias atuais a partir de elementos como seleção, ordenação e hierarquização; eles culminaram com o modelo de escrita baseado na pirâmide invertida (Lage, 2001a).

Nesse período foi estabelecido que notícias precisavam ser elaboradas a partir de dados apurados com fontes. Relatos deveriam buscar a maior aproximação possível com a realidade e o repórter torna-se uma testemunha do seu tempo: "O conjunto de técnicas surgido na América terminou sendo o mais adequado para a situação gerada na sociedade industrial madura" (Lage, 2001a, p.19).

É no típico texto do jornalismo moderno, estruturado na hierarquização e seleção das informações, que investimos para pensar a

prática jornalística da nomeação. A nomeação no jornalismo é reflexo de uma série de fatores como os campos sociais de fontes entrevistadas e linhas editoriais de veículos de imprensa.

Desde o século passado, os principais manuais de redação do Brasil são unânimes: é preciso ter atenção redobrada com os nomes. Na Folha Dirigida, por exemplo, deve-se respeitar a grafia registrada em cartório ou a adotada pela fonte: "errar o nome do entrevistado é erro grave" (Alemparte & Figueiredo, 2002, p.39).

No *Manual de Estilo Editora Abril*, além de solicitado que verifique a grafia precisa, é sugerido: "jamais hesite em pedir ao entrevistado que soletre o próprio nome" (Editora Abril, 1990). A busca pela exatidão é ainda maior no *Manual da Redação: Folha de S.Paulo*, onde existem normas de padronização e estilo para "nomes científicos", "nomes e cargos religiosos", "nomes estrangeiros", "nomes próprios provenientes de línguas com outros alfabetos", "topônimos (nomes de lugares" e "nomes próprios".

Sobre os nomes próprios, algumas informações dessa obra refletem o que se costuma observar nas notícias.

> Nomes próprios – Escreva de acordo com o registro oficial ou com a forma usada profissionalmente pela pessoa, mesmo no caso de pessoas já mortas: **Vital do Brazil, Euclydes da Cunha, Eça de Queiroz**. Certifique-se sempre da grafia correta dos nomes próprios que mencionar e peça que o entrevistado soletre seu nome – há casos, por exemplo, em que a grafia pode ser Victor, Vítor ou Vitor. A partir da segunda menção no texto, o personagem deve ser identificado apenas pelo sobrenome ou pelo nome mais conhecido: **O professor John Doe pôs fogo na escola onde trabalha às 13h de ontem. Não explicou os motivos. Doe leciona sinologia**. Mas: **O cantor e compositor Caetano Veloso prepara um novo disco para lançar às vésperas do Natal. Caetano termina de gravar nesta semana**. (Grupo Folha, 2011, pp.89 – 90, grifos do autor).

Em seu *Manual de Redação e Estilo*, o Estado de S.Paulo tem orientações ainda mais extensas. Há diretrizes para: "nomes bíblicos", "nomes chineses", "nomes científicos", "nomes de bairros e ruas", "nomes de cor", "nomes de emissoras de rádio e TV", "nomes de institutos, órgãos, entidades, empresas e produtos", "nomes de lugares públicos", "nomes de obras artísticas", "nomes de parlamentares", "nomes de publicações e obras literárias", "nomes de ruas e locais estrangeiros", "nomes espanhóis", "nomes geográficos", "nomes japoneses", "nomes russos" e "nomes próprios".

A preocupação com o nome próprio é tamanha que as orientações são subdividas em outras 11 normas: “grafia”, “nomes históricos”, “pessoas mortas”, “nomes de mulher”, “títulos”, “correção”, “aportuguesamento”, “forma original”, “abreviaturas”, “plural” e “partículas” (o termo “partículas” refere-se ao uso de letra minúscula no meio de nomes, como em Charles de Gaulle ou Vicent van Gogh, ou aplicação de maiúscula quando for início do nome, como em general De Gaulle ou o pintor Di Cavalcanti).

É sobre o/a repórter que recai a responsabilidade primeira de buscar a exatidão nos nomes. É construída a norma de que, ao nomear com exatidão, presta-se um serviço ao leitor.

> Lembre-se: o nome da pessoa é uma informação que você presta ao leitor. Por isso, tome com ele o mesmo cuidado atribuído à apuração da notícia. Confira sempre prenome e sobrenome e escreva o nome da forma pela qual a pessoa foi registrada, com ***y*** dois ***nn***, dois ***ll***, dois ***tt***, ***z***, ***ph***, etc. Exemplo: Rubens Barrichello, Raphael de Almeida Magalhães, Delfim Netto, Ruy Guerra, Rachel de Queiroz, Fernando Collor, etc. (Martins Filho, 1997, p.193).

Dois pontos chamaram atenção no manual do Estado de S.Paulo. O primeiro é o caráter sexista no item “nomes de mulher” e a recomendação: “Em geral, a mulher é conhecida pelo prenome: Ruth (Cardoso), Rosane (Collor), Indira (Gandhi)” (Martins Filho, 1997, p.193). Assim, a obra prevê que é necessário nomear de modo distinto a partir do gênero. A edição da obra consultada para esta tese é do final da década de 1990 e, na atualidade, em uma consulta ao mesmo manual disponibilizado no site do jornal[22], pode-se verificar que a orientação é mantida.

Na Folha de S.Paulo a recomendação difere: “Trate mulheres que são personagens de notícia da mesma forma que homens” (Grupo Folha, 2011, p.87). Outro ponto a ser destacado é a relação com os títulos. No manual do Estado de S.Paulo, há orientação para que títulos sejam elaborados a partir dos sobrenomes.

Assim, deve-se utilizar “Clinton” ao invés de “Bill Clinton” ou “Collor” ao invés de “Fernando Collor”. No entanto, se houver outra pessoa com o mesmo sobrenome ou se o sujeito for mais conhecido pelo prenome, é sugerida a identificação com nome e sobrenome ou apenas com o nome.

[22] Disponível em: www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/nomesproprios

Por exemplo: “Fernando Henrique”, ao se referir ao ex-presidente, ou “Tancredo” e “Ulisses” ao identificar outros dois ex-presidentes.

A preocupação dos manuais de redação é compartilhada em livros cuja proposta é ser uma espécie de guia de orientação aos jornalistas mais jovens, como é o caso de Cunha (2017) e Pinto (2009).

Cunha (2017) reforça que, na prática jornalística, nomes devem ser checados assim como outras informações que precisam ser exatas: datas, idades, frases entre aspas e fatos históricos contextuais. Com a experiência de quem ingressou no jornalismo no final da década de 1970, ele conta que houve um período no qual os jornais uniformizavam os nomes, ou seja, eram grafados para atender bases gramaticais.

“Assim, ‘y’ virou ‘i’ e ‘ph’ se transformou em ‘f’, por exemplo. Não era preciso checar. Raphael ficou sendo Rafael e não se falava mais nisso” (Cunha, 2017, p.62). O autor cita exemplos do futebol, como o goleiro Gylmar dos Santos Neves, bicampeão mundial pela Seleção Brasileira que tinha seu nome grafado como Gilmar, ou então Jair Rosa Pinto, destaque na Seleção Brasileira na Copa de 1950, que teve inserido “da” em seu nome nos jornais, sendo então chamado de Jair da Rosa Pinto.

> Enfim, nomes são termos preciosos e devem ser escritos do jeito que são, mesmo que firam as regras gramaticais. Para isso, pergunte, peça para soletrar, cheque, e, se ainda bater a dúvida na hora de escrever, telefone para o entrevistado. É melhor passar um breve constrangimento do que uma vergonha eterna. (Cunha, 2017, p.63).

Ao discorrer sobre estrutura textual, Pinto (2009, pp.231-232) indica 12 características do bom texto jornalístico. As três primeiras têm ligação direta com a exatidão/precisão esperada do jornalista: “informações precisas”; “frases claras”; “palavras precisas”.

Outros apontamentos da autora são conhecidos de quem atua ou já atuou com produção de notícias: “verbos fortes”, “sequência correta de tempos verbais”, “detalhes em vez de adjetivos”, “transição entre um parágrafo e outro”, dentre outras.

Em outro ponto do livro, ao sugerir dicas no capítulo “Como evitar erros em coberturas caóticas?”, Pinto (2009) novamente recorre à exatidão. Dessa vez, sua intenção é indicar aos jornalistas meios de garantir a precisão textual sem perder de vista a importância da agilidade na produção pressionada pelo *deadline*:

> **Velocidade e exatidão**. Pergunte-se sempre: de que os leitores precisam? E quando? Não ponha uma história on-line a não ser que esteja bem checada ou haja um bom motivo jornalístico para isso. (Pinto, 2009, p.160, grifos do autor).

Em sincronia com sua constante preocupação com a exatidão, Pinto (2009) aborda em quatro diferentes momentos da sua obra a relevância dos nomes.

> **Na hora de entrevistar** [...] Cheque sempre como se soletra o nome do entrevistado, sua idade, seu cargo. Sim, isso fez parte da sua pesquisa, você está cansado de saber. Mas não há fonte mais segura do que o próprio personagem, e checar com ele mostra o quanto você está comprometido com a precisão, (p.112, grifo da autora).
>
> **Alguns cuidados com entrevistas por telefone** [...] Cheque a grafia de nomes e peça para soletrar (use palavras indicativas, pois, ao telefone, os sons semelhantes podem se confundir: "B" de bola, "P" de pato. (p.126, grifo da autora).
>
> **Texto 100% checado** [...] Nomes – não confie no ouvido. Peça para o entrevistado soletrar. É "D de dado" ou "B de bola"? (p.154, grifo da autora).
>
> **REVISÃO – Terminei o texto. Mando para o editor?** Calma, Antes de passar seu texto adiante, tome alguns cuidados: [...] Cheque todos os nomes, cargos, datas, números, contas. Programe-se para terminar com algum tempo de sobra. Imprima e releia: a versão no papel deixa os erros mais aparentes. Circule as informações e recheque uma a uma. Se não tiver certeza absoluta, verifique com uma fonte confiável. Não chute, cheque. (p.255, grifo da autora).

Cotta (2005), em orientação semelhante a Pinto (2009), afirma que o repórter precisa ter "rigor" não apenas com os nomes, mas também é necessário ser preciso ao indicar funções e cargos profissionais. A exatidão aparece na obra do autor como crucial para tornar o jornalista uma figura com influência na sociedade. Isso envolve a seleção das palavras e a noção de que a notícia sempre provoca o leitor a ter determinadas sensações. Logo, a precisão da nomeação assume papel crucial na missão básica de informar.

A exatidão é conectada não apenas com o texto, mas com o que se espera do jornalista. Há socialmente a ideia de jornalista como *watchdog* (fiscalizador), alguém que se coloca como o "olho da sociedade" e que, como sinaliza Cotta (2005), tem como premissa noticiar fatos quando souber com exatidão o que aconteceu. Ao responder as perguntas clássicas do lead, por exemplo, há tendência de achar que é possível explicar exatamente o acontecimento. "São, por isto, chamadas de questões circunstanciais" (p.75).

> O texto jornalístico sempre desperta no leitor diversos significados, estimulando pensamentos e dando sentido e rota aos acontecimentos, através daquilo que o jornalista escreve ou fala. Até porque, do mesmo modo que uma frase pode exprimir muitos pensamentos, também um mesmo pensamento pode ser expresso por meio de diferentes frases e versões. O domínio da palavra correta e a exatidão em mostrar as coisas fazem do jornalista um profissional influente na consciência crítica e social de uma comunidade. (Cotta, 2005, p.20).

Botton (2015), ao analisar como leitores se interessam, muitas vezes, por notícias mais banais em detrimento de temáticas mais sérias, considera que a exatidão pode ser vista como um problema a ser pensado na formação do jornalista.

Se a principal função técnica do repórter é a capacidade de apurar com precisão, Botton (2015) aponta que escolas de jornalismo têm deixado de lado a importância de orientar para a escrita capaz de "convencer os leitores ou espectadores a *se importar* com tais acontecimentos" (p.73, grifo do autor)

É na busca pela exatidão (e objetividade) que novos repórteres aprendem a reproduzir falas de fontes por meio de aspas ou travessões, além de apresentar dados e números que amparam as informações. Essas práticas, que remetem aos rituais estratégicos de Tuchmann (1999), em Botton (2015) aparecem como insuficientes para alterar um cenário no qual a audiência cada vez mais aparece pulverizada e com maior interesse em temas frívolos.

As inquietações de Botton (2015) são exemplificadas com dados de acesso de agências de notícias. A quantidade de visualizações, por exemplo, em uma notícia intitulada "Duquesa de Cambridge dará à luz em julho", atinge 5.8 milhões de acesso. Em contrapartida, a notícia "Atentado à igreja em Kogi, estado da Nigéria, deixa dezenove mortos" alcança apenas 9.920 acessos.

Em uma associação com a literatura, sua proposta é o investimento na criatividade associada à precisão, para que notícias se tornem pontos de envolvimento com a audiência. Discordamos do autor, no entanto, ao considerar a exatidão como ponto a ser sacrificado em prol da criatividade, como é sugerido no trecho a seguir.

> Em certas situações, os mais criativos podem até optar por sacrificar a precisão rigorosa – quem sabe adaptando um fato, eliminando um detalhe, condensando uma citação ou alterando uma data – e, em vez de pensar que estão cometendo um crime (reação habitual das

> organizações jornalísticas quando apanham um dos seus fazendo coisas do tipo), entenderão que falsificações podem eventualmente ser necessárias a serviço de um objetivo anda mais elevado que a precisão: a esperança de transmitir ideia e imagens importantes a um público impaciente e distraído. (Botton, 2015, p.74).

A precisão não é um mero detalhe para ser sacrificada. Trazer dados com exatidão evidencia o compromisso com a descrição dos fatos relatados. A proposta de Botton (2015), cuja intenção é cativar o público "impaciente e distraído", na realidade, mostra-se um perigo às práticas jornalísticas ligadas à objetividade e nomeação.

A nomeação está nos modos como compreendemos as coisas do mundo, assim como a exatidão é crucial na apresentação da complexidade dos fatos noticiados. Em um cenário no qual cada vez mais o papel do jornalista é questionado, se esquivar da exatidão, como propõe Botton (2015), mostra-se um risco ao jornalismo enquanto instituição social legitimada para narrar o presente (Franciscato, 2005).

Em um estudo com olhar mais voltados às novas formas de apresentação da notícia, Moragas (2013) investigou o texto jornalístico do Twitter a partir de publicações feitas pelo The Guardian e El País. Sua amostra reuniu 3.184 tweets publicados entre março e junho de 2012 e, entre seus objetivos, estavam identificar alterações e permanências na lógica discursiva do texto jornalístico na rede social e verificar se um novo texto jornalístico surge a partir da veiculação de notícias nessa rede.

A exatidão exigida do jornalista aparece em Moragas (2013) justamente quando abordada a necessidade de nomear atores sociais. A autora considera a exatidão uma característica do jornalismo tradicional, enquanto a nomeação é citada como competência do jornalista.

No contexto das redes sociais, ela aponta o aparecimento de uma "nomeação interativa", que consiste em identificar sujeitos por meio de links que remetem à conta pessoal. Isso acontece quando determinado ator social está presente na rede social e pode ser localizado com o uso da @ (arroba).

Uma alternativa apontada por Moragas (2013) é executar a nomeação com hashtag (#). A estratégia transforma a palavra em hipertexto e, se não gera o link para determinada conta pessoal, como acontece com a @ (arroba), consegue executar algo mais relevante:

conecta o nome a determinado assunto na arena de debate da rede social. “O sujeito como é identificado na rede torna-se mais importante do que a exatidão de nome e sobrenome” (Moragas, 2013, p.100).

> A competência de nomeação, por exemplo, exigida na prática tradicional aos jornalistas que precisam, a todo o momento, nomear os objetos da realidade permanece no Twitter. Entretanto, a nomeação no microblog vai além e torna-se hipertexto interno com duas características: interatividade (@) e memória (#). Ao nomear atores sociais e usuários através da @menção direta, abre-se um canal de comunicação, de interatividade. A nomeação no Twitter apresenta características e funções antes inexistentes. Trata-se de nomeação interativa, podendo ou não ocorrer diálogo de fato, e ainda, de creditação interativa, já que recorrentemente os perfis de jornalistas e colaboradores, assim como de editorias do produto jornalístico, apareceram no texto jornalístico. (Moragas, 2013, p.135).

A pesquisa de Moragas (2013) parte do princípio de que estaria nas mãos do jornalista a habilidade de nomear os objetos de realidade. É o caso, por exemplo, de notícias publicadas no Instagram e que citam @jairbolsonaro ao invés de citar o nome de modo tradicional.

O jornalista elabora não apenas a nomeação, mas a conexão direta com o que pode ser acessada por meio do link gerado, seja de uma conta (uso da @) ou na identificação de um assunto (uso da #). Essa prática é válida para qualquer referente, sejam pessoas, órgãos públicos, empresas, dentre outros.

A aplicação de elementos hipertextuais como arroba e hashtag no texto jornalístico do Twitter reforça, na perspectiva de Moragas (2013), a ideia de que jornalistas são exigidos na competência de saber nomear, creditar e contextualizar informações, além de lidar com o fluxo de produção de notícia que prevê hierarquização e seleção de palavras-chave.

Em um ambiente de veiculação de notícias norteado pelas potencialidades da rede social, esse processo é batizado de “nomeação interativa e creditação interação”. Seis anos após essa pesquisa, Moragas (2019) retomou a questão da nomeação de atores sociais. Seu foco, entretanto, não foram as notícias postadas no Twitter, e sim, em sites de jornais de referência como The New York Times (EUA), El País (Espanha), Al Jazeera (Oriente Médio) e The Guardian (Nigéria), além de produtos da mídia livre e alternativa: Mediapart (França), The Conversation (Austrália), Outras Palavras (Brasil) e The Quint (Índia).

Ao investigar as transformações da prática jornalística pós-industrial a partir da cobertura do fenômeno migratório alavancado pelas mudanças climáticas, a autora traçou como objetivo identificar como jornais nomeavam tanto o fenômeno climático quanto os sujeitos deslocados nomeados como refugiados ou migrantes.

Seu trabalho é ancorado na perspectiva de nomeação estabelecida por Lage (2005), que classifica as etapas de produção da notícia em seleção, ordenação e nomeação, como será melhor explicado no item 2.7 desta pesquisa. Entre suas descobertas está o fato de a nomeação aos deslocados e do fenômeno climático não ser uniforme entre os produtos pesquisados.

Moragas (2019) atribui as diferenças a fatores como proximidade geográfica com os extremos climáticos e suas consequências. O ato de nomear foi relacionado ao enquadramento dado a determinado fato; além de ofertar informação, a nomeação representa e constrói referência ao que é nomeado.

Assim, trabalhos como o de Moragas (2019), Cunha (2017), Botton (2015), Cotta (2005), dentre outros citados acima, servem como pontos de reflexão sobre a importância da exatidão no fluxo da prática jornalística da nomeação. Nomeia-se com o objetivo de ser preciso, exato, correto na inserção de algo em determinada categoria reconhecida socialmente.

3.3 Nomeação e credibilidade

A relação entre nomeação e a precisão, além da objetividade, remete à noção de credibilidade, como observado em pesquisas como as de Vultee (2010) e Duncan et al. (2019). No caso de Duncan et al. (2019), o objetivo era examinar como o público processa a credibilidade das notícias a partir de três características das fontes: nomeadas, não nomeadas ou identificação de partidos políticos. Foi percebido como as fontes nomeadas são significativamente mais associadas à objetividade e credibilidade do que as não nomeadas.

Em Vultee (2010), é analisado o uso de nomes no processo de construção da credibilidade como um dever jornalístico. Além de ampliar

a discussão ligada à credibilidade e objetividade, Vultee (2010) tenta dimensionar a importância dos nomes no jornalismo.

A partir da lógica de que são os nomes que fazem as notícias ("names make news"), ele pondera que os nomes estão entre os tipos de 'fatos' que criam a estrutura para a existência da objetividade. Assim, identidades podem legitimar e ampliar a credibilidade de uma história (Vultee, 2010, p.09).

O autor problematiza as justificativas éticas postas pela equipe do New York Times ao decidir identificar um interrogador da CIA envolvido na coleta de dados de prisioneiros suspeitos de participar do 11 de Setembro. À época, editores julgaram que divulgar o nome foi necessário para credibilidade e integridade do artigo. Entre os resultados obtidos com a pesquisa está a necessidade de desacoplar esse processo de nomeação do conceito de credibilidade.

O autor pondera que dois tipos de cobertura levantam questões mais amplas em torno da publicação de nomes: crimes sexuais e histórias adquiridas com a garantia de anonimato (fontes em *off*). A primeira categoria envolve pessoas que geralmente são inseridas na condição de fontes não reveladas, como vítimas ou testemunhas ligadas a um crime.

O segundo tipo de cobertura é aquela que aborda uma história com relevância, porém, é elaborada discursivamente a partir do anonimato dos envolvidos. Essa não revelação dos nomes pode ter motivações diversas (Vultee, 2010).

Portanto, os dois casos são exemplos de coberturas em que a ausência da nomeação não é questionada, o que nem sempre acontece em outros tipos de conteúdo.

> O dever de oferecer anonimato a uma fonte de notícias é um dever de não-maleficência. A fonte está arriscando reputação ou meios de subsistência para trazer algo à atenção do público, permitindo que o jornalista cumpra o dever profissional de "buscar a verdade e denunciá-la"; o jornalista compromete-se a mitigar os riscos em que a fonte incorreu. O risco percebido para a credibilidade (assim, potencialmente, para os deveres dos jornalistas para com eles mesmos e seus empregadores) é compensado pelo bem maior feito trazendo as revelações da fonte à luz, sob a proteção dessa mesma credibilidade. Um dever de justiça, garantindo que as pessoas não sejam privadas de bens que merecem ou que possam ficar livres de sanções por irregularidades, também pode ser invocado. Os deveres de justiça e

> reparação também apontam para os limites de qualquer garantia de anonimato. (Vultee, 2010, p.10, tradução nossa[23]).

Assim, nomear fontes é tido como elemento ampliador da credibilidade. A partir de autoras como Gaye Tuchman, Vultee (2010, p.16, tradução nossa[24]) analisa que "jornalistas devem convencer o público de que eles buscam evidências judiciosamente, avaliam de forma justa e apresentam conclusões sem levar em conta seus preconceitos". E dentro das estratégias para fortalecer esse processo está a tática de evitar o uso de nomes fictícios para ampliar a legitimidade dos seus escritos.

A associação entre objetividade e nomeação foi também identificada no trabalho de Goodman e Boudana (2016). Os pesquisadores buscaram, entre 1967 e 1982, nos arquivos da Reuters, como a equipe da sede, em Londres, e o escritório do Oriente Médio, travavam batalhas associadas à linguagem e que desembocam na nomeação.

A partir do material coletado, foram delimitadas quatro categorias de análise para as mensagens encontradas. São elas: (1) redação emotiva; (2) nomeação de fronteiras e capitais; (3) uso do termo "Palestino"; (4) rótulos de 'terrorista' e 'guerrilha'.

O objetivo dos autores é apresentar como a linguagem é um campo de tensionamento nos debates da objetividade e imparcialidade na produção jornalística. O estudo é baseado na documentação de arquivo para evidenciar como a busca pela objetividade é um campo de debate interno e que provoca tensionamentos na produção de notícias.

Foram acessados relatórios internos, notas e cartas retidas do Reuters Group Archive (RGA) (em tradução livre, Arquivo do Grupo Reuters). Para os autores, são documentos que remetem às dificuldades editoriais enfrentadas à época pela agência de notícias e seu esforço para superá-las no diálogo entre a sede londrina e seus correspondentes no Egito, Líbano, Jordânia, Síria e Israel.

---

[23] Trecho original: The duty of offering anonymity to a news source is a duty of nonmaleficence. The source is risking reputation or livelihood to bring something to public attention, allowing the journalist to carry out a professional duty to "seek truth and report it"; the journalist undertakes to mitigate the risks that the source has incurred. The perceived risk to credibility (thus, potentially, to journalists' duties to them¬selves and their employers) is outweighed by the larger good done by bringing the source's revelations to light, under the protection of that same credibility. A duty of justice, ensuring that people are not deprived of goods they deserve or allowed to go free of sanctions for wrongdoing, can also be invoked. Duties of justice and reparation also point to the limits on any guarantee of anonymity.

[24] Trecho original: Journalists must convince audiences that they seek evidence judiciously, weigh it fairly, and present conclusions without regard to their preconceptions.

A análise envolveu uma dúzia de editoriais associados a outros conflitos importantes que a Reuters cobria na época, bem como arquivos referentes à cobertura de escritórios estrangeiros britânicos mantidos no National Archives of the United Kingdom (NAUK) (em tradução livre, Arquivos Nacionais do Reino Unido (NAUK).

Goodman e Boudana (2016), por meio das suas categorias de análise, colocam a importância da nomeação como elemento da linguagem em intersecção com a objetividade. O primeiro é a redação emotiva, associada ao fato de que o estilo da redação tinha que ser homogêneo dentro dos parâmetros da Reuters, e não executada de acordo com os critérios de cada jornalista.

Os documentos coletados mostram os embates para evitar o que foi identificado nos textos como "emotive language" (em tradução livre, linguagem emotiva), sendo necessário se deter, efetivamente, em fatos e fontes de informação.

Um exemplo de como essa prática gerava um tensionamento é explicado pelos autores com o exemplo abaixo, acontecido em 1970 depois que um grupo palestino sequestrou quatro aviões americanos e europeus e voou da Jordânia ao Cairo. A tentativa de sequestro em um avião falhou e acabou presa Leila Khaled, que havia aparecido na mídia um ano antes também por sequestrar um avião.

> O escritório da Reuters em Tel Aviv recebeu um telefonema irritado de Ted Lurie, editor do Jerusalem Post, reclamando que em décadas confiando na Reuters, ele não tinha visto notícias que "o irritavam tanto", expressando preocupação com a capacidade da Reuters de fornecer notícias internacionais "livres de propaganda". Sua indignação era sobre um perfil de Khaled enviado por Macdowall, de Beirute. Macdowall descreveu Khaled como "uma linda garota da guerrilha", "uma revolucionária inflamada" e "uma morena bem torneada", cujo "sequestro espetacular" de um avião em 1969 a fez "uma heroína instantânea" entre o povo palestino. Revendo a queixa israelense, o editor chefe de notícias Michael Charvet admitiu que "o tom geral da escrita" implicava que a Reuters "simpatiza com suas atividades", embora o perfil contenha "nenhum fato que não possa ser comprovado". (Goodman & Boudana, 2016, p.6, tradução nossa[25]).

[25] Trecho original: The Reuters office in Tel Aviv received an angry phone call from Ted Lurie, editor of Jerusalem Post, complaining that in decades of relying on Reuters, he had not seen news that 'angered him so', expressing concern about Reuters' ability to supply international news 'free of propaganda'. His indignation was about a profile of Khaled sent by Macdowall from Beirut. Macdowall had described Khaled as 'a beautiful girl guerilla', 'a fiery revolutionary' and 'a shapely brunette', whose 'spectacular hijacking' of a plane in 1969 made her 'an instant heroine among the Palestinian people'. Reviewing the Israeli complaint, the chief news editor Michael Charvet conceded that 'the general tone of writing' did imply that Reuters 'sympathises with her activities', though the profile contained 'no fact that cannot be substantiated'.

Desse modo, fugir da redação emotiva é também evitar agregadores de sentidos aos objetos de realidade nomeados na cobertura. O segundo item analisado por Goodman e Boudana (2016) foi a nomeação de fronteiras e capitais.

Algumas nomeações se estabeleceram como zonas conflituosas por questões políticas no âmbito internacional, em especial por conta de armadilhas linguísticas causadas por aspectos geográficos do Oriente Médio. Apesar de a política internacional da Reuters determinar que nomes de lugares devem seguir o estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), os pesquisadores encontraram materiais que discutiam as nomeações mais adequadas, por exemplo, nomear a região de "Golfo Pérsico" ou "Golfo Arábico".

Os debates seguiam em períodos pós-guerra: determinadas áreas deveriam ser nomeadas como "território israelense" ou "fronteiras israelenses"? Tel Aviv seria nomeada como capital de Israel? Enfim, Goodman & Boudana (2016) localizaram pontos de conflitos associados às decisões de linguagem que, por meio das nomeações, reforçam a política editorial da publicação diante de conflitos internacionais e, ao mesmo tempo, delimitam as noções de objetividade e imparcialidade defendidas pela Reuters.

O terceiro elemento verificado por Goodman e Boudana (2016) foi o uso do termo "palestino", algo que é, acima de tudo, a nomeação de um grupo social. Os autores afirmam que a nomeação "palestinos" representou um desafio na época diante da derrocada do Estado árabe na guerra de 1967[26], quando ressurgiram discussões internacionais sobre a identidade nacional palestina e direitos territoriais.

Esse cenário provocou um embate entre lideranças de estado, a imprensa e guerrilheiros pelo modo como deveriam ser nomeados os sujeitos. Era questionado se existia, de fato, um povo a ser nomeado como palestino e os impactos de localizar guerrilheiro com a alcunha de "guerrilheiros palestinos". Mais de uma década depois de iniciado o

[26] O foco dos autores é o conflito que ficou conhecido como "Guerra dos Seis Dias".

conflito, foram encontrados registros de como a discussão permanecia em aberto (Goodman & Boudana, 2016).

> Em janeiro de 1978, após a visita do presidente egípcio Sadat a Jerusalém, Macdowall informou ao gerente do departamento, Pat Massey, que, ao considerar alguns dos problemas "semânticos" no Oriente Médio, a gerência editorial de Londres decidiu que "os habitantes árabes da Cisjordânia" devem ser "simplesmente" mencionados nas histórias da Reuters como "palestinos". No entanto, observando uma correspondência anterior de Massey, o principal editor de notícias concordou que "esse uso a partir de Tel Aviv pode ser visto com desconfiança pelos israelenses, que contestam a existência de uma identidade palestina". Portanto, ele isentou o escritório de Tel Aviv dessa decisão, mas também pediu a Massey para "evitar sempre que possível" a frase "árabe-palestino", optando por "uma frase neutra" como "Árabes na Cisjordânia" (Macdowall, 1978). O fato de muitos leitores perceberem tais pontos terminológicos está sujeito a dúvidas. Mas essas discussões internas mostram que, desejando evitar ofender as sensibilidades de qualquer lado, os editores da Reuters geralmente buscavam objetividade, mas às vezes simplesmente acabavam adaptando terminologias a partir das sensibilidades dos clientes locais. (Goodman & Boudana, 2016, p.10, tradução nossa[27]).

O quarto e último item observado pelos autores foi a utilização das palavras "terrorista" e "guerrilha" nos documentos encontrados, termos que podem ser enquadrados como o que se considera nesta pesquisa de nomeações de objetos de realidade. Goodman e Boudana (2016, p.10, tradução nossa[28]) afirmam que "a discussão desses rótulos resume, em particular, a luta pela significação entre aqueles envolvidos".

Pessoas são nomeadas como terroristas no contexto palestino desde a rebelião árabe dos anos 30 e a revolta de muçulmanos na década de 40. Essa terminologia seguia o modo como autoridades se referiam aos sujeitos insurgentes que precisavam ser enquadrados como bandidos ou membros de gangues. Em meados dos anos 50, como o avançar na ruptura com os padrões coloniais, nomear o outro como terrorista começou se tornar uma prática questionável no âmbito midiático (Goodman & Boudana, 2016).

[27] Trecho original: In January 1978, in the wake of Egyptian President Sadat's visit to Jerusalem, Macdowall informed bureau manager Pat Massey that in considering some of the 'semantic' problems in the Middle East, the London editorial management decided that 'the Arab inhabitants of the West Bank' should be 'simply' referred to in Reuters stories as 'Palestinians'. However, noting earlier correspondence from Massey, the chief news editor agreed that 'this usage from Tel Aviv could be viewed askance by the Israelis, who dispute that there is a Palestinian identity'. He therefore exempted the Tel Aviv office from this ruling, but also asked Massey to 'avoid where possible' the phrase 'Palestinian Arabs', preferring 'a neutral phrase' like 'Arabs on the West Bank' (Macdowall, 1978). That many readers would notice such fine terminological points is open to doubt. But these internal discussions show that, wishing to avoid offending any side's sensitivities, Reuters editors generally pursued objectivity but sometimes simply ended up adapting terminology to sensibilities of local clients.

[28] Trecho original: Discussion of these labels epitomizes, in particular, the struggle for signification between those involved.

Ainda na década de 50, Goodman e Boudana (2016, p.10) encontraram documentos que relatam a preocupação de gestores da Reuters com os rótulos associados a agentes sociais envolvidos no que era classificado como “problemas do colonialismo” e raça. Após a guerra de 1967, autores de ataques chegaram a ser chamados de “sabotadores” para evitar possíveis constrangimentos diante do termo terrorista no âmbito internacional.

Nomeações como “guerrilhas” e “comandos” eram frequentes na Reuters e outras mídias de países ocidentais cuja missão era noticiar questões ligadas às organizações palestinas em guerra com Israel, além das respectivas rivalidades internas existentes nos grupos (Goodman & Boudana, 2016). Logo, termos que são utilizados como “rótulos” pelos pesquisadores são, na verdade, nomeações repletas de significado.

O olhar aguçado à nomeação de grupos sociais específicos foi também conferido nas pesquisas de Serrano (2016) e Zhong et al. (2011). O primeiro analisou nomeações utilizadas para se referir a grupos armados colombianos em notícias, enquanto o segundo investigou o mesmo processo em suspeitos de terrorismo.

No caso de Serrano (2016), foram pesquisados 452 relatórios de imprensa disseminados por canais nacionais, sendo localizada na análise qualitativa a tendência discursiva de acirramento do clima bélico em detrimento do que poderia ser uma produção noticiosa mais centralizada na busca pela paz.

Existiu a preocupação de pontuar como a imprensa aplicou o *labelling*, algo relativo à rotulação em relação ao confronto naquele país. O objetivo da pesquisa foi compreender como a comunicação promovida pelo grupo armado era refletida nas notícias produzidas por jornalistas.

Foi possível mostrar como a cobertura de conflitos armados depende não apenas das restrições da mídia, mas das restrições impostas pelos conteúdos da guerra. Grupos foram nomeados e, a partir das fontes, nomeações foram introduzidas e associadas às questões de legitimidade e rótulos sociais.

Serrano (2016) comenta que palavras escolhidas para se referir e/ou descrever eventos e indivíduos estão ligadas ao ponto de vista dos

falantes, sua ideologia e a maneira pela qual veem a realidade. Tomando como base pesquisadores da linguística, o autor assinala que a nomeação leva às rotulações que orientam o modo como eventos e atores sociais são interpretados.

Um exemplo é a relação estabelecida por grupos guerrilheiros que "referem-se a si mesmos como 'rebeldes' ou 'insurgentes', enquanto o seu adversário (os militares e o governo colombiano) procura deslegitimar esses grupos com expressões como 'narcoterrorista'" (Serrano, 2016, p.63, tradução nossa[29]).

Essa disputa, considerada por Serrano (2016) como uma "guerra lexical", é cercada por outras nuances, como o fato de proprietários de meios de comunicação terem decidido apoiar o Estado como único ator social legítimo no conflito.

Jornalistas foram pressionados a favorecer fontes oficiais e, além disso, restrições econômicas levaram os empresários da mídia a reduzir investimentos na cobertura em zonas de conflito. Por fim, o estudo identificou a supremacia do uso de fontes oficiais, prática não exclusiva do contexto bélico (Serrano, 2016).

Já a partir da teoria do *media priming*, o trabalho de Zhong et al. (2011) está focado na investigação de como os três maiores jornais de quatro países (China, Egito, Suíça e Estados Unidos) nomearam suspeitos de terrorismo, e como se deu a utilização das fontes durante o segundo dia da cobertura do atentado ao metrô de Londres, em 2005.

Na análise das notícias foi observada a tendência de estereotipar suspeitos como sujeitos conectados à Al Qaeda mesmo com pouca apuração. Fontes oficiais e especialistas foram as mais valorizadas na cobertura Zhong et al. (2011).

A teoria do *media priming* estabelece que a partir dos modos como a mídia seleciona, enquadra e oferece determinado conteúdo, será possível perceber uma influência no modo como o público compreende e julga esses eventos.

[29] Trecho original: [...] guerrilla groups refer to themselves as 'rebels' or 'insurgents', while their adversary (the military and the Colombian government) seeks to delegitimize these groups with expressions such as '(narco)terrorist'.

Dentre as descobertas está o fato de, durante a cobertura do segundo dia após o atentado, em 30 notícias foram nomeadas pessoas como suspeitas de terem ligação com a Al Qaeda, informação desmentida pouco tempo depois, ao ser descoberto que todos eram, na verdade, integrantes de uma ala radical nascida dentro do próprio país. Isso mostra que há tendência de jornalistas nomearem rapidamente pessoas como suspeitas, mesmo que haja pouca margem de verificação das informações (Zhong et al., 2011).

Pesquisas com a de Goodman e Boudana (2016), Zhong et al. (2011) e Serrano (2016) servem como bases relevantes para pensarmos como a nomeação é influenciada diretamente pela relação com as fontes. Outros campos do saber são cruciais para que determinadas nomeações prevaleçam em detrimento de outras.

Quando Serrano (2016) utiliza o termo "guerra lexical" para se referir as escolhas de palavras que descrevem eventos e sujeitos, são acionados indícios de como vocábulos que circulam socialmente passam a fazer parte das possibilidades lexicais de jornalistas. O discurso elaborado pelo jornalismo é conduzido por termos indicados por fontes oficiais e especializadas que, geralmente, possuem autoridade nas notícias.

Esse debate mostra que outros campos do saber ocupam função primordial na prática jornalística da nomeação. Nomear um sujeito como "narcoterrorista" ou "guerrilheiro" passa por decisões que não necessariamente partem do jornalista, e sim, de fontes de informação com papel de relevância na construção do discurso. São campos sociais que influenciam diretamente o campo jornalístico.

A autoridade de determinadas fontes faz com que a credibilidade da informação seja passível de reconhecimento. Especialistas e fontes oficiais, ao transmitirem determinadas informações, são tidas como referências passíveis de reprodução. Como consequência, as possibilidades de nomeação que eclodem dessas fontes ganham força nas possibilidades lexicais, ou como prefere Serrano (2016), na "guerra lexical" típica da produção noticiosa.

3.4 Nomeação para o espetáculo do jornalismo

Existem pesquisas que mostram como os jornais são utilizados para disseminar nomeações estrategicamente elaboradas para reverberar na sociedade, como é o caso de Zago (2008) e Kieling (2015). A primeira teve como objeto da pesquisa as nomeações das operações da Polícia Federal, enquanto a segunda apresenta como nomear gera uma arena de disputa midiática em questões urbanas ligadas à memória e setores empresariais ou de governo.

Zago (2008) analisou a nomeação de cinco operações da polícia federal nos jornais: Sanguessuga (2006), Macunaíma (2006), Hurricane (2007), Navalha (2007) e Rodin (2007). Sua pesquisa mostrou como as nomeações aplicadas servem para economizar tempo e colaboram no sigilo das operações.

Na mídia, os nomes das operações são atribuídos de valor que contribuem para o efeito da espetacularização. É executada por Zago (2008) a associação entre nomeação e o conceito de designação, a partir de uma perspectiva semântica proposta por Guimarães (2017).

Responsável por definir nomeação como "o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome", Guimarães (2017, p.12) defende que a existência de um referente nomeado gera um processo mais complexo, a designação, que consiste na significação de um nome enquanto algo atrelado às relações de linguagem exposta ao real dentro dos contextos históricos.

> O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história. O que uma expressão designa não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico. Designar é constituir significado como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos. (Guimarães, 2017, p.121).

A lógica da semântica pressupõe a existência de dois elementos importantes associados à nomeação: os falantes e os espaços de enunciação. Os primeiros não se limitam a sujeitos que dominam uma língua e se expressam por meio dela. Pelo contrário, a semântica prevê que falantes são figuras políticas construídas (Guimarães, 2017).

O processo de construção dos falantes acontece justamente nos segundos elementos, os espaços de enunciação, ambientes políticos nos

quais há organização e distribuição de papeis, além de conflitos (Guimarães, 2017).

> Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (Guimarães, 2017, p.25).

Desse modo, os jornais e os meios de comunicação de massa podem ser considerados espaços de enunciação. Se pensados como organizações dentro de uma instituição social, os jornais são produtos produzidos a partir de fatos e tensionamentos sociais que o tornam, por natureza, um objeto político.

Um jornal não é produzido sem que haja separação de papeis entre os seus produtores (jornalistas ou não), além de ser organizado a partir de forças externas ligadas ao capital e à influência política daqueles que o produzem. Pensar os jornais como espaços de enunciação, como propõe Guimarães (2017), é identificar que as nomeações, ao ganharem espaço nos jornais, tornam-se ponto de reforço de determinadas existências e modos de enxergar o mundo.

> Dar nome a algo [...] é dar-lhe existência histórica. Não é trivial a velocidade com que uma data, 11 de setembro de 2001, passou rapidamente para a categoria do nome de um acontecimento. E enquanto nome apresenta-se sob a forma condensada 11 de setembro, inclusive em sintagmas nominais correntes como o 11 de setembro. O nome aí aparece como um modo incontornável de erigir algo em acontecimento da história. (Guimarães, 2003, p.54).

Nesse contexto, Zago (2008) estava preocupada em apresentar como as nomeações das operações da Polícia Federal surgem em um cenário de trabalho ligado à segurança pública para, em seguida, serem apropriadas pelo jornalismo. São elencados aspectos da "esfera policial" e da "esfera midiática". No primeiro, há o resgate da atividade policial enquanto ramo de trabalho que conduz às criações de designação. Já na segunda esfera, a pesquisadora faz apontamentos ligados ao papel da mídia e aspectos referentes à espetacularização.

A partir de uma sistematização com 32 operações que aconteceram entre 2003 e 2008, Zago (2008) identificou que embora não exista um critério estabelecido para a escolha das palavras que nomeiam as operações, é possível observar como há recorrência temática nos nomes

que remetem a "filmes, novelas, nomes bíblicos, animais, animais silvestres, relacionados à literatura, mitologia, informática, objetos, jogos, personagens folclóricos, entre tantos outros". Há ainda critérios referenciais que motivam esses nomes a partir do tipo de crime ou dos infratores.

Ao ingressar na esfera midiática, Zago (2008, p.52) considera que a "mídia se apropria das designações criadas pelos policiais federais em suas situações de trabalho e as utiliza para, posteriormente à deflagração das operações, divulgá-las à sociedade". Nessa perspectiva, a palavra utilizada para nomear (ou, nos termos da autora, para designar), entra em um processo de co-intencionalidade compreendido entre os conflitos das esferas envolvidas. De um lado, a Polícia Federal. Do outro, a mídia (a pesquisadora cita jornalismo e mídia em um mesmo contexto, sem a preocupação de distinguir os dois conceitos).

Zago (2008) aciona Mikhail Bakhtin para classificar o discurso do jornalismo como bivocal, ou seja, é orientado duplamente ao levar em conta discursos externos ao jornalismo. Como explica a autora, são "as palavras do outro, que, ao entrarem no discurso e fazerem parte da sua compreensão e avaliação, tornam-se palavras bivocais" (p.56).

Assim, além de existirem como espaços de enunciação, os jornais promovem inserção das nomeações na perspectiva bivocal do discurso. Os nomes não aparecem a partir do jornalismo, eles são gestados e disseminados em outras áreas sociais e, em seguida, inseridos na imprensa como meio de difusão de determinada perspectiva. Em uma sociedade que vive a constante guerra de narrativas, ser o nomeador apresenta-se como um dos mais importantes papeis sociais.

> Assim, a palavra bivocal serve a dois locutores e exprime ao mesmo tempo duas intenções diferentes: no caso estudado, a intenção da Polícia Federal, que criou a palavra, e a do jornalista, que se apropria dela na divulgação. [...] Nessa perspectiva, o discurso da mídia vai ser um discurso bivocal, porque traz em suas palavras o discurso de outra esfera. (Zago, 2008, p.57).

Para Zago (2008, p.59), o caráter bivocal do discurso jornalístico é potencializado na dimensão da espetacularização midiática. A partir de autores como Guy Debord e Marilena Chauí, ela defende ser uma "característica da mídia pós-moderna retratar certos acontecimentos de

modo exagerado na forma de propagação, o que caracteriza a espetacularização". Assim, ao manter as operações da Polícia Federal em evidência, o jornalismo colabora para que o trabalho da polícia seja espetacularizado. Nesse contexto, a palavra escolhida para designar/nomear adquire efeitos de sentidos ao percorrer as duas instâncias (polícia-jornal).

O estudo de Zago (2008) ajuda a reconhecer a influência da nomeação na produção discursiva do jornalismo a partir da criação e circulação dos nomes. Como afirma a pesquisadora: "Na era da informação em que as matérias jornalísticas chegam rapidamente às pessoas, a própria designação e as estratégias de sua divulgação podem ser percebidas como efeito de espetáculo" (p.101).

Por outro lado, a relação entra nomeação e memória urbana esteve no centro das discussões de Kieling (2015, p.90) ao analisar como uma mudança de nomeação foi "apropriada midiaticamente" no ano de 2014, em Porto Alegre, a partir da alteração do nome da Avenida Presidente Castelo Branco para Avenida da Legalidade e da Democracia. A mudança ocorreu depois que dois vereadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) conseguiram aprovar a mudança sugerida em um projeto de lei.

No âmbito midiático, a autora afirma que o processo culminou em disputas no campo da memória. Em contrapartida, no campo jornalístico, a repercussão diante do trâmite político abriu margem para reflexões em torno da dimensão simbólica dos acontecimentos e das disputas associadas ao enquadramento da memória. Seu objetivo foi compreender como um veículo *mainstream* se utilizou "da história, da memória e das características sociotécnicas do tempo presente" para estruturar a narrativa sobre o tema em diferentes mídias (site e TV) (Kieling, 2015, p.91).

O *corpus* foi coletado em três conteúdos veiculados no site do Jornal Zero Hora. Um de caráter opinativo, uma reportagem e, por fim, uma notícia. A escolha do Zero Hora ocorreu pelo fato de o jornal pertencer ao grupo RBS (Rede Brasil Sul), apontada como maior empresa de comunicação da região Sul do Brasil. No âmbito teórico, dentre outros autores, são acionados o método aplicado da Análise Crítica da Narrativa,

proposta por Luiz Gonzaga Motta, além das leituras de Nora Pierre e Michael Pollak para consolidar as nuances teóricas ligadas à memória.

A autora percebeu que, de modo geral, a nova nomeação foi rapidamente inserida na cobertura do grupo RBS (TV, rádio e site). Sua análise ajuda a pensar a nomeação como elemento da memória na construção do tempo, e jornais contribuem nesse processo "como narrativa do cotidiano, na qual cristalizam-se linguagens e técnicas do tempo presente" (p.92).

Kieling (2015) utiliza o termo "denominação" como sinônimo para nomeação e se preocupa em como é frequente a disputa por nomeações em espaços públicos. Traz exemplos dessa disputa em diferentes pontos de Porto Alegre desde o século XIX e defende que a compreensão dos impactos dessas mudanças exige um resgate histórico em torno dos nomes, haja vista seu interesse em compreender de que forma narrativas midiáticas se relacionam com a memória. No caso da alteração que retira o nome do ex-presidente Castelo Branco, ela explica:

> O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência do Brasil – escolhido pelo Congresso submetido a um Ato Institucional – 12 dias depois do golpe civil – militar de 1964, que deu início a uma ditadura que durou 21 anos. Castelo governou até março de 1967, período no qual ocorreram graves violações constitucionais e aos Direitos Humanos. De acordo com o vereador Pedro Ruas, esta primeira denominação da avenida foi decidida de forma arbitrária e efetivada irregularmente através de um comunicado dos Correios, sem passar pela Câmara Municipal, por influência do presidente (também militar) Emílio Garrastazu Médici que, na ocasião da inauguração da *Freeway* – estrada que liga Porto Alegre ao litoral norte, em 23 de setembro de 1973 –, contrariado com o nome em língua inglesa, sugeriu que o ex-presidente, morto em julho de 1967, fosse homenageado no trecho de via expressa que liga a rodoviária da cidade à estrada. (Kieling, 2015, p.92).

A mudança na nomeação de uma rua aparece no trabalho da autora como elemento a ser observado a partir do modo como o jornalismo utiliza a história, a memória e características do tempo presente para construir sua narrativa. Um dos títulos encontrados na pesquisa foi "Troca de nome da Castelo Branco não apaga a História", que, de acordo com a autora, "tende a reforçar uma concepção cumulativa da história, opondo 'certo' e 'errado' no enquadramento da memória".

> [...] o jornalismo, enquanto narrativa, instituiu o acontecimento da mudança de nome da Avenida à sua própria maneira: fragmentada, constrangida pelo formato noticioso e influenciada pelos recursos de

> objetivação das tecnologias da inteligência que lhe servem como input de informação. [...] O jornalismo cumpre seu papel de mediador quando identifica que os dilemas em torno do simbólico são centrais e atreve-se a investigá-los, conhecer-lhes os contornos, as fronteiras, as tensões. A história e a memória, assim como o jornalismo, são enraizadas nos fatos, mas também nas intrigas em que se inserem e nas disputas que engendram. (Kieling, 2015, p.103).

Em suas considerações finais, Kieling (2015, p.102) determina que a batalha da nomeação no caso da antiga Avenida Presidente Castelo Branco "surge em um contexto específico de redimensionamento das relações entre memória, história e comunicação".

Para esta tese, trabalhos como o de Zago (2008) e Kieling (2015) colaboram no processo de reconhecimento da nomeação como fenômeno da linguagem basilar às relações de poder e saber no jornalismo. Nomeações são o ponto de partida em tensionamentos sociais, sendo visualizadas por meio de palavras marcadoras de existência na transmissão dos fatos do cotidiano.

Se os jornais são espaços de enunciação, parte disso deve-se à relação estabelecida com outros setores sociais que tornam o seu discurso evidentemente bivocal. A nomeação nas notícias envolve aspectos ligados à memória, aos conflitos de interesse e, acima de tudo, ao fluxo de disputa entre núcleos da sociedade. Jornais nomeiam e, sem nomear, é improvável que tenham capacidade de informar.

3.5 Nomeação de objetos: semiótica das relações

Em 2010, o Grupo de Pesquisa sobre o Cotidiano e Jornalismo (Grupecj), da Universidade Federal da Paraíba, lançou o livro *Sócrates recorta jornais, Crátilo desenha palavras: o nome das coisas no jornal impresso*, obra dedicada à importância dos objetos nas relações estabelecidas com os sujeitos a partir do jornalismo.

São dez ensaios, assinados por estudantes de mestrado e graduação, que analisam notícias de três jornais da Paraíba, à época líderes de tiragem no estado. Os textos estão preocupados em pensar a relação sujeito-objetos e as dinâmicas de consumo para, em seguida, a partir da relação com os jornais, propor novas nomeações aos objetos.

Pereira (2010, p.6) afirmou que o desafio da obra foi "perceber como o narrador-jornalista nomeia objetos na produção de enunciados

informativos que têm a função de demarcar o distanciamento ou aproximação entre os sujeitos e as coisas do mundo da vida". A filosofia é o princípio básico do livro a partir do Crátilo de Platão. Nesse diálogo filosófico-jornalístico, Pereira (2010) pondera que o problema estabelecido é: quem pode nomear os objetos? Por que nas narrativas jornalísticas os objetos são tomados em suas inércias, apenas como instrumentos de uma ação?

Pereira conclui que essas questões retomam o problema ligado às palavras na cultura jornalística. Afinal de contas, "ao jornalista cabe a tarefa de nomear as coisas, construir realidades através do seu domínio técnico. Por isso é sempre bom investigar a forma como as palavras aparecem na imprensa cotidiana" (Pereira, 2010, p.7).

Sem referencial teórico voltado às teorias do jornalismo, a base teórica dos ensaios traz pontos em comum, como o uso de Jean Baudrillard (*O sistema dos objetos*), Daniel Roche (*História das coisas banais*) e Michel Maffesoli (*O conhecimento comum; O tempo das tribos; A contemplação do mundo; No fundo das aparências*). Um aspecto que atravessa todos os ensaios é a indicação de como os sujeitos, ao longo da evolução da humanidade, passaram a ter modos de vida cada vez mais cercados de objetos.

Dois textos foram selecionados como exemplos do que se propõe como análise da nomeação na obra organizada por Pereira (2010). A primeira parte de inquietações em relação aos objetos. Tenório (2010, pp.21-22) assinala que "os objetos não estão isentos do convívio social" e existem dentro de interações que regem a vida.

Assim, o jornalismo nomeará objetos na perspectiva de delimitar percepções relacionadas aos fatos noticiados e a interação com esses objetos. Esse processo de nomeação precisa levar em consideração aspectos ligados à subjetividade dos jornalistas, que podem levar a variações no modo de nomear objetos. A autora busca "caracterizar como os objetos adquirem autonomia de significado nas páginas dos jornais".

> O mundo está repleto de objetos e o jornalismo, enquanto atividade diretamente ligada à enunciação do que ocorre na vida cotidiana, mantém o exercício diário de nomeá-los. Por esse motivo, a figura do jornalista tornou-se encarregada do ofício de ter que batizar, a partir de uma escolha muitas vezes arbitrária, o que no nosso imaginário será

> percebido como um objeto inerente a determinado fato noticioso. (Tenório, 2010, p.21).

Um passo inicial para Tenório (2010, p.22) é compreender o que é um objeto. Nas páginas dos jornais, a existência dos objetos é associada ao modo como eles estão sintonizados com os sujeitos que apreendem a sua existência a partir do que é conferido pelo jornal. Então, o conceito de objeto "diz respeito a sua conotação enquanto organismo material, mas que não teria utilidade se não fosse o seu entendimento de forma". Ou seja, compreender o objeto é estabelecer a sua relação com a complementaridade da relação entre matéria e forma.

Desse modo, a visão de Tenório (2010, p.22) está centrada na ideia de objeto como algo ligado à materialidade e o uso. Como ela afirma, sua perspectiva em relação aos objetos "diz respeito a sua conotação enquanto organismo material", como pode ser conferido no exemplo a seguir:

> A nossa ideia principal seria a de que a matéria age como a substância na qual o objeto/forma é moldado, esculpido. Um exemplo é analisar a construção objetal de uma cadeira ou um guarda-roupa, eles são formados pela madeira como matéria/conteúdo tendo como forma/continente a noção perpetuada pelo carpinteiro de cadeira e guarda-roupa. (Tenório, 2010, p.22).

Para a pesquisa desenvolvida nesta tese, a perspectiva de Tenório (2010) é tida como limitada à medida que defende-se aqui a nomeação como fenômeno ligado aos objetos de realidade, e não apenas aos objetos. Isso inclui a gama de existências associadas aos fatos e aos sujeitos. Nomear um crime como feminicídio, identificar um sujeito como desaparecido, disseminar as relações como homoafetivas, enfim, a nomeação está além das dinâmicas da materialidade e forma determinados à existência e funcionalidade atribuídos socialmente.

Ainda assim, as reflexões de Tenório (2010) ajudam a pensar como a nomeação no jornalismo estabelece uma relação com a materialidade dos objetos do cotidiano. Assim como os demais ensaios do livro, a autora trabalha com uma notícia coletada em cada um dos três jornais que, à época, tinham a maior circulação em João Pessoa (O Norte, Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba).

Foi selecionado o período de 10 de junho a 10 de julho de 2010,

com temática livre desde que o conteúdo estivesse postado no caderno Cidades. No âmbito metodológico, a análise é centrada em três momentos. O primeiro deles é "entender o sentido literal do objeto". Em seguida, é proposto o trabalho de compreensão de como podem ser aplicadas ao objeto "as teorias que visam entender a vida cotidiana, já que essa temática está inteiramente ligada as relações dos homens em sociedade e as suas necessidades materiais" (Tenório, 2010, p.26).

Por fim, a última etapa é analisar como o objeto é evidenciado no jornal, com o esforço de avaliar se a nomenclatura tem sentido semelhante ao literal para, em seguida, sugerir uma nova denominação, ou melhor, uma renomeação a partir do que é gerado entre o objeto e sua interação com o jornal (Tenório, 2010).

Um exemplo é o que autora realiza com a notícia publicada no Jornal da Paraíba no dia 09 de julho de 2010, cujo título é: "Pesquisa constata infestação por cupim em prédios históricos de Campina Grande". A pesquisadora garante que, na matéria, documentos e móveis antigos são apresentados como objetos "sensivelmente afetados pela praga de cupins que atinge os ambientes citados" (p.26). Então, no texto jornalístico, os objetos são evidenciados diante da relação histórica e com a memória.

A autora promove uma explicação da raiz etimológica da palavra móvel e, em seguida, associa com Baudrillard[30] (como citado em Tenório, 2010) em uma teorização sobre a relação dos objetos antigos com a sociedade. Por fim, propõe uma nova nomeação que seria de "antiquimóveis". Esse mesmo processo de explicação etimológica, seguido de teorização e nova proposta de nomeação é feito nas duas outras matérias. Essa renomeação tende a ser o ponto conclusivo da autora e sua proposta de repensar os nomes dos objetos a partir do que está no jornal.

Todos os ensaios organizados por Pereira (2010) trazem trabalhos parecidos ao de Tenório (2010). Um outro exemplo é Almeida (2010, p.54), que busca analisar como os objetos aparecem cotidianamente nos jornais traçando um paralelo com as relações de consumo. No final, foi

[30] Referência: Baudrillard, Jean. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 1973.

proposta uma renomeação dos objetos com o intuito de aplicar o que ela chama de "ampliar o significado da narrativa".

Uma das notícias analisadas tem o título "19% da população de JP bebe demais", publicada no dia 22 de junho de 2010 no Correio da Paraíba. A autora garante que o texto faz referência a uma pesquisa do Ministério da Saúde que coloca a capital da Paraíba na lista das cidades onde o consumo de álcool aumentou, mas o consumo de cigarro diminuiu.

A pesquisadora propôs analisar o cigarro enquanto objeto a partir da seguinte observação: "O significado atribuído no texto é bem diferente dos atribuídos aos cigarros nas propagandas do produto, cujas ideias de liberdade, aventura e glamour dão relevo ao mesmo" (Almeida, 2010, p.60). O desfecho da pesquisa, assim como feito com Tenório (2010), é o de propor novas nomeações e ressignificar o objeto no jornal.

> Se substituíssemos o nome do objeto, e em troca dele puséssemos "purpurina", as características deste novo objeto poderiam ser reincorporadas dentro do texto e a conotação da "fumaça de cigarro" receberia os novos atributos da "fumaça de purpurina". Com a ressignificação, o cigarro perderia as características danosas, e receberia propriedades coloridas e brilhantes, as quais normalmente são associadas às purpurinas. (Almeida, 2010, p.60).

Assim como nos outros ensaios da obra, a nomeação no jornalismo é centralizada em objetos e há preocupação em evidenciar a relação objeto-sujeito, seja pelas relações de consumo ou pelos sentidos dos objetos na sociabilidade humana. Há nos textos a tentativa repetida de renomear objetos a partir das relações criadas com o jornal. No caso de Almeida (2010, p.63), há defesa que objetos "são núcleos de significados e produtores de diversas significações". Assim, o trabalho de renomeação tem a missão de apresentar como "objetos são mutáveis e se transformam de acordo com o contexto em que estão inseridos".

Essa espécie de semiótica das relações, proposta nos trabalhos de Pereira (2010), Tenório (2010) e Almeida (2010), contribui para pensar que, no jornalismo, a nomeação aparece nas relações básicas entre os sujeitos e o mundo: nomear o que nos cerca. As nomeações não são apenas estabelecidas em cenários de conflito e tensionamento, estão na base da existência.

Se pensarmos que tudo ao nosso redor tem nome, não existe produção discursiva sem nomeação. O computador é o objeto que nomeio como aliado na escrita da pesquisa, assim como o celular é a ferramenta básica que aciono para trocar experiências com colegas do grupo de pesquisa. Nomeamos os objetos do mundo para experimentarmos a vida cotidiana, e precisamos fazer o mesmo na produção das notícias.

3.6 Nomeação como ato de comunicação

É possível pensar a nomeação como ato de comunicação, como é proposto por Richardson (2007). Ele defende que, no jornalismo, a atribuição de nomes é um fator de impacto no modo como sujeitos são interpretados coletivamente. As nomeações, nessa perspectiva em diálogo com a análise crítica do discurso, são geradas em um ambiente de possibilidades.

Richardson (2007) projeta a nomeação como ato de comunicação no texto "*Analysin texts: some concepts and tools of linguistic analysis*" [em tradução livre: "Analisando textos: alguns conceitos e ferramentas de análise linguística"]. Suas reflexões partem da premissa de que nomear algo é uma ação que acontece a partir da escolha das palavras.

> A maneira como as pessoas são nomeadas no discurso noticioso pode ter um impacto significativo na maneira como são vistas. Todos nós possuímos simultaneamente uma variedade de identidades, papéis e características que poderiam ser usadas para nos descrever de maneira igualmente precisa, mas não com o mesmo significado. A maneira pela qual os atores sociais são nomeados identifica não apenas o(s) grupo(s) ao qual estão associados (ou pelo menos os grupos aos quais o falante/escritor deseja que eles estejam associados), também pode sinalizar a relação entre o nomeador e o nomeado. (Richardson, 2007, p.49, tradução nossa[31]).

Para Richardson (2007), a nomeação possui uma ligação com os sentidos que emana e, além disso, é um ato de comunicação que reverbera no âmbito social e interpretativo. Logo, a produção da notícia pressupõe a seleção de como os objetos do mundo serão nomeados,

[31] Trecho original: The way that people are named in news discourse can have significant impact on the way in which they are viewed. We all simultaneously possess a range of identities, roles and characteristics that could be used to describe us equally accurately but not with the same meaning. The manner in which social actors are named identifies not only the group(s) that they are associated with (or at least the groups that the speaker/writer wants them to be associated with) it can also signal the relationship between the namer and the named.

incluindo aí os sujeitos envolvidos nos fatos noticiados.

> Os jornalistas precisam fornecer nomes para as pessoas nos eventos relatados, e essa nomeação sempre envolve escolha. E, logicamente, ao escolher uma categoria social em detrimento de outra, eles incluem os nomeados dentro de uma categoria e os excluem de diferentes categorias – ou talvez, optem por colocar em primeiro plano uma categoria social em detrimento de outras alternativas igualmente precisas. (Richardson, 2007, p.49, tradução nossa[32]).

O autor faz essas inferências com base em Reisigl & Wodak (como citado em Richardson, 2007, p.49), autores que chamam de "estratégia referencial" do texto as possibilidades ligadas à nomeação. Eles ilustram essa relação a partir de diferentes nomeações de sujeitos ou grupos sociais e como nomes podem servir para diferentes finalidades a partir da intenção de quem nomeia. Nessa perspectiva, a nomeação é gerada no ambiente das possibilidades.

Em uma mesma matéria, um ator social pode ser apenas individualizado com seu nome próprio ou ser nomeado como integrante de um grupo social maior. Richardson (2007, p.50) exemplifica com o trecho de um artigo publicado no dia 08 de março no jornal Independent. A provocação abaixo foi feita por um conde conservador após ter sido derrotada a proposta de prisão domiciliar por tempo indeterminado a acusados de terrorismo.

> Por que, se o secretário do Interior acha que Mohammad el-Smith quer fazer alguma coisa e planeja fazer alguma coisa e conversou com outras pessoas sobre fazer algo desagradável, isso não é uma conspiração? (Richardson, 2007, p.50, tradução nossa[33]).

A partir do questionamento acima, Richardson (2007) tenta ilustrar como o posicionamento de quem nomeia é crucial na escolha da nomeação, na "estratégia referencial". Ele assegura que essas "estratégias referenciais" desempenham funções no texto que não estão apenas limitadas à projeção de sentidos e valores sociais ao referente nomeado.

Essas "estratégias referenciais" evidenciadas pelas nomeações estabelecem correlações com o modo que outros atores sociais são

[32] Trecho original: Journalists have to provide names for the people in the events they report and this naming always involves choice. And logically, by choosing one social category over another, they include them withim a category and exclude them from different categories - or perhaps, choose to foreground one social category over other equally accurate alternatives.

[33] Trecho original: Why, if the Home Secretary thinks Mohammad el-Smith wants to do something and is planning to do something and has talked to other about doing something nasty, that is not a conspiracy?

referenciados e representados. Logo, quando se determina uma nomeação ao sujeito, todo um grupamento social e/ou outros indivíduos da mesma comunidade podem ser acionados pelos sentidos gerados na nomeação.

> Embora o Conde faça um argumento persuasivo em relação à natureza redundante da Lei do Terror do governo, dadas as leis de conspiração existentes, é o nome 'Mohammad el-Smith' que me interessa aqui – o que essa estratégia referencial implica? O nome é uma variação inteligente do nome 'Joe Bloggs' ou do americano 'John Doe': este é o hipotético 'homem médio' ou, nesse caso, o hipotético 'terrorista médio'. Aqui, Smith – o nome de família mais comum na Grã-Bretanha – é combinado com Mohammed, um nome compreensivelmente associado ao Islã. É através do uso de 'Mohammad' como primeiro nome que o Conde sugere (ou talvez deixe escapar) que ele acredita que o hipotético suspeito terrorista médio seja muçulmano. (Richardson, 2007, p. 50, tradução nossa[34]).

Richardson (2007) associa esse contexto ao conceito desenvolvido por outro autor que trabalha com análise de jornais por meio de um olhar centrado na análise linguística. Teun van Dijk[35] desenvolveu, em uma série de estudos, uma ferramenta conceitual chamada de "*the ideological square*" (o quadrado ideológico, em tradução livre, que será abreviada para QI).

Essa ferramenta seria determinante para a construção de "estratégias referenciais" que levam a determinadas nomeações, em especial na mídia. A característica básica do QI é a tendência a auto apresentação positiva que, simultaneamente, acontece com uma negativa apresentação do outro. É um modo de perceber e representar o mundo com demarcação clara entre a dinâmica "nós" e "eles".

No QI fica evidente a necessidade de representar o outro de modo negativo expressando características e atividades sociais lidas socialmente de modo a reforçar a nomeação. Já as características positivas são evidenciadas nos que se autonomeiam de modo positivos. Richardson (2007, p.51) exemplifica ao analisar a nomeação no seguinte

---

[34] Trecho original: While the Earl makes a persuasive point regarding the redundant nature of the Government´s Terror Bill given existing conspiracy laws, it is the name 'Mohammad el-Smith' that interests me here – what does this referential strategy imply? The name is a clever variation on the name 'Joe Bloggs' or the American 'John Doe': this is the hypothetical 'average man', or in this case, the hypothetical 'average terrorist'. Here, Smith – the most common family name in Britain – is combined with Mohammed, a name understandably associated with Islam. It is through the use of 'Mohammad' as a first name that the Earl implies (or perhaps lets slip) he believes the hypothetical average terrorist suspect to be Muslim.

[35] O pensamento de Van Dijk (1998, 2008) é centralizado na tentativa de explicar a função dos contextos na produção e compreensão de textos. Ele constrói uma relação entre contexto e discurso e descreve algumas relações influenciadoras da produção discursiva. É nesse cenário que emerge o conceito de QI abordado. O QI "se aplica a todos os níveis do discurso, desde seleção ao léxico, metáforas e estruturas visuais: integrantes de um grupo dominante tendem a enfatizar nossas coisas boas e as coisas ruins deles, e não enfatizar nossas coisas ruins as coisas boas deles" (Van Dijk, 2008, p. 180, tradução nossa).

trecho publicado no jornal Sun em dois de março de 2005: “Este imigrante ilegal que dirigia bêbado matou um garoto em uma motocicleta sem seguro. A sentença é de 8 semanas” (tradução nossa[36]).

> Nesta manchete, o sub-editor que trabalhava para o Sun decidiu que ‘motorista bêbado’ não era suficiente para transmitir a maldade da pessoa responsável por esse infeliz acidente – ele era um imigrante e ilegal. Mesmo sem conhecer os fatos completos do caso desse homem, existem claramente muitas outras maneiras pelas quais ele poderia ter sido referido. (Richardson, 2007, p.52, tradução nossa[37]).

Outro autor que trabalha a interlocução entre jornalismo, nomeação e categorização social é Van Leeuwen (2008). Sua obra parte do discurso como prática social recontextualizada, tendo em vista que práticas sociais são modos regulados socialmente para a execução de algo. Nesse contexto, o discurso é responsável por representar as práticas sociais em textos que promovem a recontextualização por meio de elementos que estão inseridos no próprio discurso.

A nomeação é um desses elementos. Para Van Leeuwen (2008, p.152, tradução nossa[38]), “na linguagem, a nomeação não está associada exclusivamente com o genérico. Ela fornece recursos para designar coisas como específicas ou genéricas e como individual ou coletivo”. Os nomes estão inseridos em toda a complexidade relacionada à construção textual e sua capacidade de criar determinada recontextualização das práticas sociais em questão. O autor desenvolve a lógica da representação para atores sociais e ações sociais. Nesse contexto, tanto atores como ações são nomeados.

A nomeação e a categorização aparecem no livro de Van Leeuwen (2008) dentro de um mesmo ambiente de análise (subtítulo do autor: “*Nomination and Categorization*”), como elementos evidenciados no texto para a representação de atores sociais. Outros itens, aqui não apresentados, atuam de modo simultâneo à nomeação, como a exclusão, papeis sociais, generalização e especificação, assimilação, etc.

---

[36] Trecho original: This illegal immigrant drink-driver killed a boy in an uninsured motor. The sentence is 8 weeks.

[37] Trecho original: In this headline, the sub-editor working for the Sun decided that 'drink-driver' wasn´t enough to convey the wickedness of the person responsible for this unfortunate accident - he was an immigrant and an illegal one at that. Without even knowing the full facts of this man´s case, there are clearly many other ways that he could have been referred to.

[38] Trecho original: In language, naming is not uniquely associated with the generic. It provides resources for designating things as either specific or generic and as either individual or collective”.

> Os atores sociais podem ser representados em termos de sua identidade única, por serem nomeados, ou em termos de identidades e funções que compartilham com outras pessoas (categorização), e isso é, de novo, sempre interessante para investigar quais atores sociais são, em um determinado discurso, categorizados e nomeados. Nas histórias, por exemplo, personagens sem nome cumprem apenas papéis de passagem ou funcionais, sem se tornar pontos de identificação para o leitor ou ouvinte. Na imprensa, acontece algo similar nas "histórias". [...] A imprensa (e não apenas a imprensa) também tende a nomear homens e mulheres de maneiras diferentes, por exemplo, referindo-se ao estado civil apenas no caso de mulheres ou referindo-se a uma oficial como "capitã", e não como "Capitão Carole Maychill". (Van Leeuwen, 2008, p.40, tradução nossa[39]).

No âmbito dos atores sociais, Van Leeuwen (2008) aborda como a nomeação é, em geral, realizada a partir do uso de substantivos próprios que podem ser formais (sobrenome), semiformal (nome e sobrenome) ou informal (nome). Há ainda o que o autor classifica como "obscurecimento do nome", quando letras ou números são utilizados para substituir os nomes formais, como por exemplo ao identificar alguém como "Mr. X".

Em um olhar voltado às normas linguísticas, o pesquisador pondera que os nomes podem ainda ser empregados como vocativos e com pronomes possessivos quando delimitados afetividade (exemplo: "minha amada Joana").

No caso do jornalismo, as análises sugerem que jornalistas costumam utilizar os "pseudo-títulos", conceito sugerido pelo sociolinguista Allan Bell[40] (como citado em Van Leeuwen, 2008, p.41) ao sugerir que, em determinados contextos, a nomeação e a categorização são utilizadas simultaneamente.

Um exemplo utilizado pelo autor é o de um jornal que identifica determinada fonte como o "controverso terapeuta do câncer Milan Brych". Então, nesses casos, "categorização e nomeação aqui são misturados ou, melhor dizendo, as categorizações são usadas como identidades únicas".

A influência da categorização nas nomeações é tamanha que Van Leeuwen (2008, p.42) propõe dois tipos de categorização:

---

[39] Trecho original: "Social actors can be represented either in terms of their unique identity, by being nominated, or in terms of identities and functions they share with others (categorization), and it is, again, always of interest to investigate which social actors are, in a given discourse, categorized and which nominated. In stories, for instance, nameless characters fulfill only passing, functional roles and do not become points of identification for the reader or listener. In press "stories", something similar occurs. [...] The press (and not only the press) also tends to nominate men and women in different ways, for instance by referring to marital status only in the case of women or by referring to a female officer as "a captain", rather than as "Captain Carole Maychill".

[40] Referência: Bell, A. (1985). One Rule of News English: Geographical, Social and Historical Spread. *Te Reo* 28:95–117.

funcionalização e identificação. A primeira delas ocorre quando atores sociais são referenciados em relação às atividades que exercem ou papeis sociais que ocupam. É o pianista, o entrevistador, o professor, a atleta etc.

Em contrapartida, a identificação eclode quando atores sociais são definidos não necessariamente pelo que fazem, mas pelo são em estado de permanência. É o LGBTQIA+, o idoso, o negro, o homem machista, a mulher vítima de violência, o indígena etc.

A linguagem, para o autor, abre margem para a escolha da nomeação a partir da funcionalização e da identificação. No caso da identificação, o amplo leque de possibilidades fez com que Van Leeuwen (2008, p.42) estruturasse três subdivisões: classificação, identificação relativa e identificação física.

Na classificação, os atores sociais são referenciados em termos de categorias macro nas quais é possível localizá-los na estrutura social. São as categorias de gênero, idade, classe social, orientação sexual, religião, dentre outras.

Na identificação relativa, os atores sociais são acionados por relações de parentesco, de trabalho ou de alguma afetividade direta. É o amigo, o colega, a tia, o patrão, enfim, são identificações que trazem termos relevantes. A terceira é a identificação física, que referencia atores sociais a partir de características físicas identificadoras em determinado contexto. São palavras que podem oscilar entre substantivos e adjetivos como loiras, ruivas, estranhos, barbudos, magrelos etc.

Por fim, Van Leeuwen (2008, p.45) sugere que o analista do discurso não deixe de observar como a referência dos atores sociais levam em consideração determinada avaliação.

> Finalmente, os atores sociais podem ser referenciados de maneira interpessoal, e não em termos experimentais. Para esses casos, uso o termo avaliação: atores sociais são avaliados quando são referenciados em termos que os avaliam como bons ou maus, amados ou odiados, admirados ou dignos de pena. Isso é realizado pelo conjunto de substantivos e expressões idiomáticas que denotam avaliação (e apenas avaliação) como, por exemplo, "o querido", "o bastardo", "o desgraçado" ou "bandidos". (Van Leeuwen, 2008, p.45, tradução nossa[41]).

[41] Trecho original: Finally, social actors can be referred to in interpersonal, rather than experiential terms. For these instances, I use the term appraisement: social actors are appraised when they are referred to in terms which evaluate them as good or bad, loved or hated, admired or pitied. This is realized by the set of nouns and idioms that denote such appraisement (and only such appraisement) as, for instance "the darling", "the bastard", "the wretch" or "thugs".

Em outro momento da obra, Van Leeuwen se preocupa não mais com a representação dos atores sociais, e sim, com a representação dos atos sociais. Por exemplo: processos migratórios, crimes, alterações climáticas, dentre outros, são atos sociais evidenciados cotidianamente. Então, a pergunta central do autor é: quais são os modos de representar os atos sociais por meio do discurso? Ele inicia citando um trecho retirado de jornal:

> Muitos australianos, segundo o Comitê Fitzgerald de 1988, ficaram 'perplexos' com a mudança da face da Austrália hoje. Eles não sentiram que entendiam ou podiam influenciar essa mudança. Eles se sentiram 'sitiados' pela imigração. (Van Leeuwen, 2008, p.55, tradução nossa[42]).

O trecho foi publicado em um momento no qual a Austrália enfrentava problemas econômicos e havia questionamento sobre o fluxo de estrangeiros no seu mercado de trabalho. Muitos australianos refutavam a presença dos estrangeiros, em especial dos refugiados.

Diante desse cenário, Van Leeuwen (2008, p.55) refletiu acerca dos atos sociais e suas representações no discurso proferido na imprensa. Mesmo sem utilizar o termo nomeação, sua concepção de representação atravessa a lógica de evidenciar por meio de nomes, em uma espécie de simbiose entre nomear como elemento crucial ao representar.

> Três tipos de atos social são representados aqui: o ato de "imigrar", as reações de "muitos australianos" a esse ato e o "relato" dessas reações pelo "Comitê Fitzgerald de 1988". Mas elas não são representadas da mesma maneira. Os "relatórios" do comitê e as reações dos australianos são representados como atos e sentimentos de atores sociais específicos, como ocorrências observáveis e tangíveis. A "imigração", por outro lado, é objetivada, representada como um "fenômeno" generalizado e intangível, e não como uma ação de atores sociais específicos e como o processo quase natural de "mudança" igualmente intangível, mas inescapável. (Van Leeuwen, 2008, p.55, tradução nossa[43]).

Portanto, Van Leeuwen (2008) traz parâmetros para se pensar uma gramática sociológica da representação dos atos sociais. No exemplo citado acima, propõe como nomear de "imigração" um ato social é algo

[42] Trecho original: Many Australians, the 1988 Fitzgerald Committee reported, were "bewildered" by the changing face of Australia today. They did not feel they understood or could infl uence this change. They felt "besieged" by immigration.

[43] Trecho original: Three kinds of social action are represented here: the action of "immigrating," the reactions of "many Australians" to this action, and the "reporting" of these reactions by "the 1988 Fitzgerald Committee". But they are not represented in the same way. The "reporting" of the committee and the reactions of Australians are represented as the doings and feelings of specifi c social actors, as observable and tangible occurrences. "Immigration", on the other hand, is objectivated, represented as a generalized and intangible "phenomenon" rather than as an action by specific social actors and as the equally intangible, yet inescapable quasi-natural process of "change".

construída discursivamente no fomento do discurso racista, baseado no medo e na visão limitada de não abertura à diversidade cultural.

Reflexões como as de Richardson (2007) e Van Leeuwen (2008) favorecem o olhar crítico à prática jornalística da nomeação. Ao nomear algo ou alguém, o jornalista buscar representar por meio de palavras as práticas sociais do cotidiano. Seu foco é atingir determinada interpretação daquele que acessa o conteúdo produzido.

Ao nomear, por exemplo, determinado ato como "corrupção", o jornalista delibera que o sujeito envolvido pode também ser nomeado de "corrupto". Nomear o outro é qualificá-lo em categorias sociais que ultrapassam a força do nome próprio. Uma mesma notícia pode fornecer diferentes possibilidades interpretativas a partir das suas estratégias de referenciação.

A notícia da morte de um sujeito, por exemplo, é capaz de fornecer diferentes impactos de leitura quando se coloca na manchete "homem negro morre espancado por seguranças do Carrefour", ao invés de "homem é espancado por seguranças do Carrefour".

O nome próprio não é revelado, mas a nomeação acontece pela funcionalização e identificação, aspectos que fomentam as estratégias referenciais propostas por Richardson (2007) e que se tornam visíveis na construção da notícia. Desse modo, observar a prática jornalística da nomeação envolve a localização das possibilidades de nomear que ultrapassam os nomes próprios e agregam possibilidades de interpretação por meio de outras referências possíveis por meios das palavras.

3.7 Nomeação como etapa da produção da notícia

Um dos autores mais consagrados do jornalismo brasileiro, Nilson Lage pode ser considerado o pesquisador que se dedicou por mais tempo às reflexões acerca da importância da nomeação no jornalismo. Em cinco dos seus seis livros existe alguma abordagem ligada à temática. Desde o final da década de 1970, seus escritos mencionam a nomeação como operação crucial à produção da notícia.

Entre suas obras está *Estrutura da notícia*, livro de 1987 que insere a nomeação como uma das fases do processo de produção da notícia. É nesse livro que, ao discorrer sobre a "gramática da notícia", Lage conceitua a notícia no jornalismo moderno como "o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante" (Lage, 2002, p.16). Em sua perspectiva, a notícia não necessariamente será marcada pela narração dos acontecimentos, e sim, pela capacidade de expô-los à audiência.

A notícia é produzida pelo que o autor chama de "encadeamento de sequências", resultado de um processo de organização de dados, hierarquização de conteúdo e, posteriormente, a organização do texto que materializará a notícia. Dentro desse processo, há identificação de "objetos, ambientes e personagens" que culminam com uma nomeação que é inerente à prática noticiosa (Lage, 2002, p.18). Assim, os eventos são ordenados pelo jornalista não por uma sequência temporal baseada na realidade, mas sim, por um processo de produção da notícia que envolve três fases: (1) seleção dos eventos, (2) ordenação dos eventos e (3) nomeação.

A seleção será composta por "ocorrências que o narrador omitirá e que lhe fugirão logo da memória" (Lage, 2002, p.21). Em contrapartida, elementos que foram selecionados para compor a exposição da notícia serão ordenados na segunda etapa, que ajusta os dados apurados dentro da hierarquização textual. Por fim, o elemento mais importante para esta pesquisa, a nomeação.

> Há compromissos e sutilezas nos nomes que se atribuem às coisas. Corpo seria pouco específico no contexto; defunto retiraria um tanto da dramaticidade que o cidadão atônito pretende transmitir; presunto o desqualificaria socialmente, na ótica do interlocutor. (Lage, 2002, pp.21 – 22).

Em outro livro lançado no mesmo ano, *Linguagem jornalística*, Lage pondera que o texto jornalístico é referencial em sua essência, ou seja, sempre se refere a algo do mundo e destina-se a determinado receptor que, no geral, estará distante desse algo. É com base nessa premissa que os nomes são palavras que tornam as referências mais precisas na

apuração das notícias em busca do que ele considera ser "efeito de realidade", exatidão verificada quando jornalistas revelam outras nuances dos fatos, como placas de carro, horário de crimes, dentre outros dados.

Estrutura da notícia e *Linguagem jornalística* foram dois livros projetados para atender demandas de estudantes de jornalismo em fase inicial do curso. No entanto, em uma obra anterior, *Ideologia e Técnica da Notícia*, publicada em 1979 e que deriva de sua dissertação de mestrado defendida três anos antes na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lage já argumentava que a notícia é estruturada a partir da nomeação, ordenação e seleção.

Ao discorrer sobre a linguagem das notícias, ele ponderou acerca da existência de dois conjuntos de itens lexicais e formas gramaticais: o registro formal da linguagem e o registro coloquial de linguagem. O primeiro é arquitetado pelas palavras e usos gramaticais legitimados pela formalidade do uso na escrita, por um estilo solene de aplicação da linguagem. O registro coloquial, em contrapartida, está próximo da oralidade, da expressão dos sujeitos e suas peculiaridades regionais.

A notícia opera no ponto de intersecção entre o cerimonioso e o espontâneo, levando a linguagem jornalística a ser passível de incorporação de expressões coloquiais sem perder de vista determinados padrões de formalidade, ou como explica o autor: "a linguagem do jornalismo é aquela possível no ambiente solene e também na situação coloquial" (Lage, 2001b, p.47).

Nessa condição interseccional da linguagem jornalística, Lage (2001b) diz ser difícil existir nomeação neutra na notícia. A escolha lexical envolve lidar com palavras de uso compartilhado socialmente e, ao mesmo tempo, que carreguem implicações a partir do que representam em determinados contextos. Assim que determinada palavra nomeia um referente da notícia, trocas ideológicas são acionadas e produzem um volume de implicações e conotações de difícil mensuração na audiência.

> *Povo*, *público* e *população*; *ditador*, *líder* e *governante*; *capangas* (de um *gangster*), *guarda-costas* (de um político) e *responsáveis pela segurança* (de uma autoridade); *burocrata*, *servidor público* – são séries que indicam a responsabilidade implícita na escolha. Um soldado irregular será *mercenário*, *guerrilheiro*, *terrorista* ou *combatente*. No plural, perderá o nome (a individualidade) para se tornar vaga concretização de nacionalistas, comunistas, republicanos, muçulmanos,

> católicos ou qualquer apelido mais que recebam as coletividades motivadas de nosso tempo. As distinções podem ser sutis, mas são afetivamente importantes; estar neutro, aí, é utópico, até mesmo porque a neutralidade confunde-se com a perspectiva do consenso. O consumidor habitual de despachos telegráficos acharia normal, há alguns anos, ler que "um submarino comunista navega nas costas do Canadá", embora outra locução – como em "um tanque capitalista ronda as fronteiras húngaras" – fosse capaz de lhe despertar a atenção para o fato óbvio de que submarinos e tanques são impermeáveis à ideologia. (Lage, 2001b, p.48, grifos do autor).

Lage (2001b) alertou que a escolha lexical feita pelo jornalista é capaz de transmitir determinados sentidos e, no âmbito político, exerce influência em relação aos grupos sociais em disputa e que fazem da linguagem um campo de batalha. Esses tensionamentos sociais são promotores, inclusive, do que ele classifica como "indústria das interdições linguísticas", um processo que evidencia como determinadas palavras tornam-se uma ameaça a quem decide colocá-las na comunicação.

Pensando no jornalismo atual, basta lembrarmos como atos promovidos pelos movimentos sociais de luta por terra e moradia passaram a promover "ocupação" ao invés de "invasão" de terras e imóveis. O mesmo aconteceu com "jovens infratores", e não mais "pivetes", ou a nomeação de "pessoa vivendo com HIV", e não mais "aidético". Essas possibilidades, que são lexicais, em muitos casos são disputas de nomeação carregadas de embates sociais, políticos e econômicos.

Para Lage (2001b, p.99): "Notícias são relatos de aparências codificadas (a) pelo código semiológico (ou lingüístico), (b) pelas técnicas de nomeação, ordenação e seleção, (c) por um estilo". Quando essas normas são atingidas, tende-se a acreditar que a notícia está em conformidade com seu fato de origem. São essas bases de produção que serão tomadas como parâmetro para, supostamente, qualificar o trabalho do jornalista e sua competência.

Um desafio ao jornalista diante dos tensionamentos gerados pelas possibilidades de nomeação e pela "interdição linguística" é aguçar sua capacidade de compreender a realidade. Nisso reside o que Lage (2001b) chama de "captar os indícios de verdade", ou seja, buscar meios de fazer escolhas lexicais dentro de princípios justos sempre que tensionamentos

sociais estiverem refletidos na linguagem.

Em sua obra seguinte, *Controle da opinião pública*, publicada em 1998, Lage dedica um capítulo às discussões ligadas aos nomes e aos processos de ordenação e escolha das palavras. Essa é sua obra mais robusta na tentativa de apresentar aspectos da linguagem a partir de arcabouço teórico ancorado na história, filosofia e linguística. Se nas obras anteriores ele parecia interessado em contribuir com as teorias do jornalismo, nessa, a nomeação é efetivamente inserida como fenômeno da linguagem que reverbera na comunicação de modo mais amplo.

> Dar nomes é a primeira e mais visível etapa da atribuição de sentido ao que se diz: em muitos contextos, não há diferença objetiva entre indivíduos *perdulários* e *generosos*, *econômicos* e *avaros* ou *pão-duros*; entre *senhoras* e *velhas*; entre *carro antigo* e *calhambeque*; entre *prestativo* e *puxa-saco*. Nada, objetivamente, distingue *ação estratégica de surpresa* e *agressão covarde* (pensem no ataque da esquadra japonesa a Pearl Harbour); *operação militar decisiva*, de *alta competência tecnológica* e *assassinato radioativo em massa* (as bombas de Hiroxima e Nagazaki). (Lage, 1998, p.55, grifos do autor).

É nessa obra que o autor firma suas críticas ao que na obra anterior chamou de "interdição linguística" (2001b). Ele não retoma o conceito em si, mas avança em crítica aos intelectuais americanos que desde a década de 1980 tem implantado o que ele chama de "criações politicamente corretas". Para Lage (1998), esses intelectuais reconhecem que as palavras, além do que denotam, transmitem conotações preservadoras de valores ideológicos. Logo: "concluíram que os preconceitos residiriam nas palavras, não refletindo relações sociais presentes, e que poderiam ser suprimidos mudando-se denominações indesejáveis" (p.56).

Os acadêmicos que, para Lage (1998, p.56), à época da sua escrita estavam dispostos a "reformar o mundo pelas palavras", eram progressistas que preconizavam um modelo de pensamento marxista distanciado de algo crucial ao marxismo: a luta de classes. Assim, ele considera que a disputa pelas nomeações atreladas ao politicamente correto apresenta contradição ao colocar em oposição "categorias arbitrariamente escolhidas", como brancos e não branco, homossexuais e heterossexuais, homens e mulheres.

> Tratam, portanto, de promover as minorias, não necessariamente numéricas; minoria, para eles, é qualquer segmento social capaz de organizar-se. Acreditam no poder da imprensa, na opinião pública, no

> sistema jurídico, nas instituições; são bons americanos – tanto quanto os reformistas do Século V eram bons romanos. O que ocorre de errado com eles? Em primeiro lugar, a ilusão de autoridade que a academia inventa e as salas de aula reproduzem. Em segundo, o particularismo de suas teses. Sustentam que algo une o General Collin Powells, celebrado estrategista da Guerra do Golfo, e o rapaz que teve seu momento de glória quando policiais de Los Angeles o espancaram e alguém gravou a cena; pois não são ambos negros? Confiam em elos invisíveis que colocariam no mesmo espaço político a elegante de Boston e a imigrante clandestina de Miami, o cabeleireiro afeminado de Hollywood e o presidiário que se dá aos colegas mais fortes para sobreviver, descobrindo algum prazer nisso. (Lage, 1998, pp.55-56).

Lage (1998) defende que novas nomeações são, efetivamente, eficazes quando a relação objetiva com algum referente mudou a partir das relações negativas estabelecidas anteriormente, como é o caso da lepra. Durante séculos, a doença matou ou mutilou pessoas e, de modo natural, o nome foi associado ao temor originário.

O novo nome dado a doença, hanseníase, além de não evocar a mesma sensação de pânico, colabora no enfrentamento da enfermidade e reduz estigmas negativos. Em contrapartida, o autor sugere que se o item nomeado mantém sua imagem relacionada a algo negativo, novos nomes não surtem os mesmos efeitos.

É com base nesse tensionamento movido pela linguagem que Lage (1998) busca responder a seguinte questão: o que é um nome e a que fragmento de realidade se reporta? No âmbito semântico, ele define o nome próprio ou individual como a designação específica de algo, é o modo único de representar esse ser no mundo. Estão, no entanto, nos nomes genéricos o fenômeno que Lage identifica como “processo de abstração”, responsáveis por representar qualidade, estado ou ação do nomeado.

Ao dizer, por exemplo, que possui um “pinscher” em casa, o sujeito prioriza as características específicas do ser antes de colocá-lo como um cachorro e, até mesmo, um animal em si. “Designações genéricas referem-se a conjuntos de seres de extensão variável (quais são) que têm em comum algo que é a definição intensiva (o que são) do conjunto. O mesmo ser tem uma infinidade de denominações genéricas, as dos conjuntos a que possa pertencer (Lage, 1998, p.58).

Os nomes genéricos, no entanto, não são apenas associados aos seres, mas as coisas do mundo que ganham determinada referência por

meio do discurso, como sentimentos, sensações, atos subjetivos e relações entre sujeitos. Ao citar, por exemplo, que a "fidelidade" é algo importante no matrimônio, nomeamos um referente sem materialidade, porém, repleto de significado e atrelado a uma série de práticas. "Mas é certo que, por trás de todo significado genérico, existe ação ou oposição (não necessariamente contraditória) – em suma, descontinuidade: o feio se define pelo belo, a cor pelas outras cores" (p.58).

Em 2005, Nilson Lage publica *Teoria e técnica do texto jornalístico,* livro no qual ele insere a nomeação no contexto teórico da objetividade. Primeiro, ele admite que o conceito de objetividade é passível de múltiplas interpretações a partir da linguagem comum, das ciências da natureza ou da filosofia. Em seguida, pondera que, no campo jornalístico, a objetividade é associada à neutralidade, algo inalcançável por conta das especificidades da produção jornalística no processo de elaboração da notícia (Lage, 2005).

É nesse cenário que a nomeação, como fenômeno da linguagem, apresenta aspectos passíveis de análise como recurso utilizado em processos específicos da comunicação. Para Lage (2005, p.52): "dar nomes é submeter a realidade a uma teoria do mundo; difundi-los, uma forma de impor dada teoria, obscurecendo outras". Assim, os nomes possuem duas funções: designam algo em determinado contexto e fazem implicações ligadas às conotações e sugestões de sentido. Na perspectiva do autor, eles são versões prontas e sistemáticas de determinada realidade.

> Do ponto de vista da comunicação, *carro* é, na maioria dos contextos, melhor do que *viatura* (de polícia) ou *veículo* (militar, na engenharia de tráfego); *geladeira* é preferível a *refrigerador*, *negar* a *denegar* (um mandado judicial), *barriga* a *abdome*, *casa* a *residência*, *perto* a *próximo* etc.: as primeiras palavras de cada um desses pares são mais comuns e, portanto, exigindo menos esforço de decodificação, têm entendimento mais imediato. (Lage, 2005, p.51, grifos do autor).

Lage (2005) insere, desse modo, a nomeação como processo que envolve a escolha lexical do jornalista. É uma etapa que passa, em certa medida, pela lógica do *gatekeeper* na dinâmica de seleção de nomes, qualificação e atribuição de causas aos eventos.

Se jornalistas, como afirma o autor, são os operários das palavras, as escolhas feitas na produção textual refletem o modo como serão vistos

como profissionais. Logo, nomeações equivocadas ou dúbias podem ser o estopim para críticas e depreciações dos seus escritos. Na produção da notícia, jornalistas têm, em maior ou menor dimensão, a noção de que o trabalho é passível de críticas e análises por conta das palavras utilizadas.

Para pensar a prática jornalística da nomeação, as obras de Nilson Lage são importantes vetores de projeção do ato de nomear como etapa da produção jornalística, principalmente quando afirma que o relato jornalístico está ancorado em três fases: seleção, ordenação e nomeação. No entanto, a partir da amplitude referencial que envolve esta pesquisa, tende-se a discordar de sua perspectiva.

A nomeação é um fenômeno da linguagem. Na produção das notícias, a prática jornalística da nomeação não é algo estanque, capaz de ser visualizado como etapa. Pelo contrário, a nomeação é um fundamento, uma razão de ser, do ato de informar. É impossível localizar em que momento específico a nomeação acontece na produção da notícia. Ela é tensionada em todo o fluxo da notícia: da pauta à edição.

3.8 Nomeação como estigma e argumento

Neste trecho da pesquisa, foram reunidos trabalhos que apresentam a nomeação como elemento discursivo no jornalismo. São pesquisas como a de Pozobon e Garcia (2017), que inserem o ato de nomear como estratégia de argumentação, e Simões (2011), focado na ideia de que existe um papel nomeador desempenhado pela mídia.

Como elemento discursivo, a nomeação produz efeitos em relação a quem é nomeado. São, então, acionados estudos que mostram como o acontecimento jornalístico existe a partir da nomeação de objetos da realidade que precisam ser nomeados para que o jornal torne-se um veículo que descreve esses acontecimentos, bem como é discutido como a nomeação é capaz de reforçar estigmas sociais associados aos que são nomeados (Jones et al., 2010; Silva, 2016; Butler, 2019).

O primeiro trabalho citado entende a nomeação como estratégia de argumentação. Pozobon e Garcia (2017) refletiram sobre a construção opinativa e opositiva criada em torno do governo Dilma Rousseff, em setembro de 2015, após o Brasil ser rebaixado no seu potencial de investimentos a partir de parâmetros da agência de risco Standard &

Poor's.

São analisados dois artigos (um do Portal Carta Maior e outro do site da Revista Veja) e, a partir dos conceitos de "estratégias e recursos argumentativos" de Breton (2003), são analisados como os articulistas enquadraram o fato em suas opiniões. A nomeação não é um conceito central trabalhado no artigo. Porém, é citada brevemente diante do fato de Breton estabelecer que os recursos argumentativos podem ser caracterizados da seguinte forma: "definição, descrição, qualificação, nomeação, amplificação, expolição, associação e dissociação" (Breton como citado em Pozobon & Garcia, 2017, p.56).

Nessa perspectiva, é observado como no artigo da Revista Veja, assinado pelo colunista Reinaldo Azevedo, é reforçada a nomeação "mau pagador" para estabelecer um cenário de crise e incompetência de governo. Intitulado "Selo de mau pagador: a culpa é do PT não do Congresso", o artigo evidencia como a nomeação aparece como "selo" amplificador da "posição do país que passou do grau confiável para o especulativo" (p.53).

Em contrapartida, a nomeação é questionada no segundo artigo, assinado pelo economista José Carlos de Assis e que tem como título: "É a Globo que dá ao Brasil uma nota de mau pagador". Para os autores, é questionada a nomeação de mau pagador, sendo nítido que há uma "construção argumentativa dedutiva quase lógica que diz que: o Brasil sofreu um rebaixamento na confiabilidade de investimento financeiro por uma agência de risco que possui critérios de avaliação questionáveis".

Os autores concluem que:

> No reenquadramento do real construído pelo articulista 1, o sentido de rebaixamento de investimentos ganha a ressignificação pejorativa ipsis litteris de "mau pagador", a qual, na sociedade atual, está normatizada como: aquele que não paga as contas, que gasta mais do que ganha, independente do motivo. Em oposição a essa ideia, o articulista 2 é claro e direto ao acusar a Velha Mídia, em especial a TV Globo, de ter desempenhado uma postura leviana ao adotar tal nomenclatura, além disso, segundo suas próprias palavras, esse comportamento está travestido de interesses financeiros, porém, ele não esclarece essa ideia. (Pozobon & Garcia, 2017, p.56).

Por fim, os autores refletem que a argumentação no discurso é um "processo complexo que requer estratégia, conhecimento e competência por parte do orador e que resulta na diferença entre as opiniões de quem

fala e de quem escuta, ou de quem escreve e de quem lê" (Pozobon & Garcia, 2017, p.56).

Assim, apenas depois de reflexões ligadas aos elementos da argumentação, é que o debate público acontece. A nomeação é um desses elementos da argumentação e ganha importância à medida que é apropriada pelos especialistas com prestígio social para ocupar o espaço de articulistas políticos.

Foram localizados ainda dois trabalhos que citam brevemente a importância da nomeação a partir de reflexões voltadas ao conceito de acontecimento. O primeiro é de Simões (2011) em um artigo voltado à discussão de como essa conceituação ajuda a compreender o processo de construção das celebridades. Seu objeto é a cobertura do casamento do jogador Ronaldo Nazário com Daniella Cicarelli, tendo referencial teórico estruturado em torno das noções de acontecimento, enquadramento e imagem pública.

A nomeação, brevemente citada, é um dos elementos do discurso construído pela mídia e que atua, inclusive, na constituição da imagem pública de celebridades. A autora determina que existe um papel nomeador da mídia no seu trabalho de reconfigurar os acontecimentos que irrompem nas experiências dos sujeitos. Para Simões (2011, p. 132), "a mídia é vista como uma das instâncias que atua na individualização dos acontecimentos. Afinal, ela nomeia, descreve e narra os acontecimentos, inserindo-os em um contexto de experiências e ações".

Em contrapartida, a proposta de Silva (2016) é discutir como os estudos em comunicação organizacional podem aproveitar o potencial do conceito de acontecimento. A partir da campanha "Casais", de O Boticário, foi feita uma análise de textos publicados em diversas mídias e comentários de leitores a fim de identificar o processo de descrição, narração e recepção pública do acontecimento e como é reconfigurada a imagem da marca.

A autora mobiliza conceitos como enquadramento para apreender o modo como a campanha foi retratada. A nomeação aparece brevemente no trabalho quando a concepção de acontecimento é trazida a partir do sociólogo francês Louis Quéré. É defendida a existência de um "processo

de individualização" que faz com que determinada ocorrência tenha individualidade, seja algo singular.

Esse processo envolve etapas, uma delas é a descrição da ocorrência, processo ligado a três fatores: nomeação, categorização e enquadramento. Assim, a mídia é considerada como uma das instâncias sociais mais importantes na individualização dos acontecimentos à medida que descreve, enquadra e narra o que aconteceu (Silva, 2016).

Foi encontrado como a nomeação é um elemento da linguagem utilizado pela mídia para estigmatizar. É o caso da pesquisa de Butler (2019) ao investigar como a imprensa estigmatizou Toxteth, uma área na cidade de Liverpool, no noroeste da Inglaterra, logo após os levantes do dia 03 de julho de 1981. Na ocasião, aconteceu um protesto civil que culminou em outros casos de violência ao longo de semana por conta de tensões entre a polícia local e a comunidade negra.

A autora buscou identificar as técnicas discursivas utilizadas pela mídia para estigmatizar o local reconhecido por reunir a comunidade negra descendente de escravizados. Uma delas é a nomeação. É levado em consideração o papel do discurso na construção dos estigmas sociais, em especial do discurso midiático que, neste caso, contribui para uma estigmatização de determinada região da cidade, algo que será chamado de estigmatização territorial. É examinado como logo após o acontecido a mídia estigmatiza Toxteth por meio de quatro estratégias: nomeação, negatividade, oposicionalidade e criação de estranhos.

Sobre a primeira estratégia, a autora afirma: "O processo de nomeação refere-se à 'criação' jornalística da ideia de Toxteth" (Butler, 2019, p.2, tradução nossa[44]). A negatividade, por sua vez, é caracterizada pela ausência de características positivas, pelo uso de imagens e estratégias de linguagem que remetam a opções desfavoráveis. A terceira, oposicionalidade, é um termo que a autora utiliza na psicologia para explicar como a imprensa enquadra o bairro e posiciona seus moradores como sujeitos deliberadamente hostis.

Por fim, a concepção de "criação de estranhos" serve para delimitar como o discurso produz a figura do estranho na sociedade. Nesse caso,

[44] Trecho original: The process of naming refers to the journalistic 'creation' of the idea of Toxteth.

busca-se explicar como a imprensa distancia a região de Toxteth e seus moradores socialmente. A autora analisou 496 matérias de cinco jornais britânicos (The Express, The Guardian, Times, The Mirror e Financial Times), entre 3 de julho e 31 de dezembro de 1981, com uma metodologia que envolve análise de conteúdo e análise crítica do discurso (ACD).

Seu estudo mostra como a imprensa deu ampla visibilidade ao caso, gerando uma identidade dada à região a partir do discurso da mídia. Há o silenciamento dos moradores que não participam dessa construção identitária e que são ouvidos em menos de 10% dos artigos analisados. É sugerido que se a imprensa oferecesse, efetivamente, voz aos silenciados, seria possível ter uma cobertura mais equitativa e distanciada do processo estigmatizante.

Butler (2019) faz um apanhado teórico de estigma e revisita conceitos como *agenda setting* e representação. Um trecho específico do seu estudo é dedicado à nomeação, que aparece como um rótulo ao modo como determinado referencial é visto socialmente. No caso de Toxteth, a região era conhecida como Liverpool 8 até o início do século 20, quando a nova nomeação é incorporada pela mídia em associação a atributos negativos.

O nome Liverpool 8, abreviado como L8, carregava elementos de orgulho diante de contribuições culturais que aconteciam em Liverpool, e sempre foi utilizado por moradores. No entanto, tensões sociais em sequência na região fizeram emergir o nome Toxteth que, em inglês, remete à negatividade da palavra *toxic* (tóxico, em tradução livre) (Butler, 2019).

> O levante representou um momento decisivo na criação de uma identidade nacional da região e a mídia optou por colocá-la como 'Toxteth' (que já apresentava algumas conotações negativas) ao invés do apelido localmente preferido (que tinha associações positivas), isso reflete como a imprensa 'optou por não ouvir as vozes locais e, em vez disso, marcar a área' de cima para baixo'. O fato de o nome "Toxteth" ganhar uso entre os moradores no geral, destaca a natureza hegemônica da imprensa que aplica uma noção verticalizada de identidade. (Butler, 2019, p. 6, tradução nossa[45]).

[45] Trecho original: The uprising represented a defining moment in the creation of a national identity of the area and that the media chose to brand the area as 'Toxteth' (which already bore some negative connotations) rather than the locally preferred moniker (which had positive associations) reflects the press' choice not to listen to local voices and, instead, to brand the area 'from-above'. The fact that the name 'Toxteth' has come to gain use among Toxteth residents at all highlights the hegemonic nature of the press that applies a from-above notion of identity.

A autora se baseia no sociólogo Alberto Melucci para defender que o poder dos nomes repousa dentro daqueles em posição dominante na sociedade. A mídia, nesse sentido, é classificada como dominante e detentora de contribuições para o discurso público que todos, de algum modo, participam.

A partir de Melucci[46], acredita-se que "a mídia ocupa uma posição tamanha de poder na sociedade que possui a habilidade de 'nomear' e alterar os contornos e linguagem do discurso público" (como citado em Butler, 2019, p.7, tradução nossa[47]). Assim, é por meio da nomeação que os jornais marcam objetos de realidade com sentidos e traços de oposição evidenciados pelos nomes.

A relação entre jornalismo, nomeação e estigma foi também trabalhada por Jones et al. (2010). O estudo analisou 561 artigos de jornais, publicados entre primeiro de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2004, com histórias de violência não fatais envolvendo crianças. No método de trabalho, os pesquisadores buscaram localizar se cinco nomeações identificadoras das vítimas existiam nos textos. São elas: (1) o nome da vítima; (2) o nome da rua ou endereço da vítima; (3) o nome da escola, igreja ou creche da criança; (4) o nome completo de qualquer parente não infrator; (5) o nome completo de um dos pais ou agressor da família.

O estudo não se preocupa em definir nomeação, tampouco em estabelecer laços teóricos entre nomear e jornalismo. Seu objetivo é localizar essas nomeações e refletir acerca do agravamento de traumas e estigmas quando informações de identificação aparecem nos jornais.

Para os autores, quando nomes das crianças vítimas e outras informações de identificação são veiculadas na imprensa, pode-se agravar o trauma, complicar a recuperação, desencorajar divulgações futuras e inibir a cooperação das autoridades com as crianças envolvidas (Jones et al., 2010).

---

[46] Referência: Melucci, A. (1996). Challenging Codes: Collective Action in the Information Age. Cambridge: Cambridge University Press.

[47] Trecho original: [...] the media occupies a position of power in society such that it has an ability to 'name' and to change the contours and language of public discourse.

As nomeações aparecem na pesquisa como "informações identificadoras". No caso analisado, essas informações incidem sobre sujeitos violentados na infância. Quando o jornalismo fornece esses dados, aumenta-se o risco de ampliar nas vítimas sentimentos de vergonha, estigmatização e a manutenção de sintomas traumáticos. Em contrapartida, para Jones et al. (2010, p.350) a comunidade midiática tem consciência dos possíveis danos causados pelas "informações identificadoras". Ou seja, a nomeação é uma responsabilidade do jornalista perante os sujeitos nomeados.

No *corpus* da pesquisa, a maioria dos artigos abordava casos de suposto abuso sexual infantil (66%), seguidos de abuso físico (27%) e negligência (13%). A maioria das violências envolveu uma vítima (70%) e um agressor (85%). Os resultados comprovam que 51% dos artigos possuíam ao menos um tipo de informação identificadora relacionada à vítima.

> Os nomes das vítimas raramente eram usados na denúncia de agressão sexual infantil, mas eram publicados em quase um quarto dos artigos que abordavam agressão física não fatal ou negligência contra crianças. Além disso, mesmo sem a publicação do nome da criança, os artigos frequentemente incluíam informações que permitiriam prontamente que os membros da comunidade da criança os identificassem. Informações, como o nome da escola da criança, o endereço da rua ou o nome completo de um membro da família, foram incluídas em mais da metade dos artigos de jornal que analisamos. (Jones et al., 2010, p.357, tradução nossa[48]).

Por fim, os autores dizem ser difícil mensurar o impacto real dessas "informações identificadoras" nas vidas dos sujeitos envolvidos. No âmbito midiático, no entanto, a discussão serve para pensar sobre dois aspectos: as categorias de vítimas que merecem proteção especial de identidade e os tipos de informações identificadoras que podem ser preservadas (Jones et al., 2010).

Trabalhos como os de Pozobon e Garcia (2017), Simões (2011), Jones (et al., 2010), dentre outros citados neste trecho da pesquisa, são importantes para pensar como os efeitos da prática jornalística da nomeação ultrapassam a produção da notícia.

---

[48] Trecho original: Victims' names were rarely used in reporting on child sexual assault but were published in almost one quarter of articles covering non-fatal physical assault or neglect against children. Furthermore, even without publication of the child's name, articles frequently included information that would readily permit members of the child's community to identify them. Information, such as the name of the child's school, street address, or the full name of a family member, was included in over half of the newspaper articles that we reviewed.

Aquele que é nomeado nos jornais passa a ocupar outro lugar social diante da visibilidade. Nomear um sujeito como “estuprador”, por exemplo, tem impacto diferente na vida do sujeito se essa nomeação circula meramente em uma comunidade ou se é projetada pelos jornais regionais ou nacionais.

A nomeação produz efeitos nos sujeitos nomeados assim que deixa de circular exclusivamente no cenário das relações humanas face-a-face e ganha o status de midiatizada. A prática jornalística da nomeação opera como reforço para possibilidades interpretativas a respeito do outro. Ela reforça estereótipos, estigmas sociais, assim como pode ser utilizada para valorização de determinadas presenças no jornal em detrimento de outras.

Como considerações finais deste capítulo, é importante salientar que todas as pesquisas citadas foram cruciais no processo de reflexão para a tese de que a nomeação é um fundamento do jornalismo. As pesquisas mostram que a presença de palavras nomeadoras nos jornais é um aspecto que vem sendo estudado por autores ancorados em diferentes perspectivas.

Foi pensada a nomeação e sua influência com a identificação de fontes, assim como a nomeação foi atrelada a credibilidade, objetividade, semiótica dos objetos, espetáculo da mídia, dentre outros. Aqui, nossa defesa é de que a nomeação precisa ser pensada acima de todas essas questões. Ela é um fundamento, uma razão de ser da produção noticiosa.

É impossível informar e ser preciso sem que, de algum modo, se recorra a prática jornalística da nomeação. Se a busca pela exatidão é um ponto central no jornalismo, a nomeação é um fenômeno da linguagem verificado como ato de comunicação identificador de objetos da realidade.

Nomeia-se, por exemplo, o objeto utilizado no crime, os grupos sociais que lutam por direitos, os locais onde ocorrem fatos do cotidiano, os fenômenos da natureza que nos atingem de diferentes formas e tantos outros elementos da realidade que precisam ser identificados pela audiência. Assim, a nomeação está além do nome próprio e se impõe como elemento basilar para a interpretação.

O trabalho de pesquisa identificou Nilson Lage como o autor que mais dedicou esforços para pensar a relação entre jornalismo e nomeação. Sua obra é crucial às reflexões sobre o tema e abre margem para questionamentos e críticas de uma perspectiva tida aqui como insuficiente para pensar a nomeação como fundamento do jornalismo.

A nomeação, ao contrário do que nos ensina Lage, é um processo contínuo no jornalismo. Ela começa na pauta e vai até a edição. Em diferentes níveis de tensionamento, cada palavra que nomeia é selecionada e sabe-se que a produção final do jornalista é também julgada a partir de escolhas lexicais.

Como fundamento do jornalismo, a nomeação se impõe e exige que profissionais, em determinados cenários, façam suas escolhas. A prática jornalística da nomeação atravessa toda a produção da notícia.

3.9 Nomeação e o objeto do discurso

Ao defendermos a existência de uma prática jornalística da nomeação, é levado em consideração a noção de objeto do discurso e sua relação com a nomeação enquanto fenômeno da linguagem. Para compreendermos o conceito de objeto do discurso, dialogamos com a perspectiva interacionista da linguística textual e o entendimento de referenciação (Mondada, 2020; Koch, 1998, 2001, 2003, 2020), além da concepção de presença da nova retórica na teoria da argumentação (Perelman, 2014; Breton, 2003).

A ideia de que a língua promove etiquetas sociais ajustáveis às coisas é algo atravessador da história do pensamento ocidental. Passando pela filosofia da linguagem à linguística, inúmeros pensadores deliberaram a respeito do processo discursivo de construção de referentes (Mondada & Dubois, 2020; Mondada, 2020).

A tradição filosófica costuma atrelar a noção de referência como algo concebido na correspondência entre as palavras do discurso e os objetos do mundo, como é o caso de Michel Foucault em As Palavras e as Coisas. Uma segunda vertente é oriunda das ciências humanas e sociais a partir de conhecimentos geradas em correntes teóricas como a fenomenologia, a pragmática, dentre outras.

Nessa vertente, que nos interessa nesse momento da pesquisa, toma-se a referência como resultado de um processo intersubjetivo, dinâmico e estabelecido no quadro de interação entre locutores (Mondada, 2020). No Brasil, Koch (1998, 2001, 2003, 2020) é uma das principais pesquisadoras nos estudos da referenciação. Ela é responsável por sistematizar o trabalho de autores franco-suíços empenhados na elaboração da noção de referenciação e objeto de discurso.

Além dos que foram citados nesta pesquisa, a autora cita a importância de nomes como Denis Apothéloz, Michel Charolles, Alain Berrendonner, Marie-José Reichler-Béguelin, dentre outros (Koch, 2001). Ela notifica que o pressuposto basilar dessa corrente teórica é a referenciação como atividade discursiva, tomando a referência como problema vinculado às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso é desenvolvido. Assim, objetos são discursivamente construídos e tornam-se "objetos-de-discurso" a partir de relações socioculturais, cognitivas e com aspectos intersubjetivos (Koch, 2001).

Koch é responsável por revisitar a trajetória da própria linguística textual no Brasil desde a segunda metade do século XX. Ela explica que no final da década de 1970 começam a surgir, no Brasil, trabalhos voltados ao estudo linguístico do texto, muitos deles influenciados por obras internacionais que chegavam traduzidas ao país, como os livros *Semiótica narrativa e textual*, Claude Chabrol, e *Linguística e Teoria de Texto*, de Siegfried J. Schmidt.

Na mesma época, é lançado em Portugal a obra *Pragmática Lingüística e o Ensino do Português*, de Fernanda Irene Fonseca e Joaquim Fonseca (Koch, 1999). A autora aponta que, no Brasil, é na década de 1980 que têm início a multiplicação de estudos em linguística textual. O artigo considerado pela autora com seminal foi publicado na Revista Letras de Hoje, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1981, cujo título era Por uma Gramática Textual, de Ignácio Antônio Neis, seguido de dois livros na área, ambos lançados em 1983. São eles: *Lingüística Textual: Introdução* (de Leonor Lopes Fávero e Ingedore Villaça Koch) e *Lingüística de Texto: O Que é e Como se Faz* (escrito por Luiz Antônio Marcuschi) (Koch, 1999).

> Muitas revistas passam a trazer artigos desenvolvidos sob essa perspectiva, surgindo mesmo números integralmente dedicados aos estudos textuais [...]. Em anais de congressos e seminários começam a proliferar trabalhos desenvolvidos nesse domínio. Em várias universidades brasileiras vão-se formando núcleos de pesquisa sobre texto. A pesquisa na área frutifica em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, ministrados em diversos pontos do país, bem como em dissertações de mestrado e teses de doutorado, cujos autores, subseqüentemente, vão implantando esse tipo de enfoque em suas instituições de origem. (Koch, 1999, p.168).

Em Koch (1999), é evidenciado que pesquisas sobre texto no cenário brasileiro são amplamente baseadas em trabalhos desenvolvidos na Alemanha, França e Inglaterra, seja a partir de pesquisadores da linguística ou por psicólogos e pesquisadores em inteligência artificial. Na década de 1990, começam a ser desenvolvidas pesquisas sobre anáfora e referência a partir de pesquisadores franceses e suíços. Como consequência desse processo, na segunda metade dessa mesma década os estudos de referenciação ganharam volume no país.

É com base no arcabouço teórico da teoria da referência, um ramo da ciência linguística, que as nomeações serão pensadas como rótulos cuja função é a busca por determinada estabilidade diante da instabilidade das relações entre as palavras e as coisas (Mondada & Dubois, 2020).

> Assim sendo, não se entende aqui a referência no sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído, com simples representação extensional de referentes do mundo extramental: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural. A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos-do-mundo. (Koch, 2003, p.79).

Para compreender melhor esse conceito, faz-se necessário um retorno às origens do pensamento instaurado por Lorenza Mondada na linguística textual a partir da década de 1990, quando sua tese de doutorado[49] propõe substituir a noção de referência por referenciação e a

[49] A tese de doutorado de Lorenza Mondada foi defendida em 1994 com o título *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: Approche linguistique de la construction des objets-de-discours* (em tradução livre: "Verbalização do espaço e produção de conhecimento: abordagem linguística da construção de objetos-de-discurso"). Desde então, a temática da referenciação ganhou impulso nos estudos da linguagem e tornou-se um desafio constante pensar referenciação não apenas como uma ligação entre as palavras e as coisas, e sim, como um processo atrelado à instabilidade das relações entre palavras e objetos-de-discurso. Como explicam Bentes & Alves Filho (2012, p.649), foi após as contribuições de Mondada que "a questão da referenciação tornou-se central para o campo de estudos do texto e do discurso no Brasil e no exterior em função de uma 'virada interacional-discursiva" postulada pela autora para a compreensão do fenômeno'".

de referente por objeto de discurso (Koch, 2020). A proposta é pensar os sujeitos como responsáveis pela construção de versões públicas do mundo. Essa elaboração é executada por meio de práticas discursivas e cognitivas situadas socialmente e culturalmente.

Assim, as categorias e os objetos de discurso que levam à compreensão do mundo não são preexistentes nem dados, e sim, produzidos dentro de determinados contextos. Existe tanto nas categorias como nos objetos de discurso uma instabilidade constitutiva. Essa instabilidade é passível de observação por meio de operações cognitivas alicerçadas nas negociações inerentes à interação entre sujeitos, seja no amparo de práticas ou atividades verbais e não verbais (Mondada & Dubois, 2020).

A princípio, será apresentado como essa instabilidade funciona para, em seguida, refletir sobre processos da linguagem como as nomeações, cuja função é gerar um efeito estabilizador nessa relação. Mondada e Dubois (2020) partem da crítica à visão convencional que estabelece a relação entre palavras e coisas como se a questão do saber estivesse atrelada à língua e suas delimitações aos referentes do mundo. São concepções que, no geral, atribuem a função de representação ao ciclo entre palavras e referentes.

Desse modo, a proposta é deixar de lado o pressuposto de uma dinâmica balizada pelo discurso como gerador de nomes às referências de um mundo objetivo, e focar em uma instabilidade constitutiva das categorias que passam por processos de estabilização. É nesse sentido sugerida a substituição do termo referência por referenciação, além de ser sugerida a noção de objeto de discurso ao invés de referente.

> Isto nos leva a deslocar nossa atenção do problema das entidades da língua, do mundo ou da cognição para a análise dos processos que a constituem, assegurando a essas entidades uma evidência e uma estabilidade mais ou menos grandes. O problema não é mais, então, de se perguntar como a informação é transmitida ou como os estados do mundo são representados de modo adequado, mas de se buscar como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas, estruturam e dão um sentido ao mundo. Em outros termos, falaremos de *referenciação*, tratando-a, assim como à categorização, como advindo de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada. (Mondada & Dubois, 2020, pp.19 – 20).

Referenciação não será um problema apenas linguístico, e sim, um

fenômeno simultaneamente ligado à cognição e aos usos da linguagem em determinados contextos sociais. Mondada (2020) propõe a produção de referências como algo evidente por meio de práticas sociais multimodais, ou seja, as referências aos objetos do mundo estão também nos gestos, no apelo à visão por meio de imagens e artefatos nas negociações entre sujeitos que se comunicam, como ela exemplifica em um estudo que toma como base os enunciados produzidos entre profissionais da saúde ao longo de uma cirurgia.

Pensar em referenciação significa observar as referências como realizações práticas enraizadas em processos intersubjetivos, um avanço em relação a idealização do mundo objetivo no qual a linguagem elabora de modos diversos as relações entre as palavras e as coisas. Porém, esse entendimento pressupõe distinguir dois tipos de instabilidade inerentes à referenciação: (1) a instabilidade das relações entre as palavras e as coisas; (2) a instabilidade das categorias nas práticas linguísticas e cognitivas (Mondada & Dubois, 2020).

A primeira instabilidade reconhece variabilidades possíveis no uso das categorizações para identificação de pessoas ou objetos. Essas variações podem acontecer de modo sincrônico ou diacrônico a partir de dois aspectos inerentes à referenciação: seu contexto e o ponto de vista. Como garantem Mondada e Dubois (2020):

> As categorias utilizadas para descrever o mundo mudam, por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente. (Mondada & Dubois, 2020, p.22).

Observa-se, por exemplo, três títulos isolados de notícias do *corpus* desta pesquisa. Em todas, os sujeitos são inseridos no discurso por meio de uma referenciação ligada à categorização.

1) Greve de homossexuais (1979)
2) Presença de aidéticos mostra nova tendência (1989)
3) Tribunal reconhece união entre lésbicas no Rio Grande do Sul (1999)

4) EUA precisam de lei federal que proteja gays, diz casal pioneiro (2019)

Nesse sentido, a linguagem evidencia seu caráter de rotuladora, geradora de etiquetas sociais a partir de determinadas finalidades enraizadas nas intersubjetividades das relações. Porém, essas categorias não são estáveis. Elas mudam de sentido com o tempo e ganham diferentes possibilidades interpretativas a depender do ponto de vista. O uso de "aidético" em 1989, por exemplo, não teria o mesmo impacto se fosse utilizado em um título no ano de 2021, assim como a "união entre lésbicas" é um rótulo que aciona aceitação ou repúdio a depender do ponto de vista de quem lê.

As categorizações são aplicadas mesmo na referenciação de objetos inanimados. Parafraseando um exemplo de Mondada e Dubois (2020), o mesmo piano passível de ser categorizado como um instrumento musical refinado pode ser categorizado como objeto pesado, um trambolho incômodo durante uma mudança. Isso significa que o contexto é, acima de tudo, uma variável constante para a instabilidade das categorias.

Outro exemplo das autoras é pensar que uma mesma pessoa pode ser igualmente tratada de "antieuropeia" ou de "nacionalista", segundo o ponto de vista ideológico adotado; diacronicamente, um "traidor" pode tornar-se um "herói" (Mondada & Dubois, 2020, pp.22 – 23).

Mesmo no conhecimento científico a máxima da instabilidade gerada pelos pontos de vista e contexto é aplicável. As categorias resultam de processos complexos nos quais práticas reforçadas historicamente são testadas, experimentadas, colocadas em xeque por meio de hipóteses e métodos que permitem não um conhecimento absoluto de determinado objeto, e sim, uma determinada compreensão daquilo que é referenciado (Mondada & Dubois, 2020).

> Para resumir, quer se trate de objetos sociais ou de objetos "naturais", observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias pode ser "decategorizado", tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista. (Mondada & Dubois, 2020, pp.26 – 27).

A segunda instabilidade relacionada à referenciação está associada

às suas ocorrências e ao modo como categorizações atuam nas práticas linguísticas e cognitivas. Entra-se aí no âmbito das possiblidades lexicais, nas hesitações ao referenciar algo pela oralidade, em colaborações para referenciar determinado objeto e outras interações em que os locutores negociam o que Mondada e Dubois (2020, p.29) chamam de "uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo".

A referenciação está atrelada à construção colaborativa de objetos de discurso. Esses objetos são discursivamente estabelecidos a partir de práticas simbólicas e intersubjetivas, como foi definido por Mondada (1994, como citado em Mondada & Dubois, 2020). Seja na oralidade ou em textos escritos, pode-se verificar como a categorização é elaborada, muitas vezes, a partir de hesitações ou negociações que culminam com a seleção de determinado léxico em detrimento de outros. Isso causa o que a autora considera a "precisão progressiva na afirmação da referência".

> O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como pelo fato de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente. (Mondada, 1994, como citado em Koch, 2003, p.81).

Determinada categoria do objeto de discurso é aplicada não como regra, mas como possibilidade reconhecida cognitivamente pelo locutor. Os enunciados são elaborados sabendo-se que nem toda categoria é compartilhada socialmente ou que em determinados espaços a compreensão exige outra categorização possível para o mesmo objeto. Ou seja, existe um nível não verbal, mas cognitivo, atrelado à categorização dos objetos de discurso. Esse cenário prevê um constante conflito entre convenções sociais e interpretações (Mondada & Dubois, 2020, p.33).

> Não se pode mais, a partir de agora, considerar nem que a palavra ou a categoria adequada é decidida *a priori* "no mundo", anteriormente a sua enunciação, nem que o locutor é um locutor ideal que está simplesmente tentando buscar a palavra adequada dentro de um estoque lexical. Ao contrário, o processo de produção das sequências de descritores em tempo real ajusta constantemente as seleções lexicais a um mundo contínuo, que não preexiste como tal, mas cujos objetos emergem enquanto entidades discretas ao longo do tempo de enunciação em que fazem a referência. O ato de enunciação representa o contexto e as versões intersubjetivas do mundo adequadas a este contexto. (Mondada & Dubois, 2020, pp.33 – 34).

Depois de explicitado o que é a referenciação e como sua relação de instabilidade opera na construção dos objetos de discurso categorizados, pode-se pensar o que é nomeação nessa concepção inserida no âmbito da referenciação. A nomeação é uma das estratégias discursivas para estabilizar esse fluxo até aqui evidenciado como instável. Os nomes tornam determinados objetos de discurso passíveis de compreensão compartilhada em um grupo de sujeito. Esse elo é pactuado, essencialmente, na prática ligada aos protótipos e estereótipos (Mondada & Dubois, 2020).

A noção de protótipo é acionada por Mondada e Dubois (2020) a partir da proposta criada na década de 1970 pela pesquisadora da cognição Eleanor Rosch. Ela estabelece protótipos de categorias como construções dinâmicas consideradas exemplos singulares no encaminhamento de determinada categorização. Assim, protótipos são relacionados a exemplos dentro de determinada categorização, são atrelados às principais variáveis dependentes com as quais os processos psicológicos são tipicamente medidos em relação a determinada categoria (Rosch,1978).

> O princípio fundamental deste modelo sustenta que as categorias são organizadas em torno de protótipos centrais. Um item é considerado como membro de uma categoria não por se saber que ele possui um determinado atributo ou não, mas por se considerar o quanto as dimensões desse membro se aproximam das dimensões ideais para ele. Em outras palavras, um exemplo representativo de uma classe seria aquele que compartilhasse com os outros membros da categoria do maior número de características e que, por outro lado, compartilhasse de poucas características (ou nenhuma) com elementos provenientes de fora da classe. [...] Em resumo, protótipos são justamente aqueles membros de uma categoria que mais refletem a redundância da estrutura de uma categoria como um todo. (Lima[50], 2010, pp.116 – 117).

Ao assimilar a noção de protótipo proposta por Rosch (1978), os estudos ligados à referenciação aceitam que o sistema cognitivo dos sujeitos é responsável pela construção de marcadores psicológicos provedores de estabilidade às interpretações feitas em relação ao mundo. Assim, as palavras classificadoras de sujeitos atuam como rótulos

[50] Ao sistematizar a noção de protótipo proposta por Rosch (1978), Lima (2010) aplica um exemplo para compreensão do protótipo de categoria: o caso do pintarroxo. Assim como galinhas e pinguins, os pintarroxos são aves. No entanto, são mais facilmente reconhecidos como aves por conta de uma série de atributos que permeia a noção coletiva do que são as aves. Logo, os pintarroxos também possuem menos chances de serem erroneamente classificados como animais de outra categoria, relação que os colocam como protótipos de ave (Gardner, 1996, como citado em Lima, 2010).

correspondentes a esses protótipos e, após uma representação coletiva ser instituída, tem-se a formação do estereótipo. A nomeação estabiliza a relação entre objetos de discurso e determinada referenciação (Mondada & Dubois, 2020).

> Os nomes enquanto rótulos correspondem aos protótipos e contribuem para sua estabilização ao curso de diferentes processos. Primeiro, eles correspondem às unidades discretas da língua, que permitem uma descontextualização do protótipo segundo os paradigmas disponíveis na língua e garantem sua invariância através dos contextos. Em seguida, a nomeação do protótipo torna possível seu compartilhamento entre muitos indivíduos através da comunicação linguística, e ele se torna, de fato, um objeto socialmente distribuído, estabilizado no seio de um grupo de sujeitos. Tal protótipo compartilhado evolui para uma representação coletiva chamada geralmente de estereótipo. (Mondada & Dubois, 2020, p.42).

Por fim, outro encadeamento crucial à estabilidade na conexão entre os objetos de discurso e a referenciação é a materialização das categorias cognitivas e linguísticas a partir da textualidade, da evidenciação feita por meio da imprensa, escrita, imagens, dentre outras possibilidades (Mondada & Dubois, 2020). Seja nas estruturais sociais cotidianas ou na formação do conhecimento científico, a estabilização das representações acontece por meio de tecnologias de inscrição que tornam determinados enunciados visíveis.

Ainda focado na linguística, é crucial citar um importante autor que pensou o processo de nomeação atrelado ao jornalismo: Kanavillil Rajagopalan. Ele parte de coberturas de guerras para mostrar como a nomeação é um processo de cunho político, fenômeno que se dá pelo fato de a mídia deliberar determinadas interpretações por meio da designação de acontecimentos, dos responsáveis por esses acontecimentos e dos atos praticados nesses acontecimentos (Rajagopalan, 2003).

O autor considera que no uso político de nomes e apelidos a mídia utiliza da linguagem para influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos (Rajagopalan, 2003). Um exemplo é o fato nomeado como 11 de Setembro, no qual incidem ainda designações como “ato terrorista” e a identificação de sujeitos como “terroristas”. São palavras que marcam os objetos, servem como rótulos, e projetam a força de palavras nomeadoras para além dos nomes próprios.

> É, no entanto, no uso dos nomes próprios – ou, melhor dizendo, na fabricação de novos termos de designação para se referir às personagens novas que surgem no cenário e aos acontecimentos novos que capturam a atenção dos leitores, que o discurso jornalístico imprime o seu ponto de vista. Logo depois do susto de 11 de setembro de 2001, o Presidente Bush decretou guerra total aos terroristas de todos os naipes, a começar pelos seguidores do Taleban do Afeganistão. Afora o fato simples de que os terroristas para uns são os mártires para outros, o uso do termo em si serviu para identificar e isolar o inimigo "invisível" (como foi amplamente alardeado pela imprensa internacional). Daí em diante, ficou fácil partir para todos os desdobramentos da lógica binária, na qual aquele pronunciamento do Presidente dos EUA havia se baseado, ao designar os fundamentalistas islâmicos como terroristas. Foi com uma simples afirmação – na verdade uma ameaça – que a Casa Branca calou toda e qualquer voz de protesto contra a ação de represália que ia desencadear a partir daquele instante: "Quem não está conosco está contra nós". (Rajagopalan, 2003, pp.84 – 85).

Para o autor, toda notícia tem início com um ato de designação, de nomeação, algo associado com as próprias normas da gramática e a lógica de inicialmente identificar o sujeito da oração para, em seguida, completar com mais informações a respeito do sujeito ou do seu contexto de aparecimento. Ao contrário de Mondada (2020) e Koch (1998), Rajagopalan (2003) não trabalha com o conceito de objeto de discurso. Em sua visão, essa relação estabelecida entre o jornalismo e as palavras designadoras serve como base para localizar determinado "objeto no mundo".

Existe uma relação chamada pelo autor de "poder da designação", passível de verificação quando se projeta que a rotulação de determinados objetos no discurso carrega traços dos julgamentos de valores da imprensa que, em determinada medida, estão disfarçados como ato de referência neutra. E exatamente pelo fato de estarem camufladas é que essas designações exercem influência no público atingido pela mensagem (Rajagopalan, 2003). Esse poder, para o autor, traz um risco constante de leitores interpretarem os fatos a partir da descrição feita dos referentes por meio dos nomes utilizados.

Mesmo não atuando na corrente da linguística defensora da referenciação, a perspectiva de Rajagopalan (2003) apresenta a linguagem no jornalismo como uma área evidenciadora da relação de instabilidade entre as palavras e as coisas, como proposto por Mondada (2020). Essa relação é perceptível quando Rajagopalan aponta para diferentes designações aplicadas ao mesmo referente:

> Como todas as opiniões avaliativas, esta também comporta um outro lado. Assim, os mesmos indivíduos que são chamados de 'homens bomba' e 'terroristas suicidas' pela imprensa ocidental são lembrados como 'mártires' e 'soldados da guerra santa' pela imprensa árabe (Rajagopalan, 2003, p.87).

A segunda base teórica para pensar a prática jornalística da nomeação está no âmbito da teoria da argumentação, mais precisamente na proposta da nova retórica de Chaïm Perelman. Nessa concepção, a nomeação é um argumento que qualifica determinada presença no discurso (Breton, 2003; Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014), como é o caso dos textos publicados em jornal, sejam eles de caráter informativo ou opinativo. Assim, nomear objetos no discurso é uma etapa da argumentação.

Antes de explicar com mais detalhes esse processo, é importante contextualizar que a nova retórica de Perelman é uma obra escrita em 1958 e marca a retomada ao pensamento que associa discurso, argumentação e parâmetros baseados na perspectiva aristotélica da dialética e retórica[51]. A teoria da argumentação elabora um cenário no qual os sujeitos utilizam da retórica a partir de interligações subjetivas estabelecidas com o público[52], consigo mesmo e com elementos da sociabilidade influenciadores das formações retóricas da argumentação.

A escolha da nova retórica para composição desta pesquisa deve-se ao fato de ser atribuído a Chaïm Perelman uma renovação nos componentes aristotélicos da retórica, além de seus pressupostos serem passíveis de diálogo com a área da comunicação (Gross & Dearin, 2003; Breton, 2003). É sugerido que por meio do discurso executa-se um enquadramento da realidade que dita as ordens no mundo e revela

[51] Na segunda metade do século XX, Chaïm Perelman se torna o principal nome da teoria da argumentação e o Tratado da Argumentação, obra escrita em coautoria com sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca, é inserida nos estudos do direito em todo o ocidente. De acordo com Gontijo (2020), como professor e jurista, Perelman iniciou sua carreira focado na lógica formal, seguindo passos do matemático e filósofo Gottlob Frege (1848 – 1925), referência do positivismo lógico da primeira metade do século XX que aplicava conceitos matemáticos à teoria do discurso. Esse fluxo teórico-filosófico marcou os anos 20 e 30, sendo conhecido como um movimento formalista cuja característica era a negação das subjetividades nos processos discursivos. Como afirma Gontijo (2020), Perelman, após a experiência como sobrevivente da II Guerra Mundial, passa a rever suas bases acadêmicas fincadas na lógica e estrutura o tratado da argumentação quando incorpora pressupostos da filosofia aristotélica para estabelecer uma nova relação entre discurso e argumentação. "No caso de Pereleman, especificamente, discurso está ligado necessariamente ao pressuposto da persuasão, do convencimento, por meio do debate. E, por outro lado, ainda é perceptível, em sua teoria, a idéia de relatividade dos assentamentos ideológicos, imperfeição ou precariedade da faculdade racional de se impor de forma absoluta" (Gontijo, 2005, p.6352).

[52] Importante ressaltar que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) não utilizam o conceito de público. Na nova retórica, em consonância com bases jurídicas e filosóficas, é utilizado o termo "auditório" para dimensionar a existência de um ou mais referentes a quem determinada comunicação é destinada. Assim, a argumentação tem o objetivo de obter adesão daqueles a quem se dirige. O auditório, nesse contexto, é definido como "conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação" (p.22).

relações sociais propensas ao compartilhamento.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) defendem a existência de um ponto de partida da argumentação, localizado justamente no ambiente de acordo gerado no processo de formação do raciocínio relacionado à determinada argumentação. Esse ambiente é identificado ora no conteúdo dos discursos proferidos, ora nas ligações estabelecidas no processo de externalização desse discurso.

Um jornal, por exemplo, é estabelecido a partir de acordos firmados com o público, e sabe-se que determinado formato de conteúdo e o estilo discursivo é projetado na audiência por ser um jornal. Quando algum desses acordos parece ser descumprido, o leitor, em geral, sente-se no direito de questionar determinada argumentação como imprópria. Logo, a teoria da argumentação sugere que são estabelecidos os objetos de acordos na argumentação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) estabelecem dois tipos fundamentais de acordo: o real e o preferível. Os objetos de acordo do real estão vinculados aos fatos, à verdade e às presunções. Em contrapartida, os objetos de acordo do preferível estão associados aos valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Independentemente do tipo de acordo estabelecido, o autor pondera que o objetivo do orador é sempre estabelecer uma argumentação na qual possa validar sua tentativa de evidenciar algo.

> A concepção que as pessoas têm do real pode, em largos limites, variar conforme as opiniões filosóficas professadas. Entretanto, na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que versa sobre o preferível, o que nos determina as escolhas e não é conforme a uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p.74).

Os primeiros objetos de acordo são os fatos e a verdade[53]. Fatos são tidos como realidades objetivas detentoras de elementos passíveis de reconhecimento por um amplo grupo social. A mobilização diante de um

[53] Os autores elaboram a noção de fato e verdade a partir do livro "O valor da ciência" (*La valeur de la science*), escrito pelo filósofo francês Henri Poincaré (1854–1912) em 1905. Nessa obra, Poincaré aprofunda e retoma aspectos abordados em seu livro "A Ciência e a hipótese" (*La Science et l'hypothese*), lançado em 1902. Poincaré (1995) elabora concepções de verdade e fato a partir da ciência, da verdade científica e do fato elaborado pelo cientista. Entre seus argumentos está o de que nenhuma realidade é deslocada do referente que a observa. Logo, parte-se da noção de existência de uma "realidade objetiva", caracterizada pelo falo de reunir o que é comum a muitos seres pensantes.

fato, desse modo, parte de uma reação subjetiva de reconhecimento dos diversos elementos do fato que, juntos, provocam determinadas reações na coletividade.

Como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, pp.75-76): "Só estamos em presença de um fato, do ponto de vista argumentativo, se podemos postular a seu respeito um acordo universal, não controverso". Os autores, no entanto, afirmam que há dois modos de um fato perder seu estatuto. O primeiro deles é quando são levantadas dúvidas entre o público ao qual foi apresentado, e o segundo é quando atores sociais legitimados como detentores de opinião são acionados para julgar objeto e determinar se é, ou não, um fato.

Por isso, aspectos ligados à verificação ou checagem são cruciais no fortalecimento do fato enquanto objeto passível de ser questionado, tendo como premissa que um fato é algo não-controverso (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014).

> Os fatos que são admitidos podem ser, quer fatos de observação – e esta será, talvez, a fração mais importante das premissas – quer fatos supostos, convencionais, fatos possíveis ou prováveis. Há aí uma massa considerável de elementos que se impõe ou que o orador se esforça por impor ao ouvinte. Uns, como os outros, podem ser recusados e perder seu estatuto de fato. Mas, enquanto eles usufruírem esse estatuto, deverão amoldar-se às estruturas do real aceitas pelo auditório e deverão defender-se contra outros fatos que vierem concorrer com eles num mesmo contexto argumentativo. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p.77).

O segundo objeto de acordo, a verdade, está associada aos elementos compositores do fato. Os autores reconhecem na noção de verdade um ponto de ligação entre o fato e sistemas complexos associados com teorias científicas ou concepções filosóficas e religiosas. As relações entre fato e verdade seriam, então, balizadas a partir das concepções instaladas em um dos polos da comunicação: o público.

Desse modo, por meio da argumentação, ora os sujeitos se apoiam em fatos, ora em sistemas complexos que levam as audiências à identificação de determinados referentes como verdades. Esses dois objetos de acordo possuem vinculação que permite o fluxo do acordo argumentativo. Por exemplo: a verificação do fato identificado como X, acrescido de determinado sistema complexo de verdade, culmina com certeza em relação a um fato que já não é mais o X, e sim, o fato percebido após a relação entre fato e verdade (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p.78).

A noção de objetos de acordo serve como caminho teórico até o ponto mínimo da argumentação: a palavra, mais precisamente a palavra nomeadora. Existe ainda um terceiro objeto de acordo apontado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) que reforça essa ideia, as presunções. Na construção da argumentação, a presunção aparece como objeto de acordo do qual espera-se um reforço a partir de outros elementos recolhidos nos fatos ou nos sistemas de verdade.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.79) indicam algumas presunções que consideram ter uso recorrente na argumentação: presunção de que a qualidade do ato manifesta qualidade da pessoa que o praticou; presunção de credulidade natural (acolhemos como verdade o dito inicialmente por não termos motivos para desconfiar); presunção de interesse (idealizamos que todo enunciado nos interessa à medida que é levado ao nosso conhecimento); presunção do caráter sensato de toda ação humana.

O modo de encarar a presunção como objeto de acordo é mais uma aproximação da teoria da argumentação e a prática jornalística da nomeação. Ao nomear itens formadores dos objetos de acordo, a nomeação pode estar atrelada às modalidades de presunção. Por exemplo, quando o jornalista escreve que a polícia investiga se determinado crime teve motivação homofóbica, a presunção do crime nomeado atribui qualidade ao criminoso (agora nomeado de homofóbico).

Como garantem os autores: “Os fatos presumidos são, num dado momento, tratados como equivalentes a fatos observados e podem servir, da mesma forma que eles, como premissa para argumentações” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p.83). Assim, a presunção na teoria da argumentação está vinculada à normalidade e ao verossímil, em cada caso particular. Quando determinada ordem sai da normalidade esperada, presunções são elaboradas na argumentação assimilando vínculo entre o esperado como normal e essa quebra.

A noção de normalidade leva em consideração o público associado, um grupo de referência tido como base para construção da argumentação a partir de objetos de acordo calcados na presunção do que é pactuado

com esse grupo. Algo também passível de aproximação com o jornalismo à medida que a notícia pode ser teoricamente pensada como uma construção social da realidade com base em fatos que eclodem socialmente na ruptura com a normalidade cotidiana.

Desse modo, fato, verdade e presunção são três objetos de acordo do real que a teoria da argumentação apresenta como premissa para elaboração discursiva da argumentação. Um outro grupo de objetos de acordo é formado não pelo real, e sim, pelo preferível. Ou seja, não se busca por meio deles um acordo universal, como visto nos três primeiros. Nos objetos de acordo dessa modalidade, busca-se a adesão de grupos particulares por meio dos valores, hierarquias e lugares do preferível.

O processo argumentativo é erguido a partir dos objetos de acordo do preferível, aqueles ligados a determinado ponto de vista específico de uma audiência que compartilha valores. Os objetos de acordo do preferível estabelecem a não aceitação universal de determinada argumentação e remetem à ideia de pluralidade social e multiplicidade de grupos em atuação nas arenas de disputa discursiva (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014).

O primeiro objeto de acordo do preferível são os valores. Os autores explicam que estar de acordo com um valor é reconhecer que certo objeto, ser ou ideal tende a exercer sobre a ação e as disposições à ação determinada influencia passível de uso na argumentação, sendo considerado que esse ponto de vista não necessariamente se aplica a toda a audiência. Os valores são, desse modo, objetos de acordo que não pretendem adesão do público universal (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014).

Com uma concepção de valor que parte de René Descartes[54] (1596 – 1650), defende-se que os valores intervêm em todas as argumentações.

[54] Em pleno contexto europeu no século XVII, quando a Escolástica dissemina o saber religioso, Descarte é considerado o pai da filosofia moderna ao construir o pensamento cartesiano baseado na razão. Como explica J. M. Fateaud (1996), "a originalidade de Descarte reside muito mais no fato de ele ter inaugurado uma reflexão independente da fé. Com ele, o que a filosofia encontra é uma certa autonomia". Sobre a concepção de valor, a teoria da argumentação parte da obra *Discurso do Método*, mais precisamente da terceira parte, na qual Descarte elabora as quatro máximas da sua "moral provisória". São elas: (1) obedecer as leis e costumes do país, conservando a religião dada por Deus; (2) ser o mais firme e resoluto possível nas ações, e não seguir opiniões duvidosas; (3) tentar antes vencer a si mesmo do que à fortuna, e modificar antes os próprios desejos do que a ordem do mundo, além de acostumar-se a crer que nada há que esteja inteiramente em nosso poder, a não ser os nossos pensamentos; (4) passar em revista as diversas ocupações que os homens exercem nesta vida, para procurar escolher a melhor, e sem nada querer dizer da dos outros (Descartes, 1996, pp.27 – 32). Ao partir da noção de valores de Descartes, a perspectiva da teoria da argumentação evidencia como valores estão, historicamente, associados a opiniões inseridas no processo argumentativo. Como defendem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.84): "Os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações".

Em alguns momentos, tornam-se basilares e indissociáveis às opiniões. Mesmo no âmbito do conhecimento científico, valores estão inseridos na produção discursiva/argumentativa, em especial nos campos jurídico, filosófico e político, onde assumem a base da argumentação (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p.84).

Existe também um papel argumentativo dos valores na relação estabelecida entre quem argumenta com base em determinados valores e quem refuta essa argumentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) ressaltam que mesmo as noções de valores universais ou absolutos, como o belo, o verdadeiro ou o bem, recaem na dinâmica do preferível e não universal, pois, à medida que essas noções são especificadas em contextos ligados aos fatos da realidade, abre-se margem para a não concordância do público.

Assim como os valores, as hierarquias são outros objetos de acordo do preferível no processo da argumentação. A nova retórica estabelece que, na produção da argumentação, os sujeitos hierarquizam os elementos e, parte dessa hierarquização, está associada com os valores em vigor. Existem dois aspectos característicos da hierarquia: as concretas e as abstratas, ambas com potencial de existência sem, necessariamente, ser necessário justificar sua aplicação, haja vista que algumas hierarquias ficam implícitas no próprio discurso (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p.90).

A primeira hierarquia é a concreta. É o caso, como explicam os autores, da superioridade dos homens em relação aos animais, das divindades em relação aos homens, enfim, estabelece determinada ordem nas possibilidades de existência. Elas também podem se relacionar as classes de objetos, mas cada um deles é verificado na hierarquia a partir da unicidade concreta geradora de determinado uso aplicado (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014). Ou seja, a finalidade dos objetos estabelece seu ponto hierárquico entre os objetos.

A segunda é a hierarquia abstrata, baseada em princípios de natureza abstrata introdutores de uma ordem delimitadora da

superioridade. Desse modo, os elementos do real compõem uma hierarquia sistematizada a partir da natureza, da finalidade e das potencialidades dos referentes hierarquizados. Em concordância com escritos do filósofo grego Plotin[55], Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.91) afirmam: "[...] todos os elementos do real formam uma hierarquia sistematizada, devendo o que é causa e princípio ocupar uma posição superior ao que é efeito ou consequência".

Um dos princípios hierarquizantes mais usuais na argumentação está ligado ao quantitativo. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) destacam que a quantidade maior ou menor de alguma coisa é responsável por direcionar a hierarquização no processo argumentativo. Como objeto de acordo, a hierarquia, nesse sentido, entra em diálogo com o objeto de acordo anterior, os valores, e, juntos, compõem uma hierarquia de valores basilar à formação da argumentação. Por exemplo, hierarquizar o verdadeiro acima do bem no ato da argumentação.

Os autores ponderam que a relação entre hierarquias e valores está enraizada, inclusive, em pesquisas dedicadas à análise de conteúdo. A nova retórica encara a análise de conteúdo como método cuja meta é descrever objetiva, sistemática e quantitativamente determinado conteúdo manifesto de qualquer espécie de comunicação. Porém, um dos seus problemas está na busca de um equilíbrio justo entre a segurança e o valor significativo, pois pode-se estar seguro da frequência com que certa palavra aparece, porém, esse dado pode ter relevância mínima[56].

Por fim, a última categoria de objetos de acordo do preferível está associada aos lugares. Primeiro, é necessário compreender que a noção de lugar parte do raciocínio dialético de Aristóteles. Os lugares seriam espécies de "depósitos de argumento" que poderiam ser divididos entre lugares-comuns e lugares específicos. Desse modo, a noção de lugar na nova retórica parte do pensamento aristotélico balizado entre as noções

[55] A teoria da argumentação utiliza a noção de "hierarquia dos elementos do real" a partir do capítulo V da Enéadas, coleção de escritos do filósofo Plotino (205–270 D.C.). A Enéadas é um conjunto de 54 tratados filosóficos agrupados em seis capítulos com nove partes (em grego, o termo enéadas significa nove). A organização dos escritos e a posterior publicação foram iniciativa de Porfírio, um dos discípulos de Plotino. O trabalho deixado por Plotino é considerado como exemplo de neo-platonismo a partir das sistematizações feitas das obras de Platão e alguns de seus discípulos (Gersh, 2019).
[56] A problemática da relação entre análise de conteúdo e hierarquias é trazida pela teoria da argumentação a partir de reflexões feitas por Harold Dwight Lasswell et al. (1902–1978) na obra *Language of politcs*.

de debate de ideia (dialética) e persuasão (retórica) (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014).

A nova retórica propõe um olhar direcionado à análise da argumentação aplicada a partir de elementos apresentados diante de qualquer tipo de audiência. A noção de lugar, desse modo, está além das concepções de lugar-comum[57] e saber autorizado de locais específico, e avança para seis itens gerais. São eles: lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência e da pessoa, aqui sistematizados em tópicos (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014).

· Lugares da quantidade: "[...] afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas" (p.97). Relação direta com a hierarquia quantitativa.

· Lugares da qualidade: "[...] aparecem na argumentação quando se contesta a virtude do número" (p.100). Tem relação direta com os lugares da quantidade.

· Lugares da ordem: "[...] afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo" (p.105). É o caso, por exemplo, das leis que estão em superioridade aos fatos.

· Lugares do existente: "[...] afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível" (p.106).

· Lugares da essência: é associado ao valor atribuído aos seres por serem referentes concretos na argumentação. Como afirmam os autores: "Trata-se de uma comparação entre indivíduos concretos" (p.106).

· Lugares da pessoa: é vinculado à dignidade, mérito e autonomia do sujeito, valendo como ponto de argumentação para os atos atribuídos. Como explicam os autores: "Esse lugar também confere valor ao que é feito com cuidado, ao que requer um esforço" (p.108).

Os fundamentos da nova retórica apresentados até aqui ajudam a pensar a prática jornalística da nomeação como uma etapa discursiva crucial à elaboração dos objetos do discurso. O jornalista elabora

[57] O lugar-comum, ou senso comum, é definido pela nova retórica como "uma série de crenças admitidas no seio de uma determinada sociedade, que seus membros presumem ser partilhadas por todo ser racional" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p.112).

determinada notícia a partir de objetos de acordo (fatos) que precisam ser construídos discursivamente a partir de referentes reconhecidos socialmente por meio de nomes. Por exemplo, dois homens que apanham na rua ao andar de mãos dadas são nomeados pelo jornalista de “casal gay” assim que o ato de violência se torna notícia.

Diferentemente da noção projetada pela referenciação da linguística textual, na nova retórica o objeto do discurso está ligado à presença, a elaboração de determinada compreensão relacionada ao que se pretende apresentar ou qualificar no discurso. A presença dos objetos do discurso é iniciada na seleção do que (e como) será dito. Ela não apenas atua de modo direto na sensibilidade do leitor como torna-se elemento crucial à argumentação no enquadramento da realidade (Breton, 2003; Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014).

> A noção de presença, de que nos valemos aqui e que julgamos de importância capital para a técnica da argumentação, não é uma noção filosoficamente elaborada. Uma filosofia que fizesse da presença uma pedra angular de sua constituição, como a de Buber ou de Sarte, a vincularia a uma ontologia ou a uma antropologia. Não é essa a nossa intenção. Atemo-nos ao aspecto técnico dessa noção, que leva à conclusão inevitável de que toda argumentação é seletiva. Ela escolhe os elementos e a forma de torná-los presentes. Com isso, expõe-se inevitavelmente à crítica de ser parcial e, portanto, parcial e tendenciosa. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p.135).

O enquadramento do real é estabelecido discursivamente à medida que uma deliberada ordem do mundo é apresentada e partilhada. Um determinado real de referência possibilita a constituição de um cenário em que a opinião é estrategicamente inserida para determinada aceitabilidade diante de uma audiência.

Breton (2003, p.75) pondera que esse ordenamento discursivo da realidade é obtido de três modos associados à argumentação: pela delegação de determinado saber sobre o enquadramento da realidade; por meio da geração de sentido; acionando definições da realidade. Como afirma o autor: “este enquadramento se apoia na patilha a priori de valores ou de crenças ou, então, ele será invenção, combinação, em suma, reenquadramento”.

Assim, os termos designados para nomear objetos do discurso são cruciais não apenas para nomear, mas para atribuir qualificações a algo ou alguém seja em um enquadramento ou reenquadramento de

determinada realidade. “O argumento de nomeação é uma forma de qualificação”, define Breton (2003, p.103). Além disso, o enquadramento da realidade passa por estratégias discursivas que visam a estabilização dessa realidade como algo passível de interpretação pela audiência (Gross & Dearin, 2003).

No caso dos objetos do discurso que compõe o enquadramento de determinada realidade, um dos recursos para estabelecer designações é o uso dos epítetos, que, como explicam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2014), são estratégias que resultam da seleção de uma qualidade evidenciadora de determinado objeto do discurso e expões pontos de vista de autores do argumento.

> É permitido chamar a Revolução Francesa de “aquela sangrenta revolução”, mas não é a única maneira de qualificá-la e outros epítetos também poderiam perfeitamente se escolhidos. O papel argumentativo dos epítetos é percebido com maior clareza quando duas classificações simétricas e de valor opostos parecem igualmente possíveis: qualificar Orestes de “assassino de sua mãe” ou de “vingador de seu pai”, dizer de uma mula “filha de jumento” ou “filha de corcel de patas rápidas”, é escolher nitidamente um ponto de vista cujo caráter tendencioso se percebe porque se vê imediatamente como se poderia corrigi-lo. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014, p.143).

Assim, a qualificação é uma técnica que adquire valor argumentativo da geração de presença no argumento. Quando se refere a sujeitos, a classificação insere-os em determinadas classes caracterizadas por características comuns aos seus integrantes e, principalmente, pelo ponto de vista que se tem a respeito dessa classe e como são julgadas pelo autor da argumentação. Como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.145): “As qualificações apresentam às vezes um caráter tão inesperado que nelas se veria antes uma figura do que uma escolha. O importante é ver o que a torna uma figura argumentativa”.

Essas classificações são passíveis de mudanças e podem ser questionadas em um contra-argumento (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014; Breton, 2003). Na retórica, a concepção de presença é atrelada à necessidade de os retóricos selecionarem determinados referentes entre uma miríade de formas possíveis para atingir determinada audiência.

O conceito de presença é metodologicamente estruturado, pois o efeito da presença é, inicialmente, psicológico, mas culmina em um elemento da argumentação crucial à comunicação (Gross & Dearin, 2003).

Assim, em consonância com o arcabouço teórico apresentado, são traçadas três proposições que fundamentam a análise da prática jornalística da nomeação.

I – A prática jornalística da nomeação é verificada na necessidade de identificar objetos do discurso no fato jornalístico. Como forma de conhecimento, o jornalismo precisa nomear a fim de assegurar determinadas conexões entre os elementos integrantes de um fato (as coisas) e as palavras.

II – A prática jornalística da nomeação é responsável por estabilizar as relações entre os objetos do discurso nas notícias e as possibilidades de nomeação. A precisão esperada do discurso jornalístico pressupõe identificação de acontecimentos, atos e sujeitos. Logo, jornalistas não apenas escolhem determinado modo de referenciação como são influenciados por fatos sociais, culturais e cognitivos no momento em que decidem por determinadas nomeações em detrimento de outras. Esse fenômeno se impõe e é atravessador de todas as etapas da construção da notícia, da pauta à edição.

III – É por meio da prática jornalística da nomeação que determinadas presenças são elaboradas no discurso noticioso. Além disso, é por meio de palavras nomeadoras que objetos do discurso são classificados a partir de marcadores sociais inseridos estrategicamente para induzir determinadas interpretações. O texto do jornal utiliza a nomeação não apenas para elaborar um argumento, e sim, para inserir determinadas presenças em contextos sociais por meio das rotulações.

PARTE II

4 Metodologia

4.1 Análise de conteúdo e sua relação com texto e contexto

A metodologia desta tese é centralizada na análise de conteúdo (AC), aqui entendida como método estruturado em técnicas de análise das comunicações que, entre outras finalidades, serve para evidenciar como determinados referentes são sistematizados em um conjunto de textos ou imagens oriundos de uma base de publicação[58]. A observação desse *corpus* permite a estruturação de inferências a partir de dados quantitativos e qualitativos (Krippendorff, 2004; Bardin, 2016).

Em consonância com Krippendorff (2004) e Bardin (2016), define-se AC como:

> [...] uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas de textos (ou outro assunto significativo) para os contextos de seu uso. Como técnica, a análise de conteúdo envolve procedimentos especializados. É aprendível e divorciado da autoridade pessoal do pesquisador. Como técnica de pesquisa, a análise de conteúdo fornece novos insights, aumenta a compreensão do pesquisador de fenômenos particulares, ou informa ações práticas. Análise de conteúdo é uma ferramenta científica. (Krippendorff, 2004, p.18, tradução nossa[59]).

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (Bardin, 2016, p.48).

[58] Para os interessados na análise de conteúdo, é crucial a investigação da história do método, tema que não será aprofundado aqui neste trabalho. São sugeridas, no entanto, leituras de algumas obras citadas, como Krippendorff (2004), Dovring (1954) e Lasswell (1938). Será possível identificar como é no final do século XVII que se tem registros de trabalhos empíricos voltados à investigação de grupos de textos. À época, a Igreja Católica, por meio de estudos teológicos, esteve à frente dessas iniciativas com o objetivo de investigar determinadas mensagens que circulavam socialmente e podiam significar afronta à autoridade religiosa (Krippendorff, 2004). Se o objetivo da Igreja era controlar, vigiar e punir, sua prática também serviu como embrião para o caminho metodológico ancorado na perspectiva quantitativa. Krippendorff (2004) assegura que a primeira apresentação sistematizada do nome análise de conteúdo aconteceu em 1948, em um livro com conceitos e técnicas de análise. Ainda em caráter mimeografado, o material foi intitulado *The Analysis of Communication Content* (em tradução livre, A Análise do Conteúdo de Comunicação), de autoria de Berelson e Lazarsfeld. Somente em 1743, na Suécia, há registro da primeira análise quantitativa bem documentada de material impresso: uma coleção de 90 hinos nomeados de *Songs of Zion* (em tradução livre, Canções de Zion), e que foi publicada sem autoria definida. Ao ser investigada uma possível heresia nos hinos, os caminhos metodológicos começaram a ser observados (Dovring, 1954). Era o embrião do que hoje se conhece como análise de conteúdo. Porém, somente a partir do início do século XX a análise de conteúdo começa, de fato, a ser aplicada massivamente em produtos de mídia. A literatura especializada cita o escritor Harold D. Lasswell como precursor nesse movimento a partir de análises de imprensa e de propaganda desde meados de 1915. Sua obra mais conhecida nesse período foi escrita em 1927, o livro *Propaganda technique in the world war* (em tradução livre, Técnicas de propaganda na guerra mundial), no qual ele propõe não contar uma história, e sim, descrever técnicas utilizadas pela propaganda feita pelos EUA, Inglaterra, França e Alemanha na I Guerra Mundial.

[59] Trecho original: "Content analysis is a research technique for making replicable and valid inferences from texts (or other meaningful matter) to the contexts of their use. As a technique, content analysis involves specialized procedures. It is learnable and divorceable from the personal authority of the researcher. As a research technique, content analysis provides new insights, increases a researcher's understanding of particular phenomena, or informs practical actions. Content analysis is a scientific tool".

As duas definições acima são basilares à compreensão e aplicação da análise de conteúdo nesta pesquisa. Porém, é importante salientar que em diferentes momentos da história o método recebeu conceituações diversas. Bauer (2015) sistematizou parte das definições de análise de conteúdo elaboradas ao longo do século XX. Uma das definições é a do próprio Klaus Krippendorff, citada acima de modo mais amplo e com diferença de tradução em relação a Bauer (2015).

Figura 2 – Definições da análise de conteúdo

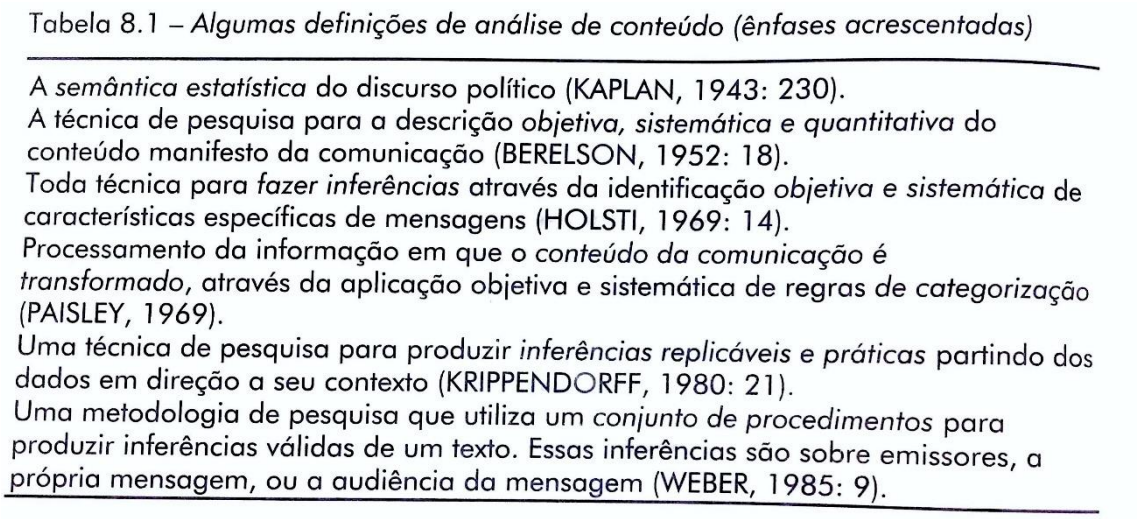


Tabela 8.1 – *Algumas definições de análise de conteúdo (ênfases acrescentadas)*

A *semântica estatística* do discurso político (KAPLAN, 1943: 230).
A técnica de pesquisa para a descrição *objetiva, sistemática e quantitativa* do conteúdo manifesto da comunicação (BERELSON, 1952: 18).
Toda técnica para *fazer inferências* através da identificação *objetiva e sistemática* de características específicas de mensagens (HOLSTI, 1969: 14).
Processamento da informação em que o *conteúdo da comunicação é transformado*, através da aplicação objetiva e sistemática de regras *de categorização* (PAISLEY, 1969).
Uma técnica de pesquisa para produzir *inferências replicáveis e práticas* partindo dos dados em direção a seu contexto (KRIPPENDORFF, 1980: 21).
Uma metodologia de pesquisa que utiliza um *conjunto de procedimentos* para produzir inferências válidas de um texto. Essas inferências são sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem (WEBER, 1985: 9).

Fonte: Bauer (2015, p.192)

Incorporar a missão de tornar-se um analista de conteúdo pressupõe compreender o que será considerado conteúdo. Krippendorff (2004, p.19) explica que, historicamente, a literatura especializada nessa metodologia tem se dedicado a definir conteúdo a partir de três perspectivas: (1) definições que consideram o conteúdo como algo inerente ao texto; (2) definições que validam o conteúdo como propriedade da fonte do texto; (3) definições que enxergam o conteúdo como elemento que emerge do processo de análise do pesquisador ao observar o texto em determinado contexto.

Sobre as definições associadas ao primeiro tipo, ao autor cita o trabalho e Berelson (1952, como citado em Krippendorff, 2004), que define a análise de conteúdo como técnica de pesquisa que descreve objetivamente um conteúdo manifesto pela comunicação a partir de uma

análise sistemática e quantitativa (ver figura 2). As críticas em torno dessa perspectiva são centralizadas no fato de que não necessariamente precisa-se focar em elementos quantitativos para uma eficaz análise de conteúdo (Krippendorff, 2004).

Além disso, essa concepção delimita o conteúdo como algo inserido nas mensagens, como se fosse uma espécie de objeto à espera do manuseio por quem, em tese, pode descrevê-lo. A natureza do conteúdo, no entanto, não pode estar dentro do texto se fontes, analistas e a audiência podem ter interpretações diferentes de uma mesma mensagem. Portanto, para Krippendorff (2004), este é um meio incompleto de definição.

A segunda perspectiva é a que valida o conteúdo como propriedade da fonte de um texto, em um processo de vinculação constante entre conteúdo e as respectivas inferências associadas aos estados ou propriedades das fontes do texto analisado. É o caso de Holsti (1997, como citado em Krippendorff, 2004), que inaugura um paradigma na análise de conteúdo entre codificação e decodificação das mensagens a partir da relação fontes e audiência (ver figura 2).

Krippendorff (2004) pondera que essa perspectiva apresenta o caráter descritivo do analista que precisa elencar características das comunicações analisadas. Cabe ao pesquisador, nesses casos, sempre partir de perguntas como “O quê?”, “Como?” e “Para quem?”, a fim de justificar e contextualizar determinado *corpus* delimitado. Essa tendência tem uma relação direta com a necessidade de inferir sobre determinado agente produtor do conteúdo e o motivo de determinada veiculação, o que levaria o analista a sempre estar em busca de responder outras duas perguntas (“Quem?” e “Por quê?”).

A fragilidade dessa argumentação está no fato de que colocar fontes e audiência em primeiro plano pode não ser a melhor maneira de o pesquisador capturar as intenções e estratégias dos comunicadores em seu processo de criação das inferências (Krippendorff, 2004, p.21). Associar que conteúdo é uma propriedade da fonte de um texto não apenas fragiliza o objeto como, para o autor, falha ao não reconhecer determinadas contribuições conceituais do próprio analista.

Ao considerar fonte e conteúdo como elementos em um mesmo patamar, coloca-se em risco uma análise que precisa partir do texto, do que está materializado em determinado *corpus* de análise. Desse modo, a análise de conteúdo na perspectiva trabalhada por Krippendorff (2004), e reproduzida em outros trabalhos de referência como Bardin (2016), está afinada com a terceira vertente, a que considera o conteúdo como elemento que emerge do processo de análise de um pesquisador ao observar o texto em determinado contexto.

O foco é o processo de análise do conteúdo, sem ignorar as contribuições dos analistas.

> Um analista de conteúdo deve reconhecer que todos os textos são produzidos e lidos por outros, sendo esperado que sejam significantes para eles, não apenas para o analista. Na medida em que comunicadores linguisticamente competentes são capazes de transcender as manifestações físicas de suas mensagens e responder ao invés de ir para o que essas mensagens significam para eles de imediato, os analistas não ficarão parados na análise da fisicalidade do texto – seu meio, caracteres, pixels ou formas. Eles devem olhar para fora dessas características para examinar como os indivíduos usam vários textos. (Krippendorff, 2004, p.22, tradução nossa[60]).

Essa concepção de análise de conteúdo centralizado na figura do analista envolve outros dois conceitos-chave: texto e contexto. Bauer (2015, p.190), por exemplo, resume que análise de conteúdo é apenas mais um método de análise de texto elaborado nas ciências sociais empíricas. Uma análise de texto, pondera o autor, sempre faz uma ligação entre o que ele chama de "formalismo estatístico e análise qualitativa dos materiais".

A noção de texto atravessa toda a dimensão do método. O próprio *corpus*, apesar de poder ser formado por imagens ou sons, costuma ser atrelado à textualidade evidenciada nas palavras escritas. Como afirma Bauer (2015, p.190): "Um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve". Assim, a análise de conteúdo tem potencial de reconstruir "mapas de conhecimento à medida que eles estão corporificados em textos" (p.194).

[60] Trecho original: "A content analyst must acknowledge that all texts are produced and read by others and are expected to be significant to them, not just to the analyst. Inasmuch as linguistically competent communicators are able to transcend the physical manifestations of their messages and respond instead to what those messages mean to them, content analysts cannot remain stuck in analyzing the physicality of text-its medium, characters, pixels, or shapes. Rather, they must look outside these characteristics to examine how individuals use various texts".

Existem dois tipos de textos na base dessa metodologia. O primeiro é construído no processo de pesquisa, como é o caso de transcrições de entrevistas, protocolos de observação, além daqueles produzidos com outras finalidades, mas que podem ser aceitos como parte da análise. O segundo tipo são os considerados clássicos, estão arquivados depois de difundidos com algum propósito, como documentos, jornais, laudos técnicos, dentre outros (Bauer, 2015).

Krippendorff (2004) elaborou seis características do texto que são relevantes à definição de análise de conteúdo:

1) Textos não têm qualidade independente do leitor: não existem características inerentes de um texto. Todos os seus significados são produzidos a partir de alguém. Seja um leitor não especializado ou um pesquisador, é a leitura do outro que torna um texto como algo a ser observado e interpretado. Como explica o autor:

> Um texto não existe sem um leitor, uma mensagem não existe sem um intérprete e os dados não existem sem um observador. Em uma análise de conteúdo, pesquisadores são metodologicamente treinados para, estando familiarizados com seus textos, elaborarem análise, instruir codificadores a descrever elementos textuais e, por fim, acabam interpretando os resultados, sempre na expectativa de compreensão dos outros. (Krippendorff, 2004, p.22, tradução nossa[61]).

2) Textos não possuem significados únicos: o analista de conteúdo compreende que os textos analisados podem ser interpretados de diferentes maneiras, não necessariamente de modo afinado com sua perspectiva teórica acionada nas inferências. Caracteres, palavras, frases, parágrafos e outros elementos de um mesmo conteúdo podem abrir diferentes frentes de análise. Logo, qualquer texto é passível de ser lido de diferentes formas, o que reforça a importância de processos de validação e confiabilidade em uma análise de conteúdo (Krippendorff, 2004).

3) Significados invocados pelos textos não precisam ser compartilhados: não se deve exigir que diferentes analistas de conteúdo tenham consenso sobre determinado texto. Para Krippendorff (2004), a

[61] Trecho original: "A text does not exist without a reader, a message does not exist without an interpreter, and data do not exist without an observer. In a content analysis, it is methodologically trained researchers who, being familiar with their texts, design the analysis, instruct their coders to describe textual elements, and end up interpreting the results-always in the expectation of others' understanding".

análise de conteúdo se torna inútil se analistas defendem que determinada interpretação é a maneira única de deliberar acerca de um conteúdo. O que todos devem ter em comum, no entanto, é a capacidade de interpretar textos a partir dos usos feitos para determinados grupos sociais, além de definir critérios de validação dos resultados encontrados.

4) Conteúdos sinalizam para algo diferente dos textos dados: o analista de conteúdo precisa olhar para fora da fisicalidade dos textos. Determinado dizer costuma ser uma reprodução de determinadas visões de mundo que precisam ser identificadas pelo pesquisador. Nesse sentido, Krippendorff (2004) reforça que, apesar de computadores terem se tornado excelentes ferramentas de apoio à análise de conteúdo, seu uso jamais será capaz de revelar contextos de produção e interpretação nos moldes gerados pela racionalidade humana.

5) Textos possuem significados relativos: o analista de conteúdo reconhece que os textos, apesar de diferentes interpretações, produzem determinados sentidos a partir de específicos contextos, discursos ou propósitos. É delimitado por determinado contexto que o analista de conteúdo consegue observar as estratégias discursivas e produzir inferências. Sobre os contextos, o autor afirma:

> Toda análise de conteúdo requer um contexto dentro do qual os textos disponíveis são examinados. O analista deve, com efeito, construir um mundo em que os textos fazem sentido e pode responder às perguntas de pesquisa do analista. Um contexto torna perceptivo dados em textos legíveis e serve como justificativa conceitual para interpretações razoáveis, inclusive para os resultados da análise de conteúdo. (Krippendorff, 2004, p.24, tradução nossa[62]).

6) A natureza do texto exige que analistas de conteúdo elaborem inferências específicas de um *corpus* textual para o contexto escolhido: é tido como premissa da análise de conteúdo que textos, mensagens e símbolos não falam por si (Krippendorff, 2004), pois eles informam alguém que interpreta o texto a partir de interpretações possíveis.

O autor reconhece que o analista de conteúdo identifica que a leitura sistemática de um *corpus* textual delimita a gama de inferências possíveis

[62] Trecho original: Every content analysis requires a context within which the available texts are examined. The analyst must, in effect, construct a world in which the texts make sense and can answer the analyst's research questions. A context renders perceptual data into readable texts and serves as the conceptual justification for reasonable interpretations, including for the results of content analysis.

sobre fatos não observados, intenções, estados mentais e ações planejadas. As inferências tornam-se, então, elementos basilares da análise de conteúdo. Como explica o autor:

> Os analistas de conteúdo inferem respostas a questões específicas de pesquisa a partir de seus textos. Suas inferências são meramente mais sistemáticas, explicitamente informadas e (idealmente) verificáveis do que o que os leitores comuns fazem com os textos. (Krippendorff, 2004, p.25, tradução nossa[63]).

Após compreender como o método desta pesquisa trabalha conceitos como conteúdo e texto, um terceiro elemento citado anteriormente precisa ser explicado: o contexto. Krippendorff (2004) defende que o contexto é sempre uma construção feita por terceiros, envolvendo ainda o ambiente de produção e as condições de desenvolvimento de determinado texto. Bauer (2015) pondera que o analista de conteúdo produz inferências que se tornam a expressão dos contextos, haja vista que o texto é um meio de expressão. Assim, para o autor, a fonte e o público associados a determinado texto são o contexto e o foco das inferências.

Na análise de conteúdo, o contexto colabora com a explicação do que o analista fará com o texto. Ele é formado pelo conhecimento aplicado a determinado *corpus* textual, e isso envolve desde o arcabouço teórico até as proposições incorporadas à argumentação e as evidências empíricas (Krippendorff, 2004).

> O contexto especifica o mundo no qual os textos podem ser relacionados às questões de pesquisa do analista. Este mundo é sempre um entre muitos. Analistas políticos constroem mundos que diferem daqueles dos políticos, muitas vezes abraçando perspectivas adicionais, mas esses mundos também diferem dos mundos dos psicólogos, jornalistas, historiadores, psicoterapeutas, estudiosos da literatura e, naturalmente – pesquisadores da comunicação, que perseguem sua própria agenda de pesquisa e abordam textos com suas próprias questões, conceitos, modelos e ferramentas analíticas. Estudiosos em diferentes disciplinas tendem a colocar os mesmos textos em contextos diferentes, mas raramente sem reconhecer que existem outras leituras, outros contextos, outros mundos, dentro que determinados textos funcionam como autores, públicos, usuários e beneficiários, por exemplo. (Krippendorff, 2004, p.33, tradução nossa[64]).

[63] Trecho original: Content analysts infer answers to particular research questions from their texts. Their inferences are merely more systematic, explicitly informed, and (ideally) verifiable than what ordinary readers do with texts.

[64] Trech original: The context specifies the world in which texts can be related to the analyst's research questions. This world is always one of many. Political analysts construct worlds that differ from those of politicians, often embracing additional perspectives, but those worlds also differ from the worlds of psychologists, journalists, historians, psychotherapists, scholars of literature, and – naturally – communicarion researchers, who pursue their own research agenda and approach texts with their own questions, concepts, models, and analytical tools. Scholars in different disciplines tend to place the same texts in different contexts but rarely without acknowledging that there are other readings, other contexts, other worlds, within which given texts function as well-authors, audiences, users, and beneficiaries, for example.

Para Krippendorff (2004), o conhecimento do contexto na análise de conteúdo de determinados textos pode ser separado em dois tipos. O primeiro deles é o conhecimento relacionado à rede de correlações estáveis. Sabe-se que determinado contexto conecta textos disponíveis às possíveis respostas para as questões de pesquisa. Essas correlações podem ser estabelecidas no âmbito empírico, por meio de processos teóricos ou pela internalização desse contexto como proposta de análise.

O segundo é o conhecimento das condições contribuintes. Esses estão associados a todos os fatores reconhecidos pelo analista por afetarem a rede de correlações de modo previsível. Krippendorff (2004, p.34) tenta exemplificar a partir de uma ilustração simples: o diálogo entre dois sujeitos. Em uma conversa tida como normal, o que é observado e ouvido como sendo dito a qualquer momento, é compreensível apenas no contexto do que foi dito antes por quem e para quem as respostas foram direcionadas.

Assim, o relato de um observador de fora não necessariamente será compartilhado com quem faz parte do diálogo, pois o contexto envolve sempre o olhar de quem interpreta determina realidade (Krippendorf, 2004). Um outro meio de pensar o contexto nesse cenário metodológico é por meio da associação com fontes produtoras do texto e a audiência, como é a proposta de Bauer (2015).

Se as fontes estiverem no centro da perspectiva da análise, os textos atribuídos são detentores de registros como eventos, normas, regras, valores, entretenimento e tensionamentos (ou não) relacionados à prática argumentativa. Desse modo, o contexto é evidenciado pelo analista de conteúdo a partir do que o autor considera como uma reconstrução. A análise de conteúdo possibilita a reconstrução de indicadores e cosmovisões, bem como de aspectos ligados aos valores sociais, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos (Bauer, 2015).

Em contrapartida, se o foco de determinada análise está no público, e não na fonte, o texto se configura com um meio influência. O contexto, desse modo, está associado, por exemplo, a disseminação de determinados pontos de vista, preconceitos, atitudes ou estereótipos reproduzidos e reforçados na textualidade (Bauer, 2015). Assim, os

resultados de uma análise de conteúdo, servem, acima de tudo, para explicar determinados cenários.

> Considerando os textos como uma força sedutora, os resultados da AC são variáveis independentes, que explicam as coisas. A modalidade desta influência é ainda controvertida; contudo, a AC fornece as variáveis independentes no delineamento de estudos sobre efeito da mídia, sobre o estabelecimento da agenda ou em estudos de desenvolvimento. (Bauer, 2015, p.192).

A análise de conteúdo é uma alternativa para revelar determinada condição de aparecimento de um objeto. Como afirma Bardin (2016, p.38), é possível utilizá-la para provar como objetos da vida cotidiana existem a partir de determinada linguagem aplicada a essas existências. São referentes construídos pela linguagem, elaborados discursivamente e passíveis de observação em um específico conjunto de publicações que serão agrupadas pelo analista e ganharão o status de conteúdo.

A partir de Krippendorff (2004), Fonseca Júnior (2015) sistematizou seis marcos de referência relevantes aos analistas do conteúdo. O primeiro dele é a relação com os dados, considerados os elementos básicos da análise de conteúdo e tidos como uma superfície na qual o pesquisador deve penetrar. Como explica o autor: “é preciso deixar claro que dados estão sendo analisados, como eles foram definidos e de qual população eles foram extraídos” (Fonseca Júnior, 2015, p.287).

O segundo marco de referência é a relação entre discurso e contexto. O analista de conteúdo precisa sempre levar em conta que um discurso existe em consonância com seu contexto e que determinado contexto possui elementos influenciadores do discurso.

> Assim, é fundamental explicitar o contexto dos dados, que precisa ser delimitado de acordo com as convenções e problemas práticos de cada disciplina. Uma mesma mensagem pode ser analisada de forma diferenciada no âmbito da psicologia, sociologia, ciências políticas ou comunicação. (Fonseca Júnior, 2015, p.287).

Outro marco de referência é o conhecimento do pesquisador. É necessário que o pesquisador evidencie sua base teórica, seus pressupostos e a área do saber envolvida em sua produção. O contexto do conteúdo não pode ser revelado sem que seja levada em consideração os interesses e conhecimentos do analista que fará inferências (Fonseca Júnior, 2015). O quarto marco é o objetivo da análise, que precisa ser

enunciado com clareza, enquanto o quinto delibera a inferência como tarefa intelectual básica do analista.

Toda análise de conteúdo precisa relacionar os dados obtidos com alguns aspectos do seu contexto. Por fim, o sexto marco de referência é a validade como critério de sucesso, sendo necessário o estabelecimento de critérios para validação. Assim, é possível existir comprovação ligada às inferências produzidas (Fonseca Júnior, 2015).

Desse modo, conteúdo, texto e contexto são três conceitos inseparáveis para qualquer analista que encare a análise de conteúdo como método.

4.2 Aplicação na pesquisa

A análise de conteúdo desenvolvida nesta pesquisa buscou seguir procedimentos reconhecidos na literatura da área, como Bardin (2016) e Krippendorff (2004). A primeira etapa da pesquisa foi a pré-análise, considerada a fase da organização e desenvolvida geralmente a partir de três propósitos: escolher os documentos, formular hipóteses e objetivos e, por fim, elaborar indicadores que fundamentem a interpretação final (Bardin, 2016).

Nesta tese, a etapa da pré-análise foi crucial à delimitação dos caminhos de coleta para formação do *corpus* e fortalecimento dos princípios básicos da pesquisa voltada a investigar a prática jornalística da nomeação. Foram coletados todos os conteúdos publicados nos três jornais de referência de maior circulação no país (Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo e O Globo), sendo selecionado para coleta do material sempre o mês de junho dos anos equivalente ao final de determinadas décadas, ou seja, 1969, 1979, 1989, 1999, 2009 e 2019.

Seguindo orientações de Bardin (2016), essa teria sido a etapa da escolha dos documentos, quando se demarca a constituição de determinado *corpus*. A localização desse *corpus* foi viabilizada por meio dos sites dos jornais. A Folha de S.Paulo mantém aberto ao público seu arquivo digital onde é possível ter acesso às edições antigas. No caso de Estado de S.Paulo e O Globo, foi necessário investir na contratação de assinaturas para ter acesso ao acervo digital.

Teve início, então, um processo que perdurou por meses de leitura de todas as edições dos jornais e a devida coleta de conteúdos que tivessem alguma menção direta ao que é considerado como prática da nomeação das sexualidades dissidentes, seja em textos informativos ou em opinativos.

Ainda na pré-análise, como sugerido por Bardin (2016), após escolhido o universo de documentos, é necessária uma leitura flutuante, algo como um primeiro contato com os documentos coletados para se familiarizar com o texto e elaborar possibilidades de análise.

A leitura flutuante foi crucial na confirmação de que a prática jornalística da nomeação precisava acontecer em diferentes etapas. Primeiro, em textos informativos por meio dos elementos de edição, discurso direto e discurso direto. Em seguida, nos textos opinativos como editoriais, artigos, críticas e cartas de leitores.

Defende-se nesta pesquisa que os diferentes elementos do jornal precisam de análises específicas a partir das funções que exercem na dinâmica de construção da notícia. Por conta disso, textos opinativos e informativos são analisados separadamente. Além disso, outras duas nuances merecerem olhares específicos no conteúdo informativo: os elementos de edição e os enunciados que compõem os discursos produzidos.

Sobre os elementos de edição, foram analisados títulos, linhas-finas, legendas, intertítulos e leads. Como parágrafos de abertura em qualquer notícia, os leads são tidos como parte da composição de destaque na informação, o que justifica a sua inserção na lista dos elementos de edição.

Por outro lado, os enunciados também foram analisados em momentos distintos. Primeiro, o discurso direto, aquele produzido como autoral do jornalista, mesmo quando são citadas as fontes de informação. Em seguida, foram analisadas frases do discurso direto, levando em consideração que são trechos atribuídos na íntegra a outra pessoa envolvida no contexto da notícia.

Com o material coletado e as hipóteses e objetivos devidamente demarcados, houve possibilidades de seguir para a segunda etapa da AC,

a exploração do material. Como apontado por Bardin (2016, p.131), essa é uma fase classificada como “longa e fastidiosa” por ser composta de procedimentos manuais ou com apoio de computador para codificar o material coletado na pré-análise e iniciar o processo efetivo de análise do objeto escolhido.

A fase de exploração do material foi executada em sua integralidade com apoio do computador e de um *software*. Entre as diversas possibilidades de técnicas de investigação por meio da AC, foi selecionada para esta pesquisa a análise de contingências, também identificada como análise das coocorrências. Sua função básica é:

> [...] extrair do texto as relações entre os elementos da mensagem, ou mais exatamente, dedica-se a assinalar as presenças simultâneas (coocorrência ou relação associação) de dois ou mais elementos na mesma unidade de contexto, isto é, num fragmento de mensagem previamente definido. (Bardin, 2016, pp.259 – 260).

O modelo de análise da coocorrência sugerido por Bardin (2016) é uma atualização do que foi proposto no final da década de 1950 por Charles Egerton Osgood. Por meio dessa proposta, foi possível identificar palavras nomeadoras e seu aparecimento em relação a outras nas mesmas frases. Assim, tornou-se viável identificar em quais temáticas apareciam, a frequência e os contextos desses aparecimentos.

A partir da sugestão de Osgood (como citado em Bardin, 2016), os procedimentos para a análise de contingência são: (1) escolha das unidades de registro; (2) seleção das unidades de contexto; (3) codificação; (4) cálculo da coocorrência (matriz de contingência); (5) representação e interpretação dos resultados.

4.3 Unidades de registro (o cálculo do IRC)

O primeiro item da análise de contingência é a escolha das unidades de registro. Elas são consideradas as bases da análise e são cruciais no processo de categorização e geração de dados na pesquisa. Podem ser de natureza e de dimensões variáveis, porém, o mais usual é serem aplicadas por meio de palavras, apesar de haver possibilidade de serem temas, personagens, acontecimentos, dentre outras (Bardin, 2016).

A presença da unidade de registro é verificada no ponto de intersecção de unidades localizáveis (palavra, frase, documento material, personagem físico) e de unidades semânticas (temas, acontecimentos, indivíduos) (Bardin, 2016). No caso aqui apresentado, são palavras que delimitam determinas presenças no conteúdo e ligadas às sexualidades e gêneros dissidentes, como “gay”, “homossexual”, “lésbica” e até mesmo a sigla “LGBTQIA+”.

Em cada período analisado, cinco palavras eram selecionadas como unidades de registro. Essa escolha não foi aleatória e teve início com a leitura do *corpus* e a localização das palavras nomeadoras. Em seguida, o quantitativo de aparecimento de todas as palavras serviu de parâmetro para localizar o percentual de aparecimento individual de cada termo, gerando, assim, o que foi chamado de Índice de Repetição no Conteúdo (IRC).

Dessa forma, o cálculo do IRC pode ser ilustrado da seguinte forma:

$$IRC = \frac{100 \text{ x AI}}{\text{AT}}$$

AI = aparecimento individual
AT = aparecimento total

A relação entre o total de usos das nomeações e o aparecimento individual de cada palavra, gerou um índice que permite identificar as nomeações mais utilizadas. Por exemplo, em 2019 foram identificadas 47 palavras que serviam para nomear sujeitos do grupo LGBTQIA+. Todas, juntas, apareceram 1.106 vezes no *corpus* específico de 2019 (logo, AT = 1.106). Nesse universo, o termo “gay” foi localizado 271 vezes (logo, AI = 271). Na aplicação percentual, o IRC é de 25%, índice que tornou “gay” o termo mais utilizado para se referir a algum referente associado à comunidade LGBTQIA+ no período.

4.4 Unidades de contexto e codificação

O segundo momento proposto na análise de contingências é o isolamento das unidades de contexto. É no interior dessas unidades que serão analisas as condições de aparecimento das unidades de registro selecionadas anteriormente. Como explica Bardin (2016), a unidade de

registro é um segmento da mensagem onde é possível compreender a significação exata da unidade de registro.

Pode-se trabalhar com unidades de registro como frases ou parágrafos. Para a observação da prática jornalística da nomeação, optou-se pelas orações, haja vista que nelas é possível isolar o cenário de uso das palavras, tidas aqui como unidades mínimas da argumentação no ato de informar. Desse modo, a partir das cinco unidades de registro, foram localizadas e isoladas todas as frases (unidades de contexto) das composições encontradas nos jornais.

A partir daí foi possível iniciar a terceira etapa da análise de contingência, a codificação. O conteúdo foi, inicialmente, separado a partir da clássica noção de gênero jornalístico (Marques de Melo, 2003). Então, as notícias foram arquivadas em um banco de dados, os textos opinativos em outro banco de dados. No caso das notícias, foram isoladas todas as unidades de contexto nas quais estavam presentes uma ou mais unidades de registro.

Foram divididas, em seguida, as unidades de contexto em três grupos: elementos de edição, discurso direto e discurso indireto. Assim, foi possível identificar a coocorrência e a prática jornalística da nomeação em diferentes pontos do discurso jornalístico. Cada unidade de contexto recebeu, então, um código que viabiliza a sua localização. Por exemplo, o código N01FSP significa que determinada unidade de contexto está localizada na primeira notícia (N01) que compõe o material coletado na Folha de S.Paulo (FSP).

Essa codificação se repetiu ao longo de todos os anos da pesquisa. Algo similar foi organizado com os textos que evidenciam a expressão opinativa no jornalismo, com a diferença que as unidades de contexto foram separadas em diferentes modalidades: artigos, críticas, editoriais, colunas, cartas dos leitores e colunas. A verificação da coocorrência e da prática da nomeação foi sempre executada em consonância com a modalidade textual. E os códigos seguiam esse padrão: por exemplo, ao codificar determinada frase como CR03OG, era possível identificar que a unidade de contexto estava na terceira crítica (CR03) coletada no jornal O Globo (OG).

4.5 Matriz de contingência e resultados

A quarta etapa da análise de continência está no cálculo da coocorrência. Para isso, foi utilizado o sistema Excel do Windows, onde foi possível elaborar uma matriz de contingência nos moldes propostos por Osgood (como citado em Bardin, 2016). Nesse momento, as unidades de registro são contabilizadas a partir do uso nas unidades de contexto. É possível, por exemplo, reunir todas as unidades de contexto em que determinada unidade de registro é encontrada, como ilustrado na imagem abaixo.

Figura 3 – Matriz de contingência

	A	B	C	D	E	F	G
1	Código	Trecho	Gay	Homossexual	Lésbica	Homossexualismo	Homossexualidade
2	N02FSP		x				
3	N02aFSP			x			
4	N03FSP		x				
5	N04FSP		x				
6	N04aFSP		x				
7	N04bFSP		x				
8	N04cFSP		x				
9	N04dFSP		x				
10	N05aFSP			x			
11	N05bFSP		x				
12	N05cFSP		x				
13	N06FSP				x		
14	N06aFSP			x			
15	N06aFSP					x	
16	N06bFSP			x			
17	N06cFSP			x			
18	N06dFSP					x	
19	N06eFSP		x				
20	N06fFSP		x				
21	N06gFSP			x			

A matriz de contingência possibilitou o agrupamento de unidades de contexto a partir de cada unidade de registro. Com esses grupos delimitados, foi utilizado o *software* Iramuteq[65] para viabilizar outra última etapa da análise, a representação e interpretação dos resultados.

[65] O nome Iramuteq é uma abreviação para *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*. O *software* foi criado em 2009 pelo professor e pesquisador Pierre Ratinaud, integrante do Laboratório de

Com o suporte do Iramuteq, unidades de contexto compostas pela mesma unidade de registro eram inseridas no *software* para localização da coocorrência, sendo possível identificar quais palavras apareciam com maior frequência em associação com os termos considerados unidades de registro por conta da potencialidade de ser considerada não apenas uma palavra nomeadora, mas, acima de tudo, por terem um relevante índice de uso nos textos publicados nos jornais.

A coocorrência permitia localizar as temáticas nas quais essas nomeações eram evidenciadas e, em seguida, o modo como a nomeação era aplicada. Por exemplo, a partir das unidades de contexto coletadas nos elementos de edição de 2009, o *software* Iramuteq identificou a palavra "parada" como uma das recorrentes na coocorrência entre duas unidades de registro, "gay" e "lésbica". Ou seja, títulos, leads e outros itens de destaque associavam esses termos.

Esse tipo de conclusão conduz o olhar do pesquisador. De uma imensidão de unidades de contexto, abre-se caminhos para verificação de enunciados específicos. Nesse caso, foi identificada a ampla coocorrência como resultado da cobertura constante dos eventos nomeados como Paradas do Orgulho Gay, e que a unidade de registro "gay" não necessariamente nomeia apenas sujeitos, mas também evento e outros referentes.

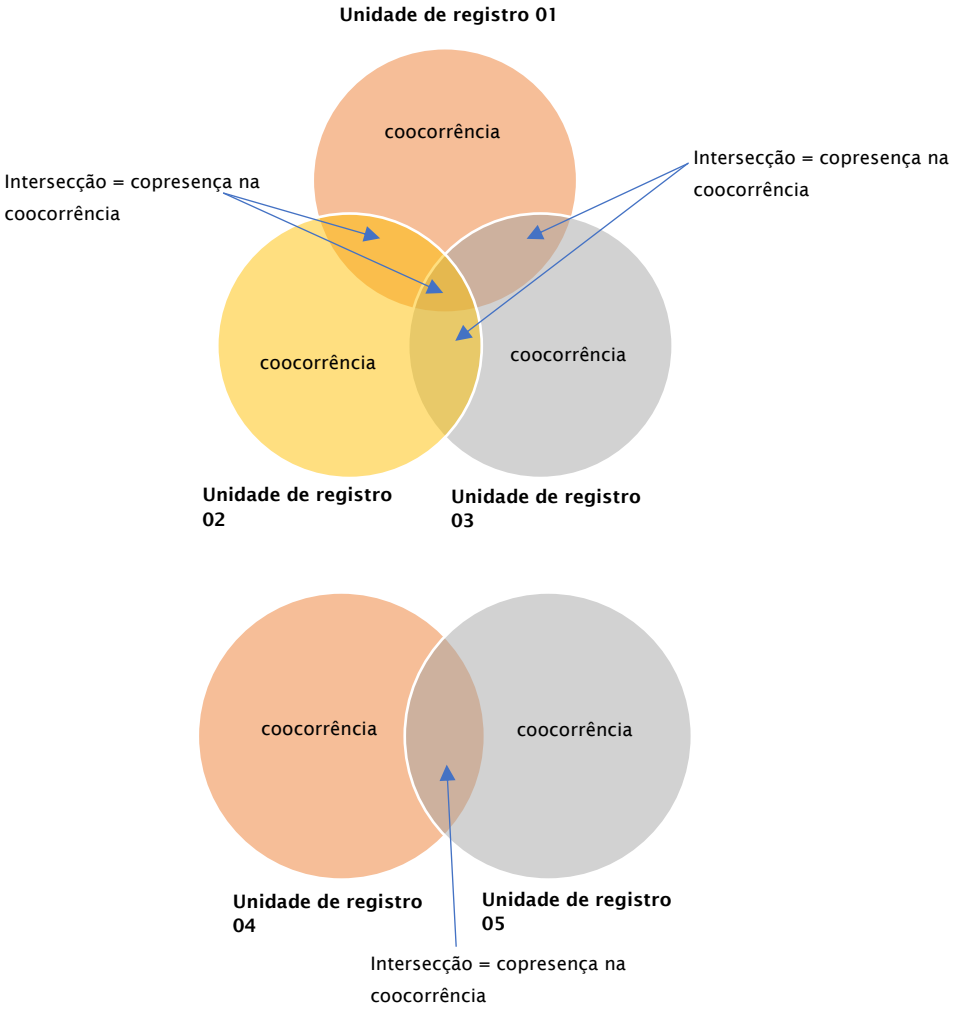
As coocorrências foram evidenciadas na pesquisa por meio de diagramas de Venn[66], um modo de representar a ligação entre elementos que podem ter aspectos em comum em áreas de intersecção. Muito utilizados nas ciências exatas, os diagramas de Venn são aplicados nesta pesquisa na conexão entre três unidades de contexto e, em seguida, na

Estudos e Pesquisa Aplicada em Ciências Sociais da Universidade de Toulose, na França. É gratuito, estruturado no modelo *open source* e foi desenvolvido inicialmente em língua francesa até começar a ser utilizado em português no Brasil em 2013 (Camargo & Justo, 2013). Seu uso foi incorporado nesta pesquisa pela capacidade de lidar com volume grande de texto. Suas ferramentas têm sido utilizadas por pesquisadores das ciências humanas e sociais em diversos países do mundo, sendo considerado funcional por conta de uma interface de fácil compreensão. Como explicam Camargo e Justo (2013, p.517): "O processamento de dados permitido pelo software viabiliza o aprimoramento das análises, inclusive em grandes volumes de texto". O site oficial do Iramuteq é: www.iramuteq.org.

[66] O diagrama de Venn é definido como modelo gráfico ilustrativo de cálculos em funções lógicas. Costuma ser ilustrado por dois ou três conjuntos circulares com áreas de intersecção, o que não inviabiliza sua construção com mais de três grupos. Essa modalidade de representação é chamada de Diagrama de Venn por conta do matemático e lógico John Venn (1834–1923), um clérigo da Igreja Anglicana que integrava a Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Em 1880, ele apresentou o modelo como modo de facilitar o processo de visualização de aspectos do silogismo em sua prática com ex-alunos. Em seguida, o modelo de diagrama passou a ser aplicado por pesquisadores associados à lógica e à teoria dos conjuntos (Grünbaum, 1975; Darling, n.d.; Phillips, 2005).

conexão entre as outras duas unidades de contexto. Na prática, foram estruturados do seguinte modo:

Figura 4 – Modelo de diagramas de Venn



A partir da coocorrência ou das áreas de intersecção (copresença na coocorrência), unidades de contexto eram selecionadas para a análise da prática jornalística da nomeação. A observação do material culminou com a categorização de estruturas discursivas que se mostraram regulares na produção discursiva jornalística. Assim, o método aplicado partiu do conteúdo em sua forma ampla para a menor unidade, a palavra.

4.6 Os jornais pesquisados

Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo e O Globo são os três jornais de referência que servem de base à análise apresentada. São considerados

jornais de referência e com ampla trajetória na história do jornalismo brasileiro. Neste capítulo, será apresentado um breve resumo de como esses periódicos se consolidam. A proposta da pesquisa não é detalhar toda a trajetória dos periódicos, e sim, evidenciar as relevâncias de cada um como parte do *corpus* de pesquisa.

Os três jornais aparecem em dois diferentes contextos nacionais. De um lado, o Estado de S.Paulo, que surge com o nome A Província de São Paulo, e faz parte de uma lista de periódicos que, à época, lutavam contra a monarquia e pela abolição do sistema de escravidão.

No outro polo estão Folha de S.Paulo e O Globo, ambos surgem na década de 1920, o primeiro deles ainda como Folha da Noite. Eles contam a história de um Brasil que vivia o tensionamento do período que marca o final da Primeira República (1889 – 1930) e são típicos do movimento ligado ao crescimento da "imprensa burguesa", expressão cunhada por Sodré (1999).

Dados levantados pelo autor desta tese junto ao Instituto Verificador de Comunicação[67] (IVC) indicam que, na última década, os três jornais sempre estiveram entre os periódicos diários de maior circulação no Brasil. Os dados do IVC são referentes a circulação dos jornais entre 2010 e 2019, representam o número de exemplares que chegam às mãos dos leitores, seja por meio de assinaturas, venda avulsa ou distribuição estratégica (diferente da tiragem, que consiste no número bruto de exemplares impressos).

Estado de S.Paulo

O Estado de S.Paulo está na seleta lista de jornais centenários que ainda circulam no Brasil. É o mais antigo diário de São Paulo em circulação e o segundo mais antigo do país, atrás apenas do Diário de Pernambuco. Entre seus colaboradores há nomes conhecidos da literatura nacional, como Monteiro Lobato e Euclides da Cunha (Lene, 2019). Surge no dia 04 de janeiro de 1875 com o nome A Província de São Paulo, fundado por

[67] Os dados desta pesquisa foram conseguidos a partir de um contato direto entre o pesquisador e a equipe do Instituto Verificador de Comunicação (IVC). O IVC é uma entidade nacional e sem fins lucrativos, composta por representantes de anunciantes, agências de propaganda e empresas auditadas. Sua atuação é voltada à auditoria multiplataforma de mídia com objetivo de fornecer ao mercado dados sobre comunicação.

um grupo de republicanos dedicados a combater a monarquia e a escravidão com o suporte de um jornal diário.

À frente desse movimento estavam Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que fizeram parte da construção do mote do periódico: "fazer da sua independência o apanágio de sua força" (Grupo Estado, n.d). A Província de São Paulo surge em um período marcado pelo aparecimento de diversos periódicos dispostos a defender a abolição da escravidão e o enfraquecimento da monarquia.

Sua edição inaugural teve apenas quatro páginas, sendo que os anúncios ocupavam uma página e meia. São Paulo vivia nesse período um amplo desenvolvimento. Em 1865, possuía cerca de 25 mil habitantes e a ferrovia contribuía para um acelerado processo de urbanização. Com tiragem inicial de dois mil exemplares, o jornal foi se desenvolvendo e influenciando gradativamente no cenário político. Seu caráter de oposição ao regime imperialista, fez com que enfrentasse muitas dificuldades (Lene, 2019).

> *A Província* sinaliza para o tipo de imprensa que se tornaria dominante, mantendo preocupação política, ao mesmo tempo em que objetiva estruturar-se como empresa. Assim, vivia de anúncios, de assinaturas, e inaugura em São Paulo o sistema de vendas avulsas nas ruas (1876), utilizando um ruidoso método: um vendedor anunciava o jornal, tocando uma buzina. A iniciativa é criticada por muitos, que falam em "mercantilização da imprensa". Todavia, os outros jornais paulistas passam a fazer a mesma coisa e logo surgem os jornaleiros e bancas de jornal (note-se que a venda avulsa nas ruas já era feita no Rio de Janeiro desde 1858, com o jornal *A Atualidade*, que utilizava escravos e negros alforriados como vendedores). (Romancini & Lago, 2007, pp.58 – 59, grifos dos autores).

A primeira sede do jornal foi instalada na região posteriormente conhecida como Centro Velho de São Paulo. Em 1877, já em nova sede, tinha entre seus colaboradores ex-escravizados libertos contratados e remunerados pelo ofício de operários da impressora manual. Em 1885, A Província de São Paulo quase vai à falência quando anunciantes portugueses boicotam o jornal após textos de caráter antilusitano serem veiculados. Um jovem jornalista de apenas 23 anos e filho de portugueses, Júlio Mesquita, é responsável por intermediar o contato com os anunciantes portugueses e acalmar os ânimos do cenário comprometedor à saúde financeira do jornal. No ano seguinte, em 1886,

o jornal registra aumento de sua tiragem e chega a 3.300 exemplares (Grupo Estado, n.d.).

Nessa primeira fase, dois fatos históricos são relevantes no acervo do jornal: a notícia da abolição da escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889.

> Em 1888, quando o nome de Júlio Mesquita apareceu no alto da primeira página como diretor-gerente, o jornal comemorou a abolição da escravatura. Era uma causa pela qual vinha lutando desde a fundação. "Agora começa o trabalho de libertar os brancos", advertiu a Província já na edição de 13 de maio, reiterando a disposição de continuar defendendo o ideal republicano. (Grupo Estado, n.d.).
>
> "VIVA A REPÚBLICA!" Esta foi a manchete de 16 de novembro de 1889, numa comemoração de página inteira, antológica, cuja única ilustração era o desenho de um gorro frígio, alegoria da liberdade conquistada. Nas páginas internas, o noticiário sobre os acontecimentos da véspera e a constituição do governo provisório no Rio. No dia 18, o jornal noticiava com detalhes o embarque da família imperial para o exílio. (Grupo Estado, n.d.).

Figura 1 – A Província de São Paulo

Fonte: acervo Estado de S.Paulo

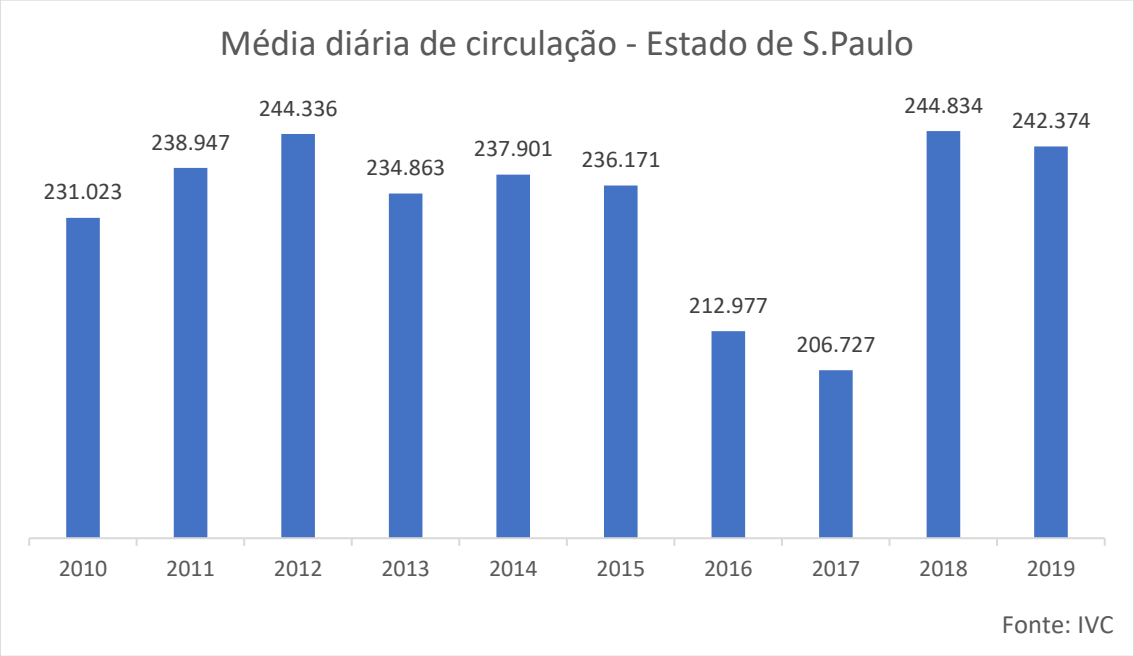
Somente após a Proclamação da República o jornal deixa de ser A Província de São Paulo e torna-se O Estado de S.Paulo, no dia 01 de janeiro de 1890. Naquele mesmo ano foi iniciado um processo de inovações, como a contratação da agência Havas (hoje France Press), que trouxeram agilidade ao noticiário por meio de telegramas com material internacional (Grupo Estado, n.d). Desde então, o jornal se consolidou como importante

ferramenta para os fatos nacionais e o nome do jornalista Júlio Mesquita foi estabelecido como parte da história do jornalismo brasileiro.

Em 1902, Mesquita tornou-se o único proprietário do Estado de S.Paulo. Nesse período, como afirma Sodré (1999, p.323), o jornal era "o grande órgão político na capital do Estado que se desenvolve mais rapidamente e em que as relações capitalistas depressa se generalizam". Hoje, o Estado de S.Paulo é mais um dos produtos do Grupo Estado, também composto pela Rádio Eldorado, Agência Estado, a TV e a gravadora Eldorado e o portal estadão.com.br.

Os índices do Instituto de Verificação de Circulação (IVC) mostram que, no caso do jornal impresso, a média diária de circulação tem se mantido superior a 200 mil exemplares ao longo da última década (entre 2010 e 2019).

Gráfico 1



Folha de S.Paulo

A história da Folha de S.Paulo tem início na década de 1920 e passa pela trajetória de jornalistas e empresários que decidem fazer da notícia uma forma de lucro e, ao mesmo tempo, se aproximar de determinados setores da sociedade paulista da época. O Brasil vivia o período final da sua Primeira República (1889 – 1930) e era governado por Epitácio Pessoa

(1865 – 1942). Falamos de um país dominado por oligarquias e que vivia em ebulição social: nascia a tímida atividade industrial, crescia a população urbana e se formava a classe operária disposta a enfrentar a elite agrária (Mello, 2019).

Em 19 de fevereiro de 1921, é fundada a Folha da Noite por um grupo de jornalistas capitaneados por Olival Costa e Pedro Cunha. Distribuído no turno vespertino, o objetivo da publicação era cativar leitores das classes médias urbanas e a classe operária com foco, sobretudo, nas questões da administração da cidade. Pouco mais de quatro anos depois, em julho de 1925, o negócio foi ampliado com a criação de um jornal matutino, a Folha da Manhã (Grupo Folha, 2011; Sevcenko, 2011).

Em 1931, três investidores compraram os jornais e mudaram a razão social da organização que os editava. Surgiu, então, a Empresa Folha da Manhã Ltda., comandada por Octaviano Alves de Lima, Guilherme de Almeida e Diógenes de Lemos. A alteração na direção significou transformação no público-alvo e a linha editorial dos jornais ficou marcada pela proteção dos interesses dos produtores rurais de São Paulo. Como explica Sevcenko (2011, p.8), tornou-se um jornal "defensor intransigente dos interesses dos cafeicultores paulistas".

O formato apoiador dos ruralistas perdurou até 1945, ano em que o controle acionário da empresa foi transferido para o jornalista José Nabantino Ramos, que alterou a razão social para o nome utilizado até os dias atuais (Folha da Manhã S.A.) e inseriu a tendência de defesa do desenvolvimentismo nacional. Nabantino fundou, em 1949, a Folha da Tarde até que, em 1960, os três jornais foram unificados em um só título: Folha de S.Paulo, saindo em três edições diárias (matutina, vespertina e noturna) (Grupo Folha, 2011; Sevcenko, 2011)

Nesse período, é incorporada uma linha editorial voltada aos interesses da classe média urbana do estado de São Paulo (Grupo Folha, 2011). Uma nova mudança acontece em 1962, quando as finanças da empresa passam por grave crise e os rumos dos negócios são assumidos por dois empresários, Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Nos cinco primeiros anos, o objetivo principal da nova gestão foi organizar financeira e administrativamente a companhia. Entre 1968 e 1974, houve investimentos prioritários no aparelhamento do periódico a partir de impressoras offset, fotocomposição e um sistema de distribuição considerado eficiente (Grupo Folha, 2011).

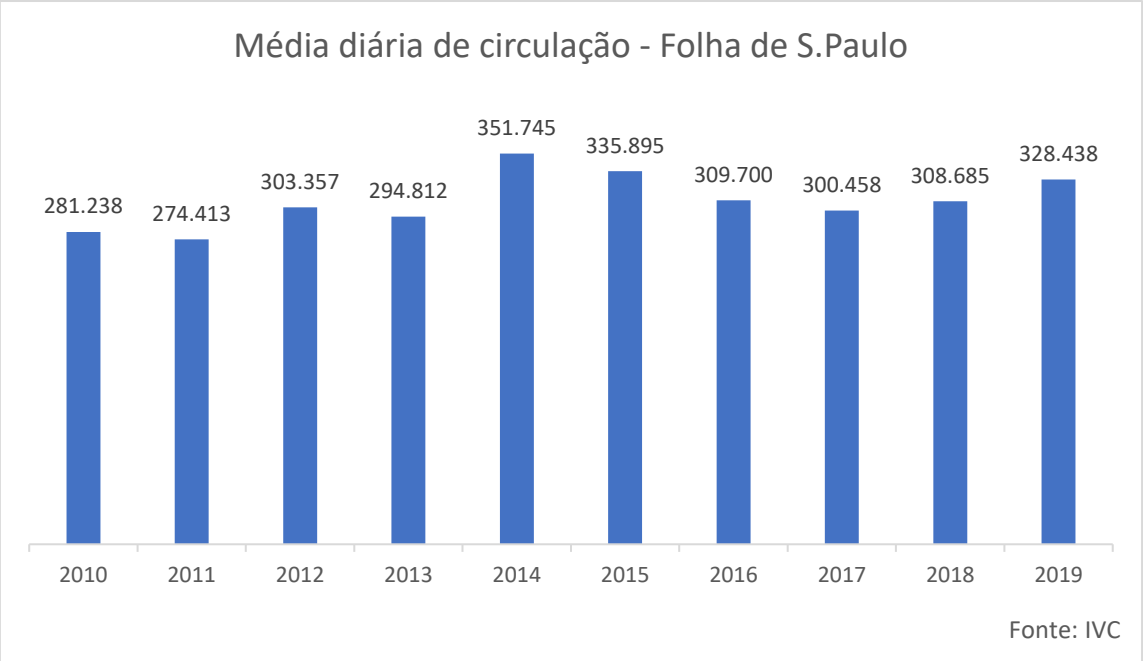
Somente a partir de 1974, quando havia condições estruturais, a redação passou a sofrer alterações. Seu primeiro projeto editorial surgiu em 1978 e, em 1986, a Folha de S.Paulo torna-se o diário de maior circulação no Brasil (Grupo Folha, 2011).

> Um dos aspectos mais marcantes da história da Folha de S. Paulo é o de que se trata de um jornal em constante reformulação. E isso em todos os aspectos, desde as mudanças sucessivas na direção da empresa até a linha editorial, os recursos tecnológicos, os tipográficos, os critérios jornalísticos e a feição de conjunto do jornal. (Sevcenko, 2011, p.8).

Hoje, o Grupo Folha é um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil. Além do jornal impresso, possui o site (www.folha.com.br), o Datafolha (instituto de pesquisa para levantamentos estatísticos, pesquisas eleitorais, de opinião e de mercado), a agência de notícias Folhapress, um parque gráfico, uma empresa de logística (Transfolha), além de uma gráfica (FolhaGráfica) voltada à produção de jornais, revistas, cartazes e folhetos para outros contratantes.

Desde 2014 o jornal impresso se mantém como o de maior média diária de circulação em todo o país. Com pode ser conferido no gráfico abaixo, na última década o jornal tem ultrapassado a marca dos 300 mil exemplares em sua média diária de circulação.

Gráfico 2



O Globo

No dia 29 de julho de 1925 foi veiculada a primeira edição do jornal O Globo. À frente da iniciativa estava o jornalista Irineu Marinho, que desde a década anterior, em 1911, demonstrava interesse por ter um jornal sob seu comando. Inicialmente, ele ajudou na fundação do vespertino A Noite, mas perdeu o status de dono do periódico após desentendimentos com um sócio (Grupo Globo, n.d.).

O surgimento de O Globo aconteceu quando Irineu Marinho voltou ao Brasil depois de uma viagem à Europa. Profissionais que o ajudaram na fundação do A Noite foram convocados para colaborar na nova empreitada que daria origem a um dos jornais mais consolidados na história do jornalismo brasileiro. A primeira publicação de O Globo foi veiculada com duas edições e a distribuição era feita por "gazeteiros", até que passou a ser vendido também em bancas (Grupo Globo, n.d.)

O nome do jornal foi escolhido após um concurso promovido pelo próprio Irineu Marinho. O título Correio da Noite foi o mais votado, segundo divulgado em um anúncio feito no dia 20 de junho de 1925. No entanto, o nome estava patenteado e a segunda alternativa mais votada se consolidou. "Em reconhecimento aos participantes que haviam votado

nos dois títulos, Irineu distribuiu 6 mil assinaturas mensais do vespertino" (Grupo Globo, n.d.).

> Irineu juntou uma eficiente equipe de repórteres e um experimentado corpo de redatores para dar a forma editorial que idealizara para o novo veículo. Um dos princípios editoriais do vespertino era buscar a notícia em todos os setores da cidade, marca que permaneceu ao longo de toda a sua história. (Grupo Globo, n.d.).

Pouco mais de um mês após o lançamento de O Globo, no dia 21 de agosto de 1925, Irineu Marinho faleceu. Seu filho mais velho, Roberto Marinho, ainda muito jovem à época, optou por entregar o comando dos negócios ao jornalista Eurycles de Matos, pessoa de confiança durante a trajetória de Irineu Marinho. Apenas em 1931, com o falecimento de Eurycles, Roberto Marinho assume efetivamente o controle do jornal (Grupo Globo, n.d.).

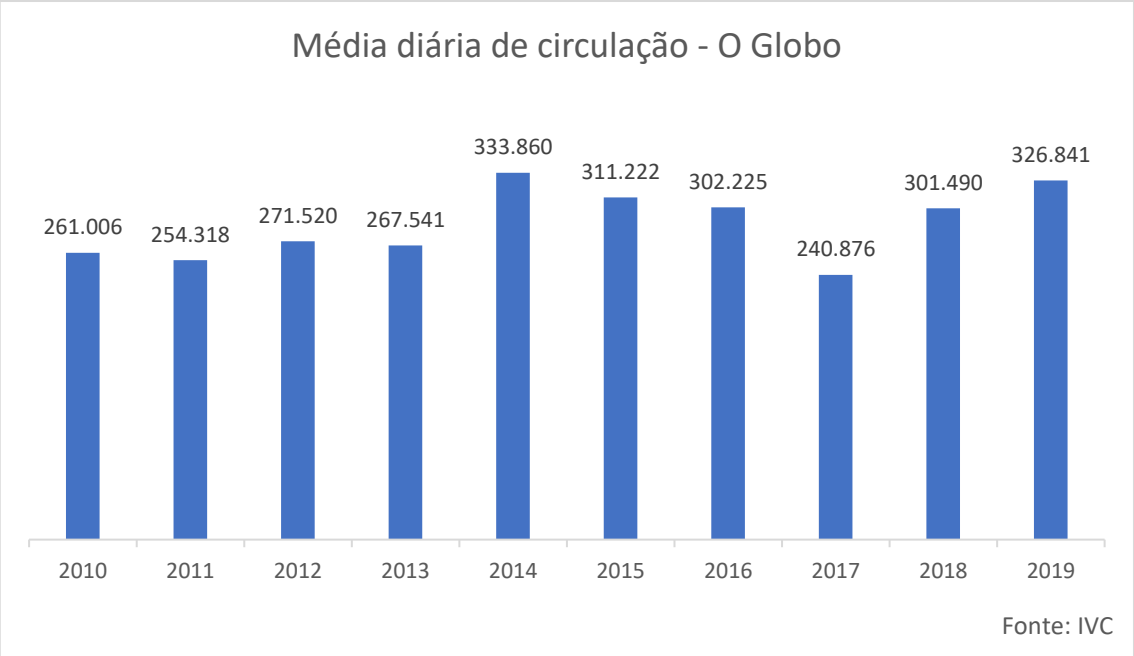
Roberto Marinho faleceu no dia 06 de agosto de 2003, aos 98 anos, quando estava no posto de presidente das Organizações Globo. Desde a sua fundação e até os dias atuais, O Globo tem sua imagem sempre atrelada à família marinho. A figura de Roberto Marinho, por sinal, aparece como controversa em obras que citam suas ligações com governos conservadores e autoritários, como o estabelecido no Brasil durante o regime militar implantado em 1964 (Carvalho, 2012; Amorim, 2015).

> Em relação ao perfil editorial, o jornal O Globo está situado em espectro mais conservador do que a Folha de S. Paulo e, ao contrário dela, faz pouco alarde sobre políticas editoriais, raramente tornadas públicas, à exceção da afirmativa de produzir jornalismo ético e objetivo, o que não é indicativo de posições muito concretas, pela impossibilidade mesmo de consenso relativamente ao significado de tais princípios". (Carvalho, 2012, p.26).

O ramo da comunicação, iniciado com o jornal impresso O Globo, prosperou de tal modo que, hoje, o Grupo Globo é detentor de um conglomerado de mídia formado pela Rede Globo de televisão, Editora Globo, Som Livre, Sistema Globo de Rádio, Infoglobo, sites Globo.com e Oglobo.com.br, além dos canais Globosat (responsáveis pela abertura do mercado no âmbito da TV por assinatura).

Os números do Instituto de Verificação de Circulação (IVC) indicam que, na última década, o jornal O Globo tem se mantido com uma média diária de circulação sempre acima de 240 mil exemplares.

Gráfico 3



4.7 Categorias de análise da prática jornalística da nomeação

Com base na construção teórica e na análise feita com verificação de 387 enunciados de notícias e textos opinativos publicados entre 1969 e 2019, identificamos que a prática jornalística da nomeação acontece em diferentes níveis no discurso jornalístico.

Com o intuído de facilitar a compreensão desse fenômeno da linguagem nas notícias, foram elaboradas cinco categorias a partir do conteúdo encontrado. O nome próprio, apesar de ser um dos aspectos mais centrais para a exatidão no jornalismo, não é o foco desta análise. Buscou-se identificar a nomeação a partir da sexualidade dissidente, de como pessoas LGBTQIA+ foram nomeadas para além dos seus nomes, sejam eles de registro ou sociais.

É válido ressaltar, no entanto, que o nome próprio está na base da precisão jornalística. É exigido do jornalista rigor na grafia e nos referenciais de contexto que garantem a precisão do nome das pessoas, dos lugares, das organizações/instituições e de qualquer outro referente que passe a ser identificado como nome próprio.

Desse modo, após o trabalho teórico e com o avançar da análise nos jornais, foi possível pensar nas seguintes categorias basilares à prática jornalística da nomeação:

1) Nomeação pela rotulação do sujeito

Existe um saber social em circulação que permite o uso de determinadas palavras como forma de possibilitar interpretações a respeito de um objeto do discurso. Ao enunciarmos, por exemplo, que "João é Pedro são dois homens gays e irão se casar ano que vem", utilizamos um qualificador baseado em rótulo social (ser gay) para reforçar quem são os referentes em questão. Não basta indicar que João e Pedro irão se casar, é preciso reforçar que são gays.

No jornalismo, a nomeação pela rotulação é identificada na ligação direta com o nome próprio. Manuais de redação estabelecem que fontes precisam ser qualificadas, seja pelos cargos que ocupam ou por alguma outra referência localizadora de contexto. Assim, a construção discursiva prevê que não basta nomear, é preciso rotular, categorizar, inserir o sujeito em algum ponto alcançável à interpretação do leitor, como pode ser identificado nos exemplos a seguir.

> 01) Rogéria, ex-maquiador da TV Rio, é hoje, o travesti mais famoso do Brasil, e tornou-se um artista popular e possuidor de alto espírito profissional. (Folha de S.Paulo, 1969).
>
> 02) Madame Satã era um homossexual mais macho do que qualquer um de nós. (Estado de S.Paulo, 1989).
>
> 03) Depois que Harvey Milk se tornou o primeiro homem gay assumido na história eleito para um importante cargo político, as mensagens não pararam de chegar. (Folha de S.Paulo, 1999).

Por meio da nomeação pela rotulação, o nome próprio ganha possibilidades interpretativas à medida que é acionado em consonância com vocábulos que o inserem em determinado lugar social. Essa prática jornalística da nomeação opera de modo simplista a partir de termos que, em tese, conseguem fácil reconhecimento social.

Assim, Rogéria é o travesti mais famoso, assim como Madame Satã era um homossexual e Harvey Milk é o primeiro homem gay. Nesses casos, os termos "travesti", "homossexual" e "gay" são palavras nomeadoras que rotulam o nome próprio. São inseridas na notícia para conduzir determinadas interpretações relacionadas ao nome próprio.

Se de um lado esse tipo de prática nomeadora traz a sensação de que os nomes não são criados pelo jornalismo e são inseridos por conta de um saber compartilhado, por outro lado, a visibilidade dos sujeitos

nomeados acontece a partir dos marcadores sociais que compõem a nomeação na notícia.

Rodrigues (1999) nos ensina que, no jornalismo, nem sempre o noticiado é um acontecimento que ganha status de notícia por conta de determinada ruptura na normalidade do mundo. Muitas vezes, a notícia é o próprio discurso do jornalismo sobre determinada realidade. Portanto, ao reforçar determinadas existências por meio da nomeação pela rotulação, o jornalista conduz a notícia para o que considera ser ponto relevante na informação transmitida.

Em aproximação com as reflexões de Rodrigues (1999) sobre "o discurso do acontecimento", conseguimos compreender como não basta sinalizar que Rogéria se tornou artista popular, é preciso dizer que é "o travesti", assim como não é suficiente dizer que Harvey Mil foi eleito sem associá-lo ao fato de ser "homem gay assumido". Nesses casos, é sempre evidenciado como a nomeação está além do nome próprio, é preciso elevá-la com a prática da rotulação como forma de conduzir o leitor a determinada percepção sobre aquele que aparece na notícia.

Como defendido por pensadores da linguística como Clifton (2013), a nomeação elabora sentido às existências e está além do nome próprio. A nomeação acontece também quando um conjunto de termos se tornam reveladores de informações sobre o nome. Portanto, na notícia, o nome próprio nem sempre será o ponto máximo da identificação, ele pode ser completado discursivamente a partir de vocábulos que reforçam determinados lugares sociais.

2) Nomeação pelo marcador social

Se pensarmos a notícia a partir da teoria da argumentação (Breton, 2003; Gross & Dearin, 2003; Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014), podemos afirmar que notícias são textos argumentativos que, por meio do discurso, elaboram enquadramentos da realidade capazes de ditar as ordens no mundo e revelar aspectos das relações sociais.

Como texto argumentativo, a notícia precisa criar presença na realidade enquadrada por meio de técnicas específicas do jornalismo, como a hierarquização e seleção da informação. Assim, ao enunciar, por

exemplo, a frase “casal gay é espancado após sair de boate”, nomeia-se as vítimas não pelo nome próprio, mas pela possibilidade discursiva de identificá-las com o termo “casal gay”.

A nomeação pelo marcador social é percebida na ausência do nome próprio. Ela revela, na ideia de coletividade, a presença de sujeitos a partir do indicativo de grupos sociais, como pode ser visto em notícias sobre imigrantes, negros, mulheres, dentre outros.

Como explica Breton (2003), a nomeação é uma forma de qualificação e envolve estratégias discursivas que, em alguma medida, tentam entregar ao público os enquadramentos da realidade. Nos exemplos a seguir, é possível visualizar como essa prática jornalística da nomeação apareceu em diferentes períodos.

01) Greve de homossexuais (título, Estado de S.Paulo, 1979).

02) Gays ganham espaço na TV (título, Folha de S.Paulo, 1999).

03) Essas condutas podem ter como alvo homossexuais, transexuais ou até heterossexuais que eventualmente sejam identificados pelo agressor como LGBTs. (Estado de S.Paulo, 2019).

Nos casos acima, os marcadores sociais “homossexuais”, “gays”, “transexuais” são nomeações que assumem a função de criar presença de agentes sociais das ações, são estratégias argumentativas para o enquadramento da realidade. Não existem nomes próprios, e sim, termos que inserem determinado coletivo em uma perspectiva de unicidade, por mais que haja uma série de pluralidades em cada marcador social.

A prática jornalística da nomeação pelo marcador social é reveladora das lutas sociais que, historicamente, são guiadas pelas estratégias de visibilidade no jornalismo. Os marcadores sociais servem como evidências de grupos que estão em constante tensionamento na sociedade. Esses grupos reivindicam, inclusive, que seu aparecimento seja nomeado como forma de validação das lutas.

Se pensarmos o jornalismo como uma instituição social legitimada para narrar o presente (Franciscato, 2005), é crucial identificarmos o jornalismo como uma constante arena de disputa. Movimentos sociais anseiam pela exposição das suas pautas nos jornais e conduzem suas produções discursivas para a valorização dos marcadores sociais como

causas identitárias que nomeiam a coletividade. Desse modo, a produção das notícias passa por essa influência que está evidenciada nas fontes, nos releases recebidos e nas diversas outras formas de comunicação que são estabelecidas entre diferentes campos sociais.

A sociologia do conhecimento aplicada por Berger e Luckmann (2014) desde a segunda metade da década de 1960 já previa a nomeação pelos marcadores sociais da diferença como algo inserido na vida cotidiana. Para o jornalismo, pesquisas com a de Goodman e Boudana (2016), Zhong et al. (2011) e Serrano (2016) ajudam a pensar essa relação na produção das notícias.

Serrano (2016) chega a utilizar a expressão "guerra lexical" para se referir as escolhas de palavras que descrevem eventos e sujeitos. Logo, a nomeação pelo marcador social passa por decisões que não necessariamente partem do jornalista, e sim, de outros campos sociais relevantes na construção da notícia. Pensar a nomeação pelo marcador social envolve reconhecer campos sociais que influenciam diretamente o campo jornalístico.

3) Nomeação para classificar referente

Pensar a notícia como construção social da realidade (Berger & Luckmann, 2014) prevê que elementos integrantes da realidade precisam ser nomeados. Ao enquadrar determinado acontecimento e o transformar em notícia, o jornalista almeja que seus enunciados sejam compreendidos coletivamente. Então, algumas referências da realidade precisam ser apresentadas como itens da vida cotidiana passíveis de nomeação.

A nomeação para classificar referente é aplicada não aos sujeitos, e sim, aos elementos da argumentação que colaboram na compreensão de determinada realidade. Ações, objetos e fenômenos são, desse modo, nomeados como forma de enquadrá-los em determinada possibilidade interpretativa. Para isso, alternativas discursivas são acionadas para que haja coerência no enquadramento da realidade, como exemplificado a seguir:

> 01) Em conversas com pessoas responsáveis fomos informados de que tais críticas se referiam tanto a práticas homossexuais quanto a aventuras com senhoritas e senhoras. (Estado de S.Paulo, 1969).

> 02) Internas, aprendem o amor homossexual, aprendem a castigar alcaguetas, odiar adultos, planejar vinganças. (Folha de S.Paulo, 1969).
>
> 03) Jerry Falwell, um reverendo televisivo dos EUA, criticou o personagem estar em um programa infantil e o acusou de ser um símbolo gay. (Folha de S.Paulo, 1999).

No enunciado 01, foi nomeado o referente gerador de críticas, as "práticas homossexuais". Não são práticas genéricas, são homossexuais e, portanto, precisam ser localizadas discursivamente como forma de ter exatidão na informação. Regra similar foi identificada em 02, quando o "amor homossexual" foi estabelecido como nomeação para o referente do que é aprendido por pessoas identificadas como "internas". Não se trata apenas de amor, o referente é o "amor homossexual" que deve ser nomeado a fim de ser compreendido em sua especificidade.

Em 03, "símbolo gay" é o referente nomeado diante de uma acusação. A atribuição de crítica identificada no enunciado não aparece pelo fato de o personagem ser um símbolo, e sim, por ser "gay". Assim, a nomeação para classificação de referente pressupõe uma tentativa de particularizar objetos do discurso.

Se analisamos o jornalismo a partir da complexa rede de pensadores que o delimitam como forma de conhecimento (Park, 1972; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992, 1997; Sponholz, 2007, 2009), temos a notícia como produção que só existe na e por meio da linguagem. A notícia é forjada em estratégias discursivas e estruturada em técnicas de redação que utilizam palavras nomeadoras para dar a conhecer sobre objetos do discurso que integram o acontecimento jornalístico.

Foucault (2016) sugere que o conhecimento é engendrado a partir das representações feitas de determinados referentes nomeados por meio da linguagem. Ele estabelece que falar ou escrever não está relacionado apenas com o dizer algo ou se expressar. Antes de tudo, falar ou escrever é produzir enunciados que dependem de nomeações de referentes estabelecidos por meio da relação entre as palavras e as coisas.

A nomeação para classificar referente remonta ao que Foucault (2016) estabelece como "o ato soberano de nomeação", termo associado à linguagem e sua capacidade de instituir, por meio das palavras, determinada relação de representação. Essa prática jornalística da

nomeação valida a notícia como local onde o leitor encontra conexões possíveis entre os elementos integrantes de um acontecimento (as coisas) e as palavras.

4) Nomeação da sexualidade dissidente

As três categorias da prática jornalística da nomeação citadas anteriormente (rotulação, marcador social e para classificar referente) foram verificadas ao longo da pesquisa à medida que os enunciados eram extraídos das notícias e a regularidade confirmada em diferentes períodos históricos (entre 1969 e 2019).

As duas categorias que se apresentam agora foram identificadas não pela regularidade ao longo das décadas, e sim, pelas possibilidades de nomeação que foram alteradas com o passar do tempo. É o caso da nomeação da sexualidade dissidente. De homossexualismo à homossexualidade, passando hoje por possibilidades como bissexualidade, assexualidade, pansexualidade, dentre outras.

O parâmetro para analisar a nomeação da sexualidade dissidente está ilustrado no gráfico 10. Entre 1969 e 1999, o predomínio nas notícias era do vocábulo "homossexualismo", até que entre 2009 e 2019 o predomínio é do termo "homossexualidade". Alguns exemplos são apresentados abaixo:

> 01) Tais opiniões vêm acompanhadas por numerosos e contraditórios rumores acerca do crime, não faltando "revelações" de que o cadáver sofreu castração, ou de que a autopsia confirmou a prática de homossexualismo. (Estado de S.Paulo, 1969).
>
> 02) O juiz conversou durante toda a tarde com as menores, alguns funcionários e técnicos da NA – 16, para apurar denúncias de torturas, espancamentos e incentivo ao homossexualismo. (O Globo, 1979).
>
> 03) O homossexualismo é também um tema quase diário. (O Globo, 1989).
>
> 04) O brasilianista James Green, 47, vai lançar em setembro deste ano "Beyond Carnival" (Além do Carnaval), o primeiro livro de um historiador a abordar o homossexualismo masculino no Brasil em perspectiva panorâmica. (Folha de S.Paulo, 1999).
>
> 05) O festival vai exibir produções sobre temas como homossexualidade e Aids. (O Globo, 2009).
>
> 06) Por exemplo, em fotos pré-Stonewall, pessoas que se acariciam estão de costas, porque a lei punia a homossexualidade com prisão. (Folha de S.Paulo, 2019).

A nomeação da sexualidade dissidente expõe como o jornalismo lida com as mudanças sociais oriundas de outros campos sociais. A substituição de homossexualismo para homossexualidade não acontece por uma decisão dos jornais. Ela passa por tensionamentos e debates que ocorrem na sociedade e, em determinado momento, chegam ao jornalismo. É da sociedade que parte o repúdio ao sufixo "ismo" como delineador de doença que remete ao passado no qual as práticas classificadas como homossexuais eram consideradas um problema de saúde (Fry & MacRae, 1985; Foucault, 1988; Trevisan, 2002).

Na notícia, como pode ser conferido nos exemplos acima, a sexualidade dissidente é um objeto do discurso. A heterossexualidade, tida historicamente como sexualidade dentro dos padrões de normalidade, não causa estranhamento e, por isso, está longe de ser elemento de destaque nas notícias. Como sexualidade dissidente, o que foge da heterossexualidade é o que causa embate social e encontra no jornalismo o interesse por meios de nomear o que deve ser interpretado pela audiência.

Se pensarmos no jornalismo como instituição social que absorve a influência de diversos campos sociais, a nomeação é um fundamento do jornalismo que envolve a arena de disputa que se trava por meio das palavras. Conseguir tirar de cena uma nomeação para implantar outra não é meramente uma alteração de vocábulos, é uma mudança social.

No caso da sexualidade, a nomeação passa pelo reconhecimento de que determinada orientação sexual não é doença e merece ser reconhecida no âmbito identitário e nas lutas por direitos igualitários. Então, ao jornalismo são levadas as mudanças sociais que inserem novas nomeações de objetos da realidade e fazem com que antigas nomeações caiam em desuso.

5) Nomeação da violência

A última categoria foi identificada a partir de 2009, quando, nas notícias coletadas, foi possível observar a ocorrência de nomeações que tornavam mais precisos os enunciados sobre atos de violência que acometiam a comunidade LGBTQIA+. Homofobia se tornou o nome do

crime, assim como homofóbico é o nome dado ao sujeito.

São termos que não nascem do jornalismo, e sim, de outros campos sociais que tensionam as relações cotidianas e tornam a inserção (ou retirada) de determinadas palavras como marco nas lutas. Assim, a prática jornalística da nomeação da violência passa por dois fatores cruciais na relação entre notícia e o ato de nomear. O primeiro ponto é a influência de outros campos do saber, como o jurídico e o dos movimentos sociais. O segundo é a busca pela precisão que faz o jornalismo nomear as violências.

Feminicídio, homofobia, transfobia, racismo, ato terrorista etc. Nomeia-se porque o argumento da violência é construído a partir da ruptura com a normalidade. Alguém ou um grupo social foi alvo de violência e torna-se notícia, logo, os objetos do discurso precisam ser identificados para garantir a precisão no processo de construção do fato jornalístico. Alguns exemplos são inseridos a seguir:

> 01) Homofobia e intolerância motivaram perseguições; Vinicius de Moraes foi um dos 13 afastados. (O Globo, 2009).
>
> 02) O assunto STF foi abordado por Bolsonaro quando ele mencionou o julgamento sobre a criminalização da homofobia. (Folha de S.Paulo, 2019).
>
> 03) Por 8 votos a 3, homofobia e transfobia foram enquadradas como racismo. (Estado de S.Paulo, 2019).

A nomeação da violência mostra como as palavras servem de ligação entre atos e a interpretação possível. Não é qualquer violência, é uma violência nomeada. A inserção de novas nomeações é passível de estranhamento no vocabulário compartilhado. Se antes a população reconhecia crimes a partir de palavras genéricas como “estupro”, “roubo” e “assassinato”, hoje, após processos de tensionamento social, ela é levada a reconhecer especificidades da violência em termos como “feminicídio”, “crime de ódio” ou “transfobia”.

Desse modo, ao longo da análise, as palavras nomeadoras ligadas à comunidade LGBTQIA+ e suas coocorrências foram categorizadas nas cinco possibilidades: (1) rotulação; (2) marcador social; (3) classificação de referente; (4) sexualidade dissidente; (5) violência nomeada.

A análise foi dividia em quatro momentos. O primeiro deles envolve

os elementos de edição. Em seguida, o texto é analisado em duas perspectivas: o discurso direto e indireto. A terceira etapa envolve a nomeação nos textos opinativos, seguida de um breve cenário de contexto social que colabora na compreensão da produção jornalística em diferentes momentos da história.

A consolidação das categorias e o desenvolvimento das etapas de análise foram possíveis diante de um robusto material coletados entre 1969 e 2019. A seguir, apresentamos gráficos que resumem o material coletado.

Gráfico 4

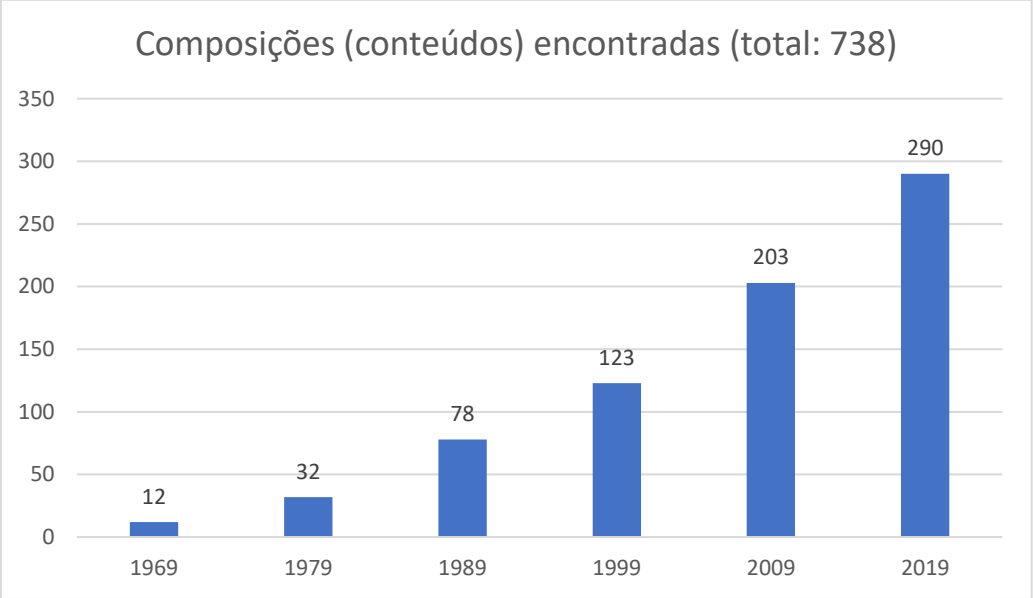
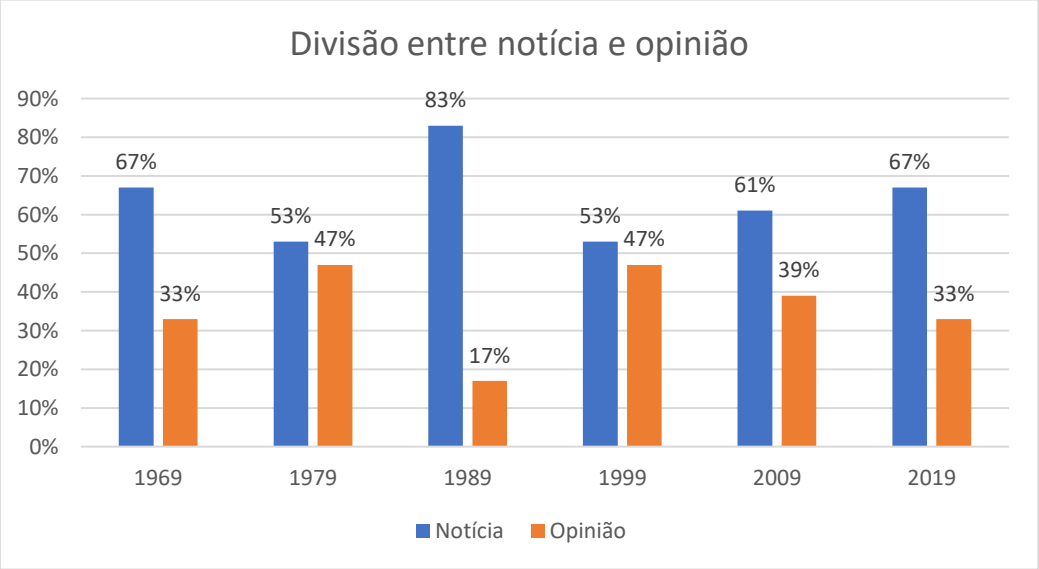


Gráfico 5



Nesse contexto, diferentes grupamentos de palavras nomeadoras foram identificados. Por meio de nuvens de palavras, pode-se verificar a diferença nas alternativas de nomeação ao longo dos anos. Mais detalhes sobre as nomeações em cada período poderão ser conferidos ao longo da análise.

Figura 5 – Nomeações 1969

Figura 6 – Nomeações 1979

Figura 7 – Nomeações 1989

Figura 8 – Nomeações 1999

Figura 9 – Nomeações 2009

Figura 10 – Nomeações 2019

Por fim, é importante reforçar que as análises de coocorrência foram desenvolvidas sempre com os termos de maior IRC em cada período. Com exceção de 1969, em todos os anos foi possível selecionar cinco termos mais recorrentes, seja na nomeação de sujeitos, sexualidade dissidente ou violência. São eles:

Tabela 1 – Palavra nomeadoras para análise da coocorrência

Ano	Nomeações de referência para coocorrência
1969	Homossexual, travesti, homossexualismo.
1979	Homossexual, gay, bissexual, homossexualismo, homossexualidade.
1989	Homossexual, gay, aidético, travesti, homossexualismo.
1999	Homossexual, gay, lésbica, homossexualismo, homossexualidade.
2009	Homossexual, gay, LGBT, homofobia, homossexualidade.
2019	Homossexual, gay, LGBT, homofobia, homofóbico.

5 Análise

5.1 Elementos de edição

São considerados elementos de edição os enunciados construídos para destacar informações da notícia. Título, lead, linha-fina, legenda, intertítulo e chapéu são pensados como pontos de realce da informação. Na prática jornalística, os elementos de edição são elaborados na etapa classificada como fase de "acabamento" da notícia (Grupo Folha, 2011).

No Manual da Redação Folha de S.Paulo, por exemplo, o processo de edição é considerado um ponto de jogo semiótico entre o espaço da publicação e os recursos utilizados para tornar o conteúdo visualmente atrativo ao consumidor da informação. Assim, compete aos elementos de edição o papel de destacar aspectos extraídos da própria notícia.

> Títulos, subtítulos e lides atraentes e fortes são preocupações permanentes do editor, sobretudo se houver pouco espaço para a elaboração visual de uma página. Os títulos devem ser, ao mesmo tempo, capazes de tornar claro, em poucas palavras e em ordem lógica, o objeto da notícia e de atrair o leitor, incitando seu interesse. O fato de dispor de pouco espaço para a formulação dos títulos não deve ser desculpa para eventual imprecisão. (Grupo Folha, 2011, p.36).

Assim, analisar elementos de edição remete ao caráter coletivo que é imposto à produção da notícia. O repórter apura, mas o trabalho de elaboração dos elementos de edição é submetido ao crivo de outros profissionais que fazem parte da fabricação da notícia. Todos compartilham saberes sociais e conhecimentos técnicos que delimitam o que é tido como referência na elaboração desses enunciados.

5.1.1 Elementos de edição em 1969 e 1979

Em 1969, não foram localizados títulos, legendas, chapéus e linhas-finas que indicassem o uso das palavras selecionadas para análise. Apenas o vocábulo "travesti" apareceu em leads, gerando o seguinte quadro de coocorrência:

Figura 11 – Coocorrência nos elementos de edição (1969)

Esse dado revela como os elementos de edição em 1969 não eram balizados por meio das informações retiradas dos leads. Dois exemplos abaixo revelam o contexto dessas nomeações:

> 01) Vinte e cinco "travestis" que participavam numa gigantesca orgia numa casa particular de Antofagada, Chile, foram detidos pela política. (Folha de S.Paulo).
>
> 02) Rogéria, ex-maquiador da TV Rio, é hoje, o travesti mais famoso do Brasil, e tornou-se um artista popular e possuidor de alto espírito profissional. (Folha de S.Paulo).

A primeira unidade de contexto foi retirada da notícia "Paraíso de nudistas no Chile", veiculada em um espaço chamado "Dos 4 cantos", onde eram inseridas notícias e notas, sem autoria definida, sobre fatos internacionais (anexo 1). Ela é elaborada a partir da nomeação pelo marcador social, os sujeitos são "travestis" autores da ação por meio do verbo participar no pretérito imperfeito e um ato nomeado como "gigantesca orgia".

Essa unidade de contexto revela como perguntas básicas do lead não conseguem respostas em outro vetor da argumentação a não ser nos nomes. O quê? Vinte e cinco travestis detidos pela polícia. Quem? Travestis. Onde? Numa casa particular de Antofagada, no Chile. Por quê? Participavam de uma gigantesca orgia.

A segunda unidade de contexto utiliza a nomeação pela rotulação do sujeito. O nome próprio Rogéria é utilizado no masculino ("ex-maquiador") e ganha presença no enquadramento do real a partir do termo "travesti" ("o mais famoso no Brasil"). Rogéria não apenas faz parte do elenco como é o nome de destaque entre tantos nomes na nota, como pode ser observado na integralidade do conteúdo abaixo.

> Rogéria, ex-maquiador da TV Rio, é hoje, o travesti mais famoso do Brasil, e tornou-se um artista popular e possuidor de alto espírito profissional. Esmerado é seu cuidado nas roupas, na maquiagem e mesmo em sua forma física. Ele participa do filme Enfim sós...com o outro, ao lado de Augusto Cézar, Rossana Ghessa, Annik Malvil, Grande Otelo, Leila Santos e Vera Regina. Com a direção de Wilson Silva. Esta maliciosa comédia estreia sábado no cine República.

É associada à Rogéria a ação do verbo tornar com apoio da ênclise no pretérito perfeito ("tornou-se um artista"). Travesti, nesse caso, é uma característica estruturada para reconhecimento do outro: não é qualquer Rogéria, é a Rogéria travesti.

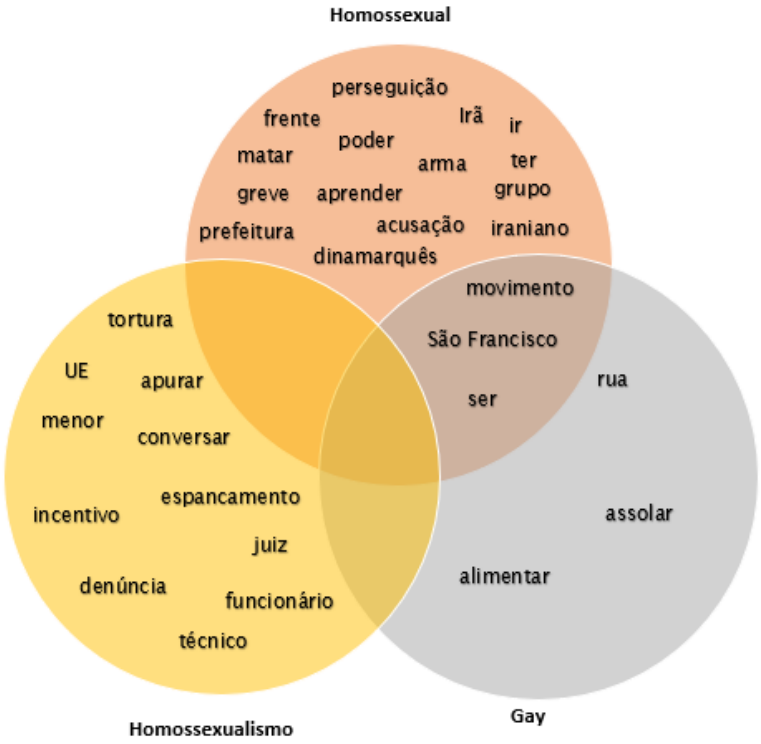
Em 1979, três das cinco unidades de análise foram encontradas em cinco diferentes elementos de edição: lead, título, intertítulo e legenda. Além desses, foi encontrado um formato não identificado em outros períodos e classificado nesta pesquisa como lead superior, uma espécie de resumo da notícia inserido antes do lead, como será descrito adiante por meio de exemplos e análise.

A unidade de registro "homossexual" foi a mais recorrente nos elementos de edição, com 73% de uso, seguida de gay (20%) e homossexualismo (7%). Os leads foram os maiores geradores de unidades de contexto entre os elementos de edição, com 47% das ocorrências, seguidos de títulos e leads superiores, com 20%, cada. Legenda e intertítulo tiveram 7%, cada.

Foram geradas 15 unidades de contexto. No caso da unidade de registro homossexual, foram selecionadas todas as palavras que aparecem mais de uma vez na coocorrência. Além delas, outras duas palavras, "movimento" e "São Francisco", foram incluídas por aparecerem em copresença na intersecção com as unidades de registro "gay" e "homossexual".

Por fim, na última unidade de registro foram inseridas todas as palavras que compõem a unidade de contexto. Desse modo, o seguinte quadro de coocorrência é formado:

Figura 12 – Coocorrência nos elementos de edição (1979)



Os títulos serão o primeiro foco dessa análise. Três unidades de contexto foram encontradas, duas em O Globo e uma no Estado de S.Paulo. Em todos, a nomeação é passível de verificação não apenas pelas unidades de registro, mas por outros objetos do discurso que aparecem como identificadores de uma realidade compartilhada com o leitor, como pode ser verificado nos exemplos a seguir.

> 01) Greve de homossexuais (Estado de S.Paulo)
> 02) Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais (O Globo)
> 03) Manifestação reúne cem mil homossexuais em Nova York (O Globo)

Os três títulos foram elaborados com aplicação da nomeação por meio do marcador social. Os sujeitos ganham presença na notícia para sua orientação sexual e anunciam que determina informação diz respeito a um específico grupo. Em 01, a preposição (“de”) é capaz de interligar dois nomes: nomeia-se o evento (“greve”) e os sujeitos. Nos outros dois,

a mesma nomeação é aplicada em diferente estratégia discursiva na titulação.

Em 02, o título nomeia inicialmente uma cidade com distúrbios (“São Francisco)” para, depois, avançar na nomeação dos sujeitos. Uma nova nomeação aparece (“meca”), sendo utilizada para reforçar o tensionamento social no local previamente nomeado. São nomes seguidos de outros nomes na elaboração de um elemento de edição reconhecido pela necessidade de ser atraente, original, preciso, resumido e atual (Diniz, 2013).

Em 03, são nomeados um evento, os sujeitos e o local do fato (“manifestação”, “homossexuais”, “Nova York”). A exatidão, a força dos números, potencializa o evento (“cem mil”), amplia a dimensão dos sujeitos e projeta ocupação no local do fato. Tudo isso pela tática de nomear em acordo com a precisão típica do jornalismo.

O elemento de edição seguinte foi classificado como lead superior (anexo 5). No jargão jornalístico, esse formato costuma ser chamado de “ledão” como abertura para entrevistas em formato de perguntas e respostas, as “entrevistas pingue-pongue”. Dois exemplos foram encontrados, na Folha de S.Paulo e no Globo, gerando três unidades de contexto para observação. Em junho de 1979, seu uso esteve associado à tentativa de resumir a notícia em um parágrafo.

> 01) Internas, aprendem o amor homossexual, aprendem a castigar alcaguetas, odiar adultos, planejar vinganças. (Folha de S.Paulo)
>
> 02)O “Levante da Prefeitura”, como foi batizado o conflito no fim do mês passado, foi desencadeado pelo veredicto do caso Dan White, a acusação de homicídio voluntário pesando sobre o jogador de basebol e ex-policial que entrou na Prefeitura com uma arma carregada, matou o prefeito, recarregou sua arma e matou um assessor homossexual. (O Globo)
>
> 03Uma onda de ódio assolou as ruas, alimentada por choques de rua e por propaganda mural anti-gay. (O Globo)

Em 01 e 03 é aplicada a mesma estratégia nomeadora: a classificação de referente. É o “amor homossexual” que compõe a argumentação da notícia 01, assim como o “mural anti-gay” é revelado em 03. Não é um amor qualquer, assim como não é um mural qualquer. Ambos são referentes construídos discursivamente em significância conjunta com as unidades de registro “homossexual” e “gay”. Somente em 02 utiliza-se a

nomeação pela rotulação do sujeito. O assessor assassinado é elaborado discursivamente como vítima do crime e homossexual.

A unidade de contexto 01 fez parte do lead superior da notícia intitulada “A menor abandonada”. A notícia relata o cenário de violência associado a 200 meninas privadas de liberdade na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, a Febem. O lead superior tenta resumir não apenas o alijamento social das garotas, mas os meios como se organizam na unidade.

É no contexto da sociabilidade que o “amor homossexual” aparece no lead superior. As jovens são nomeadas como “internas” que sofrem determinada ação por meio do verbo aprender no presente do indicativo (“aprendem”). A unidade de registro “homossexual”, nesse caso, nomeia algo adquirido, internalizado pelo sujeito em condição de vulnerabilidade.

As outras duas unidades de contexto fazem parte do lead superior da notícia “Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais”. A primeira é suficiente para entender o cenário noticiado. São nomeados o conflito (“Levante da Prefeitura”), seu causador (“Dan White”) e as vítimas (“prefeito” e “assessor homossexual”). Entre esses nomes principais, nomeações secundárias são acionadas para reforçar a precisão da informação: nomeia-se a violência (“homicídio”) e o local do fato (“prefeitura”).

Desse modo, o lead superior aparece com duas funções básicas: resumir o contexto da notícia e evidenciar conflitos sociais. As duas funções são estruturadas pela prática da nomeação. Não existe contexto sem aplicação de nomes, assim como não há possibilidade de relatar tensionamentos sociais sem inserção de atores ou campos sociais que precisam ser inseridos como presenças por meio das nomeações.

Cinco leads foram encontrados no conteúdo de junho de 1979 com pelo menos uma das unidades de registro pesquisadas. Foram geradas sete unidades de contexto que serão apresentadas em dois grupos. O primeiro é composto por três unidades de registro do mesmo lead, acompanhado pelo título apresentado acima como “Greve de homossexuais”, publicado no Estado de S.Paulo. Essas unidades explicam

a existência de coocorrência com termos como “Irã”, “iraniano”, “dinamarquês” e “grupo”, como pode ser visto a seguir:

> 01)Um grupo de homossexuais dinamarqueses realizou ontem, em frente à embaixada iraniana em Copenhague, uma greve de fome de 24 horas em sinal de protesto contra a perseguição e execução de homossexuais no Irã.
>
> 02)O grupo, que se identificou como representante da “Frente de Libertação Homossexual”, pediu ao governo dinamarquês que ofereça asilo aos que sofrem esse tipo de perseguição no Irã.
>
> 03)Eles consideram os homossexuais iranianos vítimas de uma revolução bárbara, que somente pode ser comparada ao que os nazistas fizeram nos campos de concentração do III Reich.

As unidades de contexto 01 e 03 são estruturadas na nomeação pelo marcador social. Homossexuais e suas nacionalidades (dinamarqueses/iranianos) são palavras nomeadoras voltadas à criação da presença. Sabe-se que são os sujeitos no discurso. Em contrapartida, o enunciado 02 é elaborado pela nomeação da classificação do referente. A unidade de registro homossexual serve com qualificadora de um movimento (não é qualquer frente de libertação, é a libertação homossexual).

Um segundo grupo de unidades de contexto é formado por unidades de contexto retiradas de quatro diferentes leads publicados em O Globo. Elas foram selecionadas a partir das unidades de contexto “homossexual” e “homossexualismo” na coocorrência com termos como “tortura”, “espancamento” e “incentivo”.

> 01)O juiz conversou durante toda a tarde com as menores, alguns funcionários e técnicos da EU – 16, para apurar denúncias de torturas, espancamentos e incentivo ao homossexualismo.
>
> 02)Algum jovem talvez pudesse escrever “morte a todos os homossexuais” em um banheiro público em Topeka e ter sucesso em seus propósitos.
>
> 03)O ex-líder do Partido Liberal da Grã-Bretanha, Jeremy Thorpe, foi absolvido ontem por unanimidade da acusação de conspirar para assassinar o modelo Norman Scott, com que teria tido relações homossexuais.
>
> 04) Milhares de homossexuais, alguns acompanhados dos pais, desfilaram ontem pela Quinta Avenida, ao encerrar-se a “Semana de Orgulho Homossexual”, em comemoração ao início do movimento em favor dos seus direitos civis.

Entre esses enunciados, destaca-se no 04 o uso duplicado de diferentes práticas da nomeação. Utiliza-se a nomeação pelo marcador social ao nomear “homossexuais”, mas também se aplica a classificação

de referente à “Semana de Orgulho”, expressão que reduz suas possibilidades interpretativas à medida que é tida como “homossexual”. Não se trata de um fato específico ou de um conflito, é uma referência à longevidade de determinada temporalidade, uma “semana de orgulho”.

A prática da nomeação pelo marcador social é também revelada no enunciado 02 ao ser identificado o grupo social ao qual se destina a expressão “morte a todos”. Em 03, a classificação do referente é destinada ao âmbito das relações, os nomes próprios identificam atores sociais em uma disputa centralizada no argumento da “relação homossexual” em contexto de absolvição em tribunal.

Por fim, a unidade de registro 01 é construída com a nomeação da sexualidade dissidente. A nomeação começa a operar com o sujeito da ação, o “juiz”. Ele é o que conversa (no pretérito perfeito) com outros atores sociais nomeados apenas de “menores”, “funcionários” e “técnicos”. Novamente, a sexualidade desviante é inserida em um contexto negativo associados a elementos como “torturas, espancamentos e incentivo ao homossexualismo”.

Percebe-se, então, como determinadas palavras nomeadoras desempenham diferentes funções no lead a partir de práticas da nomeação. Como fonte geradora de objetos de realidade para os outros elementos de edição, o lead é o ponto de partida para determinados nomes serem inseridos em títulos, linhas-finas e legendas.

Os últimos elementos de edição analisados nessa etapa da pesquisa são intertítulo e legenda geradores de duas unidades de contexto para observação das nomeações. Ambos aparecem na notícia intitulada “Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais” (anexo 03). Unidades de contexto oriundos dessa notícia foram citados anteriormente na análise dos títulos, leads superiores e leads.

Desse modo, além de observarmos o intertítulo e a legenda, será apresentado como essa composição jornalística serve de exemplo de como as práticas da nomeação são estruturadas de modo sincronizado entre os elementos de edição da notícia. Primeiro, parte-se do intertítulo e das legendas que apresentam a unidade de registro “gay” em coocorrência com “São Francisco”, “movimento” e “prefeitura”.

> 01) Jeans apertados, botas velhas: um uniforme gay. (intertítulo, O Globo).
> 02) O ataque à prefeitura de São Francisco: a revanche do movimento gay. (legenda, O Globo).

Ambos utilizam a nomeação para classificar determinado referente. No intertítulo, a unidade de registro ocupa dupla função: além de inserir determinada compreensão ao objeto uniforme, delimita determinado grupo social. Jeans e as botas são nomeados de uniforme, mas não um uniforme qualquer, e sim, aquele que pertence aos atores sociais específicos da categoria gay.

A legenda ocupa outra posição na composição da página. Ela traz a informação complementar à imagem. Diante de uma foto que apresenta homossexuais destruindo uma porta de vidro, a legenda é iniciada com a nomeação do ato ("o ataque") para, em seguida, nomear o local e a cidade do fato ("prefeitura" e "São Francisco"). Por fim, os autores do ato são identificados como um coletivo em ato de revanche, é o "movimento gay" que eclode por meio da nomeação.

Tanto o intertítulo como a legenda estão em sincronia com os demais elementos de edição da notícia intitulada "Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais". Ao longo desse texto, foram identificadas 50 repetições da unidade de registro "homossexual". Outras unidades de registro, como gay e homossexualidade, aparecem em menor incidência, seis e três vezes, respectivamente.

Como essa notícia possui unidades de registro em todos os seus elementos de edição, vamos colocá-las aqui em ordem para uma visualização específica da composição jornalística.

> Título: Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais".
>
> Lead superior: O "Levante da Prefeitura", como foi batizado o conflito no fim do mês passado, foi desencadeado pelo veredicto do caso Dan White, a acusação de homicídio voluntário pesando sobre o jogador de basebol e ex-policial que entrou na Prefeitura com uma arma carregada, matou o prefeito, recarregou sua arma e matou um assessor homossexual. (O Globo)
>
> Lead superior: Uma onda de ódio assolou as ruas, alimentada por choques de rua e por propaganda mural anti-gay. (O Globo)
>
> Lead: Algum jovem talvez pudesse escrever "morte a todos os homossexuais" em um banheiro público em Topeka e ter sucesso em seus propósitos.

Intertítulo: Jeans apertados, botas velhas: um uniforme gay (intertítulo, O Globo)

Legenda: O ataque à prefeitura de São Francisco: a revanche do movimento gay (legenda, O Globo)

Além de todos os elementos de edição serem estruturados a partir da prática da nomeação, é possível identificar como termos como gays e homossexuais são utilizadas em diferentes categorias da prática jornalística da nomeação. É verificado o atravessamento dos elementos por outras nomeações que consolidam objetos de realidade que precisam ser compreendidos dentro de determinados contextos, como o uniforme que não é apenas uniforme, é um "uniforme gay".

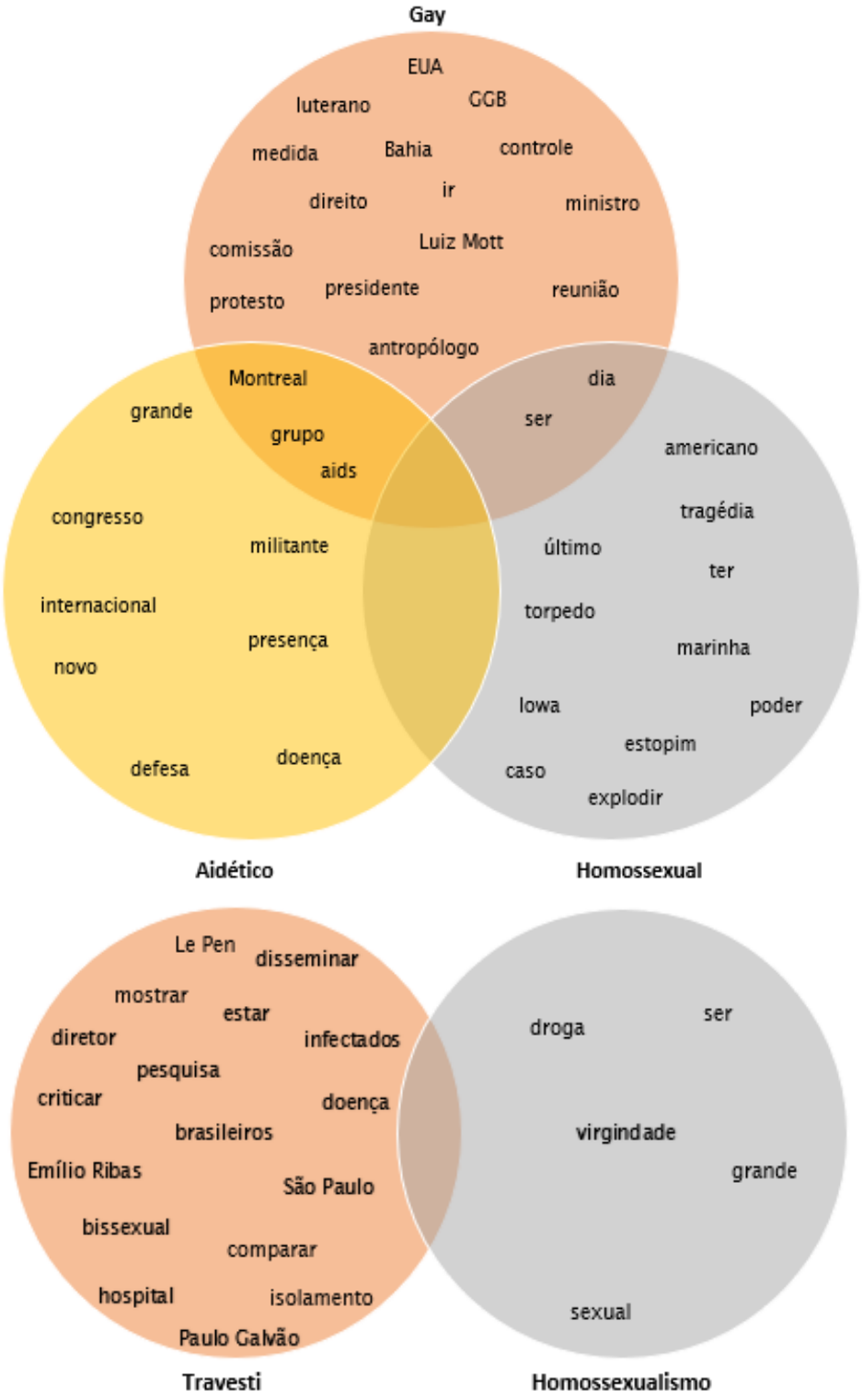
5.1.2 Elementos de edição em 1989 e 1999

Em 1989, a partir das cinco unidades de registro, foi possível construir uma matriz de contingência na qual as palavras nomeadoras aparecem com maior incidência nos leads (71%), seguidos dos títulos (18%), legendas (8%) e linhas-finas (3%). Esses índices refletem a ausência de destaque para os sujeitos em enunciados de abertura como títulos e linha-fina.

O Globo responde por 42% das unidades de contexto nos elementos de edição, enquanto Estado de S.Paulo possui 32% e Folha de S.Paulo 26%. As unidades de contexto "homossexual" e "gay" foram as mais encontradas em 37% e 32%, respectivamente, seguidas de "aidético" com 21%. Em menor incidência foram encontrados os termos "homossexualismo" (13%) e "travesti" (5%).

Por meio do Diagrama de Venn, pode-se visualizar a coocorrência das palavras na seguinte configuração:

Figura 13 – Coocorrência nos elementos de edição (1989)



A análise terá início com as unidades de registro “gay”, “aidético” e “travesti”, a partir das palavras em intersecção na coocorrência (“Montreal”, “grupo” e “aids”). A localização desses termos deve-se ao fato de, em junho de 1989, ter acontecido V Congresso Internacional sobre Aids, em Montreal, no Canadá (anexo 9).

Todos os jornais publicaram notícias relacionadas ao evento. Na ocasião, os médicos e pesquisadores discutiam produções acadêmicas sobre o tema, mas também houve conflitos com grupos de militantes em reivindicações por ações inclusivas diante da epidemia.

O contexto do evento foi suficiente para entender o aparecimento, na análise da coocorrência, de termos como “congresso”, “militante”, “presença”, “hospital”, “doença”, “Paulo Galvão” (um médico), dentre outras. Para a observação da prática jornalística da nomeação, primeiro foram selecionados os títulos dos jornais ligados à cobertura do congresso, como verificado abaixo.

> 01)Presença de aidéticos mostra nova tendência (Estado de S.Paulo)
>
> 02)Protestos fazem do congresso um ‘happening gay’ (Folha de S.Paulo)
>
> 03)Vacina reativa as defesas de aidéticos (O Globo)

Os títulos 01 e 03 foram elaborados a partir da nomeação pelo marcador social, enquanto 02 é produzido por meio da nomeação como classificação de referente. Em 01 e 03, as expressões “presença de aidéticos” e “defesas de aidéticos” marcam a presença dos sujeitos no enquadramento da realidade. Em 02, o título qualifica determinado evento: não é apenas um congresso, é um “happening gay”.

Foi observado como a presença das práticas da nomeação, apesar de estarem nos títulos, não necessariamente são reproduzidas no lead. Dos três títulos acima, apenas no Estado de S.Paulo foi possível encontrar as mesmas unidades de registro no lead.

> 01)Presença de aidético mostra nova tendência (título, Estado de S.Paulo)
>
> A presença de um grande número de aidéticos nas sessões do V Congresso Internacional sobre Aids, que terminou anteontem em Montreal, marcou uma mudança sem precedentes na história da luta contra a doença, na opinião de médicos e grupos militantes de homossexuais que acompanharam o encontro. (Lead, Estado de S.Paulo)

A unidade de contexto retirada do lead utiliza a prática da nomeação a partir do marcador social ao indicar o “grande número de aidéticos” e “grupos militantes de homossexuais”. Ainda sobre o título, cabe ressaltar que determinado uso estratégico da linguagem é acionado para o encaixe de palavras em determinados espaços da materialidade jornalística.

Nesse sentido, nomear sujeitos de “gay” torna-se mais prático do que “homossexual”. São três letras ao invés de 11 e, assim, nenhum título foi encontrado com a possibilidade lexical maior, enquanto possiblidades com a primeira alternativa se mostraram mais presentes no *corpus*.

> 01)Luteranos dos EUA querem ordenar gays (Estado de S. Paulo)
>
> 02)Gays festejam seu dia nos EUA (Estado de S. Paulo)
>
> 03)Mais de 700 mil gays defendem seus direitos (O Globo)

Os três títulos acima são acionados pela nomeação do marcador social. No primeiro, nomeia-se o sujeito da oração (“luteranos”), enquanto “gay” funciona como objeto complementar ao sentido do verbo “ordenar”. No enunciado seguinte, “gay” torna-se sujeito responsável pela ação do verbo festejar no presente do indicativo. São as presenças estabelecidas pela nomeação em diferentes pontos dos enunciados, mas sem perder de vista o marcador social.

Observa-se nos títulos que poderia ser utilizada a unidade de registro “homossexual”, porém, optou-se pela palavra de menor tamanho, mesmo quando no lead utiliza-se “homossexual”, como aparece especialmente no enunciado 02 abaixo. Essa escolha evidencia um processo de seleção não apenas lexical, mas, acima de tudo, estratégico e intencional por parte do jornalista.

> 01) Gays festejam seu dia nos EUA (título, Estado de S. Paulo)
>
> O Dia do Orgulho Gay será comemorado hoje em mais de 80 cidades norte-americanas, lembrando os distúrbios de rua ocorridos em Nova York há 20 anos no bar Stonewall Inn, em que os homossexuais e a polícia se enfrentaram. Essa rebelião é considerada o ponto de partida das lutas pelos direitos humanos referentes aos gays, nos EUA e em diversos países. (Lead, Estado de S.Paulo)
>
> 02) Mais de 700 mil gays defendem seus direitos (O Globo)
>
> Cerca de 700 mil homossexuais comemoraram ontem nos Estados Unidos o vigésimo aniversário de um incidente ocorrido em Nova York que desencadeou a campanha pelo reconhecimento de seus direitos. (Lead, O Globo)

Nos dois trechos retirados dos leads a prática da nomeação é executada por meio do marcador social. No primeiro, no entanto, há também o uso de outra categoria: a classificação do referente (“Dia do Orgulho Gay”).

Algumas possibilidades de nomeação, no entanto, possuem menos alternativas de variação lexical, como são as duas unidades de registro “travesti” e “homossexualismo”. Para travesti, a coocorrência com “Le Pen”, “brasileiros”, “criticar”, “doença”, dentre outras, levou à identificação de duas unidades de registro isoladas de um título e um lead em diferentes notícias.

> 01)Le Pen critica brasileiros e os compara a travestis (título, Folha de S.Paulo)
>
> Jean Marie Le Pen, o líder da ultradireita francesa, voltou-se ontem contra os brasileiros de uma maneira nada elegante num debate na televisão. (lead)
>
> 02)As pesquisas no Brasil (título, Folha de S.Paulo)
>
> Paulo Augusto Ayrosa Galvão, diretor do Hospital de Isolamento Emílio Ribas (São Paulo), mostrou uma pesquisa entre travestis, dos quais 62% estão infectados e disseminam a doença entre bissexuais. (Lead, Folha de S.Paulo)

Nos dois enunciados a unidade de registro foi inserida como nomeação pelo marcador social. Em 01, travestis são presenças construídas a partir do sujeito Le Pen, o autor das ações associadas aos verbos criticar e comparar. O lead não aciona a presença por meio da nomeação, mas retoma o sujeito nomeado ao posicionar seu discurso (“líder da ultradireita”) e classificar como “maneira nada elegante” a comparação ao nome que sequer é mencionado no lead (“travestis”). O conteúdo associado a Le Pen e a nomeação “travesti” será retomado em outros pontos da análise de 1989, quando forem discutidos o discurso indireto e a expressão opinativa.

Processo similar acontece em 02 ao ser nomeado o sujeito (Paulo Galvão), o hospital, o estado onde acontece o fato até que, por fim, é gerada a presença das que são tipificadas como infectadas: as “travestis”. Um segundo grupo é nomeado, bissexuais, em uma construção associativa entre prática sexual e a transmissão da doença.

A prática jornalística da nomeação opera em outra dimensão argumentativa no caso da unidade de registro “homossexualismo”. A palavra foi encontrada em quatro leads, mas sem registro nos títulos. Em todos houve presença dos termos mais encontrados na coocorrência (“droga”, “virgindade”, “sexual”, “ser” e “grande”).

> 01) A alta porcentagem de pobres e analfabetos, a promiscuidade sexual, grande índice de homossexualismo e o escasso controle no sistema de doação de sangue no Brasil alarmaram ontem os cientistas presentes na 5ª Conferência Internacional sobre a Aids, no Canadá, uma vez que a epidemia da doença pode atingir proporções incontroláveis. (O Globo)
>
> 02) O Globo procurou saber também quais são as suas preferências culturais e estéticas, hobbies, manias e opiniões sobre assuntos "estranhos" ao universo da política, como drogas, virgindade, homossexualismo, religião etc. (O Globo)
>
> 03)Um livro bomba revela o outro lado do galã Cary Grant: um mix de drogas, pão-durismo e homossexualismo. (O Globo)
>
> 04)A obra contesta a ocorrência de uma revolução sexual na década de 1960, e indica a existência de um grande preconceito, nos EUA, contra o homossexualismo. (O Globo)

Os quatro usos da nomeação da sexualidade dissidente partem do mesmo princípio, apesar dos diferentes contextos. Em todos a sexualidade dissidente é evocada como argumento em cenário de problema. Na unidade de contexto, sujeitos nomeados pelo marcador social ("cientistas") validam o discurso de preocupação com a epidemia da aids a partir do "grande índice de homossexualismo". Em 02, o sujeito da ação procura saber sobre "assuntos estranhos", dentre eles, o homossexualismo.

O terceiro enunciado nomeia a sexualidade dissidente no âmbito privado. Um galã se torna passível de críticas por um "livro bomba" revelador de aspectos socialmente não compartilhados, como "drogas" e "homossexualismo". Por fim, 04 localiza a unidade de registro como objeto passível não apenas de rejeição, mas de "um grande preconceito". Desse modo, como objeto do discurso jornalístico, o "homossexualismo" era nomeado nos leads como tensionamento social.

Outros dois elementos serão analisados a partir do *corpus* de 1989: linha-fina e legendas. Nesse período, as notícias nos jornais de referência ainda não eram elaboradas com linhas-finas, portanto, apenas uma foi encontrada por conta de uma reportagem especial feita com candidatos à Presidência da República, o que representa 3% de todo o material analisado. Em contrapartida, as legendas, apesar de utilizadas com frequência, compõem apenas 8% do *corpus*. Isso significa seu pouco uso como espaço para inserção das unidades de contexto.

A única linha-fina encontrada foi publicada na notícia intitulada "Corpo-a-corpo em paletó", publicada em O Globo no dia 11 de junho, com a unidade de contexto "homossexualismo". A composição título + lead + linha é a seguinte:

> Corpo-a-corpo em paletó (título)
>
> Candidatos a Presidente revelam seus gostos culturais, medos, e prazeres. Falam de virgindade, homossexualismo, fidelidade e drogas, mas são reprovados em um teste de conhecimentos. (linha-fina)
>
> O Globo procurou saber também quais são as suas preferências culturais e estéticas, hobbies, manias e opiniões sobre assuntos "estranhos" ao universo da política, como drogas, virgindade, homossexualismo, religião etc. (lead)

Diante de um título anafórico (Mouillaud, 2012), a linha-fina assume a função de introduzir a real motivação da notícia. Temáticas sociais são nomeadas e, entre elas, está a sexualidade dissidente devidamente nomeada. Lead e linha-fina apresentam similaridades que seriam esperadas do lead e no título, se este não fosse anafórico. A nomeação aparece, então, como alternativa para identificar sobre o que se fala, como tópicos abordados que precisam de identificação em uma palavra ("Falam de virgindade, homossexualismo, fidelidade e drogas").

No caso das legendas, a prática jornalística da nomeação opera em sintonia com determinada imagem. As unidades de registro "gay" e "aidético" foram encontradas em coocorrência com "Montreal", "aids" e "congresso" nos seguintes exemplos:

> 01)Ativistas gays em Montreal: protesto contra o governo chinês (Estado de S.Paulo)
>
> 02)Militantes gays em Montreal: em defesa dos direitos dos aidéticos e contra a burocracia (Estado de S.Paulo)
>
> 03)Membros da organização de defesa de aidéticos Act Up invadem a 5ª Conferência sobre Aids, no Canadá (Folha de S.Paulo)

As três legendas são complementares às imagens com homens em protesto. Elas acionam de modo similar a nomeação por meio do marcador social. Em 01 e 02, os sujeitos dos enunciados são ativistas e militantes, mas não apenas isso, eles são "gays". Atribui-se a presença a partir da unidade de registro como uma característica. Em 02 há ainda o

reforço da nomeação dos “aidéticos”, identificados sempre pelo atributo da doença.

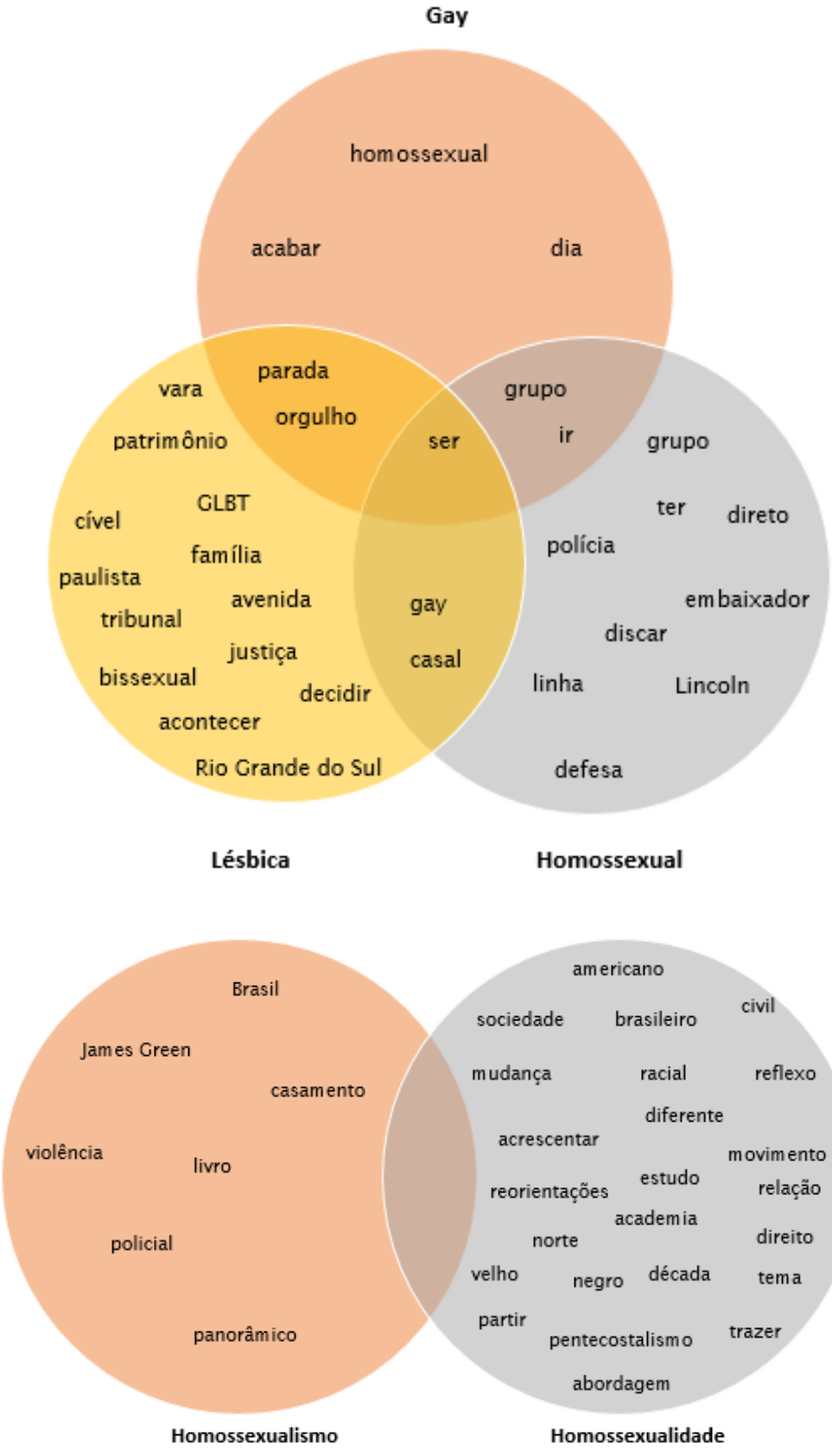
Em 03, a unidade de registro não qualifica, ela é o sujeito. O termo “aidético” é inserido no discurso como presença de um grupo social defendido pelos sujeitos da ação (“membros da organização”). Desse modo, a legenda utiliza estratégias de nomeação para compor discursivamente determinada informação a partir não apenas do que deve ser (ou não) nomeado, mas também de possibilidades oferecidas pelas alternativas para criação da presença que pode (ou não) ser revelada na imagem.

Na análise de 1999, a palavra nomeadora “gay” predominou em 58% das ocorrências, seguida por “homossexual” com 36%. As nomeações “homossexualismo” e “lésbica” tiveram, respectivamente, 10% e 9%. Apenas “homossexualidade” obteve índice de 1%. Os percentuais somam mais de 100% devido ao fato de que, em algumas unidades de contexto, são encontradas diferentes unidades de registro em copresença.

A Folha de S.Paulo é o jornal que aparece com o maior percentual de elementos de edição com uma das unidades de registro, com 41%. O Globo e Estado de S.Paulo tiveram 35% e 25%, respectivamente. Os leads foram os elementos de edição mais expressivos nesse trecho da análise, com 59% das ocorrências. Os outros elementos de edição analisados são títulos (25%), linha-fina (10%), legenda (4%) e chapéu (1%).

O seguinte quadro de coocorrência foi identificado:

Figura 14 – Coocorrência nos elementos de edição (1999)



A análise tem início com o título que, como afirma Mouillaud (2002), é o local privilegiado de determinado acontecimento evidenciado pelo

jornal. Na análise de 1999, eles respondem por 25% de todas as unidades de contexto. Primeiro, foi identificada uma sequência de títulos com palavras em coocorrência de aparecimento, como “parada”, “gay”, “orgulho”. Em comum, o uso da unidade de registo como qualificadora de determinado referente.

> 01)Parada Gay atrai 20 mil participantes (Folha de S.Paulo)
>
> 02)Parlamentar criou o Dia do Orgulho Gay (Estado de S.Paulo)
>
> 03)Revista gay será recolhida das bancas (Folha de S.Paulo)
>
> 04)Desfile em SP comemora Dia do Orgulho Gay (Estado de S.Paulo)

Em todas as unidades de contexto, a unidade de registro “gay” é utilizada não para identificar sujeito, e sim, para delimitar a existência de outros referentes. A nomeação para classificar referente é associada a “parada”, “dia do orgulho” e “revista”, elementos elaborados discursivamente a partir do atributo “gay”.

Desse modo, o título anuncia determinada notícia a partir da indicação do status do objeto. O que será recolhida das bancas não é qualquer revista, é uma “revista gay”, assim como o que atrai 20 mil participantes não é qualquer evento, é uma “parada gay”.

Um segundo grupo de títulos utiliza as unidades de registro para a nomeação de sujeitos. Alguns foram selecionados como exemplos a partir da coocorrência entre as unidades de registro “gay”, “homossexual” e “lésbica” em coocorrência com palavras como “polícia”, “Rio Grande do Sul” e “tribunal”.

> 01)Disque-homossexuais vai abrir linha direta entre polícia e gays (O Globo)
>
> 02)Tribunal reconhece união entre lésbicas no Rio Grande do Sul (Folha de S.Paulo)
>
> 03)EUA têm 1º embaixador homossexual (Folha de S.Paulo)

A nomeação pelo marcador social aparece nas unidades de registro 01 e 02. Nesses casos, a nomeação produz o sentido de presença na notícia. Em 01, destaca-se o fato de outra categoria ser aplicada: a nomeação pela classificação de referente. Nomear o serviço como “disque-homossexuais” serve como argumento válido para reduzir

possibilidades interpretativas. Não é um serviço apenas, é um serviço para homossexuais.

Em seguida, no mesmo enunciado, o marcador social é aplicado para elaborar duas presenças em proximidade: “polícia” e “gays”. De um lado, a instância da segurança pública; do outro, o grupo social. Processo semelhante é visto em 02 quando “lésbicas” são identificadas em associação com “tribunal”. As presenças são nomeadas como argumentos de modo a deixar sujeitos e instâncias de poder em proximidade no discurso.

Na terceira unidade de contexto, nomeia-se pela rotulação do sujeito. O “embaixador” é projetado no título não pelo cargo, mas pelo atributo de ser “homossexual”. É o marcador identitário que o coloca em diferença aos outros. Torna-se notícia pela diferença, pela novidade, o ineditismo precisa ser devidamente nomeado para se tornar um argumento válido na titulação associada a um sujeito específico.

Após os títulos, as nomeações são analisadas em leads, elementos de edição que representam 59% das unidades de contexto coletadas. Como a prática jornalística associa a elaboração de títulos às informações contidas no primeiro parágrafo da notícia, a prática jornalística da nomeação será exemplificada a partir de enunciados retirados de leads e associados aos títulos apresentados acima.

Três exemplos são trazidos a partir das unidades de registro “gay” e “lésbica” em coocorrência com “patrimônio”, “tribunal”, “vara”, “avenida” e “paulista”.

> 01)Cerca de 20 mil pessoas, segundo cálculos da PM, acompanharam ontem a 3ª Parada do Orgulho GLBT (dos gays, lésbicas, bissexuais e transgêneres), que saiu da avenida Paulista por volta das 15h e chegou na praça da República às 18h. (Folha de S.Paulo)
>
> 02)A distribuidora Fernando Chinaglia está sendo acusada de ter se recusado a distribuir a edição de junho da revista “SuiGeneris”, que traz na capa a foto de um casal gay se beijando na boca. (Folha de S.Paulo)
>
> 03)A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu, de forma inédita e por unanimidade, que o processo de partilha do patrimônio de um casal de lésbicas é de competência de Vara de Família. (Folha de S.Paulo)

Em 01, observa-se o uso da nomeação pela classificação de referente. É a expressão “Parada do Orgulho” que precisa ser

complementada como “gay”, “lésbica”, dentre outras possibilidades. A estratégia difere em 02 e 03, enunciados elaborados a partir da nomeação pelo marcador social. Nomeia-se a empresa (“distribuidora Fernando Chinaglia”), a revista (“SuiGeneris”) e, em seguida, a palavra nomeadora é utilizada para construir a presença de sujeitos, não é qualquer casal que se beija na boca, é um “casal gay”.

Em 03, o enunciado responde por uma série de nomeações ligadas à precisão das informações. São nomeadas a instância do Judiciário (“8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça”), seu estado de origem (“Rio Grande do Sul”) e a instância jurídica (vara de família). O ponto de ligação entre esses nomes é a unidade de registro “lésbica”, utilizada de modo similar à unidade de contexto 02 (não é qualquer casal, é um casal de lésbicas).

Para a observação da prática jornalística da nomeação no âmbito da sexualidade, foram selecionadas unidades de contexto extraídas dos leads com as unidades de registro “homossexualidade” e “homossexualismo”, em coocorrência com “direitos”, “negro”, “James Green”, “Brasil” e “violência”.

> 01)Reflexo de reorientações da academia norte-americana a partir das décadas de 60 e 70, com os movimentos pelos direitos civis e de negros, e de mudanças na sociedade brasileira, ela traz abordagens diferentes para velhos temas, principalmente relações raciais, e acrescenta outros, como estudos sobre pentecostalismo e homossexualidade. (Folha de S.Paulo)
>
> 02)O brasilianista James Green, 47, vai lançar em setembro deste ano “Beyond Carnival” (Além do Carnaval), o primeiro livro de um historiador a abordar o homossexualismo masculino no Brasil em perspectiva panorâmica. (Folha de S.Paulo)
>
> 03)Decidido a sacudir a plateia e acabar com tabus e preconceitos tão antigos quanto este, Ivan estreia hoje, no Teatro Rubens Corrêa, a peça “Calingualá”, junção de esquetes que tratam de temas contemporâneos como a violência policial, o homossexualismo, a prostituição infantil e a vulnerabilidade dos casamentos. (O Globo)

São três unidades de contexto produzidas com o argumento da nomeação da sexualidade dissidente. Em 01, “homossexualidade” é algo classificado pelo jornalista como exemplo de “velhos temas”. Em 02, “homossexualismo” não apenas é um tema, é tema de livro, enquanto em 03 o “homossexualismo” é uma tipificação do que o jornalista considera “temas contemporâneos”. Desse modo, a sexualidade fora do padrão heterossexual foi nomeada nos leads não como orientação sexual, e sim, como ponto gerador de determinado tensionamento social.

A partir das unidades de contexto observadas, pondera-se que o processo de ligação construído discursivamente entre lead e título é interligado pela prática da nomeação. A partir do uso das palavras nomeadoras os jornalistas constroem argumentos e destacam determinados objetos do discurso que colaboram na tentativa de enquadrar determinada realidade.

Outros dois elementos de edição são cruciais na composição da notícia articulada a partir do lead e do título: o chapéu e a linha-fina. Entre as unidades de contexto analisadas, 10% eram formadas por linhas-finas e 1% por chapéu. Enquanto aquelas são consideradas o complemento da informação resumida do título, essas são palavras-chave inseridas para anunciar determinada temática envolvida na notícia.

Na notícia a seguir, a repetição no uso da unidade de registro "gay" permite a observação da prática jornalística da nomeação de modo integrado em diferentes elementos de edição (anexo 13).

> 01)O político gay (Chapéu)
>
> 02)Harvey Milk (título)
>
> 03)O primeiro líder gay a assumir – um cargo político (linha-fina)
>
> 04)Depois que Harvey Milk se tornou o primeiro homem gay assumido na história eleito para um importante cargo político, as mensagens não pararam de chegar. "Agradeço a Deus por ter vivido o bastante para ver um dos meus sair das sombras e juntar-se à raça humana", escreveu uma lésbica de 65 ano. (lead)
>
> 05) Parada: com orgulho de ser gay, lutou contra os preconceitos (legenda)

As unidades de contexto são todas elaboradas a partir da nomeação pela rotulação. O título, se observado isoladamente, resume-se a um nome próprio ("Harvey Milk"). É a partir do chapéu e da linha-fina que o nome da titulação tem reduzida as suas possibilidades interpretativas. Chapéu e linha-fina nomeiam como forma de argumentar a relevância do nome em destaque como título da notícia. Assim, Harvey Milk é político, é gay e se torna o primeiro líder gay em um cargo político.

Essa construção em três partes (chapéu-título-linha-fina) é encontrada na unidade de contexto 04, o lead. Em 05, a legenda acompanha a foto de Harvey Milk em uma parada gay. Mesmo se repetir seu nome próprio, sabe-se que ele é o sujeito "com orgulho de ser gay".

Desse modo, a presença do sujeito é elaborada discursivamente por meio das nomeações recebidas ao longo da notícia, dos rótulos sociais aplicados por meio do argumento da nomeação.

Outros dois exemplos ajudam a verificar a relação da prática jornalística da nomeação e a composição da edição com a linha-fina. Abaixo, um título anafórico e outro informativo com suas respectivas linhas-finas em associação às unidades de registro "gay", "lésbica" "homossexual" e "homossexualismo". Na coocorrência, palavras como "James Green", "panorâmico", "casal", "tribunal", dentre outras.

> 01)Os gays além do clichê e do carnaval (Título 01)
>
> James Green faz a primeira obra histórica panorâmica do homossexualismo no Brasil (Linha-fina)
>
> 02)Tribunal reconhece união entre lésbicas no Rio Grande do Sul (título
>
> Processo envolve partilha de bens de um casal homossexual (linha-fina)

O título 01 adere ao modelo anafórico (Mouillaud,2002) a partir da nomeação pelo marcador social. A notícia só aparece na linha-fina, quando o nome próprio ("James Green") está em contexto com a nomeação da sexualidade dissidente. Nesse caso, "homossexualismo" é a referência que torna um objeto nomeado não como livro, e sim, como "obra histórica", ser considerado relevante no elemento de edição.

Em 02 há um título analisado anteriormente, retomado aqui como peça importante à compreensão da unidade de contexto. A linha-fina complementa a informação e, mais uma vez, classifica o outro por meio do marcador social. Assim, percebe-se como na linha-fina a prática jornalística da nomeação é aplicada tanto na inserção da notícia (título anafórico) como para o complemento da notícia (título informativo).

O último elemento de edição analisado nesse trecho da pesquisa é a legenda. Sua existência só é possível em associação com determinada imagem. Na prática das redações, defende-se que a legenda adequada não deve descrever a foto, e sim, complementa a foto com informações. No *corpus* dessa pesquisa, as legendas correspondem apenas a 4% das unidades de registro encontradas. Isso significa que, em junho de 1999, os três jornais de referência não escolhiam com frequência as legendas

como pontos de reprodução de palavras nomeadoras como “gay”, “lésbica” e “homossexual”.

> 01)Simone de Beauvoir: experiências homossexuais até decifrar sua insatisfação junto a Nelson Algren (O Globo)
>
> 02)Militantes gays exibem faixas que usarão na passeata do próximo domingo (O Globo)

A primeira legenda utiliza a nomeação como classificação de referente. Nomes próprios (“Simone de Beauvoir” e “Nelson Algren”) são associados a uma prática sexual nomeada como “experiências homossexuais”. Se o casal Simone de Beauvoir e Nelson Algren é heterossexual, as experiências nomeadas de “homossexuais” são o ponto de tensionamento informado na legenda. O termo homossexual, nesse caso, não busca definir sujeitos, e sim, práticas passíveis de reconhecimento na interpretação do outro.

Em seguida, na legenda 03, utiliza-se a nomeação pelo marcador social. Não são apenas militantes, são “militantes gays”. Assim, a prática jornalística da nomeação aparece como crucial à tendência de informar em associação à imagem. Se toda imagem possui um caráter polissêmico, por meio da legenda tem-se a possibilidade de reduzir a polissemia, processo viável em estruturas de nomeação estabelecidas pelo discurso jornalístico.

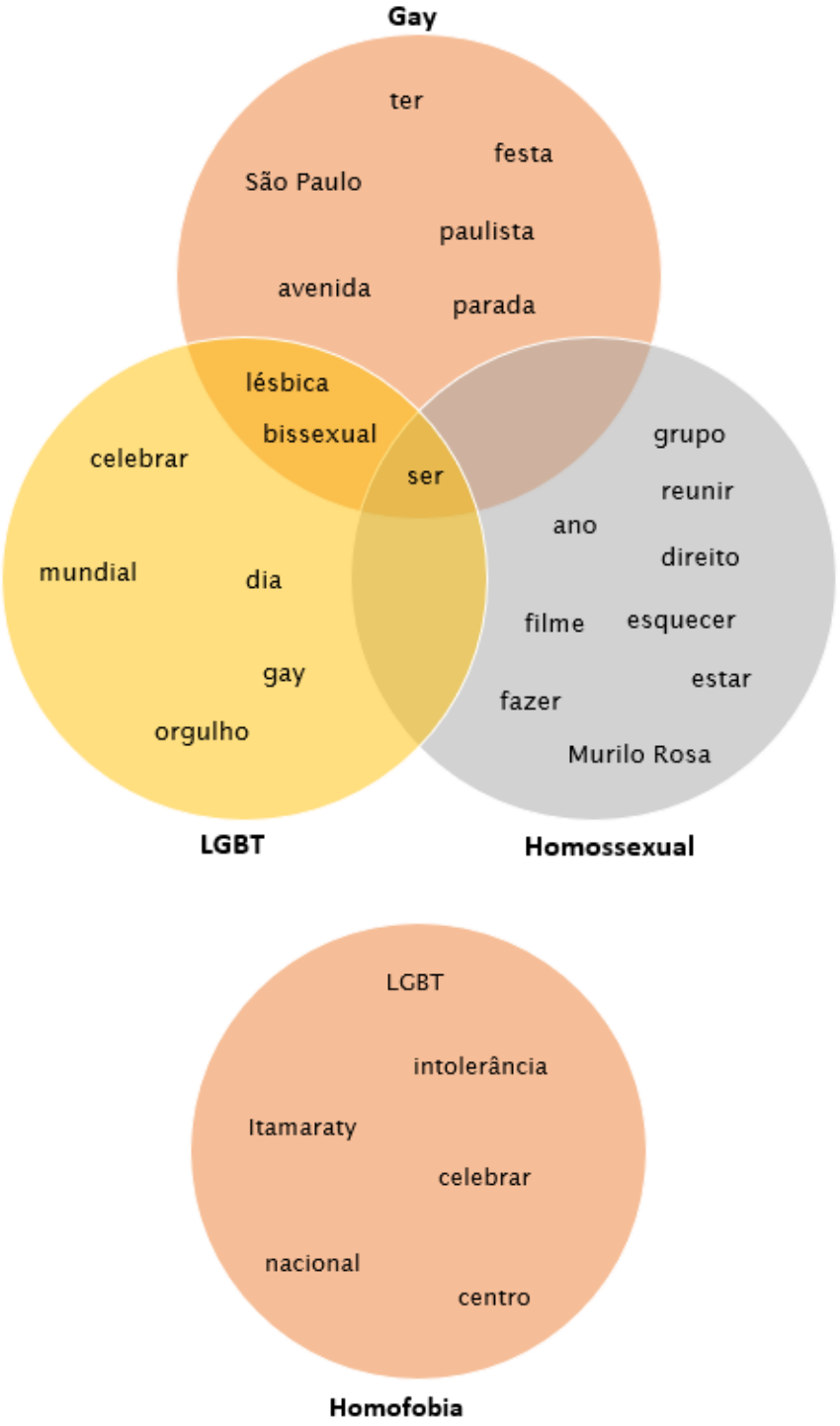
5.1.3 Elementos de edição em 2009 e 2019

Em 2009, Folha de S.Paulo e O Globo reuniram, cada um, 40% das unidades de registro. Os outros 20% foram encontrados no Estado de S.Paulo. Os leads foram os espaços mais ocupados pelas unidades de registro (47%), seguidos dos títulos (26%) e legendas (15%). Linhas-finas e intertítulos foram encontrados com menos frequência (8% e 3%, respectivamente).

A unidade de registro “gay” foi a mais utilizada nos elementos de edição, em 78% das ocorrências, enquanto “homossexual” foi encontrado em 18%. A sigla LGBT e a palavra “homofobia”, cada uma, foi registrada em 7%.

A unidade de registro “homossexualidade” obteve zero de ocorrência, o que mostra sua ausência nos elementos de edição. O seguinte quadro de coocorrência foi encontrado:

Figura 15 – Coocorrência nos elementos de edição (2009)



O primeiro ponto de análise nos elementos de edição está na relação entre o lead e o título. Foram selecionados exemplos dos três jornais que

estabelecem esses dois elementos de edição em uma interligação. Os títulos são compostos pela unidade de registro mais recorrente em 2009, “gay”. Nos leads, há coocorrência com “São Paulo”, “paulista”, “orgulho” e “parada”. No caso dos leads, foi isolada para análise a frase em que foi utilizada a unidade de registro.

> 01) Paulista é inadequada para a Parada Gay, diz Kassab (título, Folha de S.Paulo)
>
> Em meio à repercussão dos tumultos na 13ª Parada Gay, realizada anteontem em São Paulo, o prefeito Gilberto Kassab (DEM) afirmou ontem que a “avenida Paulista cada vez mais se mostra inadequada para os eventos” que abriga. (lead, Folha de S.Paulo)
>
> 02) Gay no cinema e galã no horário nobre (título, O Globo)
>
> Murilo Rosa estava concentrado no seu primeiro personagem homossexual – protagonista do filme “Como esquecer”, ao lado de Ana Paula Arósio – quando foi chamado para reforçar o time de galãs de “Caminho das Índias”. (lead, O Globo)
>
> 03) Parada Gay tem confusão e brigas (título, Estado de S.Paulo)
>
> Mesmo com um número menor de participantes – os organizadores trabalhavam ontem com o número inicial de 3,5 milhões, mas a estatística oficial só será registrada hoje –, a 13ª edição da Parada do Orgulho Gay, na Avenida Paulista, foi marcada ontem por brigas, confusões, empurra-empurra, desmaios e furtos. (lead, Estado de S.Paulo)

Assim como verificado na década anterior (1999), a unidade de registro “gay” começou a ser inserida com frequência na identificação de eventos por meio da nomeação para classificar referente. Em 01 e 03 essa prática é utilizada quando Parada Gay ganha força de nome. Não é um evento qualquer, e sim, uma “parada” e é “gay”. Todas as demais informações das notícias circulam em torno desse referente e as interpretações possíveis a seu respeito.

Em 02, verifica-se a nomeação pela rotulação de sujeitos. O sujeito do lead é rotulado no título, Murilo Rosa é o “gay” e o “galã” e, na prática jornalística da nomeação, a rotulação “personagem homossexual” é elaborada com forma de precisar a característica do que é “protagonista” em um filme. Não apenas nomeia-se o sujeito, mas coloca-o em associação com diferentes estereótipos sociais.

Se títulos costumam ser construídos a partir das informações dos leads, pode-se afirmar, desse modo, que a nomeação foi executada de modo sequencial das notícias para os elementos de edição. É no lead que a Parada Gay é nomeada como evento marcado pelos tumultos e violência,

assim como é no lead que a principal característica de um personagem é ser “homossexual”, termo reduzido em caracteres para “gay” no título.

Foram analisados, em seguida, casos em que há o uso da unidade de registro “homofobia”. O Globo foi o único jornal a destacar essa palavra em seus leads ou títulos. Nesses casos, a nomeação do ato de violência não necessariamente é verificada nos dois elementos de edição, como exemplificado abaixo em coocorrência com palavras como “celebrar”, “LGBT” e “centro”.

> 01) Dia Mundial do Orgulho LGBT é celebrado aos pés do Cristo Redentor (título, O Globo)
>
> Girassóis amarelos coloriram a manifestação realizada pelo Grupo Arco-Íris e outras entidades em defesa dos direitos dos homossexuais, que reuniram cerca de 60 pessoas, além de turistas, na manhã de domingo no Cristo Redentor. O encontro celebrou o Dia Mundial do Orgulho LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e chamou atenção para o projeto de lei 122/2006, que prevê a criminalização das práticas de homofobia e que ainda está em tramitação no Senado. (lead, O Globo)
>
> 02) Movimento gay niteroiense inaugura primeiro Centro Cultural amanhã (título, O Globo)
>
> Amanhã é o Dia Mundial do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, e Transgêneros). Para celebrar a data e dar mais um passo no combate à homofobia, o Grupo Diversidade Nacional (GDN) inaugura o Centro de Cultura LGBT Professor José Carlos Barcelos, no Centro – o primeiro em Niterói dedicado a esse público. O nome é em homenagem a um professor da Uerj especializado em temas homossexuais que morreu no ano passado. (lead, O Globo)

Em 01, a junção título + lead é elaborada a partir de três diferentes práticas da nomeação. A primeira delas é pela classificação de referente em dois momentos, ao ser referenciado o “Dia Mundial do Orgulho LGBT”. Em seguida, é utilizada a nomeação pelo marcador social ao citar a luta “em defesa dos direitos dos homossexuais”. Por fim, a nomeação da violência é aplicada no final do lead, quando a expressão “práticas de homofobia” é aplicada.

Em 02, título e lead são elaborados pela classificação de referente. No título, é o “movimento gay”, seguido no lead por uma dupla utilização em “Dia Mundial do Orgulho LGBT” e “temas homossexuais”. Entre elas, a nomeação da violência é estabelecida como tensionamento a ser combatido.

Quando são analisadas as linhas-finas, percebe-se que foram pouco utilizadas para as unidades de registro selecionados para 2009. Apenas 8% dos casos encontrados estão nesse elemento de edição. Foram

selecionados inicialmente dois exemplos nos quais foi possível identificar a unidade de registro “homossexual” na coocorrência com “Murilo Rosa”, “filme” e “esquecer”.

> 01) Ana Paula Arósio enfrenta dor do abandono em nova ‘love story gay’ (título, Estado de S.Paulo)
>
> Murilo Rosa faz o amigo, também homossexual, em Como Esquecer, próximo filme de Malu De Martino (linha-fina, Estado de S.Paulo)
>
> 01) Gay no cinema e galã no horário nobre (título, O Globo)
>
> Murilo Rosa roda filme onde faz seu primeiro personagem homossexual e volta à TV em ‘Caminhos das Índicas’ para esquentar a trama central (linha-fina, O Globo)

Ambas são estruturadas com aplicação da nomeação pelo rótulo social. A unidade de registro é sempre um atributo associado ao personagem do ator Murilo Rosa, o nome próprio de referência no discurso. Em 01, destaca-se ainda a nomeação pela classificação de referente na elaboração da expressão “love story gay”, uma construção argumentativa feita na notícia e que estrutura possibilidades interpretativas relacionadas ao objeto do discurso.

Foram selecionados, em seguida, linhas-finas sem a presença das unidades de registro no seu elemento de complementação, o título. Ainda assim, a prática da nomeação jornalística foi encontrada nos padrões identificados até aqui pela pesquisa. As unidades de registro “homofobia” e “gay” são encontradas a partir da coocorrência com “paulista” e “intolerância”, respectivamente.

> 01) Itamaraty usou AI-5 para investigar vida privada e expulsar diplomatas (título, O Globo)
>
> Homofobia e intolerância motivaram perseguições; Vinicius de Moraes foi um dos 13 afastados (linha-fina, O Globo)
>
> 02) Grande irmão do Brasil (título, O Globo)
>
> Estudante paulista é apontado como um dos favoritos do ‘Big brother’ britânico depois de beijo gay (linha-fina, O Globo)

Em 01, a linha-fina é iniciada pela prática da nomeação jornalística ligada à violência. “Homofobia” e “intolerância” são nomes geradores de sentido para o que é socialmente reconhecido como violência. Em 02, há nomeação pela classificação de referente. Não foi um beijo qualquer que projetou o estudante paulista, foi um “beijo gay”. No título, elaborado em um modelo anafórico, a notícia não é estabelecida de modo imediato.

Logo, é preciso noticiar na linha-fina ao nomear os sujeitos e outros referentes.

No caso das legendas, além de complementar o sentido da imagem, os enunciados são elaborados em coexistência com outros elementos de edição da composição jornalística. Duas legendas foram isoladas inicialmente a partir de título e linha-fina de uma notícia citada anteriormente, e a partir da coocorrência entre "homossexual" e "gay" e o nome "Murilo Rosa" e o verbo "esquecer".

> Ana Paula Arósio enfrenta dor do abandono em nova 'love story gay' (título)
>
> Murilo Rosa faz o amigo, também homossexual, em Como Esquecer, próximo filme de Malu De Martino (linha-fina)
>
> 01) Elenco afinado: Arieta Correa e Ana Paula Arósio em Como Esquecer; no alto, Murilo Rosa, que também faz um gay; e a diretora Malu de Martino (legenda 01, Estado de S.Paulo)
>
> 02) Do começo ao fim – irmãos gays e incestuosos, tema de Aluizio Abranches (legenda 02, Estado de S.Paulo)

As duas fotos na notícia trazem cenas de filmes, além de destacar os rostos do ator Murilo Rosa e da diretora Malu De Martino (anexo 18). Ambas são legendas elaboradas por meio da nomeação para rotulação. Utilizando-se da mesma unidade de registro, os enunciados elaboram as possibilidades de interpretação de determinado sujeito a partir do estigma social ligado à sexualidade.

Observamos também a prática jornalística da nomeação na coocorrência entre a unidade de registro "gay" e palavras como "paulista", "avenida" e "parada". Dois exemplos foram isolados em ligação com o título e o lead, e correspondentes à mesma pauta: a Parada Gay.

> 01) Parada desfila na contramão sem trios de boates gays (título, Folha de S.Paulo)
>
> Pela primeira vez em 13 edições, a parada gay de São Paulo desfila hoje pela contramão da avenida Paulista e sem os tradicionais trios das boates GLS (lead)
>
> Avenida Paulista é decorada com motivos para a 13ª parada gay (legenda)
>
> 02) Sem trios de boates, política avança na Parada Gay de SP (título, Folha de S.Paulo)
>
> Sem trios de boates GLS, a Parada Gay de São Paulo reforçou o tom político em sua 13ª edição, realizada ontem, do meio-dia ao início da noite. (lead)
>
> Bandeira do movimento gay é estendida na avenida Paulista (legenda)

As duas legendas são elaboradas por meio da classificação de referente. “Parada gay” e “movimento gay” são expressões complementares às imagens e que acionam possibilidades interpretativas. Tanto em 01 como em 02, as legendas são acompanhadas de títulos e leads que nomeiam da mesma forma (“boates gays”, “boates GLS”).

Por fim, foi observado como a nomeação da violência foi inserida na única legenda encontrada com a unidade de registro “homofobia”. Publicada em O Globo, é apresentada abaixo antecedida pelo título e lead analisados previamente.

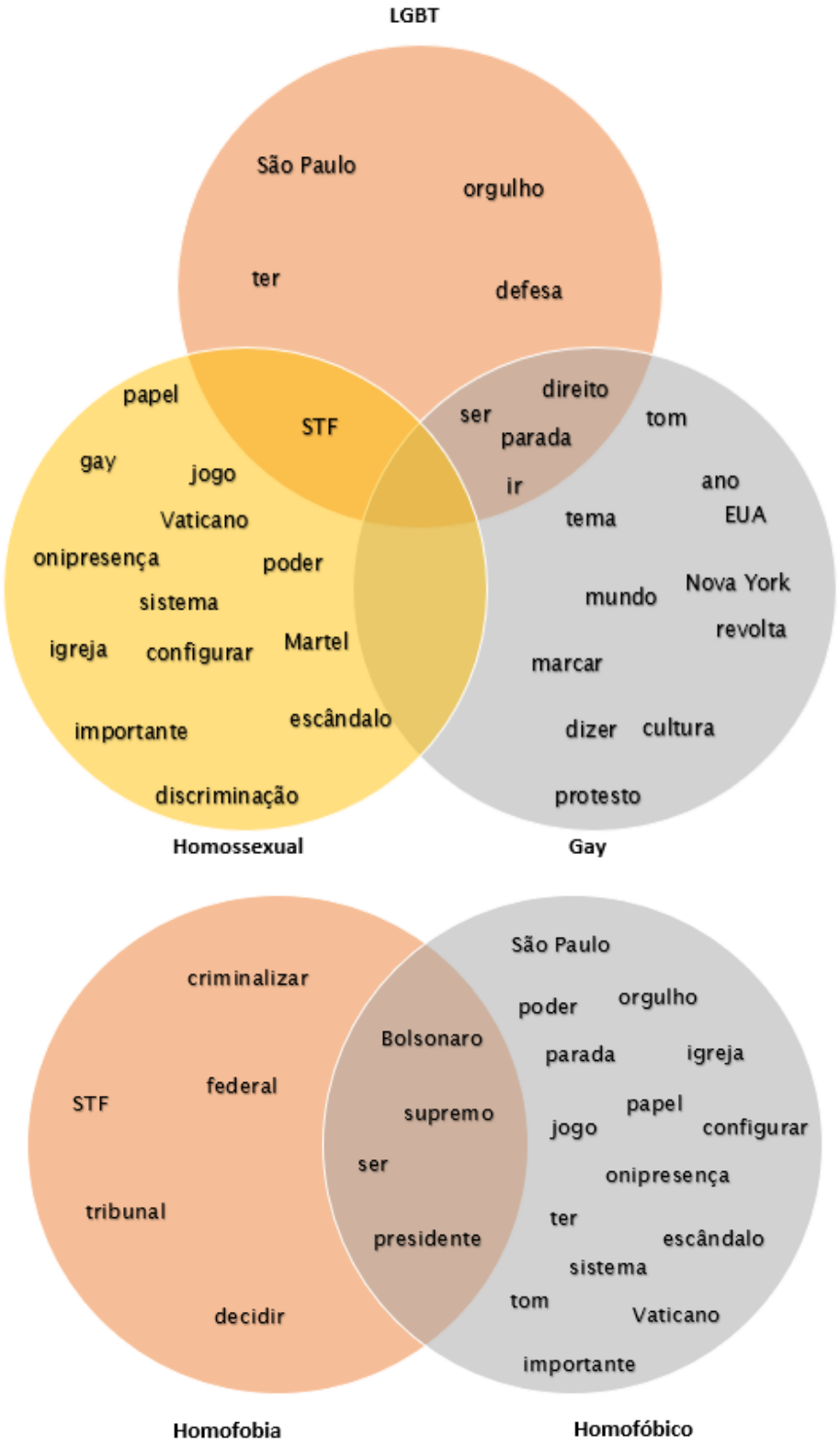
> 01) Movimento gay niteroiense inaugura primeiro Centro Cultural amanhã (título, O Globo)
>
> Amanhã é o Dia Mundial do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). Para celebrar a data e dar mais um passo no combate à homofobia, o Grupo Diversidade Nacional (GDN) inaugura o Centro de Cultura LGBT Professor José Carlos Barcelos, no Centro – o primeiro em Niterói dedicado a esse público. O nome é em homenagem a um professor da Uerj especializado em temas homossexuais que morreu no ano passado. (lead, O Globo)
>
> À esquerda, membros da ONG Sete Cores: luta contra a homofobia (legenda, O Globo)

Diante de uma imagem que apresenta pessoas ligadas ao “movimento gay” (título), a legenda utiliza a nomeação da violência em associação aos sujeitos. Observa-se como a especificação de determinada violência torna mais precisa a informação à medida que se revela o caráter específico do ato, regra que vale para outros casos, como “racismo”, “machismo”, “pedofilia” etc. Desse modo, nomear a violência é parte da busca pela precisão jornalística.

Para o último período da análise, em 2019, três das cincos unidades de registro apresentam índices significativos de aparição. São elas: LGBT (50%), gay (28%) e homofobia (20%). As outras duas, homossexual e homofóbico, possuem baixo índice, com 7% e 4%, respectivamente.

O seguinte quadro de coocorrência foi localizado:

Figura 16 – Coocorrência nos elementos de edição (2019)



A observação da prática jornalística da nomeação nos elementos de edição será iniciada com unidades de registro “LGBT” e “gay” e a coocorrência com “parada”, identificada como termo entre os mais

recorrentes com as duas unidades de registro. Seu uso identifica que o contexto da Parada do Orgulho LGBT prevalece no conteúdo. O evento acontece em São Paulo desde a década de 90 e tornou-se uma pauta fixa no agendamento dos jornais.

> 01) Política e memória dão tom à Parada LGBT neste domingo
>
> 02) Sem polêmicas, Parada Gay mistura tom político e de micareta patrocinada
>
> 03) Crítica a Bolsonaro dá o tom na Parada Gay

A associação com o nome de um evento, torna os títulos elementos de edição elaborados a partir da classificação de referente. Como elemento crucial à construção do título, observa-se nos leads prática semelhante.

> 01) Em sua 23ª edição, a Parada do Orgulho LGBT ocupa a Avenida Paulista, neste domingo (23), com 19 trios elétricos. (lead, Estado de S.Paulo)
>
> 02) Na 1ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo sob a gestão Jair Bolsonaro, o evento ontem assumiu tom de oposição ao presidente, que tem um histórico de declarações consideradas homofóbicas. (lead, Estado de S.Paulo)
>
> 03) Foi a primeira vez no estado – onde ocorre amanhã a Parada do Orgulho LGBT, a maior do país – que o assassinato de uma transexual foi enquadrado nessa categoria, que define o assassinato de uma mulher pela condição de gênero. (lead, O Globo)
>
> 04) A criminalização da homofobia pelo Supremo Tribunal Federal foi considerada um marco para a comunidade LGBT e será muito comemorada hoje durante a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, que deve reunir três milhões de pessoas. (lead, O Globo)
>
> 05) Com tom político, mas muito festivo e alegre, uma multidão celebrou ontem a 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma das maiores do mundo. (lead, O Globo)
>
> 06) A primeira vez que a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo exigiu a criminalização da homofobia foi em 2006. (lead, Folha de S.Paulo).
>
> 07) Sem as grandes polêmicas que marcaram outras edições, a 23ª Parada Gay de São Paulo, neste domingo (23), mesclou tom político e de micareta patrocinada. (lead, Folha de S.Paulo)
>
> 08) Depois que a Netflix experimentou São Paulo na série Sense8, quando gravou em plena festa da Parada do Orgulho LGBT na Avenida Paulista, a cidade volta com tudo no primeiro episódio da nova temporada de Black Mirror. (lead, Estado de S.Paulo)

A nomeação pela classificação de referente aparece nas oito unidades de contexto. Três delas, no entanto, chamam atenção por aplicarem a prática da nomeação mais de uma vez nas unidades de registro. Em 02, a classificação do referente acontece duas vezes, a

segunda é associada à palavra "homofóbica". As declarações são enquadradas pelo jornalista como um ato associado ao sujeito do discurso, o presidente Bolsonaro.

Em 04, o enunciado tem início com a nomeação da violência para, em seguida, ser aplicada duplamente a classificação do referente ("comunidade" e "orgulho"), semelhante a 06 e a classificação do mesmo referente e da mesma violência de 04.

A relação entre títulos e lead pode ser também observada a partir de unidades de contexto encontradas a partir da intersecção gerada na coocorrência, como é o caso de "STF" e "direito". A primeira está interligada entre "LGBT" e "homossexual", enquanto a segunda está presente na relação entre "LGBT" e "gay.

Na mesma relação, "Supremo", de Supremo Tribunal Federal (STF), aparece na intersecção entre "homofobia" e "homofóbico" e destaca-se em 12 elementos de contexto (oito leads, um título, duas legendas e uma linha-fina).

A alta incidência das palavras "Supremo" e "STF" deve-se ao fato de oito dos 11 ministros do STF terem votado de modo favorável para que a violência motivada pela orientação sexual e de gênero fosse enquadrada como crime de racismo.

> 01) Para Bolsonaro, STF 'se equivocou' com homofobia (título, Folha de S.Paulo)
>
> O presidente Jair Bolsonaro afirmou que o STF (Supremo Tribunal Federal) cometeu um equívoco ao criminalizar a homofobia e voltou a defender que a corte tenha um ministro evangélico. (lead, Folha de S.Paulo).
>
> 02) Bolsonaro critica STF por julgar homofobia (título, Estado de S.Paulo).
>
> O presidente Jair Bolsonaro classificou como "completamente equivocada" a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de criminalizar a homofobia no País. (lead, Estado de S.Paulo)
>
> 03) Supremo criminaliza homofobia, mas mantém direito à manifestação religiosa (título, Estado de S.Paulo)
>
> Por 8 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem enquadrar a homofobia e a transfobia como racismo. (lead, Estado de S.Paulo)

A nomeação da violência torna-se recorrente nas notícias como palavra de destaque. Nas três composições acima (título + lead) a possibilidade interpretativa gerada pelo discurso reforça o caráter de

crime mesmo em 01 e 02, nas quais é acionada a presença do presidente Bolsonaro como questionador do caso.

É observado como sujeitos precisam ser nomeados para ocupar a função de agentes do verbo nos elementos de edição: "STF é protagonista"; "Supremo criminaliza homofobia"; "Jair Bolsonaro afirmou".

Ainda no âmbito do "direito", palavra que aparece na intersecção entre "LGBT" e "gay", outra sigla obteve relevância nos elementos de edição: "EUA". Abaixo, um exemplo de título e lead que, juntos, ajudam a visualizar a conjuntura mencionada:

> 01) EUA precisam de lei federal que proteja gays, diz casal pioneiro (título, Folha de S.Paulo)
>
> Juntos há 37 anos, Greg Bourke e Michael DeLeon, ambos com 61 anos, foram um dos casais cujo processo chegou à Suprema Corte americana, fazendo com que esta reconhecesse o direito ao casamento gay nos EUA. (lead, Folha de S.Paulo)

O título é estruturado a partir da nomeação pelo marcador social. É iniciado com o nome do país ("EUA"), segue com a identificação dos sujeitos que precisam de lei ("gays") e finaliza com a indicação de quem comete a ação de dizer algo ("casal pioneiro"). No lead, a nomeação é aplicada pela classificação de referente, não se trata apenas de um casamento, é reforçada a ideia de "casamento gay".

No caso das linhas-finas, foi observada inicialmente como a composição é elaborada em notícias relacionadas às paradas do orgulho LGBT.

> 01) Parada obrigatória (título, Estado de S.Paulo)
>
> Artistas nacionais e estrangeiros conduzem a 23ª edição da Parada do Orgulho LGBT, que ocupa a Avenida Paulista neste domingo (23) (linha-fina)
>
> Em sua 23ª edição, a Parada do Orgulho LGBT ocupa a Avenida Paulista, neste domingo (23), com 19 trios elétricos. (lead)
>
> 02) Em SP, Polícia Civil faz curso contra homofobia (título, O Globo)
>
> Transfobia e direitos da população LGBTI estão entre os temas debatidos na formação e na reciclagem de agentes no estado, que recebe amanhã a maior parada gay do país; resultados já são sentidos nas delegacias (linha-fina)
>
> Foi a primeira vez no estado – onde ocorre amanhã a Parada do Orgulho LGBT, a maior do país – que o assassinato de uma transexual foi enquadrado nessa categoria, que define o assassinato de uma mulher pela condição de gênero. (lead)
>
> 03) Orgulho e festa (título, O Globo)

> Parada LGBT reúne milhões em São Paulo com música e política (linha-fina)
>
> Com tom político, mas muito festivo e alegre, uma multidão celebrou ontem a 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma das maiores do mundo. (lead)

Em 01 e 03, pode-se observar a nomeação nas linhas-finas ancoradas em notícias com títulos anafóricos (Mouilaud, 2002). Por conta dessas titulações ("Parada obrigatória" e "Orgulho e festa"), as linhas-finas ganham a precisão para reduzir as possibilidades interpretativas em relação aos títulos (anexo 22).

Ambas são elaboradas por meio da classificação do referente. Em 02, um lead noticioso aplica a nomeação da violência como objeto do discurso Em seguida, a linha-fina complementa a informação e faz uso da nomeação pela classificação do referente em dois momentos: "população LGBTI" e "parada gay".

A última etapa da análise será composta pelas legendas. Foram isoladas, inicialmente, legendas nas quais apareciam as unidades de registro em coocorrência com "parada", assim como executado com os demais elementos de edição. Cinco unidades de contexto foram encontradas para verificação da prática jornalística da nomeação.

> 01) A drag queen paulistana Gloria Groove é uma das atrações da parada LGBT, no domingo (22) (Folha de S.Paulo)
>
> 02) A drag Tchaka participa de feira cultural na antevéspera da Parada do Orgulho LGBT em SP (Folha de S.Paulo)
>
> 03) Manifestantes com faixa em defesa de Lula na Parada LGBT de SP (Folha de S.Paulo)
>
> 04) Com 19 trios elétricos e atrações variadas, a 23ª edição da Parada do Orgulho LGBT atraiu multidão à avenida Paulista e teve como tema os 50 anos de Stonewall, marco na luta do movimento (O Globo)

Todas as unidades de contexto foram elaboradas com aplicação da qualificação de referente em um nome associado ao evento. Em 01 e 02, nota-se que a legenda serve como complementos às imagens de drag queens, assim como 03 e 04 são associadas às edições do evento no passado. Dessa forma, o nome do evento se configura como argumento repetido em todos os elementos de edição verificados.

Outras oito legendas foram coletadas nesse período. Todas serão analisadas a partir de dois grupos. O primeiro é formado por legendas

que apresentam um contexto de violência relacionado à comunidade LGBTQIA+, enquanto o segundo é composto por contextos diversificados.

> 01) Ativistas comemoram decisão do STF que criminalizou a homofobia: Supremo julgou casos importantes sempre em favor da comunidade LGBTI (O Globo)
>
> 02) Espancado por dois homens em 2012, Baliera acredita que registro de casos de homofobia vai permitir que problema seja dimensionado no País (Estado de S.Paulo)
>
> 03) Ministros viram omissão do Congresso no tema e decidiram equiparar discriminação contra gays ao racismo (Estado de S.Paulo)
>
> 04) Participantes destacaram ataques a LGBTs e exaltaram a criminalização da homofobia (Estado de S.Paulo)
>
> 05) Ativistas comemoram decisão do STF que criminalizou a homofobia: Supremo julgou casos importantes sempre em favor da comunidade LGBTI (O Globo)

As unidades de contexto 01, 02 e 05 foram estruturadas com a nomeação da violência em evidência. O argumento da homofobia como crime deliberado pelo STF acompanha as legendas no complemento da discursividade atreladas às imagens de sujeitos como ativistas, ministros do STF e uma vítima de homofobia. Nomear a violência é um argumento acionador de determinadas interpretações do ato, algo ainda mais relevante quando associado às fotografias.

Outras três legendas foram isoladas por serem publicadas em contextos diversos.

> 01) Jogadores comemoram a taça da LiGay, que retorna neste sábado (22) (Folha de S.Paulo)
>
> 02) Frequentador de balada gay do Bassiani, em Tibilisi (Geórgia) (Folha de S.Paulo)
>
> 03) Participação. Yasmin, da Shell, e Adriano, da GE: líderes dos grupos LGBT (O Globo)

As unidades de contexto 01 e 02 são baseadas na classificação de referente. Em 01, destaca-se o uso da unidade de registro “gay” para elaboração de outro termo, “LiGay”, em alusão a uma categoria esportiva formada por homens homossexuais, enquanto em 02 é acionado o referente “balada”. Por fim, o enunciado 03 apresenta a nomeação pelo marcador social de determinado grupo social. Ou seja, as legendas não apenas complementam as imagens como produzem interpretações de determinados referentes.

RESULTADOS ENCONTRADOS

Foi verificado, nos elementos de edição, o predomínio da prática jornalística da nomeação para classificar referente. Esse resultado leva em consideração 124 enunciados coletados, sendo 42% formado por leads, 28% por títulos, 19% por legendas, 9% por linhas-finas e 1% para intertítulo e chapéu.

Tabela 2 – Nomeação nos elementos de edição

	Título	Lead	Legenda	Linha-fina
Rotulação do sujeito	6%	6%	12%	27%
Marcador social	36%	26%	32%	9%
Classificar referente	**47%**	**44%**	**36%**	**36%**
Sexualidade dissidente	0%	13%	0%	18%
Violência	11%	11%	20%	9%

Entre os elementos de edição, o título e o lead correspondem a 70% do material coletado, o que reforça esses dois espaços como primordiais para análises ligadas à prática jornalística da nomeação. Utilizar a estratégia de classificar referente reforça a tese de que o jornal precisa de referências da realidade para elencar como aspectos da vida são apresentados ao leitor.

Títulos como “Protestos fazem do congresso um ‘happening gay’” (1989) e “Ana Paula Arósio enfrenta dor do abandono em nova ‘love story gay’” (2009) revelam a tentativa de o jornal trabalhar com as referências facilmente compreendidas pelo coletivo. Vocábulos como “gay”, no jornalismo, são também ferramentas da linguagem para nomear referentes que compõem a realidade.

Gay, LGBT, homossexual, entre outros vocábulos, não são apenas indicativos de sujeitos. Na prática jornalística da nomeação, são palavras estratégica na composição dos elementos de edição que precisam destacar aspectos da realidade que compõem a notícia e precisam ser

enquadrados em um cenário de fácil compreensão a partir de saberes compartilhadas com a sociedade.

5.2 Discurso indireto

No texto jornalístico, o discurso indireto evidencia a autonomia relativa na produção de enunciados, haja vista que existem aspectos organizacionais e deontológicos norteadores às técnicas de redação. É no discurso indireto que jornalistas informam sem necessidade de reproduzir trechos ditos por fontes entrevistadas, porém, desde cedo eles aprendem que é importante valorizar frases curtas e diretas. "Tudo o que puder ser dito em uma linha não deve ser dito em duas", ensina o Manual da Redação Folha de S.Paulo (Grupo Folha, 2011, pp.60 – 61).

O discurso indireto é produzido a partir de contextos básicos ao jornalismo, como as etapas de seleção e hierarquização (Lage, 2001b, 2002) que precisam ser cumpridas na elaboração da notícia. É uma máxima compartilhada pelos manuais de redação que jornalistas devem utilizar palavras simples para conduzir a redação de modo preciso, direto e objetivo.

Uma das orientações do Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo, por exemplo, é: "A simplicidade é condição essencial do texto jornalístico" (Martins Filho, 1997, p.15). Isso impõe ao jornalista o desafio de se relacionar com outros campos do saber e produzir conteúdo que se aproxime da compreensão coletiva, mesmo quando o campo do saber trabalha com linguagens de difícil compreensão, como a economia, a saúde e o direito.

Logo, a ideia de produzir discurso indireto passa pela produção de enunciados capazes de simplificar as coisas do mundo.

> Seja **claro, preciso, direto, objetivo e conciso**. Use frases curtas e evite intercalações excessivas ou ordens inversas desnecessárias. Não é justo exigir que o leitor faça complicados exercícios mentais para compreender o texto. (Martins Filho, 1997, p.15, grifo do autor).

Tanto o discurso direto como o indireto são de responsabilidade do jornalista. No discurso direto, há escolha por meio do modo como o profissional organiza sua produção de enunciados. No discurso indireto, no entanto, encontramos a reprodução do que foi dito por outra pessoa,

mas que passa pela análise do jornalista antes de ser, de fato, incorporado à notícia.

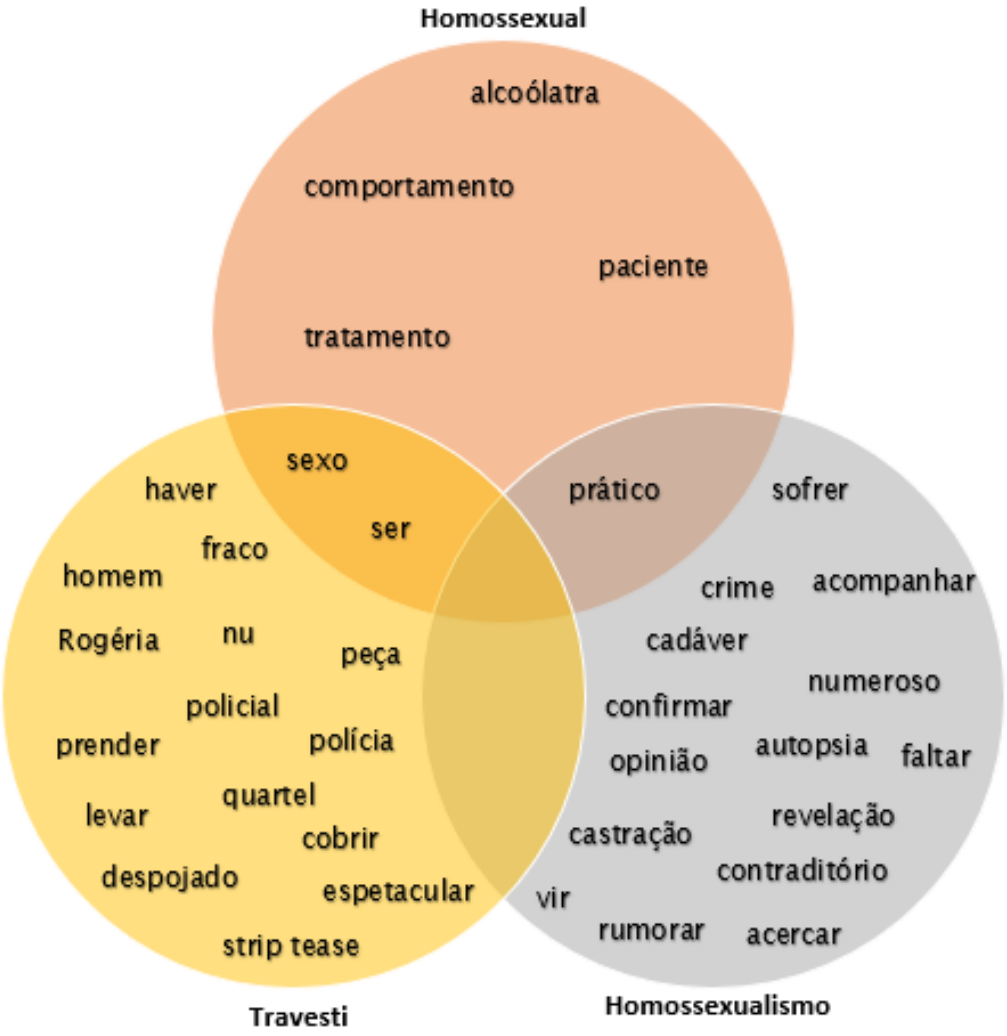
Nessa etapa da pesquisa, é apresentado como a prática jornalística da nomeação foi identificada no discurso indireto, como os jornalistas utilizam as palavras nomeadoras para se referir aos objetos da realidade associados à comunidade LGBTQIA+.

5.2.1 Discurso indireto em 1969 e 1979

Em 1969, o discurso indireto esteve presente em 41% das unidades de contexto encontradas. Por meio da matriz de contingência foi possível verificar o uso das três unidades de registro na seguinte proporção: “homossexual” 50%, “travesti” 33% e “homossexualismo” 17%.

O seguinte núcleo de relações foi encontrado na coocorrência:

Figura 17 – Coocorrência no discurso indireto (1969)



Nesse trecho, o ponto de partida da análise são as unidades de registro “homossexualismo” e “homossexual”. Nos dois exemplos a seguir, pode-se identificar o contexto para coocorrência com termos como “comportamento”, “tratamento”, “alcoólatra”, “paciente” e “crime”.

> 01) Tais opiniões vêm acompanhadas por numerosos e contraditórios rumores acerca do crime, não faltando “revelações” de que o cadáver sofreu castração, ou de que a autopsia confirmou a prática de homossexualismo. (Estado de S.Paulo)
>
> 02) Em conversas com pessoas responsáveis fomos informados de que tais críticas se referiam tanto a práticas homossexuais quanto a aventuras com senhoritas e senhoras. (Estado de S.Paulo)
>
> 03) O Professor Beech baseia-se em um tratamento pouco conhecido, denominado “terapêutica do comportamento”, que ele diz ter geralmente um índice de 70% de êxito na cura de pacientes, tais como viciados em drogas, alcoólatras, homossexuais e sexo-maníacos. (O Globo)
>
> 04) Variações deste tratamento são usadas com alcoólatras (que passam a vomitar toda vez que pegam num copo de uísque), homossexuais (que tomam um choque sempre que vestem roupas femininas) e são aplicadas a toda uma série de pacientes de comportamento anormal. (O Globo)

Os quatro enunciados são fundamentados em três diferentes categorias de nomeação. Em 01, temos a nomeação da sexualidade dissidente, que foge da prática da normalidade e precisa de comprovação por meio de uma autopsia. Em 02, há nomeação pela classificação de um referente, são as “práticas homossexuais” que precisam ser evidenciadas discursivamente para justificar determinados ato.

Nas unidades de contexto 03 e 04, é aplicada nomeação pelo marcador social. Em 03, o enunciado menciona detalhes do tratamento aplicado a pacientes que só ganham presença no discurso quando rotulados como homossexuais, viciados em drogas, dentre outros, assim como no enunciado seguinte o termo homossexuais refere-se a determinado grupo social sobre o qual recai o “choque sempre que vestem roupas femininas”.

A observação dessa prática jornalística da nomeação envolve diferentes contextos. Um deles é relacionado as unidades de contexto 01 e 02, publicadas, respectivamente, nos dias 01 e 03 de junho. A unidade de contexto “homossexualismo” foi veiculada na notícia cujo título é “Ainda é mistério o assassínio do padre de Pernambuco”, enquanto a

unidade de registro “homossexual” está na notícia de título “Continua confuso o caso do padre” e se configura como continuação da anterior, algo que, nos jargões do jornalismo, seria considerado “suíte”.

Com a assinatura da notícia resumida a “Do enviado especial”, o jornal ofereceu pistas que alguém da sua equipe apurou e escreveu, mas sem evidenciar o nome próprio do profissional. Duas possibilidades são apresentadas pelo repórter para a morte do padre Henrique Pereira Neto: motivos passionais ou perseguição política em plena ditadura militar. No âmbito das possibilidades passionais, “homossexuais” e “homossexualismo” aparecem como alternativas para observação das nomeações.

A relação sexual entre pessoas do mesmo gênero não era apenas sexo, era nomeada como “prática de homossexualismo” ou “práticas homossexuais”, motivo gerador da coocorrência com a palavra “prática”. No caso do homossexualismo, a unidade de registro aparece como algo passível de verificação. É na autopsia que o corpo nomeado como “cadáver” se torna objeto revelador de uma prática ou da “castração”. Na tríade “revelar / castrar / punir”, homossexualismo finca seu uso como palavra negativa.

No texto, a “prática homossexual” está associada a um contexto de informações sobre as relações do padre com o sistema político da época, além do descontentamento de pais de alunos que discordavam dos seus ensinamentos classificados como pregações de sexologia. A unidade de registro aparece como termo de classificação. Homossexual não é o sujeito, e sim, um fazer revelado pelas fontes em *off*, identificadas como “pessoas responsáveis”.

As outras duas unidades de contexto apresentadas acima foram retiradas da notícia “‘Terapêutica do comportamento’ é eficaz”, publicada no dia 09 de junho. Assinada por Jonathan Aitken, o conteúdo aparece como “excl. para O Globo”, em referência a uma produção direcionada ao jornal. Diretamente da Europa, a notícia traz a seguinte informação em seu parágrafo de abertura:

> Londres – Surgem novas esperanças para muitos distúrbios psicológicos até então quase incuráveis, desde o medo de aranhas até violentos desvios sexuais. Esta é a mensagem de um livro recém publicado –

> "Changing Man's Behavior" – cujo autor, o Dr. Harold Beech, de 44 anos, é professor de Psicologia do Instituto de Psiquiatria da Universidade de Londres.

A primeira unidade de contexto associada a "homossexual" é iniciada com a nomeação do sujeito de referência, "o Professor Beech". Sua proposta de tratamento é nomeada ("terapêutica do comportamento") para, em seguida, serem nomeados os pacientes ("viciados em drogas, alcoólatras, homossexuais e sexo-maníacos").

É válido observar a função associativa da nomeação nessa unidade de contexto. A designação "paciente" é nomeadora para um grupo de sujeitos elaborados no jornal como voz passiva, eles sofrem a ação de um tratamento promovido. O caráter associativo da nomeação aparece quando "paciente" se torna insuficiente à precisão jornalística. É necessário especificar ainda mais e classificar com exatidão o sujeito: o homossexual, o viciado, o maníaco etc.

Assim, a unidade de contexto 03 reforça o caráter associativo das nomeações no jornalismo. Identificar alguém como "paciente" é apenas um dado informativo da notícia. Em seguida, o repórter constrói associações específicas para cada nome passível de reconhecimento no macro universo dos pacientes. Ambos são enquadrados no discurso indireto como detentores de "comportamento anormal". No jornal de referência de 1969, a punição desses sujeitos começa no nome, na identificação de vidas associadas aos termos "pacientes" e "comportamento anormal".

Outras duas unidades de contexto no discurso indireto merecem ser analisadas a partir do que foi visto anteriormente nos elementos de edição. Ambas estão associadas à unidade de registo "travesti" em coocorrência com palavras como "quartel", "polícia", "sexo" e "strip-tease".

> 01) A polícia prendeu oito "travestis" e 17 homens nus, que ao serem levados ao quartel policial, se cobriram com peças do "sexo fraco", das quais se haviam despojado depois de espetacular "strip-tease". (Folha de S.Paulo)
>
> 02) Não, há também o "travesti" Rogéria... (Estado de S.Paulo)

As duas últimas unidades de contexto desse ciclo tratam da mesma informação: o lançamento do filme "Enfim sós...com o outro", comédia

sobre dois irmãos gêmeos e suas aventuras amorosas com mulheres[68]. Na primeira, a nomeação é aplicada por meio do marcador social. A polícia se torna agente da passiva ao prender oito travestis e 17 homens nus. Na segunda, é utilizada a nomeação como rotulação de sujeitos.

Dois aspectos relevantes são a relação com o demarcador de gênero no masculino e a utilização recorrente das aspas ao redor do nome "travesti", modelo de uso aplicado em outras duas expressões: "sexo fraco" e "strip-tease". A notícia coloca travestis na condição de "detidos" e "levados", sempre em associação ao masculino por meio da vogal "o".

Rogéria é o nome que se faz presente, mas é por meio do imaginário social criado em torno da travesti que se faz necessário reforçar sua existência. Como aspecto fortalecedor do contexto, é válido observar como a nomeação travesti interliga as orações na notícia. No final do parágrafo destinado à apresentação do elenco do filme, o autor decide apresentar o núcleo feminino da seguinte forma:

> As mulheres são Leila Santos, Rossana, Annik, Valentina Godoy, Vera Regina, a Lucy Rangel de "A Margem" e do excepcional e subestimado segundo episódio (de Candeias) de "Trilogia do Terror". Só essas? Não, há também o "travesti" Rogéria...

Rogéria é o último nome, o não incluído na primeira identificação das atrizes. Aparece na fronteira entre o questionamento ("Só essas?") e o masculino ("o travesti"). O uso da aspa diferencia, coloca "travesti" no discurso indireto como se outro assim a chamasse. Não deixa de ser uma palavra escolhida para compor o discurso do repórter, mas seu uso é diferenciado. A "travesti" e o "sexo fraco" são possibilidades nomeadoras não apenas de sujeitos, mas de lugares sociais inferiorizados a partir da vinculação com o feminino.

Por fim, não ligada à coocorrência, optou-se por analisar a prática jornalística da nomeação em palavras com baixo índice de uso, como é o caso de "intersexualidade". O termo apareceu no último parágrafo da notícia "APM entrega prêmios", veiculada no dia 22 de junho no Estado de S. Paulo. APM é abreviação de Associação Paulista de Medicina, entidade

[68] Informações no site da Cinemateca Brasileira: www.cinemateca. gov.br

que à época era responsável por uma premiação de três pesquisas em "sessão solene".

> Contribuição ao estudo anátomo-clínico da intersexualidade humana, preparado por Laurival A. De Luca, Octaviano Alves de Lima e Eugenio Chiorboli, laureados com o Prêmio Nicolau Moraes de Barros. (Estado de S.Paulo)

Intersexualidade se configura como prática da nomeação da sexualidade dissidente. Seu breve aparecimento acontece cercado de outras nomeações. Três nomes próprios organizam a autoria do estudo, o prêmio tem um nome e a palavra "intersexualidade" integra o nome (ou título) de determinado estudo.

A notícia não apresenta detalhes da pesquisa premiada pela APM, mas a palavra nomeadora insere determinada condição ligada à sexualidade no contexto da saúde, na perspectiva da patologia localizada pelo saber médico especializado. Nesse caso, os nomes garantem posição social, indicam sujeitos em campos de saber.

A análise da coocorrência em 1979 foi bem diferente do período anterior. A análise é iniciada com um índice relevante: 90% das unidades de contexto eram formadas pela unidade de registro "homossexual". As unidades de registro "gay" e "homossexualismo" apresentam apenas 7% e 5%, cada. Outras duas unidades de registro, "bissexual" e "homossexualidade" possuem registro zero na matriz de contingência.

O percentual é superior a 100% devido ao fato de duas ou mais unidades de registro serem encontradas na mesma unidade de contexto. A partir do índice, pode-se perceber como há uma seleção lexical compartilhada no discurso dos jornalistas. Homossexual é a referência coletiva utilizada pela categoria para tornar compreensível o objeto de realidade inserido na notícia. Se há seleção, há exclusão.

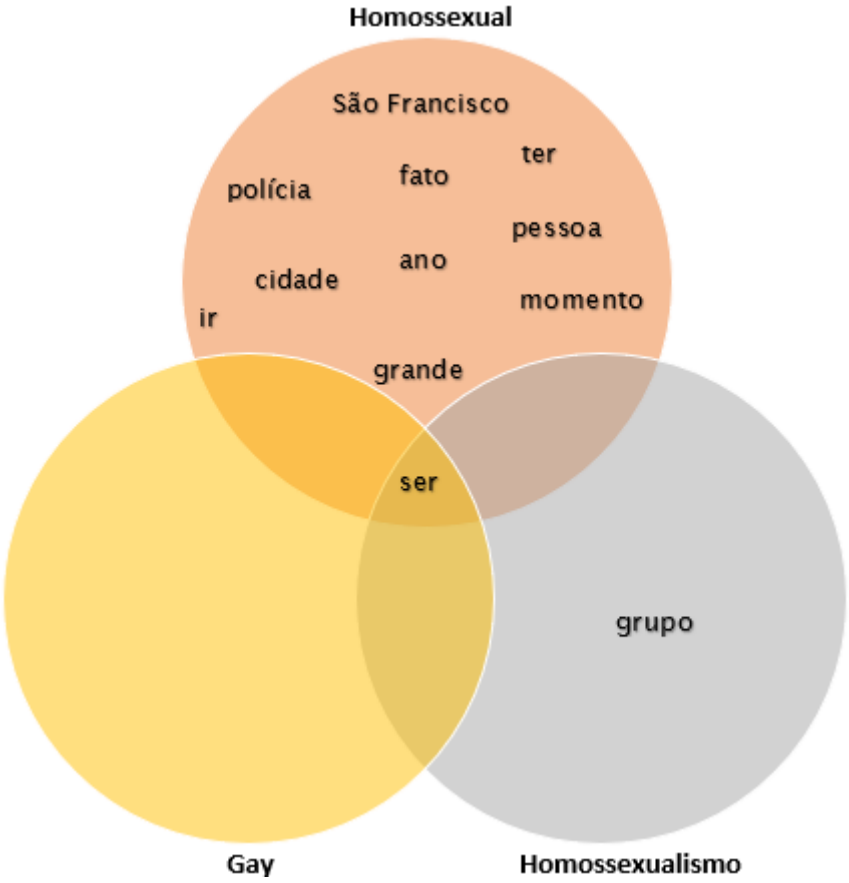
A ausência dos termos "bissexual" e "homossexualidade" evidencia como a invisibilidade acontece também pela nomeação, por meio do não dito ou do nome não revelado.

Na análise dos elementos de edição de 1979, foi apresentada uma notícia destacada do *corpus* por apresentar 50 repetições da unidade de registro "homossexual" (anexo 03). Essa notícia contribuiu para outro

índice de destaque: 90% das unidades de contexto em discurso indireto foram retiradas do jornal O Globo. A Folha de S.Paulo esteve presente com 7% e o Estado de S.Paulo em 20%.

O seguinte quadro de coocorrência foi encontrado:

Figura 18 – Coocorrência no discurso indireto (1979)



Para a análise do discurso indireto, o cenário de partida são exemplos de como a unidade de registro predominante foi utilizada. Abaixo, três exemplos associados à coocorrência com "São Francisco", "polícia" e "cidade":

> 01)Estão contribuindo para modificar a cidade, visivelmente; grande parte do "boom" de renovação das casas em estilo vitoriano de São Francisco, que resultou em grande especulação e despejo, decorre da atividade dos homossexuais. (O Globo)
>
> 02)Além de personalidades políticas, militares e agentes da extinta polícia política (Savak) do ex-imperador – num total superior a 300 pessoas – o regime islâmico do aiatolá Ruhollah Khomeini executou também numerosos homossexuais desde que derrubou a monarquia. (O Globo)
>
> 03)A "revolta de Stonewall", como é chamada, ocorreu na noite de 28 de junho de 1969, quando clientes e simpatizantes acorreram em defesa

> dos homossexuais detidos pela polícia nesse clube noturno de Greenwich Village. (O Globo)

As três unidades de registro operam com a nomeação por meio do marcador social. Os homossexuais são sujeitos do discurso em diferentes contextos. Em todos pode-se observar como o jornalista, no discurso indireto, recorre a outros nomes como recurso de precisão na informação. A nomeação por meio do marcador social é acompanhada de outras nomeações que comprovam essa inferência, como "São Francisco" (01), "Savak" (02) e "revolta de Stonewall" (03).

São nomeações relacionadas a contextos de tensionamento social, rupturas com uma considerada normalidade das relações que se tornam notícia não apenas por conta de determinado fato, mas em associação com uma série de referentes relevantes à garantia da precisão jornalística. Por isso, nomear é um fundamento indissociável à função de informar.

A palavra nomeadora é também aplicada à qualificação de determinado referente, como pode ser evidenciado nos exemplos a partir de duas unidades de registro (gay e homossexual) e da coocorrência com as palavras "São Francisco", "fato" e "ano".

> 01)Os observadores notam, porém, que mesmo com essa absolvição a carreira de Thorpe está definitivamente liquidada, principalmente devido ao fato de ele ter admitido, ao longo do julgamento, que teve "tendências homossexuais" em certos momentos de sua vida. (O Globo)

> 02)Coisas deste tipo, diz Britt referindo-se aos comentários de Peter sobre propostas homossexuais, "são ditas com mais frequência por atraentes garotas de 17 anos que, constantemente, têm que conviver com o fato de serem encaradas como objeto sexual". (O Globo)

> 03)Desta forma, quando a comunidade gay se reuniu na Rua Castro, na noite seguinte, tomando todo um quarteirão para prestar um tributo à memória de Harvey Milk, o funcionário assassinado, pela passagem de seu aniversário, um orador que estava no palco perguntou ao microfone: "Quem aqui não mora em São Francisco?" (O Globo)

Além de elaborados por meio da nomeação pela classificação de referente, os enunciados acima têm em comum o uso do discurso indireto livre, estruturado a partir de trechos nos quais a aspas aparece. Essa tentativa discursiva de produzir a notícia sem se afastar da figura da fonte, do outro que fala, não reduz o caráter de precisão identificado nas práticas da nomeação. A classificação dos referentes é um exemplo disso.

A unidade de contexto 01 reduz qualquer possibilidade interpretativa ao cravar as “tendências homossexuais” como ponto de tensionamento na carreira considerada como “liquidada”. Em 02, são as “propostas homossexuais” que se tornam o ponto de divergência entre os atores sociais. No caso de 03, a construção da presença de uma “comunidade gay” no discurso serve como argumento para mostrar que o ato teve adesão específica de parte da sociedade.

Por fim, foram verificadas as duas únicas unidades de contexto em associação com a unidade de registro “homossexualismo” e sua coocorrência com a palavra “grupo”.

> 01)Aqui, o homossexualismo é a norma, o trivial. (Folha de S.Paulo)
>
> 02)As ações desses grupos se dirigem contra as pessoas ou grupos de ideologias contrárias as suas e, em outras ocasiões, contra componentes de manifestações pacíficas (especialmente os ecologistas, a quem atribuem o homossexualismo). (Estado de S.Paulo)

Ambas trazem a prática da nomeação da sexualidade dissidente. Nesses casos, a precisão da informação ao tornar presente determinada sexualidade não heterossexual, costuma ser seguida por outras escolhas lexicais reveladoras do lugar de subalternidade atribuído ao que foge da norma. Em 01, a unidade de contexto foi retirada da notícia “A menor abandonada” (anexo 05), na qual existe a intenção de relatar o cenário de violência e abandono de 200 meninas privadas de liberdade na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem).

A homossexualidade é evidenciada no jornal como mais uma violência sofrida pelas jovens a partir de enunciados como: “Nesta unidade, reunião de duzentas menores ‘infratoras’, criou-se a “estranha organização homossexual estruturada nos moldes de uma família”. Se a organização homossexual das jovens é classificada como “estranha”, a nomeação homossexualismo constrói associação entre a não heterossexualidade e a anormalidade.

Desse modo, a unidade de registro “homossexualismo” é utilizada no discurso indireto como forma de validação do que é normal dentro de um sistema de pessoas anormais. Nessa notícia, é pelo discurso indireto

que jovens lésbicas são associadas a expressões como “sofreram uma modificação de personalidade” ou “esquizofrênicos deteriorados”.

Em 02, a unidade de registro foi isolada a partir da notícia “Manifestações extremistas por causa de ‘Holocausto’”, que relata a repercussão causada na Espanha após a exibição da série norte-americana “Holocausto”. Em contexto de perseguição e extermínio, a palavra nomeadora é atributo do sujeito perseguido. Pelo discurso indireto, o jornalista nomeias dois núcleos de atores sociais, o “grupo de ideologias contrárias” e os “componentes de manifestações pacíficas”.

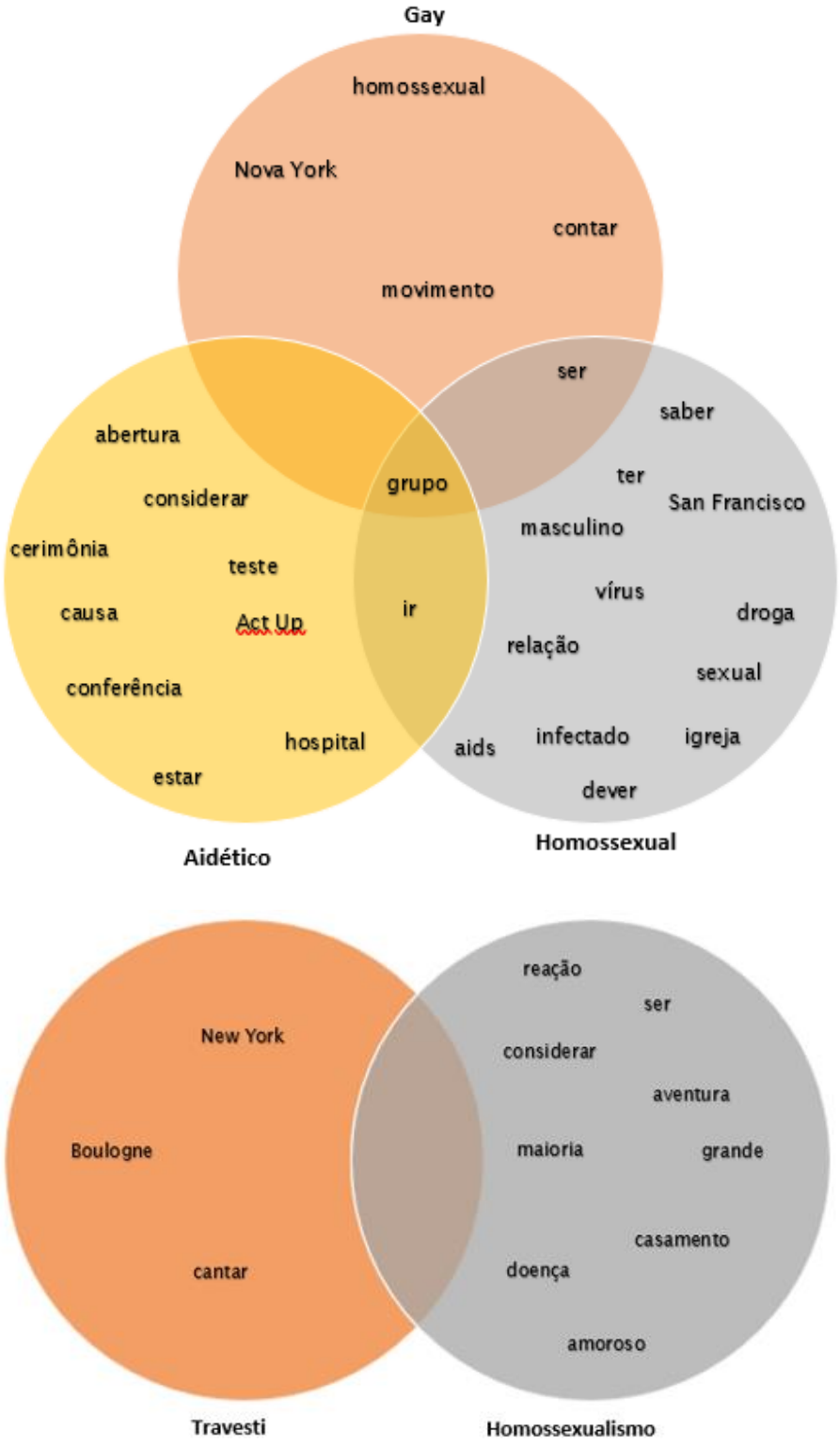
O termo “homossexualismo” nas notícias torna-se não apenas a orientação sexual, mas a característica de determinado conglomerado de pessoas com uma causa em comum (“os ecologistas”). Assim, grupos sociais são estabelecidos discursivamente com o objetivo de reduzir possibilidades interpretativas e tornar o fato algo possível dentro da perspectiva deliberada no ciclo de produção da própria notícia.

5.2.2 Discurso indireto em 1989 e 1999

Em 1989, a unidade de registro “homossexual” foi a mais utilizada com uso registrado em 59% do *corpus* da análise. As demais unidades de registro apareceram com índices inferiores: “aidético” (14%), “gay” (12%), “travesti” (10%) e “homossexualismo” (8%). O Globo foi o jornal que mais contribuiu com o *corpus* (43%), seguido do Estado de S.Paulo (33%) e Folha de S.Paulo (24%).

A coocorrência foi encontrada na seguinte configuração:

Figura 19 – Coocorrência no discurso indireto (1989)



A prática jornalística da nomeação no discurso indireto será observada inicialmente com o termo de maior incidência, “homossexual”, a partir das palavras de maior incidência na coocorrência: “vírus”, “infectado” e “grupo”, que refletem o contexto do HIV nas nomeações.

Abaixo, foram selecionados todos os enunciados encontrados a partir da coocorrência infectado-homossexual.

> 01)Do total de infectados, 95% pertencem a grupos de risco como os homossexuais, viciados em drogas injetáveis e hemofílicos, mas o restante contraiu a infecção por mecanismos desconhecidos, ou seja, outros que não aqueles comuns como relações sexuais, seringas contaminadas etc. (O Globo)
>
> 02)A vacina é uma cópia sintética da membrana exterior do vírus e os testes iniciais em seres humanos, realizados em 115 homossexuais não infectados, tiveram como objetivo saber se ela era segura. (O Globo)
>
> 03)O número de indigentes infectados pelo vírus da Aids é alarmante em várias cidades norte-americanas, o que se deve ao aumento do total de drogados e de homossexuais marginais. (Estado de S.Paulo)
>
> 04)Os testes iniciais foram feitos em 115 homossexuais voluntários não infectados. (Folha de S.Paulo)

As quatro unidades de contexto utilizam a prática da nomeação pelo marcador social. Em 01, "homossexual" não apenas nomeia como serve como classificação entre tantas outras enquadradas na categoria "grupo de risco", como "viciados em drogas" e "hemofílicos". Nos enunciados 02, 03 e 04 as classificações do "homossexual" avançam: "não infectados" (02), "marginais" (03) e "voluntários" (04).

A nomeação acontece, nesses casos, em sintonia com os demais elementos discursivos são organizados de modo a construir determinada possibilidade interpretativa ao ser homossexual no contexto do HIV.

A mesma análise foi executada com outros quatro enunciados na coocorrência entre vírus e as unidades de registro "homossexual", "aidético" e "gay". São eles:

> 01)Essa é a primeira vacina liberada pela FDA para testes no homem, o que já vem sendo feito desde setembro de 1987 em 115 voluntários que não tiveram contato com o vírus da Aids (são todos bissexuais ou gays). (Estado de S.Paulo)
>
> 02)Grupos de militantes aidéticos e portadores do vírus presentes em Montreal, como o ActUP, que invadiu a cerimônia de abertura do Congresso, refutam a acusação de que estejam atrapalhando as pesquisas e propõem uma reformulação da metodologia dos testes, que consideram lentos e burocráticos. (Estado de S.Paulo)
>
> 03)Esses homossexuais desenvolveram células T que atacaram micróbios e reconheceram os diferentes tipos de vírus, ou seja, produziram anticorpos neutralizadores. (O Globo)
>
> 04)Ao firmar o contrato, os que os subscreverem devem comprovar que não são soropositivos, que não se drogam e que não são homossexuais, isto é, que não pertencem aos grupos de mais sujeitos a contrair o vírus da enfermidade. (O Globo)

A prática da nomeação pelo marcador social volta a predominar em todas as unidades de registro. Os sujeitos das notícias podem ser nomeados como “voluntários” (01) e “militantes” (02), mas são interpretados a partir do rótulo social produzido discursivamente ao serem utilizadas, respectivamente, as unidades de registro “gay” e “aidéticos”.

No caso do enunciado 04, o sujeito é ocultado pela junção dos conectivos “os que os”, porém, essa construção torna implícita que a nomeação aconteceu em trecho anterior. Tem-se, desse modo, a indicação do que outrora foi nomeado (“não são homossexuais”).

A prática jornalística da nomeação foi também observada a partir das outras duas unidades de registro (“travesti” e “homossexualismo”). Para “travesti”, foram selecionadas unidades de contexto com a coocorrência “Boulogne” e “New York”. Um outro enunciado (02) foi incluído por ser complementar ao 01 e se referir ao contexto da notícia intitulada “Le Pen critica brasileiros e os compara a travestis”, que teve o título e o lead analisados anteriormente.

> 01)Le Pen se referia aos travestis que frequentam as noites do bosque de Boulogne (Bois de Boulogne), na parte oeste de Paris. (Folha de S.Paulo)
>
> 02)Ao comparar os brasileiros com os travestis, ele visa seu eleitorado conservador, o mesmo que lhe deu 44% de votos nas eleições presidenciais do ano passado. (Folha de S.Paulo)
>
> 03)Watusi é também darling dos travestis, e uma das figuras que eles mais imitam, junto com Shiley Bassey cantanto “Goldfinger” e Liza Minellu de liga em “Cabaret” (ou cantando “New York, New York”). (O Globo)

Nas três unidades de contexto é utilizada a prática da nomeação pelo marcador social. A presença é discursivamente elaborada a partir da palavra demarcadora de determinada identidade. Em 01 e 02, que integram o mesmo contexto, o nome próprio do líder da ultradireita francesa (“Le Pen”) indica o sujeito da oração que evoca a presença de dois grupos sociais: “brasileiros” e “travestis”. O termo da coocorrência é também uma nomeação, o nome de um bosque (“Bois de Boulogne”) por onde circulam as presenças passíveis de gerar estranhamento na comparação do político.

No enunciado 03, selecionado a partir da coocorrência com o nome de uma música em homenagem à cidade de New York, foi retirada da notícia intitulada "Watusi 'minimal'". Mais uma vez, a prática da nomeação é aplicada por meio do marcador social. O sujeito da ação ("Watusi") está associado à presença de outros sujeitos inseridos na interpretação a partir do nome "travesti", a diferença está entre a individualização do nome próprio na primeira palavra e a nomeação de um grupo reconhecido por características e estereótipos compartilhados socialmente.

Para a unidade de registro "homossexualismo", como todas as palavras obtiveram a coocorrência no mesmo índice, foi impossível selecionar trechos a partir desse fator de análise. Foram selecionadas, então, unidades de registro com seu uso no discurso indireto. Quatro enunciados foram localizados, todos publicados em O Globo. Os três primeiros foram retirados da mesma notícia, intitulada "Publicados os diários de Klaus Mann", e que tem como notícia o lançamento do livro com trechos do diário do escritor que cometeu suicídio em 1949.

> 01) O homossexualismo é também um tema quase diário. (O Globo)
>
> 02) Em alguns ambientes de subcultura de uma grande metrópole, como era Berlim na época, havia uma certa aceitação do homossexualismo. (O Globo)
>
> 03) Em reação a um ensaio publicado por Thomas Mann em 1926 sobre o casamento, onde critica radicalmente o homossexualismo, Klaus entregou-se ainda mais à aventuras amorosas. (O Globo)
>
> 04) Os resultados indicam que a maioria considerava o homossexualismo uma doença, embora curável. (O Globo)

A prática jornalística da nomeação da dissidência sexual é elaborada discursivamente nos enunciados a partir da construção da existência de que um objeto do discurso foge à norma heterossexual. Em 01, a fuga da normalidade torna-se um "tema", algo a ser debatido, enquanto em 02 a mesma sexualidade é apresentada como algo passível de "certa aceitação". No enunciado 03, a última aparição da palavra é para torná-la um objeto passível da "crítica radicalmente" elaborada a partir da sua existência.

Ao observar o único enunciado (04) não pertencente a mesma notícia, o cenário não difere muito. Publicado com o título "*Livro contesta revolução sexual na década de 60*", a notícia era focada em no lançamento

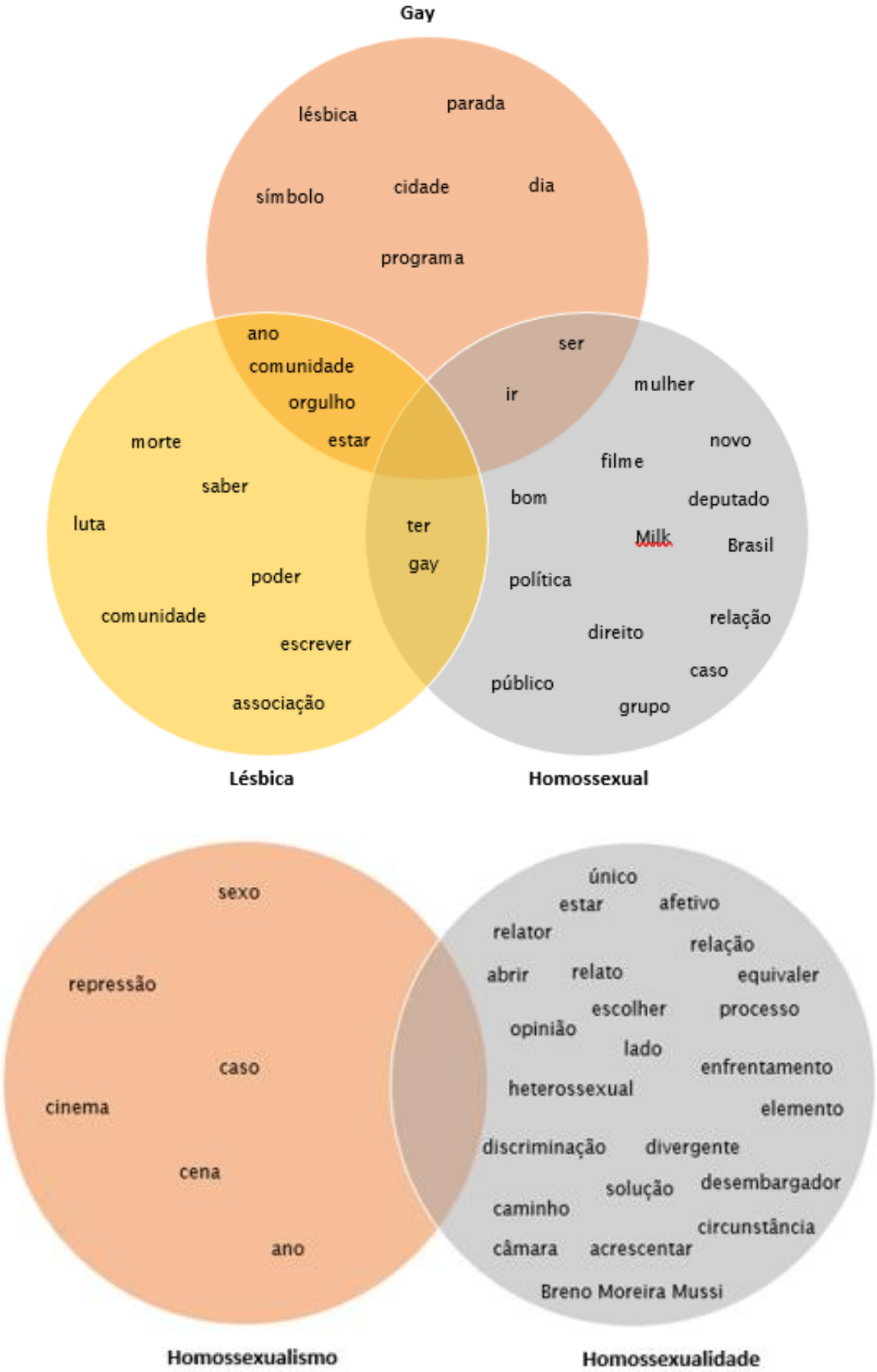
de um livro que contestava a ocorrência de uma revolução sexual na década de 1960. A unidade de registro "homossexualismo" é utilizada como nomeação da dissidência sexual a partir do modo como determinado grupo social a interpreta. Aparece, então, a associação direta entre homossexualismo e doença, além da noção de ser algo passível de cura, como é visto no desfecho da frase.

Desse modo, a análise das notícias em 1989 reforça como a construção discursiva dos jornalistas elabora interpretações possíveis a partir da prática jornalística da nomeação. Presenças são elaboradas discursivamente à medida que palavras são selecionadas, frases são estruturadas, comparações são estabelecidas e, acima de tudo, quando determinadas nomeações criam as presenças no discurso. Fala-se sobre alguém ou sobre algo, tudo devidamente nomeado não apenas pelas fontes, mas, acima de tudo, pelo próprio jornalista no discurso indireto.

Quando olhamos para o conteúdo de 1999, a Folha de S.Paulo responde por 61% do *corpus*, índice superior ao Estado de S.Paulo (23%) e O Globo (16%). A unidade de registro "gay" foi encontrada em mais da metade das ocorrências (53%). A segunda palavra mais utilizada foi "homossexual" (36%), seguida de "lésbica" (10%). "Homossexualismo" e "homossexualidade" aparecem, respectivamente com 8% e 3%.

O somatório do percentual equivale a mais de 100% por conta do aparecimento de diferentes unidades de registro na mesma unidade de contexto. O seguinte cenário de coocorrência foi localizado:

Figura 20 – Coocorrência no discurso indireto (1999)



A análise da prática jornalística da nomeação no discurso indireto de 1999 começará por enunciados com as unidades de registro “gay” e “lésbica” em coocorrência com “ano”, “comunidade” e “orgulho”.

> 01) O programa dura 30 minutos e tem entrevistas, comentários sobre teatro, vídeo, cinema, música e, no final, uma enquete sobre temas do interesse da comunidade gay local. (Folha de S.Paulo)
>
> 02) Paradas organizadas por homossexuais no mundo inteiro comemoraram ontem o dia internacional do orgulho gay e também os 30 anos da revolta de Stonewall Inn, nome de um bar de Nova York onde um grupo de homossexuais se rebelou contra a violência policial. (Folha de S.Paulo)
>
> 03) Com a publicação da lei, o orgulho gay passou a ser comemorado no dia 28 de junho e a constar do calendário oficial da cidade. (Estado de S.Paulo)

O enunciado 02 é o mais dependente da prática da nomeação por meio das unidades de registro pesquisadas. Foi elaborado a partir de duas diferentes estratégias: utiliza duplamente a nomeação pelo marcador social (“homossexuais do mundo inteiro” e “grupo de homossexuais”), além de nomear para classificar referente (“dia internacional do orgulho gay”).

Em 01, a nomeação aparece pelo marcador social. Não é uma comunidade qualquer, é uma “comunidade gay”, identificação feita para reforçar a ideia de que algo é produzido de modo específico a esse público. Já em 03, a unidade de registro é acionada para classificar um sentimento. Não é apenas o orgulho que é celebrado, é o “orgulho gay”.

Foram isoladas também unidades de contexto que possuem os verbos “ser” e “ir” em coocorrência com as unidades de registro “gay” e “homossexual”. Além de estarem no campo da coocorrência, mostram a importância dos verbos não apenas como palavras evidenciadoras da ação, mas como pontos de ligação entre o objeto nomeado e seu caráter de inserção identitária no processo de nomeação pelo marcador social.

> 01)No Brasil, ninguém levantou bandeira contra o personagem Tinky Winky, mas em vários países alguns pais acusam o teletubbie roxo de ser gay e servir de má influência às crianças. (Folha de S.Paulo)
>
> 02)Jerry Falwell, um reverendo televisivo dos EUA, criticou o personagem estar em um programa infantil e o acusou de ser um símbolo gay. (Folha de S.Paulo)
>
> 03)No rol das boas notícias da política do rosa-choque, os gays listam a punição a dois PMs que agrediram um homossexual e a retomada das investigações de três casos de “Boa noite, Cinderela”, golpe no qual um gay é dopado para ser roubado. (O Globo)

A primeira unidade de contexto é baseada na rotulação do sujeito. O “ser gay” é uma acusação direcionada ao personagem Tinky Winky, e, a partir daí, se estabelece o estigma social nas possibilidades de interpretação da sua presença construída discursivamente. O verbo “ser” conduz a unidade de registro “gay” ao status de existência, condição delimitada, nesse caso, pela associação à “má influência”.

Em 02, a nomeação é verificada pela classificação de referente. A unidade de registro é definidora da possibilidade interpretativa. O sujeito da ação, o reverendo Jerry Falwell, refere-se não a um símbolo qualquer, mas ao “símbolo gay”. A prática muda significativamente no enunciado seguinte, quando três nomeações pelo uso do marcador social são aplicadas em sequência em 03.

A terceira unidade de registro tem início com a nomeação “política do rosa-choque” para identificar a iniciativa de criação de um canal de denúncia exclusivo à comunidade LGBTQIA+ junto à instituição policial, o Disque-Defesa dos Homossexuais (DDH). Na notícia não é especificado se essa nomeação parte do jornalista ou de alguma fonte, mas ela aparece duas vezes no discurso indireto e foi reproduzida no título da notícia (“Política do rosa-choque muda a relação dos homossexuais com policiais no Rio”).

No mesmo enunciado existe a duplicidade de uso da unidade de registro “gay” e uma ocorrência de “homossexual”. Nos três casos as palavras nomeadoras foram usadas com o mesmo objetivo: identificar um sujeito. Os gays são atores sociais executores de ação por meio dos verbos listar e ser, ambos no presente do indicativo. No mesmo enunciado, homossexual é o termo que nomeia um sujeito que sofre determinação ação delimitada pelo verbo agredir no pretérito perfeito.

O último momento da análise do discurso indireto será focado na nomeação da orientação sexual. Não foram encontradas palavras em copresença entre as unidades de registro “homossexualismo” e “homossexual”, portanto, parte-se de casos em que determinadas palavras ilustradas no Diagrama de Venn estão em coocorrência com as unidades de registro.

> 01)O desembargador Breno Moreira Mussi, relator do processo, acrescentou que "o único elemento divergente está na circunstância da homossexualidade, pois o lado afetivo equivale ao das relações heterossexuais". (Folha de S.Paulo)
>
> 02)Na opinião do relator, a solução escolhida pela 8ª Câmara "abre caminho para o enfrentamento contra a discriminação da homossexualidade". (Estado de S.Paulo)
>
> 03)A Cinemateca Brasileira e a Mostra Internacional de Cinema apresentam, a partir de hoje, o ciclo homossexualismo e Repressão, que traz em seu primeiro dia um lançamento exclusivo, exibido apenas na seleção da 21ª Mostra, em 1997, O Outro Lado da Cidade Proibida (East Palace West Palace). (Estado de S.Paulo)

As duas unidades de contexto iniciais estão no formato de discurso indireto livre, quando parte da frase é atribuída ao autor, mas são inseridas aspas para indicar a presença de outro interlocutor. Ambos partem da mesma pauta publicada em diferentes jornais. Na Folha de S.Paulo, com o título "Tribunal reconhece união de lésbicas no Rio Grande do Sul", enquanto no Estado de S.Paulo o título foi "Justiça reconhece casal de homossexuais no RS".

Nos dois casos os jornalistas começam com a nomeação do sujeito ("Breno Moreira Mussi" e "relator"), e atribuem a ele a classificação da "homossexualidade" ou do "homossexualismo" como uma circunstância no parecer jurídico. A orientação sexual é classificada, validada, ganha existência por meio da fonte inserida no discurso indireto com uma nomeação da orientação sexual que aparece de diferentes modos, apesar de a fonte ser a mesma.

Por fim, em 03, a unidade de registro "homossexualismo" é parte do nome de um ciclo de cinema. Nesse caso, o termo é diretamente utilizado em referência à prática sexual e serve como palavra de precisão para definir a temática dos filmes. Sua existência é noticiada em associação a outros dois nomes, o do órgão responsável ("Cinemateca Brasileira") e o do evento ("Mostra Internacional de Cinema").

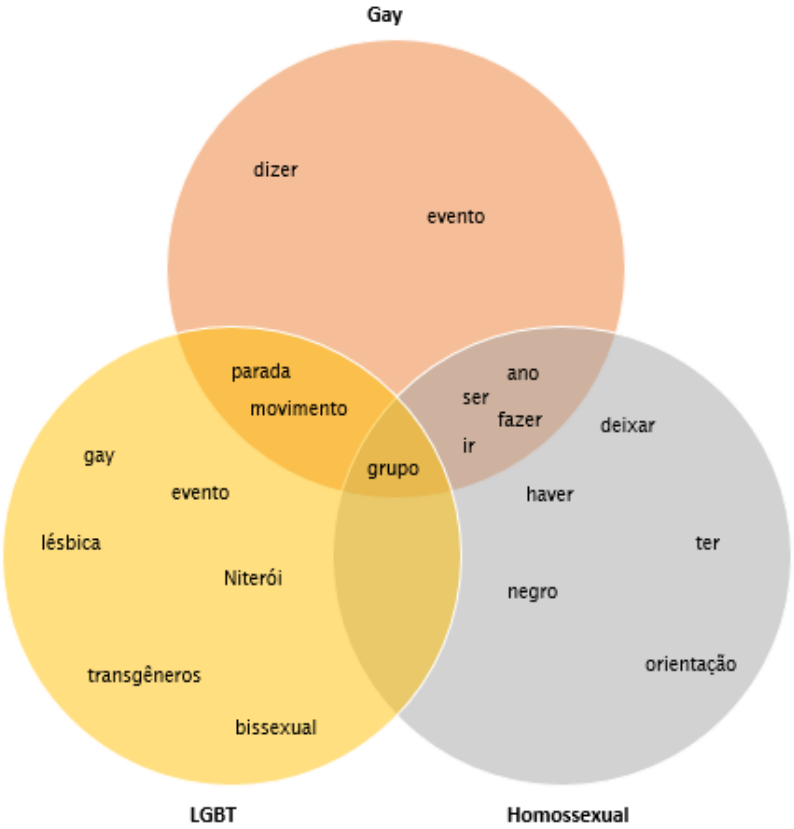
Desse modo, o discurso indireto em 1999 reforçou a prática da nomeação jornalística como uma estratégia discursiva inerente à notícia. Palavras nomeadoras assumem também caráter de adjetivos quando acionadas como referentes de outros objetos, como eventos, datas e celebrações. Ou seja, palavras nomeiam e classificam a depender do uso feito pelos jornalistas.

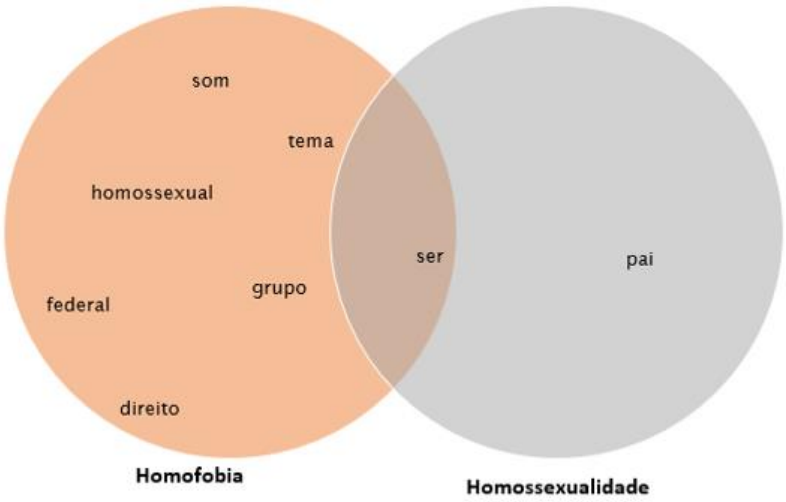
5.2.3 Discurso indireto em 2009 e 2019

No *corpus* coletado em junho de 2009, a unidade de registro “gay” foi a mais utilizada, em 61% dos casos, seguida de “homossexual” (27%). As outras três unidades de registro, “homossexualidade”, “homofobia” e “LGBT”, aparecem, respectivamente, com 9%, 6% e 5%. A soma dos percentuais é superior a 100% porque, em alguns enunciados, aparecem duas ou mais unidades de registro.

A Folha de S.Paulo foi o jornal com maior índice de uso das palavras nomeadoras, foram encontradas nela 55% das unidades de contexto. Os outros 50% estão distribuídos entre O Globo (24%) e Estado de S. Paulo (25%). A coocorrência do período pode ser evidenciada da seguinte forma:

Figura 21 – Coocorrência no discurso indireto (2009)





A análise do discurso indireto começará com a unidade de registro "gay", a mais recorrente com 61% de incidência entre todos os enunciados pesquisados no período. As palavras "parada", "ano" e "evento" são as mais frequentes na coocorrência. Enunciados com essas quatro palavras foram selecionados para essa primeira parte da análise. Todos são relacionados à Parada Gay.

> 01) Discordâncias sobre cachê fizeram as boates gays saírem do evento neste ano. (Folha de S.Paulo)
>
> 02) Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Estadual prevê que a Prefeitura pode realizar três grandes eventos na Avenida Paulista por ano: a Parada Gay, a festa da virada de ano e a Corrida de São Silvestre. (Estado de S.Paulo)
>
> 03) A iniciativa foi possível graças a um prêmio do Ministério da Cultura (MinC), que considerou a Parada Gay de Niterói de 2008 o segundo melhor evento LGBT do Brasil. (O Globo)

As três unidades de registro são elaboradas a partir da nomeação pela classificação de referente. Nomeia-se "boate gay", "parada gay" e "evento LGBT" como possibilidades interpretativas para objetos de realidade que existem à sombra da unidade de registro. Não é apenas uma boate, para ou evento, são gays ou LGBT.

No caso da unidade de registro "homossexual", as palavras "negro" e "grupo" são as mais frequentes na coocorrência. Foram selecionadas três unidades de contexto de uma mesma notícia da Folha de S.Paulo para observação da prática jornalística da nomeação. A notícia foi veiculada após a Parada Gay com o título "Amigos de rapaz morto após Parada gay fazem ato hoje".

> O1) Diferentemente da polícia, os amigos do cozinheiro dizem que ele não participou da Parada Gay.
>
> 02) Uma delas é que Barros tenha sido atacado por um grupo neonazista de whitepowers, que prega o ódio contra homossexuais, negros, nordestinos e judeus.
>
> 03) Os amigos do cozinheiro disseram que ele era homossexual e nunca havia se envolvido em confusões.

Em 01, a nomeação acontece por meio da classificação de referente ("parada gay", enquanto em 02 foi utilizada a nomeação pelo marcador social ("homossexuais, negros, nordestinos e judeus"). Em 03, a rotulação é aplicada como estratégia de nomeação. O "cozinheiro" é o objeto do discurso que passa a ser inserido em determinada existência a partir do ser "homossexual".

O passo seguinte na análise foi observar a prática jornalística da nomeação a partir do uso da sigla LGBT. Entre as coocorrências com o acrônimo, "gay" e "parada" são as mais frequentes.

> 01) Nos últimos cinco anos, com os avanços do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros), esse grupo começou a romper o silêncio e a lutar contra a discriminação, exigindo direitos iguais no ambiente de trabalho. (Folha de S.Paulo)
>
> 02) O novo serviço, que terá capacidade para 300 atendimentos mensais de todos os tipos, é parte das comemorações do mês do orgulho LGBT (sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). (Estado de S.Paulo)
>
> 03) O maior evento gay de Niterói, a Parada LGBT, está programado para acontecer no dia 4 de outubro (O Globo)

As unidades de contexto 02 e 03 apresentam nomeações pela classificação de referente ("orgulho LGBT" e "parada LGBT"), enquanto em 01 nomeia-se pelo marcado social ("movimento LGBT"). No entanto, é interessante observar como o uso da sigla aciona, em 01 e 02, a nomeação pelo marcador social ao ser tido como necessário explicar quais palavras são representadas pelas letras do acrônimo. Assim, o jornalismo nomeia determinados grupos sociais e fortalece presenças para interpretações possíveis.

O terceiro e último passo desse trecho da análise é observar como se dá a prática jornalística da nomeação no discurso indireto a partir da nomeação da violência ("homofobia") e da orientação sexual dissidente ("homossexualidade"). As duas possuem em comum a coocorrência com o verbo "ser".

> 01) O festival vai exibir produções sobre temas como homossexualidade e Aids. (O Globo)
>
> 02) De acordo com a sexóloga Regina Navarro Lins, muitos pais ainda reagem com pânico ou negação diante da descoberta da homossexualidade das filhas, mas, com o tempo, a tendência é a aceitação. (O Globo)
>
> 03) A cada meia hora o som eletrônico será interrompido para a execução do jingle "Sem Homofobia. Mais cidadania. Pela isonomia dos direitos", tema da festa este ano. (Folha de S.Paulo)
>
> 04) Com o tema "Não Homofobia", um caminhão de som na avenida Paulista convidava o público a participar de um abaixo-assinado que defende projeto de lei federal que torna crime discriminar homossexuais. (Folha de S.Paulo)

Em 01 e 02, a nomeação da sexualidade dissidente aparece em associação com a precisão jornalística. Primeiro, é um tema a ser abordado em festival. Depois, é uma "descoberta" causadora de "pânico ou negação".

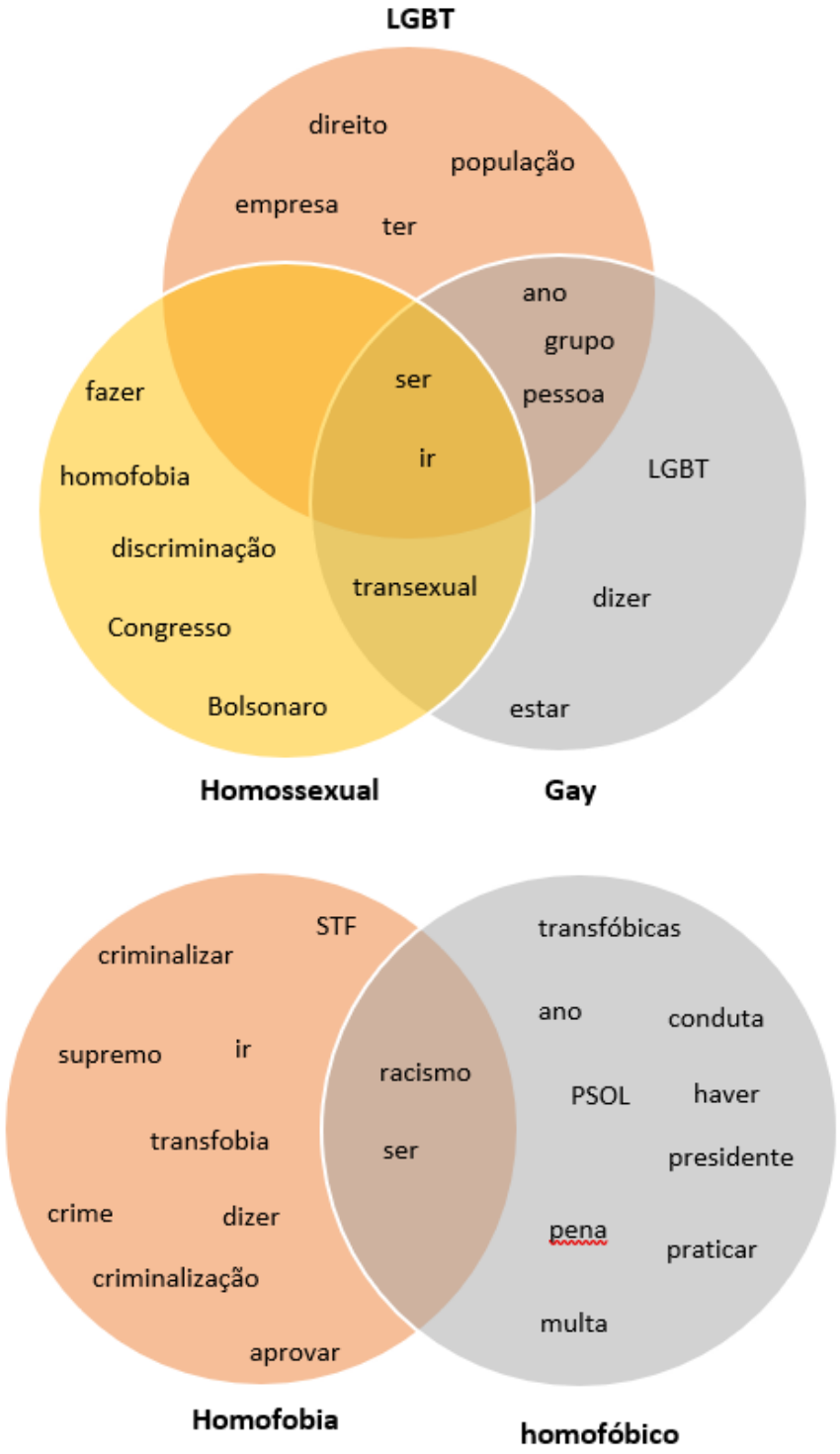
Em determinada medida, as duas unidades de contexto precisam dessa nomeação para que o argumento do jornalismo seja preciso na transmissão das informações. Um festival não é apenas um festival se pode-se dizer qual a temática, assim como o pânico de pais não pode ser apenas noticiado como pânico, é preciso dizer as suas razões.

Em 03 e 04, a nomeação da violência é aplicada como temática. "Homofobia" torna-se o foco de um jingle, é disseminada em um "caminhão de som". Por meio do discurso indireto, o jornalista projeta a palavra para além da violência, ela torna-se um assunto socialmente reconhecido. Em 04, destaca-se ainda o uso da nomeação pelo marcador social ao citar a discriminação contra homossexuais.

Já em 2019, a sigla "LGBT" apresentou o uso mais recorrente no discurso indireto, com 46% de aparecimento nas unidades de contexto. "Gay" e "homofobia" aparecem, respectivamente, com 26% e 23%, seguidas de "homossexual" (12%) e "homofóbico" (4%). O somatório do índice de uso é sempre maior que 100% por conta da aparição de mais de uma unidade de registro em algumas unidades de contexto.

A Folha de S.Paulo é o jornal que mais contribuiu com esse contingente, com 55% do material, seguida de O Globo (28%) e Estado de S.Paulo (17%). O seguinte cenário de coocorrência foi localizado:

Figura 22 – Coocorrência no discurso indireto (2019)



A observação da prática jornalística da nomeação terá início com unidades de contexto nas quais a unidade de registro mais recorrente ("LGBT") aparece com as coocorrências mais frequentes. Foram isoladas,

inicialmente, sete enunciados com a palavra “direito”, a mais recorrente na coocorrência com a sigla “LGBT”.

> 01) Gabriela Melo, diretora de consultoria da Todxs, organização que atua com tecnologia e treinamento para a promoção de direitos LGBT, diz acreditar que o interesse das empresas por se tornarem mais abertas tem crescido. (Folha de S.Paulo)
>
> 02) “Consegui casar com o homem que amo graças a um [único] voto da Suprema Corte, por trás do qual estão anos de luta”, disse, em um jantar da Human Rights Campaign (campanha pelos direitos humanos), maior organização civil americana que advoga pelos direitos LGBT (Folha de S.Paulo)
>
> 03) Os amigos sambistas a acolheram, tem um trabalho que ama, na superintendência de políticas LGBT da Secretaria de Direitos Humanos do Estados do Rio, e os filhos quase todos a chamam de mãe: Leila, Soraya, Tiago, Pierre e Paulinho – só Joice, com quem passou anos brigada, quando ainda adotava identidade masculina, que não. (Folha de S.Paulo)
>
> 04) Na semana em que a decisão história completa quatro anos, relembram-se também os 50 anos da revolta de Stonewall, marco da luta da população LGBT por direitos. (Folha de S.Paulo)
>
> 05) Fiéis, pastores e líderes religiosos têm assegurado o direito de pregar suas convicções, desde que as manifestações não se convertam em discursos de ódio, incitando hostilidade ou violência contra LGBTs. (Estado de S.Paulo)
>
> 06) A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que tornou a homofobia um crime como o racismo também foi lembrada por participantes como Toni Reis, diretor-executivo do Grupo Dignidade, um dos pioneiros na defesa dos direitos LGBT. (O Globo)
>
> 07) Por causa da resistência de frequentadores do local, o episódio se tornou um marco para a luta pelos direitos civis da comunidade LGBT nos EUA. (O Globo)

Apenas o enunciado 04, 05 e 07 não foram elaborados a partir da nomeação para classificar referente, sendo identificada a nomeação pelo marcador social (“população LGBT” e “comunidade LGBT”). Nos demais, há sempre um referente qualificado classificado pela unidade de registro (“direitos LGBT” e “políticas LGBT”).

Outro destaque é para 06, onde há ainda a nomeação da violência a partir do contexto da criminalização validada por uma presença nomeada, o Supremo Tribunal Federal (STF). Foram selecionadas, em seguida, unidades de contexto nas quais é verificado o uso da palavra “transexual” em coocorrência com as unidades de registro “gay” e “homossexual”.

Como pode ser conferido abaixo, as três unidades de contexto foram elaboradas a partir da nomeação pelo marcador social. O termo transexual é utilizado para determinar presenças no texto na mesma medida em que se utiliza “gay” ou “homossexual”. São objetos do discurso

organizados pela possibilidade de interpretação inserida no marcador social que carregam.

> 01) A Parada deste ano chega à 23ª edição neste domingo (23) debaixo de outro desafio: manter o que já foi conquistado pela comunidade formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. (Folha de S.Paulo)
>
> 02) Essas condutas podem ter como alvo homossexuais, transexuais ou até heterossexuais que eventualmente sejam identificados pelo agressor como LGBTs. (Estado de S.Paulo)
>
> 03) Apenas no primeiro semestre deste ano, gays e transexuais contabilizaram quatro grandes vitórias no STF. (O Globo)

Por fim, outra palavra que colabora na reflexão da nomeação no discurso indireto é "racismo". Localizada na intersecção entre as unidades de registro "homofobia" e "homofóbico", o substantivo conduz para a relevância das nomeações para além dos sujeitos. Como nome de crime, racismo é validado juridicamente por marcos legais e, a partir de determinado reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a validação é associada a outras duas palavras: "homofobia" e "transfobia".

> 01) Para Bourke e DeLeon, católicos que moram no Kentucky, no conservador sul-americano, a aceitação dos gays vem avançando no país, mas falta uma lei federal que proteja os LGBT de discriminação – no Brasil, o STF decidiu, há duas semanas, por equiparar os crimes de homofobia e transfobia ao de racismo. (Folha de S.Paulo)
>
> 02) Quanto à criminalização, oito votaram para que as condutas homofóbicas e transfóbicas sejam enquadradas como racismo – discordaram Toffoli, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski. (Estado de S.Paulo)
>
> 03) A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que tornou a homofobia um crime como o racismo também foi lembrada por participantes como Toni Reis, diretor-executivo do Grupo Dignidade, um dos pioneiros na defesa dos direitos LGBT. (O Globo)

O enunciado 01 foi elaborado a partir do uso duplicado da nomeação pelo marcador social ("aceitação dos gays" e "proteja os LGBT"). Em seguida, a nomeação da violência é acionada como indicativo de que a aceitação e a proteção citadas anteriormente estão ligadas à homofobia e transfobia. Não são apenas atos de violência, são ato nomeados e com determinada interpretação definida a partir da palavra nomeadora.

Em 02, a palavra nomeadora da violência é utilizada por meio da classificação de referente. Trata-se não da violência em si, mas de "condutas homofóbicas e transfóbicas". Assim, condutas são qualificadas a partir da palavra central na argumentação, a que nomeia pela

classificação. Em 03, a nomeação da violência é acionada para, em seguida, ser inserida a nomeação pela classificação de referente. O objeto do discurso não é apenas o direito, são os “direitos LGBT”.

Desse modo, a análise da prática jornalística da nomeação em 2019 evidencia como as lutas identitárias foram acionadas a partir das palavras cruciais à argumentação do reforço de marcadores sociais e dos atos de violência nomeados. Como objetos do discurso, os integrantes da comunidade LGBTQIA+ acionam contextos nos quais os usos das palavras são cruciais às possibilidades interpretativas da causa.

RESULTADOS ENCONTRADOS

A partir da análise de 69 enunciados coletados, a pesquisa evidenciou que, no discurso indireto, há o predomínio da nomeação pelo marcador social em 48% dos casos, como pode ser conferido na tabela abaixo. Esse resultado revela como o caráter argumentativo da notícia passa pela construção de enunciados capazes de criar presenças sem recorrer ao nome próprio.

Os contextos sociais mudam, mas a prática jornalística se manteve como a mais recorrente ao longo dos anos. Basta olharmos para um exemplo de 1969, em uma frase como: “Variações deste tratamento são usadas com alcoólatras (que passam a vomitar toda vez que pegam num copo de uísque), homossexuais (que tomam um choque sempre que vestem roupas femininas) e são aplicadas a toda uma série de pacientes de comportamento anormal”.

No enunciado acima, a nomeação pelo marcador social está na ideia de tratamento à anormalidade do homossexual. Já em 2019, temos a frase: “Apenas no primeiro semestre deste ano, gays e transexuais contabilizaram quatro grandes vitórias no STF”. Ou seja, tanto no contexto de lutas e conquistas como no cenário de precariedade da existência, a mesma prática jornalística da nomeação foi aplicada.

Tabela 3 – Nomeação no discurso indireto

Categorias	
Rotulação do sujeito	4%
Marcador social	**48%**
Classificar referente	26%
Sexualidade dissidente	19%
Violência	4%

Esse resultado reforça a tese de que a prática jornalística da nomeação pelo marcador social é reveladora, por meio do contexto em que é aplicada, de como as lutas sociais foram discursivamente elaboradas nos jornais em diferentes momentos da história. Nesses casos, o jornalista fala sobre os sujeitos a partir da estratégia de nomeá-los com base nos respectivos marcadores sociais em que estão inseridos.

5.3 Discurso direto

O discurso direto é elaborado por meio de enunciados que são os pontos discursivos de maior evidenciação das fontes. Declarações textuais são fincadas na tentativa de visibilizar que a notícia não é uma produção exclusiva do jornalista, haja vista que diferentes atores sociais relatam fatos, promovem análises e possibilitam a inserção de diferentes pontos de vista oriundos de múltiplos campos sociais.

Jornalistas aprendem que as declarações textuais precisam ser inseridas na notícia como complemento e validação da argumentação inicialmente elaborada por meio do discurso indireto. Ao discurso direto é reservado o espaço estratégico a partir da declaração de maior impacto ou da frase que leve o leitor a conhecer melhor determinada fonte de informação (Grupo Folha, 2011).

Algumas regras são basilares ao discurso direto no jornalismo. A primeira delas é o compromisso do jornalista em reproduzir apenas as declarações que foram ouvidas, seja em gravações ou por meio de entrevistas. Outra orientação é valorizar as frases mais importantes e

evitar o excesso de aspas ao longo do texto (Grupo Folha, 2011; Martins Filho, 1997).

O discurso direto se configura como uma estratégia textual que, antes de ser inserido na notícia, passa pelo crivo do jornalista em seu processo de seleção e hierarquização. Como é apresentado no Manual da Redação Folha de S.Paulo: "Reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia (Grupo Folha, 2011).

Assim, o uso de aspas ou travessão e, no caso das mídias audiovisuais, a aplicação de sonoras, faz parte da dinâmica de produção das notícias e, nesse contexto, a prática jornalística da nomeação aparece como elemento de influência direta no conteúdo produzido, como será evidenciado na análise a seguir.

5.3.1 Discurso direto em 1969 e 1979

No período pesquisado nos jornais de referência de 1969, apenas uma unidade de contexto foi identificada no discurso direto e em associação com uma das unidades de registro. É o termo "homossexual", que apareceu duplamente por meio de uma frase atribuída ao professor Vítor Stawarski na notícia "Aquele velho tema em linguagem nova", publicada em 11 de junho no jornal O Globo.

Dessa frase, foi possível identificar o seguinte quadro de coocorrência:

Figura 23 – Coocorrência no discurso direto (1969)

Da mesma fonte que produz o discurso direto parte uma nomeação até então não localizada para se referir a orientação sexual, "terceiro sexo". As declarações do professor são apresentadas em duas unidades de contexto, na mesma ordem da notícia, e o pronome "eles", em 01, refere-se aos alunos.

> 01) "Eles querem saber muito mais a respeito do terceiro sexo, por exemplo".
>
> 02) "É um problema que interessa mormente a sociólogos por dois motivos: em primeiro lugar, porque cada homossexual masculino é um marido que se perde; e, em segundo, porque quase a totalidade de homossexuais é neurótica".

Na fala que, em tese, reproduz na íntegra a declaração da fonte, o jornalista utiliza duas estratégias da prática jornalística da nomeação. A primeira delas, no enunciado 01, é a nomeação da sexualidade dissidente. Em seguida, aplica-se a nomeação pelo marcador social. O "terceiro sexo" refere-se a algo fora da heterossexualidade, há uma miríade de interpretações possíveis, mas sabe-se que nenhuma delas levará à norma da sexualidade padronizada.

O homossexual é o objeto do discurso. Ele é "um marido que se perde" e, ao mesmo tempo, faz parte de um grupo classificado como neurótico em potencial. A notícia foi publicada sem autoria e classifica

Stawarski como “sumidade em educação sexual”. A validação das suas falas é reforçada pelo discurso indireto, quando o repórter o apresenta como estudioso que desde 1930 lutava pela institucionalização da educação sexual.

Stawarski é citado na notícia como um professor inicialmente criticado por tentar “tirar a inocência dos jovens” com a disseminação de saberes ligados à sexualidade. A partir da década de 40, porém, esteve à frente de aulas dessa natureza para adultos e crianças no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

O posicionamento da fonte é revelado nos modos de nomear pelo discurso direto. Na unidade de contexto 02, o “terceiro sexo” é associado como “problema social” que quase sempre tem os pais como culpados. Nomeia-se, então, um problema e os seus respectivos causadores a partir do respaldo da fonte especializada que inicia sua frase com “eu digo que”.

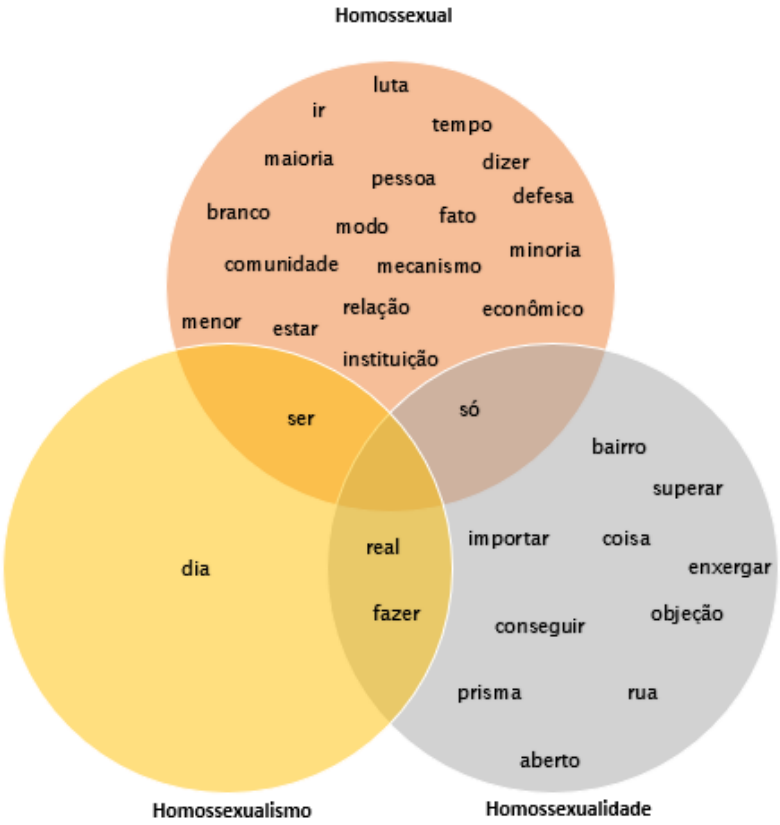
Analisar a nomeação pela conexão entre as unidades de registro mostra que, no discurso direto, a prática da nomeação opera como reflexo de determinada fonte. A declaração revela não apenas a presença de determinado objeto construído discursivamente, mas delimita a figura de quem fala. O léxico específico do professor e sua capacidade de categorizar o sujeito ao longo de diferentes unidades de contexto, apresentam como uma estratégia discursiva permite a construção de imagens por meio dos nomes.

Quando partimos para o período seguinte, 1979, assim como foi verificado no discurso indireto do mesmo ano, a unidade de registro “homossexual” predominou no discurso direto. Foram localizadas 85% das unidades de contexto em associação com essa unidade de registro.

Homossexualidade e homossexualismo apareceram, respectivamente, em 12% e 4%. Os termos “gay” e “bissexual” possuem zero de registro na matriz de contingência, o que significa nenhuma utilização por meio do discurso direto nas notícias.

O seguinte cenário de coocorrências foi identificado:

Figura 24 – Coocorrência no discurso direto (1979)



Todas as unidades de registo no discurso direto foram encontradas no jornal O Globo. A notícia "Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais" (anexo 03), citada anteriormente nessa pesquisa, é responsável pelo fornecimento de 85% dos enunciados encontrados como discurso direto em junho de 1979. Outras três notícias, juntas, acumulam 15% dos enunciados restantes.

Por conta desse robusto contingente de enunciados no discurso direto, a análise das nomeações será iniciada a partir da coocorrência encontrada nessa notícia. O texto é assinado pela jornalista Cynthia Gorney, que tem ao lado da sua assinatura as informações "The Washington Post, exclusivo para O Globo".

A partir de um protesto protagonizado por pessoas da comunidade LGBTQIA+, a jornalista relata tensionamentos sociais ocorridos por conta da ocupação da Rua Castro, em São Francisco, por homossexuais. Nos dias atuais, Castro é conhecido mundialmente como um bairro LGBTQIA+. Nos anos 70, São Francisco já era vista como a capital gay dos Estados Unidos tanto pela mídia como por gays e lésbicas (Fejes, 2008, p.182).

A ocupação do bairro estava em fase de consolidação justamente em 1979, quando Cynthia Gorney escreveu a notícia. Para a análise das nomeações, foi tomado como início as declarações de fontes com críticas à ocupação do bairro pelos homossexuais. Elas estão associadas à coocorrência de termos como “comunidade”, “branco”, “só”, “pessoa”, “tempo” e “mecanismo”. As fontes selecionadas pela jornalista para compor o discurso direto pertencem a três diferentes contextos: um jovem de 17 anos, um latino e uma mulher negra.

> 01)“Tudo isto é um mecanismo de defesa, e não sei por que precisam de um mecanismo de defesa quando esta é a mais tolerante das cidades em relação aos homossexuais”. (Peter, 17 anos, heterossexual).
>
> 02)“As pessoas que estão aqui há bastante tempo lembram-se quando na Castro ainda não havia nenhuma comunidade homossexual, quando aqui tínhamos ainda uma comunidade agradável de classe média”, diz Al Brovice. (Al Brovice, advogado, coordenador do centro comunitário La Raza Centro Legal, de origem hispânica).
>
> 03)“No que me diz respeito, você e outros brancos homossexuais não passam de defensores de uma causa só, que imediatamente tacham qualquer pessoa que não concorde com seu estilo de vida de racista, preconceituoso ou carola”. (Idaree Westbrook, 56 anos, negra)

As unidades de contexto 01 e 03 são exemplos de prática da nomeação pelo marcador social. Os homossexuais são sujeitos do discurso ao serem nomeados como grupo detentor de (01) “mecanismos de defesa” e, ao mesmo tempo”, como (03) “defensores de uma causa só”. Em 01, o jovem Peter nomeia de “mecanismo de defesa” uma referência que antecede a unidade de registro apresentada. Para melhor compreender o contexto da declaração, será reproduzida a íntegra do discurso direto.

> “Mas não suporto ouvir alguém do outro lado do telefone com voz efeminada. Quando moravam em Wisconsin não falavam deste modo. Vieram para São Francisco e começaram a usar jeans apertados, botas velhas, a camisa de lenhador geralmente de cor vermelha, bastante justa. Tudo isto é um mecanismo de defesa, e não sei por que precisam de um mecanismo de defesa quando esta é a mais tolerante das cidades em relação aos homossexuais.”

O nomeado “mecanismo de defesa” dos homossexuais no discurso direto da fonte consiste em usar jeans apertado, botas vermelhas e camisa de lenhador. É por meio da declaração direta que a jornalista utiliza a fonte para validação de determinada interpretação da realidade. Em tese, Peter seria o nomeador em primeira instância, enquanto à

jornalista caberia a posição de reprodutora desse discurso e suas nomeações. Apenas em tese.

A observação de diferentes unidades de contexto da notícia aponta que o discurso direto não existe sem um complemento do discurso indireto. Em maior ou menor dimensão, o discurso indireto sempre está presente para contextualizar o aparecimento do discurso direto. No caso da notícia em análise, a jornalista descreve Peter da seguinte maneira:

> Peter tem 17 anos e é heterossexual. Alto, magro, atraente, ele é obrigado a passar pela Rua Polk para chegar ao colégio. Esta rua antecedeu a Castro como centro homossexual da cidade, e continua a ser uma área marcadamente homossexual.

Antes mesmo de evidenciar o discurso direto atribuído à fonte, a jornalista apresenta a heterossexualidade como o ponto de partida ao sujeito. A unidade de registro "homossexual" é utilizada para qualificar determinadas áreas da cidade pela qual o heterossexual "é obrigado a passar". Ou seja, antes mesmo da declaração, o tensionamento social é discursivamente estabelecido pela jornalista por meio de palavras nomeadoras.

A segunda unidade de registro é atribuída ao advogado Al Brovice, coordenador do centro comunitário La Raza Centro Legal, de origem hispânica. O trecho é todo estruturado por meio das nomeações. Os sujeitos de referência são identificados como "pessoas".

Por meio do verbo lembrar, a ação é associada ao nome da rua ("Castro"). A unidade de registro promove uma comparação a partir das nomeações. Se uma "comunidade homossexual" é o nome do problema, uma "comunidade agradável de classe média" é o nome de quem lamenta à existência do problema.

Após essa declaração, a participação de Al Brovice é continuada na notícia com o enunciado: "De um momento para outro, toda aquela comunidade apodreceu". Comunidade, nesse caso, não é apenas um coletivo de pessoas, é a palavra nomeadora que executa a função de dividir sujeitos de diferentes interesses.

Por meio da lógico nós *versus* eles, a nomeação no discurso direto consolida o posicionamento de diferentes atores sociais. Um homem latino nos Estados Unidos em plena década de 70 é um sujeito que, a

depender da arena social, ocupará o lugar de reivindicador de espaço ou mantenedor da normalidade.

Dinâmica similar é observada de modo mais acirrado na unidade de contexto seguinte. Uma nomeação duplamente elaborada por meio dos marcadores sociais ("brancos homossexuais") localiza sujeitos de referência por aspectos raciais e sexuais. Esse mesmo grupo é passível de ser classificado como "defensores de uma causa só".

A jornalista faz uso do discurso indireto para validar que a fonte esteve presente em um encontro comunitário onde denunciou que a ocupação dos homossexuais causava a saída da comunidade negra do bairro. Percebe-se, então, como demarcadores sociais de raça, classe, sexualidade e gênero geram palavras com amplo potencial de nomeação, em especial quando associadas ao discurso direto.

O passo seguinte é analisar nomeações na mesma notícia em declarações favoráveis à comunidade homossexual da época. A partir da coocorrência com palavras como "fato", "econômico", "tempo" e "luta", pode-se observar o discurso direto na nomeação de si, o momento em que o sujeito acolhe determinada classificação como parte da sua identidade cultural visualizada na notícia em contexto de reivindicação de direitos.

> 01)"Se você se sente ameaçado por mim pelo fato de eu ser preto ou homossexual, então não tenho o menor interesse por qualquer elucubração intelectual que você possa ter desenvolvido sobre tolerância". (Harry Britt, 40 anos, supervisor do distrito eleitoral)
>
> 02)"Estou ansioso para lutar pela justiça econômica para os latinos, tudo o que peço em troca é que os ressentimentos contra os homossexuais por sua sexualidade não sejam confundidos com ressentimentos por algum fator econômico que esteja encostando as pessoas contra a parede". (Jim Rivalto, publicitário homossexual)
>
> 03)"Durante muito tempo os homossexuais foram rotulados de 'efeminados'". (David, 39 anos, consultor para homens homossexuais recém-chegados em São Francisco)

A unidade de registro 01 é um exemplo de nomeação pela rotulação de sujeitos. O discurso direto permite que as fontes localizem suas bases discursivas em marcadores sociais atravessadores do ser. O sujeito do discurso não está apenas no pronome "eu". O verbo "ser" é a principal ferramenta nessa ligação, confirmando a tese de que o verbo não somente exprime uma ação como emana o sentido do ser (Foucault,

2016). Essa presença é consolidada como “preto ou homossexual”, em fala atribuída a Harry Britt, supervisor do distrito eleitoral da rua Castro.

As unidades de registro 02 e 03 aparecem como novos exemplos de nomeação pelo marcador social. A declaração de Jim Rivalto o coloca como agente da ação (“Estou ansioso para lutar”) em relação aos demais sujeitos identificados por meio das nomeações associadas aos marcadores sociais (“latinos” e “homossexuais”). Mesmo que o nome próprio não seja revelado no enunciado, o discurso direto instaura um posicionamento de protagonismo ao autor da frase.

A terceira unidade de contexto traz outra possibilidade para o discurso direto: a nomeação do outro. A fonte é identificada como David, 39 anos, que optou por pseudônimo porque “seu nome é conhecido fora da cidade”. David estava à frente de um escritório de consultoria para homens homossexuais que chegavam à cidade, suas declarações são de uma espécie de analista da realidade. Além da unidade de contexto citada acima, aparece no discurso direto a seguinte frase atribuída a ele:

> “Em parte, trata-se de um dilema do século 20 numa sociedade pluralista. Há sempre um novo grupo levantando a voz para dizer: ‘Nós temos nossas necessidades específicas, e queremos ser encarados como um segmento especial e distinto, ao mesmo tempo que não admitiremos ser marginalizados.”

A unidade de registro atribuída a David utiliza duas palavras nomeadoras: “homossexuais” e “efeminados”. Nesse contexto, “homossexual” é o termo nomeador e “efeminado” uma classificação do nomeado. Em outros contextos, no entanto, as duas poderiam ser perfeitamente utilizadas no sentido inverso. Por exemplo, se fosse dito: “Os efeminados nem sempre são rotulados de homossexuais”.

É considerado, desse modo, que o discurso direto estabelece o ambiente discursivo propício à apresentação de determinadas leituras da realidade estabelecidas a partir das palavras nomeadoras. A fonte localiza seu posicionamento a partir das nomeações que incidem sobre determinado contexto social.

Por fim, o discurso direto será verificado a partir das unidades de registro “homossexualismo” e “homossexualidade” e a coocorrência com “real” e “fazer”. Chamou atenção o fato de homossexualidade aparecer nas notícias apenas no discurso direto, com zero de uso no discurso

indireto. Isso mostra como o termo vinculado à perspectiva patologizante da sexualidade fez parte da escolha lexical dos jornalistas, mas não necessariamente das fontes.

> 01)"O combate formal dos regulamentos ao homossexualismo (assim como ao jogo, aos tóxicos etc.) não é a prática real da máquina administrativa carcerária, posto que sem essas transgressões tácitas, que fazem parte do dia-a-dia, dificilmente os objetivos maiores da prisão e sua própria existência enquanto tal seriam viáveis." (Trecho da pesquisa de Yolanda Catão e Elizabeth Sussekind sobre a sexualidade nos presídios)
>
> 02)"Intelectualmente, superei qualquer objeção real à homossexualidade". (Peter, 17 anos, heterossexual)
>
> 03)"Vocês só conseguem enxergar por um prisma: o da sua homossexualidade". (Idaree Westbrook, 56 anos, negra)

A nomeação da sexualidade dissidente, aplicada às três unidades de contexto, revelam como o uso das palavras no discurso direto está sempre carregado da presença das autorias. Em 01, o trecho foi retirado da notícia "A delicada questão sexual".

No jargão jornalístico, esse texto seria classificado como "coordenada" da notícia "Violência, maus tratos, motins, fugas", cujo foco são as condições de homens privados de liberdade em delegacias ou presídios. A unidade de registro selecionada na notícia cita a produção de uma pesquisa que, entre outros assuntos, aborda a prática sexual de homens presos.

A unidade de registro "homossexualismo" é utilizada como exemplo do que é nomeado de "transgressões tácitas". É tida como equivalente ao jogo ou aos tóxicos, inserida por meio do campo científico em um aparato discursivo da criminalidade. Logo, homossexualismo nomeia uma transgressão.

As unidades de registro 02 e 03 são atribuídas a duas fontes anteriormente mencionadas nessa análise. Peter e Idaree Westbrook foram citados por conta de declarações sobre a ocupação da Rua Castro, em São Francisco, por homossexuais. Peter, aos 17 anos, utiliza o verbo superar no pretérito perfeito para se colocar como o sujeito do discurso ("eu superei"). Homossexualidade é o referente nomeado como merecedor da apreciação, do julgamento de valor agora revelado sem "qualquer objeção".

Com quase 40 anos a mais em relação a Peter, Idaree Westbrook utiliza outras ferramentas da linguagem para o uso da palavra nomeadora. O pronome pessoal (“vocês”) localiza os sujeitos (os homossexuais) e o pronome possessivo (“sua”) delimita um referente que pertence aos sujeitos. Homossexualidade é o nome dado à sexualidade do outro, é o ponto de tensionamento do grupo social em conflito.

Percebe-se, então, como o discurso direto nas notícias de 1979 são arenas de disputas que envolvem nomeações e marcadores sociais. Diferentes atores sociais foram inseridos no discurso com o estratégico uso das aspas ou travessões que simbolizam a interpretação da realidade feita pelas fontes de informação.

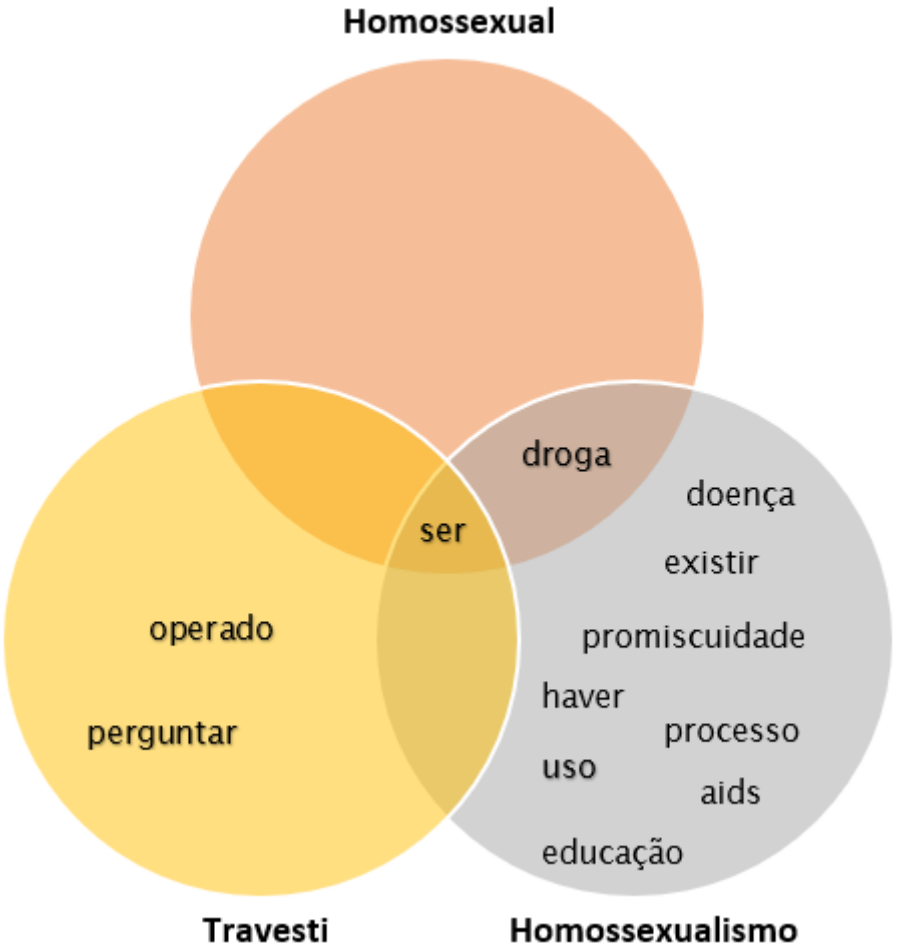
5.3.2 Discurso direto em 1989 e 1999

Em 1989, as cinco unidades de registro foram encontradas na seguinte proporção: “homossexual” (57%), “homossexualismo” (29%), “travesti” (14%), “gay” e “aidético” (ambas não foram aplicadas nas notícias a partir do uso de aspas ou travessão).

Esses dados indicam que, apesar de utilizadas de modo corriqueiro nas notícias, as unidades de registro não são inseridas com regularidade nas citações que, em tese, reproduzem, na íntegra, trechos dito por fontes e evidenciados por meio de aspas ou travessão.

O seguinte cenário de coocorrência foi localizado:

Figura 25 – Coocorrência no discurso direto (1989)



A análise da prática jornalística da nomeação será, então, executada a partir de cada uma das três unidades de registro. Primeiro, a de maior índice de uso, "homossexual".

> 01) "[...] enquanto a Igreja sustenta que a tendência homossexual por si mesma não é uma condição pecaminosa, considera que as relações sexuais extraconjugais, entre casais heterossexuais ou homossexuais, são moralmente condenáveis." (Estado de S.Paulo)
>
> 02) "Madame Satã era um homossexual mais macho do que qualquer um de nós." (Estado de S.Paulo)
>
> 03) "A possibilidade maior de infecção é entre os homossexuais promíscuos, usuários de drogas injetáveis e prostitutas." (O Globo)
>
> 04) "Um ex-alto oficial do Pentágono disse que nos últimos oito anos, autoridades civis e militares do setor de informações estavam preocupados com o fato de um ninho de homossexuais ocupantes de cargos elevados na Administração Reagan poder ter sido infiltrado por espiões soviéticos que posavam como prostitutos." (O Globo)

As quatro unidades de contexto utilizam três categorias da prática da nomeação. Em 03 e 04, destaca-se a nomeação pelo marcador social.

As presenças dos sujeitos são elaboradas a partir do ser homossexual, seja como "homossexuais promíscuos" ou em um "ninho de homossexuais". A 03 é atribuída a George Dawson, da Divisão de Diagnóstico do Laboratório Abbott, responsável à época por testes para detectar o vírus HIV, enquanto a 04 é inserida como trecho de notícia extraída do Washington Times.

A unidade de contexto 02 utiliza a nomeação pela rotulação de sujeito. Veiculada como destaque em uma notícia sobre o cantor Nelson Gonçalves, a declaração aparece em um quadro com uma série de outras frases do artista relacionadas a questões diversas. O enunciado revela Madame Satã como sujeito, mas sua existência é associada ao rótulo construído em relação à palavra que nomeia algo além do sujeito, o "homossexual".

A unidade de contexto de maior complexidade é a 01, na qual são aplicadas as práticas da nomeação pelo marcador social e classificação de referente. A declaração é um trecho da nota da organização Dignidade, formada por católicos homossexuais de diferentes partes dos EUA. Primeiro, classifica-se determinada referência ("tendência"), que precisa ser evidenciada como "homossexual". Em seguida, os sujeitos são nomeados pelo marcador social quando separados entre casais heterossexuais e homossexuais.

Em seguida, foram verificadas as unidades de contexto "homossexualismo" e "travesti" em coocorrência com "drogas", "promiscuidade", "operado" e "doença".

> 01) [...] "sempre existiram promiscuidade, uso de drogas e homossexualismo, mas não havia Aids". (Folha de S.Paulo)
>
> 02) [...] "homossexualismo não é uma doença, mas um processo de educação." (O Globo)
>
> 03) "Me perguntam se eu sou travesti, se eu sou travesti operado" (O Globo)

As declarações são atribuídas a: (01) Nelson Mendes, professor-titular de imunologia da Escola Paulista de Medicina; (02) Aureliano Chaves, candidato à Presidência pelo PFL; (03) Watusi, cantora. Os enunciados 01 e 02 estão centralizados na nomeação da sexualidade dissidente.

Em 01, a sexualidade é associada a cenários de “promiscuidade”, “drogas” e “Aids” para, em seguida, em 02, ser classificada por um candidato à Presidência não como doença, mas como um “processo de educação”. Seja na fala do professor ou do político, a sexualidade não condizente com a heterossexualidade é tida como problema social.

No terceiro enunciado, é a nomeação pela rotulação que vigora em dois trechos da única unidade de registro com uso da unidade de contexto “travesti”. A declaração é retirada da notícia citada anteriormente na análise do discurso indireto, cujo título é “Watusi ‘minimal’”. A cantora emite essa declaração em um trecho da notícia no qual é citado como sua carreira é admirada por travestis dedicadas a imitá-la nos palcos.

O pronome na primeira pessoa (eu) é rotulado pela possibilidade de ser travesti, e não apenas travesti, mas “travesti operado”. O adjetivo no masculino designa o gênero às travestis a partir da fonte e do modo como o jornalista elabora seu discurso.

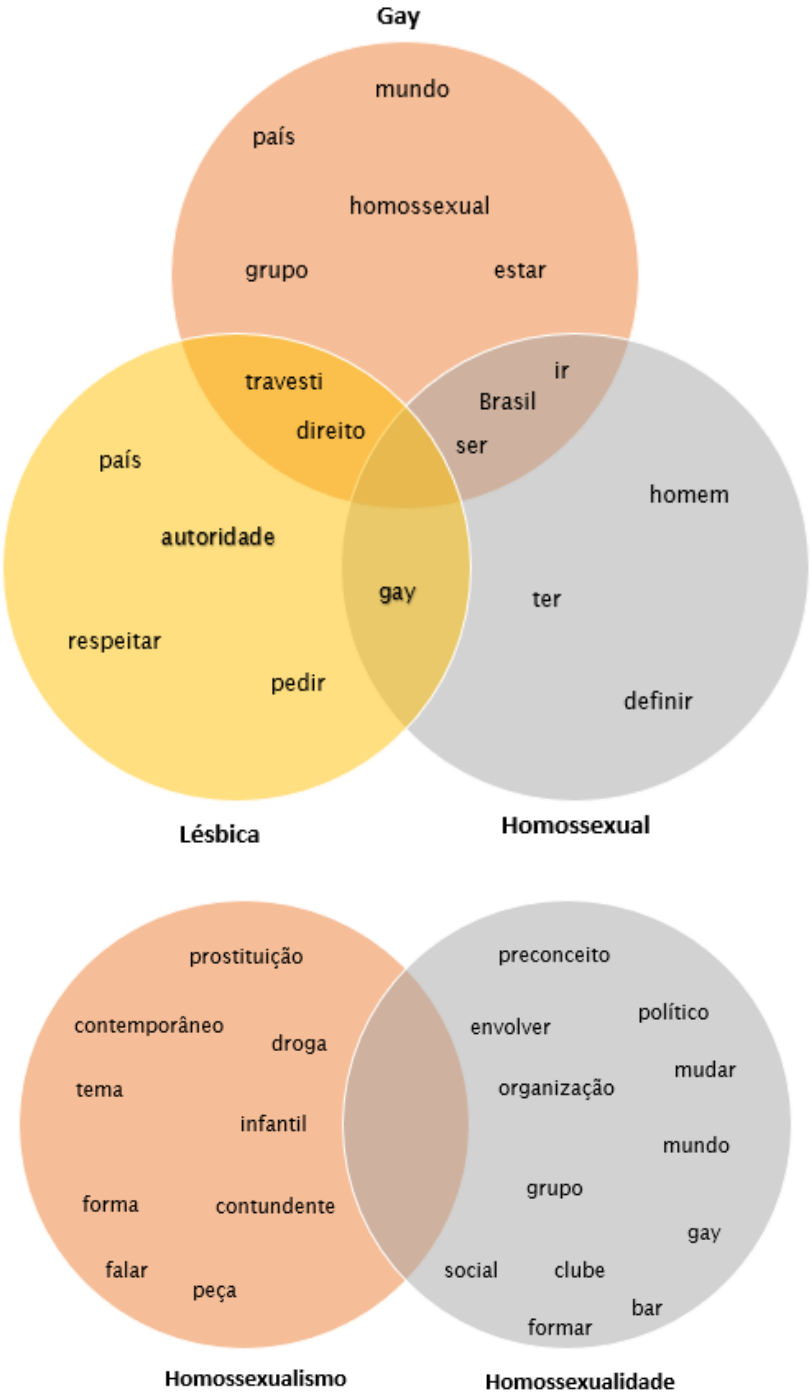
Assim, a nomeação no discurso direto permite que as palavras nomeadoras reforcem sentidos e possibilidades interpretativas a partir de declarações da fonte, mas que são selecionadas pelo jornalista. Ao dizer algo, a fonte se associa ao dito, mas esse dizer está inserido nas possibilidades da construção elaborada pela racionalidade discursiva do jornalista.

As reflexões em torno dessa questão foram reforçadas com o avançar da análise para o *corpus* coletado em junho de 1999. Foram isoladas 25 unidades de contexto a partir de enunciados veiculados por meio de aspas ou travessões nas notícias.

Entre as unidades de registro encontradas no discurso direto, “gay” predomina significativamente em 80%, seguida de “homossexual” com 32%. As outras três, juntas, somam 16% (“lésbica” com 8% e “homossexualismo” e “homossexualidade” com 4%, cada). Uma peculiaridade desse período é que nenhuma das cinco unidades de registro foi encontrada no discurso direto no Estado de S.Paulo. A Folha de S.Paulo responde por 72% do material coletado, enquanto O Globo possui 28%.

O seguinte quadro de coocorrência foi encontrado:

Figura 26 – Coocorrência no discurso direto (1999)



A análise da prática jornalística da nomeação no discurso direto tem início com enunciados elaborados a partir das unidades de registro “gay” e “lésbica” em coocorrência com três palavras visualizadas na intersecção do Diagrama de Venn (“travesti”, “Brasil” e “direito”). As declarações são atribuídas a fontes de diferentes áreas: o pesquisador James Green, o militante Cláudio Nascimento e a produtora de TV Milagros Ceballos.

> 01)“Durante a ditadura militar, sobretudo no período Médici (1969-74), quando os grupos gays e lésbicos estavam surgindo no mundo, era impossível organizar algo similar no Brasil, por causa da repressão” (James Green, autor do livro “Beyond Carnival [Além do Carnaval]”). (Folha de S.Paulo)
>
> 02)“No documento, pretendemos pedir às autoridades que só assinem acordos econômicos com países que respeitem os direitos de gays, lésbicas e travestis” (Cláudio Nascimento, presidente da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis). (O Globo)
>
> 03)“Queremos romper com a ideia de que os gays são mariquinhas cheias de plumas e afeminadas” (Milagros Ceballos, produtora do programa de TV “Lado G”). (Folha de S.Paulo)

Os três casos são inseridos como nomeação pelo marcador social. A unidade de registro “gay”, que predomina em 80% dos enunciados no discurso direto nesse período, é encontrada na função de identificar sujeitos. Em 01, o pesquisador James Green elabora a frase na inserção da referenciação de períodos históricos (“ditadura militar” e “período Médici”) para, em seguida, ser atribuída determinada presença a um grupo.

Nas duas citações seguintes a fórmula é a mesma: o termo “gay” localiza sujeitos dentro dos contextos delimitados por cada fonte no discurso direto. Em 02, o presidente de uma associação aciona a nomeação para delimitar presença de grupos em luta por direitos, enquanto em 03 uma produtora de TV evoca a mesma palavra para associar com determinado estigma social vinculado à presença: gays são “mariquinhas”, logo, seu objetivo é “romper” com essa “ideia”.

Sendo assim, as unidades de registro são utilizadas em declarações como nomeações oriundas de vozes externas ao jornalismo. É o pesquisador quem qualifica alguém, bem como é o militante e a produtora quem fala em defesa desse alguém. Com essa estrutura estabelecida pelo discurso direto, o jornalista encontra respaldo, inclusive, para elaborar seu próprio discurso no modelo indireto em concordância com a aplicação da nomeação feita pelas fontes.

Foi observada, em seguida, a prática jornalística da nomeação nas unidades de registro “homossexualismo” e “homossexualidade”, detentoras de baixos índices de presença no discurso direto (apenas 4%, cada). Duas declarações foram encontradas com essas palavras, uma em O Globo e outra na Folha de S.Paulo. Uma delas é novamente atribuída ao

pesquisador James Green (anexo 11), citado acima, e a segunda é do ator Marco Ricca, que é em 1999 fez sua estreia como diretor de teatro.

> 01) "Nessa peça, ele fala de forma contundente de temas contemporâneos, como drogas, homossexualismo e prostituição infantil" (Marco Ricca, ator e diretor de teatro, sobre o texto da peça "*Shopping and fucking*", escrita pelo inglês Mark Ravenhill).
>
> 02) "Esse mundo envolve tanto clubes, bares gays e grupos sociais, como também organizações políticas que se formaram desde 1978 para mudar o preconceito contra a homossexualidade" (James Green, autor do livro "Beyond Carnival [Além do Carnaval]"). (Folha de S.Paulo).

As duas frases partem da nomeação da dissidência sexual. Percebe-se, no entanto, a diferença a partir do campo de atuação: enquanto o ator Marco Ricca perpetua o "homossexualismo", o pesquisador James Green pondera sobre "homossexualidade", termo difundido depois de questionada a visão associativa entre enfermidade e relações entre pessoas LGBTQIA+.

Na declaração de Marco Ricca, "homossexualismo" não apenas define prática, mas é enquadrado como exemplo de "temas contemporâneos" em sincronia com drogas e prostituição infantil. Na citação de James Green a complexidade da nomeação é ampliada. Parte-se do uso da nomeação para classificar referente ("bares gay") até que se chega à sexualidade dissidente.

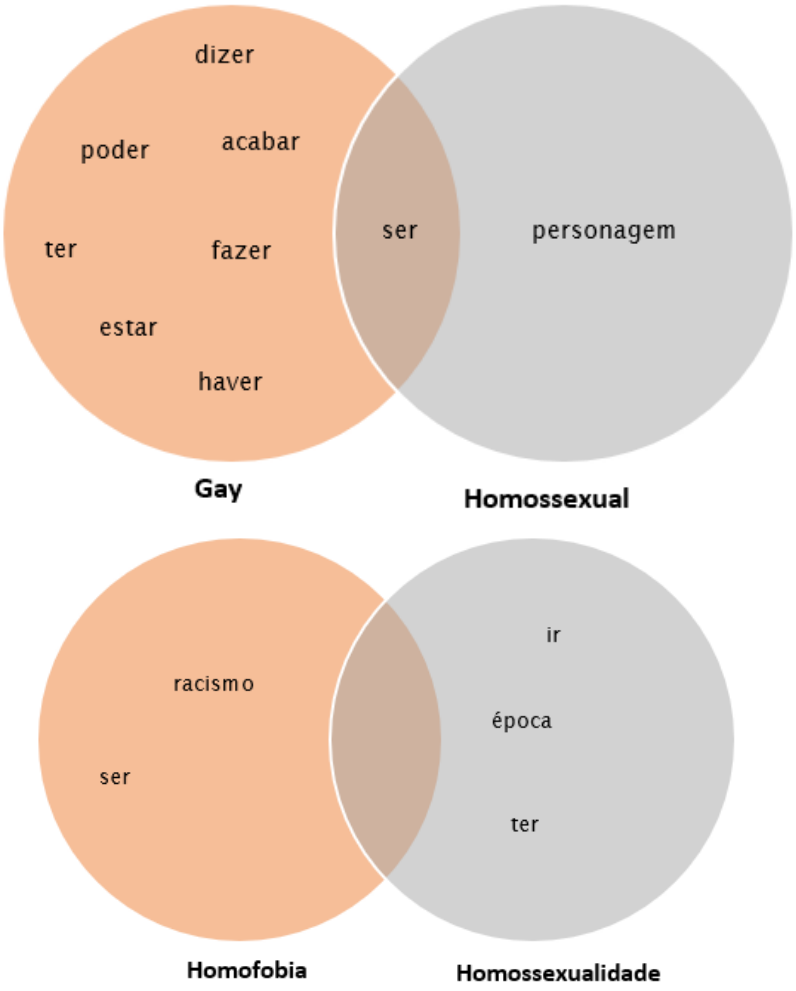
Desse modo, o discurso direto em junho de 1999 é caracterizado pelo predomínio do uso da palavra "gay". Ao mesmo tempo, foi observado como fontes de diferentes áreas do saber utilizam as palavras nomeadoras de modo similar. Termos como "lésbica", "homossexual" e "travesti" são inseridos em declarações tanto para nomear sujeitos como para qualificar referentes.

5.3.3 Discurso direto em 2009 e 2019

Nas notícias de 2009, a unidade de registro "gay" foi a mais utilizada (61% dos casos), seguida de homossexual (27%), homossexualidade (10%) e homofobia (5%). A unidade de registro LGBT obteve zero de incidência no discurso direto, ou seja, a ausência da sigla evidencia dois cenários em potencial: (1) as fontes não utilizaram a sigla nas suas declarações ou (2) jornalistas optaram por não utilizar o acrônimo nas declarações dos entrevistados.

O Globo foi o jornal que mais contribuiu com unidades de contexto para análise, 44% do *corpus*, seguido por Folha de S.Paulo (37%) e Estado de S.Paulo (20%). A seguinte configuração de coocorrência foi encontrada:

Figura 27 – Coocorrência no discurso direto (2009)



A análise será iniciada com a unidade de registro "gay", a mais recorrente no discurso direto, e "homossexual". Os verbos "ser" e "poder" são as palavras mais frequentes na coocorrência e fazem parte dos enunciados selecionados.

> 01) "Estamos aqui para mostrar que gay não é só boate, mas também espiritualidade". (Estraz Xavier, auxiliar de pastor na igreja, faz parte da Comunidade Cristã Nova Esperança. Folha de S.Paulo)
>
> 02) "Nosso filme é gay, mais do que homossexual" (Elisa Tolomelli, produtora de cinema. Estado de S.Paulo)
>
> 03) "O grande lance é não ser muito bonito, assim você até pode fazer o papel de galã, mas também pode ser o marginal, o gay". (Caio Blat, ator. O Globo)

A unidade de registro 01 foi extraída de uma fonte entrevistada na notícia “Sem trios de boates, política avança na Parada Gay de SP”. É utilizada a nomeação pelo marcador social ao tornar presente determinado grupo social.

Em 02, o enunciado pertence a notícia “Ana Paula Arósio enfrenta dor do abandono em nova ‘love story gay’”, já citada nesta análise por conta da coocorrência com o nome Murilo Rosa (anexo 18). É duplamente acionada a nomeação pela classificação de referente: o filme é gay, é mais do que homossexual.

Por fim, a terceira unidade de contexto foi extraída da notícia “Desafios de um antigalã”, cujo foco é o ator Caio Blat que, à época, interpretava um personagem na novela Caminho das Índias, na Rede Globo de Televisão. A declaração é estruturada na nomeação pela rotulação. Rotula-se determinado papel que será interpretado, seja como galã, marginal ou gay.

São observadas, em seguida, as nomeações no discurso direto apenas para as unidades de registo “homofobia” e “homossexualidade”. Os enunciados evidenciam como a nomeação da violência é retratada por fontes de diferentes áreas do conhecimento.

> 01) “Ela se inspira num modelo já bem-sucedido do combate à homofobia”. (Luiz Antônio Guimarães Marrey, secretário da Justiça de São Paulo. Folha de S.Paulo)
>
> 02) “Em um país em que o racismo é crime, a homofobia, uma espécie de racismo sexual, também tem que ser”. (Carlos Tufvesson, estilista. O Globo)

Ambas são formadas pela nomeação da violência, que aparece em contexto de luta em associação com a criminalidade. A primeira declaração foi retirada da notícia “Serra propõe multa de até R$ 140 mil por racismo em SP”, sendo atribuída ao secretário estadual de Justiça da época, Luiz Antônio Guimarães Marrey. A segunda é extraída da notícia “Dia Mundial do Orgulho LGBT é celebrado aos pés do Cristo Redentor”, sendo atribuída ao estilista Carlos Tufvesson.

Processo semelhante é identificado no caso da unidade de registro “homossexualidade”. Foram selecionadas duas declarações da notícia “Jaula de família”, cujo foco é a estreia da peça “O Zoológico de vidro”,

escrita pelo dramaturgo norte-americano Tennessee Williams (1911-1983). As duas declarações são, respectivamente, do diretor Ulisses Cruz e da atriz Louise Cardoso. Ambas mencionam a homossexualidade de Tennessee Williams.

> 01) "A homossexualidade do autor está também toda camuflada na obra dele, não por ele ter tido medo de se assumir, mas porque ele foi até onde concebia poder ir numa época daquelas." (Ulisses Cruz)
>
> 02) "Williams captava a alma da mulher. [...] Li muitas biografias dele e acho que ele as colocava assim por se sentir assim também; não pela homossexualidade, mas por ter um alto grau de sensibilidade, principalmente para a época em que viveu." (Louise Cardoso)

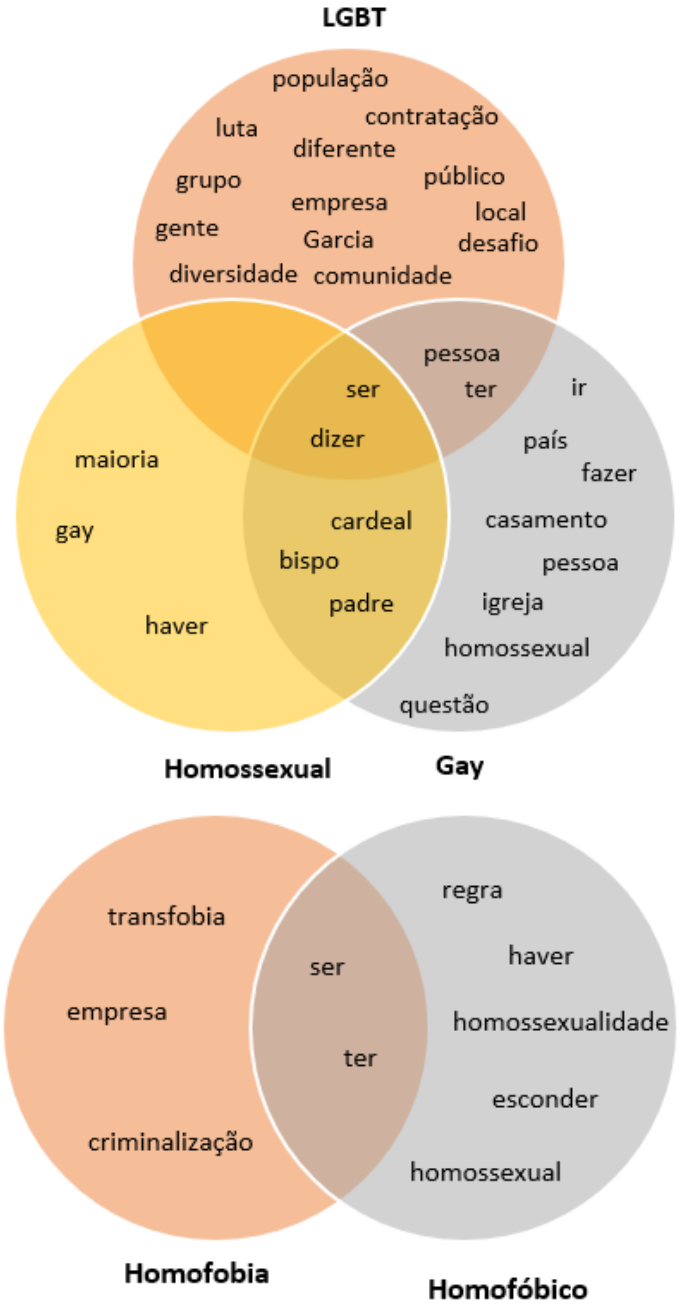
Os dois usos da nomeação da sexualidade dissidente são estabelecidos a partir do sujeito, é um atributo de Tennessee Williams que precisa ser explicitado. A "homossexualidade", ao contrário da heterossexualidade, é o que está "camuflada na obra", bem como é a sexualidade atrelada ao sensível e ao feminino.

As nuances do discurso direto foram ainda mais importantes com o avançar da pesquisa para o último ano de coleta, 2019. Foi possível identificar em quase metade dos enunciados (49%) o uso da unidade de registro "gay", índice que exibe como a escolha lexical das fontes é direcionada para o uso frequente do termo como palavra estratégica para abordar essa temática.

Outras duas unidades de contexto, "LGBT" e "homossexual", aparecem, respectivamente, com 24% e 21%, enquanto "homofobia" (11%) e "homofóbico" (7%) foram identificadas com baixa frequência. A Folha de S.Paulo responde por 51% do material coletado, outros 43% são de O Globo e 7% do Estado de S.Paulo.

A coocorrência encontrada pode ser ilustrada do seguinte modo:

Figura 28 – Coocorrência no discurso direto (2019)



A análise será iniciada a partir da unidade de registro de maior uso (“gay”) com o termo mais encontrado em sua coocorrência (“casamento”). Foram localizados oito enunciados, os cinco primeiros publicados na notícia “EUA precisam de lei federal que proteja gays, diz casal pioneiro”, veiculada na Folha de S.Paulo (anexo 23), enquanto os três últimos são oriundos da notícia “A cultura de segredos do Vaticano permitiu a proteção de abusos”, veiculada em O Globo.

> 01) “Vocês acham que faz diferença se um país ou estado reconhece o casamento gay por via judicial ou processo legislativo?”
>
> 02) “O povo da Irlanda votou por aprovar o casamento gay e acho que eles são o único país no mundo que fez isso”.
>
> 03) “Mas o casamento gay se tornou uma questão diferente e a Suprema Corte aceitou o caso porque eles reconheceram que as pessoas nos EUA não estavam sendo tratadas de forma igualitária perante a lei, então era uma questão constitucional.”
>
> 04) “A população LGBT já vive com medo de que a Suprema Corte aceite ouvir um desafio à decisão sobre o casamento gay e decida derrubá-lo.”
>
> 05) “Por outro lado, a aceitação do casamento gay aumentou desde a decisão da Suprema Corte.”
>
> 06) “Permanece um virulento oponente da teoria de gênero e do casamento gay.”
>
> 07) “Defendeu silenciosamente as uniões civis para que não se fosse adiante no casamento gay.”
>
> 08) “Sabe que sendo, mesmo que eventualmente, pró-gay ou pelo casamento dos padres, isso poderá prejudicar muito a Igreja em países como o Brasil e abrir um bulevar não só para dissidências, mas também para os evangélicos.”

Todas as unidades de contexto foram estruturadas com base na nomeação pela classificação de referente, apesar de serem declarações de diferentes fontes. Em 04 há, além da classificação do referente, a nomeação pelo marcador social (“população LGBT” e “casamento gay” no mesmo enunciado).

As cinco primeiras fazem parte de notícia estruturada no formato pingue-pongue, sendo 01 um questionamento feito pelo jornalista, enquanto 02, 03, 04 e 05 são declarações de Greg Bourke e Michael Deleon, um dos primeiros casais cujo processo de reconhecimento da união foi enviado à Suprema Corte norte-americana.

Já as unidades de contexto 06, 07 e 08 são atribuídas ao sociólogo e jornalista francês Frédéric Martel, entrevistado em formato pingue-pongue por conta do lançamento do seu livro no Brasil, intitulado “*No armário do Vaticano, poder, hipocrisia e homossexualidade*”. Tanto o casal Bourke e Deleon como o autor do livro são homens gays e, de modos diferentes, estão envolvidos em debates ligados à homossexualidade.

Assim, o contexto das fontes insere o “casamento gay” como ponto de debate estipulado a partir de uma nomeação por classificação de referente, haja vista que não é todo tipo de casamento que está passível de questionamento. É o termo “gay” que valida esse objeto do discurso.

Um segundo grupo de unidades de contexto será analisado a partir das unidades de registro “gay” e “LGBT” em coocorrência com “pessoa”, palavra com significativo índice de uso na intersecção entre as duas unidades de registro.

Os dois primeiros enunciados são declarações atribuídas a mãe e filho citados como personagens na notícia “Sem polêmicas, Parada Gay mistura tom político e de micareta patrocinada”. O enunciado 03 é uma citação de Greg Bourke, citado acima como fonte na notícia “EUA precisam de lei federal que proteja gays, diz casal pioneiro”, enquanto 04 traz declaração de um guarda municipal entrevista na notícia “Agentes de segurança se unem e tiram a farda do armário”.

> 01) “Na nossa cidade o pessoal até sabe que eles são [homossexuais], ficam dizendo que tudo bem, desde que não comecem com ‘boiolagem’”. (Magali, 60 anos, mãe de dois filhos gays, de 16 e 17 anos, que acompanhava a Parada LGBT)
>
> 02) “Para algumas pessoas, parece que ser gay é criminoso.” (fonte em *OFF*, o filho mais novo de Magali)
>
> 03) “Stonewall tem atraído pessoas de todo o país, os gays vão visitar como se fosse um altar.” (Greg Bourke, marido de Michael Deleon. O casal é autor de um dos primeiros processos de união enviado à Corte norte-americana)
>
> 04) “Na época das eleições, representamos uma ação contra pessoas que defendiam o extermínio gay”. (Leandro Martins, guarda municipal em Sergipe e integrante da Rede Nacional de Operações de Segurança Pública LGBTI+ [Renosp])

Em 02 e 03 temos exemplos de nomeação pelo marcador social. Tanto a fonte na Parada LGBT como o ativista elaboram enunciados nos quais a presença de determinados sujeitos é delimitada pela sexualidade. Em 01, nomeia-se pela rotulação do sujeito e a palavra nomeadora (“homossexuais”) é inserida pelo próprio jornalista, haja vista que a expressão “eles são” refere-se aos sujeitos sem citar a palavra, ou seja, o jornalista intervém na citação para tornar mais precisa a informação.

Em 04, o contexto é de uma notícia dedicada a apresentar como agentes de segurança pública passaram a não mais esconder sua sexualidade e ações têm sido desenvolvidas para reduzir casos de preconceito na corporação. A declaração é estruturada com apoio da nomeação pela classificação de referente. O guarda municipal refere-se não a qualquer modalidade de extermínio, e sim, ao “extermínio gay”.

Quando se compara, em 2019, as análises dos elementos de edição, discursos indireto e direto, percebe-se que apenas no discurso direto a unidade de registro "LGBT" foi relacionada com um elevado contingente de palavras na coocorrência. Boa parte da coocorrência foi verificada em declarações de fontes que aparecem para associar o público LGBT ao mercado de trabalho, como observado no uso das palavras "empresas" e "contratação".

> 01) "A empresa também usa as áreas dos terminais municipais para o atendimento da Unidade Móvel de Cidadania LGBT a vítimas de violência." (Folha de S.Paulo, declaração da Prefeitura Municipal de São Paulo)
>
> 02) "O que prejudica as empresas é a homofobia, o ódio e a perseguição de forma sistemática". (O Globo, declaração de Reinaldo Bulgarelli, secretário executivo do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+)
>
> 03) "As empresas estão, aos poucos, repensando estratégias de contratação para atrair profissionais mais diversos, o que inclui a contratação do público LGBTI+". (O Globo, declaração de Danilca Galdini, *head de insights* do Grupo Cia de Talentos)

São três enunciados com diferentes estratégias de nomeação. Em 01 há o uso da nomeação pela classificação de referente, enquanto em 02 há nomeação da violência. Já 03 apresenta a nomeação pelo marcador social. A primeira é um trecho da nota enviada pela Prefeitura Municipal de São Paulo (gestão de Bruno Covas) após ser provocada para se posicionar diante e uma notícia intitulada "Em SP, 40% já sofreram ou viram preconceito contra LGBT".

A segunda e a terceira declaração são atribuídas, respectivamente, a Reinaldo Bulgarelli, secretário executivo do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, e Danilca Galdini, *head de insights* do Grupo Cia de Talentos. Bulgarelli e Galdini aparecem como especialistas com qualificação para opinar em uma notícia intitulada "Regras claras". Diante de um título anafórico, a linha-fina ajuda a entender a pauta da notícia: "Criminalização da homofobia realça a importância de investir em conscientização nas corporações".

A análise das coocorrências evidenciou palavras que aparecem com frequência relevante apenas no discurso direto. Existem os nomes próprios como "Garcia", que são revelados pela coincidência de sobrenomes das fontes citadas após verbos declaratório, como "afirmou

Garcia" ou "disse Garcia". Há ainda casos de coocorrência com "luta", "diferente" e "comunidade".

> 01) "A nossa ideia é mostrar para o LGBT que começou a militar agora que a luta é na rua, com todos juntos". (Folha de S.Paulo, declaração de Cláudia Regina dos Santos Garcia, presidente da APOGLBT, entidade que organizada a Parada LGBT)
>
> 02) "Hoje a gente tem um nome pra essas lutas, que são a LGBT, antirracista, feminista". (O Globo, declaração do rapper Emicida)
>
> 03) "Atingi o público que eu queria, levei o sertanejo para a comunidade LGBTQ". (Folha de S.Paulo, declaração do cantor sertanejo Gabeu)
>
> 04) [O racismo] "resulta, enquanto manifestação de poder, de construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, dignidade e humanidade dos que, por serem de grupo vulnerável (LGBTI+), são considerados estranhos e diferentes". (Estado de S.Paulo, declaração do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal)
>
> 05) "Sou hétero, mas estou aqui pelos meus amigos. O período é de perseguição e violência contra a comunidade gay". (Estado de S.Paulo, declaração do engenheiro Hernandes Souza na Parada do Orgulho LGBT).

São declarações atribuídas a fontes de diferentes áreas do conhecimento: ativista, rapper, cantor sertanejo, ministro do STF e engenheiro. A prática da nomeação, no entanto, é bastante similar.

Os enunciados 01, 03, 04 e 05 apresentam a nomeação pelo marcador social, enquanto as demais são elaboradas por meio da prática da nomeação pela classificação do referente. A maioria das fontes elabora discursivamente interpretações possíveis a partir da unidade de registro, como é observado em "luta LGBT", "comunidade LGBT", "grupo vulnerável (LGBTI+)" e "comunidade gay".

Um contexto que se mostrou relevante na coocorrência está associado ao lançamento do livro "*No armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade*", escrito pelo jornalista francês Frédéric Martel. A aparição da mesma fonte e da mesma notícia em jornais diferentes reforça a tese de que os nomes validam socialmente determinadas possibilidades interpretativas por meio da repetição dos seus usos.

Nesse caso, a autoria das declarações é de uma fonte que pertence ao campo das letras, da escrita, da produção de materialidade por meio de saberes compartilhados em livro.

> 01) [O livro] "é sobre a maioria silenciosa, os sofredores, a vida dupla, a esquizofrenia e a hipocrisia da maioria dos padres e bispos que são homossexuais e não assumem". (Folha de S.Paulo)
>
> 02) "Não vejo nenhum problema que um cardeal seja gay". (O Globo)
>
> 03) "Um cardeal, obcecado da manhã à noite pela questão homossexual, que só pensa na teoria de gênero, no lesbianismo, enquanto há tantos problemas graves no mundo, como a fome, a pena de morte etc, se pode dizer que têm um distúrbio com isso." (O Globo)

Nesses exemplos, a mesma fonte aplica a nomeação pela rotulação de sujeitos (01 e 02) e a nomeação pela classificação de referente (03). Na segunda declaração, o autor revela seu juízo de valor diante da possibilidade de que "um cardeal seja gay". Rótulos sociais são introduzidos a partir das possíveis considerações construídas pelos estigmas que esses religiosos passam a ter. Em 03, por sua vez, existe a "questão" que precisa de determinada classificação atribuída ao ser "homossexual".

Por fim, foram observadas unidades de contexto selecionadas a partir do ponto de intersecção entre as unidades de registro "homofobia" e "homofóbico", que mostram o poder dos verbos na relação da nomeação: "ser" e "ter". Se temos os substantivos e adjetivos como nomeações evidentes, é por meio dos verbos que essa relação é consolidada na estrutura discursiva.

> 01) "Antes, preciso firmar esse conceito: o sertanejo raiz com letras sobre eu ser gay." (Folha de S. Paulo, declaração do cantor sertanejo Gabeu)
>
> 02) "Os pais hoje também são muito mais abertos a ter um filho LGBT." (Folha de S.Paulo, declaração de Greg Bourke, marido de Michael DeLeon. O casal foi um dos primeiros a ter o processo de casamento validado pela Suprema Corte americana)
>
> 03) "Se alguém der uma facada ou tiro em alguém por ser gay, a pena deveria ser agravada." (Estado de S.Paulo, declaração do presidente Jair Bolsonaro)
>
> 04) "Não tem na testa que ele é gay". (Folha de S.Paulo, declaração do presidente Jair Bolsonaro)

São quatro enunciados elaborados a partir da rotulação de sujeitos. O primeiro é de um cantor sertanejo, seguido do ativista Greg Bourke, citado acima a partir de outra declaração. As unidades 03 e 04 são atribuídas ao presidente Jair Bolsonaro. Em todas elas, verbos não apenas apresentam determinada ação como fazem ligações para existências possíveis.

O verbo “ser” define o que se é, logo, declarações de determinadas fontes colocam os nomes em um processo de reforço das identidades, como na primeira frase e o trecho “sobre eu ser gay”, ou no segundo exemplo com “parece que ser gay é criminoso”.

Em contrapartida, as duas declarações finais são geradas no campo político a partir do presidente Jair Bolsonaro, ambas associadas ao contexto de críticas à decisão do STF após o enquadramento da homofobia e transfobia como crimes de racismo. A unidade de registro “gay” assume a função de rótulo social do outro (“ele é gay”) (“alguém por ser gay”). Nas duas situações, a unidade de registro opera em vinculação direta com o verbo.

Tanto nos elementos de edição como nos discursos direto e indireto, os nomes operam como garantidores da exatidão nas informações noticiadas. As palavras, isoladamente, já carregam informações e possibilidades interpretativas. É identificada, por exemplo, a Corte que regula a homofobia como crime, bem como é nomeado o presidente que se coloca como voz de oposição à nomeação da violência. Se palavras atribuem determinada possibilidade interpretativa, é no jornalismo que a notícia é estruturada gradativamente na escolha das palavras nomeadoras da realidade.

5.4 O caso hijras

Durante a análise das notícias, um conteúdo de 1989, publicado em O Globo no dia 10 de junho, chamou atenção pela presença da nomeação hijras[69], palavra nomeadora não identificada em nenhum outro período analisado (anexo 10).

A notícia traz na assinatura apenas a informação “Montreal (do enviado especial)”, o que induz à interpretação de conteúdo elaborado pelo repórter Hélio Hara, que assina uma notícia na mesma página, feita na cobertura da 5ª Conferência Internacional sobre a Aids.

[69] Pesquisadoras dedicadas ao tema (Nanda, 1999; Goel, 2019) sinalizam a dificuldade para estabelecer uma definição das hijras por conta da pluralidade cultural em que estão inseridas. São consideradas um terceiro gênero, nem masculino nem feminino e fazem parte de uma comunidade religiosa que, em alguns casos, obriga a realização de cirurgia na qual os órgãos genitais são removidos (pênis e testículos), mas não há construção de uma vagina. Essa mutilação torna-as passíveis de serem classificadas como eunucos, sendo socialmente construídas como hijras em suas comunidades. Como afirma Goel, 2019, p.02: “Diferentes das identidades transgênero e intersex em outros países, as hijras ocupam um lugar único e contraditório na sociedade indiana. A mitologia hindu tornou-as divinas, e os colonos britânicos as demonizaram. Então, hoje, são reverenciadas por muitos como semideusas e insultadas por outros como vítimas desviantes de mau carma. Por mais que um século, foram condenadas ao ostracismo quase ao ponto de serem esquecidas (Goel, 2019, p.02, tradução nossa).

O conteúdo é pautado em estudo da Organização Indiana da Saúde (OIS) sobre o aumento na disseminação do vírus da aids entre essa fatia da população. Primeiro, será observada a prática jornalística da nomeação a partir dos elementos de edição: título, lead e linha-fina.

Hijras, nesse ponto da pesquisa, torna-se a unidade de registro.

> 01)Hijras, a seita dos castrados (título)
>
> 02)Culto à deusa dos prazeres dissemina Aids (linha-fina)
>
> 03)O culto à libidinosa deusa indiana Baitraj Mata é apontado por estudo da Organização Indiana da Saúde (OIS) como responsável pela crescente disseminação do vírus da Aids entre os chamados hijras, homens que se identificam sexual e psicologicamente com mulheres. (lead)
>
> 04)Os hijras geralmente são castrados antes de serem aceitos na bizarra seita, que propõe um modo de vida pleno de sexo e prazeres. (lead)

O enunciado 02 foi inserido como forma de contextualização das demais unidades de registro nas quais há, efetivamente, o uso da palavra nomeadora tida como parâmetro. Como ponto de partida para os elementos de edição, é no lead (03 e 04) que se nomeia pelo marcador social: Hijras são homens, mas não homens convencionais, são "castrados", fazem parte da "bizarra seita" e se identificam "sexual e psicologicamente com mulheres".

No título, a prática jornalística da nomeação é aplicada por meio da classificação do referente. A palavra não identifica mais os homens, como no lead, e passa a identificar uma "seita dos castrados". Com a mesma unidade de registro elabora-se a presença dos sujeitos e a caracterização do que precisa ser entendido como seita, ou seja, algo que reúne pessoas a partir de determinada prática.

Não há uso do discurso direto na notícia. Por meio do discurso indireto, a unidade de registro é citada outras quatro vezes, como pode ser verificado a seguir:

> 01)Segundo a OIS, que ilustrou com uma série de grotescas fotos a apresentação do trabalho, os hijras vivem principalmente da prostituição e, devido à desinformação sobre a Aids (36,7% são analfabetos), constituem um imenso grupo de risco na Índia.
>
> 02)O estudo reuniu resposta a um questionário, dados de exames laboratoriais e médicos de 60 hijras, a maioria com idade entre 20 e 25 anos (33,3%).
>
> 03)Dos hijras que participaram da pesquisa, 48 eram castrados.

> 04)Resultados dos exames laboratoriais revelaram que 70% dos hijras eram sifilíticos, e dez por cento portadores do vírus da Aids.

As quatro unidades de contexto aplicam a prática jornalística da nomeação a partir do mesmo princípio: o marcador social. Em 01, hijras nomeia aqueles que "constituem um imenso grupo de risco", assim como em 02 elaboram discursivamente a presença daqueles que tiveram suas respostas reunidas e exames coletados para pesquisa. Em 03, é reforçada a característica da castração, e mais interpretações possíveis são inseridas na palavra a partir da oração 04, na qual revela-se que 70% dos sujeitos tinham sífilis e 10% eram portadores do vírus da aids.

É necessário levar em conta que as interpretações possíveis da prática jornalística da nomeação não acontecem somente nas palavras, mas também nas imagens. Inserida nesse contexto de nomeação das hjjras, o jornal fez uso de uma ilustração que consiste em uma caricatura representando uma hijra: a imagem tem feições assustadas enquanto olha para um envelope onde está escrito "AIDS" em letras maiúsculas. O corpo com contornos feminino é retratado com proporções disformes abaixo da cintura (anexo 10).

RESULTADOS ENCONTRADOS

Com base em 57 enunciados do discurso direto, foi possível identificar que a prática jornalística da nomeação pelo marcador social predomina em 33% dos casos, seguida da nomeação para classificar referente com 27%. Juntas, representam 60% do material analisado.

Tabela 4 – Nomeação no discurso direto

Categorias	
Rotulação do sujeito	19%
Marcador social	**33%**
Classificar referente	27%
Sexualidade dissidente	16%
Violência	5%

O discurso direto nos jornais foi extraído de 42 fontes entre os anos pesquisados. Dois pontos chamaram atenção na análise. O primeiro deles

é o fato de quase 50% do *corpus* ter sido coletado no ano de 2019. Isso mostra como os jornalistas, naquele ano, selecionaram para as notícias mais declarações de fontes que utilizavam a nomeação atrelada à comunidade LGBTQIA+.

Outro aspecto relevante é que personagens e fontes ligadas ao setor cultural são as mais utilizadas para nomear nesse contexto. Esse fato mostra como a cultura, historicamente, é uma área que tem tensionado as relações de gênero e, por consequência, chega aos jornais. Cantores, diretores de teatro, produtores culturais, dentre outros, aparecem nas notícias como nomeadores que reforçam a presença LGBTQIA+ em suas produções.

Tabela 5 – Tipos de fontes no discurso direto

Categorias	
Personagens	29%
Ligadas à cultura	26%
Especialistas	17%
Entidades de defesa dos direitos LGBTQIA+	10%
Fontes oficiais	14%
Outras	5%

Os números validam a força da prática jornalística da nomeação em interlocução com campos sociais que dialogam com o campo jornalístico na produção da notícia. Seja em trecho como “a quase a totalidade de homossexuais é neurótica” (1969) ou “os pais hoje também são muito mais abertos a ter um filho LGBT” (2019), a seleção das aspas passa pelo crivo do jornalista em sua tentativa de associar a fonte a um ponto de vista.

5.5 Expressão opinativa

A nomeação na expressão opinativa no jornalismo é aqui analisada como ponto de reconhecimento que esses enunciados são relevantes à inserção de determinas nomeações na prática jornalística. O articulista político, o colunista, o leitor que envia uma mensagem, dentre outros, são autores de reforço para que palavras nomeadores sejam aplicadas em detrimento de outras.

A análise de coocorrência levou em conta diferentes peculiaridades de cada modalidade textual. Desse modo, serão discutidos separadamente editorial, colunas, artigos, críticas e cartas de leitores. Assim como foi executado no conteúdo noticioso, as palavras nomeadores de mais incidência foram utilizadas como ponto de referência para a observação da coocorrência na nomeação na expressão opinativa (ver apêndice 01).

Nem todas as categorias opinativas foram encontradas durante a coleta do *corpus*, assim, a pesquisa foi configurada do seguinte modo:

Tabela 6 – Conteúdos encontrados na expressão opinativa

Expressão opinativa	1969	1979	1989	1999	2009	2019	*Corpus* total
Editoriais	0	0	2	0	0	4	6
Colunas	1	4	6	37	42	43	133
Artigos	1	3	4	10	13	36	67
Críticas	2	4	3	10	6	6	31
Cartas de leitores	0	1	1	1	18	4	25
Depoimentos*	0	3	0	0	0	0	3

*Categorização elaborada após a coleta do *corpus* de 1979 e que será abordada em 8.5.6

5.5.1 Editorial

No *corpus* coletado, foram analisados quatro editoriais que tinham a presença de nomeações selecionadas nos anos de 1989 e 2019 (ver apêndice 1.3 e 1.6). Em 1989, foi observado o uso do vocábulo “travesti” no editorial “Preconceito racista”, publicado na Folha de S.Paulo em 12 de

junho. Em 2019, foram os termos “homossexual” e “homofobia” que serviram de referência para três editoriais.

A análise tem início com o editorial de 1989. Como modalidade textual que expressa a “opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (Marques de Melo, 2003), o editorial da Folha de S. Paulo classifica como “estupidez” e “vulgaridade” o fato de Le Pen ter dito a seguinte frase em um debate na TV: “Já temos um certo número de brasileiros aqui no Bois de Boulogne e não se pode multiplicar esta cifra por milhares, dezenas de milhares”.

O editorial aplica a nomeação “travesti” na frase:

> 01) Referia-se ao fato de que travestis brasileiros frequentam aquele parque parisiense. (editorial)

O enunciado revela que “travestis brasileiros” são frequentes no parque, o que é típico da nomeação pelo marcador social. Não são cidadãs brasileiras que ocupam o local, e sim, travestis brasileiros. É criada a presença para justificar o posicionamento de repúdio à temática motivadora do editorial. Travesti é o nome não dito pelo político francês, mas compreende-se a sua presença em associação ao parque Bois de Boulogne.

Em 2019, foram selecionadas unidades de contexto de editoriais publicados nos três produtos a partir das unidades de registro “homossexual” e “homofobia”. O primeiro, publicado na Folha de S.Paulo com o título “Ogro filipino”, compara o que chama de “declarações disparatadas” dos presidentes Jair Bolsonaro e Rodrigo Duterte, das Filipinas.

Duterte é apresentado como político que, entre outras coisas, xingou a mãe do ex-presidente Barack Obama e ameaçou declarar guerra ao Canadá. O jornal emite opinião ao dizer: “Teme-se também que ele vá tentar uma fórmula de perpetuar-se no poder, seja diretamente, seja através da filha Sara Duterte-Capio, hoje prefeita de Davao, a quarta cidade mais populosa do país”.

O segundo editorial, veiculado em O Globo com o título “Criminalização da homofobia ganha relevância no cenário atual”, define uma posição de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal de

enquadrar homofobia e transfobia como crimes de racismo. Uma frase do editorial serve para exemplificar a opinião em sintonia com a Corte: "O STF tem se notabilizado na defesa dos direitos das minorias e no campo social".

O terceiro editorial vai no sentido contrário. No Estado de S.Paulo, o título "STF não pode criar leis" é o enunciado inicial da empresa contrária ao enquadramento da homofobia e transfobia como crimes de racismo. A expressão opinativa está vinculada ao argumento de que cabe ao Congresso e ao Senado aprovar leis, e não ao Poder Judiciário.

Um trecho que reforça essa tese é: "Isso significa que o Poder Judiciário está assumindo o papel de legislador em matéria penal, o que extrapola suas competências constitucionais". As palavras nomeadoras forem encontradas nesses editoriais nas seguintes frases:

> 01) Este, em viagem recente ao Japão, afirmou ter-se "curado" de um passado homossexual graças a lindas mulheres. (editorial da Folha de S.Paulo, em referência a Rodrigo Duterte, presidente das Filipinas.)
>
> 02) Disse que poderá prejudicar os próprios homossexuais — segundo ele, para evitar problemas, um empregador pensará duas vezes antes de contratá-los. (editorial de O Globo, em referência ao presidente Jair Bolsonaro)
>
> 03) Menos ainda caberia ao STF, num contexto tão evidente de atividade legislativa no sentido de criminalizar os atos de homofobia, editar uma lei sobre a mesma matéria, como se quisesse não apenas preencher omissão – o que já estaria fora de suas competências –, mas se adiantar ao Congresso. (editorial Estado de S.Paulo, em referência à decisão do STF de criminalizar a homofobia e a transfobia)

Em 01, aplica-se a nomeação pela classificação de referente ("passado homossexual). É um determinado tipo de "passado" que coloca a homossexualidade como condição abandonada, relegada ao pretérito com a heterossexualidade do sujeito reforçada na "viagem recente ao Japão".

Em 02, nomeia-se pelo marcador social. Os homossexuais são uma presença construída discursivamente pelo argumento do autor a partir da relação entre patrões e empregados. Por fim, 03 é estabelecido pela nomeação da violência. Homofobia é o objeto do discurso centralizador do enunciado, é o elemento a ser reforçado na argumentação haja vista o tensionamento estabelecidos em decisões judiciais.

Assim, a construção da unidade de contexto é estruturada para reforçar a opinião de que a Corte errou, executou algo "fora de suas

competências". Desse modo, seja na concordância ou discordância, a organização jornalística precisa externalizar seu posicionamento a partir dos nomes.

Reconhecido como a opinião de determinado veículo de imprensa, compete ao editorial externalizar o ponto de vista defendido pelo jornal enquanto organização. Não se consegue opinar de modo institucional sem recorrer aos referentes dos campos em disputa nos editoriais. Como afirma Melo (2003, p.1040), "seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico".

Nesse sentido, o editorial é direcionado ao apoio (ou não) a determinado pensamento ou causa. Sua veiculação expõe o jornal nas arenas de disputas sociais materializadas pelo discurso. O enunciado do editorial é reforçado em sua existência à medida que reflete a opinião de uma determinada organização.

5.5.2 Colunas

Gênero opinativo mais encontrado no *corpus* desta pesquisa, as colunas serão analisadas a partir dos termos encontrados na coocorrência dos períodos (ver tabela 02). O primeiro período é 1969, quando a nomeação Ex-"filho" foi encontrada na coluna "Dorothy Manners informa", em uma nota intitulada "Mudou de sexo" (anexo 2).

> 01) Recebi uma interessante carta de Dawn Langley Simmons, ex-"filho" de Margaret Rutherford, que se submeteu a uma operação para mudança de sexo e logo depois se casou com mordomo negro John Paul Simmons. (coluna, O Globo)

Por meio da nomeação pela rotulação, a colunista diz ter recebido uma carta de um sujeito identificado pelo nome próprio, mas que precisa ser construído como ex-"filho" por conta da sua identidade de gênero. Verifica-se, desse modo, como colunistas têm o potencial de elaborar nomeações.

Dorothy Manners, conhecida em Hollywood até o final dos anos 1970[70], produzia conteúdos alinhados ao pensamento burguês das

[70] Dorothy Manners atuou como colunista até se aposentar em 1977. Morreu em 1998, aos 95 anos. Informações registradas no site do The New York Times. Link: www.nytimes.com/1998/08/29/arts/dorothy-manners-columnist-95.html

sociedades norte-americanas e europeias da época. Sua coluna em O Globo era acompanhada por fotos em quase todas as notas. A unidade de registo citada acima é seguida do trecho: "Ela [o 'ex-filho'] reside agora em Charliston e é funcionária do John House Museum".

Na tradução para o ajuste do material à língua portuguesa, a colunista aparece em posicionamento imediato no enunciado com o verbo no pretérito perfeito ("recebi"). Em seguida, o sujeito identificado pelo nome próprio ("Dawn Langley") é rotulado ("ex-filho") por ter sido submetido a uma operação classificada como "mudança de sexo".

Outros dois nomes próprios revelam tensionamentos no enunciado: "Margaret Rutherford" e "John Paul Simmons". O primeiro é o nome de uma mãe, aquela que passou a ter o ex-"filho" graças à nomeação executada pela expressão opinativa da colunista. O segundo é o "mordomo negro", identificado na posição social de marido, mas, ainda assim, passível de ser citado a partir dos seus marcadores de classe e raça.

A nomeação ex-"filho" aparece não como nomeação recorrente da época, e sim, como nomeação criada para a expressão opinativa. Ser um ex-"filho" era a possibilidade lexical em um período no qual transexualidade era palavra desconhecida. Portanto, as escolhas para determinadas nomeações revelam a temporalidade das possibilidades lexicais. A seleção dos nomes é um processo associado a determinado tempo, espaço e condição social.

Em 1979, as colunas responderam por 10% das unidades de registro encontradas nas expressões opinativas. O material envolveu três diferentes colunas publicadas em O Globo. Duas eram veiculadas a partir dos nomes dos próprios colunistas: a coluna de Carlos Swann[71] e Nelson Motta, ambos jornalistas. A terceira é "A vida secreta", assinada por Pedro Salas[72], psicanalista que respondia cartas de leitores com dúvidas diante de seus problemas pessoais (anexo 6).

[71] Carlos Swann era sobrenome fictício, o verdadeiro era Carlos Leonam. Jornalista, por uma década (1974–1984) esteve à frente da coluna que valorizava notícias de interesse coletivo. É apontado como um dos precursores no jornalismo brasileiro no estilo de restringir notas sobre a alta sociedade a um espaço específico, a Zona Franca. Sua coluna era também conhecida pelas notícias exclusivas, conhecidas no jargão jornalístico como "furos" ou "notícias em primeira mão" (O Globo, 2015). Fonte: O Globo. (2015, 02 de julho). *O colunista secreto.* O Globo. www.oglobo.globo.com/sociedade/o-colunista-secreto-16631416

[72] No final da década de 1970, Pedro Salas lançou o livro "A vida secreta", onde reúne algumas cartas respondidas em sua coluna. Campos (2017) escreveu uma dissertação na qual o objetivo era mapear discursos na imprensa promovidos por

São associadas às unidades de registro “gay” e “bissexual” as coocorrências com termos como “power”, “anjo” e “leitor”. O uso das nomeações será inicialmente observado a partir de duas unidades de contexto retiradas das colunas assinadas por jornalistas. A primeira parte da nota intitulada “A URSS, segundo Elton John”, na Coluna de Carlos Swann, seguida da nota numerada como “1” na coluna de Nelson Motta.

> 01)A referência a Anita Bryant é clara: trata-se da organizadora de campanhas contra o gay power.
>
> 02)Uma de “When you come home” (de E. Kaz e T. Snow) e a outra de “The triangule”, recauchutado para o português como “Geometria”, da autoria do gay or no gay (?) Renato Zero, que conta a estória de um triângulo amoroso sob neves européias.

O enunciado produzido por Carlos Swann faz uso da nomeação por classificação de referente. É a última frase de uma nota construída a partir de declaração do cantor Elton John em discurso direto: “Eu vou aos Estados Unidos apesar de Anita Bryant morar lá”. O colunista estrutura seu enunciado a partir do nome próprio (“Anita Bryant”) e utiliza outra palavra nomeadora em referência a um movimento social (“gay-power”). Desse modo, a nomeação é crucial para estruturar discursivamente o conflito.

O enunciado 02 utiliza a nomeação pela rotulação do sujeito. A expressão “gay or no gay (?)” busca enquadrar a presença construída pelo nome próprio (Renato Zero), cantor italiano de sucesso na década de 70 com performances desafiadoras aos padrões da época. A nota discorria sobre o lançamento de um disco compacto com duas músicas de Claudinho Savieto, mas é a rotulação do artista europeu que precisou ser revelada na expressão opinativa do colunista.

Desse modo, os colunistas da época relataram conflitos, qualificaram sujeitos e indicaram a existência de referentes que precisam ganhar presença discursivamente em seus espaços privilegiados de informação no jornal, e a prática da nomeação é fundamental para essa construção.

---

psicanalistas entendidos como “vozes autorizadas”. A coluna “A vida secreta” fez parte do seu *corpus* de análise. A autora sinalizou que Pedro Salas é um pseudônimo do psicanalista Paulo Sternick, único profissional com essa qualificação a escrever para O Globo até 1985. A pesquisa de Campos (2017) englobou o período de 1980 a 1998, e entre os resultados da pesquisa está o de que psicanalistas foram mais convocados pelos jornais na forma de colunistas/articulistas do que de entrevistados, embora tenham tido expressiva participação como fontes em reportagens.

Foram selecionadas também duas unidades de contexto da coluna "A vida secreta", assinada pelo psicanalista Pedro Salas. A composição da página era sempre iniciada com a carta de um leitor em busca de ajuda. Nesse caso, trata-se de uma mulher que diz estar apaixonada pelo cantor Ney Matogrosso e solicita apoio por não conseguir desligar-se dessa paixão (anexo 6). Em determinado trecho, a leitora desabafa:

> Tornou-se uma espécie de fixação, eu não gosto mais de ninguém, só do Ney Matogrosso, não consigo me interessar por qualquer outra pessoa. [...] Gostaria de saber do senhor o que está acontecendo comigo, porque, além do mais, eu gosto de toda essa situação.

Duas unidades de contexto foram localizadas na resposta do colunista. São elas:

> 01)Para ela, aquele cantor é a própria encarnação do anjo bissexual, portador dos encantos tanto da mulher como do homem, podendo satisfazer, portanto, as demandas naqueles dois sentidos.
>
> 02)No imaginário e na fantasia, a nossa leitora alimenta o prazer junto a um anjo bissexual, talvez não apenas como um objeto de seu desejo, mas como alvo de uma identificação para seus próprios aspectos bissexuais, inerentes à raça humana.

Nas duas unidades de contexto o psicanalista utiliza a nomeação com meio de qualificar determinado referente. A imagem de um "anjo bissexual" é reproduzida duas vezes em seu discurso que, por fim, ainda revela que há "aspectos" da leitora que são bissexuais. O colunista do campo da psiquiatria estrutura seu discurso de maneira diferente em relação aos enunciados produzidos por colunistas do campo jornalístico.

Sua função não é informar sobre fatos e pessoas, e sim, estabelecer relação de orientação diante de um problema individual. Para orientar, é preciso nomear problemas, sujeitos e elaborar enunciados voltados a determinados referentes que carecem de nomeação para ocupar o mesmo espaço interpretativo dos leitores.

Quando partimos para 1989, enunciados retirados de colunas representam 35% do *corpus* coletado na expressão opinativa do período. A unidade de registro "homossexual" foi a única encontrada nas colunas para nomear sujeitos (em 86% dos casos), seguida de 14% de uso relativo à nomeação da sexualidade dissidente ("homossexualismo").

Os conteúdos foram publicados em cinco diferentes colunas, todas de O Globo. Duas delas eram dedicadas a produtos culturais, a Coluna

Livros e a Coluna Filmes de Hoje. A primeira era assinada pelo colunista Carlos Menezes, enquanto a segunda era elaborada pelo colunista Paulo Perdigão, conhecido também como crítico de cinema. Da primeira foram isolados dois enunciados, enquanto da segunda foi retirado um.

> 01) Nesse período, causou inúmeros escândalos por suas ligações homossexuais. (Coluna Livros)
>
> 02) Em sua última visita à biblioteca da universidade, Art encontra três personagens que irão abalar, radicalmente, suas estruturas: um encantador e espirituoso homossexual, uma garota e um motoqueiro rebelde. (Coluna Livros)
>
> 03) Por acaso, trava conhecimento com um cantor homossexual Carroll "Toddy" Todd (Robert Preston, 1917 – 1987) que acaba de ser abandonado pelo amante. (Coluna Filmes de Hoje)

Os três enunciados utilizam diferentes estratégias de nomeação. Em 01, a classificação do referente é o importante ao se evidenciar que escândalos são causados não apenas por ligações, mas por "ligações homossexuais". Poderiam ser de qualquer outra espécie, mas é preciso nomeá-las como homossexuais para conduzir determinada interpretação. Trata-se de um informe do colunista sobre a biografia de uma escritora.

Em 02, a rotulação do sujeito é o ponto crucial à criação de presença de determinados sujeitos. O colunista decidiu localizar personagens de determinada obra e, em seu discurso, abriu mão do nome próprio, pois as características eram reveladoras da presença. Nesse contexto apareceu desde o "motoqueiro rebelde" ao "encantador e espirituoso homossexual".

Estratégia similar está em 03, quando a rotulação demanda a presença de um nome próprio. O sujeito ("Toddy") é um cantor homossexual. Qualquer outra característica que venha a ter está ausente ou é posta em outra dimensão no discurso. Primeiro, é um "cantor homossexual".

Um segundo grupo de enunciados foi retirado de duas colunas com textos assinados por jornalistas. O primeiro trecho é da coluna do Ricardo Boechat, enquanto o segundo é da Coluna Todo Mundo, elaborada à época a partir de notas assinadas por produtores de conteúdo em diferentes partes do mundo. Para esta pesquisa, foi selecionado um trecho da nota "As críticas ao sexo livre", escrito de Nova York pela jornalista Heloisa Villela.

> 01) O animado público gay da Zona Sul carioca fincou bandeira em Botafogo.
>
> 02) Através de um contrato publicitário de US$ 46 mil, jornais, revistas e emissoras de televisão avisarão a homens bissexuais e homossexuais: "Tenha sexo livre, mas se projeta".

As duas unidades de contexto utilizam a nomeação pelo marcador social. Em 01, Ricardo Boechat se referia especificamente à Rua Góes Monteiro, onde acabara de ser inaugurada uma boate. Cabe ressaltar que em toda a expressão opinativa coletada em 1989, apenas Ricardo Boechat utilizou a unidade de registro "gay". Em 02, a jornalista Heloisa Villela utiliza duplamente o marcador social: "homens bissexuais e homossexuais".

Nota-se que a presença é construída discursivamente a partir das palavras que delimitam as existências. Por eliminação, sabe-se que homens heterossexuais ou detentores de qualquer outro marcador social ligado à sexualidade não se enquadram na mensagem elaborada pela colunista. Ou seja, é pela sexualidade que se define o referente.

Por fim, são apresentados enunciados retirados da única coluna encontrada em 1989 a partir da expressão opinativa de um profissional da área da saúde, a coluna "O que você deve saber de medicina", assinada pelo médico Peter Gott. O conteúdo parte de perguntas de leitores não identificados. O enunciado 01 é o texto publicado na íntegra com um questionamento. Em seguida, no enunciado 02, foi isolado do discurso do médico a frase na qual há uso da unidade de registro.

> 01)Tenho 12 anos e um amigo da mesma idade. Sei que é errado, mas às vezes brincamos com nossos órgãos sexuais. Depois sinto-me mal, mas sempre dá vontade de fazer de novo. Será que somos homossexuais?
>
> 02)Essa atividade é normal e nem sempre indica homossexualismo; é antes um comportamento temporário, que os heterossexuais logo descartam.

O primeiro trecho é uma pergunta na qual a nomeação é verificada por meio da rotulação. A unidade de registro possui volume interpretativo para rotular sujeitos mesmo quando o próprio eu é o referente. A dúvida do leitor, nesse caso, não é mais importante do que o rótulo social atribuído. O leitor pergunta por saber que a leitura social feita sobre si

tem ligação com a interpretação gerada pelo rótulo social provocado por ele mesmo em seu questionamento.

Em 02, tem-se a fala do colunista especializado. Nomear a sexualidade dissidente como "homossexualismo" é emblemático ao separá-la do que considera "atividade normal". Os sujeitos são nomeados pelo marcador social ("heterossexuais"), assim como sua sexualidade é referência de normalidade. Compete ao colunista elaborar sua expressão opinativa a partir da nomeação do que está no âmbito da anormalidade, do temporário.

Desse modo, verifica-se como a expressão opinativa por meio das colunas não apenas segue categorias presentes na prática da nomeação jornalística como reforça meios de nomear a partir de especialista. Cria-se padrões de normalidade, rotula-se sujeitos e qualifica-se determinados referentes, sempre com o objetivo de inserir determinada presença no discurso. Os objetos do discurso estão postos nas colunas, compete aos colunistas nomeá-los do modo que consideram mais adequado aos seus privilegiados espaços de visibilidade.

Em 1999, o índice elevado da temática LGBTQIA+ nas colunas foi observado a partir de dois fatores: (1) inserção das pautas identitárias nos jornais; (2) aumento na visibilidade de eventos promovidos por atores sociais desse grupo, como a Parada do Orgulho LGBTQIA+ (anexo 14).

Entre as unidades de registro encontradas em colunas desse período, 48% estavam na Folha de S.Paulo e 52% em O Globo. Nenhuma foi encontrada nas colunas do Estado de S.Paulo. O crescimento de temáticas identitárias foi verificado com ênfase nas colunas da Folha de S.Paulo, que, na época, veiculava em suas edições dominicais a Revista da Folha.

Em uma página dupla, era publicada a editoria "Plural", formada por três colunas voltadas a públicos específicos. Eram as colunas GLS, Black e Macho. Em todas foram encontradas nomeações para a composição dessa pesquisa. A mais importante para este trabalho foi a coluna GLS,

assinada pelo jornalista André Fischer[73], conhecido desde o início da década de 1990 pela atuação na militância LGBTQIA+.

Em uma rede social, o ex-colunista confirma seu vínculo com a Revista da Folha entre os anos de 1996 e 2006. As outras duas colunas são explicativas pelo próprio nome: Coluna Black, voltada à comunidade negra; Coluna Macho, cujo público-alvo eram homens heterossexuais.

Nas páginas que reuniam essas três colunas eram publicados anúncios associados ao mercado do sexo. Eram anunciados serviços de casas de massagem, espaços de *darkroom* com exibição de filmes gays, serviços de dique-sexo, dentre outros. Os anúncios eram coloridos e alguns traziam modelos seminus ou com tarjas para esconder órgãos genitais (anexo 15).

Ainda na Folha de S.Paulo, foram encontrados conteúdos em colunas com material diversificado, como a Coluna Noite, assinada pela jornalista Erika Palomino, ou a Coluna Joyce Pascowitch. Em O Globo, foi possível identificar como a visibilidade de eventos produzidos para e pela comunidade LGBTQIA+ se tornaram pauta na agenda de colunistas. Não apenas a Parada do Orgulho, mas outros eventos foram encontrados nos textos publicados em colunas. Entre os colunistas com publicações frequentes estavam Hildegard Angel, Ricardo Boechat e Patrícia Kogut (à época, colunista da Coluna Controle Remoto).

A análise das nomeações no discurso dos colunistas terá início com exemplos retirados das três colunas identitárias da editoria “Plural” da Revista da Folha, as colunas GLS, assinada por André Fiscer, Black, do jornalista Joni Anderson[74], e Macho, de Fernando Bonassi[75]. As unidades de contexto são formadas pelas unidades de registro “gay” e “homossexuais”.

> 01)A “Têtu”, revista GLS francesa, levantou na semana passada a lebre que Rick Martin seria mesmo gay. (Coluna GLS)

[73] Em contato por e-mail com o autor desta tese, André Fischer relatou que a coluna estreou em dezembro de 1996, quando ele assumiu a produção de textos após convite de um dos editores da Revista da Folha. Sua colaboração durou até setembro de 2016. André afirmou que, antes desse período, a coluna era publicada com o nome "Gay" e tinha outros colaboradores. Foi sugestão dele tanto a mudança da linha editorial como o nome para Coluna GLS. Outras informações sobre André Fischer foram coletadas em sua conta na rede social Linkedin. Fonte: www.linkedin.com/in/fischerandre/?originalSubdomain=br

[74] Joni Anderson era jornalista e assinou a coluna por cinco anos. Em 2001, montou a agência Noir, especializada em modelos negros. Fonte: www.terra.com.br/istoegente/90/reportagem/joni_anderson.htm

[75] Fernando Bonassi é escritor e esteve à frente da Coluna Macho por cinco anos. Em 2009, lançou o livro "As melhores vibrações", uma coletânea com textos da coluna. Fonte: www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/300631-livro-desvenda-meandros-do-sexo-para-homens-e-mulheres-de-todos-os-sexos.shtml

> 02)É sabido que homossexuais, negros inclusive, com dinheiro no bolso, têm vários cruzeiros temáticos que circulam pelas águas paradisíacas do Caribe. (Coluna Black)
>
> 03)Lamentavelmente para nós, pois perdemos a chance de fazer história, foram os gays, por força da pressão que sempre sofre o que é diferente, que colocaram a sexualidade na ordem do dia. (Coluna Macho)

Na unidade de contexto 01, a nomeação é aplicada pela rotulação do sujeito. Rick Martin é o objeto do discurso passível de interpretação a partir da dúvida: é ou não é gay? O enunciado evidencia a tentativa de exposição da sexualidade alheia. O colunista inicia com a identificação da revista ("Têtu"), objeto classificado a partir da sigla GLS, ou seja, ele necessita dos nomes argumentos para chegar ao duplo referente: Rick Martin – ser gay.

A nomeação opera de modo diferente no enunciado 02, retirado da Coluna Black. O sujeito é nomeado pelo marcador social ("negros/homossexuais"). Para essa expressão opinativa ser concluída, foi necessário ainda nomear uma forma de entretenimento ("cruzeiros temáticos") em um país ("Caribe"). O colunista se valeu, dessa forma, de elementos identitários cuja existência servem para identificar grupos sociais.

Por fim, o enunciado 03, retirado da coluna dedicada aos homens heterossexuais, aplica a mesma nomeação da coluna anterior. A frase é iniciada com o pronome ("nós") responsável por colocá-lo no texto e, em seguida, o outro ("gay") é nomeado. Esse outro é alvo da sua expressão opinativa ao ser indicado como o responsável por pautar questões de sexualidade na sociedade.

Foram observadas também unidades de contexto retiradas de colunas dedicadas a temas específicos. A primeira é da Coluna Noite Ilustrada, assinada por Erika Palomino na Folha de S.Paulo, seguida de outras duas unidades de contextos encontradas em colunas de O Globo. São elas: Coluna Pessoas, assinada pelos jornalistas Cesar Tartaglia e Tânia Neves, e a Coluna Nova York, de João Ximenes Braga. Todos eram jornalistas.

Os enunciados foram selecionados a partir das unidades de registro “homossexualismo”, “gay”, “lésbica” e “homossexualidade”, em coocorrência com “pride”, “simpatizante”, “coluna” e “mundo”.

> 01)E sabe que faz exatos sete anos que esta coluna publicou, orgulhosamente, a primeira foto de uma drag queen em si, justamente a Marcia Pantera, e recebeu cartas de protestos dizendo que a coluna “incentivava o homossexualismo”? (coluna Noite Ilustrada)
>
> 02)Para uma vibrante plateia, o compositor – que há alguns anos assumiu publicamente sua homossexualidade – lançou um grito pela tolerância sexual no mundo. (Coluna Pessoas)
>
> 03)Mas esta mistura de parada festiva com passeata política leva centenas de milhares de pessoas às ruas, no maior e mais animado evento público do verão nova-iorquino, atraindo tanto gays e lésbicas quanto curiosos – que, se não me falha a memória, são chamados de simpatizantes no Brasil. (Coluna Nova York)

Os nomes das colunas servem como pontos iniciais que ajudam a desvendar linhas-editoriais. Na noite ilustrada (01), conteúdos ligados à moda, entretenimento e lazer. Na Pessoas (02), uma série de notas sobre personalidades de diferentes áreas, especialmente da cultura massiva disseminada por meio da música, cinema e televisão. Por fim, Nova York (03) era publicada no caderno Boa Viagem a partir de um olhar brasileiro às peculiaridades da cidade norte-americana.

Como explica Marques de Melo (2003), a coluna possui um caráter de pessoalidade à medida que colunistas têm liberdade de se inserir no discurso. Exemplo disso é identificado em 01, quando a colunista utiliza “esta coluna” como referente de uma ação por meio do verbo publicar no pretérito perfeito. A expressão “esta coluna” identifica um espaço como interlocutor, assim como é nomeada a pessoa veiculada na foto (“uma drag queen”, “a Márcia Pantera”). Somente no final do enunciado a nomeação da sexualidade dissidente é acionada.

Em 02, a nota refere-se ao cantor Elton John. Os colunistas identificam o artista como “o compositor”, seguido da sexualidade dissidente nomeada em contexto de luta social, como causa assumida publicamente. Esse cenário se aproxima do evidenciado no terceiro enunciado, associado à Parada do Orgulho LGBT de Nova York, quando as unidades de registro “gay” e “lésbica” são acionadas para nomear pelo marcador social.

Por fim, serão analisados enunciados de colunas conhecidas pelo nome próprio do colunista. São espaços reconhecidos pela autoria do profissional, como eram na época Joyce Pascowitch (Folha de S.Paulo), Ricardo Boechat e Hildegard Angel (ambos em O Globo) (anexo 16).

> 01)Assim como toda mulher que se preza tem um amigo gay, a quarentona Barbie agora também pode ter o seu. A Futuro Infinito, espaço de cultura e entretenimento, na rua Oscar Freire, trouxe dos Estados Unidos os bonecos gays Billy e Carlos, que prometem virar mania por aqui. (Joyce Pascowitch)
>
> 02)Uma invasão mundial de gays na Disney é o tema da reportagem que Maurício Kubrusly apresenta domingo no "Fantástico". (Ricardo Boechat)
>
> 03)A sensação do 10º Rio de Janeiro Gay foram 7 drags gordas, que fizeram um cover da Fat Family, eram algumas toneladas no palco. Depois da apresentação, os fatgays foram sondados para fazer uma campanha de telefonia celular. (Hildegard Angel)

A unidade de contexto 01 (Joyce Pascowitch) é elaborada pela nomeação do marcador social ("amigo gay"), seguida de nomeação pela classificação de referente ("bonecos gays"). É a mesma palavra com usos distintos para acionar existências dentro de enunciado da colunista. Em 02 a nomeação pelo marcador social é utilizada por Ricardo Boechat. Sua nota noticia uma "invasão mundial" promovida por "gays".

A unidade de registro 03 é composta por duas frases com duas diferentes estratégias de nomeação. Na primeira, verifica-se a nomeação pela classificação de referente, um evento nomeado como "10º Rio de Janeiro Gay". Em seguida, a colunista elabora uma nova palavra, "fatgays", a partir da junção entre o nome de um grupo musical (Fat Family) e o termo "gay". Sua posição como colunista permite a aplicação de recursos da linguagem, como, por exemplo, a ironia.

No período seguinte, 2009, as colunas aparecem como a expressão opinativa mais recorrente no uso das nomeações associadas à comunidade LGBTQIA+. São 46% das unidades de contexto coletadas e a unidade de registro "gay", além de ser a mais utilizada, apresenta coocorrência de maior incidência com "parada", o que comprova que a Parada Gay se tornou motivo constante de pauta entre colunistas.

A partir da matriz de contingência foi possível identificar que em 23% das unidades de contexto havia a presença do termo "parada" em

coocorrência. Abaixo, alguns exemplos para análise das colunas como prática da nomeação na expressão opinativa do jornalismo.

O enunciado 01 é um trecho da coluna GLS, assinada à época pela cantora Vange Leonel (1963–2014). O 02 é uma nota da coluna Entrelinhas, do Estado de S.Paulo, publicada no Caderno 2, em espaço dedicado à programação televisiva e sem autoria. O terceiro é uma nota retirada da coluna que levava o nome do próprio colunista, J. A. Gueiros.

> O1) Nesta semana, São Paulo se prepara para receber centenas de milhares de visitantes do Brasil e do mundo para a Parada LGBT, evento que é o segundo em movimentação financeira gerada por turismo na cidade, atrás apenas da Fórmula 1. (Coluna GLS)
>
> 02) O Pânico quebrou a promessa feita ao pé do caixão: Ceará retomou a imitação de Clodovil na Parada Gay e na edição do Superpop de anteontem. (Coluna Entrelinhas)
>
> 03) A grande parada gay de São Paulo reuniu mais de três milhões de participantes, ou seja, em cada cem paulistanos, 25 abraçam a causa. (Coluna J. A. Gueiros)

São colunas com perfis diferentes, mas que veiculam conteúdos tendo um evento como referência: a Parada LGBT, ou Parada Gay, ou parada gay. Seja como for nomeada, a palavra sempre carrega a função de classificar determinado referente.

Seja em formato de texto mais longo, como na unidade de contexto 01, ou no modelo de notas (02 e 03), o colunista busca noticiar algo nomeando o evento não como um local qualquer, mas como uma parada dedicada ao público não heterossexual.

Em seguida, foi analisada a prática da nomeação na expressão opinativa em coluna assinada por colunista especializado em área não correlata ao jornalismo. Foram selecionados, então, unidades de contexto da Coluna Consultório, assinada pelo psicanalista Alberto Goldin no jornal O Globo. A coluna era composta por perguntas de leitores respondidas pelo profissional.

No *corpus* coletados, foram encontradas duas edições que giravam em torno de inquietações de leitores com questões ligadas à sexualidade. A primeira coluna é intitulada “Três formas de amar” (anexo 19). Abaixo, a carta de Heitor, nome fictício dado pelo colunista ao leitor que motiva sua análise:

> Tenho 38 anos, sou casado com Sandra há dez, num total de 14 anos de relacionamento. Cometi o maior erro da minha vida, quando a traí

> num momento de crise conjugal. Ela descobriu e nunca me perdoou. A partir daí, para nos reconciliar e resgatar a libido dela, desgastada pela monotonia e longo tempo de convívio, sugeri pôr todas as nossas fantasias em prática. Então, começamos a nos relacionar com outros casais e mulheres e a frequentar clubes de swing. A consequência foi: ela descobriu que gosta muuuuuuuuuuuuuuito mais de transar com mulheres. Hoje nos relacionamos com uma menina muito especial. Depois de muitas idas e vindas (três anos) estamos juntos há seis meses. Uma relação a três é realmente possível ou ela tende ao fracasso imposto pela rotina como em qualquer relacionamento?

A carta do leitor não menciona nenhuma unidade de contexto pesquisada. Porém, é na resposta do colunista que podem ser encontradas possibilidades de uso para a unidade de registro "homossexual". São elas:

> 01) Unem-se ao trem da alegria uma nova figura feminina, instalada para servir à inesperada vocação homossexual da Sandra.
>
> 02) Ou seja, a descoberta homossexual de Sandra, que parece ter sido uma consequência circunstancial, poderia ser o começo e real motivo da história.
>
> 03) O prazer homossexual da Sandra não seria apenas uma descoberta tardia, mas a realização de uma tendência que já existia e produzia efeitos, ainda que fossem necessariamente conscientes no começo.

O colunista e psicanalista utiliza nos três enunciados a prática da nomeação para classificar referente. É a "vocação homossexual", a "descoberta homossexual" e o "prazer homossexual" que passam a servir de argumento para determinada interpretação da realidade. O nome próprio (Sandra) e a expressão "trem da alegria" servem como nomeações para sujeitos envolvidos no contexto, mas a expressão opinativa é construída pela tentativa de nomear elementos que tornem compreensíveis a explicação ao leitor.

Parte-se agora para análise de outra edição da mesma coluna na qual foram encontradas as unidades de registro "gay" e "homossexual". Dessa vez, ao invés de reproduzir na íntegra a carta do leitor, serão apenas apresentadas as frases que utilizam a unidade de registro "gay".

> 01) Vi que tinha tendência a ser gay desde os 9 anos, e sempre fui muito humilhado na escola.
>
> 02) Hoje, aceito ser gay, mas não aceito ser notado como gay, ter trejeitos femininos.
>
> 03) É possível desenvolver um trabalho através da psicanálise, que me dê caminhos para continuar sendo gay, mas sem os trejeitos que me magoam e que não quero aceitar?

O leitor estrutura as três frases com apoio da rotulação. Em suas angústias, a unidade de registro é encontrada como condição a ser evitada. Ele diz que tinha tendência a ser gay na infância, não quer ser notado como gay afeminado e deseja continuar gay sem trejeitos. A primeira pessoa está em confronto constante com o estigma da palavra nomeadora, teme-se o medo de ser interpretado social a partir de determinada condição.

É desse relato que parte a expressão opinativa do colunista. Foram encontradas 16 unidades de contexto, quatro delas são reproduzidas abaixo para verificar como o mesmo colunista utilizou diferentes práticas da nomeação.

> 01) O homossexual se sente atraído por homens, desejo que remete à infância.
>
> 02) Mesmo que não se interesse por mulheres, um homossexual pode olhar para outro homem com olhos de mulher.
>
> 03) Um homem gay é diferente apenas porque deseja e ama outros homens, mas em todo o resto – aparência, personalidade – pode ser francamente masculino.
>
> 04) Fábio escolheu "ser" gay, tem horror a se feminilizar ou cair no masoquismo, não quer ser um homem menor, ameaçado, insignificante ou castrado.

As unidades de contexto 01, 02 e 03 são exemplos de nomeação por meio do marcador social. O homossexual é o sujeito da argumentação nas expressões opinativas do colunista. Ele é, nesses casos, o referente na fronteira da sexualidade, sendo colocado em outro patamar interpretativo na relação com outras duas nomeações: homens e mulheres. Ao mesmo tempo, o enunciado 04 serve como exemplo de nomeação como rotulação. Fábio é o objeto do discurso associado às possibilidades interpretativas do "ser gay".

A última etapa dessa análise foi a tentativa de localizar as unidades de registro "homofobia" e "homossexualidade" nas colunas de 2009. A primeira descoberta foi a ausência da nomeação do crime nessa modalidade discursiva. A nomeação da sexualidade dissidente, no entanto, foi identificada em três unidades de contexto extraídas de três diferentes colunas.

A primeira delas é da coluna Consultório, citada anteriormente, e produzida pelo psicanalista Alberto Goldin. O enunciado 02 foi também

publicado em O Globo, em uma nota na coluna Gente Boa, assinada por Joaquim Ferreira dos Santos. O terceiro enunciado é da colunista Vange Leonel, publicada na coluna GLS com o título “Na saúde e na doença”.

> 01) O que confunde é que nesse conjunto há indivíduos que usam a homossexualidade como veículo para outra vertente, mais perigosa. (Coluna Consultório)
>
> 02) Dois ganchos – os 40 anos de Stonewall e os 30 de “Another brick in the wall”, do Pink Floyd – animam o ciclo “homossexualidades na psicanálise”, na Veiga de Almeida. (Coluna Gente Boa)
>
> 03) Por exemplo: quem quiser saber mais sobre as intersecções entre dependência química e homossexualidade pode checar no próximo fim de semana o seminário “Álcool, Drogas e Diversidade Sexual: Examinando as Vulnerabilidades”. (Coluna GLS)

Os três usos revelam contextos diferentes para a aplicação da nomeação da sexualidade dissidente. Em 01, a nomeação evidencia como determinada sexualidade é utilizada por indivíduos como “veículo para outra vertente, mais perigosa”. No enunciado 02, o nome de um evento carrega a nomeação da sexualidade, ou seja, a precisão da informação passa pela unidade de registro.

Por fim, o enunciado 03 precisa nomear a homossexualidade para que a expressão opinativa tenha pleno potencial de ser compreendida. A autora seleciona dois objetos (“dependência química e homossexualidade”) como referentes que possuem intersecções. Logo, nomear é também formar pontes interpretativas entre diferentes referentes.

Para o último período de análise, 2019, a observação da nomeação começará pela unidade de registro “LGBT” e três palavras que apareceram somente na coocorrência da expressão opinativa, sem registro nos discursos direto e indireto analisados anteriormente. São elas: “Brasil”, “novo” e “dia”.

Os exemplos são retirados de três diferentes colunas. A primeira é a “Sem Intervalo”, assinada pela jornalista Eliana Silva de Souza, a segunda é a “Direto da Fonte”, da colunista Sonia Racy, e a terceira é a “Entre uma Tela e Outra”, da Fabiano Ristow.

> 01) No decorrer dos episódios, os participantes montam um glossário a partir de suas experiências para explicar cada uma das letras da sigla e falar sobre as vivências de ser um LGBT no Brasil. (coluna Sem Intervalo, Estado de S.Paulo).

> 02) O Camarote Solidário, pilotado por Roseli Tardelli, caminhou 200 metros e, na edição deste ano, terá novo espaço na Parada do Orgulho LGBT, nesse domingo, no Parque Mário Covas. (coluna Direto da Fonte, Estado de S.Paulo)
>
> 03) No Dia do Orgulho LGBTI, o canal exibe dois filmes que abordam jovens confinados a um centro de "cura gay": "O mais exemplo de Cameron Post", de Desiree Akhavan, às 20h20m, e "Boy erased: uma verdade anulada", de Joel Edgerton, às 22h. (coluna Entre uma Tela e Outra, O Globo)

Apesar das semelhanças no formato, um fator relevante está no elemento mais representativo: o nome das colunas. A "Sem Intervalo" aparece com frequência na parte inferior da página, apresenta conteúdos ligados à programação televisiva e costuma ser publicada ao lado de resumos de filmes da grade de emissoras por assinatura.

A "Direto na Fonte" é uma coluna de destaque, aparece na parte superior da página e ilustra algumas notas com quatro ou mais fotos. A "Entre uma Tela e Outra" associa seu conteúdo ao material televisivo, sendo veiculada na lateral da página, em duas colunas que acompanham a notícia principal.

Nos exemplos acima, temos a nomeação pelo marcador social em 01 e a nomeação pela classificação do referente em 02 e 03. Na primeira, a presença do sujeito é elaborada por meio da expressão "sobre as vivências de ser um LGBT no Brasil". Em 02 e 03, os colunistas estipulam determinadas interpretações a partir de um argumento construído em expressões como "orgulho LGBT" e "cura gay".

Dessa forma, os enunciados apresentam usos da linguagem que pouco ou nada diferem em relação as notícias. O maior trunfo nas colunas está no seu status. Tanto a "Sem Intervalo" como a "Entre uma Tela e Outra" se estabelecem como espaços de prestígio para o conteúdo televisivo.

Somente o material filtrado pela seleção do colunista é inserido na relação de notas. Esse caráter segmentado mostra como o conteúdo LGBTQIA+ tem ganhado destaque não apenas na programação, mas entre setores específicos que produzem material informativo a partir da televisão.

As nomeações nas colunas podem ser observadas a partir de outro referencial: o nome dos colunistas. Determinados profissionais não

assinam uma coluna, eles são a coluna por meio dos nomes. É o caso de Mônica Bergamo (Folha de S.Paulo), Ancelmo Gois e Patrícia Kogut (ambos em O Globo).

Sempre na parte superior da página, o nome é o objeto evidenciado em letras de destaque, como um título delimitador de autoria mesmo quando outro profissional apura e escreve. Em O Globo, além dos nomes, ainda é acrescentada uma foto do colunista.

> 01) "O Theatro Municipal de São Paulo irá colocar quatro bandeiras com as cores do movimento LGBT nas laterais de seu prédio". (Mônica Bergamo)
>
> 02) "A iniciativa, capitaneada pelo atual diretor artístico do teatro, Hugo Possolo, ocorre em celebração ao mês do orgulho LGBT". (Mônica Bergamo)
>
> 03) "Na obra, ele tratará de forma 'didática', a partir de suas vivências, de temas raciais e LGBTs, como colorismo (há níveis de racismo diferentes contra os negros; quanto mais retinta a cor da pele, por exemplo, maior a discriminação) e masculinidade tóxica". (Ancelmo Gois, sobre o primeiro livro do youtuber Spartakus Santiago)
>
> 04) "Nota 10: para o GNT por transmitir a Parada do Orgulho LGBT com o capricho merecido". (Patrícia Kogut)

Com exceção de 01, todos os enunciados acima são elaborados a partir da nomeação pela classificação de referente. Colunistas se valem de expressões como "orgulho LGBT" e "tema LGBT" para reforçarem suas argumentações nas informações transmitidas. No caso de 01, a nomeação pelo marcador social é estruturada por meio do "movimento LGBT".

Nas unidades de contexto citadas acima, temos uma variedade de referentes: Theatro Municipal, Hugo Passolo, Spartakus Santiago, e GNT. Entre pessoas, canais de televisão e redes sociais, a unidade de registo "LGBT" é o elemento em comum que se configura na coocorrência com "orgulho", "ir", "ser", "parada" por meios desses discursos.

Colunistas reforçam a ideia de que existe "movimento LGBT", "orgulho LGBT", "temas LGBT" e, acima de tudo, "usuários LGBTQIA+", ou seja, o acrônimo nomeia sujeitos, eventos e outros referenciais que precisam ser associados ao grupo social.

5.5.3 Artigos

A análise dos artigos começa em 1969, quando duas unidades de contexto foram encontradas no artigo “Assalto sexual”, de Adalgisa Colombo, identificada como correspondente em Nova York do jornal O Globo. Um dos trechos está em coocorrência de uso com a unidade de registro “homossexualismo”, a outra apresenta uma unidade de registro de aparecimento único em 1969, “lesbianismo”.

> 01) Refiro-me ao já famoso, pelo menos aqui, “I am Curious (Yellow)”, cujo tema aborda sem rodeios os problemas do homossexualismo e cujo sucesso comercial está fadado a trazer outras películas no gênero. (O Globo)
>
> 02) The Killing of Sister George é outro filme de grande sucesso de bilheteria, cuja história versa sobre o lesbianismo e a vida íntima de três mulheres que residem sob o mesmo teto. (O Globo)

As duas unidades de contexto apresentam a nomeação da prática sexual dissidente. A autora revela sua expressão opinativa a respeito do que classifica como “assalto sexual cinematográfico”. Sua preocupação gira em torno de filmes que chegam aos cinemas de Nova York com forte apelo ao sexo e práticas sexuais não convencionais à época.

Em determinado trecho, é verificável sua rejeição com o que considera perversão: “É a nova concepção do cinema desinibido que a Europa está enviando para os Estados Unidos, com as histórias mais pervertidas e as cenas mais eróticas que se possa imaginar”.

Ao observar o uso da prática da nomeação, é apontado pela autora os “problemas do homossexualismo”. A orientação sexual é associada a algo de difícil resolução, é controversa e gera conflitos no estado de normalidade das relações, como todo problema é reconhecido socialmente. Por meio do artigo, esse posicionamento é reforçado a partir das associações entre os nomes e o vocabulário complementar.

A ordem na utilização dos nomes é a mesma na unidade de contexto seguinte. O nome (título) do filme é apresentado, seu caráter de sucesso é reforçado e, em seguida, o problema da sexualidade aparece: “o lesbianismo e a vida íntima de três mulheres”. Lesbianismo é o termo qualificador da materialidade dos sujeitos. São mulheres que residem sob o mesmo teto e exercem a sexualidade não esperada pela norma.

Desse modo, a expressão opinativa no artigo atravessa dois contextos ligados à nomeação: o sucesso de uma obra e o problema da sexualidade visibilizada. O posicionamento da autora é compreendido pela audiência a partir de uma construção discursiva que envolve, principalmente, determinado posicionamento sobre o sexo e as práticas sexuais.

Em 1979, três artigos encontrados forneceram material equivalente a 54% das unidades de registro de todo o conteúdo opinativo da época. Um deles, escrito pelo jornalista Paulo Francis, é responsável por 77% das unidades de contexto entre os três. Intitulado “Causas da classe média”, o autor faz críticas ao feminismo e reconhece o crescimento da luta homossexual. Em determinado trecho, afirma que “a posição gay ainda não está definida nos EUA”, mas que a das mulheres “é uma catástrofe”.

O segundo artigo é assinado por Jorge Boaventura com o título “Coisas Chocantes”. O autor é identificado como professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-chefe da Divisão de Assuntos Sociais do Colégio Interamericano, em Washington, EUA. Ele nomeia homossexuais como “infelizes criaturas” que atentam contra os “interesses da perpetuação da espécie”. Esse texto responde por 14% das unidades de registro localizadas nos artigos.

O último artigo é assinado pelo cientista social Gilberto Vasconcellos e tem como título “O dandy, o bofe, o gay” (anexo 7). É o único publicado em associação com imagem (uma charge). O autor critica intelectuais ausentes das pautas voltadas à exclusão social e identifica a existência de uma “sensibilidade gay” entre intelectuais ligados às pautas sociais. Nesse texto estão os 9% restantes das unidades de registro encontradas nos artigos.

Desse modo, um jornalista, um professor/acadêmico e um cientista social representam três diferentes campos sociais que apresentam interpretações da realidade por meio da expressão opinativa nos artigos. Para a análise da nomeação, parte-se do texto de maior índice de material coletado para análise, o do jornalista Paulo Francis.

Os três exemplos a seguir são baseados nas unidades de registro “gay”, “homossexual” e “homossexualismo” a partir da coocorrência com termos como “lib”, “jogada”, “acusar”, “sodomia” e “normalidade”.

> 01)O fato é que a “gay lib” afirma sua superioridade à cultura heterossexual, está numa jogada de poder que, se a denunciamos, imediatamente leva os expoentes da jogada a acusar-nos de “preconceituosos”, etc., da mesma forma que as Steinems e similares acusavam os críticos de simplesmente chauvinistas, como se epítetos fosses substitutos de argumentação.
>
> 02)Acho que na maioria dos Estados americanos a sodomia ainda é um crime (sodomia hetero e homossexual, bem entendido) e com raras exceções os homossexuais são perseguidos pela polícia e sofrem discriminação em empregos, moradias, etc.
>
> 03)Masters e Johnson, na sua prosa impenetrável, já dedicaram um tomo à normalidade do homossexualismo.

O primeiro destaque é a dupla prática da nomeação em 02, a partir da nomeação para classificar um referente (a sodomia homossexual), seguida da nomeação pelo marcador social (“homossexuais perseguidos pela polícia”). Em 01, a classificação do referente é aplicada por meio de “gay lib” em referência à expressão “gay liberation” [em tradução livre, libertação gay], que insere a palavra nomeadora como representação de um movimento social.

Na mesma frase, um comparativo é estabelecido a partir da nomeação “Steinems e similares”, em referência à feminista Gloria Steinem, conhecida por sua atuação como ativista desde a década de 1960. O autor utiliza, portanto, uma estratégia lexical de nomear por associação. Não são homossexuais, são a “gay lib”, assim como não são as feministas, são “Steinem e similares”.

A terceira unidade de contexto parte de dois nomes próprios, “Masters e Johnson”[76], para instaurar a nomeação da sexualidade dissidente. O autor explica como a criminalização da sexualidade tenderia a ser cada mais rechaçada na sociedade. Para isso, inicia seu discurso com nomeações de especialistas e, em seguida, indica que a causa tem ganhado “respeitabilidade”.

[76] O autor do artigo não explica quem são Masters e Johson. Porém, diante do contexto, é possível identificar sua referência ao casal William H. Masters (1915–2001) e Virginia E. Johnson (1925–2013), conhecido por uma série de publicações voltadas à sexualidade humana a partir da década de 1960. Uma das obras é “Homossexualidade em perspectiva”. Em uma tese dedicada à análise de dois relatórios editados por Master e Johson nos anos de 1966 (A Resposta Sexual Humana) e 1970 (A Inadequação Sexual Humana), Sena (2010) identificou que a obra do casal faz uma defesa do casamento monogâmico heterossexual.

Desse modo, a partir dos exemplos indicados, pode-se afirmar que o artigo do jornalista Paulo Francis foi discursivamente estruturado a partir de usos estratégicos da nomeação. Associações, comparações, uso de uma palavra com objetivos distintos e acionamento do nome próprio como forma de conhecimento. Essas foram algumas ferramentas da linguagem utilizadas pelo autor no processo de criação da sua expressão opinativa.

O segundo artigo é assinado pelo professor Jorge Boaventura. A seleção dos trechos foi baseada no uso das unidades de registro "homossexuais", "homossexualidade" e "homossexualismo" em coocorrência com "poder" e "Flórida". O título "Coisas Chocantes" é o anúncio do seu posicionamento de repúdio à homossexualidade e, acima de tudo, de insatisfação pela visibilidade conquistada por homossexuais na política ou em produções culturais.

> 01)Assim, a cidade de São Francisco teria, hoje, cerca de 25% de sua população constituídos de homossexuais, que para ali têm acorrido, oriundos de outras partes dos EUA e do mundo.
>
> 02)Observe-se que a homossexualidade não atenta, apenas, contra tais ou quais preconceitos, mas nítida e insofismavelmente contra os interesses da perpetuação da espécie, que não pode realizar-se por seu intermédio.
>
> 03)Artigo reproduzido em nossa imprensa, por outro lado, nos trouxe ao conhecimento que o celebrado dramaturgo americano Tennessee Williams, cujos temas sempre nos pareceram escabrosos, e que teria tido, afirmado por sua própria mãe, como catalogáveis, principalmente os referentes "ao assassinato, ao canibalismo, à castração, à loucura, ao incesto, ao rapto, à ninfomania e ao homossexualismo", é talvez o mais famoso homossexual da pequena localidade de Key West, na Flórida, onde um pastor batista vem procurando reagir contra a espantosa concentração das vítimas daqueles desvios, também naquela localidade na qual, em consequência, estaria desencadeada crescente violência, reivindicando os homossexuais, sempre dentro do neutro e "inteligente" critério meramente estatístico, o "status" de minoria com competente direito a representação política, nessa qualidade.

Na unidade de contexto 01 é verificada a nomeação pelo marcador social, enquanto em 02 é identificada a prática da nomeação da sexualidade dissidente. Porém, é no enunciado 03 que está o cenário mais instigante para essa pesquisa: três estratégias diferentes de nomear na mesma unidade de registro. Utiliza-se a nomeação da sexualidade dissidente ("homossexualismo"), seguida da nomeação para rotulação dos sujeitos (Tennesse Williams, o "mais famoso homossexual) e da

nomeação pelo marcador social (“homossexuais” como sujeitos que reivindicam).

O primeiro enunciado tem como base os nomes próprios de lugares. São Francisco e EUA são pontos de segurança no processo de compartilhamento de interpretação da realidade: o leitor reconhece a existência dos locais mesmo que não tenha, presencialmente, estado neles. A palavra nomeadora “homossexuais” se refere aos sujeitos que ocupam esses espaços. Por meio da frase, nomeia-se espaço geográfico e grupo social em processo de coexistência.

No segundo enunciado, a “homossexualidade” assume a centralidade na expressão opinativa. É nomeada a orientação sexual merecedora de repúdio a partir de determinada interpretação da realidade. O argumento da “perpetuação da espécie” é invocado a fim de compor um arcabouço argumentativo para defender determinado ponto de vista baseado na referência nomeada.

A terceira unidade de registro é formada por um enunciado com 120 palavras organizadas com o intuito de contar algo a respeito de um referente que exige nome próprio e adjetivação ao mesmo tempo, o “celebrado dramaturgo americano Tennesse Williamns”. A fonte do que é relatado é nomeada com referencial familiar agregador de credibilidade (“a própria mãe”).

Em seguida, a orientação sexual é revelada em contexto de “assassinato”, “canibalismo”, “loucura” e outras palavras socialmente reconhecidas como negativas. Ao concentrar tantas palavras no mesmo enunciado, a aparição de nomes em sequência é verificada: “famoso homossexual”, “Key West”, “Flórida”, dentre outros. O uso das nomeações acontece como algo inerente ao ato de contar, relatar, dividir determinada história a partir de dados da realidade que precisam ser nomeados em prol do reconhecimento coletivo.

O artigo de Jorge Boaventura serve de exemplo da importância da nomeação no processo de construção argumentativa. Defender um ponto de vista exige nomear. Nomeia-se o objeto socialmente reconhecido e estrutura-se uma série de nomes cuja compreensão é facilmente compartilhada. Seja para defender ou repudiar (como o caso do artigo em

análise), é por meio das nomeações que a expressão opinativa é organizada.

O terceiro artigo analisado é assinado pelo cientista social Gilberto Vasconcellos. Além das duas unidades de registro encontradas, foi inserido como exemplo o título texto, haja vista que é o único artigo encontrado que apresenta titulação com uso de uma unidade de registro ("gay").

> 01)O dandy, o bofe, o gay
>
> 02)A reinvenção do amor passa pela reversão da *jouissance* fálica[77], que está tanto no homem como na mulher ou no gay: quero com isso escrever a batalha do ato sexual ou o ato sexual como batalha, a dialética à meia luz.
>
> 03)Só espero, caro leitor, que você não conclua apressada e burramente que o intelectual, a partir da emergência da sensibilidade gay, tenha virado um canalha.

O título é formado por três possiblidades nomeadoras delimitadas por marcadores sociais: dandy[78], bofe e gay, características que podem ser compartilhadas ou pensadas separadamente. Após a dubiedade na titulação, o autor elabora sua expressão opinativa baseado na ideia de que o intelectual da época não tinha mais o desejo de ser o porta-voz dos grupos oprimidos. Parafraseando o autor, o intelectual não quer mais "falar em nome dos vencidos da história", e uma das causas seria a frivolidade das relações associadas aos três nomes articulados no título.

A segunda unidade de contexto é projetada pela nomeação do marcador social e está inserida em um trecho dedicado à descrição de como jogos de sedução são estabelecidos em obras cinematográficas. O enunciado é produzido a partir do que precisa ser reinventado (o "amor") bem como dos sujeitos que podem promover essa reinvenção ("homem", "mulher", "gay"). Nesse contexto, observa-se a unidade de registro fora das outras duas possibilidades de gênero, como se o "gay" não fosse homem ou mulher. Sua sexualidade o coloca em outro lugar.

---

[77] *Jouissance* é uma palavra francesa que, em tradução livre, significa "prazer". Logo, o autor se refere ao "prazer fálico".

[78] O termo "dandy" (também grafado dândi) surge na Europa em meados do século XIX para identificar homens antiburgueses e aristocráticos que valorizavam a boêmia, o ócio, a estética, o exótico e superficial. No Brasil, um exemplo de dândi foi o jornalista e dramaturgo carioca Paulo Barreto (1881–1921), conhecido como João do Rio (Péret, 2011, p.12). Ele fez parte da Academia Brasileira de Letras e colaborou com diversos jornais, mesmo diante de perseguição e calúnias sofridas por conta da sua homossexualidade. Como explica Péret (2011): "Sua obra é um marco na história da crônica jornalística, um testemunho da vida no Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX. Morador da Lapa, histórico reduto da boêmia e ponto de encontro de homossexuais, e atento a tudo o que acontecia a seu redor, ele circulava pela cidade como legítimo *flâneur*, com suas roupas coloridas e extravagantes. Seus textos e crônicas apresentavam, de modo explícito, elementos homoeróticos".

O último enunciado está no desfecho do artigo e promove a nomeação como classificação de referente. Quem acessa a expressão opinativa é nomeado ("leitor") e a mesma unidade de registro é utilizada não para nomear, e sim, para qualificar determinado tipo de sensibilidade, a "sensibilidade gay". Portanto, a tentativa de promover aproximação entre autor e leitor não apenas parte de uma nomeação como das suas possibilidades de uso.

Em 1989, dois artigos forneceram material para analisar a nomeação na expressão opinativa. As unidades de contexto isoladas de ambos correspondem a 35% do *corpus* coletado, sendo que nas duas composições, apenas duas das cinco unidades de contexto analisadas foram encontradas: "homossexual" e "aidético".

Publicado na Folha de S.Paulo, o artigo "Democracia e preconceito" é assinado por Francisco Correia Welport, apresentado no texto como membro do Diretório Nacional do PT, professor-titular na USP e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec).

O segundo é intitulado "Aids no Brasil: como o mal avança", elaborado para O Globo por David Emerson Vip, médico assistente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Temos, desse modo, artigos produzidos por um professor-pesquisador e um médico. A análise terá início com o artigo publicado na Folha de S.Paulo, a partir de dois enunciados com a unidade de registro "homossexual".

> 01) Mas compartilham com as verdadeiras minorias – minorias étnicas ou minorias homossexuais, por exemplo – a condição de que não definem as normas dominantes de conduta em determinadas esferas da vida individual.
>
> 02) Minorias reivindicam o direito à diferença; por exemplo, que homossexuais não sejam humilhados ou demitidos dos seus empregos por serem homossexuais.

As duas unidades de registro nomeiam pelo marcador social. Em 01, "minoria" é apresentado pelo professor a partir de determinado grupo social ("minorias étnica ou minorias homossexuais"). No enunciado seguinte, homossexuais são os sujeitos de referência, aqueles que não querem ser "humilhados ou demitidos" pela orientação sexual. Nesse caso, o articulista opta por duplicar o uso da unidade de registro na mesma frase ao sinalizar que homossexuais não querem ser humilhados por serem homossexuais.

No segundo artigo encontrado, o médico David Emerson Vip discorre a respeito da descoberta do vírus HIV e o associa com o fato de homossexuais terem sido os primeiros pacientes diagnosticados. Cinco unidades de contexto foram isoladas em sua expressão opinativa a partir das unidades de registro “homossexual” e “aidético”.

> 01) Entre outubro de 1980 e maio de 1981 foram observados cinco casos de pneumonia por Pneumocistis carinii em homens, jovens, homossexuais e sadios, até aquele momento, em hospitais de Los Angeles.
>
> 02) O primeiro grupo de indivíduos com comportamento de risco envolvido na disseminação da síndrome foi o de homossexuais, responsável por mais de 80% dos 300 acontecimentos iniciais nos Estados Unidos.
>
> 03) Especula-se, ainda, que americanos homossexuais, em férias no Haiti, após relacionarem-se com prostitutos profissionais, contaminaram-se e constituíram os verdadeiros introdutores do HIV nas Américas e na Europa.
>
> 04) O número total de aidéticos em 1988 aumentou 40% em relação a 1987 e atingiu impressionante cifra de 132.976, conforme notificações oficiais.
>
> 05) O Brasil tem o quarto maior número de aidéticos notificados no mundo, superado apenas pelas quantidades apuradas nos Estados Unidos, em Uganda e na França.

Todos os cinco enunciados nomeiam a partir do marcador social. Em 01, “homens” é a palavra definidora dos sujeitos, mas não todos os homens, e sim, os “homossexuais”. O mesmo acontece em 02, quando “grupo de indivíduos” é o referente, mas torna-se específico à medida que é atribuído a característica “homossexual”. Em 03, o médico descreve os “americanos” como “verdadeiros introdutores do HIV nas Américas e na Europa”, mas não todos os americanos, e sim, os “homossexuais”.

Em 04 e 05 são acionadas as nomeações por meio do termo “aidético”. Em 04, eles somam mais de 132 mil, assim como em 05 são eles que tornam o Brasil o quarto maior em número de casos, argumentação seguida de uma comparação com outros três países. Percebe-se, dessa forma, como os artigos apresentam expressões opinativas elaboradas com frequência no marcador social.

Sua relevância torna-se mais expressiva por conta da relação estabelecida com a autoria. Quem nomeia não é um jornalista ou um cidadão tido como não qualificado. Os artigos revelam nome e currículos de autores inseridos no jornal como fontes qualificadas, ou seja, a

proeminência das nomeações estabelece interpretações possíveis aos objetos do discurso nomeados.

Em 1999, se as expressões opinativas nas colunas predominaram por conta de textos ligados à temática LGBTQIA+, fenômeno diferente foi identificado nos artigos. As composições encontradas, cada uma delas composta por apenas uma unidade de registro, respondem por apenas 8% do *corpus* coletado nesta etapa da pesquisa.

A baixa quantidade de uso das unidades de registro evidencia que o tema dos artigos no período não era focado no universo LGBTQIA+. Entre os artigos coletados estavam temas como violência, juventude, intolerância, livro, dentre outros assuntos, e, no meio desses contextos, eram citados os sujeitos LGBTQIA+ ou a orientação sexual e de gênero dissidente.

O papel de autor é ocupado majoritariamente por jornalistas (43%), outras áreas de conhecimento são representadas por pessoas com formações variadas, como parlamentar, psicanalista e ex-parlamentar, antropóloga e escritor. A análise das nomeações na expressão opinativa dos artigos começará pela autoria dos jornalistas.

Os trechos abaixo correspondem, respectivamente, aos artigos "Florescem na mídia novos tipos nacionais", de Arnaldo Jabor, e "A ferro e fogo" e "Fantasmas racistas", ambos de Nelson Motta. Entre as unidades de contexto, duas foram ampliadas para colaborar na visualização da expressão opinativa.

> 01)Clérigos cantantes: Retaliação do marketing católico aos evangélicos do barulho. Breve, teremos, strip-teases sagrados, Freiras do Tchan e sauna gay "Caminho de Deus". (Arnaldo Jabor)
>
> 02)O crime diminui, a polícia aumenta, os sistemas de fiscalização e controle se sofisticam, câmeras de vídeo e microfones estão em toda parte, a maior parte da força policial trabalha à paisana e em carros comuns, se fantasia de drag queen para fazer batidas em clubes gays, de traficantes e de prostitutas para vender drogas e sexo a cidadãos comuns e prendê-los em flagrante. (Nelson Motta)
>
> 03)Na Jar é burrísimo e fala um monte de besteiras o filme inteiro, com seu forte sotaque caribenho, babando servilmente para os seus amos Jedi. E é totalmente gay – os gays se ofenderam. (Nelson Motta)

As unidades de contexto 01 e 02 são pautadas pela classificação do referente. Arnaldo Jabor elaborou artigo no qual enumerou perfis sociais

que emergiam naquele momento da história. Citou, dentre outros, juízes em posição de privilégio, uma nova direita e pessoas usadas como "laranjas" em casos de corrupção. Na unidade de contexto acima, refere-se à proliferação de cerimônias cristãs que, na década de 90, ficaram conhecidas pela musicalidade e performances dançantes.

Nesse contexto, a ironia do colunista funciona em ligação com a prática da nomeação. O termo "gay" é utilizado para qualificar um referente ("sauna") em um enunciado que busca o humor como elemento da expressão opinativa. O uso da palavra nomeadora aparece, desse modo, com semelhanças em relação ao tipo de uso feito em outras instâncias discursivas, como no discurso indireto da notícia. A palavra nomeia e qualifica ao mesmo tempo.

Os dois artigos de Nelson Motta seguem práticas distintas. No primeiro, o jornalista expõe como a polícia de Nova York tem colaborado para a intolerância na cidade. No segundo, o foco é o marketing do cinema e a construção de personagens do filme "Star Wars: Episódio I – A Ameaça Fantasma". Ambos publicados no caderno de cultura, em uma editoria que à época era chamada de Manhattan Connections, com textos voltados às pautas de temáticas ligadas a Nova York.

A unidade de registro "gay" é duplamente utilizada pelo autor. Em 02, é voltada à qualificação do referente ("clubes"), enquanto o segundo não apenas rotula um referente ("personagem") como gera presença pelo marcador social ("os gays se ofenderam"). Portanto, o enunciado da expressão opinativa é estruturado a partir de palavras nomeadoras que evidenciam diferentes possibilidades de uso na mesma frase.

Quando partimos para artigos escritos por autores de outros campos sociais, a temática da violência é ponto em comum. Três unidades de contexto foram isoladas de artigos escritos por mulheres que pensavam a violência urbana no final da década de 1990. Os textos foram assinados, respectivamente, por Marta Suplicy (na Folha de S.Paulo), Tânia Rodrigues e Maria Cecília de Souza Minayo (ambas em O Globo). Entre parênteses foi mantida a identificação idêntica à publicada nos jornais.

> 01)Somente 25% dos entrevistados acharam "muito grave" humilhar homossexuais, prostitutas, travestis. (Marta Suplicy, psicanalista e ex-deputada federal pelo PT de São Paulo

> 02)Os entrevistados, ao considerarem normal maltratar homossexuais e prostitutas, assim como discriminar pessoas portadoras de deficiência ou esteticamente feias, revelam uma visão completamente deturpada dos valores da vida humana. (Tânia Rodrigues, deputada estadual e presidente da Comissão Permanente para Assuntos da Criança, Adolescente e Idoso da Alerj)
>
> 03)Demonstram-se altamente preconceituosos contra homossexuais, contra negros, contra pobres e suburbanos. (Maria Cecília de Souza Minayo, antropóloga e vice-presidente da Fiocruz)

Na condição de vítimas da violência, os sujeitos são nomeados em todas as unidades de contexto por meio do marcador social. A unidade de registro "homossexual" repete-se no uso e as autoras se posicionam, classificam o outro como "altamente preconceituosos" e de "visão completamente deturpada".

Nesse sentido, artigos aparecem como expressões opinativas que reproduzem as potencialidades de palavras nomeadoras não apenas como indicativas de sujeitos, mas como qualificadoras de referentes. Seja em textos assinados por jornalistas ou de outras áreas do saber, a nomeação opera como ferramenta argumentativa da linguagem, sendo viabilizadora de determinado ponto de vista que precisa de objetos de referência para ser compreendida.

Já em 2009, a prática da nomeação na expressão opinativa foi analisada a partir de três de onze composições encontradas e que reúnem 75% das unidades de registro encontradas. Quase metade desses textos foi coletado em O Globo (46%), outros 27% na Folha de S.Paulo e 27% no Estado de S.Paulo.

Desse *corpus* foram isoladas 59 unidades de contexto, sendo 64% em O Globo, 22% na Folha de S.Paulo e 14% no Estado de S.Paulo (14%). O primeiro passo foi verificar a autoria e campos de atuação dos articulistas que assinam esse material, sendo identificado que 55% dos artigos são assinados por jornalistas. Os demais foram elaborados por um profissional das seguintes áreas: direito, filosofia, medicina e psicanálise. Apenas um artigo foi assinado por uma dupla de sociólogos.

Em relação a outros períodos analisados nesta pesquisa, o percentual evidenciou um certo equilíbrio entre produções de jornalistas e de articulistas de outros campos sociais. A análise terá início com trechos do artigo intitulado "Aos 40 anos do movimento gay, repressão

resiste e homoterrorismo avança. Por que e até quando?", assinado por Antonio Quinet, psicanalista e doutor em filosofia (anexo 17).

O texto reúne 39% de todas as unidades de contexto dessa categoria textual. Quatro das cinco unidades de registro pesquisadas foram utilizadas pelo autor (a exceção é a sigla "LGBT").

> 01) Após sucessivas batidas policiais com humilhação e prisão no Bar Stonewall, reduto gay do Greenwich Village em NY, os homossexuais reagiram e se rebelaram contra a polícia; a rebelião ganhou o apoio dos passantes e os policiais recuaram.
>
> 02) Como disse Arnaldo Jabor, os gays "(...) sempre foram uma fonte de angústia, pois atrapalham nosso sossego, nossa identidade "clara". O gay é duplo, é dois, o viado tem algo de centauro, de ameaçador para a unicidade do desejo...o gay sério inquieta...o gay de terno, o gay forte, o gay caubói são muito próximos de nós (...).
>
> 03) Como a homofobia, termo que designa medo, se transforma em ódio?
>
> 04) Ou seja, a bissexualidade é constitutiva de todos, seja a escolha homossexual praticada ou não.
>
> 05) Dentro de uma cultura machista e falocêntrica (existe no ocidente alguma que não o seja?) parece mais fácil para a mulher lidar com sua homossexualidade do que o homem.

A prática da nomeação acontece a partir de diferentes junções no artigo. Em 01, há uso da nomeação classificação de referente e pelo marcador social. Em um mesmo enunciado, o autor estabelece sua argumentação a partir de expressões como "reduto gay" ou na localização da presença de determinado grupo social por meio do trecho "homossexuais reagiram e se rebelaram contra a polícia".

Em 02, são aplicados seis usos da nomeação pelo marcador social. Em um trecho onde faz uma paráfrase a Arnaldo Jabor, o autor utiliza o termo "gay" seis vezes. Eles são "fontes de angústia", "duplo", "centauro", "ameaçador" e, ao mesmo tempo, geram inquietação ao usar terno, ser forte ou ter estilo caubói. Há, por meio da nomeação pelo marcador social, a abertura de pontos passíveis de interpretação tendo esse outro como presença elaborada no discurso.

Na unidade de contexto seguinte, um questionamento é elaborado por meio da nomeação da violência. Ao mesmo tempo, há tentativa de explicar a palavra nomeadora como "termo que designa medo". Já no enunciado 04, aplica-se a nomeação pela classificação de referente ao indicar que existe uma "escolha homossexual".

A nomeação da sexualidade dissidente é acionada ("bissexualidade") para argumentar que sujeitos podem fazer escolhas lidas socialmente como específicas a partir da sexualidade. Por fim, em 05 a nomeação da sexualidade dissidente é acionada como objeto do discurso dentro de uma argumentação ("parece mais fácil para a mulher lidar com sua homossexualidade do que o homem").

Outros dois artigos com maiores índices de unidades de contexto tiveram trechos isolados para análise. O primeiro corresponde a 19% das unidades de contexto. Foi publicado em O Globo e assinado pelo jornalista Gilberto Scofield, correspondente do jornal em Washington, com o título "Bambi na selva". O segundo foi publicado na Folha de S. Paulo e possui 17% das unidades de contexto do *corpus*. Intitulado "O desrespeito à diferença", sua autoria é atribuída a Jorge Werthein e Miriam Abramovay.

Jorge Werthein é identificado no texto como "sociólogo, mestre em comunicação e doutor em educação pela Universidade Stanford (EUA), é diretor-executivo da RITAL (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana), foi representante da Unesco no Brasil". Miriam, por sua vez, é identificada da seguinte forma: "socióloga, mestre em sociologia da educação pela PUC – SP, pesquisa violência nas escolas".

> 01) Pesquisa nacional mostra que a maioria dos brasileiros maiores de 16 possuem algum tipo de preconceito contra homossexuais, dos quais 16% consideram-nos como "doentes", "safados" ou "sem-vergonha". (Gilberto Scofield)
>
> 02) Quarenta anos de movimento gay e, sinceramente, apesar dos avanços nos costumes, me sinto tão facilmente aniquilável quanto um Bambi numa floresta. (Gilberto Scofield)
>
> 03) Estão aqui as bases do que se conhece como ativismo LGBT, bem como os maiores exemplos de como a homofobia beira a patologia. (Jorge Werthein e Miriam Abramovay)
>
> 04) Urge que pais, professores, estudantes e funcionários das instituições de ensino organizem-se para construir ferramentas e estratégias pedagógicas de enfrentamento da homofobia no ambiente escolar, bem como das demais formas de estigma, preconceito e discriminação. (Jorge Werthein e Miriam Abramovay)

Nos dois primeiros enunciados, o jornalista Gilberto Scofield utiliza a prática da nomeação pelo marcador social. Os "homossexuais" são os referentes que podem ser identificados como "doentes", "safados" ou "sem-vergonha" e, ao mesmo tempo, servir como parâmetro para a

aproximar com outra presença, a do "movimento gay". A expressão opinativa do autor permite uma metáfora ao apresentar sua sexualidade a partir da associação com a figura de um desenho animado nomeado como "Bambi" (um veado[79]).

Nas duas unidades de contexto seguintes, assinadas por especialistas de outras áreas, a prática da nomeação é aplicada de duas formas: em 03, a sigla LGBT serve para classificar referente ("ativismo"), além de ser nomeada a violência que, na argumentação dos autores, "beira a patologia".

A nomeação da violência é retomada em 04, quando "homofobia" aparece como ideia central na argumentação que pretende concluir com a ideia de sugestão para minimizar um problema com apoio de "pais, professores, estudantes e funcionários das instituições de ensino".

No último período analisado, 2019, foi observado que, apesar de diferentes atores sociais assumirem a função de autores, há um predomínio de jornalistas. Trinta e cinco artigos foram coletados para essa fase da pesquisa, 57% estavam assinados por jornalistas, enquanto outros 43% traziam autoria de campos sociais diversos, como economista, antropólogo, cineasta, rapper e advogados.

Esse material foi suficiente para gerar 74 unidades de contexto para análise. A observação da nomeação nessa modalidade de expressão opinativa terá início com a unidade de registro mais utilizada, "gay", a partir de três palavras que aparecem na coocorrência apenas nessa relação, sem registro nos elementos de edição e nos discursos direto e indireto. Todos são exemplos da Folha de S.Paulo.

> 01) Mulheres, gays, lésbicas, transexuais e simpatizantes de todos os sexos saíram dos respectivos armários para denunciar preconceitos, feminicídios, homofobias e abusos de toda ordem, em lutas que reverberaram nas ruas e nas telas, nas escolas e nas TVs. (Eliane Robert Moraes, professora de literatura brasileira na USP; publicou entre outros, "Perversos, Amantes e Outros Trágicos").
>
> 02) O fato de a homofobia ter virado lei não fez Jair pensar duas vezes antes de fazer uma declaração de cunho homofóbico e misógino, ao chamar Jean Wyllys de "menina" na semana de orgulho gay, deixando claro sua visão sobre as mulheres como inferiores. (Antonia Pellegrino e Manoela Miklos. Antonia é escritora e roteirista. Manoela é assessora

[79] O filme Bambi é uma produção de Walt Disney, criada em 1942, que conta a história de um jovem cervo, animal também identificado como veado, que enfrenta desafios para sobreviver na floresta. No Brasil, foi lançado em março de 1943. Fonte: IMDB www.imdb.com/title/tt0034492/?ref_=fn_al_tt_1

> especial do Programa para América Latina da Open Society Foundation. Feministas, editam o blog #AgoraQueSãoElas)
>
> 03) Se realmente você é heterossexual, por que você, uma mulher hétero, está fazendo seu PhD na obra majoritariamente gay de um homem gay? (Jorge Coli, professor de história da arte da Unicamp, autor de "O Corpo da Liberdade").

Em 01, pode-se verificar a nomeação pelo marcador social ("mulheres, gays, lésbicas", etc.) seguida da nomeação da violência ("homofobia"). Em seguida, 02 é iniciada com a nomeação da violência e aplica duas vezes a nomeação pela classificação de referente ("declaração de cunho homofóbico" e "orgulho gay").

Em 03, a mesma palavra serve para nomeação como classificação de referente ("obra majoritariamente gay") e rotulação do sujeito ("um homem gay"). As estratégias de nomeação são similares às utilizadas nas categorias informativas e demais modalidades da expressão opinativa.

Nos exemplos acima, importante ressaltar que a autoria parte de pessoas oriundas de diferentes áreas do conhecimento: uma professora de literatura da USP, duas feministas blogueiras e um docente de história da arte da Unicamp.

Foram selecionados, em seguida, unidades de contexto extraídas de artigos assinados por jornalistas. Como articulistas dos jornais, eles têm periodicidade de publicação e vínculo estabelecido entre seu nome e o jornal. Nesses, há uma frequência de publicações que permite evidenciar determinados temas que predominam.

É o caso de Eliane Cantanhêde (Estado de S.Paulo), Bruno Boghossian (Folha de S.Paulo) e Merval Pereira (O Globo). A partir desses articulistas, é viável observar as unidades de registro "homofobia" e "homofóbico" em coocorrência com "supremo", "ministro", "criminalizar", "Bolsonaro" e "presidente".

São expressões opinativas em torno da pauta que predominou no conteúdo informativo das notícias: a criminalização da homofobia e transfobia após o Supremo Tribunal Federal (STF) enquadrá-las como racismo.

> 01) "É assim que Bolsonaro estimula manifestações a favor de seu governo e contra o Legislativo e o Judiciário, propõe dois dias depois um pacto aos presidentes dos dois outros Poderes e termina a semana acusando o Supremo de "legislar" na questão da homofobia". (Eliane Cantanhêde)

> 02) “Quando o supremo começou a julgar a criminalização da homofobia, em fevereiro, quatro deputados pediram o impeachment dos ministros que haviam votado a favor da ideia”. (Bruno Boghossian)
>
> 03) “Bolsonaro se referiu à possibilidade de indicar um evangélico para criticar a decisão do Supremo de equiparar a homofobia ao racismo”. (Merval Pereira)

Os autores estão centrados nos nomes atravessados pelas instâncias de poder: “Bolsonaro”, “deputados” e “Supremo”. Porém, a argumentação exige a aplicação da nomeação da violência como ponto de tensionamento no cenário descrito na expressão opinativa dos articulistas. As informações em *off*, os bastidores do poder e a apuração cotidiana precisam ser apresentadas por meios de estratégias discursivas reconhecíveis a partir da nomeação.

Articulistas são, nesses casos, responsáveis não apenas pela expressão opinativa, mas, acima de tudo, pela apresentação de campos em conflito que precisam ser nomeados, regra que não pode ser cumprida na linguagem sem os nomes próprios, os cargos, as instituições e os demarcadores sociais que possibilitam determinadas interpretações da realidade.

5.5.4 Críticas

A análise da prática da nomeação na expressão opinativa das críticas tem início com o texto intitulado “Porque os homens comentem crimes”, publicada na Folha de S.Paulo, em 1969, sem referência de autoria. O texto tem como pauta o lançamento do livro “Ensaio de Psicologia Criminal”.

> Na relação dos que afinam por essa tendência parece-nos deve ser incluído, em lugar aliás destacado, o sr. Luís Angelo Dourado, autor de alguns trabalhos valiosos, como “homossexualismo e Delinquência” e “Raízes Neuróticas do Crime”, a que se vem agora juntar um precioso volume, intitulado modestamente “Ensaio de Psicologia Criminal”. (crítica, Folha de S.Paulo)

Em sua expressão opinativa, o crítico utiliza a prática da nomeação da sexualidade dissidente como argumento de prestígio ao nome de destaque: Luís Angelo Dourado. Ele é o sujeito reconhecido pelos “trabalhos valiosos” e o lançamento de mais “um precioso volume”. O nome (ou título) da obra aparece depois do autor.

A unidade de registro “homossexualismo” reverbera uma associação entre criminalidade e a prática sexual dissidente da heterossexual. “Homossexualismo e Delinquência”, “Raízes Neuróticas do Crime” e “Ensaio de Psicologia Criminal” são títulos de livros que garantem a exatidão na expressão opinativa ao evidenciar conhecimento sobre o conjunto da obra do autor.

Nesse mesmo período foi publicada a crítica assinada por Carlos M. Motta, cujo foco é o filme “A Lenda de Lylah Clare”, e traz o vocábulo “lésbica” como aparição única no *corpus* de 1969.

> 01) Lylah foi descoberta num prostíbulo, o agente sofre de câncer, a dialoguista além de lésbica é alcoólatra e viciada em entorpecentes. (crítica, Estadão)

O enunciado é executado com a nomeação pelo marcador social. Nomeia-se como “dialoguista”, “lésbica”, “alcoólatra” e “viciada em entorpecentes” como se não houvesse nome próprio capaz de identificar a personagem. Considerando a nomeação um argumento (Breton, 2003), pode-se observar como, na crítica, seu uso fez parte da tentativa de apresentar o filme como obra não recomendada.

Em um dos trechos, ele pondera: “Os personagens do diretor, o produtor, a atriz, a diretora de diálogos, a colunista são meros fantoches a serviço de uma trama proposta, mais sensacionalista que outra coisa, que visa chocar e surpreender o espectador”.

No enunciado, o nome da personagem revela a presença de quem sofre uma ação (“foi descoberta”) em local nomeado (“prostíbulo”). Em seguida, personagens são nomeados por meio de palavras qualificadoras de condição. Assim como verificado na unidade de registro “homossexualismo”, “lésbica” é um termo cercado por léxico de sentido negativo na expressão opinativa.

Em 1979, as críticas forneceram 10% das unidades de registro coletadas no material de expressão opinativa. Três unidades de contexto de diferentes composições foram selecionadas, uma de cada jornal, para análise das nomeações a partir das unidades de registro “homossexual” e “homossexualismo” em coocorrência com “bissexualidade”, “vilão”, “mulher”, “sociedade” e “personagem”.

Os dois primeiros enunciados foram escritos por jornalistas e críticos de arte: na Folha de S.Paulo, Orlando L. Fassoni (1942–2010), enquanto no Estado de S.Paulo a autoria é de Rubens Ewald Filho (1945–2019). Em O Globo a crítica é assinada pelo diretor, dramaturgo e escritor Flávio Marinho.

> 01) Trama, também, porque há, no repertório dos personagens, uma fauna de tipos que variam do motorista de táxi, ex-contrabandista de uísque inconformado com o novo trabalho, com o preço da gasolina, envolvido com um homossexual: existem os vilões, do chefe (Cláudio Marzo) aos asseclas, responsáveis pelo sequestro do bebê; e outro tipo de vilão, o médico (Antonio Pedro) que se encarrega de vender, a famílias ricas e sem filhos, as crianças sequestradas pelo bando. (Folha de S.Paulo)
>
> 02) Assim, depois das duas biografias de Montgomery Clift (que revelam a mistura trágica de homossexualismo com neuroses), o mais recente sucesso desvenda a surpreendente bissexualidade de dois ídolos do capa-espada: Tyrone Power e Errol Flynn. (Estado de S.Paulo)
>
> 03) Da discriminação generalizada, nada – e ninguém – se salva: mulheres, velhos, a chamada sociedade permissiva, homossexuais são colocados no mesmo saco e, praticamente, jogados num "mar de lama" – expressão que qualquer um dos dois personagens masculinos centrais usaria, sem pensar duas vezes. (O Globo)

A unidade de contexto 01 foi elaborada por meio da nomeação pela rotulação do sujeito. É estabelecida a compreensão de determinado personagem a partir da sua orientação sexual e dos estigmas a ela associados. O trecho foi isolado da crítica "Rasgando o figurino na Lira do Delírio", cujo foco é o filme "A Lira do Delírio", quarto longa-metragem de Walter Lima Júnior.

Em contrapartida, 02 é baseada na nomeação da sexualidade dissidente. O enunciado faz parte da crítica "A moda das biografias indiscretas", que apresenta uma série de livros lançados com a mesma proposta: revelar detalhes da vida sexual de personalidades. O crítico começa nomeando um gênero literário ("biografia") vinculado ao nome do biografado ("Montgomery Clift"). A nomeação da orientação sexual ("homossexualismo") é algo a ser revelado em associação com uma doença, a "neurose".

Por fim, 03 foi extraída da crítica veiculada em O Globo e intitulada "Aqui e agora: ontem e alhures", focada na peça teatral "Aqui e agora", do diretor Mário Brasini. O autor classifica a peça como "um festival de preconceitos e moralismos retrógrados". Seu enunciado evoca nomeações no sentido de defender esse argumento, sendo nomeadas as vítimas do

preconceito (“mulheres, velhos, a chamada sociedade permissiva, homossexuais”) atingidas discursivamente pelo roteiro protagonizado por dois homens.

Assim, as críticas de 1979 revelam como nomeações são cruciais como argumentos válidos às existências, sejam personagens ou atores, além de classificar determinados sujeitos não por nomes próprios, e sim, por meio de palavras associadas aos demarcadores sociais. Seja do campo jornalístico ou teatral, é com a presença dos nomes que a expressão opinativa consegue ser estruturadas nas críticas culturais.

Em 1989, duas críticas foram encontradas para compor o *corpus* desta pesquisa, ambas escritas por jornalistas que assumiam a função de críticos culturais nos respectivos jornais. A primeira, publicada na Folha de S.Paulo, é assinada por Marco Veloso com o título “‘Beijo Na Boca’ é presa de dramas psicológicos”. A segunda, assinada por Tom Leão em O Globo, tem como título “Hotel muito louco”.

Foi possível isolar três unidades de contexto na crítica da Folha de S.Paulo a partir do uso da unidade de registro “homossexual”. Em O Globo, uma unidade de contexto foi encontrada na crítica a partir da unidade de registro “homossexualismo”.

> 01)O segundo drama de consciência é o do homossexual que resiste em assumir a sua condição. (Folha de S.Paulo)
>
> 02)O último é o conflito da mulher que vê seu marido arrastado pelo amor homossexual. (Folha de S.Paulo)
>
> 03)A atuação de Vanessa Alves seria melhor aproveitada e a de Jorge Julião não passaria por certas situações constrangedoras, como os diálogos nos quais seu personagem tenta convencer o marido de sua amiga a assumir o amor homossexual que certa vez no passado brotou entre os dois. (Folha de S.Paulo)
>
> 04)Mostra uma família americana bastante atípica, com irmãos incestuosos, homossexualismo feminino e masculino, amor interracial etc. (O Globo)

Os três primeiros enunciados são voltados à expressão opinativa relacionada à peça “Beijo na Boca”, anunciada como novo trabalho de Walcir Carrasco, hoje um conhecido dramaturgo e autor de novelas. Duas estratégias para nomear são aplicadas pelo crítico. A primeira delas revela-se no enunciado 01, com a nomeação por meio do marcador social.

A unidade de registro “homossexual” é utilizada como presença, um sujeito que “resiste em assumir a sua condição”. Nos dois enunciados

seguintes (02 e 03), aplicou-se a nomeação pela classificação de referente, quando o autor determinou que não se fala apenas de amor, e sim, do "amor homossexual".

A unidade de contexto 04 parte da nomeação da dissidência sexual, o "homossexualismo". Ela é retirada de uma crítica cujo foco é o lançamento em formato VHS do filme "Hotel New Hampshire", que conta em seu elenco com Jodie Foster. Na cotação do crítico, o filme é classificado como "interessante". A nomeação da sexualidade é inserida a partir da anormalidade. "Família atípica", "irmãos incestuosos" e "amor interracial" são referências acionadas para qualificar a "família americana" especificada na expressão opinativa.

É nesse contexto que nomear a sexualidade dissidente torna-se estratégico à possibilidade interpretativa. O crítico evidencia que o referente família americana torna-se atípica a partir do que é nomeado como anormal.

Em 1999, as críticas representam 27% das unidades de contexto isoladas em textos opinativos. É o segundo gênero textual mais recorrente no período, atrás apenas das colunas com 63%. Ao contrário dos artigos, as assinaturas nem sempre possuem indicação da área de atuação do autor. Porém, em algumas é possível identificar se a autoria parte de um articulista/jornalista com vínculo em relação ao jornal ou se o conteúdo é proveniente de fonte especializada em outra área.

A nomeação nessa modalidade de expressão opinativa será observada, inicialmente, em textos de profissionais identificados a partir dos seus vínculos como articulistas ou correspondentes. Foram acrescidas duas outras frases para colaborar na compreensão da expressão opinativa dos autores nas unidades de contexto 02 e 03.

> 01)"O Outro Lado da Cidade Proibida", que estreia em São Paulo, surpreende por rejeitar a vitimização do homossexual, saída fácil num sistema repressivo como o chinês, preferindo ao contrário transformar a punição e a dor em jogo de prazer masoquista. (Lúcia Nagib, articulista da Folha de S.Paulo)

> 02)Há sugestões de homossexualismo enrustido também em *Relíquia Macabra*. Foi o primeiro filme de Huston, mas a segunda adaptação do romance de Hammett, que já havia sido filmado por Roy Del Ruth nos anos 30. [...] Por baixo do pano, o diretor Huston antecipa uma das vertentes de sua obra: as (homos)sexualidades exacerbadas. (Luiz Carlos Merten, articulista do Estado de S.Paulo)

> 03)A base da música de Carlinhos Brown está no carnaval de rua. Em Nova York, o mais perto que se chega de uma festa de rua é o Halloween, quando as pessoas se fantasiam para um desfile sem música. Nem na parada gay o povo dança na rua, oras. (João Ximenes Braga, correspondente em Nova York)

No enunciado produzido por Lúcia Nagib (01), utiliza-se a nomeação pelo marcador social. Em 02, Luiz Carlos Merten utiliza duplamente a nomeação da dissidência sexual: primeiro como "homossexualismo", depois como "homos(sexualidades)", em um trecho que mostra como a expressão opinativa abre brechas para reconfigurações da escrita. Por fim, em 03, a crítica aciona a nomeação para classificação de referente. Delimita-se um atributo do evento ao nomeá-lo como "parada gay".

Processos semelhantes são identificados em críticas assinadas por autores sem vínculo direto com a organização jornalística. Nos exemplos abaixo, são apresentadas unidades de contexto isoladas de críticas com origem internacional.

> 01)Uniões homossexuais também estão na moda. [...] Em Three to Tango, com estreia marcada para setembro, Dylan McDermott interpreta um executivo ocupado que contrata um ambicioso arquiteto que ele pensa ser gay (Matthew Perry) para vigiar sua amante, Neve Campbell. (Molly Haskell é escritora e seu livro mais recente é 'Holding My Own in No Man's Land: Men and Women, Films and Feminists', Estado de S.Paulo)

> 02)Foi só muito recentemente que os estudiosos começaram a ressaltar a fragilidade das provas documentais a favor da homossexualidade de Caravaggio. [...] Se a cultura não produz homossexuais no sentido moderno da palavra, e tampouco heterossexuais, e admitindo-se que o fato da existência de poucas provas concretas de que Caravaggio tenha sido homossexual deva implicar necessariamente que ele era heterossexual, estaremos acatando um anacronismo em detrimento de outro. (Philip Hensher, tradução de Antivan Guimarães, Estado de S.Paulo)

Em 01, a autora inicia o texto com a nomeação pela classificação do referente ("uniões"). Em seguida, é aplicada a nomeação pela rotulação a partir do arquiteto que, possivelmente, passará a ser interpretado como sujeito gay. No enunciado 02, o autor parte da nomeação da sexualidade dissidente para, em seguida, utilizar a unidade de registro "homossexual" de maneira distintas.

Ao escrever que "a cultura não produz homossexuais", o autor utiliza a nomeação pelo marcador social. No trecho seguinte, ao dizer que há "poucas provas concretas de que Caravaggio tenha sido homossexual", entra-se na nomeação pela rotulação de sujeito por meio da associação

do nome próprio à condição do estigma social. Ser homossexual torna-se um possível atributo do sujeito.

As críticas em 1999, portanto, ajudam a pensar como a prática discursiva da nomeação permite a aplicação de diferentes funções para mesma palavra. As críticas emitem determinado ponto de vista e, por meio das nomeações, os autores identificam personagens e contextos específicos.

No período seguinte, 2009, críticas corresponderam a apenas 7% do *corpus* encontrado na expressão opinativa. Sessenta por cento do conteúdo era assinado por críticos dos jornais, enquanto 40% foram elaborados por profissionais de outras áreas. Em todas, duas unidades de registro não foram encontradas: "LGBT" e "homofobia".

Em cinco críticas coletadas, foi possível isolar 13 unidades de contexto, sendo 77% concentradas em apenas duas, uma da Folha de S.Paulo, com 54% das unidades de contexto, e a segunda em O Globo, com 23%. As duas publicações são focadas no filme "De repente, Califórnia" ("Shelter", no original), obra que apresenta a história de dois homens, ambos adeptos do surf, que se apaixonam e precisam superar preconceitos em seus círculos sociais.

A primeira crítica é "Drama subverte clichês do cinema gay", assinada pelo crítico da Folha de S.Paulo Cássio Starling Carlos. Sua expressão opinativa utiliza três das cinco unidades de registro aqui analisada. Quatro enunciados foram isolados para verificação de como a prática da nomeação na expressão opinativa é aplicada.

> 01) Os tiozinhos e tiozões aprenderam a identificar o cinema gay como um território transgressivo, em que nomes como Andy Warhol / Paul Morrissey, Rosa Von Praunheim ou John Waters chocavam com seu senso de humor armado para demolir convenções.
>
> 02) Tais coordenadas convertem "De Repente, Califórnia" num programa de ideais buscados hoje por gays não mais como minorias.
>
> 03) A estratégia lembra de certo modo a ousadia da paixão homossexual no ambiente rústico dos caubóis na releitura astuciosa da dupla masculina feita por Ang Lee em O segrego de Brockeback Mountain (2005).
>
> 04) O "amor", a "estabilidade emocional", a "paternidade", a "construção da identidade", a "homossexualidade livre de estereótipos" são alguns dos tópicos centrais desse programa, todos encenados no filme em diálogos e situações.

É possível observar, inicialmente, como a argumentação do crítico é elaborada pela classificação de referente em 01 e 03. Os dois enunciados são elaborados a partir de possibilidades de interpretação ligadas ao "cinema gay" e à "paixão homossexual". Nomes próprios são acionados nas unidades de contexto, mas a totalidade do enunciado passa por objetos do discurso que precisam ser inseridos em determinados quadros da realidade.

Em 02, há nomeação pelo marcador social. Gays são pessoas que, na expressão opinativa do autor, são retratadas em um filme com "ideais buscados" não mais "como minorias". Em 04, apresenta-se a nomeação da sexualidade dissidente como elemento passível de existência "livre de estereótipos". Assim como encontrado em outros enunciados ao longo desta pesquisa, a homossexualidade costuma ser nomeada como ponto de discussão, como pauta, algo evidenciado na crítica ao ser inserida como "tópico central" do filme.

A segunda crítica encontrada para esta análise foi publicada com o título "De repente, nem é gay", assinada pelo jornalista Érico Reis, em O Globo.

> 01) Quando o irmão de Gabe, Shaun, chega, as coisas mudam para Zach, e aí começa a história, que se desenvolve de maneira rápida e leve, não apela e não tem aquele amontoado de clichês de filme com temática gay.
>
> 02) De Repente, Califórnia então é um filme gay?
>
> 03) De Repente, Califórnia é, mais do que um filme gay, um drama que tem a opção sexual como estopim do desenlace da história.
>
> 04) Com vários prêmios, inclusive o de melhor diretor para Jonah Malkowitz no Festival Internacional de Cinema Gay & Lésbico da Filadélfia, está longe de ser apenas um filme de rótulo.

Em todos os enunciados o autor utiliza a prática da nomeação pela classificação de referente. É a "temática gay", o "filme gay", o "cinema gay" que dão sustentação a sua argumentação. Não basta apontar algo, é preciso dizer que esse algo é especificamente gay. O enunciado 04 possui um diferencial em relação aos demais, haja vista que a unidade de registro faz parte do nome do evento ("Festival Internacional de Cinema Gay & Lésbico").

No período final, 2019, dez unidades de contexto foram encontradas a partir de cinco críticas encontradas, quatro na Folha de S.Paulo e uma

no Estado de S.Paulo. A análise será iniciada por unidades de contexto elaboradas com o uso da unidade de registro “gay” e sua coocorrência com “transexual”, “americana”, “pessoa” e “mulher”.

A primeira, intitulada “Tom de confissão”, foi publicada no caderno Divirta-se, suplemento com a programação do final de semana no Estado de S.Paulo. Assinada pelo jornalista Humberto Abdo, a crítica é voltada ao lançamento do filme “Dor e glória”, produção do diretor Pedro Almodóvar.

Localizada na Folha de S.Paulo, a segunda unidade de contexto foi selecionada na crítica “Seriado gay pioneiro na TV é somente um passatempo agradável e nada mais”, assinada pelo jornalista Tony Goes, também responsável pela coluna Multitela. Publicada no caderno Ilustrada, tem como foco a estreia da série “Crônicas de San Francisco” na plataforma de streaming Netflix. Nesse caso, é observado o duplo papel do profissional: de colunista a crítico.

A terceira unidade de contexto foi retirada da Folha de S.Paulo, assinada pelo jornalista Nelson de Sá com foco em uma exposição que celebrava os 50 anos da revolta de Stonewall. Intitulada “*Art After Stonewall*, 1969 – 1989”, foi publicada ao lado de outro texto opinativo cuja proposta era contar a história desse marco histórico símbolo da luta da comunidade LGBTQIA+ até os dias atuais.

> 01) Conhecido por títulos marcantes por histórias privadas, complexas mulheres protagonistas e forte presença de personagens gays e transexuais, Pedro Almodóvar adota, em seu novo Dor e Glória, uma narrativa bem mais sutil que as anteriores – mas não menos pessoal. (crítica, Estado de S.Paulo)
>
> 02) Em 1993, a emissora americana PBS transformou algumas dessas histórias no primeiro seriado de TV com protagonistas gays e transexuais. (crítica, Folha de S.Paulo)
>
> 03) Por exemplo, em fotos pré-Stonewall, pessoas que se acariciam estão de costas, porque a lei punia a homossexualidade com prisão. (crítica, Folha de S.Paulo)

As duas primeiras unidades de contexto são organizadas com a nomeação pela rotulação de sujeitos. Os “personagens gays e transexuais” e os “protagonistas gays e transexuais” são presenças erguidas a partir das possibilidades interpretativas elaboradas por meio do rótulo social.

Em 03, é a nomeação da sexualidade dissidente que prevalece. A sexualidade se faz presente no discurso do crítico por conta da

associação com palavras como “prisão” e “lei”, demarcando um cenário de (re)existência associado ao produto cultural criticado.

Percebe-se que não importa o tipo de produto cultural apresentado. Seja filme, seriado, exposição ou qualquer outro ato da indústria cultural, o crítico precisa atingir o mesmo princípio dos outros textos que expressam opinião nos jornais: a compreensão. Para isso, é preciso nomear os produtos culturais e as referências responsáveis pela ligação entre a compreensão e os objetos criticados.

5.5.5 Cartas de leitores

Com exceção de 1969, cartas de leitores foram encontradas em todos os demais períodos pesquisados. Em 1979, foram localizadas quando quatro leitores opinaram a respeito da notícia “Os cinemas do Rio: nota zero”, veiculada no dia três do mesmo mês.

As cartas foram publicadas em sequência na mesma página, com o mesmo título separado por numeração: “Os cinemas do Rio (I)”, “Os cinemas do Rio (II)”, etc.

Em uma delas, a unidade de registro “gay” aparece em coocorrência com “power” e “fato”. O texto é assinado pela leitora Ismênia Minuccia, do Rio de Janeiro, e será reproduzido na íntegra após ser divido em três enunciados.

> 01)Só faltou acrescentar duas coisas à matéria sobre os péssimos cinemas do Rio, em 3 do corrente.
>
> 02)Refiro-me ao desligamento do ar-condicionado em meio às sessões. Não se trata de defeito na refrigeração ou falta dela: desligam-se voluntariamente para economizar energia e beneficiar o bolso dos exibidores.
>
> 03)Fato mais grave ainda é o crescente aumento de pontos encontro do chamado “gay power” nos banheiros dos cinemas em decadência (...).

A unidade de registro “gay”, no terceiro enunciado, é acionada a partir da nomeação como classificação de referente. O “gay power”, assim como o “*black power*”, se tornou slogan do movimento entre as décadas de 60 e 70. Em sua expressão opinativa, a leitura aciona a expressão para ironizar o fato de banheiros de cinema terem se tornado ambientes para encontros sexuais entre homens.

Em 1989, uma carta foi localizada com uso do vocábulo “travesti” e diz respeito ao mesmo assunto da análise dos editoriais, o caso do político francês que ironiza a presença de travestis em seu país de origem. A carta foi veiculada oito dias depois de um editorial criticar a postura do político. Com o título “Declaração de Le Pen”, é assinada por Luiz C. V. Coelho, de Blumenau (Santa Catarina).

> 02)Recado ao Le Pen: se os travestis florescem no Bois de Boulogne é porque os franceses gostam. Coisas de oferta e procura. (carta do leitor)

O leitor emite sua expressão opinativa com uso da nomeação pelo marcador social. Travestis são os sujeitos que “florescem”. Sua presença é demarcada no masculino (“os”) e entram em concordância com outros sujeitos nomeados pelo marcador social (“franceses”). A expressão opinativa do leitor nomeia duplamente a partir da mesma estratégia: gerar presença.

Em 1999, o gênero carta do leitor foi encontrado em apenas 2% das unidades de contexto. Esse percentual equivale a duas orações isoladas da mesma carta, publicada no Estado de S.Paulo e assinada pelo então vereador Ítalo Cardoso, do Partido dos Trabalhadores (PT).

> 01)A adoção de punições por parte do Conselho Federal de Psicologia para os profissionais que tratarem o homossexualismo como doença, ou que discriminarem homossexuais, deveria ser seguida por todas as entidades de classe.
>
> 02)[...] Estigmatizar ou considerar doente, quem tem uma orientação sexual diferente é coisa dos partidários da exterminação não só da população de gays, lésbicas e travestis, mas dos negros, nordestinos, árabes, judeus e pobres em geral, vítimas constantes do preconceito, manifesto ou recolhido (Ítalo Cardoso, vereador [PT], presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo)

Aplica-se inicialmente a nomeação da sexualidade dissidente para, em seguida, utilizar a nomeação pelo marcador social duas vezes. Essa carta evidencia como os marcadores sociais são, por natureza, palavras nomeadoras. Não apenas as unidades de registro aqui pesquisadas estão presentes, mas também outras que cumprem a mesma função, como “negros”, “nordestinos” e “judeus”. Todas nomeiam e/ou qualificam objetos de realidade.

Outra presença relevante é a da unidade de registro “homossexualismo”. Apesar de ser utilizada com o sufixo “ismo”, em

formato associado à patologização da sexualidade, o enunciado apresenta uma expressão opinativa de defesa da homossexualidade e de não patologização. Assim, a prática discursiva da nomeação é reforçada como um processo de escolha. O autor seleciona as possibilidades de nomeação e aplica dentro das suas alternativas lexicais.

Em 2009, unidades de contexto retiradas das cartas de leitores correspondem a 22% do *corpus* coletado na expressão opinativa do período, maior índice entre todos os anos coletados nesta pesquisa. Dez cartas compõem esse material, sendo metade publicada em O Globo e outros 50% distribuídos entre Estado de S.Paulo (30%) e Folha de S.Paulo (20%).

A presença expressiva desse conteúdo ocorreu no período pesquisado por dois motivos. Primeiro, uma reportagem publicada na Revista Megazine, um suplemento semanal de O Globo, provocou leitores a enviar cartas favoráveis e contrárias à publicação. Com o título "Dia das Namoradas", o conteúdo tinha como linha-fina: "Sem ligar para o preconceito, meninas assumem seu amor por meninas e aderem a rede social exclusiva para elas, que já formou muitos casais".

Não apenas alguns leitores enviaram cartas em repúdio pelo conteúdo, como outros escreveram para contestar o posicionamento dos que criticaram a publicação. A reportagem publicada no dia 9 de junho gerou embate por meio de cartas nas três edições seguintes da Revista Megazine (nos dias 16, 23 e 30 de junho).

A segunda razão para a quantidade significativa de unidades de contexto está no Estado de S. Paulo, jornal que publicou, no dia 07 de junho uma carta da então senadora Fátima Cleide, à época coordenadora da Frente Parlamentar Nacional pela Cidadania LGBT. Com o título "19 milhões de LGBTs não podem ser tratados como cidadãos e cidadãs de segunda classe", o texto colaborou significativamente para o aumento do *corpus*.

A prática da nomeação nas cartas dos leitores será observada inicialmente por meio do embate na Revista Megazine. Abaixo, um trecho da carta do designer Alan Aguiar, indignado com a publicação da reportagem "Dia das Namoradas". Em seguida, foram selecionados

trechos de duas cartas em repúdio aos posicionamentos contrários à publicação (anexo 20).

> 01) Fiquei profundamente estarrecido com a matéria de capa da revista. Acho uma total falta de criatividade divulgar uma matéria desse gênero, voltada para jovens, em que o tema homofobia (sic) surge como normalidade. E imaginar que milhões de pais que compram este jornal (...) acabam criando ideias de que isto (homossexualidade) é natural, quando não o é! Fato irresponsável! Assim com a lei que querem impor sobre cotas, quando o correto é uma educação básica forte, e não ficar dividindo isso ou aquilo! [...] Se o jornalista é a voz do povo, por que ninguém nunca me entrevistou para saber das minhas visões? (Alan Aguiar, designer)
>
> 02) Dias das Namoradas não impôs a ninguém coisa alguma, apenas mostrou a realidade. (...) E, senhor Alan, francamente, infeliz o seu comentário, comparando homofobia com o sistema de cotas. (Bárbara Buarque, 19 anos, estuda Jornalismo)
>
> 03) E o que o senhor Alan quer dizer, ao afirmar que homossexualidade não é natural? Ninguém na matéria tentou mudar o pensamento de ninguém. Simplesmente foram apresentadas coisas reais, que existem: no caso, a homossexualidade e uma nova forma de buscar parceiras. [...] Por que os gays não têm o mesmo direito? Desde quando homossexualidade não é natural e é errado? (Clarisse Cancela estuda Museologia, na Unirio).

Em 01, o leitor argumenta para evidenciar sua revolta com a notícia publicada. Para isso, utiliza a nomeação da violência seguida do "(sic)", como se houvesse algo de errado no termo "homofobia". Em seguida, aplica a nomeação da sexualidade dissidente, classificando-a como "isto". Ou seja, sua argumentação inclui o ataque às possibilidades de interpretação desses termos.

Em 02, é acionada a nomeação da violência como argumento de repúdio à carta anterior, seguida do enunciado 03, na qual existem quatro aplicações para unidades de contexto. Utiliza-se três vezes a nomeação da sexualidade dissidente para, em seguida, ser aplicada a nomeação pelo marcador social.

Se o primeiro leitor argumentou que a homossexualidade não é natural, a contra argumentação é baseada na mesma nomeação sendo reforçada como natural. A possível interpretação da sexualidade dissidente é o ponto de tensionamento entre os argumentos dos leitores.

A segunda carta selecionada possui formato diferente em relação às cartas citadas anteriormente. Foi escrita por uma parlamentar, seu tamanho é ampliado, mas é veiculada no jornal como carta aberta. Três trechos foram selecionados a partir da presença de quatro unidades de registro analisadas.

> 01) No dia 14 de junho próximo será realizada a maior celebração LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) do mundo – A parada de São Paulo.
>
> 02) Dados do Grupo Gay da Bahia mostram que o Brasil é o País no qual mais morrem homossexuais em razão da homofobia: um LGBT é morto a cada dois dias.
>
> 03) Apesar dos dados e relatos alarmantes da homofobia cotidiana, o Estado brasileiro está avançando. [...] Homofobia é crime.

As unidades de contexto apresentam diferentes estratégias para nomeação. Em 01, a autora da carta utiliza a classificação do referente ("celebração LGBT"). Em 02, é utilizada a classificação do referente ("grupo gay") para elaborar uma argumentação centralizada em dois marcadores sociais ("homossexuais" e "LGBT") seguida da nomeação do crime.

A terceira unidade de contexto é centrada na nomeação da violência. É parte da argumentação não somente indicar que essa violência é associada a "dados e relatos alarmantes" como reforçar seu caráter enquanto "crime". Ou seja, nesse caso, nomear é localizar na expressão opinativa como determinada violência precisa ser dimensionada e classificada.

No período final, 2019, três cartas na Folha S.Paulo foram localizadas com designações associadas ao público LGBTQIA+, com uma unidade de contexto localizada em cada. Nenhuma expressão opinativa de leitores foi encontrada em O Globo e no Estado de S.Paulo.

Quatro exemplos foram encontrados em coocorrência com as unidades de registro "homofobia" e "LGBT".

> 01) Como cidadã, deixo aqui meu elogio ao STF, pois, ao tornar crime a homofobia, atua para que possamos aprender a respeitar as diferenças e para que a orientação sexual não sirva de premissa para julgamentos e manifestações de ódio. (Renata A. Melki de Souza, São Paulo, SP)
>
> 02) Homofobia não tem nada a ver com admitir que só existe masculino e feminino e que o contrário do termo marido é esposa. (Paulo Marcos Gomes Lustoza, Rio de Janeiro, RJ)
>
> 03) LGBTs não conseguem se projetar pela competência? (Tersio Gorrasi, São Paulo, SP)

Em 01 e 02, a expressão opinativa da leitora é projetada na nomeação da violência. A primeira argumentação em tom favorável, enquanto a segunda aciona a nomeação em argumentos voltados a questionar papeis de gênero construídos socialmente. Na última unidade

de contexto, nomeia-se pelo marcador social ao utilizar a sigla para gerar presença no discurso.

Assinada pelo leitor Tersio Gorrasi, o enunciado 03 será reproduzida na íntegra para apresentar o contexto de como a nomeação pelo marcador social se faz presente em associação à sigla.

> LGBTs não conseguem se projetar pela competência? É preciso se vitimizar e querer aparecer o tempo todo? Discriminação, intolerância e violência existem em todos os setores. Não há lugar para "especiais" que se julgam com mais direitos e privilégios do que os demais.

A mensagem de Tersio remete ao fato de LGBT ser mais de que um acrônimo. Em sua mensagem, LGBT revela-se como o nome a ser questionado. É o sujeito que se vitimiza e quer aparecer quando, na sua perspectiva, a "discriminação, intolerância e violência" são existências partilhadas por todos.

As cartas, como afirma Melo (2003), revelam os pontos de vista dos leitores que, ao escreverem para o jornal, buscam externalizar determinada perspectiva da realidade com pessoas que partilham do mesmo objeto de leitura. Opiniões no jornal carregam a chance de visibilidade em instâncias do poder político e em diferentes áreas de disputa na sociedade.

Utiliza-se aqui o termo carta dos leitores, porém, muitas mensagens são enviadas por meios eletrônicos. Hoje, na Folha de S.Paulo a opinião do leitor é publicada no "Painel do Leitor", enquanto no Estado de S.Paulo é no "Fórum dos Leitores". Em O Globo, a página é identificada com a tarja "Leitores" e, abaixo, a palavra "Mensagens" funciona como espécie de título demarcador. Seja por carta ou e-mail, todas trazem o anseio de compartilhar socialmente determinado ponto de vista que ganha visibilidade por estar na materialidade do produto jornalístico.

5.5.6 Depoimentos

Ao longo desta pesquisa, um material de 1979 chamou atenção por peculiaridades não encontradas nos demais períodos. Foram classificados como depoimentos as composições da série "O Mito Revelado", publicada em dias consecutivos no jornal O Globo (anexo 8). Apesar de organizados com elementos de edição típicos da notícia (fotos, legendas, título e lead

superior), o material consistia em trechos da biografia do ator Marlon Brando (1924 – 2004), escrita por sua ex-esposa Anna Kashfi.

Foram selecionadas para análise três unidades de contexto em associação às unidades de registro "homossexualidade" e "homossexual" na coocorrência com "bissexualidade", "homem", "filme" e "papel". Um dos enunciados foi selecionado também por estar em discurso direto, em frase atribuída a Marlon Brando pela autora da biografia.

> 01)A questão da homossexualidade de Marlon – ou bissexualidade – só me preocupa enquanto este traço pode exercer uma influência em nosso filho, em sua rivalidade com o pai.
>
> 02)Marlon já fez papel de homossexual em seus filmes, principalmente em "Os pecados de todos nós" ("Reflectionn in a golden eye").
>
> 03)"Como grande número de homens também tive experiências homossexuais, e não me envergonho disto".

São três enunciados exemplificadores de diferentes categorias da prática da nomeação. Em 01 é utilizada a nomeação da sexualidade dissidente a partir da identificação de duas orientações sexuais ("homossexualidade" e "bissexualidade"). Entre elas está o nome próprio (Marlon), o sujeito causador de preocupação à autora do enunciado. Para estabelecer o ponto de tensionamento, ela recorre à nomeação por meio do papel social da família ("pai" e "filho"). Ou seja, a sexualidade é nomeada como conflito na associação com família.

Em 02, a rotulação é a estratégia da nomeação. O nome próprio ("Marlon") é aproximado do "homossexual" e a prática cênica. Um é o ator, outro é o personagem. A unidade de registro "homossexual" assume a função de referência passível de ser roteirizada e interpretada por alguém de competência cênica, é um "papel de homossexual".

Por fim, em 03 a prática da nomeação acontece pela classificação do referente. Na declaração atribuída a Marlon Brando, a unidade de registro "homossexual" é um atributo do não tangível (a "experiência"). Antes da citação, a autora afirmou: "Em meados de 1976, Marlon – pela primeira vez, que eu saiba – discutiu seus episódios homossexuais em público. Confessou para os repórteres de uma revista francesa sobre cinema".

Desse modo, a nomeação na expressão opinativa em formato depoimento é usada como argumento que serve de interligação dos

elementos em determinado relato. Se posicionar por meio do relato de uma história exige a presença de nomes que acionem sujeitos e referências com sentido compartilhado socialmente.

RESULTADOS ENCONTRADOS

A nomeação na expressão opinativa foi analisada em 137 enunciados espalhados pelas diferentes modalidades textuais (colunas, editoriais, artigos, críticas e cartas dos leitores). Em 34% do material houve aplicação da nomeação pelo marcador social, seguido por 27% de uso da nomeação pela classificação de referente.

Tabela 7 – Nomeação na expressão opinativa

Categorias	
Rotulação do sujeito	13%
Marcador social	**34%**
Classificar referente	27%
Sexualidade dissidente	16%
Violência	10%

A análise do material colabou para identificar como as escolhas de determinadas nomeações revela a temporalidade das palavras. Nomear uma mulher transexual como “ex-filho”, feita pela colunista em 1969, causaria outro impacto se fosse reproduzida por um colunista atualmente, assim como caíram em desuso termos como “entendido” e “comunidade GLS”.

Outro ponto relevante é como as nomeações passam a ser inseridas na argumentação daqueles que opinam nos jornais. Defender a anormalidade com o uso do termo “homossexualismo” era emblemático até a década de 1980, quando a aids era considerada uma doença de homossexuais. No século XXI, é com o vocábulo “homossexualidade” que articulista se posicionam sobre o tema.

Assim, a nomeação na expressão opinativa aparece como uma arena de disputa nas batalhas discursivas. A prática da nomeação reforça as estratégias discursivas localizadas no jornalismo e evidencia que

determinadas práticas da linguagem não parte do jornalismo, e sim, da argumentação. O que muda é a finalidade entre o caráter informativo do repórter ao noticiar e a expressão opinativa de determinado autor, que pode ocupar o posto de colunista, articulista ou meramente de leitor.

5.6 Olhar diacrônico na prática jornalística da nomeação

Nesse ponto da pesquisa, fazemos um apanhado de como as nomeações foram identificadas em cada período analisado. Em 1969, o Índice de Repetição no Conteúdo (IRC) evidencia como os jornais eram limitados nas possibilidades lexicais. Apenas dois termos, “travesti” e “homossexual”, foram encontrados para nomeação e classificação de objetos de discursos ligados à categoria LGBTQIA+.

Com pouca diferença quantitativa de uso, “homossexual” possui 56% de IRC, enquanto “travesti” aparece com 44%. Existe, nesse cenário, a ausência desses sujeitos nos elementos de edição. Títulos, legenda, linhas-finas e intertítulos não são elaborados com esses vocábulos. Isso mostra um apagamento dos sujeitos que aparecem nas notícias, mas sem destaque.

O IRC mais expressivo é identificado em “homossexual”, com 45% de repetição no material coletado, seguido de “travesti” com 36%. As outras duas nomeações com apenas uma aparição são registradas com 9%, cada. Apenas em dois leads na Folha de S.Paulo foi possível identificar o uso da nomeação “travesti”, o que mostra como não necessariamente os elementos de edição da época eram elaborados a partir do lead.

As palavras nomeadoras em 1969 foram localizadas, principalmente, no discurso indireto. No âmbito da sexualidade, “homossexualismo”, “intersexualidade” e “desvio sexual” e “terceiro sexo” foram as possibilidades encontradas para nomear a sexualidade dissidente. Cada uma delas possui 25% de IRC e foram encontradas em contextos que acionam a patologização e/ou criminalidade ao que foge da heterossexualidade.

A pouca quantidade de conteúdos encontrados, a ausência de destaque nas notícias e um contexto de aparecimento negativo foram marcas presentes no processo de análise da prática jornalística da

nomeação em 1969. As unidades de contexto verificadas no *corpus* revelaram a ausência do termo "homossexualidade" e o uso de "homossexualismo".

Nas notícias, o IRC dessa palavra é de 25% quando calculado em associação com outras possibilidades de nomeação encontradas para orientações sexuais. Foram elas: "intersexualidade", "desvio sexual" e "terceiro sexo".

No período seguinte, em 1979, foi observada a hegemônica nomeação "homossexual" como principal palavra nomeadora de sujeitos. Ao contrário do que foi verificado em 1969, há o aparecimento dos sujeitos em posições de destaque nas páginas. Nos elementos de edição, a palavra "homossexual" é aplicada, principalmente, nos leads.

O termo "homossexual" foi localizado em três títulos e oito leads, e predomina tanto no discurso indireto como no direto. O termo "gay", no entanto, foi encontrado em um intertítulo, uma legenda e um lead. Foi ainda observado como o discurso direto apresenta palavras com aparição única, como "afeminado" e "efeminado", qualificações feitas por fontes e que são reproduzidas pelos jornalistas em tentativa de classificar sujeitos com comportamento que não condizem com o esperado do homem heterossexual. Por exemplo:

> 01) "Durante muito tempo os homossexuais foram rotulados de 'efeminados'".
>
> 02) "Nas unidades masculinas, o rapaz que se torna afeminado é considerado um fraco".

Além de "homossexual", outro termo merecedor de destaque é o "gay". Foram seis usos, metade deles em elementos de edição, outra metade no discurso direto. Todos os aparecimentos foram encontrados na notícia "Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais". Chama atenção o fato de nenhum dos usos ser aplicado para nomear sujeitos, e sim, para classificar determinados objetos tangíveis ou intangíveis, como por exemplo em:

> 01) Jeans apertados, botas velhas: um uniforme gay (intertítulo)
>
> 02) O ataque à prefeitura de São Francisco: a revanche do movimento gay (legenda)
>
> 03) Uma onda de ódio assolou as ruas, alimentada por choques de rua e por propaganda mural anti-gay. (ledão)

Outro ponto a ser observado nas notícias é a distribuição da nomeação da sexualidade dissidente.

> 01) Aqui, o homossexualismo é a norma, o trivial. (Folha de S.Paulo)
>
> 02) As ações desses grupos se dirigem contra as pessoas ou grupos de ideologias contrárias as suas e, em outras ocasiões, contra componentes de manifestações pacíficas (especialmente os ecologistas, a quem atribuem o homossexualismo). (Estado de S.Paulo)
>
> 03)"Intelectualmente, superei qualquer objeção real à homossexualidade". (O Globo)
>
> 04) "Se tivessem nos ensinado, desde o início, que sodomia era o certo, e que a heterossexualidade era este mundo escuro e secreto, sentiríamos a mesma coisa, apenas ao contrário. (O Globo)
>
> 05) "Não se importam com mais nada, contanto que não façam as coisas (homossexualidade aberta) em seu bairro, em sua rua. (O Globo)
>
> 06) "Vocês só conseguem enxergar por um prisma: o da sua homossexualidade". (O Globo)
>
> 07) "O combate formal dos regulamentos ao homossexualismo (assim como ao jogo, aos tóxicos etc.) não é a prática real da máquina administrativa carcerária, posto que sem essas transgressões tácitas, que fazem parte do dia-a-dia, dificilmente os objetivos maiores da prisão e sua própria existência enquanto tal seriam viáveis". (O Globo)
>
> 08) O juiz conversou durante toda a tarde com as menores, alguns funcionários e técnicos da EU – 16, para apurar denúncias de torturas, espancamentos e incentivo ao homossexualismo. (O Globo)

Os enunciados mostram que a nomeação da sexualidade foi inserida na notícia por meio do discurso direto (enunciados 03, 04, 05, 06 e 07). Verificamos, então, quais foram as fontes consideradas legitimadas para citar a sexualidade dissidente por meio do discurso direto no jornalismo de 1979. São elas:

- ✓ Enunciados 03 e 04: extraídos da notícia "Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais". As declarações são de Peter, 17 anos, identificado na notícia como heterossexual "alto, magro, atraente" e que se incomodava com a presença dos homossexuais que ocupavam a Rua Castro, em São Francisco. É a única fonte no período que utiliza o termo "sodomia".
- ✓ Enunciado 05: extraído da mesma notícia dos enunciados 03 e 04. É atribuído a Al Brovice, advogado, coordenador de um centro comunitário de pessoas de origem hispânica. É citado no texto como alguém preocupado com a ocupação

homossexual por conta de moradores, especialmente os mais velhos, que não aceitam.

- ✓ Enunciado 06: extraído da mesma notícia dos enunciados 03, 04 e 05. É atribuída a Idaree Westbrook, 56 anos, mulher negra que discutiu com um vizinho homossexual e fez críticas à ocupação dos homossexuais em um bairro que, anteriormente, abrigava a comunidade negra. A declaração indica um tensionamento ligado à classe e raça, haja vista que homossexuais geralmente brancos e de alto poder aquisitivo eram os protagonistas da ocupação.
- ✓ Enunciado 07: extraído da notícia "A delicada questão sexual", cujo foco são as condições de homens privados de liberdade em delegacias ou presídios. O trecho é atribuído à pesquisa realizada por Yolanda Catão e Elizabeth Sussekind, que utilizam o termo "homossexualismo" em associação com a expressão "transgressões tácitas". A sexualidade dissidente é equivalente ao jogo ou aos tóxicos, inserida por meio do campo científico em um aparato discursivo da criminalidade e transgressão.

Percebeu-se nas notícias de 1979 que todos os enunciados ligados à sexualidade dissidente foram inseridos em contextos negativos. Seja em tensionamento com moradores de um bairro ou na pesquisa com homens privados de liberdade, a sexualidade não heterossexual aparece como problema a ser resolvido, transgressão, afronta social.

Em 1989, a análise apresenta como as notícias dos jornais de referências eram centralizadas, basicamente, em três nomeações: "homossexual", "gay" e "aidético". Quando separado apenas o *corpus* encontrado nas notícias, esses três vocábulos aparecem, respectivamente, com IRC de 27%, 11% e 9%. É importante observar como o vocábulo "aidético" esteve presente apenas no discurso direto e nos elementos de edição.

> 01)Presença de aidéticos mostra nova tendência (título, Estado de S. Paulo)
>
> A presença de um grande número de aidéticos nas sessões do V Congresso Internacional sobre Aids, que terminou anteontem em Montreal, marcou uma mudança sem precedentes na história da luta

> contra a doença, na opinião de médicos e grupos militantes de homossexuais que acompanharam o encontro.
>
> 02) Vacina reativa as defesas de aidéticos (título, O Globo)
> A vacina é uma cópia sintética da membrana exterior do vírus e os testes iniciais em seres humanos, realizados em 115 homossexuais não infectados, tiveram como objetivo saber se ela era segura.

As nomeações específicas ligadas ao contexto do HIV mostram como a nomeação pelo marcador social é complementada com outros vocábulos nomeadores como "infectado", "portador do vírus", "grupo de risco", "contaminado", dentre outros. Além disso, esses mesmos sujeitos são nomeados a partir do lugar social que ocupam quando submetidos a tratamentos ou quando lutam por melhor assistência à saúde. Passam, então, a ser nomeados como "soropositivos", "pacientes", "voluntários", "ativista", etc.

> 01)A polêmica deverá acirrar-se nos próximos meses, porque os participantes do grupo ActUp, que reúne aidéticos e seus médicos, vai lançar uma campanha pela liberação imediata de cinco drogas que eles consideram já suficientemente testadas e ainda não estão nas farmácias e hospitais por causa da burocracia. (Estado de S.Paulo)
>
> 02)Essa é a primeira vacina liberada pela FDA para testes no homem, o que já vem sendo feito desde setembro de 1987 em 115 voluntários que não tiveram contato com o vírus da Aids (são todos bissexuais ou gays). (Estado de S.Paulo)
>
> 03)Na cerimônia de abertura da conferência foram mostrados um vídeo em que jovens explicam como a doença modificou suas vidas e um filme em que o fundador de um grupo canadense de aidéticos (convidado à conferência, mas morto no dia 9 de maio) defende a dignidade e a sobrevivência dos doentes.

Quando observado o uso das cinco palavras selecionadas como unidades de registro para a análise da coocorrência no período ("homossexual", "gay", "aidético", "travesti" e "homossexualismo"), notou-se que, no discurso direto, há predominância do termo "homossexual" em 57% dos enunciados. Isso evidencia um aspecto de formalidade nas frases selecionadas para compor o discurso jornalístico por meio de aspas ou travessão.

Em junho de 1999, as notícias ligadas ao público LGBTQIA+ são veiculadas com uma vasta possibilidade para nomeação. Aparecem palavras não localizadas nos períodos anteriores (1969, 1979 e 1989), e o uso de siglas torna-se uma constante. Nesse período, pela primeira vez na pesquisa o uso do termo "gay" se sobrepôs a "homossexual" nas notícias.

A proliferação do vocábulo “gay” nos elementos de edição expõe como a mesma palavra é aplicada para nomear sujeitos, qualificar objetos tangíveis ou intangíveis e gerar nomes próprios de eventos e datas celebrativas, como Parada Gay ou Dia do Orgulho Gay. O termo deixa de ser um identificador apenas de determinado grupo social e se prolifera socialmente por meio dos jornais como uma referenciação associada a determinados objetos do discurso. Por exemplo:

> 01)Revista gay será recolhida das bancas (título, Folha de S.Paulo)
>
> A distribuidora Fernando Chinaglia está sendo acusada de ter se recusado a distribuir a edição de junho da revista “SuiGeneris”, que traz na capa a foto de um casal gay se beijando na boca. (lead)
>
> 02)Gays ganham espaço na TV (título, Folha de S.Paulo)
>
> Ícones gays aparecem cada vez mais na programação das emissoras. (lead)
>
> 03)Gays também vão se reunir (título, Folha de S.Paulo)
>
> Uma Cimeira GLT – de Gays, Lésbicas e Travestis – vai acontecer segunda-feira no Rio, paralelamente à reunião dos chefes de Estado e governo que será realizada no MAM. (lead)

Essa mesma tendência é verificada no discurso indireto, quando jornalista se apropriam de todas as possibilidades de uso e replicam por meio da prática jornalística da nomeação. Assim, o mesmo vocábulo:

a) Nomeia grupos pelo marcador social da diferença:

> Outra novidade é que os trabalhos recentes são assinados por pesquisadores com um perfil multicultural – há muito mais mulheres, negros, gays e latinos, resultado dos programas de ação afirmativa, que preveem vagas nas universidades para minorias, e da criação de centros de estudo que abrigam esses grupos. (Folha de S.Paulo)

b) Nomeia objetos pela qualificação ligada ao marcador social da diferente:

> O programa, no entanto, ainda tem apenas três pequenos patrocinadores (uma revista gay, uma agência de viagens e um condomínio fechado). (Folha de S.Paulo)

c) Nomeia pela rotulação de sujeitos pelo marcador social da diferença:

> No Brasil, ninguém levantou bandeira contra o personagem Tinky Winky, mas em vários países alguns pais acusam o teletubbie roxo de ser gay e servir de má influência às crianças. (Folha de S.Paulo)

d) Nomeia por meio de nomes próprio de organizações, eventos e datas celebrativas

> Roberto de Jesus, da Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, que organizou o evento, informou que, neste ano, estava prevista a realização de caravanas em cerca de 50 cidades do interior paulista. (Estado de S.Paulo)

No discurso direto, 80% dos enunciados selecionados eram elaborados com o uso de "gay". Esse índice leva em consideração as cinco unidades de registro isoladas a partir do IRC ("gay", "homossexual", "lésbica", "homossexualismo" e "homossexualidade". Em 1999, o uso estava disseminado a ponto de ser identificado em fontes de diferentes lugares sociais. Pesquisadores, políticos, jornalistas, militantes, artistas, aparecem nas notícias a partir de declarações com o uso da nomeação.

Como abordado anteriormente, outro aspecto de 1999 é o aparecimento das siglas no processo de nomeação. Elas começam a ser identificadas com taxas de IRC ainda pouco relevantes nesse período, mas se tornam cruciais a partir da década seguinte, como será visto mais adiante. Foram encontradas quatro possibilidades: GLS, GLTS, GLT e GLBT.

Em relação ao acrônimo utilizado atualmente, LGBTQIA+, a única letra que caiu em desuso nas siglas na década de 1990 foi o "s" que, à época, era utilizada para identificar os "simpatizantes", heterossexuais que transitavam em espaços frequentados por pessoas LGBTQIA+. Dos 11 enunciados encontrados nas notícias de junho de 1999, elaborados a partir das siglas, em 45% dos casos as siglas eram inseridas em elementos de edição, em outros 45% dos casos estavam no discurso indireto do jornalista, e em apenas 1% foi encontrada no discurso direto.

Quando acionados nos elementos de edição, em 60% dos casos os acrônimos estiveram presentes nos leads; legenda e quadro de serviço acumulam, cada um, 20%. Isso mostra como, nesse período, a inserção das siglas na prática jornalística da nomeação, apesar de à época não ser disseminado amplamente nos jornais de referência, aparecia como possibilidade discursiva estratégica na notícia.

Em 55% dos casos, a sigla servia de base à precisão do nome próprio ao indicar eventos, como "Parada do Orgulho GLBT", ou o nome de uma

entidade, “como Associação Parada do Orgulho GLBT de São Paulo”. Em outros 36% a sigla cumpriu o papel de classificar um determinado objeto do discurso tangível ou intangível, como “cimeira GLT” ou “movimento GLS”. Por fim, em outros 9%, foi aplicada para nomear determinado grupo social.

Foi observado o aparecimento de termos tidos como pejorativos como “veado”, “boiola” e “bicha”. Assim como as siglas, são vocábulos pouco utilizados.

Folha de S.Paulo

> REVISTA – Mexeram muito com vocês na rua?
>
> Fábio – Os homens, especialmente os mais jovens, chamam a gente de veado, bicha. Os veados convidam a gente para sair, dão telefone. As mulheres dão poucas cantadas. (Fábio Braz, 20, na notícia “Tudo por dinheiro”, publicada na Revista da Folha. Ao lado de outros três modelos, Fábio contou sua experiência de distribuir panfletos seminu para divulgação da 3ª Erótika Fair)
>
> “Eles diziam que quanto mais veado melhor, porque eles iam matar todos de uma vez”. (Nelson Matias Pereira, presidente da Parada do Orgulho GLBT, relatando ameaças de morte recebidas por telefone antes do evento acontecer).

Estado de S.Paulo

> “Essa história de homem fazer a unha é horrível, concorda Nathália Bardal, de 14 anos. “É coisa de boiola”, repetem em coro os meninos. (trecho da notícia “Intriga entre os sexos”, que aborda como os adolescentes da época lidam com “coisas de menino e coisas de menina”.

As três nomeações de cunho pejorativo foram encontradas no discurso direto. São atribuídas a fontes que possuem esses termos em seus vocabulários. No caso de 01, trata-se de uma entrevista em formato de pergunta e resposta, também conhecida no jargão jornalístico como pingue-pongue. Já 02, em contrapartida, é a citação que relata uma ameaça sofrida, é a citação da citação, enquanto 03 aparece entre aspas, mas sem fonte definida. É a jornalista que insere o discurso direto em atribuição aos “meninos”.

Esses exemplos servem para ilustrar como a prática jornalística da nomeação, mesmo no discurso direto, tem ligação direta com os formatos aplicados ao texto jornalístico. Por mais que as possibilidades lexicais

revelem traços da fonte, é o jornalista quem executa o processo de localização da fala em determinada estrutura discursiva.

Em 1999, observou-se também pela primeira vez na pesquisa o uso da nomeação "drag queen". Essa década é marcada pela visibilidade das manifestações culturais dessas artistas que, antes desse período, eram nomeadas como transformistas. Uma ebulição cultural na década de 90 facilitou a projeção das drag queens no jornalismo.

Entre os marcos estão o início das paradas gays (a primeira edição no Brasil foi em 1997), sempre animadas por essas artistas, além da inserção entre políticos da esquerda e seus aparecimentos em "festas de socialites, shows beneficentes e colunas sociais da grande imprensa" (Trevisan, 2002, p.246). Por exemplo:

> 01)Quem espera encontrar drag queens e travestis escandalosos no primeiro programa gay da América Latina vai se decepcionar. "Lado G", produzido na Argentina, tem o objetivo de acabar com esse estereótipo, diz Milagros Ceballos, a produtora. (lead, Folha de S. Paulo)
>
> 02)Primeiro, a parada gay e, logo após, o ponto alto da festa: o concurso de drag queen, que vai reunir as que mais se destacam na noite da cidade. (trecho da notícia "Salvador e Porto Alegre também comemoram data"
>
> 03) Não é à toa, portanto, que no catálogo da rebeldia do século XX estão incluídos verbetes como transexualismo, jeans, amor livre e drag queens. (O Globo, trecho da notícia "Retrato do século da rebeldia")

Por fim, foi verificado como a sexualidade dissidente foi nomeada nas notícias de junho de 1999. O vocábulo "homossexualismo" foi o mais utilizado em todos os jornais pesquisados. Pelos elementos de edição, é possível verificar em quais cenários o termo "homossexualismo" foi utilizado em destaque nos jornais.

> 01)James Green faz a primeira obra histórica panorâmica do homossexualismo no Brasil (Folha de S.Paulo, linha-fina)
>
> O brasilianista James Green, 47, vai lançar em setembro deste ano "Beyond Carnival" (Além do Carnaval), o primeiro livro de um historiador a abordar o homossexualismo masculino no Brasil em perspectiva panorâmica. (lead)
>
> 02) O Vaticano está tomando medidas legais para tentar impedir a venda de um livro "escandaloso" atribuído a um monsenhor que revela supostos "pecados e vícios secretos" de cardeais e outras altas figuras da Igreja Católica, entre eles homossexualismo, abuso sexual, desonestidade financeira e carreirismo. (Estado de S.Paulo, lead)
>
> 03) Homossexualismo, sodomia, feitiçaria, maometanismo e até a simples blasfêmia também condenavam qualquer um. (Globo, lead)
>
> 04) Sexo, drogas e homossexualismo com bom humor (Globo, título)

> 05) Retratar – através do universo jovem – problemas relevantes dos dias de hoje, como violência policial, homossexualismo e casamento. (Globo, lead)
>
> 06) Decidido a sacudir a plateia e acabar com tabus e preconceitos tão antigos quanto este, Ivan estreia hoje, no Teatro Rubens Corrêa, a peça "Calingualá", junção de esquetes que tratam de temas contemporâneos como a violência policial, o homossexualismo, a prostituição infantil e a vulnerabilidade dos casamentos. (Globo, lead)

Em 72% dos elementos de edição o termo homossexualismo apareceu no lead, em outros 14% em título e 14% em linha-fina. Quando observados apenas os leads, em quatro dos cinco leads (80%), a "homossexualidade" é associada diretamente contextos negativos. É o Vaticano que a considera um "vício" (02), a ligação com "blasfêmia" (03), é um "problema relevante" (05) e aparece na lista de "tabus e preconceitos" (06).

No discurso indireto, chamou atenção o fato de o termo não aparecer nas notícias de O Globo. Em contrapartida, está em O Globo a única aparição de "homossexualismo" por meio do discurso direto, como pode ser conferido abaixo.

> 01)Nos anos 70, muitos psiquiatras ainda classificavam o homossexualismo como uma doença mental. (Folha de S.Paulo)
>
> 02)Para ele, o pior de seus adversários era o trauma emocional do homossexualismo, em particular no caso dos que têm uma vida paralela às escondidas, o que provavelmente acontece na maioria dos casos. (Folha de S.Paulo)
>
> 03)A Cinemateca Brasileira e a Mostra Internacional de Cinema apresentam, a partir de hoje, o ciclo Homossexualismo e Repressão, que traz em seu primeiro dia um lançamento exclusivo, exibido apenas na seleção da 21ª Mostra, em 1997, O Outro Lado da Cidade Proibida (East Palace West Palace). (Estado de S.Paulo)
>
> 04)Um outro documentário, Celulóide Secreto, que será exibido na quinta-feira, mostra como o cinema americano, atingido pela repressão, camuflou cenas de homossexualismo e obrigou atores gays a esconder suas preferências sexuais. (Estado de S.Paulo)
>
> 05) Como numa troca tácita, os "de cor" introjetaram os valores calvinistas dos brancos, contra aborto, sexo antes do casamento e homossexualismo. (Estado de S.Paulo)
>
> 06) Um estudante gaúcho de 15 anos tinha um site com 102 fotos de crianças em cenas de lesbianismo, homossexualismo e sexo explícito. (Estado de S.Paulo)
>
> 07) "Nessa peça, ele fala de forma contundente de temas contemporâneos, como drogas, homossexualismo e prostituição infantil". (diz Marco, que estreia, como diretor, em 18 de agosto, em São Paulo. (O Globo. Marco Ricca, ator, na notícia "Cenas do novo teatro britânica", voltada à estreia da peça "Shopping and funking)

Nos enunciados acima apresentados no discurso indireto, pode-se observar como o contexto negativo da sexualidade dissidente é

diretamente acionado a partir da associação a expressões como “doença mental” (01), “trauma emocional” (02), “repressão” (03 e 04), “contra” (05) e “crianças em cenas de lesbianismo, homossexualismo e sexo explícito” (06).

O cenário não difere muito do único enunciado elaborado no discurso direto (07). A frase do ator insere “drogas” e “prostituição infantil” no mesmo pacote do “homossexualismo” como “temas contemporâneos”.

Cenário contrário é identificado nas poucas vezes em que “homossexualidade” foi acionada nas notícias de junho de 1999.

> 01)O Brasil da geração afirmativa (Folha de S.Paulo, título)
>
> Uma nova geração de brasilianistas está surgindo nos Estados Unidos. Reflexo de reorientações da academia norte-americana a partir das décadas de 60 e 70, com os movimentos pelos direitos civis e de negros, e de mudanças na sociedade brasileira, ela traz abordagens diferentes para velhos temas, principalmente relações raciais, e acrescenta outros, como estudos sobre pentecostalismo e homossexualidade. (Folha de S.Paulo, lead)
>
> 02)O desembargador Breno Moreira Mussi relatos do processo, acrescentou que “o único elemento divergente está na circunstância da homossexualidade, pois o lado afetivo equivale ao das relações heterossexuais”. (Folha de S.Paulo)
>
> 03)Esse mundo envolve tanto clubes, bares gays e grupos sociais, como também organizações políticas que se formaram desde 1978 para mudar o preconceito contra a homossexualidade. (Folha de S.Paulo)
>
> 04)Na opinião do relator, a solução escolhida pela 8ª Câmara “abre caminho para o enfrentamento contra a discriminação da homossexualidade”. (Estado de S.Paulo)

Dois pontos podem ser ressaltados. O primeiro deles é o contexto de “direitos civis” e “estudos” ligados à sexualidade dissidente (01), bem como o reconhecimento de um “lado afetivo” (02) que precisa ser reconhecido nessas relações e a importância de se evidenciar o “preconceito” (03) e a “discriminação” (04).

Outro aspecto é o modo como o jornalista utiliza o discurso indireto livre, como em 03 e 04, com parte do enunciado em discurso indireto e outro trecho é evidenciado entre aspas, uma espécie de simbiose discursiva entre o jornalista e a fonte.

Desse modo, a prática jornalística da nomeação em 1999 colaborou na identificação de como a sexualidade dissidente começou a ser inserida positivamente nos jornais a partir do uso do vocábulo

“homossexualidade”. Nas décadas seguintes, será possível identificar como esse termo, gradativamente, ocupa o espaço outrora dominado pela patologização atrelada ao “homossexualismo”.

Outras cinco formas de nomeação da sexualidade foram encontradas nas notícias de 1999, cada uma com apenas um aparecimento. São elas: “bissexualismo”, “lesbianismo”, “sodomia”, “ambiguidade sexual” e “transexualismo”.

O aparecimento de “lesbianismo”, “transexualismo” e “sodomia” já foram apresentados acima em enunciados nos quais aparecerem “homossexualismo” e “drag queen”. Nesse ponto, foram observadas outras duas expressões aplicadas nas notícias: “bissexualismo” e “ambiguidade sexual”.

> 01)Ex-ministro britânico assume bissexualismo (Estado de S.Paulo, título)
>
> O ex-ministro britânico para o País de Gales Ron Davies assumiu ontem ser bissexual, depois que um jornal sensacionalista divulgou uma ampla reportagem sobre sua opção sexual. (lead)
>
> 02)E não é à toa, também, que o corpo está no centro das manifestações/rebeldias que mais atraíram a atenção da mídia nos últimos anos: a manipulação do corpo em cirurgias (a artista francesa Orlan implanta silicone no rosto para questionar a beleza feminino tradicional), a banalização de imagens de sexo, a pornografia, a pedofilia e a ambiguidade sexual. (O Globo)

Nos dois casos a nomeação da sexualidade é estabelecida pela necessidade de localizar a não heterossexualidade como algo fora da normalidade. Seja como algo a ser revelado, que precisa ser assumido (01), ou como algo ambíguo e de difícil compreensão (02), a sexualidade dissidente é nomeada em um contexto de escândalo ou estranhamento.

Quando passamos para o período seguinte, 2009, as notícias evidenciam uma ampliação na diferença do uso entre os vocábulos “gay” e “homossexual”, sendo o primeiro consolidado como palavra mais utilizada no jornalismo. Em relação a década anterior, é verificada também a ampliação no uso da sigla, que aparece de modo hegemônico no formato LGBT.

Em pesquisa realizada entre 2008 e 2010, Leal e Carvalho (2012) identificaram algo similar ao que foi identificado nesta pesquisa: o uso

mais acentuado de “gay” em relação ao termo “homossexual”. Para os autores:

> Fica óbvia a preferência pelo termo gay (e não “homossexual”) como referência genérica à população LGBT, o que indica tanto a maior visibilidade dessa identidade masculina quanto a (sua) indistinção das demais construções identitárias. (Leal & Carvalho, 2012, p.36).

A pesquisa deles identificou a predominância da sigla LGBT em detrimento de GLS, apesar de terem inserido LGBT e GLBT em uma mesma categorização. Leal e Carvalho (2012), no entanto, não tinham a pretensão de pensar a prática da nomeação jornalística. O foco era a cobertura da homofobia na mídia. Eles mapearam 12 nomeações. São elas: “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “transformista”, “travesti”, “transexual”, “GLBT”, “GLS”, “HSH”, “MSM”, “homossexual” e “pedófilo”.

Destaque para as siglas HSM e MSM (a primeira, “homens que fazem com homens”; a segunda, “mulheres que fazem com mulheres”), que não foram localizadas ao longo da coleta de dados para esta tese, mas costuma ser utilizada em áreas da saúde.

Haja vista que termos hegemônicos como “gay”, “homossexual” e a sigla “LGBT” foram trabalhados na primeira parte da análise, serão apresentados aqui outras possibilidades de nomeações começaram a aparecer no *corpus* de 2009. São expressões com baixo índice de aparição, como “meninas que gostam de meninas”, “casal do mesmo sexo” e “parceiros do mesmo sexo”.

> 01) No tempo da sua avó, elas se escondiam ou eram forçosamente ignoradas. No tempo da sua mãe, lutavam para ser aceitas e superar o forte preconceito da sociedade. Hoje, as meninas que gostam de meninas mostram a cara (e procuram a cara-metade) numa rede social exclusiva para elas. (lead, O Globo)
>
> 02) A limitação, nesse caso, é das empresas, que, muitas vezes, não querem gastar mais para oferecer esses planos aos casais de mesmo sexo (Folha de S.Paulo)
>
> 03) Depois de meses de críticas de ativistas homossexuais e de direitos civis por ter recuado ou estar demorando para cumprir promessas de campanha, o presidente dos EUA, Barack Obama, assinou memorando que amplia alguns benefícios para parceiros de mesmo sexo de funcionários públicos federais, no que chamou de “apenas o primeiro passo”. (lead, Folha de S.Paulo)
>
> 04) Obama disse ainda que era contra o Ato de Defesa do Casamento, Doma na sigla em inglês, lei aprovada pelo Congresso em 1996 que define o casamento como uma união legal entre um homem e uma mulher para efeito de todas as leis federais e que dá o direito a cada um dos 50 Estados americanos de não reconhecer uniões entre pessoas de mesmo sexo aprovadas em outros Estados – a união entre membros do mesmo sexo é permitida hoje em seis deles. (Folha de S.Paulo)

> 05) Entre personalidades da política estiveram lá o prefeito Gilberto Kassab (DEM), o governador José Serra (PSDB) – que defendeu a união entre pessoas do mesmo sexo – e a ex-prefeita Marta Suplicy (PT). (Folha de S.Paulo)

Os enunciados evidenciam como jornalistas buscam meios de elaborar seus enunciados a partir de alternativa que viabilizem a nomeação por meio de uma expressão, e não de uma palavra ou sigla. São possibilidades que fogem das corriqueiras formas de identificar sujeitos. É importante observar como as expressões estão todas inseridas em um contexto de luta por direitos e reconhecimento de afetividades, duas temáticas que marcam a luta do movimento LGBTQIA+ nesse início do século XXI, como será verificado no item "Contexto social".

É dentro desse contexto, portanto, que três aspectos da nomeação são observados no jornal de referência em 2009: (1) a consolidação da sigla LGBT; (2) o avanço da nomeação "homossexualidade" em detrimento do "homossexualismo"; (3) o aparecimento da nomeação "homofobia" como designação exata de um crime.

No caso da sexualidade dissidente, apesar de começar a aparecer com mais incidência do que o termo "homossexualismo", foi identificado que a palavra "homossexualidade" tinha um espaço primordial de aparecimento: o discurso indireto. Ela não foi encontrada em nenhum elemento de edição do período e seu uso no discurso indireto é o dobro do encontrado no discurso direto. Ou seja, os jornalistas utilizam mais o termo em relação às declarações das fontes.

A partir de 2009 foi possível iniciar a observação da nomeação do crime e do criminoso na relação com os termos "homofobia" e "homofóbico". Entre os três jornais, a nomeação do crime começou a ser identificada principalmente no Estado de S.Paulo e em O Globo, que responde, respectivamente, por 42% e 39% dos usos da nomeação do crime. Esses dois jornais são os mais frequentes na hora de nomear o criminoso.

Gráfico 6 – Nomeação do preconceito "homofobia" (notícia, 2009)

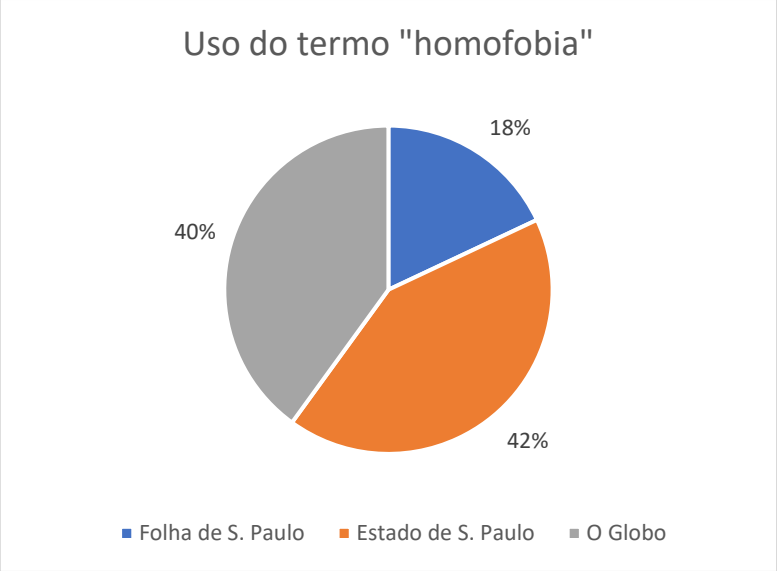
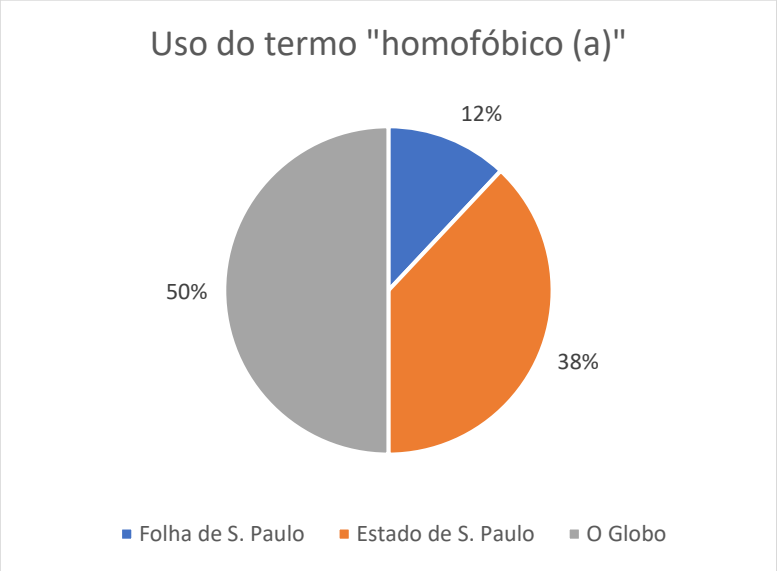


Gráfico 7 – Nomeação do sujeito preconceituoso (notícia, 2009)



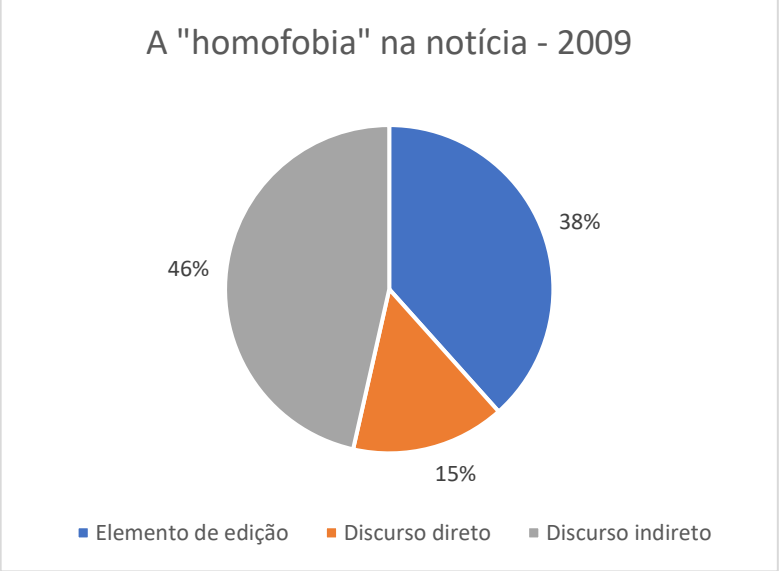
Nesse sentido, observou-se como a cobertura de junho de 2009 evidencia um contexto de luta e afirmação de direitos, como é verificado abaixo nos cinco trechos elementos de edição em que a palavra é utilizada no conteúdo do período.

> 01) O encontro celebrou o Dia Mundial do Orgulho LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e chamou atenção para o projeto de lei 122/2006, que prevê a criminalização das práticas de homofobia e que ainda está em tramitação no Senado. (O Globo)
>
> 02) Homofobia e intolerância motivaram perseguições; Vinicius de Moraes foi um dos 13 afastados (linha-fina, O Globo)
>
> Documentos obtidos pelo GLOBO no Arquivo Nacional, vinculado à Casa Civil, e no Itamaraty provam que a homofobia e a intolerância pautaram

> o funcionamento da Comissão de Investigação Sumária, que fez uma caça às bruxas em todos os escalões do Itamaraty. (lead)
>
> 03) À esquerda, membros da ONG Sete Cores: luta contra a homofobia (legenda, O Globo)
>
> Para celebrar a data e dar mais um passo no combate à homofobia, o Grupo Diversidade Nacional (GDN) inaugura o Centro de Cultura LGBT Professor José Carlos Barcelos, no Centro – o primeiro em Niterói dedicado a esse público. (lead)

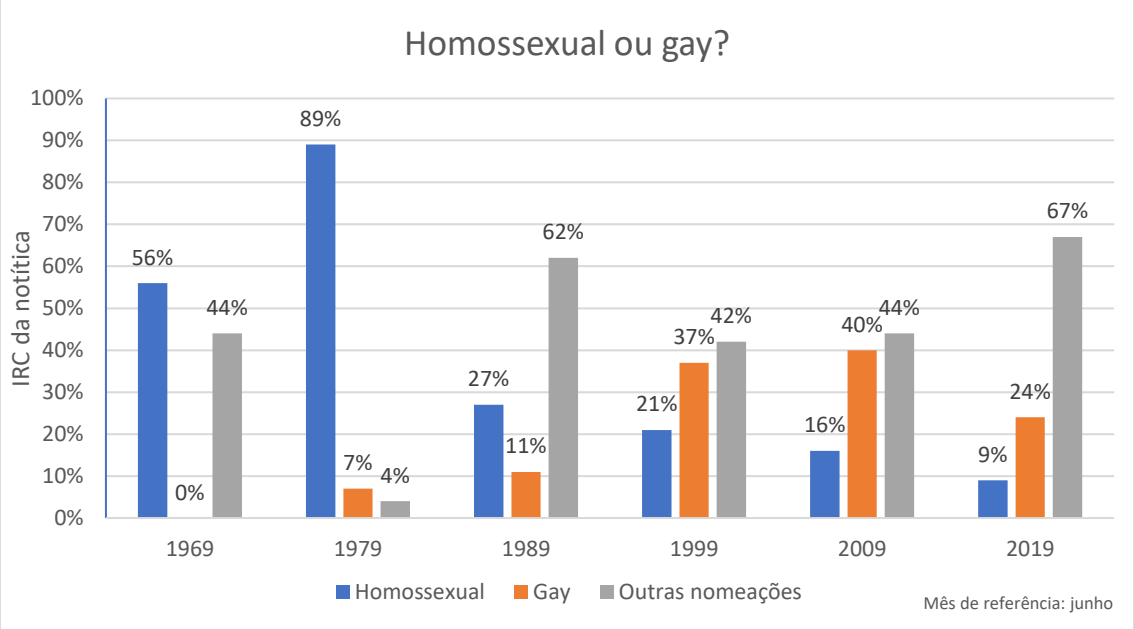
Outro aspecto importante é que, em 2009, não foi nas notícias que o termo homofobia mais apareceu nos jornais, e sim, nos textos opinativos, como será visto mais adiante na análise da expressão opinativa. Nas notícias, 46% dos usos foram no discurso indireto, enquanto 38% estiveram concentrados nos elementos de edição e apenas 15% no discurso direto.

Gráfico 8 – Homofobia na notícia (2009)



Por fim, nas notícias coletadas em junho de 2019, o primeiro ponto observado foi a ascensão da sigla LGBT e a redução no uso do termo "homossexual". Se até o período anterior (2009) os jornais centralizavam sua prática da nomeação na escolha entre "gay" ou "homossexual", a segunda década do século XXI sinalizou para a consolidação da sigla como forma de identificar o grupo social sem recorrer as possibilidades lexicais que, de algum modo, costumam estar atreladas essencialmente ao universo masculino.

Gráfico 9 – Homossexual ou gay? (notícia, 1969 – 2019)



A variação no uso das siglas mostra que, em determinada medida, o jornalismo segue em diálogo com o fenômeno da "sopa de letrinhas", algo identificado por Facchini (2002) desde que as siglas para identificação dos sujeitos políticos ganharam força na década de 1990. As siglas, para a autora, estão ligadas à função básica de nomear o "nós" do movimento homossexual.

Em 2019, boa parte do uso continuado da sigla não está, no entanto, na nomeação do movimento, e sim, na nomeação de um evento. O conteúdo desse período revelou uma ampla cobertura não apenas da agora nomeada Parada LGBT, como uma sequência de notícias ao longo de todo o mês. Junho tornou-se um mês de conteúdo temático, o "mês do orgulho LGBT", gancho que serve para justificar uma série de pautas sobre direitos e diversidade.

Alguns títulos e lead foram selecionados para exemplificar.

> 01) Com tom político, mas muito festivo e alegre, uma multidão celebrou ontem a 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma das maiores do mundo. (lead)
>
> 02) Política e memória dão tom à Parada LGBT neste domingo (título)
>
> 03) A primeira vez que a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo exigiu a criminalização da homofobia foi em 2006. (lead)
>
> 04) Depois que a Netflix experimentou São Paulo na série Sense8, quando gravou em plena festa da Parada do Orgulho LGBT na Avenida Paulista, a cidade volta com tudo no primeiro episódio da nova temporada de Black Mirror. (lead)

> 05) Em sua 23ª edição, a Parada do Orgulho LGBT ocupa a Avenida Paulista, neste domingo (23), com 19 trios elétricos. (lead)
>
> 06) Crítica a Bolsonaro dá o tom na Parada Gay (título)
>
> 07) Na 1ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo sob a gestão Jair Bolsonaro, o evento ontem assumiu tom de oposição ao presidente, que tem um histórico de declarações consideradas homofóbicas. (lead)
>
> 08) Foi a primeira vez no estado – onde ocorre amanhã a Parada do Orgulho LGBT, a maior do país – que o assassinato de uma transexual foi enquadrado nessa categoria, que define o assassinato de uma mulher pela condição de gênero. (lead)

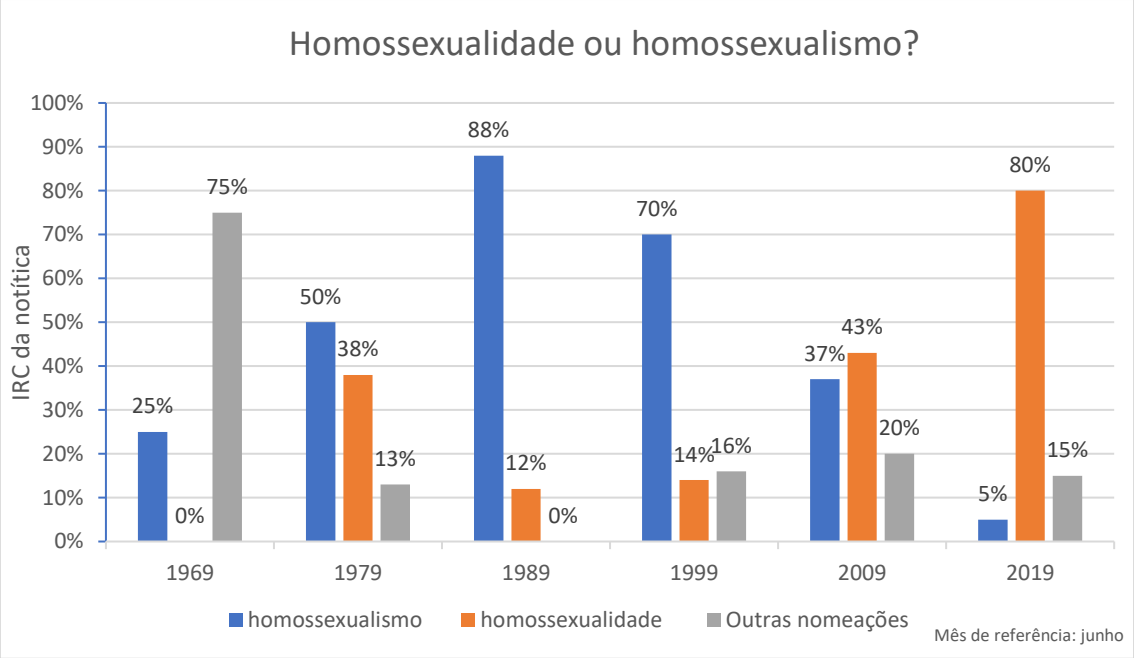
Assim como há possibilidades de nomeação a partir da sigla, verifica-se o mesmo na nomeação do evento. O jornalismo, nesse sentido, mostra-se um campo aberto às possibilidades de nomeação que emergem. Não apenas o agendamento tem sido acirrado, mas um novo vocabulário começa a aparecer nos textos, como as designações "não binária", "transativista", "poc", "bofinha" e "trans".

> 01) Novas discussões sobre gênero mudam chá de revelação nos EUA (Folha de S.Paulo, título)
>
> A jornalista Molly Woodstock, de Portland, lançou em 2018 um podcast chamado Gender Reveal para divulgar notícias sobre pessoas transgênero e não binárias.
>
> 02) Evento reúne experimentalismos mundiais (Folha de S.Paulo, título)
>
> A cantora não binária Majur participa da programação (legenda)
>
> 03) Festival reúne artistas trans contra o 'cis'tema (Folha de S.Paulo, título)
>
> Elas falam "corpas", no feminino, para designar seu físico transmutado em mulher. Elas denunciam as opressões do "cistema", com "c" mesmo, dominado por pessoas cisgênero, aquelas que se identificam com o sexo designado no nascimento. Elas são chamadas de transexuais e travestis, mas gostam do termo transvestigêneres, criado por mulheres trans. (lead).
>
> A expressão trans na música é representada por sete artistas, entre os quais se destacam a performer Marina Matheus e também a rapper transativista MC Dellacroix.
>
> 04) V de viadão (Folha de S.Paulo, título)
>
> A edição especial na véspera da parada LGBT reúne DJs como Educastelo e Richard L, além de performances, para celebrar os representantes do G da sigla. No som, promete pop fritação para a alegria das pocs.
>
> 05) Pintou o arco-íris (Folha de S.Paulo, título)
>
> Com mais de meio milhão de acessos em menos de um mês, "Amor Rural" inaugura o pocnejo, termo cunhado no Twitter do qual o cantor se apropriou. Na gíria gay, a palavra poc, onomatopeia do barulho do salto alto ao tocar o chão, tem diversas acepções, mas costuma designar gays afeminados.

> No começo desta década, a dupla lésbica As Bofinhas chegou a lançar alguns clipes, mas os acessos não se comparam aos do single de Gabeu, que saiu no fim de maio.
>
> 06) Festival Dogma traz a nata da cena indie e experimental (Estado de S.Paulo, lead)
>
> Majur: influenciada pelo soul de Tim Maia e James Brown, a cantora não binária, negra e afrofuturista já foi chamada de 'a nova voz da música baiana'.
>
> 07) Parada obrigatória (Estado de S.Paulo, título)
>
> Dedicada à tribo gay dos ursos, a festa Ursound terá edições em dois locais. Hoje (21), a 'Especial Junina' toca ritmos como pop, brasilidades e house music. No sábado (22), a 'Mega Pride 2019' celebra 14 anos do selo e recebe o DJ mexicano Jose Spinnnin Cortes.
>
> 08) Mais Vozes G (O Globo, título)
>
> Apadrinhada por Caetano Veloso e Paula Lavigne, ela lançou o EP "Colorir" e se prepara para divulgar o seu primeiro álbum nos próximos meses. A artista, que se identifica como não binária, não se importa de se referirem a ela como menino ou menina, e sua música aborda relações em geral, embalada por ritmos como samba, soul e reggae.
>
> 09) 'Não dá pra lutar por liberdade pela metade' (O Globo, título)
>
> A vontade de Emicida trabalhar com Pabllo vem desde que ele viu a artista pela primeira vez, há alguns anos. Majur – artista baiana não-binária – é uma relação mais recente, mas teve impacto semelhante.

Em relação a nomeação da sexualidade dissidente, ponto importante nesse período foi o escasso uso do termo "homossexualismo" nos jornais de 2019, e de termos tidos como antiquados, como "baitolismo", "boiolagem" e "lesbianismo" que foram verificados, cada um, em apenas uma notícia nesse período.

Gráfico 10 – Homossexualidade ou homossexualismo? (notícia, 1969 – 2019)



No âmbito da política, os anos de 2010 são marcados pelo crescimento significativo da visibilidade por conta da aquisição de direitos (Facchini & Rodrigues, 2018). No conteúdo coletado em 2019, diversas pautas fortalecem essa tese a partir de notícias elaboradas dentro do "mês do orgulho LGBT", como pode ser identificado por meio de títulos e leads a seguir.

> 01) Empresas ignoram polarização por defesa de direitos dos LGBTs (título)
>
> Ações vão de licença-paternidade para funcionário gay a campanhas publicitárias que retratam diversidade (linha-fina)
>
> Enquanto discussões sobre gênero e orientação sexual polarizam a sociedade, empresas se engajam na defesa da inclusão e dos direitos de pessoas LGBT. (lead)
>
> 02) 'Senhoras' transexuais convivem com dificuldades da terceira idade (título)
>
> Idosas LGBTQ enfrentam problemas hormonais, solidão e dificuldades no mercado de trabalho (linha-fina)
>
> 03) Em SP, 40% já sofreram ou viram preconceito contra LGBT (título)
>
> 04) Cerca de 4 em cada 10 paulistanos já sofreram preconceito ou presenciaram discriminação contra a população LGBT em espaços públicos e nos meios de transporte da cidade de São Paulo. (lead)

Tanto a inserção de novas palavras nomeadoras de sujeitos como as possibilidades de nomeação da sexualidade dissidente são, inclusive, verificavas no discurso direto.

> 01) “Descobri a transgeneridade e passei a existir socialmente no feminino há muito pouco tempo. Aos 60, para ser exata. Ser uma senhora trans é tanta novidade quanto ser uma mulher trans”. (Laerte, cartunista)
>
> 02) “Como todas as minhas músicas descrevem as minhas relações, acabo servindo como referência para outras pessoas que passam por isso. Afinal, existem não binários (pessoas que não se identificam apenas com o gênero masculino ou feminino) no Brasil inteiro” (Majur, artista).
>
> 03) “É um negro lindo, não binário, canta muito” (Caetano Veloso, sobre Majur)

O volume considerável do agendamento levou à disseminação das pautas ligadas à violência. Nas notícias, foram localizadas cinco possibilidades de nomeação. São elas (com seus respectivos IRC): homofobia (69%), transfobia (23), LGBTfobia (5%), homotransfobia (1%), bifobia (1%). Foi observado, inclusive, como os três jornais possuem certa proporção na quantidade de aparecimentos do termo.

Gráfico 11 – Uso do termo “homofobia” nos jornais (2019)

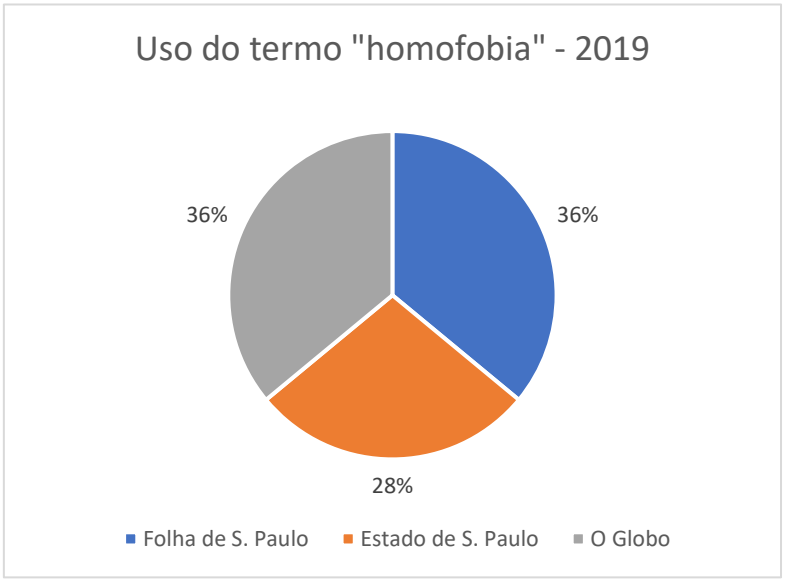
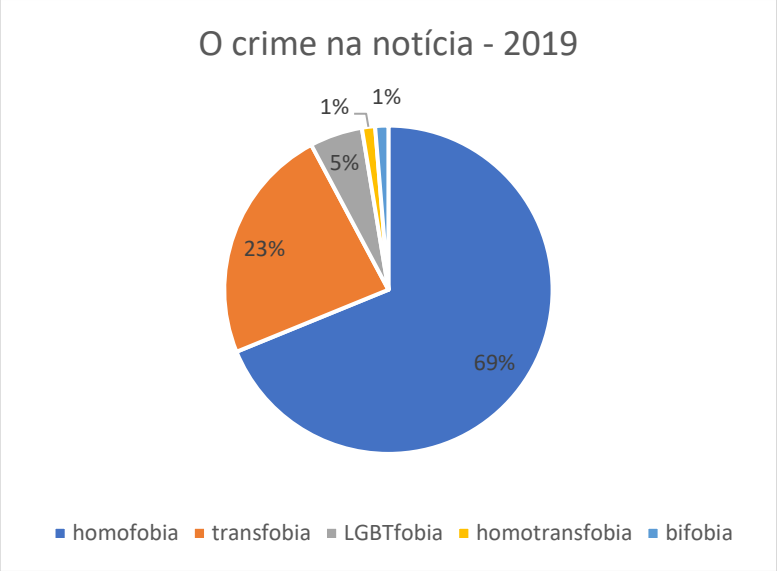


Gráfico 12 – Nomeação do crime (notícia, 2019)



Como visto anteriormente, a "homofobia" na prática da nomeação jornalística ganhou tamanha inserção que pode ser vista tanto nos elementos de edição como nos discursos direto e indireto. Os outros termos, no entanto, aparecem com menos frequência e ainda não possuem a mesma visibilidade, como é o caso de "transfobia" ou "LGBTfobia".

Porém, são vocábulos indicativos de como os jornais de referência estão propensos a nomear sem deixar de lado as possibilidades lexicais em contextos de reivindicação política e protesto contra governos conservadores, como pode ser visto nos exemplos abaixo.

> 01) Na avenida, a drag Mona Alisa, 21, também fazia sua campanha eleitoral. [...] Para ela, a presidência de Jair Bolsonaro fortaleceu um rebote ultraconservador contra o grupo. Mas nem tudo está perdido, continua. Ela lembra que um dos maiores pleitos LGBT foi enfim atendido: a homofobia e a transfobia entraram no rol dos crimes de racismo após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal). (Folha de S.Paulo)
>
> 02) Em junho do ano passado, o policial militar Leandro Prior, de 27 anos, recebeu ameaças de morte depois que viralizou um vídeo em que ele, fardado, beijava outro rapaz no metrô de São Paulo. [...] homossexualidade e LGBTfobia são temas pouco abordados na área da segurança pública. Ou eram. (O Globo).
>
> 03) Washington rejeitou o pedido, em um novo indício de que o governo Trump está abandonando os direitos adquiridos pelos gays e transgêneros. [...] O site da embaixada americana em Santiago, no Chile, exibe um vídeo do embaixador hasteando uma bandeira do movimento LGBT em 2018, no Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia. (Estado de S.Paulo)

Um exemplo emblemático desse período foi identificado nos conteúdos ligados à cobertura da decisão do STF de enquadrar a homofobia e a transfobia como crimes de racismo (anexo 21). Com essa decisão, o crime passa a ser nomeado, homofobia e transfobia, enquanto o criminoso tem seu nome de homofóbico ou transfóbico institucionalizado pela mais alta Corte do país.

Oito dos 11 ministros do STF votaram de modo favorável para que a violência motivada pela orientação sexual e de gênero fosse criminalizada nesses moldes. Todos eles, inclusive os contrários à decisão da maioria, aparecem em notícias por meio do discurso direto e reconhecendo a gravidade desse tipo de violência[80].

> 01) "Orientação sexual e identidade de gênero são essenciais à pessoa humana". (Gilmar Mendes, Folha de S.Paulo).
>
> 02) Orientação sexual e a identidade de gênero "devem ser consideradas como manifestação do exercício de uma liberdade fundamental. [...] a realidade demonstra ostensivamente que a ausência da criminalização de atos de homofobia e transfobia acaba contribuindo para restrições indevidas de direitos fundamentais e para um quadro generalizado de discriminação". (Gilmar Mendes, Estado de S.Paulo).
>
> 03) [...] o racismo vai além de aspectos "biológicos ou fenotípicos", pois "resulta, enquanto manifestação de poder, de construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, dignidade e humanidade dos que, por serem de grupo vulnerável (LGBTI+), são considerados estranhos e diferentes". (Celso de Mello, Estado de S.Paulo).
>
> 04) "O bom seria que não tivéssemos de enfrentar esse tema em pleno século 21". (Dias Toffoli, Estado de S.Paulo).
>
> 05) "Todo preconceito é violência, toda discriminação é causa de sofrimento, mas eu aprendi que alguns preconceitos impõem mais sofrimento que outros, porque alguns são feridas curtidas já em casa, na qual a discriminação castiga a pessoa desde o seu lar, afasta o pai de filho, irmão, amigos pela só circunstância de se experimentar viver o que se tem como sua essência e que não cumpre o figurino sócio-político determinante e determinado". (Cármen Lúcia, O Globo).
>
> 06) "Os dados apresentados durante este processo mostram a extrema vulnerabilidade a que estão expostos os grupos LGBTI no Brasil. As informações dão conta de um estado reiterado de exposição de minorias a atos odiosos sem que haja resposta efetiva do Estado". (Gilmar Mendes, O Globo).

[80] O julgamento no STF teve início em fevereiro de 2019 e foi finalizado no dia 13 de junho de 2019. Na ocasião, foram julgados dois processos que pediam ao STF o reconhecimento da omissão do Congresso Nacional por não avançar com a criminalização dos atos de homofobia e transfobia. Os autores do processo são a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT) e o Partido Popular Socialista (PPS). Oitos ministros foram favoráveis à decisão: Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Três foram contrários: Dias Toffoli, Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski. Importante ressaltar que o voto contrário dos três ministros está associado a um possível desvio de função na decisão do STF. Os magistrados entendem que, ao enquadrar a homofobia e a transfobia como racismo, o STF assume um papel que não lhe cabe, haja vista que criar normativas jurídicas (legislar) é função do Poder Legislativo.

> 07) “Punir criminalmente a homofobia e a transfobia é simbólico. E é, segundo penso, apenas o primeiro passo. Reconheço que a lei pode muito, mas não pode tudo”. (Ricardo Lewandowski, O Globo).

5.7 Nomeações e o contexto social

A análise da coocorrência foi concluída com a mensuração de como as nomeações foram aplicadas às categorias identificadas como típicas da prática jornalística da nomeação (ver capítulo 4). Foram analisadas 387 unidades de contexto na seguinte proporção: expressão opinativa (35%), elementos de edição (32%), discurso indireto (18%), discurso direto (15%).

A análise do conteúdo nas notícias, no entanto, não poderia ser executada sem levar em consideração os contextos sociais. Entende-se nessa pesquisa que o jornalismo é uma forma de conhecimento que reflete parte da sociedade de determinada época, e isso pôde ser evidenciado no material coletado.

Será possível compreender, nesse trecho da pesquisa, os cenários sociais que possibilitavam a existência das nomeações encontradas. Durante a análise foi possível identificar a regularidade de determinadas estruturas discursivas que aqui foram categorizadas. Mesmo quando observada em diferentes períodos históricos, a prática jornalística da nomeação torna-se presente em modos similares a depender do uso feito das palavras nomeadoras.

5.7.1 Década de 1960

É importante validar como a prática jornalística da nomeação, apesar da sua regularidade nos modelos de uso, foi encontrada em diferentes cenários a partir das palavras nomeadores predominantes em cada período. Em junho de 1969, por exemplo, quatro possibilidades de nomeação dos sujeitos LGBTQIA+ foram localizadas para o cálculo do Índice de Repetição no Conteúdo (IRC)[81]. Foram elas: “homossexual”, “travesti”, “lésbica” e o curioso caso da nomeação ex-“filho”.

Em 1969, as condições históricas colaboram à compreensão dos motivos que levavam a prática jornalística da nomeação a uma vinculação

[81] As tabelas com as palavras mais recorrentes em cada período podem ser consultadas no apêndice desta pesquisa.

com a anormalidade e criminalidade, e como os setores da cultura e violência despontam como campos sociais possíveis ao aparecimento de sujeitos ligados à comunidade LGBTQIA+.

As nomeações estão afinadas não apenas com a época, mas com o lugar dos *quality papers* nesse momento reconhecido como os anos de chumbo, quando houve acirramento das demonstrações de poder dos militares.

Autores importantes como James Green, Edward MacRae, João Silverio Trevisan e Regina Facchini, apontam que somente no final da década de 1970 é possível apontar para o surgimento de um movimento homossexual com certa organização no Brasil. Antes disso, a sociabilidade dessa parcela da sociedade estava concentrada em guetos e as articulações ainda não estavam formalizadas em grupos ou coletivos com uma atuação politizada frente ao Estado e outras instâncias de poder (Green, 200; Trevisan, 2002; Facchini, 2002; MacRae, 2018).

Enquanto isso, nos Estados Unidos as lutas eclodiam com força desde 1969 com a Revolta de Stonewall. No Brasil, esse processo de militância foi atrasado por conta do contexto social de um governo militarizado com acirramento da vigilância para garantir a defesa das tradições, a proteção do núcleo familiar tradicional e o incentivo aos valores religiosos cristãos (Quinalha 2017, 2018), algo reforçado pelos *quality paper* e que, naturalmente, reverberava nas nomeações.

Portanto, circulavam na década de 1960, nos guetos homossexuais, nomeações como "bicha", "bofe", "entendidos", "bonecas", mas esses vocábulos não aparecem na mídia hegemônica.

É importante salientar que os principais jornais de referência no Brasil, incluindo os três aqui analisados, apoiaram o golpe militar de 1964[82], assim como parte da população, em especial setores da classe média, grupos conservadores, empresários e latifundiários (Romancini & Lago, 2007; Lobato, 2019).

[82] É crucial compreender que os *quality papers* da época valorizaram a tomada de poder por parte dos militares, apesar de críticas e da resistência de determinados grupos da sociedade civil (Romancini & Lago, 2007). Entre nomear o movimento de 1964 como "golpe" ou "revolução", os jornais inicialmente optaram pela segunda opção. Os três jornais analisados nesta pesquisa não somente foram apoiadores do golpe militar como, cinco décadas depois, reconheceram a participação por meio de editoriais.

Os apoiadores do golpe se preocupavam com os ideais de esquerda que proliferavam, além das demandas econômicas como inflação e dívida pública. Na base dessa disputa, a preservação da moral e dos bons costumes tornava inviável qualquer possibilidade de associar normalidade ao que fugisse do padrão heterossexual de comportamento.

No Brasil, Green (2000) localizou exemplos de como antes mesmo da década de 60 os veículos da mídia hegemônica ridicularizavam ou julgavam negativamente o homossexual. Na revista Manchete, por exemplo, em 1952, um artigo advertia turistas a respeito do perigo que tomava conta da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, onde homossexuais eram considerados "figuras dominadas pelo vício", em referência ao mercado do sexo entre homens.

> Pelas ruas de Copacabana, turista desprevenido, você encontrará tipos que não poderão deixar de surpreendê-lo. O vício — principalmente sexual — domina livre nos apartamentos escassamente iluminados. Uma multidão de assexuados, desajustados, viciados profissionais e vítimas de desarranjos glandulares, enfrentam-se, agridem-se, sofrem, lutando coletivamente pelo mesmo objetivo... Mas de qualquer maneira, não é preciso mais de uma semana para compreender como é verdadeira a afirmação do Comissário Padilha: 'a maioria de Copacabana vive do sexo'. (Revista Manchete, como citado em Green, 2000, p. 258).

Após o golpe de 1964, o projeto de Estado organizado pelos militares se uniu aos discursos religiosos, médicos, legais criminológicos e de outros setores para normatizar saberes e práticas ligados às sexualidades. Os espaços urbanos ocupados por travestis, homossexuais e prostitutas se tornaram um incômodo para militares e outros defensores da família tradicional brasileira (Quinalha, 2018).

A sexualidade se tornou tema de segurança nacional na pauta conservadora estipulada pelos militares. Desejos e afetos não ligados à heterossexualidade foram alvo do regime autoritário com a justificativa de ser necessário promover uma limpeza moral na sociedade devassada pelos imorais subversivos (Quinalha, 2018).

O autor reforça que o preconceito às sexualidades dissidentes é estruturado muito antes nas sociedades ocidentais, porém, no contexto brasileiro, o golpe militar inaugurou um específico aparato de vigilância para manutenção dos padrões morais. Nomeados como "pederastas" ou "vadios" que podiam ser presos por "vadiagem", gays e travestis eram

sujeitos que tinham suas práticas sexuais nomeadas como “perversões” ou “desvios”, tornando esse período como uma época que pode ser classificada como “ditadura hetero-militar” (Quinalha, 2017, 2018).

> Essa política sexual da ditadura, ao consagrar oficialmente a estigmatização cultural das sexualidades dissidentes, marcou profundamente o imaginário social em torno dos grupos “minoritários”. A ditadura os rotulou como sócios menores do movimento comunista internacional. Outras vezes os classificou como agentes de ruptura da moralidade social. Outras tantas, ainda, carimbaram-nos com as marcas da classe social que portavam. (Quinalha, 2018, p.38).

Seja pelo silêncio dos jornais de referência ou pela visibilidade abarrotada de preconceito, o lugar ocupado pelos jornais ajuda a compreender o motivo que leva pesquisadores ao pouco interesse em buscar a interlocução na tríade: mídia hegemônica, sexualidade dissidente e os anos de repressão[83].

Em contrapartida, diversos trabalhos apresentam a importância de jornais e revistas alternativos no período da ditadura militar, a exemplo do Lampião da Esquina, O Snob, Chana com Chana, dentre outros (Péret, 2011; Green, 2000; MacRae, 2018, Facchini & Rodrigues, 2018, Rodrigues, 2018;).

> Os movimentos sociais da década de 1960 começaram a luta pela afirmação das diferentes identidades, trazendo à tona, nesse processo, os conflitos latentes entre os grupos opressores e os oprimidos. Os jornais e revistas dirigidos para esse público são muito mais que apenas palavras e imagens. São representações simbólicas de desejos e sonhos que um dia pretendem tornar-se realidade. (Rodrigues, 2018, p.242).

Se como afirma Rodrigues (2018), a imprensa alternativa trazia a representação de “desejos e sonhos”, o mesmo não se pode dizer dos jornais de referência. Até o início da década de 60, quando os periódicos nacionais (boletins, jornais e revistas) noticiavam algo relacionado à

[83] O cenário era ainda mais complexo para os *quality papers* em 1969, ano da coleta dos conteúdos aqui apresentados. O Brasil estava sob o comando do seu segundo presidente após o golpe de 1964, Arthur da Costa e Silva (1899 – 1969). Seu mandato durou de março de 1967 até agosto de 1969, quando foi afastado por problemas de saúde e entregou o cargo à Junta Governativa Provisória que comandou o país até a chegada do presidente Emílio Garrastazu Médici (1905–1985). Entre as ações de Costa e Silva está a implantação do Ato Institucional no 5 (AI-5), em resposta a protestos civis, principalmente de estudantes, e à oposição política que contestava o poder militar. Como afirma Sant’Anna (2019, p.7), Costa e Silva foi o presidente que não apenas suspendeu garantias democráticas como se tornou responsável pelo “golpe dentro do golpe” ao jogar o país nos “anos de chumbo”. Aprovado em 13 dezembro de 1968, o AI-5 representava a reação militar aos políticos que faziam ferrenhas críticas ao regime e à efervescência que girava em torno dos movimentos sociais capazes de reunir lideranças religiosas, artistas, sindicalistas, militantes da esquerda, estudantes e jornalistas. Ao sinalizar que o AI – 5 serviu para varrer do Brasil “qualquer resquício das garantias democráticas”, Sant’Anna (2019, p. 25) lembra que os 12 artigos do ato institucional delimitavam, entre outras medidas, o poder do presidente para fechar o Congresso Nacional e qualquer outra assembleia estadual ou municipal, e definia que o líder do Executivo nacional também podia cassar direitos políticos de qualquer cidadão.

homossexualidade, dois enfoques eram prioritários: a sátira às pessoas públicas ou criminalidade.

Nesses conteúdos, charges e ilustrações eram recursos dedicados à ridicularização de homossexuais e travestis, realidade bem diferente da imprensa alternativa gay, que surge com o intuito de criticar o capitalismo, a igreja, os costumes e a moralidade da classe média, contribuindo para inserção de temas da sexualidade na pauta de jornalistas (Péret, 2011, p. 35).

Historicamente, a década de 60 é reconhecida por ter inserido no mundo ocidental a necessidade de encarar as dissidências sexuais e de gênero como elementos que deveriam ser debatidos (e criticados) na esfera pública.

Como afirmam Prado e Machado (2012, pp.30-41): "Nesse período, diversos comportamentos sexuais tidos como tabus começaram a ganhar visibilidade, revolucionando e ocupando novos lugares". A liberdade dos corpos e a geração contestadora e rebelde da contracultura são elementos para compreender como parte da sociedade estava voltada à fissura de padrões morais e conservadores.

> [...] desde o final da década de 1960, a visibilidade da homossexualidade nas cidades brasileiras tem aumentado consideravelmente. Isso se relaciona ao fato de um número crescente de indivíduos assumir uma identidade homossexual; pela qual entendo uma organização da personalidade e uma maneira de se relacionar com o mundo baseado numa certa representação de si, fundamentada em categorizações sexuais geradas pela cultura em que se inserem, dividindo os indivíduos entre homossexuais, heterossexuais e bissexuais. (MacRae, 2018, p.121).

No final da década de 60, os grandes centros urbanos passaram a ter áreas ocupadas não apenas por homossexuais, mas por "grupos boêmios politizados" formados por artistas, intelectuais estudantes indignados com a ditadura militar. Eram pessoas que estavam engajadas em "diversas modalidades de contestação cultural, procuravam resistir e subverter o regime através do questionamento dos valores conservadores e autoritários que regiam a sociedade" (MacRae, 2018, p.124).

O encontro entre homossexuais e os grupos politizados resultou em um processo de troca de influência. De um lado, pessoas dispostas a contestar o sistema vigente e que viram no campo da sexualidade um espaço de debate para atingir a rigidez das normas enraizadas no sistema

político militarizado, como o papel dos homens e das mulheres na sociedade. Do outro lado, homossexuais que começavam a externalizar suas relações sexuais e afetivas (MacRae, 2018, p.124).

Não era necessário esconder a prática sexual, e sim, problematizar a sua existência nas regras impostas. Esse processo fez surgir uma nomeação típica da década de 60 e que se proliferou até a década seguinte, mas que não foi encontrada nos jornais de referência pesquisados: o "entendido" ("homossexual que buscava relações sexuais igualitárias; e a valorização da androginia, enquanto postura política") (MacRae, 2018).

Os "entendidos" eram frequentadores assíduos dos primeiros shows de travestis em casas noturnas que, entre as décadas de 50 e 60, eram taxadas como "lugares exóticos" e "cheios de artistas" (Macrae, 2018, p.124). Na análise feita nesta tese, o vocábulo "entendido" foi encontrado somente nos jornais de 1999.

> […] na década de 1960 surge um novo termo para nomear uma figura social cada vez mais comum e aceita, o "entendido" e a "entendida", uma espécie de equivalente tupiniquim do gay, que se alastra nos Estados Unidos na mesma época. O "entendido" e o gay vieram a denominar fundamentalmente pessoas que "transam" pessoas do mesmo sexo sem que adotassem necessariamente os "trejeitos" associados às figuras da "bicha" ou do "sapatão". Ao contrário destas, as novas palavras não são pejorativas. (Fry & MacRAE, 1985, p.24).

Outro ponto importante é que durante os anos 60 foi acentuada a busca por locais de encontros íntimos sem a presença de policiais ou bandidos, o que levou ao crescimento do "mercado gay" em grandes centros urbanos, como São Paulo, com a abertura de casas noturnas como bares, discotecas e saunas.

É o início do processo que Prado e Machado (2012, p.30) chamam de "exploração comercial do homossexual", quando são abertas boates para gays da classe média, além da disseminação de casas noturnas, bares, saunas, cinemas e casas de banho.

O governo militar buscou a grande mídia para ajudar tanto na sua propaganda oficial como para manter seu controle do regime político. A grande imprensa teve que se adequar à censura e tornou-se um espaço

sem liberdade editorial[84] (Hohlfedt, 2008). Os que não estavam afinados com essa política, eram perseguidos e sufocados financeiramente com cortes de publicidade (Romancini & Lago, 2007).

Então, a sociabilidade, a ocupação dos espaços, as alianças políticas e afetivas de gays, lésbicas e travestis não estavam retratadas nos jornais de referência investigados neste estudo. Investigar as condições de existência para essa ausência ajuda a compreender, por exemplo, porque a nomeação "travesti" aparece cercada pelo estigma e silenciamento.

Para as travestis, apesar da histórica criminalização e patologização, o período foi um marco pela inserção no meio artístico. É por meio de figuras como Rogéria, citada nesta pesquisa após ser identificada em um jornal de 1969 como "ex-maquiador" e "o travesti mais famoso do Brasil", que a travesti entra nos lares brasileiros.

A arte colabora para que a identidade não heterossexual encontre brechas nos regimes de preconceito vigentes. Cantores como Caubi Peixoto e Araci de Almeida, por exemplo, "embora às vezes mantivessem uma fachada heterossexual, eram conhecidos como sendo homossexuais. Caubi chegou a virar um termo usado como insulto" (MacRae, 2018, pp.52-53).

Nos jornais pesquisados, fica evidente que até o final da década de 1960 as nomeações nos *quality papers* estavam envoltas na lógica da anormalidade homossexual, indo em direção oposta à imprensa alternativa. Mesmo quando inserida no contexto da arte, a travesti ainda era identificada como "ele", bem como o sujeito homossexual era o "desajustado".

Diante do contexto social, é difícil imaginar que haveria outra realidade para os jornais de referência em relação aos modos de nomeação ligados à sexualidade e gênero. Os mesmos jornais que apoiaram o golpe militar tornaram-se alvo da vigilância e dependiam financeiramente de anunciantes e do apoio político. Logo, gays, lésbicas, travestis ou qualquer outra dissidência sexual e de gênero não estavam

[84] Para a coleta do *corpus* desta pesquisa, por exemplo, não havia arquivo de 10 edições (cinco do Globo e cinco do Estadão) pelo fato de os jornais não terem circulado nos respectivos dias.

na linha de frente das preocupações desses veículos que podem ser lidos, à época, como conservadores.

5.7.2 Década de 1970

Em 1979, doze palavras foram encontradas para identificar sujeitos LGBTQIA+. Houve predomínio da nomeação “homossexual”, com IRC de 73%, seguida de “gay” com 15%. Outras nove nomeações menos recorrentes somam, juntas, apenas 12% do IRC. O conteúdo coletado evidenciou as questões ligadas à sexualidade como pontos de tensionamentos.

Violência, luta para ocupar determinados espaços e a ideia de homossexualidade como anormalidade foram pontos compartilhados e que refletem um determinado Brasil. O vocábulo “homossexual” era palavra hegemônica para identificar sujeitos e categorizar objetos e grupos sociais.

No Brasil, o termo homossexual é introduzido em 1895 (Green, 2000). Porém, essa categoria social é elaborada pouco mais de três décadas antes, em 1869, quando o médico húngaro Karoly Maria Benkert redige uma carta-protesto na qual inaugura a nomenclatura do que até então era tido como “sodomia”, termo associado ao âmbito teológico (Fry & MacRae, 1985; Perlongher, 1987; Foucault, 1988; Green, 2000; Miskolci, 2007; Borrillo, 2010).

À época, existia na Alemanha uma tensão social conservadora que tendia à criminalização das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. No ano seguinte, o médico psiquiatra e neurologista Carl Westphal publicou o texto *As Sensações Sexuais Contrárias*, no qual descrevia essa nova identidade social com base na “inversão” que definiria sua sexualidade e, a partir dela, seu comportamento e caráter. Desloca-se, desse modo, o saber da noção ligada à fé (a sodomia) para um saber validado pela medicina (homossexualismo e anormalidade) (Perlongher, 1987; Foucault, 1988; Miskolci, 2007).

Foucault explica que o artigo escrito em 1870 por Carl Westphal serve como marco inaugural da categorização de sujeitos como

homossexuais a partir de parâmetros da psicologia, psiquiatria e medicina. O texto abre o caminho à ideia de “anormais”.

> É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia – menos como um tipo de relações sexuais do que como certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (Foucault, 1988, pp.50 – 51).

Dessa forma, o homossexual passou a ser visto como uma verdadeira “espécie” desviada e passível, portanto, de controle médico-legal. Em 1871 o código penal alemão condenou a homossexualidade e outras formas de sexualidade consideradas “bestiais” (Miskolci, 2007, p.104). Se o homossexual era um doente, o termo homossexualismo serviria para nomear a enfermidade.

As áreas do conhecimento voltadas ao comportamento humano, como psiquiatria e psicologia, são responsáveis por emanar um processo discursivo de patologização desses sujeitos. Essa projeção médico-legal da sexualidade é visível no jornalismo do século XX, foco da nossa análise, mas é fruto de uma tendência iniciada no século XVIII, quando tem início a “polícia do sexo: isto é, a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (Foucault, 1988, p.31).

É também no século XX que a categoria “homossexual” se populariza e passa a fazer parte do discurso do senso comum (Facchini & Rodrigues, 2018). A inserção da palavra “gay” no jornalismo de 1979 é outro exemplo de como os veículos de referência incorporavam determinadas nomeações a partir do seu fluxo de inserção na própria sociedade.

Foi na década de 1950, nos Estados Unidos, que “gay” começou a ser utilizado como expressão para identificar homens que faziam sexo com outros homens. Em inglês, o vocábulo era traduzido na época como “alegre”, sendo incorporado na década de 1960 pelo movimento homossexual norte-americano para delimitar determinada identidade de grupo (Péret, 2011).

No Brasil, o movimento homossexual da década de 1970, que se consolidava por meio de grupos como o Somos e o jornal Lampião da Esquina, chegou a contestar o uso do termo "gay" a fim de valorizar o termo "bicha" ou "guei", em versão adaptada ao português (Facchini, 2002). Eram estratégias políticas assumidas pela linguagem e não identificadas nos jornais aqui pesquisados.

É no início da década de 1970 que notícias oriundas da Europa e dos Estados Unidos começam a chegar em terras brasileiras dando conta do *Gay Liberation Front* (em tradução livre, a Frente de libertação gay) que debatia abertamente a homossexualidade e fazia parte de um ciclo maior de movimentos sociais emergentes desde a década anterior, como mulheres e negros (Péret, 2011; MacRae, 2018).

Isso ajuda a entender razões para a ausência do termo "gay" nos jornais de referência da década anterior (1969).

> A essa altura, o movimento homossexual já incorporava em grande medida o termo "gay", no intuito de diluir as marcas negativas da categoria "homossexual", e de elaborar e afirmar uma identidade positiva. No rastro dos movimentos sociais como o movimento negro, que produzia respostas culturais à discriminação como "*blackisbeautiful*" e "*blackpower*", o "*gay pride*" buscava celebrar e marcar terreno. (Facchini & Rodrigues, 2018, p.235, grifos dos autores).

Em sua tese de doutorado, resultado de pesquisa realizada entre 1978 e 1985, MacRae (2018) comenta que o termo "gay" tem uma ligação direta com a ideia de gueto, de reunião de pessoas em determinados espaços nos quais pode-se fortalecer politicamente determinadas identidades e reconfigurar termos outrora tidos como pejorativos.

MacRae (2018) propôs uma interpretação para guetos:

> Por "gueto", entende-se aqui um campo social formado principalmente por certos bares, boates, saunas, cinemas, ruas, praças e banheiros públicos onde, a certas horas do dia converge um grande número de homossexuais. Lá se estabelecem redes de amizades, que podem vir a desempenhar funções importantes nas vidas de seus frequentadores, oferecendo, além de sociabilidade, oportunidades de trabalho, moradia, ajuda financeira e sexo. (MacRae, 2018, p.81).

Péret (2011), por sua vez, conta que a inserção desse termo no vocabulário dos homossexuais marcou a reconfiguração da identidade. Na década de 1970, MacRae (2018) explica que o comportamento homossexual começou a sair dos espaços fechados, dos guetos, e buscou inserção nos espaços públicos.

O termo “andrógino”, nessa época, é aplicado massivamente em referência aos corpos fora dos padrões socialmente reconhecidos na conservadora sociedade. A cultura, por sinal, tem papel importante nesse processo a partir de artistas como os clássicos grupos Dzi Croquetes e os Secos e Molhados (capitaneado pelo cantor Ney Matogrosso).

Um dos marcos desse processo é o fato de, nesse período, ativistas terem iniciado a defesa da tese de que o sufixo “ismo” reforçava um caráter negativo à categoria “homossexualismo”, termo elaborado em base pejorativa ligada às práticas homoeróticas e distúrbios psicológicos (Péret, 2011).

> A própria palavra *gay*, originalmente restrita aos meios homossexuais dos países de língua inglesa, é agora conhecida de todos e usada como expressão muito menos carregada negativamente; sem as conotações de seriedade do termo “homossexual”, tem se prestado otimamente à comercialização: a origem anglo-saxônica empresta-lhe um *glamour* de coisa de país desenvolvido. (MacRae, 2018, p.56, grifos do autor).

Em 1979, ano seguinte de referência para esta análise, o país estava sob o comando do governo do general carioca João Baptista Figueiredo (1918 – 1999), indicado pelo presidente anterior, Ernesto Geisel, para iniciar um processo de abertura política da democracia nacional.

Era um período em que se discutia a anistia dos presos e exilados políticos no país após os anos de chumbo da ditadura militar (Sant’Anna, 2019b). No âmbito da sexualidade, foi uma época importante na consolidação do movimento homossexual de luta pela igualdade (Facchini & Rodrigues, 2018; MacRae, 2018).

> Em meados dos anos 1970, ganha visibilidade o movimento feminista, e, na segunda metade da década, surgem as primeiras organizações do movimento negro contemporâneo, como o Movimento Negro Unificado, e do movimento homossexual, como o Somo – Grupo de Afirmação Homossexual, de São Paulo. (Facchini & Rodrigues, 2018, p.236).

Esse cenário ajuda a entender por que artigos e notícias nos jornais de referência criticavam o feminismo e/ou relatavam tensionamento sociais envolvendo questões de raça e gênero. Eram veículos de característica conservadora e que não acompanhavam todos os debates relacionados às minorias sociais que buscavam visibilidade.

Por isso, nesse período foi de grande importância a mídia alternativa, como o jornal Lampião da Esquina que, como explica MacRae (2018, p.53): “se propunha a ser mais do que um jornal gay, tentando levantar

discussões também sobre a condição dos negros, dos índios e das mulheres, e sobre ecologia".

É crucial observar como a história do movimento homossexual no Brasil atravessa o perfil conservador dos jornais de referência. É na década de 1970 que parte da mídia abre espaço para artistas que começam a construir seus espetáculos baseados na própria sexualidade, ao invés de esconder sua orientação sexual, como era o caso de Ângela Ro Ro e Ney Matogrosso. Na televisão e no teatro, produções começavam a apresentar a homossexualidade de modo cada vez mais frequente (MacRae, 2018).

Outro exemplo era o Clube do Bolinha, programa de ampla audiência nesse período. No final da década de 1970, sempre aos sábados à tarde, começou a ser transmitido um concurso de dublagens com travestis. Antes proibidas de aparecer na TV, as travestis se tornaram alternativa de diversão à família brasileira (Trevisan, 2002).

Essa visibilidade, no entanto, não evitava abordagens estereotipadas e ataques pelos que insistiam em classificar gays, lésbicas e pessoas trans como "anomalias" ou "criaturas", principalmente em textos opinativos nos jornais. Nas notícias, era possível identificar que as lutas sociais ganhavam força nas ruas quando eram veiculados títulos como "Greve de homossexuais", "Os distúrbios de São Francisco: crise na meca dos homossexuais" e "Manifestação reúne cem mil homossexuais em Nova York".

Jornalistas da época podiam não imaginar, mas era o início de uma ampla ocupação dos espaços nos meios de comunicação e, em especial, nos *quality papers*.

5.7.3 Década de 1980

Na análise de conteúdo executada em junho de 1989, foram identificadas 24 possibilidades de nomeação associadas à comunidade LGBTQIA+. Além das nomeações encontradas em anos anteriores, como "gay", "homossexual" e "lésbica", foram incluídas nomeações ligadas ao contexto do HIV como "grupo de risco", "aidéticos" e "infectados".

O amplo contingente de nomeações associadas ao HIV e a predominância do termo “homossexualismo” nas notícias revelam um cenário de estigma e preconceito em um período no qual ser diagnosticado com o vírus era uma sentença de morte.

O cenário pré-HIV começa entre os anos de 1980 e 1981, quando uma sucessão de mortes é registrada no oeste dos Estados Unidos, principalmente em São Francisco, região onde houve uma revolução sexual combativa aos padrões sociais e dogmas milenares sustentados pelo cristianismo (Perlongher, 1987).

Inicialmente, em caráter informal, chegou-se a nomear a doença com GRID (*Gay Related Immune Deficiency*, em tradução livre: Deficiência Imunológica Relacionada aos Gays). A nomeação da doença, desse modo, teve início com uma associação direta à homossexualidade. Somente com o surgimento de casos em pessoas não homossexuais, e com o avançar das pesquisas médicas, é que nome foi alterado para aids (sigla para *Acquired Immunodeficiency Syndrome*, em português, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) (Perlongher, 1987).

Em 1984, o vírus causador da doença foi isolado em laboratório e passou a ser nomeado de HIV (*Human Immunodeficiency Virus*, em português, Vírus da Imunodeficiência Humana). Esse processo de nomeação da doença e do vírus, chamado por Perlongher (1987, p.14) de “querela das nomenclaturas”, ajuda a entender como homossexuais tiveram sua existência associada ao estigma.

Um dos sintomas da aids, por exemplo, é o sarcoma de Kaposi, doença causadora de placas, lesões e gânglios no corpo. Desse modo, a aids foi nomeada inicialmente de “Kaposi dos gays”, termo que culminou com a expressão “câncer gay” (Perlongher, 1987; Caetano et al., 2018).

No Brasil, os primeiros casos apareceram no final de 1982 em dois rapazes que voltaram dos Estados Unidos e apresentaram sintomas do sarcoma de Kaposi. A mídia nacional começou, então, a aparecer de modo mais acirrado na construção do imaginário social de “câncer gay”.

Aliado ao discurso da medicina, outras instâncias de poder contribuíram para a disseminação social do preconceito, como as instituições religiosas neopentecostais e católicas, responsáveis pela

ideia de que a aids era um “um tapa de Deus na cara dos homossexuais” ou de que a epidemia era um “aviso contra essa abominação” da homossexualidade (Perlongher, 1987, p.58).

Inicialmente, associava-se a doença ao grupo de risco nomeado de 4H, em referência aos haitianos, homossexuais, hemofílicos e heroinômanos (usuários de heroína injetável). É nessa afluente entre medicina, moralidade, religião e pânico social que a mídia, e em especial o jornalismo, exerce seu papel de reforçar um discurso hegemônico.

> Os rituais de agonia seriam, doravante, reciclados insistentemente pela mídia. A televisão desempenha um papel decisivo no procedimento, que chega a beirar o obsceno de espetacularização da morte: mostram-se, por exemplo, cenas de dois rapazes gays de mãos dadas, e logo depois um paciente carcomido pelo sarcoma de Kaposi; panorâmicas do gueto gay, seguidas de martírios de hospital. A imagética própria da medicina é terrorista. (Perlongher, 1987, p.53).

Na década de 1980, três ações do movimento homossexual reverberavam na imagem pública dessa população. A primeira é a luta pela inserção da categoria “orientação sexual” ao falar de homossexualidade. A segunda é a luta política na Assembleia Nacional Constituinte para inserção da não discriminação da orientação sexual na futura Carta Magna do país.

Por fim, a mobilização para retirada da orientação sexual da lista de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), órgão federal ligado à previdência social na época (Facchini, 2002; Facchini & Rodrigues, 2018).

Entre os grupos organizados que atuavam nessa época estavam o Triângulo Rosa, oriundo do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia (GGB). Em 1984, o Triângulo Rosa estava mobilizado para inserir a “expressa proibição de discriminação por orientação sexual” no Código de Ética do Jornalista, fato consumado em 1986 no XXI Congresso Nacional de Jornalistas (Câmara, 2018).

Câmara (2018, p.194) explica que o objetivo era “conquistar o reconhecimento social, enfrentando contrapontos internos ao movimento e de interlocutores conservadores via religião e política”. É valido salientar ainda que, no Brasil, é nessa mesma década que a homossexualidade deixa de fazer parte da lista de desvios mentais e transtornos sexuais.

A mudança aconteceu em fevereiro de 1985 quando uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) retirou a homossexualidade da lista de doenças baseada na Classificação Internacional de Doenças (CID) elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (Trevisan, 2002; Caetano et al., 2018).

Ao tomar essa decisão, o CFM seguia uma tendência internacional. Doze anos antes, em 1973, a *American Psychiatric Association* emitiu parecer afirmando que a homossexualidade não tinha ligação com patologias e propôs a sua exclusão do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Em maio de 1990, o passo seguinte foi a decisão da OMS de também retirar a homossexualidade do seu catálogo de doenças mentais (Caetano et al., 2018).

> Entretanto, mesmo após a despatologização da homossexualidade pelo CFM nos anos 1980, outros discursos buscaram novamente levar a prática homossexual aos limites impostos pelo discurso médico. A desinformação aliada à publicidade dos primeiros diagnósticos do HIV/Aids foi direcionada, de imediato, ao público homossexual masculino. Neste contexto, assumir publicamente esta identidade era reconhecer também a tutela do "câncer gay" ou "peste gay", como ficou conhecida a doença na maior parte desta década no Brasil. (Caetano et al., 2018, pp.282-283).

Em 1989, um dos períodos de referência desta pesquisa, o conteúdo dos jornais revela que não se estava mais na fase de pânico causada pelo HIV no início da década. As notícias estavam concentradas em debates entre médicos e pesquisadores em busca da cura ou vacina, além de grupos homossexuais no Brasil e no exterior que lutavam por visibilidade e melhores condições de tratamento.

Esses grupos conseguiam visibilidade nos jornais a partir de estratégias como ocupar congressos ou eventos científicos para protestar e chamar atenção às pautas das pessoas que conviviam com o HIV. Nesses cenários, a prática jornalística da nomeação oscilava entre nomear pelo grupo social em luta ("os militantes homossexuais") ou pela condição adquirida ("os pacientes", "os aidéticos", "os doentes", etc.).

5.7.4 Década de 1990

Em junho de 1999, foram 34 alternativas de nomeação. Além dos vocábulos conhecidos para individualizar sujeitos, como “gay”, “homossexual” ou “bicha”, havia aqueles de caráter coletivo, como “entendidos”, “pessoal do babado” e “comunidade”. Outro aspecto relevante é a identificação de siglas como palavras nomeadoras. Foram encontradas quatro possibilidades: GLS, GLTS, GLT e GLBT.

A análise de conteúdo da época identificou um cenário de militância e reivindicação por direitos atrelado ao uso de novas nomeações no jornalismo. Essa ampliação no cardápio lexical está ligada ao contexto do movimento social do período, haja vista que a década de 1990 foi marcada pelo crescimento na quantidade de grupos e organizações de defesa dos homossexuais (Facchini, 2002; Facchini & Rodrigues, 2018).

Trevisan (2002) explica que na década de 1990 teve início a ampla valorização da visibilidade do homossexual que se assume diante da sociedade. Passa a ser tido como vantagem política o fato de se mostrar socialmente a partir da própria identidade. Isso influencia nos modos como esses sujeitos são nomeados, afinal de contas, como explica o autor: “cada tempo tem a sua maneira de nomear, interpretar e identificar o mundo” (Trevisan, 2002, p.37).

Os coletivos ligados à militância sentiam a necessidade de nomear o “sujeito político” e surgiram, então, siglas de referência aos atores sociais. Desse modo, até 1993 eram descritos como integrantes do MGL (movimento de gays e lésbicas). Em 1995, investiram na nomeação movimento GLT (gay, lésbicas e travestis) até que, em 1999, veio o movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), com possibilidades de uso das alternativas GLTB ou LGBT por conta das estratégias de hierarquização aplicadas por cada grupo contemplado (Facchini, 2009; Facchini & Rodrigues, 2018).

> Essa proliferação de siglas e a segmentação e multiplicação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram alvo de tratamento irônico na mídia, que acusava o movimento de criar uma ‘sopa de letrinhas’. (Facchini & Rodrigues, 2018, p.241).

Na década de 1990, uma sigla muito projetada na imprensa foi GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). Sua aparição, no entanto, não é associada ao movimento de defesa dos homossexuais, e sim, às relações de consumo que ganharam espaço no Brasil. A sigla vem do "mercado GLS", quando se vislumbra nesse público um potencial de consumo que, posteriormente, foi nomeado de "pink money".

A relação entre militância e consumo, historicamente, é um ponto de debate dentro dos movimentos ligados à comunidade LGBTQIA+ (Facchini & Rodrigues, 2018). É nesse contexto que o vocábulo "simpatizante" se tornou comum nesse período e evidenciou a aproximação de setores econômicos e políticos aos grupos e entidades que atuavam na disputa por direitos.

> No conceito de GLS, o fundamental foi a introdução da ideia de simpatizante, muito adequada ao convívio pluralista das sociedades democráticas modernas, que tende a juntar num mesmo espaço físico ou ideológico pessoas antes excluídas da normalidade social. Um/a simpatizante pode tranquilamente frequentar um local GLS sem se sentir agredido/a, desde que também esteja disponível a aceitar as diferenças comportamentais presentes, em clima de mútua tolerância. Esse conceito permitiu certa flexibilização das fronteiras e, na menor das hipóteses, uma expansão do gueto". (Trevisan, 2002, p.376).

O acrônimo evidencia uma apropriação das siglas GL (Gran Luxo) e GLS (Gran Luxo Super), associadas a modelos de carro. A inserção do simpatizante era a tentativa de incluir na sigla pessoas que conviviam com gays e lésbicas e se definiam como apoiadores da causa (Trevisan, 2002).

A década de 1990, portanto, é considerada importante no processo de ampliação dos atores envolvidos no campo da militância. Fazem parte disso a imprensa, seja ela segmentada ou não, parlamentares apoiadores da causa, o mercado de consumo especializado, organizações internacionais, grupos religiosos e entidades de Estado ligadas a áreas como justiça e saúde (Facchini & Rodrigues, 2018).

As relações com diferentes campos sociais trouxeram impactos no modo como se visibilizava os sujeitos desse grupo social. Títulos como "Parada Gay atrai 20 mil participantes", "Parlamentar criou o Dia do Orgulho Gay", "Disque-homossexuais vai abrir linha direta entre polícia e gays" e "Tribunal reconhece união entre lésbicas no Rio Grande do Sul", eram reflexos desse cenário.

Esse fluxo colaborou para que nomeações da década anterior, como “aidéticos” e “doentes”, dessem lugar para novos modos de noticiar assuntos ligados ao HIV. Em meados da década de 1990, o Brasil foi considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como referência no serviço de tratamento e prevenção à aids em países periféricos (Trevisan, 2002).

Apesar de todos os problemas ligados ao serviço público de saúde, os embates capitaneados por ONGs e ativistas foram cruciais nesse contexto. Além disso, foi diluída gradativamente a ideia de que a aids seria uma doença de homossexuais com questionamentos direcionados à equivocada nomeação “grupos de risco” proliferada na década de 1980 (Trevisan, 2002).

Por fim, é imperativo ressaltar como esse período consolidou a inserção da comunidade LGBTQIA+ nos veículos de comunicação. Entram em cena, por exemplo, as drag queens, termo que gradativamente substituiu a nomeação “atores transformistas”. Elas se tornaram artistas presentes em festas protagonizadas pela alta burguesia, shows beneficentes e colunas sociais da grande imprensa, além, é claro, de reforçarem a ideia de orgulho homossexual que aparecia nas paradas do orgulho que aconteciam anualmente (Trevisan, 2002).

Nos jornais de referência, surgem espaços opinativos como colunas escritas por gays e lésbicas que refletem sobre pautas ligadas à comunidade LGBTQIA+. Logo, a vigilância sobre o que é dito é ampliada e novos espaços de representatividade são construídos. A década de 90 é, sem dúvidas, um ponto de virada na relação entre a diversidade e os *quality papers*. Saiu-se da década de 80 com a força do estereótipo criado em torno da aids para uma nova década marcada pela visibilidade do orgulho de ser quem se é.

5.7.5 Década de 2000

Em junho de 2009, foram encontradas 55 possibilidades de nomeação aos sujeitos da comunidade LGBTQIA+. Gay e homossexual

predominaram com 42% e 16% de IRC, respectivamente. As siglas LGBT e GLS apareceram entre as 10 nomeações mais recorrentes.

O quantitativo de nomeações encontradas é reflexo de um período em que a visibilidade de comunidade LGBTQIA+ se mostrou consolidada nos jornais de referência. Esse cenário foi resultado de um contexto que envolve o final da década de 90 até a primeira década dos anos 2000, quando o Brasil passou por um processo de construção de políticas públicas voltadas às demandas de sexualidade e gênero.

Esse processo envolveu editais ligados aos direitos humanos, prevenção e combate ao HIV e a intersecção com debates de raça e classe (Facchini & Rodrigues, 2018). Marcos importantes foram construídos, principalmente, ao longo dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 – 2010).

Facchini e Rodrigues (2018) citam, por exemplo, o desenvolvimento do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, e a I Conferência LGBT em 2008. No ano seguinte, em 2009, foi criado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direito Humanos LGBT e, em 2010, houve a implantação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Desse modo, ações políticas atreladas às iniciativas dos movimentos ativistas, pautavam os jornais e consolidavam as pautas de gênero e sexualidade como relevantes em um governo que implementou programas sociais voltados à redução da histórica desigualdade social no país. Nesse contexto, a sigla LGBT se consolidou em detrimento ao acrônimo GLS, associado ao mercado.

Sobre esse período, Carrara (2016) afirma:

> Os grupos se multiplicavam na forma de ONGs e se faziam agora representar nacionalmente pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), fundada em 1995. Nas ruas das grandes cidades brasileiras, as Paradas de Orgulho LGBT reuniam milhares de pessoas. Os antigos ideais de "liberação (homos)sexual" passavam a ceder lugar a uma ação política mais pragmática, baseada na ideia de visibilização massiva de uma minoria discriminada em busca de respeito social e de direitos civis. O governo federal e governos estaduais e municipais iniciavam a implantação de políticas públicas de combate à discriminação e financiavam diferentes projetos de intervenção sob responsabilidade de grupos ativistas. Apesar das dificuldades de aprovação de leis nacionais que garantissem tais direitos, os tribunais começavam a se mostrar, em diversos níveis, mais sensíveis a demandas específicas por direitos (Vianna; Lacerda, 2004), o que levaria ao reconhecimento, em 2011, pela suprema corte do país das relações afetivo-sexuais estabelecidas entre pessoas do mesmo

> sexo como sociedade conjugal. No campo científico, o conflito entre "construcionistas" e "essencialistas" se renovava a partir da divulgação de abordagens pós-estruturalistas de inspiração foucaultiana, como os chamados estudos *queer*, e de diferentes tentativas de articulação dos termos dessa oposição. (Carrara, 2016, pp. 20–21).

Em relação ao acrônimo LGBT, Facchini (2009) explica que seu uso é gradativamente estruturado pelo movimento social. Em 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, foi aprovado o uso de GLBT, incluindo oficialmente o "B" de bissexuais e inserindo o "T" para travestis, transexuais e transgêneros. No entanto, em 2008, após debates na Conferência Nacional GLBT, foi convencionado que o "L" viria na frente como forma de aumentar a visibilidade das lésbicas (Facchini, 2009).

É nesse período que se percebe o uso constante do termo homofobia para nomear atos de violência no jornalismo de referência. Borrillo (2010) explica que a palavra "homofobia" surgiu em 1971, a partir de um artigo produzido por K. T. Smith, no qual o autor buscava analisar os traços de personalidade da pessoa homofóbica.

No ano seguinte, G. Weinberg publicou *Society and the Healthy Homossexual* (em tradução livre, "Sociedade e o homossexual saudável"), no qual definia a homofobia como: "receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo" (Weinberg, 1972, como citado em Borrillo, 2010).

À época, Borrillo (2010) diz que houve debate a respeito do conceito e o uso do vocábulo foi questionado, com alternativas sendo apresentadas, como "homoerotofobia" ou "homossexofobia". Apesar diante do debate, foi termo homofobia que se proliferou socialmente.

O conceito de homofobia, desde então, foi refinado e envolve dois aspectos importantes:

> O termo "homofobia" designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. (Borrillo, 2010, p.22).

No Brasil, Leal e Carvalho (2012) são responsáveis por pesquisar como a homofobia reverberou na cobertura jornalística na primeira década do século XXI. Eles identificaram como a inserção do termo apareceu quantitativamente em seis mídias (dois jornais impressos, duas

revistas semanais e dois jornais televisivos) e notaram que, em 2007, ainda na fase de elaboração e testes da pesquisa, a palavra “homofobia” pouco aparecia no noticiário.

O baixo índice quantitativo voltou a ser registrado em 2008 com 146 textos em seis jornais no período de fevereiro e agosto. O que os autores chamam de “explosão do uso do termo” tem início quando jornais passam a noticiar matérias que denunciavam crimes homofóbicos e de relato dos esforços pelos direitos da comunidade LGBTQIA+ e o combate à homofobia.

Foi constatado que não apenas a palavra, mas o ato homofóbico, ganhou visibilidade como fenômeno social, sendo reconhecido como pauta da agenda midiática. Um exemplo é a cobertura da Folha de S.Paulo que, em 2008, utilizou o termo homofobia 50 vezes, número que saltou para 179 textos em 2010, entre 16 de fevereiro e 17 de agosto (Leal & Carvalho, 2012).

Isso mostra que, naquele ano, apenas a Folha de S.Paulo fez uso mais frequente do termo que todo o conjunto de jornais pesquisados em 2008. Foi identificada a construção de um comprometimento dos jornais com o tema à medida que uma rede discursiva foi constituída formada pelo STF, a população LGBTQI+ e a defesa de temas como união homoafetiva, combate a homofobia, reconhecimento de direitos civis, dentre outros (Leal & Carvalho, 2012).

Os pesquisadores identificaram que a partir de 2010 o quantitativo de aparecimento do termo começa a ser mais considerável nos jornais, como será visto na análise seguinte, em 2019. Essa disseminação trouxe implicações relevantes tanto para visibilidade da homofobia na agenda política e social como para o modo como os jornais elaboram seus enquadramentos sobre o tema (Leal & Carvalho, 2012).

Conforme Leal e Carvalho (2012), a disseminação do termo homofobia revela o comprometimento das mídias jornalísticas com o tema e asseguram maior noticiabilidade sobre o assunto a partir de um termo que passa a nomear determinados acontecimentos e situações.

A primeira década do século XXI é marcada pelo que Soares (2019) considera como "deslocamento significativo nos sentidos" estabelecido entre a comunidade LGBTQIA+ e os meios de comunicação.

> Na primeira década do século XXI, a homossexualidade não é apenas masculina como na década de 1980. Há espaço para a travesti longe das páginas policiais, para o sujeito trans, para a lésbica. Fala-se sobre preconceito, sobre adoção, sobre o casamento, sobre o amor. Nesses mesmos meios de comunicação, os espaços reservados para se falar sobre sexualidade migraram de 'Ciência/Saúde' para 'Comportamento, Gente, Sociedade, Brasil'. E esses deslocamentos são significativos porque colocam a sexualidade\o sujeito em um outro lugar discursivo, criando em torno deles outros sítios de significância. (Soares, 2019, p.244).

O novo século marca não apenas a entrada de novos protagonistas nas notícias, como travestis e mulheres trans, como aplica aos jornalistas o desafio de lidar com novas palavras que surgem para nomear as relações sociais do universo LGBTQIA+. Soares (2019, p.244) revela algumas que servem de parâmetro desse cenário: "homolesbotransfobia, homocultura, homoerotismo, homoafetividade, homocausto, homoerotização, homoadoção, parceria civil, casamento entre pessoas do mesmo sexo, beijo gay, orgulho gay".

5.7.6 Década de 2010

Por fim, em junho de 2019, foram encontradas 47 possibilidades de nomeação. As dez mais recorrentes foram: gay (25%), LGBT (23%), homossexual (9%), LGBTI (7%), trans (6%), transexual (6%), travesti (3%), lésbica (3%), transgênero (3%) e bissexual (2%).

Em uma análise recente do movimento LGBTQIA+ e sua mobilização por meio do engajamento em redes sociais, Bulgarelli (2018) explicou que elaborações teóricas na atualidade foram responsáveis pela inserção social de designações como "sem gênero", "queer", dentre outras até então desconhecidas do grande público.

Ele explica que movimentos sociais ligados ao feminismo e à causa LGBTQIA+ são responsáveis por desenvolver conceitos e categorias que culminam em expressões que, gradativamente, são inseridas na sociedade. Essa produção de vocabulário passa a ser reproduzida por meio de atores sociais como historiadores, antropólogos, sociólogos,

filósofos, psicólogos, advogados, gestores públicos, educadores e ativistas (Bulgarelli, 2018).

Apesar de Bulgarelli (2018) não incluir jornalistas nessa relação de atores sociais, é evidente que esse vocabulário insere possibilidades às alternativas lexicais na produção da notícia, ainda mais quando as demandas políticas dessa parcela da população se tornam pautas em uma arena de disputa com setores conservadores da sociedade.

Simultaneamente, são os atores sociais elencados por Bulgarelli (2018) que se tornam fontes em notícias ou articulistas em textos opinativos. O autor sinaliza que esse vocabulário é apropriado até mesmo por forças de oposição, como pastores evangélicos, parlamentares da ala conservadora e militantes liberais afinados com um modelo tradicional de sociedade.

Bulgarelli (2018) pondera que, na atualidade, os modos de pensar e nomear o outro e a si próprio têm sido delimitados a partir de categorias e acontece de modo simultâneo à necessidade de mudanças de comportamento em relação as demandas de sexualidade e gênero.

No caso da nomeação do crime, ao contrário da década anterior, quando o termo "homofobia" começava a ser disseminado nas notícias, em 2019 o cenário é de conflito mais acirrado. Se a primeira década do século XXI foi marcada por avanços na pauta LGBTQI+, os anos 2010 – 2019 são lembrados pela ascensão do conservadorismo e do fundamentalismo religioso no Brasil.

Uma figura importante emerge nesse cenário em 2011: o então deputado Jair Bolsonaro, que passa a ser projetado nacionalmente nos jornais de referência ao nomear o Kit Escola sem Homofobia de "kit gay", dando início a uma série de tensionamentos políticos que levaram à suspensão da divulgação do material educativo (Mello et al., 2012; Facchini & Rodrigues, 2018; Bulgarelli, 2018).

Pesquisas como as de Pamplona (2012), Leite (2014) e Bulgarelli (2018) mostram como Bolsonaro se tornou o propagador número um do "kit gay", seja em pronunciamentos oficiais na Câmara dos Deputados ou na imprensa, e colaborou para consolidação de uma onda conservadora

entre parlamentares que acirraram o discurso contrário à pauta LGBTQIA+.

> O deputado federal Jair Bolsonaro (PP/RJ) foi peça chave nesse contexto, tornando-se o primeiro "inimigo público" do projeto, reiterando em diversas manifestações públicas e à mídia que o material estimulava a "promiscuidade" e ao "homossexualismo". Enquanto o deputado movimentava-se na Comissão de Direitos Humanos posicionando-se contrário ao material, o MEC respondia as suas acusações informando que o material seria para Ensino Médio. Bolsonaro elaborou um material para ampla distribuição onde cita o Plano LGBT e o Escola sem Homofobia como ações do governo para incitar a homossexualidade a crianças de 7 anos de idade. (Bulgarelli, 2018, p.474).

Folha de S.Paulo, Estado de S.Paulo e o Globo publicaram inúmeras notícias utilizando a designação "kit gay", termo utilizado até os dias atuais e que serviu de bandeira durante a campanha presidencial de 2018, quando Jair Bolsonaro venceu as eleições e assumiu a presidência da República para o mandato de 2019–2022.

Fernandes (2011), em uma análise sobre as políticas de combate à homofobia implementadas pelo Ministério da Educação entre 2003 e 2010, nas duas gestões de Lula, pondera que maio de 2011 se tornou emblemático para a história desse período.

Na primeira semana de maio, o STF reconheceu a união estável de casais homoafetivos. O casamento se tornava, então, uma realidade possível. Em contrapartida, na última semana do mesmo mês, Dilma Rousseff vetou o Kit de Combate à Homofobia e utilizou uma frase emblemática: "O governo não fará propaganda de opção sexual".

À época, Fernandes (2011) conta que a presidente agiu de modo a desqualificar a política editorial do MEC ao afirmar que questões ligadas às pautas dos "costumes" deveriam ser aprovadas pela Presidência da República. Isso causou descontentamentos da militância LGBTQIA+ com um governo que, na década passada, havia avançado no diálogo com esse grupo social.

Em 2013, novos tensionamento com o movimento LGBTQIA+, que esteve à frente dos protestos por conta da indicação do deputado Marco Feliciano à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados[85]. No mesmo ano, foi preciso amplo debate até ser derrubado o projeto nomeado como "cura gay", que determinava o fim da proibição,

[85] http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/03/manifestantes-fazem-ato-contra-deputado-marco-feliciano-em-sp.html

pelo Conselho Federal de Psicologia, de tratamentos para reverter a homossexualidade[86].

Nos anos seguintes, em contrapartida, houve conquistas, como a aprovação da adoção de crianças por casais homoafetivos[87] e a aplicação de cotas às pessoas transexuais em algumas universidades públicas[88]. Foram também ampliados os debates associados à comunidade trans, como o atendimento oferecido na rede pública de saúde[89] e a participação em competições profissionais de esportes[90].

Em 2019, período de coleta do *corpus* desta tese, houve ainda a decisão do STF de equiparar homofobia e transfobia ao crime de racismo. Tudo isso com ampla cobertura dos jornais de referência. Essas pautas, ao ganharem projeção nos jornais, aconteceram simultaneamente ao aparecimento de pessoas LGBTQIA+ que se tornam influentes em redes sociais, como artistas e digital influencer.

O ciberativismo, as cantoras drag queens, artistas transgênero, comunicadores em canais de humor e militância nas redes sociais, dentre outros sujeitos, alimentam um fenômeno que chegou no jornalismo não apenas como pauta, mas como inserção de um novo vocabulário que aponta para novos nomes aos sujeitos envolvidos nessas demandas.

Na década de 1990, Fejes e Petrich (1993) mostraram que a imprensa era significante no desenvolvimento das comunidades LGBTQIA+[91]. Como afirmam os autores: "é uma comunidade que está conscientemente envolvida na criação de sua própria identidade e propósito"[92] (p.397). Duas décadas depois, a imprensa se consolida nesse papel apontado pelos autores, mas não aparece mais como único meio de alcançar as

[86] https://oglobo.globo.com/brasil/comissao-de-feliciano-aprova-projeto-que-permite-cura-gay-8732339

[87] https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,stf-reconhece-uniao-homoafetiva-por-unanimidade,715492

[88]https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,universidade-baiana-tera-cotas-para-trans-quilombolas-e-ciganos,70002427679

[89]https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/conselho-de-medicina-quer-reduzir-idade-minima-para-cirurgias-de-mudanca-de-sexo.html

[90]https://esportes.estadao.com.br/noticias/volei,projeto-de-lei-que-limita-atletas-trans-no-esporte-avanca-na-assembleia-legislativa-de-sp,70003079318

[91] Ao longo de sua obra, Fred Fejes (1993; 2000; 2008) utiliza gays e lésbicas como referentes. Nesta pesquisa, para não contribuir com o histórico apagamento das identidades, optamos por utilizar LGBTQIA+ mesmo nas suas referências.

[92] No original: "a community that is consciously involved in creating its own identity and purpose".

grandes multidões. Na segunda década do século XXI, as redes sociais são os pontos cruciais da visibilidade

Assim, o fluxo de visibilidade entre jornais e redes sociais se tornou uma potência para proliferar as pautas ligadas à sexualidade e gênero. Muitas são estranhas ao pensamento heterossexual dominante e, por isso, as lutas giram cada vez mais em torno da afirmação de uma visibilidade positiva na mídia hegemônica, sem perder de vista a importância dos meios de comunicação especializados. Com as devidas diferenças proporcionadas pelo fator tempo, essa mesma premissa da visibilidade positiva era apontada por Fejes e Petrich desde a década de 1990.

Nesse sentido, é importante ressaltar outro aspecto político decisivo à manutenção dessa agenda nas páginas dos jornais: o fortalecimento do pensamento conservador que, de certa forma, contribuiu para a perpetuação dessa temática no noticiário.

Como explica Pinheiro-Machado (2019), a história recente do Brasil é marcada pelo retorno da extrema direita que começou a dar sinais de força com as Jornadas de Junho, em 2013[93], mas que firmou seu desejo de ampliar a presença no campo político a partir de 2014, ano simbólico diante das eleições de Celso Russomanno (PRB) e do pastor Marco Feliciano (PSC) como deputados mais votados em São Paulo.

Nessa mesma eleição, Jair Bolsonaro (PP) obteve a maior quantidade de votos no Rio de Janeiro, enquanto no Rio Grande do Sul o mais votado foi Luis Carlos Heinze (PP), projetado na mídia hegemônica depois de declarar que quilombolas, índios, gays e lésbicas são "tudo o que não presta"[94].

[93] As Jornadas de Junho, em 2013, são uma série de manifestações que começaram em São Paulo e se espalharam por diversas cidades do país. A pauta inicial de reivindicação era a redução das tarifas de transporte coletivos que aumentaram R$ 0,20 em São Paulo. Com o bordão "não é por vinte centavos", o movimento ganhou tamanha proporção que todos os manifestantes se sentiam livres para reivindicar sua insatisfação, seja com o sistema político ou com os rumos sociais e políticos do país. Como explica Ferraz (2019), a multiplicidade de pautas criou uma lista difusa de reivindicações. Eram pedidos de melhorias na saúde, educação e transporte público, bem como o pedido de fim da corrupção e críticas aos gastos volumosos com o custeio da Copa do Mundo de 2014. Na época, surgiram os *black blocks*, pessoas encapuzadas que depredavam o patrimônio público e as agências bancárias, gerando clima de tensão e insegurança nas manifestações. Algumas pessoas, inclusive, chegaram a ir às ruas pedindo intervenção militar no governo brasileiro. Em contrapartida, as Jornadas de Junho marcam também uma onda de engajamento em grupos estudantis, em coletivos sociais e nos ativismos feminista, negro e LGBTQI+. Como defende Pinheiro-Machado (2019), os protestos de 2013 provocaram "ao mesmo tempo cisão e coesão do tecido social".
[94] Fonte: https://oglobo.globo.com/brasil/deputado-diz-que-indios-quilombolas-gays-lesbicas-sao-tudo-que-nao-presta-11585251

Junte-se a esse processo à ocupação de espaços nos próprios veículos de comunicação, que, a partir dos anos 2000, começaram a visibilizar sujeitos liberais na economia e conservadores nos costumes, como é o caso de Reinaldo Azevedo, na revista Veja, e Rodrigo Constantino, que passou pela Veja e Gazeta do Povo (Pinheiro-Machado, 2019).

> O ano de 2014 foi muito importante para entender a extrema-direita que saía do armário. Até aquele momento, diversas pessoas tinham vergonha de se dizer de direita. Desde então, elas têm orgulho. Foi em 2014 que o Brasil elegeu uma das bancadas mais conservadoras de sua história, em uma eleição já marcada por profundo ódio destilado contra os nordestinos. (Pinheiro-Machado, 2019, p.71).

Os anos seguintes, 2015 e 2016, entraram para a história como palcos de uma série de protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff, que iniciava seu segundo mandato. Afastada do cargo, deu lugar a seu vice, Michel Temer, que esteve na Presidência até 2017, quando o atual presidente Jair Bolsonaro assumiu o Executivo nacional. Ao longo desse período, o pensamento conservador e de ataque às pautas LGBTQIA+ se mantiveram nos jornais, como em setembro de 2017, quando a exposição *Queer Museum* foi cancelada em São Paulo[95].

No mesmo ano, a filósofa Judith Butler, um dos principais nomes ligados aos estudos de sexualidade e gênero no mundo, foi hostilizada em um aeroporto em São Paulo[96]. Além disso, os próprios comentários homofóbicos e contrários à causa LGBTQIA+ se tornaram constantes nos jornais como ferramenta política de Jair Bolsonaro e seus aliados.

Quando o STF, em 2019, enquadrou a homofobia e a transfobia como crimes de racismo, a reação de Bolsonaro foi: "Prejudica o próprio homossexual essa decisão. Os homossexuais, agora, alguém vai dar um emprego? Vai pensar duas vezes antes: 'se der um problema aqui dentro? Ele me acusa disso ou daquilo, o que que vai acontecer, como que fica a minha empresa?'"[97].

Portanto, a pluralidade na nomeação da comunidade LGBTQIA+ nos jornais de referência cresceu na mesma tendência em que a própria agenda dessa parcela da população ganhou espaço e se tornou alvo de

[95] https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,exposicao-sobre-diversidade-sexual-e-cancelada-apos-repercussao-negativa,70001983960

[96] https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,judith-butler-e-agredida-ao-embarcar-no-aeroporto-de-congonhas,70002079863

[97] https://oglobo.globo.com/sociedade/decisao-do-stf-contra-homofobia-pode-afetar-empregos-de-homossexuaisdiz-bolsonaro-23740203

ataques. Os modos de tratamento oferecidos pelos jornais mostraram que, nas notícias, houve preocupação em utilizar nomeações sugeridas pelos agentes protagonistas e respeitar as identidades.

6 Considerações finais

O projeto de pesquisa que culminou com esta tese foi elaborado no final de 2016. À época, a pergunta central era: como a comunidade LGBTQIA+ foi nomeada no jornalismo ao longo das últimas cinco décadas?

Pensávamos a revolta de Stonewall como marco importante para projetar o papel do jornalismo nessa "sopa de letrinhas", expressão mencionada por Facchini (2002) e que retrata como é difícil para jornalistas lidar com novas nomenclaturas e conceitos que surgem na área da sexualidade e gênero e são operacionalizados por meio de uma sigla que aumenta de tempos em tempos.

No entanto, no decorrer da pesquisa, o fenômeno se mostrou mais forte que o objeto. Não adiantava centralizar o olhar nas questões ligadas à nomeação da comunidade LGBTQIA+ sem pensar que, antes de qualquer debate, a nomeação é um fenômeno da linguagem, é uma ação destinada a dar a conhecer a respeito dos objetos do mundo, sejam eles humanos ou não, seres vivos ou inanimado, objetos concretos ou sentimentos abstratos. Tudo precisa ser nomeado.

Se o jornalismo é uma forma de conhecimento, mais precisamente uma forma de dar a conhecer acerca de determinada realidade, a nomeação torna-se um fundamento do jornalismo. Noticiar algo, reportar determinado fato, envolve selecionar palavras possíveis e escolher aquelas que, durante o trabalho do jornalista, são identificadas como adequadas para nomear o objeto do discurso.

Seja por razões pessoais ou por determinações organizacionais, jornalistas sempre se deparam com a encruzilhada da nomeação. A queda de Dilma Rousseff deve ser nomeada de "golpe" ou "impeachment"? A ação do Movimento Sem-Terra deve ser nomeada de "invasão" ou "ocupação"? A vítima assassinada por seguranças do Carrefour deve ser nomeada como "homem negro" ou "homem preto"? Por que não nomeá-lo com o seu nome próprio?

Em quais circunstâncias o ato de violência deve ser nomeado de "crime de homofobia"? Quais implicações são percebidas quando um presidente da república nomeia a covid-19 de "gripezinha"? Quais

estigmas sociais recaem em pessoas nomeadas como “refugiadas” ou “imigrantes”?

Todas as palavras acima colocadas entre aspas mostram que a nomeação é, acima de tudo, uma arena de disputa. Ela vai além da precisão dos nomes próprios e recai na produção de possibilidades interpretativas relacionadas ao que se torna notícia. É nesse ponto que a nomeação se torna fundamento do jornalismo: quando passa a ser ferramenta do saber para determinada referenciação da realidade.

No jornalismo, a nomeação é estrategicamente selecionada e aplicada em pontos específicos da notícia a depender do seu grau de tensionamento. Do lead ao título, da legenda ao último parágrafo, as nomeações são inseridas no discurso jornalístico como palavras reveladoras de determinada existência.

Nomear a vítima de “homem negro” foi o modo que jornais encontraram para elaborar manchetes após a morte do cliente do Carrefour em novembro de 2020. Nomeá-lo desse modo na posição de maior destaque no jornal foi uma seleção entre tantas possibilidades. Ao nome próprio (João Alberto Silveira Freitas), foi dedicado outro espaço da notícia que não a manchete.

Nesta pesquisa, defendemos a nomeação não como finalidade, função ou valor do jornalismo, e sim, como fundamento, razão de ser. A notícia existe para dar a conhecer por meio da linguagem, e esse conhecimento só é possível quando determinadas palavras são utilizadas como nomes capazes de gerar reconhecimento em relação aos referentes.

O jornalismo tem um modo específico de lidar com a nomeação à medida que seleciona, hierarquiza e determina os locais do discurso que devem abrigar determinados nomes. Além disso, as nomeações no jornalismo são diretamente influenciadas por outros campos do saber que dialogam com o campo jornalístico. Fontes de informação, autores de textos opinativos e produtores de conteúdo são agentes de reforço para o uso de determinados termos em detrimento de outros.

Entendemos a partir de Foucault (2014) que tudo aquilo que é nomeado se torna um objeto do discurso. Esse objeto não aparece de modo aleatório, ele é socialmente construído em diferentes campos de

saber e poder que fomentam as interpretações possíveis relacionadas a esse objeto. Desse modo, enquanto objeto de discurso, o sujeito LGBTQIA+ é nomeado em um contexto de aparecimento que leva em consideração as construções sociais de determinada época.

Como explica Foucault (2014), os objetos do discurso são elaborados a partir de relações que envolvem instituições, processos econômicos e sociais, padrões morais e de comportamento, modos de caracterização, dentre outros aspectos. Assim, a nomeação no jornalismo não pode ser pensada sem levar em consideração sua interlocução com outros campos, como por exemplo, o jurídico, o da saúde e da política partidária.

Jornais sempre nomearam por meio de alternativas lexicais que vão além do nome, seja pelo marcador social, pela posição social ou qualquer outra base de interação estabelecida socialmente. Analisar esse processo historicamente possibilitou um olhar diacrônico e alinhado com diferentes campos sociais presentes nas notícias por meio das fontes ou de textos opinativos que validam determinado ponto de vista a partir da materialidade do jornal.

Em 1969, quando jornais de referência traziam pouco conteúdo com pessoas da comunidade LGBTQIA+, apenas duas nomeações foram encontradas (“homossexual” e “travesti”). Ao mesmo tempo, o termo “homossexualismo” se apresentou como predominante em relação ao então inexistente vocábulo “homossexualidade”, em reforço à noção de doença historicamente atribuída às sexualidades não vinculadas à norma heterossexual.

Em 1979, quando é registrado pouco mais que o dobro de notícias em relação a 1969, encontra-se uma pequena ampliação nas possibilidades de identificar os sujeitos: “homossexual”, “gay”, “efeminado”, “afeminado”, “travestido” e “masculina”. Foi verificado em 1979 como a nomeação apresentou maior variedade nos textos opinativos.

Modos de nomear como “criatura”, “sapatão” e “minoria” aparecem na pesquisa de 1979 como típicos dos textos opinativos, seja em artigo, coluna ou crítica. Tanto na notícia como no opinativo há predominância

das nomeações “homossexual” e “gay”. E inseridas nessa produção discursiva estão fontes que validam o sujeito como um objeto de discurso passível de classificação como anormal.

É importante lembrar que, nos dois períodos (1969 e 1979), estamos em um contexto de Brasil governando por militares. Acrescente-se a isso o fato de jornais de referência pesquisados apresentarem linha editorial conformada à sociedade conservadora (além de terem apoiado a implantação do regime militar em 1964). São jornais que não tinham uma postura de subversão da ordem vigente e questionamento dos padrões morais e sexuais impostos socialmente.

Essa reflexão é ancorada no fato de que o discurso jornalístico é, ante de tudo, uma produção que reflete determinado contexto social. Na comparação com esses dois períodos foi possível identificar como a prática jornalística da nomeação oscila em diferentes momentos da história. Se em 1969 havia o silêncio, o não aparecimento dos sujeitos a não ser em contexto de violência ou artístico, em 1979 há uma visibilidade em posições de relevância nas páginas.

O vocábulo “homossexual” aparece em leads e se repete tantos no discurso direto como indireto, enquanto “gay” é inserido em intertítulo, legenda e lead. A sexualidade segue, majoritariamente, sendo indicada como “homossexualismo”.

O conteúdo coletado nas primeiras duas décadas serviu para evidenciar como a nomeação funciona como rótulo para anormalidade e, ao mesmo tempo, reforça a importância de lutas sociais. Como fenômeno da linguagem, a prática jornalística da nomeação faz parte das arenas de disputa travadas entre diferentes interesses sociais que formam uma notícia.

Por exemplo, enquanto algumas notícias se referiam a “gays” ou “homossexuais” em contextos negativos e associados à anormalidade, outras reforçavam as presenças em pautas ligadas à luta por direitos e reconhecimento. Títulos como “greve dos homossexuais” e “Manifestação reúne cem mil homossexuais em Nova York”, ambos de 1979, revelam como essa fatia da população inseriu a aparição midiática em suas pautas. Se precisavam ser midiatizados, era necessário que tivessem um nome.

A força da prática jornalística da nomeação foi intensificada com a análise do material coletado em 1989. Se comparado com 1979, houve aumento de 271% no número de notícias encontradas. Dessa vez, associadas às nomeações convencionais como “homossexual” e “gay”, estavam vocábulos como “aidético”, “infectado”, “doente”, “grupo de risco” e “soropositivo”.

Nomear, nesse caso, reforçava estigmas sociais ligados a uma doença que, na época, chegou a ser chamada pela própria imprensa de “câncer gay”. Títulos como “Presença de aidéticos mostra nova tendência”, “Vacina reativa as defesas de aidéticos” e “Mais de 700 mil gays defendem seus direitos”, todos ligados ao HIV, mostram a decisão política dos jornais de nomear sujeitos por meio do estigma.

A nomeação é uma responsabilidade do fazer jornalístico a partir do momento em que a escolha da palavra é concretizada na notícia. Toda nomeação parte de um conhecimento compartilhado, escolhe-se nas possibilidades lexicais aquele signo facilmente compreendido. Logo, associar a aids à homossexualidade foi um processo socialmente construído e evidenciado pelo discurso.

Entre as dez nomeações com maior IRC no conteúdo total de 1989 (notícia e opinativo), sete são ligadas ao HIV. Nesse sentido, o discurso das fontes aparece de modo estratégico. Seja com o médico que cita o vocábulo “aidético” ou o pesquisador que faz uso do termo “grupo de risco”, o jornalista encontra respaldo de outro campo social para construir seu discurso a partir dessas referências. Seu desafio será encontrar o ponto da notícia em que a nomeação deve ser aplicada, como no título, lead ou apenas no decorrer da notícia.

Quando olhamos para 1999, a quantidade de notícias foi a mesma que em 1989. Porém, as nomeações aplicadas estavam em outros contextos. Títulos como “Gays ganham espaço na TV”, “Tribunal reconhece união entre lésbicas no Rio Grande do Sul” e “EUA têm 1º embaixador homossexual”, ajudam a visualizar como o discurso do jornalismo se afasta do estigma da doença e se aproxima do reconhecimento dos direitos e da visibilidade dessa população.

Os vocábulos “gay”, “homossexual” e “lésbica” são os mais recorrentes no período. Juntos, somam 67% do IRC total (informativo e opinativo) de todo o período. Quando analisadas as nomeações em dois grupos separados pela modalidade informativa e opinativa, observa-se que seis entre dez nomeações com IRC a partir de 2% são compartilhadas entre os dois tipos de conteúdo (ver apêndice)

As palavras nomeadoras “gay”, “homossexual” e “lésbica” aparecem como as três com maior IRC em todos os cenários investigados. Doze possibilidades de nomeações foram encontradas, duas delas somam 76% do IRC total (informativo e opinativo) do período: homossexualismo (53%) e homossexualidade (23%).

Outras nomeações menos recorrentes mostram como a variação lexical está presente na identificação da sexualidade não heterossexual, como “sexualidade transgressora”, “travestismo”, “amizade colorida” e “ambiguidade sexual”.

Nesse período, são disseminadas pelos meios de comunicação as siglas como GLS, GLTS, GLT e GLBT, dando início a um fluxo de nomeações que identificam não apenas sujeitos, mas um grupo social complexo e heterogêneo por meio de diferentes acrônimos. A análise de 1999 revela a ampliação na possibilidade de nomeação até então inexistentes nas décadas anteriores, como “drag queen” e “transexualismo”.

Há ainda, se comparada às décadas anteriores, a proliferação do vocábulo “gay” não apenas para nomear sujeitos, mas na função de qualificador de objetos tangíveis ou intangíveis e para compor nomes próprios de eventos e datas celebrativas, como Parada Gay ou Dia do Orgulho Gay.

Em 2009, tem início o aumento significativo de conteúdo encontrado e, como consequência, as possibilidades de nomeação são intensificadas. O mês de junho, por conta da realização da Parada do Orgulho LGBT, tornou-se um período de ampla cobertura pautada na diversidade e os jornais investem em notícias cujo foco é não somente o evento em si, mas, acima de tudo, as pautas ligadas ao combate à homofobia e outras demandas do movimento social.

Alguns exemplos são os títulos “Sem trios de boates, política avança na Parada Gay de SP”, “Obama estende benefícios a parceiro gay de funcionário” e “Primeiro hotel de SP só para gays abre as portas”. Quando analisadas as nomeações em dois grupos separados pela modalidade informativa e opinativa, observa-se que oito entre 10 nomeações mais recorrentes são compartilhadas em ambas. As palavras nomeadoras “gay”, “homossexual” e “LGBT” aparecem como as três de maior IRC em todos os cenários investigados.

Outro ponto importante é que, no conteúdo de 2009, foi possível observar como o jornalismo passou a nomear a violência de modo mais específico. Ao longo da década de 90, o vocábulo “homofobia” foi, gradativamente, inserido entre as possibilidades lexicais dos jornalistas acionados por ativistas e movimentos sociais que denunciam a violência em sua especificidade.

O resultado desse investimento é que, em 2009, foi possível identificar regularidade no uso do termo. Esse processo nos ajuda a pensar como a prática jornalística da nomeação resulta de um processo gradativo e exógeno: tem início em determinada instância da sociedade e, em seguida, reverbera nos jornais. Determinadas nomeações são trazidas de outros campos sociais e inseridas como objeto de discurso no jornalismo.

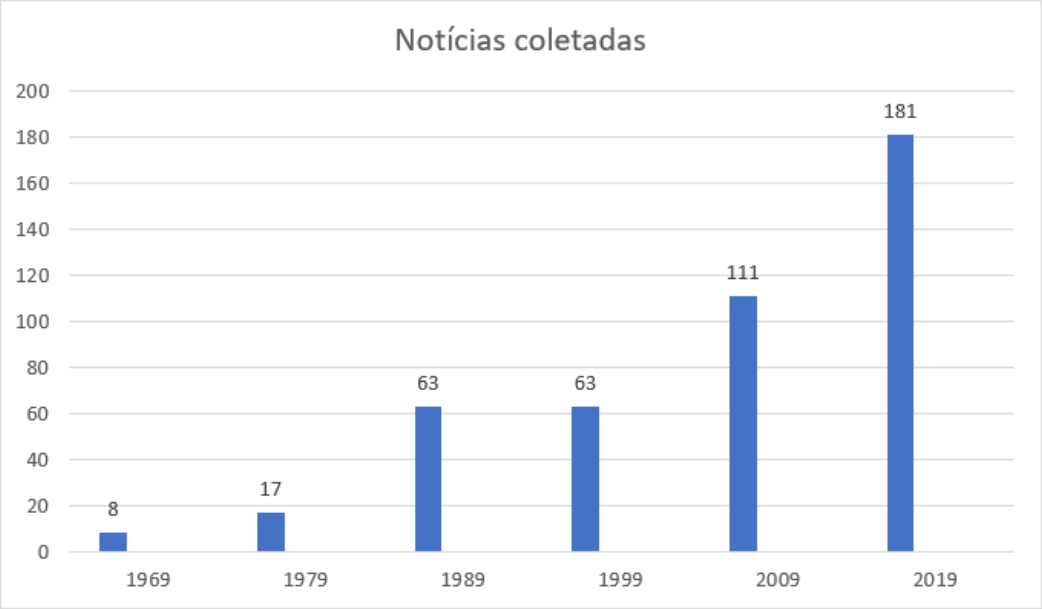
A atividade nas redações e as rotinas produtivas compartilhadas levam jornalistas a atuarem em uma espécie de comunidade que compartilha valores e práticas, o que pode ser considerado como uma comunidade interpretativa (Zelizer, 1993, 2010). Assim, as inserções de novas possibilidades de nomeação tendem a ganhar força à medida que mais jornalistas aderem ao uso das palavras.

Nomear o crime como “homofobia” ou rotular o criminoso como “homofóbico”, e não mais citar o ato de violência com possibilidades lexicais generalistas, é um fazer compartilhado gradativamente e inserido na prática profissional. Torna-se algo compartilhado no campo jornalístico.

Por fim, foi identificado o maior volume de conteúdo encontrado no último período da pesquisa, em 2019. Se compararmos com o primeiro

ano de análise, podemos afirmar que houve aumento de 2.163% na quantidade de notícias encontradas entre 1969 e 2019, como pode ser conferido no gráfico a seguir.

Gráfico 13 – Notícias coletadas



O ciclo final da análise é marcado por notícias que colocam a diversidade no centro das arenas de disputas políticas, como pode ser exemplificado nos seguintes títulos: “Bolsonaro critica STF por julgar homofobia”, “Em SP, 40% já sofreram ou viram preconceito contra LGBT”, “Crítica a Bolsonaro dá o tom na Parada Gay”, “Gays e negros avançam na carreira e buscam tornar mercado inclusivo” e “Em SP, Polícia Civil faz curso contra homofobia”.

As possibilidades de nomeação foram amplamente alteradas. Novas siglas surgiram, como LGBTQIA+, além de termos que exigiam a devida explicação para o grande público, como “não binário”, “transgênero”, “pansexual”, “poc” e “bofinha”. O conteúdo de 2019 foi instigante para pensarmos a prática jornalística da nomeação como algo inerente a função de informar.

No macro universo lexical, alguns dados chamam atenção. O primeiro deles é a variação de siglas nos textos. Foram localizados oitos modos de identificar esses atores sociais: LGBT, LGBTI, LGBTQ, LGBTQI, LGBTQIA, LGBTT, GLBTA, LGBTTQ. Apesar de o formato básico L + G + B

+ T ser predominante (23% do IRC total), a variedade mostra que ainda não há consenso em qual deve ser o acrônimo utilizado na identificação.

Reconhecendo que a função básica das siglas é abreviar uma sequência de palavras, no caso da LGBTQI+, há forte representação identitária em cada letra.

Ainda assim, o termo "gay" predomina em relação as demais. Lésbica, por exemplo, apresenta apenas 3% de IRC, bissexual 2% e o "T", que reúne travestis e transexuais, soma 16% quando todos os três usos são calculados de forma unificada. Já os termos *queer* e intersexual possuem menos de 1%, cada.

Esses números sugerem que o vocábulo "gay", em determinados contextos, segue em uso para representar toda a comunidade, como acontece, por exemplo, quando se nomeia um evento de Parada Gay ou invés de Parada LGBT.

Outro dado relevante é a aparição de palavras que são introduzidas no jornalismo em um formato reduzido. A pessoa transexual, por exemplo, tem sido localizada em alguns textos apenas como "trans". Nos indicadores do IRC, "trans" e "transexual" aparecem com 6%, cada, o que representa uma equivalência de uso.

Foi relevante a localização de termos que, no passado, foram considerados agressivos e preconceituosos, mas que aparecem em 2019 não necessariamente em um contexto negativo. Eles são revelados em 2% do IRC composto por designações localizadas apenas uma vez, como "bofinha", "mulherzinha", "traveco", "viadinho" e "viado".

São elementos diluídos na composição textual, geralmente sem destaque em títulos ou no lead, mas que costumam ser utilizados em contextos de luta por direitos como exemplos de agressões ou na ressignificação das palavras em sujeitos que reivindicam positivamente suas identidades em termos como "bicha" ou "sapatão".

Entre a variedade da sigla, o predomínio da palavra gay e novas designações ainda não compreendidas por parte do público, como "não binário" e "pansexual", a lista de palavras nomeadoras apresenta uma variedade lexical significante em 2019.

Um segundo momento foi a investigação da possível diferença nos modos de designar os sujeitos entre os textos informativos e opinativos. Observamos que há pouca alteração no IRC entre os dois campos discursivos. As seis palavras com maior índice de recorrência são as mesmas nas duas áreas, com pequenas alterações no percentual de aparição.

Duas designações de cada modalidade não são compartilhadas nas listas de dez mais frequentes, porém, no ranking geral de IRC, não apresentam distanciamento expressivo. O termo travesti, por exemplo, que aparece apenas na lista da primeira categoria, possui 3% de IRC no informativo, enquanto no opinativo aparece com 2%.

Como pode ser verificado nos índices, as nomeações gay e LGBT são as mais significativas em 2019. Juntas, acumulam quase metade (48%) do IRC do *corpus*. No caso da palavra gay, nos três jornais seu aparecimento está localizado em primeiro ou segundo lugar no índice de repetição, seja no *corpus* opinativo ou informativo.

Em contrapartida, a sigla LGBT é identificada sempre entre as duas primeiras posições nos jornais Folha de S.Paulo e Estado de S.Paulo, mas uma variação para "LGBTI" muda a relação no jornal O Globo. É importante ressaltar que, apesar de parecer uma simples diferença com a inserção de uma letra, o "I" na sigla se refere ao sujeito intersexual[98].

Foi observado que, em muitos casos, o jornalista não apenas nomeia como precisa explicar o sentido por trás da nomeação escolhida. Essa explicação se dá, em alguns momentos, pela simples contextualização da notícia. O dar a conhecer a respeito de um objeto de discurso nomeado pode acontecer por meio do discurso direto, quando o profissional assume ser detentor de determinado saber compartilhado, ou com o suporte de fontes de informações inseridas no discurso direto ou indireto como fornecedoras de explicações.

Assim, não basta nomear na notícia que um sujeito é "não binário". É evidenciada a necessidade de explicar e, muitas vezes, exemplificar com

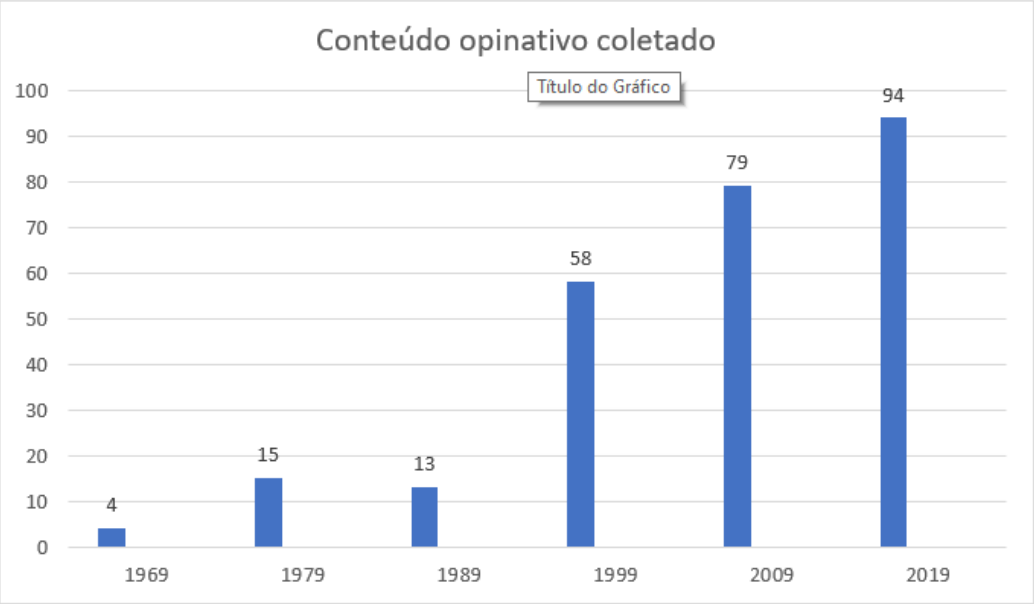
[98] A pessoa intersexual é aquela que nasce com uma variedade de condições (de caráter genético e/ou somáticas) que a leva a ter uma anatomia reprodutiva e sexual fora dos padrões estabelecidos às definições típicas do feminino ou do masculino. A intersexualidade, no passado, costumava servir de condição para que o sujeito fosse nomeado como hermafrodita, termo considerado hoje desatualizado e depreciativo (Reis, 2018). O grupo social formado por pessoas intersexuais tem lutado por suas próprias pautas dentro do movimento LGBTQIA+ e reivindica aparição não apenas na sigla, mas também, em debates sociais e políticas públicas que minimizem o cenário de preconceito e ignorância em torno do ser intersexual.

vozes autorizadas, sejam especialistas ou pessoas que se reconhecem dessa forma. A prática jornalística da nomeação, nesse sentido, dialoga com saberes que chegam ao jornalista de outros campos sociais e são organizados discursivamente em seu produto, a notícia.

Outro aspecto relevante é pensar os textos opinativos como pontos que ampliam a complexidade da prática jornalística da nomeação. Ao longo da pesquisa, foi notado um crescimento gradativo na quantidade de conteúdo opinativo coletado, principalmente nas três últimas décadas, e os nomes no opinativo, em alguma medida, estão sempre entre as possibilidades lexicais na construção da notícia.

De 2019 para 1969 houve crescimento de 2.250% na quantidade de conteúdo coletado como gênero opinativo, como ilustrado no gráfico a seguir. São artigos, críticas, colunas, cartas de leitores e editoriais que nomeavam a partir de vocábulos associados à comunidade LGBTQIA+.

Gráfico 14 – Conteúdo opinativo coletado



Se, por um lado, colunistas, articulistas e leitores, costumavam utilizar nomeações compartilhadas pelos jornalistas nas notícias, de modo simultâneo foram identificados termos que aparecem apenas no opinativo, como citados anteriormente, e que revelam como a expressão opinativa é um ponto de influência à construção da informação. O termo

“homofobia”, por exemplo, aparece inicialmente em colunas nas décadas de 1999 para somente em 2009 ser verificado massivamente nas notícias.

Jornalistas são atingidos pelos conteúdos opinativos que circulam, especialmente, nos próprios jornais onde trabalham. Quando um colunista ou articulista defende o uso do artigo feminino para se referir “a travesti”, ou quando esses mesmos atores sociais produzem conteúdo reforçando como a homofobia é algo estrutural na sociedade, os jornalistas sabem que as notícias serão também palco para essas disputas da linguagem.

Existe um meio peculiar de lidar com os nomes à medida que o jornalista escolhe determinada palavra, produz seu contexto de aparecimento e a localiza em pontos estratégicos do texto, seja na abertura ou nos elementos de edição. Se a filosofia, a sociologia e a linguística servem para pensar a nomeação como fenômeno da linguagem, no jornalismo, é possível pensá-la como prática crucial à construção da realidade mediada.

Essa dinâmica ainda foi pouco aprofundada na literatura específica do jornalismo. Reconhecemos Lage (1998, 2000, 2001b, 2002, 2005) como o autor que mais se dedicou a pensar a nomeação no jornalismo. No entanto, discordamos da sua proposta de classificar a nomeação como como uma das fases do processo de produção da notícia.

Para o autor, eventos da realidade são organizados no relato jornalístico em três fases: (1) seleção dos eventos, (2) ordenação dos eventos e (3) nomeação. Ora, se a nomeação é um fenômeno da linguagem atravessador das interações sociais, a prática jornalística da nomeação acontece desde a pauta até a edição do conteúdo.

Toda a produção é elaborada levando-se em consideração que determinados nomes podem ser utilizados em detrimento de outros. Nomear não é uma etapa, é um fundamento inerente ao ato de informar. Assim, o jornalismo tem como razão de ser a nomeação dos elementos que compõem determinada realidade a ser midiaticamente mediada.

Os fatos só existem se forem nomeados, se os objetos do seu contexto forem devidamente identificados pelo jornalista. Ao reportar, o jornalista busca a exatidão dos nomes ao mesmo tempo em que utiliza

possibilidades léxicas de fácil compreensão (e o que não for de fácil compreensão, é necessário ser explicado).

É uma regra na produção de notícias identificar sobre o que se fala (O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?). No jornalismo não há espaço para produções literárias e ficcionais conduzidas a partir do mistério ou do não revelado. É preciso nomear o envolvido, o local do fato, o dia do ocorrido, as pessoas coadjuvantes na ação, enfim, as nomeações são a composição básica das informações.

Isso implica diretamente no modo como os embates sociais passam a ser travados por meio da linguagem. Nomear um espaço urbano de Rua Ator Paulo Gustavo[99], em Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é uma homenagem e, ao mesmo tempo, um ato político, haja vista que o espaço era chamado de Rua Coronel Moreira César. Houve tensionamentos sociais com pessoas contrárias a mudança, e lá estavam jornais noticiando o tensionamento motivado pelos nomes.

A relação entre palavras e a notícia é complexa, assim como a nomeação reflete diferentes processos de complexidade na sociedade. É o caso dos vocábulos “homossexual” ou “gay”, que podem ser utilizados para nomear uma miríade de objetos do discurso e serão facilmente compreendidas socialmente.

O compartilhamento coletivo do significado dessas palavras foi historicamente construído, é consensuado coletivamente. Logo, acredita-se existir precisão no seu uso. Não se pode dizer o mesmo, por exemplo, do termo “não binário”, palavra não plenamente compreendida atualmente pela população e dificilmente aceita por pessoas mais conservadoras e fincadas em um olhar binário sobre a existência. Nesse caso, o receio da não exatidão pode levar à necessidade de explicação do que é uma pessoa “não binária”.

Pensar a prática jornalística da nomeação a partir da comunidade LGBTQIA+ colaborou na observação do caráter histórico das palavras que nomeiam. Novos nomes surgem, outros são abandonados. Isso mostra como o jornalismo é o retrato de determinado tempo, ele não somente

[99] O ator Paulo Gustavo faleceu no dia 04 de maio, vítima da Covid-19, após passar mais de 50 dias internado no Hospital Copa Star, no Rio de Janeiro. Um dos artistas de maior notoriedade no Brasil, sua morte causou comoção nacional e ampliou a mobilização de artistas contra a gestão do presidente Jair Bolsonaro no combate a pandemia.

elabora uma cultura do tempo presente (Franciscato, 2005) como reflete o modo como determinados assuntos são reconhecidos socialmente.

Assim, o mesmo grupo nomeado como "aidéticos" em 1989, dificilmente seriam assim tratados em um jornal de 2019. Há uma mudança de mentalidade que ecoa na prática jornalística da nomeação. Esse olhar pode ser pensado a partir de outros grupos sociais.

Negros, indígenas, imigrantes, refugiados, mulheres etc., são nomeados pelo jornalismo há séculos. Suas identidades são tocadas pelo jornalismo e seu potencial como produtor de subjetividades. A prática jornalística da nomeação, desse modo, nos ajuda não apenas a entender a nomeação como fundamento do jornalismo como o processo de representação desses grupos sociais na imprensa. Afinal de contas, ao nomear, o jornalista insere os sujeitos em determinadas possibilidades interpretativas ao público.

Três noções básicas da prática jornalística da nomeação foram projetadas a partir desta pesquisa. São elas:

I – A prática jornalística da nomeação é verificada na necessidade de identificar objetos do discurso no fato jornalístico. Como forma de conhecimento, o jornalismo precisa nomear a fim de assegurar determinadas conexões entre os elementos integrantes de um fato (as coisas) e as palavras.

II – A prática jornalística da nomeação é responsável por estabilizar as relações entre os objetos do discurso nas notícias e as possibilidades de nomeação. A precisão esperada do discurso jornalístico pressupõe identificação de acontecimentos, atos e sujeitos. Logo, jornalistas não apenas escolhem determinado modo de referenciação como são influenciados por fatos sociais, culturais e cognitivos no momento em que decidem por determinadas nomeações em detrimento de outras. Esse fenômeno se impõe e é atravessador de todas as etapas da construção da notícia, da pauta à edição.

III – É por meio da prática jornalística da nomeação que determinadas presenças são elaboradas no discurso noticioso. Além disso, é por meio de palavras nomeadoras que objetos do discurso são classificados a partir de marcadores sociais inseridos estrategicamente para induzir

determinadas interpretações. O texto do jornal utiliza a nomeação não apenas para elaborar um argumento, e sim, para inserir determinadas presenças em contextos sociais por meio das rotulações.

É com base nessas reflexões que foram identificadas, a princípio, cinco modalidades da prática jornalística da nomeação: (1) nomeação pelo marcador social; (2) nomeação pela rotulação dos sujeitos; (3) nomeação para classificar referente; (4) nomeação da sexualidade dissidente; (5) nomeação da violência.

Essas categorias podem ser inseridas em dois grupos: as que são aplicadas amplamente nas notícias e as que são encontradas como reflexo da temática da pesquisa (notícias ligadas à comunidade LGBTQIA+). Entre aquelas aplicáveis a todas as notícias está a nomeação pelo marcador social, caracterizada no discurso pela criação de determinada presença a partir de vocábulos que identificam pela característica compartilhada.

Em 1969, por exemplo, um jornalista escreveu: “cada homossexual masculino é um marido que se perde” e “quase a totalidade de homossexuais é neurótica”. Cinquenta anos depois, foi possível localizar jornalistas utilizando a mesma modalidade de nomeação em outros contextos, como por exemplo: “Na semana em que a decisão história completa quatro anos, relembram-se também os 50 anos da revolta de Stonewall, marco da luta da população LGBT por direitos”.

Desse modo, a nomeação pelo marcador social envolve o uso de vocábulos utilizados para gerar sentido de presença. Entendemos a criação de presenças no discurso como parte da argumentação, como é defendido na teoria da argumentação (Perelman, 2014; Breton, 2003). A nomeação aparece nesse cenário como um ponto argumentativo qualificador dos objetos de discurso (Breton, 2003; Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2014).

Portando, nomear objetos no discurso é uma etapa da argumentação e não necessariamente será executada por meio de nomes próprios, haja vista que existem palavras nomeadores que localizam as presenças a partir de outros aspectos passíveis de reconhecimento na audiência,

como o fato de ser um grupo de homossexuais ou de pessoas inseridas na sigla LGBTQIA+.

Outra categoria é a nomeação pela rotulação. Foram observadas nessa categoria as nomeações elaboradas a partir do nome próprio inserido em determinado rótulo social. Em 1989, por exemplo, o jornalista escreveu: “Harvey Milk se tornou o primeiro homem gay assumido na história eleito para um importante cargo político”.

De dez anos depois, em 1999, trazemos outro exemplo: “No Brasil, ninguém levantou bandeira contra o personagem Tinky Winky, mas em vários países alguns pais acusam o teletubbie roxo de ser gay e servir de má influência às crianças”.

Em ambos os casos, o vocábulo “gay” serve para enquadrar determinado nome próprio. Seja o político Harvey Mill ou personagem Tinky Wnky, a presença é elaborada pelo rótulo social. A nomeação pela rotulação mostra como as palavras são inseridas na notícia para conduzir interpretações possíveis ao nome próprio. A notícia precisa nomear e localizar socialmente os indivíduos, seja pelo local social ocupado ou por características identitárias.

A categoria seguinte é a nomeação para classificar referente. É aplicada não aos sujeitos, mas a elementos específicos inseridos na notícia a partir de uma classificação. Por exemplo, em 1979 um jornalista escreveu: “Coisas deste tipo, diz Britt referindo-se aos comentários de Peter sobre propostas homossexuais”.

Outro caso vem de 1999 com o enunciado: “Jerry Falwell, um reverendo televisivo dos EUA, criticou o personagem estar em um programa infantil e o acusou de ser um símbolo gay”. Observa-se que “homossexuais” e “gay” são utilizados não para nomear sujeitos, e sim, como ferramentas da argumentação para classificar referentes no discurso.

Em 1979, não é qualquer tipo de proposta, são “propostas homossexuais”, assim como em 1999 o jornalista não citava um símbolo aleatório na notícia, era um “símbolo gay”. Essa categoria nos remete ao fato de que palavras nomeadoras são passíveis de diferentes usos na prática jornalística da nomeação.

As três categorias da prática jornalística da nomeação citadas até este ponto (nomeação pelo marcador social, nomeação pela rotulação e nomeação para classificar referente) foram localizadas após a recorrência nesse olhar diacrônico entre 1969 e 2019. Elas podem ser observadas, inclusive, em outros contextos dissociados das notícias ligadas à comunidade LGBTQIA+.

As duas categorias seguintes, no entanto, foram verificadas de modo mais específico pela temática escolhida para esta pesquisa. A primeira delas é nomeação da sexualidade dissidente. Se a presença de determinados sujeitos é atrelada ao fato estarem em um grupo social específico, o LGBTQIA+, a sexualidade desses sujeitos é também nomeada de modos diversos e em contextos específicos.

"Homossexualismo", "homossexualidade", "desvio", "anomalia, "terceiro sexo", dentre outras, foram possibilidades de nomeação identificadas. É que se vê, por exemplo, quando o jornalista escreve "a autopsia confirmou a prática de homossexualismo", em 1969, ou a solução escolhida pela 8ª Câmara "abre caminho para o enfrentamento contra a discriminação da homossexualidade", em 1999.

Assim, a sexualidade é um objeto de discurso que aparece no jornalismo como algo que precisa ser nomeado, sua presença é especificada na notícia como forma de assegurar a compreensão de que determinada sexualidade está fora da heterossexualidade reguladora dos padrões inseridos na complexa noção de normalidade na sociedade balizada pela heteronormatividade.

Por fim, outra categoria específica foi a nomeação da violência. Somente nas notícias do século XXI foi possível encontrar vocábulos determinantes para nomear a violência contra a comunidade LGBTQIA+. "Homofobia", "transfobia", "LGBTfobia", dentre outros termos, começaram a ecoar em campos sociais e, gradativamente, foi inserido nas notícias.

Em 2019, quando o Supremo Tribunal Federal (STF), equiparou esses delitos aos crimes de racismo, houve ampla cobertura dos *quality papers* e tensões sociais que ajudaram a identificar como diferentes campos sociais interferem na prática jornalística da nomeação. São vocábulos que

ganham força no ativismo, foram teorizados em pesquisas, entraram na pauta pública de debates e, por fim, foram validados pelo Judiciário.

Ao perseguir a precisão nas informações, jornalistas tendem a buscar palavras com o máximo de proximidade com determinado fato. Roubo, estelionato, feminicídio, ato terrorista, tráfico, crime contra a infância, exploração sexual, ato infracional (cometidos por crianças e adolescentes), etc. Todas essas palavras são nomeações da violência.

O jornalista, ao identificar a nomeação da violência, enquadra determinada notícia em um campo social. O título "Supremo criminaliza homofobia, mas mantém direito à manifestação religiosa" não apenas nomeia o crime como aciona a interpretação para determinado debate social. Nomear a violência é uma ferramenta de disputa por meio da linguagem e envolve a problematização de cada ato e suas causas sociais, ou seja, a nomeação de um acontecimento está nas arenas de disputa formadas em diferentes cenários, como o midiático e o jurídico.

A partir dessas categorias, foi possível analisar a prática jornalística da nomeação em diferentes pontos da notícia: elementos de edição, discurso indireto e discurso direto. Em outro momento, foi observada, especificamente, a nomeação nos textos reveladores da expressão opinativa, como em artigos, críticas, colunas e cartas de leitores.

Nos elementos de edição, foram analisados 124 enunciados divididos entre leads (42%), títulos (28%), legendas (19%), linhas-finas (9%), intertítulos (1%) e chapéus (1%). A prática jornalística da nomeação para classificar referente foi a mais recorrente nos quatro principais elementos de edição (título, lead, legenda e linha-fina). Esse dado é significativo para pensarmos que o jornal precisa de referências para elencar objetos da realidade apresentados ao leitor.

Por exemplo, títulos como "Protestos fazem do congresso um 'happening gay'" (1989) e "Ana Paula Arósio enfrenta dor do abandono em nova 'love story gay'" (2009) dimensionam a estratégia de entregar ao leitor referências facilmente compreendidas para que se compreenda a notícia em seu local de maior destaque.

Citar que a atriz participa do 'love story gay' reforça que o romance da obra é não heterossexual e pode ser compreendido pelo vocábulo

“gay”. O mesmo acontece quando o evento é nomeado de ‘happening gay’, pois, ao utilizar essa estratégia discursiva, o jornalista busca localizar que o evento foi, acima de tudo, um lugar de encontro para os que estão fora da heterossexualidade.

A predominância da prática jornalística da nomeação para classificar referente comprova que vocábulos como “gay”, “homossexual” e “LGBT” não são apenas indicativos de sujeitos. São, acima de tudo, termos estratégicos na composição dos elementos de edição. Eles servem para destacar elementos da realidade que, no entendimento dos jornalistas, serão facilmente compreendidos pelos leitores.

Isso evidencia como saberes compartilhados socialmente são cruciais na produção da notícia, afinal de contas, nomear uma produção como ‘love story gay’ e um evento como ‘happening gay’ significa acreditar que o público compreenderá a peculiaridade desses enunciados. Em uma notícia de 2019, quando o título informa “Crítica a Bolsonaro dá o tom na Parada Gay”, sabe-se que não é um evento qualquer, ele é formado por determinado grupo social em constante tensionamentos com a figura do presidente.

Desse modo, os elementos de edição foram identificados como espaços nos quais os saberes sociais são frequentemente compartilhados. São locais de destaque da informação, costumam ter espaço reduzido e buscam, de modo recorrente, acionar as possibilidades interpretativas da realidade a partir de referências coletivamente compreendidas.

Ao analisar o discurso indireto em 69 enunciados, foi identificado o predomínio da prática jornalística da nomeação pelo marcador social em 48% dos casos. Esse índice comprova que, nas notícias, utiliza-se de modo significativo a estratégica de criar presenças sem necessariamente recorrer ao nome próprio.

Enunciados como “Apenas no primeiro semestre deste ano, gays e transexuais contabilizaram quatro grandes vitórias no STF”, retirado de uma notícia de 2019, mostram como jornalistas acionam determinados sujeitos com base nos respectivos marcadores sociais em que estão inseridos.

Um outro enunciado, dessa vez de 1989, ajuda a visualizar como essa prática foi identificada de modo recorrente ao longo dos anos: “Do total de infectados, 95% pertencem a grupos de risco como os homossexuais, viciados em drogas injetáveis e hemofílicos, mas o restante contraiu a infecção por mecanismos desconhecidos, ou seja, outros que não aqueles comuns como relações sexuais, seringas contaminadas etc.”

Não existem nomes próprios, os sujeitos são “infectados”, “homossexuais”, “viciados” e, em um contexto mais amplo, todos estão reunidos no “grupo de risco”.

Nas notícias, o discurso indireto é o ponto no qual se identifica a autonomia relativa na produção de enunciados, haja vista os aspectos técnicos, organizacionais e deontológicos. É nele que jornalistas informam sem reproduzir o que foi dito ou escrito, na íntegra, por outra fonte que, em alguma medida, tenha participado da produção dos enunciados.

A prática jornalística da nomeação pelo marcador social foi também a mais recorrente nos 57 enunciados analisados no discurso direto, presente em 33% dos casos, seguida pela nomeação para classificar referente (27%). O discurso direto nos jornais foi extraído de 42 fontes, sendo a maioria (29%) formada por personagens. Em sequência, aparecem as fontes ligadas à produção cultural (26%), especialistas (17%), militantes e entidades de defesa da comunidade LGBTQIA+ (10%), fontes oficiais (14%), dentre outras (5%).

O discurso direto, identificado nas notícias como declarações textuais ou sonoras, é o ponto máximo de evidenciação das fontes. As declarações mostram ao leitor que a notícia é produzida com base em pontos de vista oriundos de diferentes campos sociais. Ao discurso direto é oferecido o espaço estratégico a partir da declaração de maior impacto ou da frase que leve o leitor a conhecer melhor determinada fonte de informação (Grupo Folha, 2011).

Existem normas basilares ao discurso direto. Uma delas é o compromisso em reproduzir apenas declarações que foram ouvidas, seja em gravações ou por meio de entrevistas. Outra sugestão é valorizar as

frases mais importantes e evitar o excesso de aspas ao longo do texto (Grupo Folha, 2011; Martins Filho, 1997).

Quando a prática jornalística da nomeação pelo marcador social aparece em evidência nas declarações, significa que o jornalista compactua com esse modo de dizer, afinal de contas, parte dele o processo de seleção do que será ou não destacado nas declarações.

As categorias da prática jornalística da nomeação proposta nesta tese foram todas projetas a partir das regularidades encontradas no discurso jornalístico. É provável que muitas outras possam ser encontradas a depender do tipo de análise aplicada.

REFERÊNCIAS

Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia* (5ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Alemparte, B., & Figueiredo, M. (2002). *Manual de Redação Folha Dirigida*. Folha Dirigida.

Almeida, I. (2010). O valor de troca dos objetos impressos no cotidiano das narrativas jornalísticas. In W. Pereira (org), *Sócrates recorta jornais, Crátilo desenha palavras: o nome das coisas no jornal impresso* (pp. 53-63). João Pessoa: Marca de Fantasia.

Amorim, P. H. (2015). *O quarto poder: uma outra história*. São Paulo: Hedra.

Anderson, C. W., Bell, E., & Shirky, C. (2013, maio/junho). Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, (5), 30-89.

Baldwin, A. L. (1942). Personal structure analysis: A statistical method for investigating the single personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 37, 163–183.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Barthes, R. (2006). *Elementos da semiologia* (16ª ed.). São Paulo: Cultrix.

Bauer, M. W. (2015). Análise de conteúdo: uma revisão clássica. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (13ª ed.) (pp.189 – 217). Petrópolis, RJ: Vozes.

Benetti, M., & Lisboa, S. (2015). O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian Journalism Research*, 2(2), 10–29. DOI: 10.25200/BJR.v11n2.2015.664

Bentes, A. C., & Alves Filho, F. (2012). Apresentação. *Linguagem em (Dis)curso*, 12(3), 649-655. Recuperado de www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/issue/view/93

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2014). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (36ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes [1966].

Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica.

Boswell, J. (1981). *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality. Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century*. Chicago and Londres: Chicago University Press.

Boswell, J. (1989). Revolutions, Universals, and Sexual Categories. In M. B. Duberman, M. Vicinus, & G. Chauncey. (Orgs.), *Hidden from History: Reclaiming the Gay and Lesbian Past* (pp. 17 – 36). Nueva York: New American Library.

Botton, A. (2015). *Notícias: manual do usuário*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Breton, P. (2003). *A argumentação na comunicação* (2ª ed.). Bauru, SP: EDUSC.

Bucci, E. (2009). Em torno da instância da imagem ao vivo. *MATRIZes*, 3(1), 65-79. Recuperado de www.revistas.usp.br/matrizes/issue/view/3172

Bulgarelli, L. (2018). Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In J. N. Green, R. Quinalha, M. Caetano, & M. Fernandes (Orgs.), *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp.487-499). São Paulo: Alameda.

Bush, C. R., & Bullock, R. K. (1952). Names in the News: A Study of Two Dailies. *Journalism Bulletin*, 29(2), 148-157. DOI:10.1177/107769905202900202

Butler, A. (2019). Toxic Toxteth: understanding press stigmatization of Toxteth during the 1981 uprising. *Journalism*, 21(4), 541-556. DOI: 10.1177/1464884918822666

Caetano, M., Nascimento, C., & Rodrigues, A. (2018). Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In J. N. Green, R. Quinalha, M. Caetano, & M. Fernandes (Orgs.), *História do Movimento LGBT no Brasil* (pp. 279 – 295). São Paulo: Alameda.

Câmara, C. (2018). Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. In J. N Green, R. Quinalha, M. Caetano & M. Fernandes (Orgs.), *História do movimento LGBT no Brasil* (pp.193-209). São Paulo: Alameda.

Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513 – 518. DOI: 10.9788/TP2013.2-16

Campos, I. B. (2017). *Discurso, intelectuais e poder: os psicanalistas e suas projeções imaginárias em colunas e entrevistas de jornais (1980-1998)* [dissertação de mestrado, Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Carrara, S. (2016). A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu*, (47), 1-38. DOI: 10.1590/18094449201600470017

Carvalho, C. A. (2012). *Jornalismo, homofobia e relações de gênero*. Curitiba: Appris.

Charaudeau, P. (2013). *Discurso das mídias* (2ª ed.). São Paulo: Contexto.

Christofoletti, R. (2019). *A Crise do Jornalismo tem solução?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores.

Clifton, J. (2013). What's in a name? Names, national identity, assimilation, and the new racist discourse of Marine Le Pen. *Pragmatics*, 23(3), 403 – 420. DOI: 10.1075/prag.23.3.02cli

Cotta, P. 2005. *Jornalismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio.

Cunha, O. (2017). *Lições de jornalismo*. São Paulo: Summus.

Darling, D. (n.d.). *Diagrama de Venn*. The Internet Encyclopedia of Science. Recuperado de www.daviddarling.info/encyclopedia/V/Venn_diagram.html

Descartes, R. (1996). *Discurso do método* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes (Clássicos).

Deuze, M. (2005). What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*, 6(4), 442–464. DOI: 10.1177/1464884905056815

Deuze, M., & Witschge, T. (2016). O que o jornalismo está se tornando. *Parágrafo*, 4(2), 7–21. Recuperado de reviAstaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478

Deuze, M., & Witschge, T. (2018). Beyond journalism: theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, 19(2), 165 – 181. DOI: 10.1177/1464884916688550

Diniz, J. P. (2013). *O impresso na prática*. Cruz das Almas (BA): UFRB.

Dovring, K. (1954). Quantitative semantics in 18th century Sweden. *Public Opinion Quarterly,* 18(4), 389–394.

Duncan, M., Culver, K. B., McLeod, D., Kremmer, C. (2019). Don't Quote me: effects of named, quoted, and partisan 413err sources. *Journalism Practice*, 13(9), 1128–1146. DOI: 10.1080/17512786.2019.1588148

Editora Abril. (Org.). (1990). *Manual de estilo Editora Abril: como escrever bem para nossas revistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Facchini, R. (2002). *"Sopa de Letrinhas"? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo* [dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp.

Facchini, R. (2009). Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas* –

Estudos gays: gêneros e sexualidades, 3(4), 131 – 158. Recuperado de periodicos.ufrn.br/bagoas/issue/view/190

Facchini, R., & Rodrigues, J. (2018). É preciso estar atento (a) e forte: histórico do movimento LGBT e a conjuntura atual. In L. Nogueira, E. Hilário, T. T. Paz, & K. Marro (Orgs.), *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil* (pp. 231–262). São Paulo: Expressão Popular.

Fateaud, J. M. (1996). Prefácio. In R. Descarte, *Discurso do método* (pp. VII – XXX). São Paulo: Martins Fontes (Clássicos).

Feder, E. K. (2018). Poder/saber. In D. Taylor, *Michel Foucault: conceitos fundamentais* (pp.76 – 93). Petrópolis, RJ: Vozes.

Fejes, F., & Petrich, K. (1993). Invisibility, homophobia and heterosexism: Lesbians, gays and the media. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(4), 396–420. DOI: 10.1080/15295039309366878

Fejes, F. (200). Murder, Perversion, and Moral Panic: The 1954 Media Campaign Against Miami's Homosexuals and the Discourse of Civic Betterment. *Journal of the History of Sexuality*, 9(3), 305-347. Recuperado de www.jstor.org/stable/3704569

Fejes, F. (2008). *Gay right and moral panic: the origins of America´s debate on homosexuality*. Palgrave Macmillan.

Fernandes, F. B. M. (2011). *A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003–2010)* (tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina). Repositório Institucional UFSC.

Fiorin, J. L. (2008). Teoria dos signos. In J. L. Fiorin (Org.), *Introdução à linguística* (5ª ed.) (pp. 55 – 74). São Paulo: Contexto.

Franciscato, C. E. (2005). *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS.

Franciscato, C. E. (2015). *Novas perspectivas para uma sistematização das teorias do jornalismo*. Intexto, (34), 658 – 676. DOI: 10.19132/1807-8583201534.658-676

Franciscato, C. E. (2018). A produção de conhecimento no jornalismo: transformações e renovações do cenário contemporâneo. *Anais do XXVII Encontro Anual da Compós*. Recuperado de www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_J4EQWHBRIM5CC0BIT6WY_27_6492_26_02_2018_14_39_15.pdf

Franciscato, C. E. (2019). Tecnologias digitais e temporalidades múltiplas no ecossistema jornalístico. *Revista Contracampo*, 38(2), 132–146. DOI: 10.22409/contracampo.v38i2.27115

Franciscato, C. E. (2020a). Fatores sociais nos estudos de inovação em organizações jornalísticas. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 17(1), 145–155. DOI: 10.5007/1984-6924.2020v17n1p145

Franciscato, C. E. (2020b). A construção de conhecimento no jornalismo de cidades: reflexões a partir do desenvolvimento de um aplicativo para temas urbanos em Aracaju. *Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Recuperado de sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2020/schedConf/presentations

Fonseca Júnior, W. C. (2015). Análise de conteúdo. In J. Duarte, & A. Barros (Orgs), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed.) (pp. 280-304). São Paulo: Atlas.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2014). *A arqueologia do saber* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária [1969].

Foucault, M. (2015). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2016). *As palavras e as coisas* (10ª ed.). São Paulo: Martins Fontes [1966].

Fry, P., & MacRae, E. (1985). *O que é homossexualidade*. Abril Cultural: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.

Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo.* Série Jornalismo a Rigor. Florianópolis: Insular [1987].

Gersh, S. (2019). Introduction. In S. Gersh (Org.), *Plotinu's Legacy: the transformation of platonism from the Renaissance to the Modern Era* (pp. 1- 15). Cambridge University Press: University of Cambridge.

Goel, I. (2019, 26 de set.). India's Third Gender Rises Again. *Sapiens: anthropology / everything human*. Recuperado de www.sapiens.org/body/hijra-india-third-gender/

Goodman, G., & Boudana, S. (2016). The language of objectivity: Reuters' internal editorial discussions on terminology in the Arab-Israeli conflict, 1967-1982. *Journalism*, 20(3), 410-426. DOI: 10.1177/1464884916674230

Gontijo, L. (2005). Lógica Dialética-discursiva e Teoria do Direito: ensaio crítico sobre metodologia jurídica. *Revista da Faculdade de Direito Milton Campos*, vol. 12, 329-344. Recuperado de www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/lucas_de_alvarenga_gontijo2.pdf

Gontijo, L. (2020, 16 abril). *Curso sobre Teoria da Argumentação Chaïm Perelman – Parte 1* [vídeo]. YouTube. www.youtube.com/watch?v=bp9ByBh2P-c

Green, J. N. (2000). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp.

Gross, A. G., & Dearin, R. D. (2003). *Chaim Perelman*. State University of New York: Albany.

Grünbaum, B. (1975). *Venn diagrams and Independent Families of Set*. Mathematics Magazine, 48(1), 12-23. DOI: 10.2307/2689288

Grupo Estado. (n.d). *História do Grupo Estado nos anos 1870*. Acervo: Estado de S. Paulo. Recuperado de acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/416error_1870.shtm

Grupo Folha. (Org.). (2011). *Manual da Redação: Folha de S.Paulo* (17ª ed.). São Paulo: Publifolha.

Grupo Globo. (n.d.). *A história do jornal O Globo desde a sua fundação*. Memória O Globo. Recuperado de memoria.oglobo.globo.com/

Guimarães, E. (2017). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação* (4ª ed.). Campinas, SP: Pontes.

Halperin, D. (1989). Sex Before Sexuality: Pederasty, Politics, and Power in Classical Athens. In M. B. Duberman, M. Vicinus, & G. Chauncey. (Orgs.), *Hidden from History: Reclaiming the Gay and Lesbian Past* (pp. 37 – 53). Nueva York: New American Library.

Henriques, R. P. (2014). *Linguagem, verdade e conhecimento: uma análise epistemológica do jornalismo a partir de duas perspectivas semióticas*. Vitória: EDUFES.

Herscovitz, H.G. (2010). Análise de conteúdo em jornalismo. In C. Lago, & M. Benetti, *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (pp.123 – 142). Petrópolis, RJ: Vozes.

Hohlfeldt, A. (2008). *Conceito e história do jornalismo brasileiro na "Revista de Comunicação"*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Japiassú, H., & Marcondes, D. (2001). *Dicionário básico de filosofia* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Jagose, A. (1996). *Queer Theory: na introduction*. New York University Press.

Jones, L. M., Finkelhor, D., & Beckwith, J. (2010). Protecting victims' identities in press coverage of child victimization. *Journalism*, 11(3), 347-367. DOI: 10.1177/1464884909360925

Kieling, C. G. (2015). Narrativas midiáticas e memória: o caso da Avenida da Legalidade e da Democracia. *Revista Rizoma*, 3(2), 90 – 105. DOI: 10.17058/rzm.v3i2.6141

Knauer, N. J. (2011). *Gay and Lesbian Elders: History, Law, and Identity Politics in the United States*. Ashgate Publishing Company, USA.

Koch, I. G. V., & Marcuschi, L. A. (1998). Processos de referenciação na produção discursiva. *Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada – D.E.L.T.A*, 14(3), 169 – 190. Recuperado de revistas.pucsp.br/delta/article/view/43402

Koch, I. G. V. (1999). O desenvolvimento da linguística textual no Brasil. *Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada – D.E.L.T.A.*, 15(3), 167-182. Recuperado de revistas.pucsp.br/delta/article/view/40330

Koch, I. G. V. (2001). Lingústica Textual: Quo Vadis? *Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada – D.E.L.T.A.*, 17(3), 11 – 23. Recuperado de revistas.pucsp.br/delta/article/view/39571

Koch, I. G. V. (2003). *Desvendando os segredos do texto* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

Koch, I. G. V. (2020). Referenciação e orientação argumentativa. In I. V. Koch, E. M. Morato, & A. C. Bentes (Orgs.), *Referenciação e discurso* (pp. 33 – 52). São Paulo: Contexto.

Kraus, K. (1984, 05 de agosto). Karl Kraus (1874-1936), ou o ódio ao jornalismo. *Folha de S.Paulo*, Caderno Folhetim, pp.6-7.

Krippendorff, K. (2004). *Content Analysis: na introduction to its methodology* (2ª ed.). Sage Publications: University of Pennsylvania.

Lage, N. (1998). *Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis: Vozes

Lage, N. (2000). *Linguagem jornalística* (7ª ed). São Paulo: Ática [1987].

Lage, N. (2001ª). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record.

Lage, N. (2001b). *Ideologia e técnica da notícia* (3ª ed.). Insular: UFSC [1979].

Lage, N. (2002). *Estrutura da notícia* (17ª ed.). São Paulo: Ática [1987].

Lage, N. (2005). *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Lasswell. H. D. (1938). *Propaganda Technique in the World War*. The University of Michigan.

Leal, B. S., Carvalho, C. A. (2012). *Jornalismo e homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões*. São Paulo: Intermeios.

Leite, V. (2014). *Impróprio para menores? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas* [tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ.

Lene, H. (2019). *Jornais Centenários do Brasil*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Lima, G. A. B. (2010). Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 15(2), 108-122. Recuperado de portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/919

Lobato, E. (2019). *Castelo Branco: os militares no poder*. São Paulo: Folha de S.Paulo (coleção A República Brasileira).

Lückman, A. P. (2020). *Jornalismo, conhecimento e contexto: Pensamento complexo para uma atividade em transformação*. Florianópolis, SC: Editora Insular.

Machado, E. (2005). O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 23 – 34. DOI: 10.5007/%25x

MacRae, E. (2018). *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"*. Salvador: Edufba.

Marques de Melo, J. (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro* (3ª ed.). Campos do Jordão: Mantiqueira.

Martins Filho, E. L. (1997). *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo* (3ª ed.). São Paulo: O Estado de S. Paulo.

Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Meditsch, E. (1997). *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Conferência feita nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão. Recuperado de www.bocc.ubi.pt/pag/418erroris-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf

Melo, I. A. (2007) *A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC). Disponível em www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf

Mello, F. (2019). *Epitácio Pessoa: o movimento tenentista*. São Paulo: Folha de S. Paulo (coleção A República Brasileira).

Mello, L., Braz, C., Freitas, F.R.A, & Avelar, R.B. (2012). Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. *Sociedade e Cultura*, 15(1), pp. 151-161. DOI: 10.5216/sec.v15i1.20680

Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n.28, 101-128. DOI: 10.1590/S0104-83332007000100006

Mondada, L. (2020). A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação

cirúrgica. In I. V. Koch, E. M. Morato, & A. C. Bentes (Orgs.), *Referenciação e discurso* (pp. 11 – 31). São Paulo: Contexto.

Mondada, L., & Dubois, D. (2020). Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In M. M. Cavalcante, B. B. Rodrigues, & A. Ciulla (Orgs.), *Referenciação* (pp. 17 – 52). São Paulo: Contexto.

Moragas, N. S. (2013). *O texto jornalístico do Twitter: nomeação interativa e creditação interativa se apresentam como novas competências numa análise de The Guardian e El País* [dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional (RI) da UFBA.

Moragas, N. S. (2019). *Jornalistas e fontes no jornalismo pós-industrial: estudo empírico a partir da cobertura da migração climática em produtos digitais* [tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional (RI) da UFBA.

Moretzsohn, S. (2007). *Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan.

Moulliaud, M. (2012). O jornal: da forma ao sentido (3ª ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Nanda, S. (1999). *Neither man nor 419oman: the Hijras of India* (2nd ed.). John Jay College of Criminal Justice: City University of New York.

Neuendorf, K. A. (2002). *The terroris analysis guidebook*. Cleveland State University: Sage Publications.

Nyström, S. (2016). Names and Meaning. In C. Hough (Org.), *The Oxford Handbook of Names and Naming* (pp.39 – 51). United Kingdom: Oxford University Press.

Pamplona, R. S. (2012). *O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual* [dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional UFSCAR.

Park, R. (1972). A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In C. Steinberg (Org.), *Meios de comunicação de massa*, pp. 168 – 185. São Paulo: Cultrix [1940].

Platão. (2014). *Crátilo, ou sobre a correção dos nomes*. Coleção Textos Filosóficos. São Paulo: Paulus, 2014.

Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (2014). *Tratado da argumentação: a nova retórica* (3ª ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Péret, F. (2011). *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha.

Pereira, W. (2010). Sócrates recorta jornais, Crátilo desenha palavras. In W. Pereira (org), *Sócrates recorta jornais, Crátilo desenha palavras: o*

nome das coisas no jornal impresso (pp. 6-7). João Pessoa: Marca de Fantasia.

Perlongher, N. (1987). *O que é Aids* (4ª ed.). Editora Brasiliense.

Petter, M. (2008). Linguagem, língua, linguística. In J. L. Fiorin (Org.), *Introdução à linguística* (5ª ed.) (pp. 11 – 24). São Paulo: Contexto.

Peucer, T. (2004). Os relatos jornalísticos [1690]. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 1(2), 12–29. DOI: 10.5007/%25x

Phillips, T. (2005, junho). *Topologia de Diagramas de Venn*. American Mathematical Society – NA. Recuperado de www.ams.org/publicoutreach/feature-column/fcarc-venn

Pinheiro-Machado, R. (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil.

Pinto, A. E. S. (2009). *Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios*. São Paulo: Publifolha.

Poincaré, H. (1995). *O valor da ciência*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Pontes, F. S. (2015). *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular.

Pozobon, R. O., & Garcia, A. D. (2017). Brasil "mau pagador": estratégias argumentativas na construção social da crise política, econômica e de representação do governo Dilma. *Revista Eptic*, 19(1), 44–59. Recuperado de 420er.ufs.br/index.php/eptic/article/view/6354

Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2012). *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade* (2ª ed). São Paulo: Cortez (coleção preconceitos).

Quinalha, R. (2017). *Contra a moral e os bons constumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)* [tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.

Quinalha, R. (2018). Um ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In J. N. Green, R. Quinalha, M. Caetano, & M. Fernandes (Orgs.), *História do movimento LGBT no Brasil* (pp. 15–38). São Paulo: Alameda.

Rajagopalan, K. (2003). Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa, da mídia em conflitos internacionais. In K. Rajagopalan (Org.), *Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade e a questão ética* (pp. 81-88). São Paulo: Parábola.

Reginato, G. D. (2019). *As finalidades do jornalismo*. Florianópolis: Insular.

Reis, T. (2018). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino.

Richardson, J. E. (2007). *Analysing Newspapers: na approach from critical discourse analysis*. Hampshire, New York: Palgrave Macmillan.

Rodrigues, A. D. (1999). O acontecimento. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (2ª ed.) (pp.27 – 33). Lisboa: Veja.

Rodrigues, J. C. (2018). A imprensa gay no Brasil. In J. N. Green, R. Quinalha, M. Caetano, M. Fernandes (Orgs.), *História do movimento LGBT no Brasil* (pp. 237–253). São Paulo: Alameda.

Romancini, R., & Lago, C. (2007). *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular.

Rosch, E. (1978). *Cognition and Categorization*. Lawrence Erlbaum Associates: Hillsdale, New Jersey.

Salviati, M. E. (2017). *Manual do Aplicativo Iramuteq: versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3*. Planaltina. Recuperado de iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati

Sant'Anna, P. (2019). *Costa e Silva e Junta Militar: a ascensão da linha dura e o AI – 5*. São Paulo: Folha de S. Paulo (Coleção A República Brasileira).

Sant'Anna, P. (2019b). João Figueiredo: o fim da ditadura militar. São Paulo: Folha de S. Paulo (Coleção A República Brasileira).

Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral* (27ª ed.). São Paulo: Cultrix [1916].

Sena, T. (2010). Os relatórios Masters & Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 221–239. DOI: 10.1590/S0104-026X2010000100014

Serrano, Y. (2016). Naming the Combatants of the Colombian Armed Conflict in News Broadcasts: The Discursive Positioning of Journalists. *Palabra Clave*, 19(1), 57-84. DOI: 10.5294/pacla.2016.19.1.3

Sevcenko, N. (2011). O rosto do mundo. In Folha de S.Paulo (Org.), *Primeira página: 90 anos de história nas capas mais importantes da Folha* (7ª ed.). São Paulo: Publifolha.

Shapiro, I., Brin, C., Bédard-Brûlé, I., & Mychajlowycz, K. (2013). Verification as a Strategic Ritual. *Journalism Practice*, 7(6), 657–673. DOI: 10.1080/17512786.2013.765638

Silva, T. (2016). O acontecimento no contexto das organizações: a campanha "Casais", os públicos e a imagem de O Boticário. *Revista*

ORGANICOM, 13(24), 43-55. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2016.139315

Simões, P. G. (2011). A potencialidade do conceito de acontecimento para a análise da imagem pública das celebridades. *Revista Líbero*, 14(28), 129-140. Recuperado de casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/9-A-potencialidade-do-conceito-de-acontecimento-para-a-na%C3%A1lise-da-imagem-p%C3%Bablica-das-celebridades.pdf

Soares, A. S. F. (2019). Sobre a (homo)sexualidade nos meios de comunicação (1980-2010). *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECRIIS)*, 13(2), 240-245. DOI: 10.29397/reciis.v13i2.1821

Sodré, N. W. (1999). *História da imprensa no Brasil* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Mauad.

Solana, M. (2017). El debate sobre los orígenes de la homosexualidad masculina. Una revisión de la distinción entre esencialismo y construccionismo na historia de la sexualidad. *Tópicos, Revista De Filosofía*, (54), 395-427. DOI: 10.21555/top.v0i54.834

Souza, R. L. (2014). *O poder e o conhecimento: introdução ao pensamento de Michel Foucault*. Salvador: Edufba.

Sponholz, L. (2007). Entre senso comum e ciência: o conhecimento híbrido do jornalismo. *Ciências & Cognição*, vol. 10, 2-14. Recuperado de www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/617

Sponholz, L. (2009) *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular.

Stearns, J. (2013, October). *Acts of Journalism: defining press freedom in the Digital Age*. Free Press. www.freepress.net/

Stocking, S. H., & Gross, P. H. (1989). *How do journalists think? A proposal for the study of cognitive bias in newsmaking*. Bloomington: ERIC Clearinghouse on Reading and Communication Skills

Tenório, A. (2010). O batismo dos objetos: um ensaio sobre a subjetividade das coisas nos jornais. In W. Pereira (Org.), *Sócrates recorta jornais, Crátilo desenha palavras: o nome das coisas no jornal impresso* (pp.21-31). João Pessoa: Marca de Fantasia.

Traquina, N. (2012). *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são* (3ª ed.). Florianópolis: Insular.

Trevisan, J. S. (2002). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Record.

Tuchman, G. (1999). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.),

Jornalismo: questões, teorias e "estórias" (2ª ed.) (pp.74 – 90). Lisboa: Veja.

Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage.

Van Dijk, T. A. (2008). *Discourse and practice: a sociocognitive approach*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Van Langendonck, W., & Van de Velde, M. (2016). Names and Grammar. In C. Hough (Org.), *The Oxford Handbook of Names and Naming* (pp.17 – 38). United Kingdom: Oxford University Press.

Van Leeuwen, T. (2008). *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. Oxford: Oxford University Press.

Vieira, C. O. (2014). Notas do tradutor. In Platão, *Crátilo, ou sobre a correção dos nomes*. São Paulo: Paulus.

Vultee, F. (2010). Credibility as a strategic ritual: the times, the interrogator, and the duty of naming. *Journal os Mass Media Ethics*, 25(1), 3–18. DOI: 10.1080/08900521003621975

Zago, A. (2008). *Análise dialógica de palavras do trabalho dos policiais federais: da (re)criação à divulgação* [dissertação de mestrado, Universidade Católica de Pelotas]. Repositório institucional da Universidade Católica de Pelotas.

Zelizer, B. (1993). Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(3), 219–237. DOI: 10.1080/15295039309366865

Zelizer, B. (2010). Journalists as Interpretive Communities, Revisited. In S. Allan (Ed.), *The Routledge Companion to News and Journalism* (pp.181– 190). Routledge: London and New York.

Zhong, B., Mihailidis, P., & Zhou, Y. (2011). Naming suspects in terrorist attacks: na inquiry of journalistic stereotypes in newspaper coverage of the 2005 London bombings. *China Media Research*, 7(2), 35 – 45. Recuperado de www.chinamediaresearch.net/readmore/vol7no2/CMR110205_Bu_Zhong_ok_authors_at_end_final-1.jpg

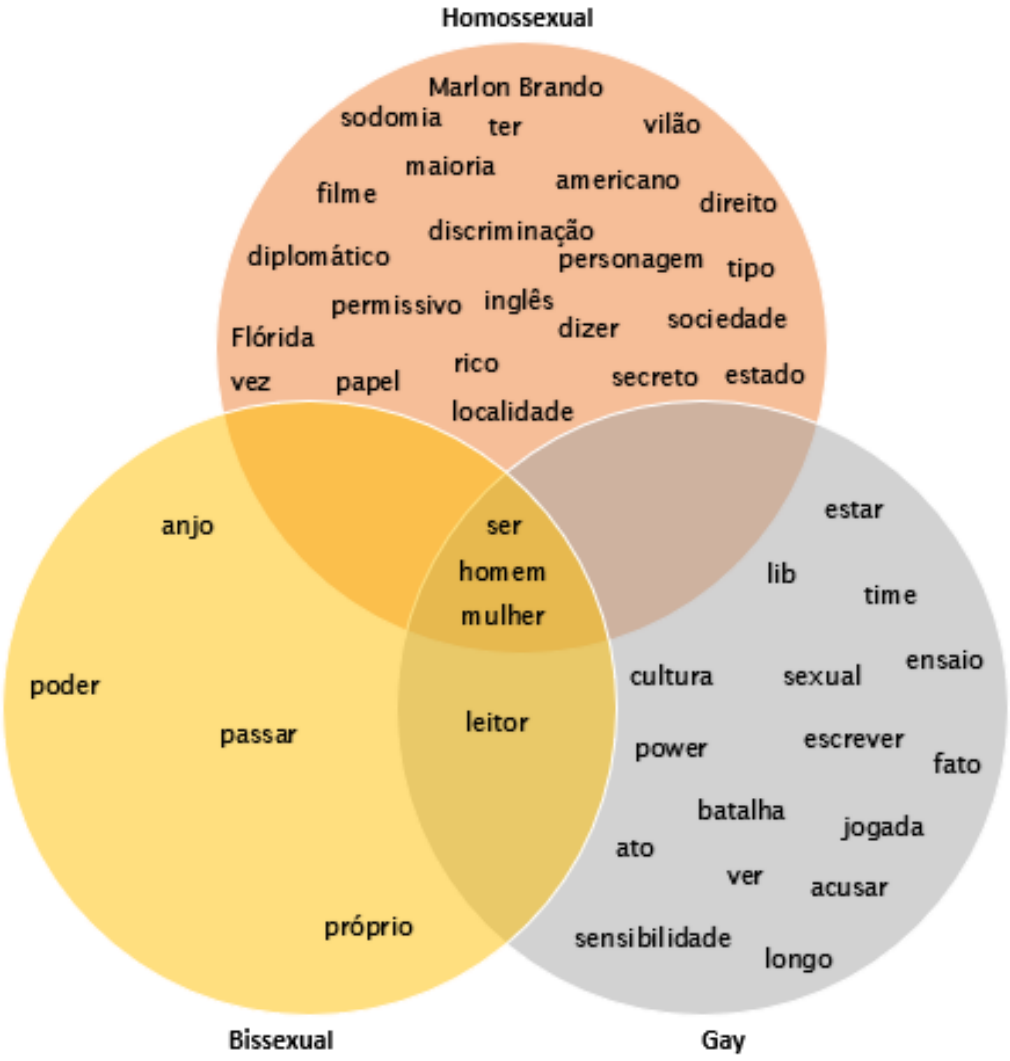
Apêndice

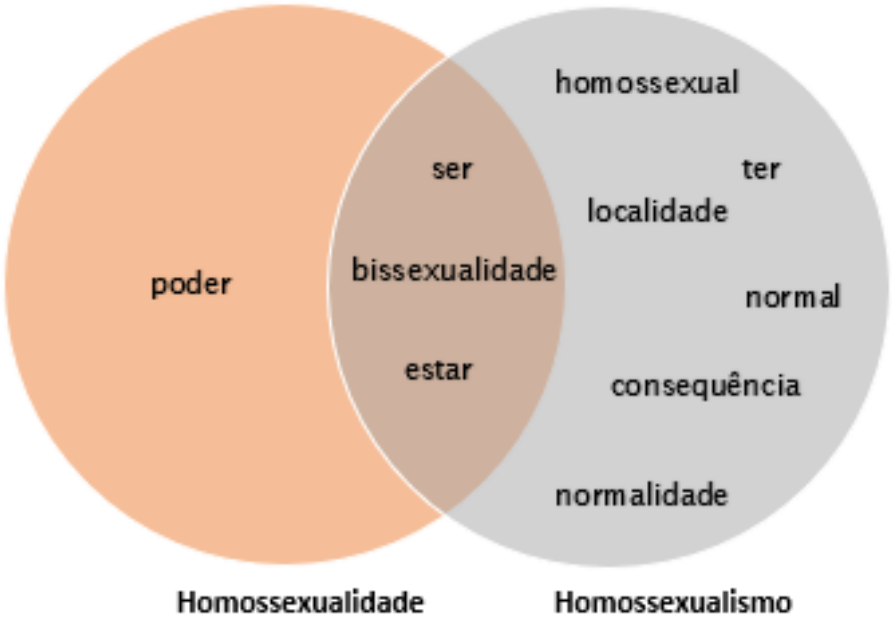
1 Coocorrência na expressão opinativa

1.1 Coocorrência 1969

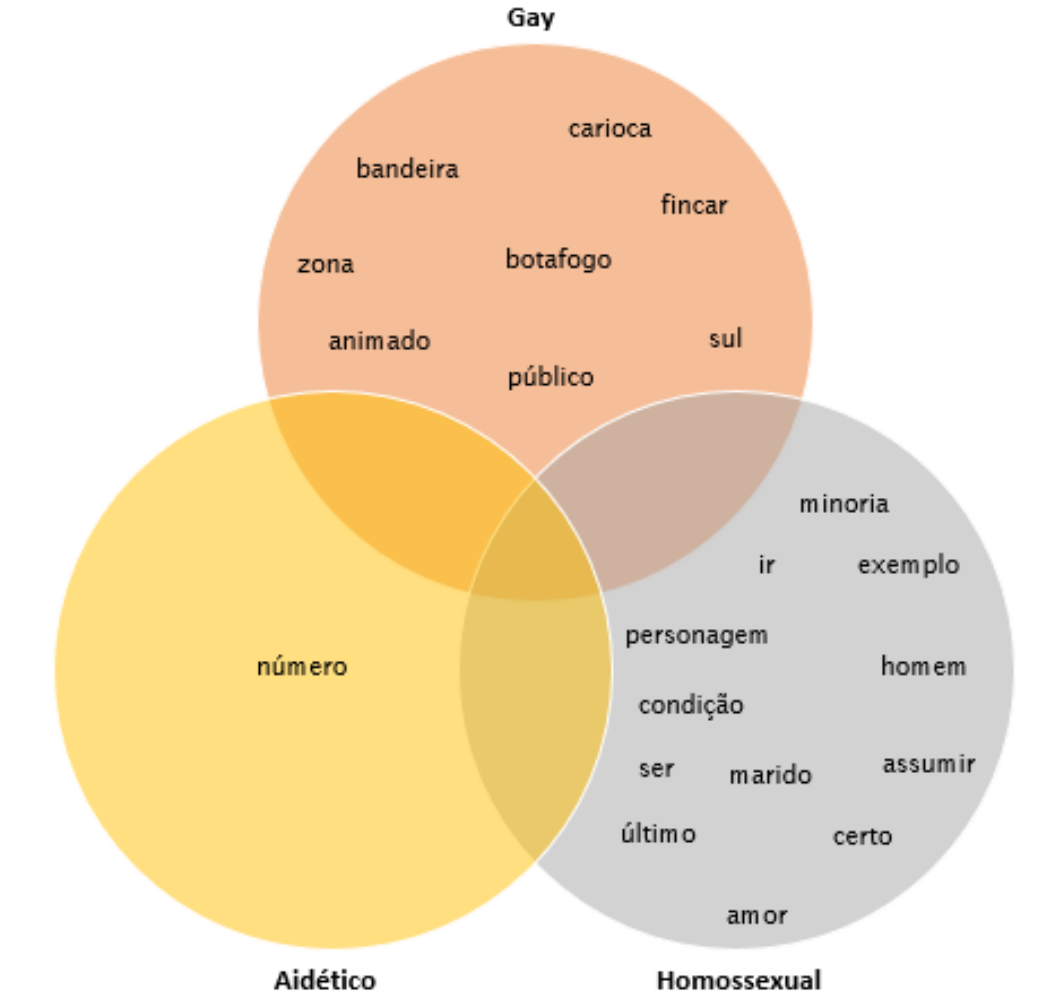
Homossexualismo

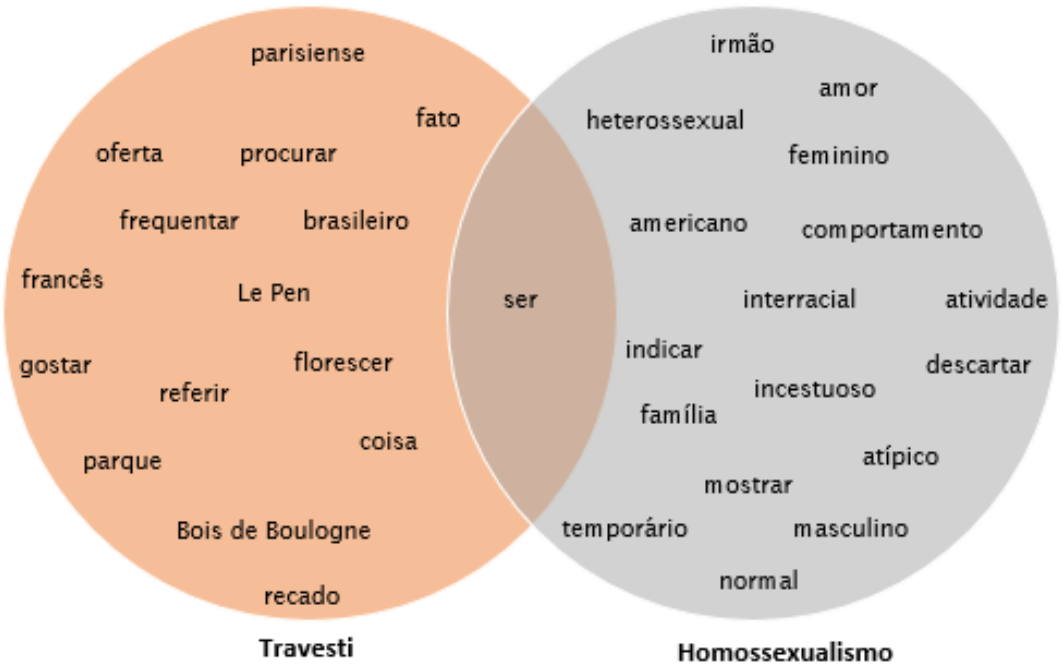
1.2 Coocorrência 1979



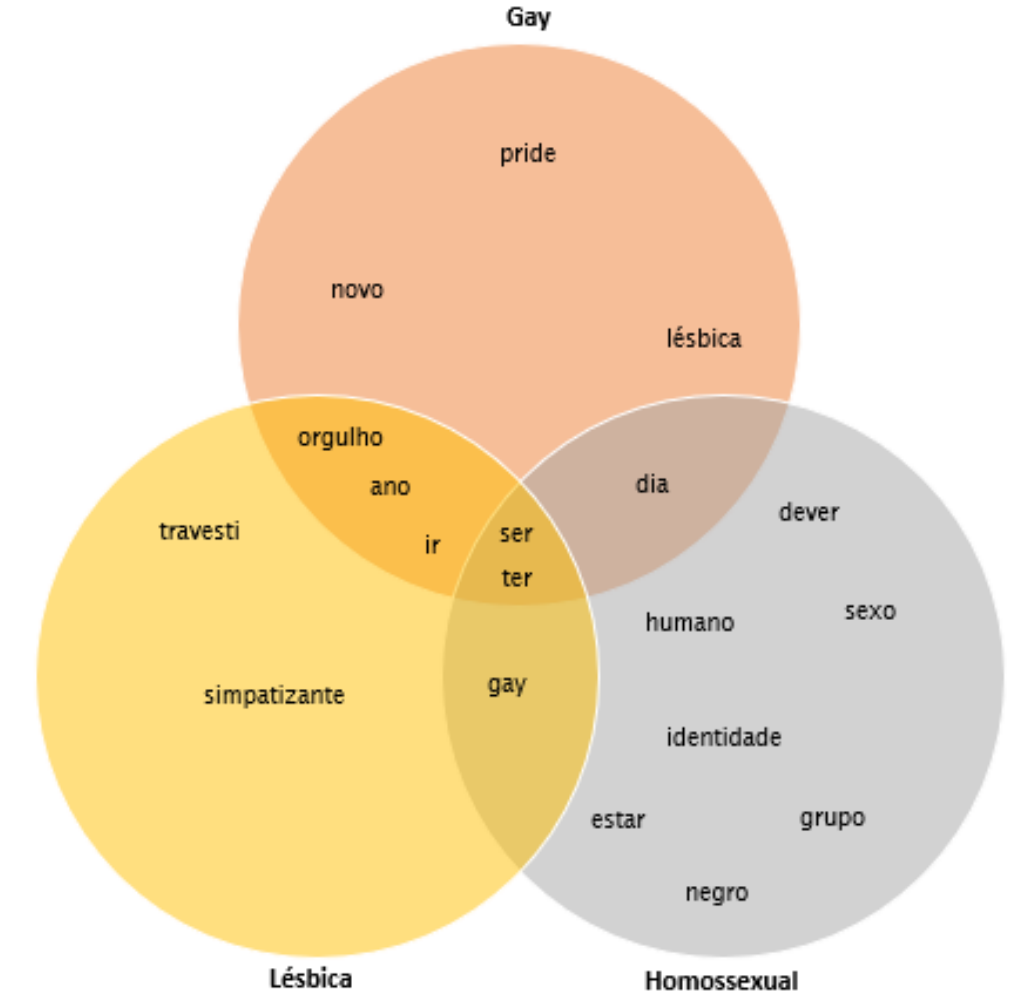


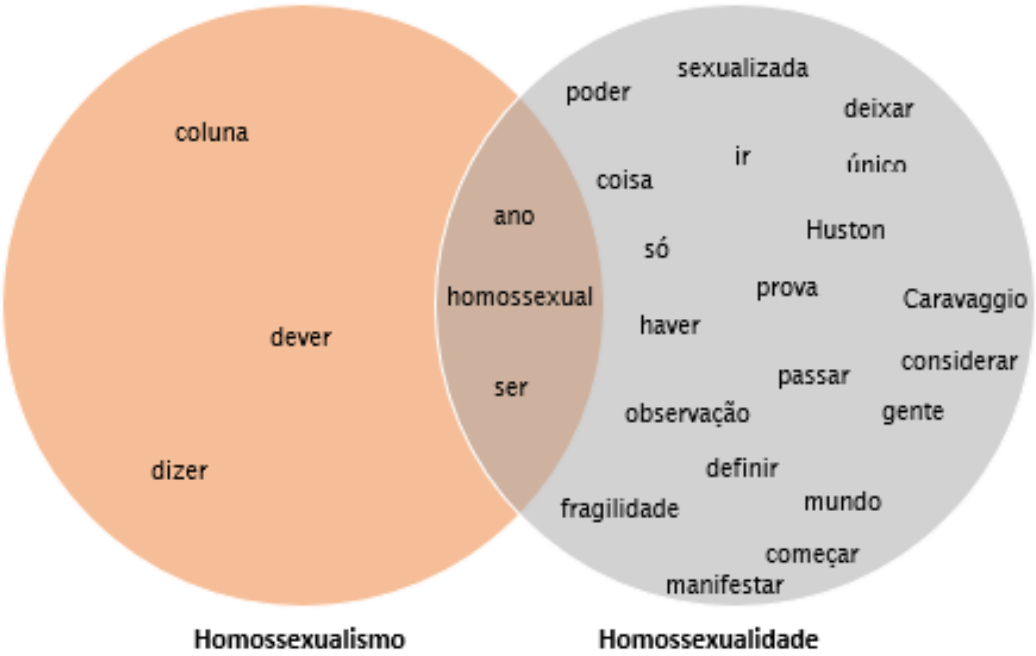
1.3 Coocorrência 1989



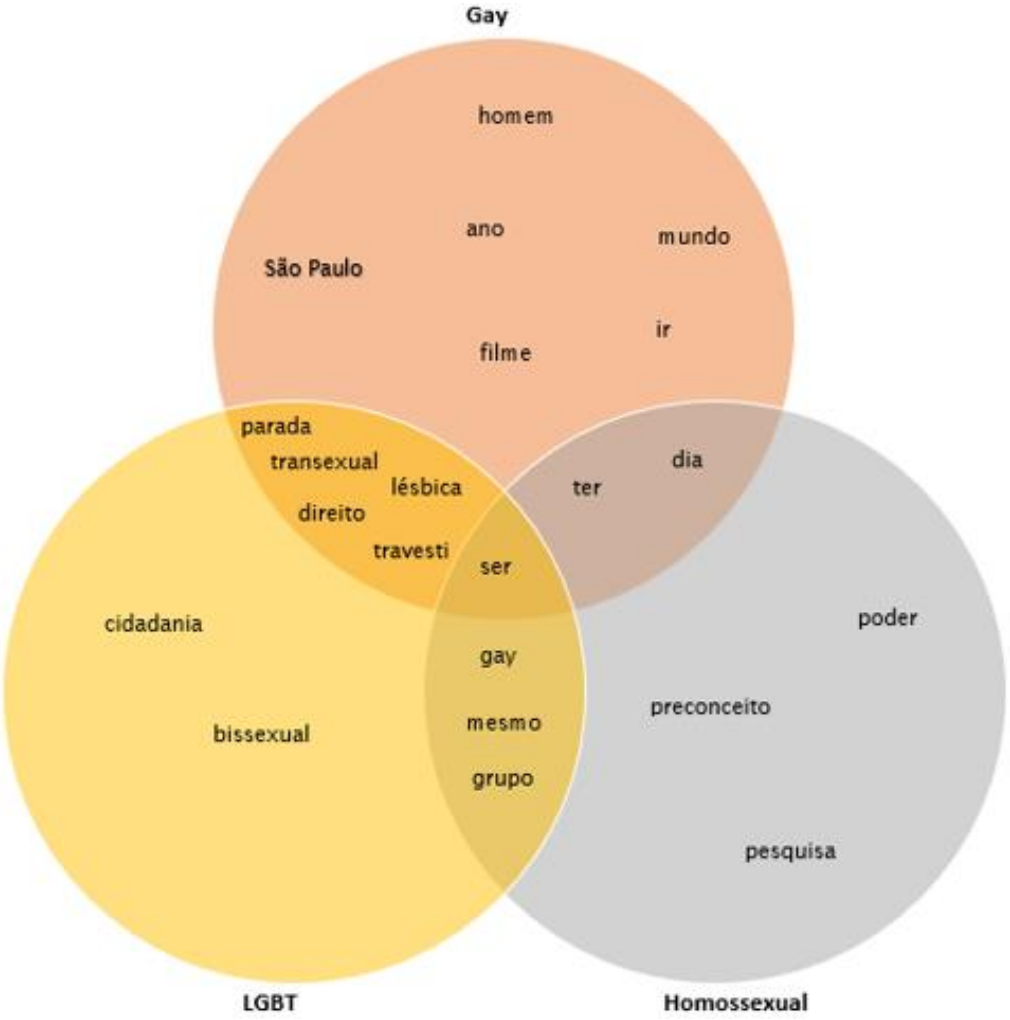


1.4 Coocorrência 1999

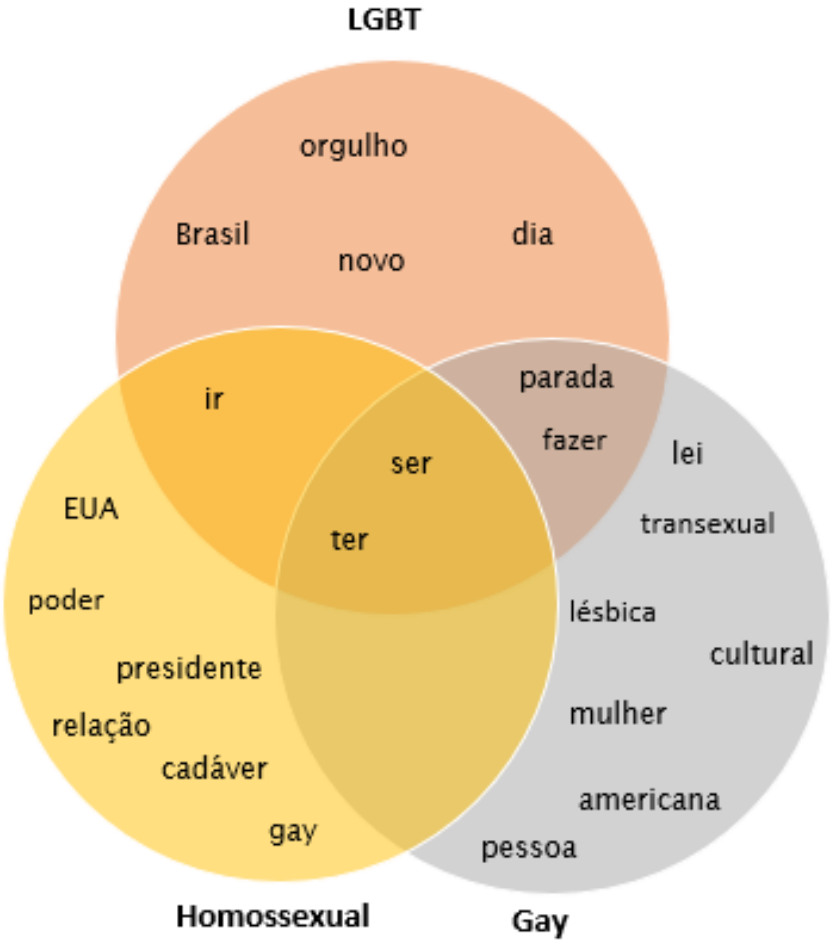


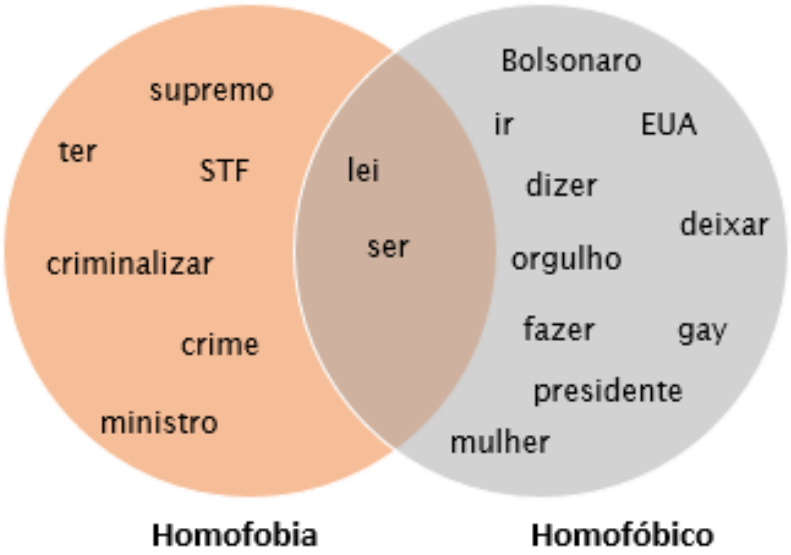


1.5 Coocorrência 2009



1.6 Coocorrência 2019





2 IRC em cada período

Índice de Repetição de Conteúdo (IRC, 1979)

Nomeação	IRC	Nomeação	IRC
Homossexual	73%	Sapatão	1%
Gay	15%	Minoria	1%
Bissexual	3%	Masculina	1%
Travesti	2%	Lésbica	1%
Efeminado	1%	Criatura	1%
Travestido	1%	Afeminado	1%

Índice de Repetição de Conteúdo – IRC (notícia e opinativo, 1979)

Nomeação (informativo)	IRC	Nomeação (informativo)	IRC	Nomeação (opinativo)	IRC	Nomeação (opinativo)	IRC
Homossexual	88%	Afeminado	1%	Homossexual	47%	Sapatão	2%
Gay	8%	Travestido	1%	Gay	31%	Minoria	2%
Efeminado	1%			Bissexual	8%	Lésbica	2%
Masculina	1%			Travesti	6%	Criatura	2%

Índice de Repetição no Conteúdo – IRC (1989)

Nomeação	IRC	Nomeação	IRC
Homossexual	30%	**Grupo de risco**	4%
Gay	10%	**Doente**	4%
Aidético	9%	**Voluntário**	4%
Travesti	6%	**Soropositivo**	3%
Infectado	5%	**Paciente**	3%

Índice de Repetição no Conteúdo – IRC (1999)

Nomeação	IRC	Nomeação	IRC
Gay	40%	GLS	4%
Homossexual	20%	Ativo	3%
Lésbica	7%	Passivo	2%
Travesti	6%	GLBT	2%
Drag queen	4%	Bissexual	2%

Índice de Repetição no Conteúdo (notícia e opinativo, 1999)

Nomeação – IRC (informativo)	Nomeação – IRC (opinativo)
Gay – 37%	Gay – 45%
Homossexual – 21%	Homossexual – 19%
Lésbica – 7%	Lésbica – 8%
Travesti – 7%	GLS – 7%
Ativo – 4%	Travesti – 4%
Drag queen – 4%	Drag queen – 4%
Passivo – 3%	Simpatizante – 2%
Bissexual – 2%	
GLS – 2%	
GLBT – 2%	

Índice de Repetição no Conteúdo – IRC (sexualidade, 1999)

Nomeações – IRC	Nomeações – IRC
Homossexualismo – 53%	Sodomia – 2%
Homossexualidade – 23%	Lesbianismo – 2%
Relações bichíntimas – 4%	Bissexualismo – 2%
Travestismo – 2%	Bissexualidade – 2%
Sexualidade transgressora – 2%	Amizade colorida – 2%

Transexualismo – 2%	Ambiguidade sexual – 2%

Índice de Repetição no Conteúdo (2009)

Nomeação	IRC	Nomeação	IRC
Gay	42%	Transexual	3%
Homossexual	16%	Bissexual	3%
LGBT	7%	GLS	2%
Lésbica	6%	Veado	1%
Travesti	5%	Assexuado	1%

Índice de Repetição no Conteúdo – IRC (notícia e opinativo, 2009)

Nomeação – IRC (informativo)	Nomeação – IRC (opinativo)
Gay – 40%	Gay – 44%
Homossexual – 16%	Homossexual – 17%
LGBT – 7%	LGBT – 5%
Lésbica – 7%	Travesti – 5%
Travesti – 6%	Lésbica – 4%
Transexual – 4%	Transexual – 3%
Bissexual – 3%	GLS – 3%
GLS – 2%	Bissexual – 3%
Drag queen – 2%	Veado – 2%
Transgênero / – 1%	Bicha – 1%

Índice de Repetição no Conteúdo – IRC (violência e sexualidade, 2009)

Nomeação de violência – IRC	Nomeação da orientação sexual – IRC
Homofobia – 77%	Homossexualidade – 56%
Homofóbico (a) – 14%	Homossexualismo – 27%
Homoterrorismo – 9%	Assexualidade – 5%

	Lesbianismo – 3%
	Bissexualidade – 3%
	Assexualismo – 3%
	Transvestismo – 2%
	Bissexualismo – 2%

Índice de Repetição no Conteúdo – IRC (notícia e opinativo, 2019)

IRC (informativo)	IRC (opinativo)
1 LGBT – 26%	1 gay – 25%
2 gay – 24%	2 LGBT – 15%
3 homossexual – 9%	3 homossexual – 8%
4 LGBTI – 7%	4 transexual – 7%
5 trans – 6%	5 trans – 6%
6 transexual – 6%	6 LGBTI – 5%
7 travesti – 3%	7 lésbica – 5%
8 transgênero – 3%	8 transgênero – 3%
9 lésbica – 3%	9 drag queen – 3%
10 bissexual – 2% **LGBTQ** – 2%	**10 não binário** – 2% **LGBTQI** – 2%

Índice de Repetição no Conteúdo – IRC (orientação sexual, 2019)

2019	IRC
homossexualidade	86%
homossexualismo	2%
transexualidade	2%

pederastia	2%
lesbianismo	2%
transgeneridade	2%
homoafetividade	2%

Anexos

Anexo 1 – Notícia da Folha de S.Paulo (1969)

PARAISO DE NUDISTAS NO CHILE

Vinte e cinco "travestis" que participavam numa gigantesca orgia numa casa particular de Antofagada ,Chile, foram detidos pela policia. Da "festa" participavam 50 homens e apenas uma mulher.

Os policiais, presente no lugar em virtude de um chamado telefonico, pediram reforços, mas numerosos participantes da orgia conseguiram fugir pelas janelas e telhados vizinhos ao "templo do amor".

Entre eles havia três estudantes argentinos, sem a documentação respectiva para permanecer no país, e usavam pastas com cartazes alusivos ao MIR (Movimento de Esquerda Revolucionario) e retratos do "Chê" Guevara.

A policia prendeu oito "travestis" e 17 homens nus, que ao serem levados ao quartel policial, se cobriram com peças do "sexo fraco", das quais se haviam despojado depois de espetacular "strip-tease".

Informou-se posteriormente que, no lugar, á policia encontrou grande quantidade de cocaina, embora nenhum dos detidos apresentasse mostras de haver consumido a droga. (AFP)

Anexo 2 – Nota da coluna “Dorothy Manners Informa”, jornal O Globo, 1969

Mudou de sexo

RECEBI uma interessante carta de Dawn Langley Simmons, ex-"filho" de Margaret Rutherford, que se submeteu a uma operação para mudança de sexo e logo depois se casou com o mordomo negro John Paul Simmons. Ela reside agora em Charlston e é funcionária do John House Museum. Informou-me em sua carta: "Meu marido e eu estaremos de volta à Inglaterra muito em breve para casarmo-nos de nôvo na igrejinha da aldeia onde nasci. Já marcamos a data: 7 de setembro. É claro que minha mãe adotiva estará presente. Foi com muita satisfação que soubemos, através da sua coluna, que ela já se restabeleceu da fratura na coxa e que já se prepara para atuar no papel principal de "Song of Norway". Coragem e resistência física sempre foram características dessa minha maravilhosa mãe, Margaret Rutherford".

Margaret Rutherford

Anexo 3 – Notícia do jornal O Globo (1979)

OS DISTÚRBIOS DE SÃO FRANCISCO

Crise na meca dos homossexuais

O GLOBO Terça-feira, 13/6/78 23

Jeans apertados, botas velhas: um uniforme gay

Anexo 4 – Ridicularização da travesti na coluna Coisas da Vida (O Globo, 1979)

COISAS DA VIDA

O triste fim de um casamento em Campos

Nem o pároco da igreja de São Benedito, padre Otho Deodato, sabia que hoje, às 18 horas, celebraria o casamento de Sheila Mara Ferreira Peixoto com o motorista de táxi Carlos Augusto Oliveira Terra, em Campos. As únicas pessoas informadas eram os convidados para a cerimônia; e foi um deles que confidenciou ontem ao pároco que a noiva não era outra senão o travesti Ari Ferreira Peixoto, e mostrou-lhe o convite, no qual nada fazia supor que a igreja seria palco de acontecimento tão inusitado.

Dizia o convite: "Ao cair da tarde do dia 21 de junho de 1979, às 18 horas, na igreja de São Benedito, estarão unindo-se pelos laços do matrimônio, perante Deus e os homens, Sheila Mara e Carlos Augusto. As famílias Ferreira Peixoto e Azevedo Terra sentir-se-ão honradas com a presença de V. Excia. e Exma. família. Os noivos receberão os cumprimentos na residência da noiva".

Disposto a não permitir a consumação do ato, padre Otho pediu ajuda ao delegado Amaro Salve, que não hesitou: mandou prender os noivos e até as "madrinhas", Lady Carla (Esmeraldo da Silva Terra) e Vanessa Redgrave (Valdir Francisco Pinto).

— Na verdade elas não cometeram nenhum delito que justifique a prisão, mas isto aqui é uma cidade civilizada, e não vou permitir bagunça — explicaria Amaro Salve aos repórteres que acorreram à delegacia.

A presteza do delegado não foi suficiente para o padre Otho: apesar de saber que os olhos estavam trocadilhos no xadrez, ele — pensando provavelmente na possibilidade de uma fuga e da invasão da igreja — pediu proteção à Polícia Militar. No indignado ofício que enviou ao coordenador regional de Polícia, ele diz que "as autoridades têm a obrigação de impedir a realização de atos contrários à moral e à Igreja", e exige, "na condição de ministro de Deus, a proibição da imoralidade".

O delegado Amaro Salve, por sua vez, parecia mais apreensivo que indignado:

— Não vou mesmo permitir a realização do casamento, se é que podemos chamar isto de casamento. Existem muitos travestis em Campos e poderia haver uma concentração, com tumultos e conseqüentes atos de violência.

Depois de ouvir ponderações dos repórteres, Amaro Salve concordou em libertar "noivos" e "madrinhas". Foi até o xadrez — Sheila Mara e os outros dois travestis estavam numa cela, Carlos Augusto em outra — e anunciou que todos seriam soltos, com uma condição:

— Não insistam em casar na igreja do padre Otho, senão eu prendo todo mundo de novo e abro inquérito.

Advertência desnecessária, porque o romance que quase acabou em casamento teve ali mesmo um melancólico fim: de sua cela, Carlos Augusto teceu uma discussão com a "noiva", censurando seu comportamento:

— Você distribuiu convites pela cidade inteira e transformou em escândalo um negócio que era só nosso.

Não tardou a resposta:

Não me venha com desculpas agora. Você não é homem? Se a gente não pode casar na igreja, vamos nos casar em outro lugar qualquer. Isto não é motivo para você romper comigo.

Carlos Augusto retrucou que "não estava mesmo com muita vontade de casar", mesmo sendo "depois do vexame". Com um breve "está terminado", despediu-se de Sheila e apressou-se em abrir caminho entre policiais e repórteres.

Anexo 5 – Exemplo de notícia com lead superior (Folha de S.Paulo, 1979)

A menor abandonada

São minoria nos bandos e nas ruas. Vivem como seus iguais masculinos, miseráveis e ativas. Preparadas para os assaltos na escola dos furtos nas feiras, formadas em malandragem por outras, mais velhas. Acabam prostitutas ou nos presídios femininos, mesmo sonhando casar, estudar. Internas, aprendem o amor homossexual, aprendem a castigar alcaguetas, odiar adultos, planejar vinganças. Não têm pais, ou se declaram filhas e irmãs de vagabundos, macumbeiros. Querem tanto a liberdade que organizam a vida das Unidades de Triagem e Recuperação como se lá houvesse família, avós, pais, tios, sobrinhos. Quase sempre, apanham. Das amantes, pois o namorado nem faz parte dos sonhos. Aos dezoito anos, voltam para as calçadas, esquinas, hotéis. Não mais como infratoras, vítimas da extrema miséria que separou a família e proibiu escola e alegria. Serão prostitutas, "mal necessário", como se diz. Então, a menina abandonada terá companhia. Na cama. Reportagem de Nilza Prata Bellini, texto de Luiz Fernando Rodrigues.

O curto caminho para a prostituição

FOLHETIM

Anexo 6 – Coluna “A vida secreta”, assinada pelo psicanalista Pedro Salas (O Globo, 1979)

MITO

Extensão da infância, um degrau para o universo do imaginário

a vida secreta

PEDRO SALAS

— Gostaria que o senhor me ajudasse a compreender uma coisa estranha que acontece comigo... Gostaria de saber se isso é normal, se costuma acontecer com as pessoas... O meu problema é que estou apaixonada por um artista que nem conheço pessoalmente. Vejo-o na televisão, em shows, nas fotografias das revistas... Sinto uma atração irresistível... E o Ney Matogrosso... Vivo pensando nele, sonho com ele, e quando o vejo fico toda... Tornou-se uma espécie de fixação, eu não gosto de mais ninguém, só do Ney Matogrosso, não consigo me interessar por qualquer outra pessoa. Eu não sei como isso acontece, eu nunca conversei pessoalmente com ele, mas adoro o seu jeito, a maneira de cantar, vivo escutando os discos dele o dia inteiro... Gostaria de saber do senhor o que está acontecendo comigo, porque, além do mais, eu gosto de toda essa situação...

Anexo 7 – Artigo assinado pelo cientista social Gilberto Vasconcellos (Folha de S.Paulo, 1979)

Segunda-feira, 25 de junho de 1979

O dandy, o bofe, o gay

Gilberto Vasconcellos

Vigilância em cima. Na rua, na cama, no trampo. A autovigilância, mesmo para quem quiser ficar numa boa, tranquilo, descontraído, Humphrey Bogart agora é Woody Allen. O percurso do sedutor no cinema norte-americano parece dizer que tanto faz artista ou intelectual, uma, duas ou três vezes por ano o comércio sexual é interrompido por causa da herpes nos órgãos genitais. Tem sempre um que sofre e outro que se entedia. Love e grana.

Agonia do dandy no espaço cada vez mais carcerário das grandes cidades. As operações do corpo sob controle, a consciência alerta e desperta que não apaga nem nos momentos de abandono, como o vício de mentalizar antes de acontecer, como o pavor de ser pego de surpresa. A gente paga tudo, pelo menos é o que diz a bibliografia especializada: rolar e rebolar para segurar a angústia que pinta de se perder ao meio da garra de querer prender e possuir.

Enfim, o cinema e a dialética do iluminismo. O lado fálico da dialética das "lumières", o começo quero dizer, o adiamento do prazer e o sacrifício de Penélope. Digo isso porque a primeira cena é fundamental, aquela apres-midi num H.O. da Sampa, com colchão fundo tecnicolor e tudo.

Mulheres e modernidade. Um barato a insolência de Lauren Bacall encarar fixamente o olhar do homem; quem vai entregar os pontos primeiro? Com Louise Brooks e Marlene Dietrich é a mesma performance de sedução. Ainda que deixem transparecer a canseira desse teatro, ainda que mostrem a opacidade necessária à representação fálica de conquistar e ser conquistado (Slim, por exemplo, quando pretar, nem tampouco se é uma tendência dominante hoje na cultura. Sinto no entanto um treco no ar aqui na Europa (em São Paulo também, só que em menor escala), um fenômeno esquisito e intrigante: o afrouxamento do sentimento de culpabilidade no artista e no intelectual. Culpa na acepção clássica: de ter escapado do trabalho manual e denunciar a sociedade que o privilegia, que escreve um livro sobre a miséria ou a opressão sem se autoquestionar corre o risco de tecer uma ladainha anacrônica. Nesse sentido, um livro ou um filme "about" simplesmente alguma coisa já não tem mais condições de ser feito. O crítico anda em apuros hoje em dia, mesmo o chamado crítico da cultura. Não é à toa que Theodor Adorno e visto aqui em Paris como o ponto

Anexo 8 – Exemplo da série “O mito revelado”, escrita por Anna Kashfi, ex-esposa de Marlon Brandon (O Globo, 1979)

O GLOBO Sexta-feira, 8/6/79

MARLON BRANDO

O MITO REVELADO-C

FINAL

Morte e ressurreição de um (anti) herói de Hollywood

ANA KASHFI
exclusivo para O GLOBO

Na década de 50, a ascensão de Marlon Brando como ator fora meteórica. Nos anos 60, entretanto, ele parecia, segundo sua ex-mulher Anna Kashfi, um ator decadente, a participar de maus filmes e a envolver-se em seguidos e inconstantes casos amorosos. Até que surgiu a possibilidade de fazer o principal papel de "O poderoso chefão". Foi o filme que colocou de novo Hollywood a seus pés. Mas desta vez Marlon voltou-lhe as costas: rejeitou um Oscar e se mudou para Paris, para rodar "Ultimo tango em Paris". Esta é a conclusão da biografia de Anna Kashfi sobre Marlon Brando.

Com Dennis Banks, um dos líderes do movimento índio americano: adesão irrestrita a uma causa alheia

Marlon passou grande parte da segunda metade dos anos 60 na Europa, África e Taiti — trabalhando em filmes, viajando ou descansando em sua ilha particular (em 1966 ele acabou de pagar Tetiroa).

As mulheres — sem nome ou rosto — continuaram a entrar e sair da vida de Marlon. Uma saía de sua cama e a seguinte já estava ajeitando seus travesseiros. Apesar do casamento com Movita, e apesar da paciente Tarita no Taiti, Marlon se concentrava nas meninas à mão.

— Ser um artista de cinema significa que posso abrir mão da necessidade de grande parte das preliminares sociais — disse ele a um amigo. — Não existe mulher que não consiga conquistar, se meter isto na cabeça. Todas elas se apaixonam pelo artista de cinema. Veja...

Ala continua, passou uma cantada em uma transeunte de 17 anos.

Mas basicamente Marlon estava preocupado com o fracasso de seus filmes durante a década de 60. Ele tinha, ainda nos anos 50, deixado de ser ator para se transformar em um astro. Quando os anos 70 começaram, parecia que ele estava deixando de ser uma estrela em decadência para tornar-se um sol fraco, mas ainda brilhante.

Pauline Kael havia escrito que depois de "Sindicato de ladrões", o trabalho de Marlon tornara-se progressi-

Corso-JONES, o pai do Super-homem, em "Superman, o filme"; 2,5 milhões de dólares por 12 dias de trabalho

Marlon, é lógico, não podia aceitar honrarias secundárias. De acordo com um dos membros da equipe, ele competia com um "louco duplo". Em uma cena onde James Caan é filmado entrando em uma sala, ele abre a porta — para encontrar Marlon caído com as nádegas de frente para a porta. Marlon então colocou suas nádegas em foco.

Uma loucura final foi alcançada durante a cena de casamento, quando

corpo ressuscitou para dançar na frente de uma audiência revigorada. Os réquiens desapareceram à medida que vozes do coro de aleluia dominavam os quatro cantos. Mais uma vez, um mesmo de celulóide dominava as telas.

Mas mesmo antes do sucesso de "O poderoso chefão", Marlon estava procurando um filme "fora de série" como a única salvação.

No final de 1971, o produtor Alberto Grimaldi havia telefonado para Brando de Paris, onde ele e o diretor Bernardo Bertolucci estavam encontrando certas dificuldades para escolher o elenco de seu próximo filme, "Ultimo tango em Paris". Marlon foi até Paris, onde foi apresentado por Grimaldi a Bertolucci.

— Nos primeiros 15 minutos, ele não disse uma só palavra; ele só me olhava — recorda-se Bertolucci. — Depois pedia-me para eu falar sobre o filme. Fiquei meio sem graça, mas contornei a situação falando sobre o personagem que tinha em mente para o filme. Ele ouvia atenciosamente e depois disse sim imediatamente, sem pedir para ler o roteiro.

Bertolucci voltou com Marlon para Hollywood para duas semanas de psicoterapia mútua — discutindo suas experiências sexuais e pontos de vista filosóficos. Resumindo a as sessões, Bertolucci disse:

— Marlon é um anjo como homem e um monstro como ator. Ele é todo inte-

ente. Pela primeira vez um filme fez-me sentir violando meu eu mais profundo. Será a última vez.

Depois o produtor Grimaldi foi atacado pela censura italiana. Acusações de obscenidades assolaram os tribunais italianos contra Grimaldi, Bertolucci e Marlon. As alegações diziam: "Contendo obsceno ofensivo à decência pública, caracterizado por um pan-sexualismo exasperado para seu próprio fim; dominado pela idéia de levantar apetites não verificados para o prazer sexual, extremando por representações não naturais, repulsivas e cruéis de união carnal com exibições de masturbação, atitudes libidinosas e nadeza baixa — acompanhados por sons externos, gemidos e gritos de prazeres em clímax". Com tal danação, o sucesso de bilheteria foi assegurado.

Quando lançado, o filme foi exaltado por algumas pessoas como "o trabalho mais brilhante da história do cinema", e outros o rotularam como "obra de baixeza pornográfica" (eu estava inclinada a concordar com esta última afirmação).

Por que, perguntei-me, Marlon aceitou este projeto? Por que desnudou-se para todo o mundo? (Pelo menos em "O poderoso chefão" as loucuras foram deixadas para fora das telas). Por que entregou-se a um espetáculo vulgar, obsceno e disfarçado? Será que ele encarara o papel co-

Anexo 9 – Notícia do V Congresso Internacional sobre Aids, no Canadá (O Globo, 1989)

16 • O MUNDO/CIÊNCIA E VIDA 2º CLICHÊ O GLOBO Sexta-feira, 9 de junho de 1989

Vacina reativa as defesas de aidéticos

HÉLIO HARA

MONTREAL — A primeira vacina contra a Aids testada nos Estados Unidos conseguiu despertar reações no sistema imunológico dos inoculados, criando novas esperanças de que, a partir de uma vacina, se consiga proteção contra os diferentes vírus que causam a doença. Para o Chefe do Setor de Testes do Instituto de Alergia e Enfermidades Infecciosas dos EUA, Clifford Lane, é preciso agora ampliar as experiências para grupos maiores.

— Estamos obtendo avanços e acredito que poderemos fabricar uma vacina a médio prazo — disse Lane ontem no 5º Congresso Internacional sobre Aids.

A vacina é uma cópia sintética da membrana exterior do vírus e os testes iniciais em seres humanos, realizados em 115 homossexuais não infectados, tiveram como objetivo saber se ela era segura. Esses homossexuais desenvolveram células T que atacaram microbios e reconheceram os diferentes tipos do vírus, ou seja, produziram anticorpos neutralizadores. O segundo passo será testar se a vacina realmente protege as pessoas da Aids.

Já a esperada aprovação da pentamidina inalável poderá colocar no mercado o até agora mais efetivo meio de combate — em testes — à pneumonia causada pelo protozoário **Pneumocystis carinii pcp**, principal infecção oportunista a provocar a morte de aidéticos. Um estudo apresentado por Michael Scolaro, do Saint Vincent Medical Center, em Los Angeles, conclui que a administração do medicamento em dias alternados é bastante eficaz na prevenção da doença.

O principal problema das drogas utilizadas contra esse tipo de pneumonia era a alta toxicidade. A pentamidina, diamidina aromática que se acumula principalmente no fígado, pode provocar efeitos colaterais que variam de insuficiência renal a reações alérgicas. Mas, sob forma inalável, tem esses efeitos consideravelmente reduzidos. Em seu estudo, Scolaro observou reações de 51 voluntários soropositivos à administração de 150 miligramas do produto em dias alternados. Simultaneamente, os pacientes recebiam de cem a 1200 miligramas de AZT e de 1,2 a 3,3 gramas de aciclovir diariamente. Num período que variou de seis a 22 meses, oito pacientes morreram, mas apenas um em conseqüência da pneumonia, o que o levou a concluir que a inalação através de nebulizadores de 150 gramas do produto em dias alternados pode prevenir o surgimento da infecção.

Telefoto AFP

O cientista Daniel Zagury fala no congresso sobre a vacina que está testando

Coração já causa 40% das mortes no Brasil

BELO HORIZONTE — O País está vivendo uma verdadeira epidemia de doenças cardiovasculares, com elevado índice de mortalidade, afirmou o Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Gilberto Corrêa Dias. Segundo ele, em 1930, 11,8% das mortes ocorridas no Brasil foram por doenças cardiovasculares. Em 1960, o índice subiu para 30,8% e no ano passado alcançou 40%.

O médico disse que 20% da população brasileira adulta são hiperten-

Anexo 10 – Notícia sobre hijras, publicada no jornal O Globo (1989)

Hijras, a seita dos castrados

Culto à deusa dos prazeres dissemina Aids

MONTREAL (Do enviado especial) — O culto à libidinosa deusa indiana Baitraj Mata é apontado por estudo da Organização Indiana da Saúde (OIS) como responsável pela crescente disseminação do vírus da Aids entre os chamados hijras, homens que se identificam sexual e psicologicamente com mulheres. Os hijras geralmente são castrados antes de serem aceitos na bizarra seita, que propõe um modo de vida pleno de sexo e prazeres.

Segundo a OIS, que ilustrou com uma série de grotescas fotos a apresentação do trabalho, os hijras vivem principalmente da prostituição e, devido à desinformação sobre a Aids (36,7% são analfabetos), constituem um imenso grupo de risco na India.

O estudo reuniu resposta a um questionário, dados de exames laboratoriais e médicos de 60 hijras, a maioria com idade entre 20 e 25 anos (33,3%). Dos hijras que participaram da pesquisa, 48 eram castrados. A castração, explica a OIS, é geralmente feita por um daima (espécie de sacerdote), sem qualquer formação médica, ao som de ruidosas batidas de tambores.

Resultados dos exames laboratoriais revelaram que 70% dos hijras eram sifilíticos, e dez por cento portadores do vírus da Aids. Este percentual, diz a OIS, é preocupante na India, onde até agora apenas 28 casos haviam sido comunicados à Organização Mundial da Saúde.

Anexo 11 – Entrevista com o pesquisador James Green por conta do lançamento do livro “Beyond Carnival” (Folha de S.Paulo, 1999)

5 ■ 8 mais! domingo, 6 de junho de 1999 FOLHA DE S.PAULO

NOVOS BRASILIANISTAS

OS GAYS ALÉM DO CLICHÊ E DO CARNAVAL

especial para a Folha

O brasilianista James Green, 47, vai lançar em setembro deste ano "Beyond Carnival" (Além do Carnaval), o primeiro livro de um historiador a abordar o homossexualismo masculino no Brasil em perspectiva panorâmica.

Utilizando como fontes arquivos médicos e policiais, jornais alternativos e muitas entrevistas, a pesquisa focaliza as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo desde o final do século 19 até os anos 70, com o surgimento dos primeiros movimentos gays. A obra sairá pela University of Chicago Press, uma das mais importantes editoras acadêmicas norte-americanas sobre o tema.

Como outros brasilianistas da "geração afirmativa", a trajetória de Green mistura vida pessoal e profissional. Em 73, Green fez parte de um comitê de apoio à oposição ao regime militar brasileiro, na Filadélfia (EUA). Depois de conhecer exilados brasileiros, [illegible] o país e morou em São Paulo, entre 76 e 81. Em 78, participou da fundação do Somos, um dos primeiros grupos de apoio aos direitos homossexuais no Brasil.

De volta aos EUA, começou a fazer pós-graduação, em 82. O "Beyond Carnival" [illegible] é o resultado [illegible], defendida na Universidade da Califórnia. Atualmente, Green ensina história latino-americana na Universidade Estadual da Califórnia, em Long Beach.

Os estudos de gênero são uma das áreas que mais têm crescido entre os brasilianistas nos últimos anos. Segundo Robert Levine, editor da "Luso-Brazilian Review", a única revista acadêmica norte-americana especializada no Brasil, 30% dos artigos que ele recebe atualmente têm gênero como tema. A seguir, a entrevista que Green concedeu à Folha.

★

Folha - É possível definir "homossexual" desde o século 19?

James Green - O termo "homossexual" foi introduzido no Brasil em 1895, mas antes disso alguns já se viam com uma identidade diferenciada. No Rio da década de 1870, os homens que desejavam ter sexo com outros homens eram conhecidos pejorativamente como "frescos" ou "putos" e claramente se consideravam diferentes de homens que mantinham relações sexuais com mulheres. Alguns desses homens eram efeminados, e esses eram os mais visíveis, especialmente para médicos e juristas que escreveram sobre o assunto. Eles formavam uma cultura semiclandestina no Rio.

Folha - O sr. afirma que, no Brasil, há uma clara distinção entre "ativo" e "passiva", sendo que muitas vezes apenas o último é identificado como gay. Isso é uma particularidade brasileira?

Green - No Brasil, "ativos" e "passivos" são associados à "masculinidade" e à "feminilidade". Presume-se que os homens que agem masculinamente têm de penetrar o seu parceiro, e o contrário ocorre com os homens efeminados, que devem ser penetrados. No entanto a minha pesquisa indica que não havia só esse padrão. Ou seja, no século 19 havia homens efeminados que gostavam de penetrar seus parceiros, e "ativos" que gostavam de ser penetrados. O estereótipo social tem categorizado o modelo ativo e passivo de uma forma rígida e nunca homogeneamente de acordo com a realidade. Nos anos 50, esse modelo começou a ser quebrado mais abertamente à medida que homens que tinham sexo com outros homens saíram dos papéis "ativo" e "passivo", identificando-se como "entendidos", "gays" ou "homossexuais". A mesma noção ativo-passivo prevalece no restante da América Latina.

Folha - O sr. usa duas imagens para definir o que seria o paradoxo da questão homossexual no Brasil: a do Carnaval, como momento de certa tolerância, e a da violência dirigida contra os gays. Qual é a mais próxima da realidade?

Green - Ambas fazem parte da realidade brasileira. Eu diria que existe outra realidade entre o Carnaval e a violência: a subcultura, o mundo que os homens que gostam de homens ou as mulheres que gostam de mulheres criaram para se socializar, se divertir, construir redes de apoio, encontrar parceiros sexuais etc. Esse mundo envolve tanto clubes, bares gays e grupos sociais, como também organizações políticas que se formaram desde 1978 para mudar o preconceito contra a homossexualidade. É um mundo complexo, criado para a sobrevivência e para permitir a integração.

Folha - De que forma os gays no Brasil são divididos por raça e classe social? Eles reproduzem a estrutura da sociedade brasileira?

Green - Sem dúvida. Embora existam algumas vezes contatos entre raça ou classe baseados num desejo mútuo ou em interesses socioeconômicos, no caso de michês e travestis, o mundo gay está invisível dentro das divisões sociais e raciais da sociedade brasileira.

Folha - Qual foi o período da história em que os gays sofreram mais perseguição no país?

Green - Durante a ditadura militar, sobretudo no período Médici (1969-74), quando os grupos gays e lésbicos estavam surgindo no mundo, era impossível organizar algo similar no Brasil, por causa da repressão. Além disso, os anos 80, quando a Aids atingiu o país, e as pessoas não sabiam exatamente o que a doença era, foram um momento difícil para os gays. Durante esse período, setores da direita atacavam os gays, e houve um aumento de assassinatos e violência. (FM)

O brasilianista James Green, professor de história latino-americana na Universidade Estadual da Califórnia

James Green faz a primeira obra histórica panorâmica do homossexualismo no Brasil

O QUE É BRASILIANISMO

Brasilianista é o termo usado para definir os acadêmicos norte-americanos que estudam o Brasil.

Historicamente, o expressão está ligada aos estudos feitos sobre o país relacionados com as necessidades estratégicas dos EUA durante a Guerra Fria. Nos anos 50, milhões de dólares foram destinados para pesquisar países como União Soviética e China —uma tendência que ficou conhecida como "estudos de área".

Na década de 60, as atenções se voltaram também para a América Latina. O governo norte-americano, preocupado com a expansão da Revolução Cubana (1959) para outros países, investiu no programa de pós-graduação com financiamentos para estudantes estrangeiros.

Batizados de "os filhos de Castro", os brasilianistas dessa geração vieram, na maioria, com a preocupação de entender a política brasileira durante o período republicano, embora muitos tenham estudado também o período colonial, a literatura, a religião e outros temas.

Fazem parte desse grupo nomes como Robert Levine, Ralph Della Cava, Warren Dean, Riordan Roett, Stuart Schwartz, Kenneth Maxwell e Thomas Skidmore.

A repentina invasão causou suspeitas, sobretudo após 64, quando os perseguidores e acadêmicos brasileiros, perseguidos pelo regime militar e impedidos de trabalhar, assistam a seus colegas do Norte avessando arquivos do governo e escrevendo sobre política. O historiador Robert Levine, por exemplo, pesquisou nos arquivos do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) do Rio de Janeiro entre maio e agosto de 64, poucos meses após a tomada do poder pelos militares —algo impensável para um acadêmico brasileiro.

O contato entre pesquisadores brasileiros e norte-americanos, atualmente, era sempre e desconfiado. Havia uma preocupação ideológica no Brasil, especialmente da esquerda, e uma preocupação nos EUA sobre a necessidade de promover democracia da Aliança para o Progresso. Mas isso mudou. Agora, há uma consciência internacional de pesquisadores dos dois lados.

A Aliança para o Progresso foi o programa proposto em 61 pelo presidente John Kennedy para a América Latina com o objetivo de melhorar as relações com os governos da região e, dessa forma, afastar perigo [illegible].

Segundo Levine, o fato de o brasilianista ter sido rapidamente pelos países [illegible] não significa que os pesquisadores tenham a mesma orientação. Vários dos alunos que entraram no doutorado num período da década de 60 [illegible], entrando [illegible]. Havia uma divisão entre os alunos da direita e os outros, não radicais exatamente, mas pessoas [illegible]. Não

Anexo 12 – Página da Revista da Folha com as colunas Black e GLS (Folha de S.Paulo, 1999)

PLURAL

BLACK Por Joni Anderson

500 anos de quê?

É no mínimo interessante que às vésperas das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil alguém levante questões que, além de dramáticas e vergonhosas, são nebulosas e permanecem sem solução na história do nosso país.

De carona nas festividades brazucas, o grupo Dudu Adé –ONG de combate ao racismo e homofobia, cuja coordenação é reservada a negros–, o Quipicumé (grupo de pesquisa) e o Zumbi Vive aproveitam a ocasião para fazer contrapropaganda.

Mais do que isso: com o projeto "Todos a Bordo" –ciclo de debates, sessões de vídeo, festas e workshops que acontecem até o ano 2000–, tomam como pretexto o que consideram a "farsa do descobrimento" para promoverem uma integração de todos os setores da comunidade negra (mulheres, militantes, hip hop, homossexuais, estudantes...) e levar adiante velhos e mal resolvidos fantasmas que abalam a negritude.

Do candomblé como forma de resistência negra à democratização racial da imagem, os temas em pauta são calorosos e polêmicos e contam com a participação de estudiosos, personalidades e público em geral.

O Dudu Adé defende a implementação de políticas de ações afirmativas na educação e no mercado de trabalho e até o (questionável) voto étnico como forma de beneficiar o equilíbrio e extinguir outros sinais de intolerância racial e cultural.

As atividades começam amanhã quando os grupos irão com faixas e caminhão de som para a avenida Paulista. No dia 10 de julho acontece um seminário de combate ao racismo. E, no dia 15, exibição do filme "Todos a Bordo", de Spike Lee, que inspirou o nome do projeto.

serviço

Informações sobre agenda de eventos do projeto "Todos a Bordo", do Grupo Dudu Adé: tel. 3288 1302

e-mail: jonianders@uol.com.br

GLS Por André Fischer

Hoje é dia de festa

Neste final de semana, milhões de gays, lésbicas e seus simpatizantes em todo o mundo estarão indo às ruas para celebrar o orgulho de serem como são.

A data é uma referência à histórica revolta de Stonewall do dia 28 de junho de 1969, quando um grupo de homossexuais no bar Stonewall Inn, cansados de ser humilhados pela polícia de Nova York, se rebelou contra os maus-tratos e provocou uma guinada no movimento gay.

Na comemoração dos 30 anos, até o presidente Clinton declarou oficialmente junho mês do orgulho gay e lésbico nos EUA.

Como coincide com o início do verão, a Gay Pride acabou se transformando no grande Carnaval do hemisfério norte.

Em São Paulo, este domingo também vai ser dia de festa. A concentração começa às 14h no edifício Gazeta na Paulista (metrô Brigadeiro).

A Parada terá três trios elétricos, carros alegóricos, megabandeira do arco-íris, distribuição de kits e camisetas e termina na praça da República com show de artistas da noite paulistana a partir das 18h.

As meninas também comemoram 20 anos do movimento lésbico e vão ter uma presença especial. Absolutamente imperdível.

*

Em cada cidade brasileira a efeméride ganha um nome diferente. Em Porto Alegre será Parada Livre, no Rio, o pomposo Marcha pela Cidadania Plena e, em São Paulo, a salada de letras Orgulho GLBT

Anexo 13 – Notícia com múltiplo uso da nomeação gay (Folha de S.Paulo, 1999)

O POLÍTICO GAY

HARVEY MILK

O primeiro líder gay a assumir —um cargo político

JOHN CLOUD

DEPOIS QUE HARVEY MILK SE TORNOU O primeiro homem gay assumido na história eleito para um importante cargo político, as mensagens não pararam de chegar. "Agradeço a Deus por ter vivido o bastante para ver um dos meus sair das sombras e juntar-se à raça humana", escreveu uma lésbica de 88 anos.

No início de sua carreira política, Milk era uma daquelas figuras que contrariavam o bom senso: um homossexual assumido, candidato a um cargo público. Nos anos 70, muitos psiquiatras ainda classificavam o homossexualismo como uma doença mental. O jovem que se descobrisse homossexual poderia esperar uma vida adulta difícil pela frente, com perspectivas de trabalho sombrias, casamentos de fachada e bares à meia-luz.

Milk sabia que o principal problema dos homossexuais era a invisibilidade. Outros ativistas achavam que o mais importante era se aliar aos heterossexuais, podendo lutar com armas melhores pelos seus direitos políticos. Para ele, o pior de seus adversários era o trauma emocional do homossexualismo, em particular no caso dos que têm uma vida paralela às escondidas, o que provavelmente acontece na maioria dos casos.

Eleger um gay assumido era um passo simbolicamente crucial. Milk costumava dizer: "É preciso alimentar suas esperanças". Nascido numa família rica de Long Island, Nova York, ele lutou na Guerra da Coréia e, ao retornar, tornou-se um corretor em Wall Street. No entanto, o negócio o aborrecia e, no início da década de 70, encantado com o movimento hippie, mudou-se para San Francisco.

Os poucos gays que conseguiram um espaço na vida da cidade foram pegos de surpresa quando Milk anunciou sua candidatura a vereador, em 1973. Ele tinha uma grande idéia: buscar apoio na comunidade, e não nos meios influentes. Milk convenceu um número crescente de homossexuais de que eles poderiam ter uma participação política ativa na cidade.

Embora derrotado em suas três primeiras tentativas, Milk adquiriu credibilidade e um espaço positivo na mídia, algo jamais conseguido por outro gay assumido. Nem todos, porém, eram eufóricos. Ele era constantemente ameaçado de morte e afirmou várias vezes que seu assassinato seria inevitável. Milk chegou até a registrar um famoso desejo: "Se uma bala atravessar o meu cérebro, que ela destrua todos os medos e preconceitos".

De fato, no dia 27 de novembro de 1978, duas balas atingiram o seu cérebro. O prefeito George Moscone também foi assassinado no mesmo episódio. Dan White, um representante da ala radical conservadora anti-homossexual, havia sido afastado do conselho municipal e ficou perturbado quando sua reabilitação foi negada por Moscone. Horas depois do assassinato, White admitiu a culpa.

Da mesma forma que sua eleição, a morte de Milk fez despertar a consciência de seus pares. Mesmo que tenha servido de inspiração e alcançado a simpatia do público – fato raro no caso de um político homossexual –, teria sido emocionante ver outras de suas conquistas. Ele poderia ter liderado os gays na travessia dos anos iniciais da Aids. Em vez disso, Milk permanece como um símbolo do que os gays podem alcançar e dos perigos a que estão expostos nessa cruzada. ■

PARADA: Com orgulho de ser gay, lutou contra os preconceitos

Anexo 14 – Exemplo de notícia da Parada do Orgulho (Folha de S.Paulo, 1999)

PASSEATA

Manifestantes carregam balões com as cores do arco-íris

Parada Gay atrai 20 mil participantes

Número é o triplo do registrado em 98

da Reportagem Local

Cerca de 20 mil pessoas, segundo cálculos da PM, acompanharam ontem a 3ª Parada do Orgulho GLBT (dos gays, lésbicas, bissexuais e transgêneres), que saiu da avenida Paulista por volta das 15h e chegou à praça da República às 18h. É quase três vezes o público que acompanhou a parada no ano passado.

A passeata foi animada por sete carros alegóricos, uma bandeira de 50 metros de comprimento com as cores do arco-íris, símbolo do movimento gay em todo o mundo, e centenas de balões coloridos.

O evento contou com a presença da deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), autora do projeto de lei que estabelece a união civil entre homossexuais, e do deputado estadual Paulo Teixeira (PT).

"Não é fácil uma passeata reunir 20 mil pessoas de uma forma tão civilizada. Esta cheio de gente que não é gay aqui, e todo mundo convive na maior harmonia", disse Marta.

Paradas organizadas por homossexuais no mundo inteiro comemoraram ontem o dia internacional do orgulho gay e também os 30 anos da revolta de Stonewall Inn, nome de um bar de Nova York onde um grupo de homossexuais se rebelou contra a violência policial.

O presidente da Parada do Orgulho GLBT, Nelson Matias Pereira, 33, disse que recebeu ameaça de morte, pelo telefone, antes da passeata. "Eles diziam que, quanto mais veado melhor, porque eles iam matar todos de uma vez." Pereira afirmou ainda que, em uma reunião com a PM na quarta-feira, recebeu garantia de segurança.

Outras duas capitais comemoraram a data. Salvador montou uma exposição de fotografias de manifestações de homossexuais na Europa e EUA. Em Porto Alegre, houve parada gay e cerca de [illegible] [illegible]

FRANCO SANTIAGO

Anexo 15 – Conteúdo opinativo e anúncios ligados ao sexo (Folha de S.Paulo, 1999)

GLS Por André Fischer

Poucas e boas

A distribuidora Fernando Chinaglia resolveu voltar atrás na decisão de retirar dos bancos a edição 44 da revista "Sui Generis" –que exibe dois rapazes se beijando. O ato de intolerância gerou gritaria dos ativistas e uma mobilização inédita de internautas GLS. A revista já está circulando novamente, mas dentro de uma capa plástica. Mulher pelada pode. Criança dançando no boquinha da garrafa pode. Por que beijo não pode?

*

Não bastasse o mico do barbeirão, agora é um primo e ex-assessor que deve provocar novas dores de cabeça a George Michael. Por US$ 5 milhões, a Maria de Fátima está rifando a intimidade do cantor com promessas de detalhes escabrosos.

*

O 7º Festival MiX Brasil, que acontece em novembro em São Paulo, está com inscrições abertas para filmes e vídeos que de alguma forma abordem a questão da diversidade sexual. Vale praticamente tudo. Este ano, o vencedor do melhor curta nacional ganha viagem ao Canadá para apresentar seu trabalho no moderno Inside Out Festival em Toronto. Informações e inscrições pelo tel. 212-7390.

*

Depois do sucesso dos Gay Games em Amsterdã, parece que todo mundo resolveu fazer o seu. Os brasileiros já vão começar logo fazendo três. As Olimpíadas Gays, que além dos esportes convencionais nas versões tupiniquins tiveram o acréscimo de categorias como corrida de salto e pau-de-sebo, acontecem em Curitiba e Porto Seguro em 26 e 27 de junho e em Aracaju nos dias 3 e 4 de julho. Informações pelos telefones (041) 222-3999, (011) 258-4002, (079) 251-1834.

*

No dia 27 de junho tem Parada do Orgulho Gay na Paulista comemorando os 30 anos de Stonewall.

e-mail: afischer@uol.com.br

TERMAS ROMANA
PRAZER SEM CENSURA 00373 939 8088
VEM TRANSAR 00373 939 7246
DE HOMEM PRA HOMEM 00245 298 474
TARADOS 00245 298 499
HOMENS NA ATIVA 00373 961 3089
Para anunciar na Revista da Folha ligue para 224-3440 / 7723 ou passe um Fax para 224-4514 / 3133
revista da Folha
MIX BRASIL
> >> www.mixbrasil.com.br

Anexo 16 – Coluna de Hildegard Angel e o uso do termo “relações bichíntimas”

HILDEGARD ANGEL

TIAZINHA vai cobrir sua coisinha. Depois do impasse dos cadernos escolares recolhidos pelo Juizado de Menores, chegou-se à solução conciliadora. O Juiz de Menores, dr. Siro Darlan, sugeriu que sejam colocadas capas plásticas protetoras sobre as brochuras, obedecendo ao Estatuto da Criança, que obriga a comercialização de publicações eróticas embaladas em sacos plásticos. Já vindo com a capa plástica, não transparente, de proteção, o produto ganha em qualidade e desobriga as mamães de encapparem os cadernos da galerinha, como costumam fazer...

Câmara x Campelo: relações bichíntimas e twin-set pink

• **A TRANSMISSÃO** do depoimento do delegado **Campelo** na **Câmara** teve lances inacreditáveis. Um deles coube a um deputado não identificado que cunhou a expressão "relações bichíntimas". O deputado **Gabeira**, paladino das minorias **GLSs**, não deixou passar a oportunidade para, com firmeza, dizer que "se as insinuações são de homossexualismo, cabe dizer que os homossexuais também não devem ser torturados de maneira alguma". Estava muito elegante o deputado, com gravata **imprinée**. E quem luz o **balayage** nos cabelos da deputada **Rita Camata**? Perfeito! **Rita**, vestindo **twin-set pink**, propôs que, em nome do bom senso, o delegado fizesse o nobre gesto da renúncia, tirando o Governo dessa enrascada em que se meteu. Mas ele não atendeu. **É ruim, hein, Rita!**...

• **VEM CÁ:** o que é que tanto conversam ao telefone celular os nobres deputados durante o serviço?...

• **QUE TAL** dar um **upgrade** na rotineira programação social e comparecer, dia 23, ao 3º **Leilão** de obras raras da **Livraria Universal, de Baby Monteiro de Carvalho e Pedro Corrêa do Lago**? Um dos lotes mais preciosos é a carta do presidente **Nilo Peçanha** a seu amigo Irineu Marinho, datada de 21.9.1919. Os leilões costumam reunir a nata dos bibliófilos, colecionadores e alguns (poucos) personagens sociais...

• **FOI-SE O** tempo em que morar debaixo do viaduto era castigo só para sem teto. Agora, é castigo para com teto também. Os moradores do quarteirão diante do **Viaduto Pedro Álvares Cabral, em Botafogo**, estão literalmente sitiados. A população de rua instalada aí é formada de bandidos, marginais, toxicômanos. Assaltam, atacam, agridem, xingam. Moradores, antes de sair de casa, fazem o sinal da cruz. Só mesmo pedindo a **Deus**, porque as autoridades já se pede há três anos, sem sucesso. O departamento responsável é o **Parques e Jardins**. O local já foi um jardim, quem quiser que acredite...

• **NÃO ERA** tumor o que o banqueiro **Marcos Magalhães Pinto** tinha no pulmão. Era um lungo de morcego, conforme apuraram os exames. O lungo, perigosíssimo, é relativamente freqüente em pessoas que entram dentro do habitat do morcego. O que não é o caso de **Marcos**, que detesta freqüentar as bat-cavernas alheias. Não sai de casa...

• **O FUNGO** pode até matar. Resta saber o que leva o **Jardim Zoológico** a manter um habitat de morcegos, que as crianças adoram visitar. Ignorância ou inconseqüência?...

Marcos Ramos

EDUARDO KEMMELMEIER e Isabel Silva Ramos, noivos de junho, no dia D, na Igreja São Francisco e Paula. Recepção na Vila Riso...

Campinas paga 22 mil!

• **AS MUDANÇAS** na pasta da Justiça vão ser barba, **campelo** e bigode...

• **NO AFÃ** de resolver um problema, o Governo criou um maior. Não devem ter levado o fato de maneira completa ao presidente, a quem, mais uma vez, coube o desgaste. A insistência em nomear o novo diretor da Polícia Federal, apesar das acusações contra ele, teria objetivado ganhar tempo para fazer alterações mais profundas no ministério, ao longo do período do recesso parlamentar. Erro de avaliação e de estratégia...

• **CAMPINAS** paga R$ 22 mil de salário a seus vereadores! O **Brasil** precisa ser repensado...

Hebe insiste no Rio!

• **JUIZ DE FORA** virou a capital das "previews". Agora é a vez de "5 x comédia" estrear remontagem dia 26, no **Teatro Central**. O sucesso dos palcos em 96 vem totalmente repaginado mas com os mesmos **Fernanda Torres, Débora Bloch, Luiz Fernando Guimarães e Diogo Vilela**, que é mineiro de família tradicional. Seu nome verdadeiro é **José Carlos Monteiro de Barros**. Mesmo sobrenome do **Paulo Alberto/Artur da Távola**. Parentes?...

• **A LOURUDA Hebe** não desistiu do apartamento na **Av. Atlântica**. Em seu garimpo pelo imóvel, tem visto de tudo. Outro dia, num apê do **Golden Gate**, conheceu o fogão onde se cozinhava a comida de **JK**! Ele morou lá. Hebe brincou: "Só fecho o negócio se o fogão estiver incluído". Os corretores choveu. De um, recebeu vídeo oferecendo cobertura luxuosa com 50 cômodos! Um **Versailles** suspenso...

paraísodos

• **É HOJE:** carruagem, gaita de fole, covers de **Lady Di e Elizabeth II**, tudo pronto para a festa do casamento do príncipe **Edward com Sophie**, no **People**...• **CRISTINA PEREIRA** é uma mulher leoa! **Paulo Betti** a definiu como uma mulher do tipo "comigo-ninguém-pode". É verdade, ela tem tanto amor pelo teatro, é incansável. Vamos à **Casa da Gávea** dizer que ela também amamos o teatro e **García Lorca**. Obrigada, **Cristina!**...• **HENRIQUETA GOMES** é alegre e cheia de vida. E suas festas têm exatamente esse tom. O jantar desta semana foi para **Vera e Jorge Duvernois**. Todo mundo entrava escondendo um presente, que era para confortar o **Francisco Carlos Ferreira** — coitado! — que ganhava mais um ano à meia-noite. Teve bolo de chocolate com estrelinhas...• **NAS CÉDULAS** dos **Mais Bem Vestidos do Brasil**, tem um voto para o mais bem forrado **Salvatore Cacciola**...• **A ELEIÇÃO** mobiliza eleitores no **Brasil** inteiro. É pela primeira vez mobiliza candidatos também. **Verinha Bocayuva** tem feito intenso boca de urna, no **Country Club**. O que é desnecessário. Quem não sabe que Vera é chique?...• **E AS FITAS** do **BNDES**? Ao que parece, continuam debaixo do viaduto, assim como a investigação...• **ANGELA AONET**, a viúva **Amaral Neto**, reúne quarta, no **Esplanada Grill**, para almoço, **Belita Tamoyo, Marlene Carvalho, Cristiana Medeiros, Beth Serpa**...• **MARIA FERNANDA, Thais Moniz Portinho, Ari Coslov, Ney Matogrosso** foram ontem ao **Merci Piano Bar** cantar "parabéns" para **Isolda Cresta**, que também convidou maridos novos e antigos. Que fartura! **Isolda** representa a resistência dos bons valores do teatro e do convívio teatral...

Anexo 17 – Artigo com o termo “Homoterrorismo” (O Globo, 2009)

12 • O PAÍS

O GLOBO

Domingo, 21 de junho de 2009

NY 1969

Logo

A PÁGINA MÓVEL

SP 2009

Aos 40 anos do movimento gay, repressão resiste e homoterrorismo avança. Por que e até quando?

Antonio Gomes*

• 1969, Stonewall, Nova York. 2009, atentado com bomba na Parada Gay em São Paulo. Após sucessivas batidas policiais com humilhação e prisão no Bar Stonewall, reduto gay do Greenwich Village em NY, os homossexuais resistiram e se rebelaram contra a polícia; a rebelião gerou o apoio dos passantes e os policiais recuaram. É o marco histórico do início do movimento de emancipação e liberação dos homossexuais e do combate à homofobia. No ano seguinte, depois o primeiro Parada Gay. Em São Paulo, além da bomba atirada numa sacola do alto de um prédio, outros agressões ocorreram naquela tenebrosa. Um delas ocorreu.

Aos 40 anos do Stonewall, ataques como o de São Paulo estão além da homofobia. São atos de homoterrorismo. Apesar das transformações nos costumes e leis e da maior liberdade de expressão da opção sexual, persistem, mesmo ahora, a repressão através de atos de guerra. No Brasil, o número de assassinatos de homossexuais aumentou 65% em 2008 em relação ao ano anterior, revela a pesquisa anual sobre crimes com motivação homofóbica, do Grupo Gay da Bahia (GGB).

Como se explica o homoterrorismo? Como a homofobia, termo que designa moda, se transforma em ódio? Por um lado, podemos pensar a partir da lógica da exclusão do diferente e situar o homossexual ao lado do negro e do judeu, vítimas de discriminação e intolerância (o triângulo gay era cor-de-rosa nos campos de concentração) e também, como se tem visto, aquelas que frequentam religiões "fora da norma", como a Umbanda, alvos de agressões em seus templos. As mulheres, acrescente-se, continuam a ser discriminadas.

Essa norma cultica, que se confunde com o "normal", é a do "macho, masculino, jovem, heterossexual, cristão, financeiramente seguro e viajo" (cf. Dollimore). O homossexual provoca o imaginário de um gozo outro, tão diferente, e ao mesmo tempo tão semelhante. Para a consciência da norma, é sedutor qualificá-lo de perverso, não-confiável, pois seu gozo periférico, daí ser perigoso. Como disse Arnaldo Jabor, os gays " (...) sempre farão uma leitura de anglaria, pois ameaçam nosso consego, nossa identidade 'clara'. O gay é dupla, é dois, o viado tem algo de contrário, de ameaçador para a solidade do desejo... o gay sério inquieta... o gay de terno, o gay forte, o gay casado são muito perversos de não (...)."

Ao responder a uma relativamente preocupação com a homossexualidade de seu filho, Sigmund Freud (que mudaria sua posição pela descriminalização da homossexualidade) aponta, em 1935, que não é nenhuma desvantagem, nem vantagem, "não é motivo de vergonha, não é uma degradação, não é um vício e não pode ser considerada uma doença". Apesar disso, só em 1973 a American Psychiatric Association (APA) deixou de classificar a homossexualidade como doença. E depois que advieram gays, por duas vezes (1978 e 1971), lotaram seu encontro anual.

A psicanálise, na terceira direção, se opõe à pedagogia do desejo, pois esta é uma falácia. Não se pode educar a pulsão sexual, dirigi-la para acessibilidade aos ideais da sociedade. A pulsão segue os caminhos traçados pelo inconsciente, individual e singular. A pulsão não é boca: obedece à lógica de uma lei simbólica a que todos estamos submetidos.

Para a psicanálise, o interesse exclusivo de um homem por uma mulher também merece exclusividade. A investigação psicanalítica, diz Freud em seu texto genuíno sobre Leonardo da Vinci, opõe-se à tentativa de separar os homossexuais dos outros seres como um "grupo de lodole singular", pois "todos os seres humanos são zagueiros de fazer uma escolha de objeto homossexual e que de fato a consumaram no inconsciente".

Ou seja, a bissexualidade é constitutiva de todos, seja a escolha homossexual gratificada ou não. O complexo de Édipo, que cai no esquecimento, comporta também a ligação libidinal do filho para com o pai e da menina para com a mãe, além das ligações do filho com a mãe e da filha com o pai. Assim, a sobrevo de homossexuais que se proclamam como tais, diz Freud, "não é nada em comparação com os homossexuais latentes". Há uma diversidade enorme na homossexualidade lutte na praticada quanto na latente e sublimada. Devemos falar, portanto, de "homossexualidades". As sexualidades são tantas quantas existem os sujeitos, determinadas pelas fantasias de cada um.

A questão que se coloca assim epistêmico de teoria é como cada um fica com sua homossexualidade (patente ou latente) que se materializa nas ações, nas relações entre parentes do mesmo sexo e em todo ajustamento social. Segundo Freud, a libido homossexual é o cimento dos grupos e da massa, assim como a raiz dos ideais subjetivos de cada um se encontra em uma narcisismo (ele amar por si mesmo e até a autodestruição). O "amar aos outros como a si mesmo" tem claramente fundamento homo (igual) erótico.

A aceitação da homossexualidade do outro se encontra na dependência de como o sujeito lida com a sua própria. Quanto mais ele a rejeita em si mesmo, menos saberá lidar com ela, podendo fazer dessa outro um objeto de ódio, de agressões e até de assassinato. Dentro de uma cultura machista e falocêntrica (então no ocidente alguma que não o seja?) parece mais fácil para a mulher lidar com sua homossexualidade do que o homem. Não é à toa que o épithet *lesbian* virou moda entre as meninas. O que está longe de ser o caso para os meninos que cedo, muitas vezes na escola, aprendem a prática da homoterrorismo. A aceitação do outro como sexuado, diferente e independente, podendo fazer suas próprias escolhas de gozo sem ter que se desculpar, é um índice de civilização. O contrário é a barbárie.

ANTONIO QUINET *É psicanalista e escritor em Niterói*

O BLOG NA INTERNET

Quer saber mais sobre este tema? Blog de Luiz Eduardo Soares no Blog do Luiz

Anexo 18 – Legendas com modelos de nomeação pela rotulação (O Globo, 2009)

Ana Paula Arósio enfrenta dor do abandono em nova 'love story gay'

Murilo Rosa faz o amigo, também homossexual, em *Como Esquecer*, próximo filme de Malu De Martino

NAMORADOS CADA DIA +APAIXONADOS

IDEIAS DE PRESENTES DESCOLADOS

BOURBONshopping

Parada do Orgulho GLBT inspira eventos

CELSO PEREIRA/DIVULGAÇÃO

LUIZA LEMMERTZ/DIVULGAÇÃO

ELENCO AFINADO – Arieta Correa e Ana Paula Arósio em *Como Esquecer*; no alto, Murilo Rosa, que também faz um gay; e a diretora Malu De Martino

DO COMEÇO AO FIM – Irmãos gays e incestuosos, tema de Aluizio Abranches

Anexo 19 – Coluna: especialista responde dúvida de leitor sobre sexualidade (O Globo, 2009)

Alberto Goldin

Três formas de amar

Tenho 38 anos, sou casado com Sandra há dez, num total de 14 anos de relacionamento. Cometi o maior erro da minha vida, quando a traí num momento de crise conjugal. Ela descobriu e nunca me perdoou. A partir daí, para nos reconciliarmos e resgatar a libido dela, desgastada pela monotonia e longo tempo de convívio, sugeri pôr todas as nossas fantasias em prática. Então, começamos a nos relacionar com outros casais e mulheres e a frequentar clubes de swing. A consequência foi: ela descobriu que gosta muuuuuuuuuuuuuito mais de transar com mulheres. Hoje nos relacionamos com uma menina muito especial. Depois de muitas idas e vindas (três anos) estamos juntos há seis meses. Uma relação a três é realmente possível ou ela tende ao fracasso imposto pela rotina como em qualquer relacionamento?

HEITOR, Rio de Janeiro, RJ

Tudo começou com uma simples crise: marido infiel, a esposa descobre e, o que poderia acabar em reencontro apaixonado ou em divórcio judicial, foi reciclado numa inesperada revolução sexual. Decidem que a crise é consequência do tédio e da repetição da vida em comume entram em campo sedentos por experiências radicais. Frequentam casais liberais, casas de swing, mulheres para compartilhar a cama. Na vida tudo é relativo. A infidelidade inicial, que parecia tão importante, agora, no novo contexto, perde significado, e palavras como "traição" ou "ciúme" são esquecidas.

Heitor foi absolvido do seu crime. No novo contexto, Sandra se transforma em outra mulher, curiosa e empolgada. Não precisam mentir, a verdade ilumina a escuridão de noites intensas e compartilhadas, prazeres múltiplos, sexo liberado, sem tédio nem repetição. Une-se ao trem da alegria uma nova figura feminina, instalada para servir à inesperada vocação homossexual da Sandra.

Fazemos um breve parêntesis para respirar fundo e analisar os fatos. Terapeutas e detetives costumam inverter as sequências para descobrir novos ângulos da questão. O fato: Sandra descobre sua bissexualidade. Neste caso, era lógico que, no primeiro momento, o erotismo exclusivamente heterossexual do casal fosse pobre e insatisfatório. Detalhe importante, já que poderia, sutilmente, induzir o Heitor a cometer sua traição. Ou seja, a descoberta homossexual da Sandra, que parece ter sido uma consequência circunstancial, poderia ser o começo e real motivo da história.

Neste caso, infidelidade e tédio não seriam a causa da revolução, mas um álibi racional para introduzir outras mulheres no quarto, levando em consideração que não é comum que a traição do marido acabe numa relação a três. Não me cabe criticar nem censurar. O importante é diagnosticar os fatores em jogo. O prazer homossexual da Sandra não seria apenas uma descoberta tardia, mas a realização de uma tendência que já existia e produzia efeitos, ainda que não fossem necessariamente conscientes no começo. Heitor não é um simples espectador, faz parte do processo. Ambos deram um salto no vazio, que poderá ser transitório e reversível ou definitivo e irreversível. É óbvio que cada opção terá custos e benefícios para o futuro do casal. O que é inexorável é que, como os rios, os desejos humanos, quando são intensos, só têm dois destinos: se realizam a caminho do mar ou são represados e permanecem guardados sob pressão. Heitor e Sandra os realizaram, ampliaram sua cota de prazer, porém complicaram sua administração. Aqueles que, diferentemente, reprimem seus desejos têm vantagens sociais. Preservam as estruturas e, com frequência, são premiados nos seus objetivos familiares e sociais. No entanto, também pagam seu preço, seja com neurose, infidelidade, divórcio ou doenças psicossomáticas. Concluímos que não é tão difícil trazer mulheres ou neuroses para a casa. O mais difícil é tirá-las de lá.

Alberto Goldin é psicanalista. Os nomes dos leitores são alterados, para garantir o anonimato dos remetentes.
As cartas devem ser enviadas para **REVISTA O GLOBO**, na Rua Irineu Marinho 35, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20233-900, pelo fax (021) 2534-5535, pelo e-mail goldin@oglobo.com.br ou pelo site <www.albertogoldin.com.br>

Anexo 20 – Cartas de repúdio à notícia "Dia das Namoradas" (O Globo, 2009)

Dia das Namoradas

Deparei-me com a capa da revista Megazine (*9-6*) e comprovei que o ser humano quer a todo custo transformar uma opção pessoal em verdade. Qualificar de preconceito a desaprovação de pessoas que não pensam ou agem da mesma forma é um engano. As relações entre um homem e uma mulher, por acaso, parecem-nos estranhas? Acho que não. E sabemos que não chocam porque são uma instituição natural. Será que (*as minorias sexuais*) não estão impondo uma escolha pessoal?
Izilda Mariano de Almeida

Fiquei profudamente estarrecido com a matéria de capa da revista. Acho uma total falta de criatividade divulgar uma matéria desse gênero, voltada para jovens, em que o tema homofobia (*sic*) surge como normalidade. E imaginar que milhões de pais que compram este jornal (...) acabam criando ideias de que isto (*homossexualidade*) é natural, quando não o é! Fato irresponsável! Assim como a lei que querem impor sobre cotas, quando o correto é uma educação básica forte, e não ficar dividindo isso ou aquilo! O certo é igualdade para todos, é o que diz a Constituição. (...) Esse tipo de matéria não ajuda em nada na formação dos jovens. Cria o errado parecendo como certo, e o correto é tratado como preconceito! Acho total falta de responsabilidade, e me leva a pensar a respeito da qualidade dos jornalistas que estão saindo das faculdades... (...) Se o jornalista é a voz do povo, por que ninguém nunca me entrevistou para saber das minhas visões?
Alan Aguiar, designer

Anexo 21 – Homofobia e transfobia passam a ser crimes nomeados no jornalismo após validação do STF (Estado de S.Paulo, 2019)

Justiça. Por 8 votos a 3, Corte equiparou discriminação contra homossexuais, transexuais e até heterossexuais identificados pelo agressor como LGBTs a racismo; ministros do STF veem omissão do Congresso. Presidentes da Câmara do Senado criticam

Supremo criminaliza homofobia, mas mantém direito à manifestação religiosa

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Por 8 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem enquadrar a homofobia e a transfobia como racismo. Dessa forma, os ministros do Supremo entenderam que a legislação sobre racismo, em vigor desde 1989 no País, também deve ser aplicada para quem praticar condutas discriminatórias homofóbicas e transfóbicas.

Essas condutas podem ter como alvo homossexuais, transexuais ou até heterossexuais que eventualmente sejam identificados pelo agressor como LGBTs. Isto é, vale para casos semelhantes ao do pai e do filho agredidos em 2011 na Exposição Agropecuária Industrial e Comercial em São João da Boa Vista (SP) por estar abraçados.

O tribunal também fez ressalvas para deixar claro que a repressão contra essa conduta não restringe a liberdade religiosa. Fiéis, pastores e líderes religiosos têm assegurado o direito de pregar suas convicções, desde que as manifestações não se convertam em discursos de ódio, incitando hostilidade ou violência contra LGBTs. Um pastor, por exemplo, pode di-

Na pele. Espancado por dois homens em 2012, Baliera acredita que registro de casos de homofobia vai permitir que problema seja dimensionado no País

Anexo 22 – Título anafórico exige precisão na linha-fina (O Globo, 2019)

Rave. Com 19 trios elétricos e atrações variadas, a 23ª edição da Parada do Orgulho LGBT atraiu multidão à avenida Paulista e teve como tema os 50 anos de Stonewall, marco na luta do movimento

ORGULHO E FESTA

Parada LGBT reúne milhões em São Paulo com música e política

GUILHERME CAETANO
E LEO BRANCO
sociedade@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Com tom político, mas muito festivo e alegre, uma multidão celebrou ontem a 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma das Consolação ao longo do dia — mesmo número do ano passado. A Polícia Militar não fez estimativas.

O evento foi marcado por críticas ao presidente Jair Bolsonaro, que reiteradamente se declara contrário a causas do movimento LGBT, como o re- mensagens críticas ao presidente foram puxados por boa parte dos 19 trios elétricos. Além disso, cartazes com o lema "LGBT contra Bolsonaro" foram distribuídos aos participantes.

— As gerações mais novas do movimento LGBT fica- Cláudia Garcia, presidente da associação que organiza o evento — Agora tem um agravante, que é o governo, mas é assim que a luta continua.

A parada foi aberta pouco após às 12h, em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp). Madrinha do evento, uma luta por amor e empatia. Vocês merecem ter toda visibilidade do mundo — disse, em cima de um trio elétrico, acompanhada por ativistas e lideranças do movimento LGBT, como Thammy Miranda.

A decisão do Supremo Tri- como Toni Reis, diretor-executivo do Grupo Dignidade, um dos pioneiros na defesa dos direitos LGBT.

— Beijem muito, agora com autorização do STF — disse Reis, num dos discursos de abertura da festa.

O tema da edição deste ano foram os "50 anos de Stonewall", que relembrou o episódio de repressão policial no bar de Nova York. Por causa da resistência de frequentadores do local, o episódio se tornou um marco para a luta pelos direitos civis da comunidade LGBT nos EUA.

ABRAÇOS DE MÃE GRÁTIS

Enfeitadas com corações e carinhas felizes, mulheres ofereciam "abraços de mãe" para homossexuais que encontram a oposição de familiares. A advogada Kathia Regina Oliveira, de 57 anos, tinha um desses cartazes.

— A maioria das pessoas renega o que não segue esse modelo tradicional de família. Estou aqui hoje oferecendo abraços porque é um gesto de apoio emocional. Muita gente até chora — disse Kathia, que foi à festa com os dois filhos, o marido e o cachorro da família.

A administradora Joéssia Ferraz, de 55 anos, foi com a filha Rayza e a nora para também oferecer abraços. Ela diz que, apesar de sua filha não sofrer com a desaprovação da família, ela se sente na obrigação de retribuir esse carinho a outras pessoas gays que sofrem com a homofobia dos pais.

Algumas denominações evangélicas também marcaram presença na parada. O assistente administrativo Luiz Braga, de 32 anos, compareceu ao evento em nome da Igreja Cristã Contemporânea para demonstrar apoio à comunidade LGBT.

— Nós somos de uma igreja que aceita gays. Entendemos que Jesus não faz essa discriminação que muitos fazem — afirma Braga.

Entre os trios elétricos, o Bloco Gente de Fé, com repre-

Anexo 23 – Vocábulo “gay” foi o mais utilizado nos elementos de edição (Folha de S.Paulo, 2019)

EUA precisam de lei federal que proteja gays, diz casal pioneiro

Bourke e DeLeon foram parte do processo de legalização da união homossexual

ENTREVISTA
GREG BOURKE E MICHAEL DELEON

Paula Leite

SÃO PAULO Juntos há 37 anos, Greg Bourke e Michael DeLeon, ambos de 61 anos, foram um dos casais cujo processo chegou à Suprema Corte americana, fazendo com que esta reconhecesse o direito ao casamento gay nos EUA.

Na semana em que a decisão histórica completa quatro anos, relembram-se também os 50 anos da revolta de Stonewall, marco da luta da população LGBT por direitos.

Para Bourke e DeLeon, católicos que moram no Kentucky, no conservador sul americano, a aceitação dos gays vem avançando no país, mas falta uma lei federal que proteja os LGBT de discriminação — no Brasil, o STF decidiu, há duas semanas, por equiparar os crimes de homofobia e transfobia ao de racismo.

Greg Bourke e Michael DeLeon em evento nos Estados Unidos Arquivo pessoal

aceitou o caso porque eles reconheceram que as pessoas nos EUA não estavam sendo tratadas de forma igualitária perante a lei, então era uma questão constitucional.

Agora, alguns estados já aprovaram leis que protegem a população LGBT de discriminação no mercado de trabalho, na habitação e em acomodações públicas. Nosso estado não tem isso. Temos em algumas cidades ou áreas, mas se formos ao condado vizinho podemos ir a um restaurante e sermos expulsos.

Existe um movimento nacional por uma legislação federal — o Equality Act [Ato da Igualdade] existe há algum tempo e foi aprovado na Câmara, mas nosso Senado se recusa a discuti-lo e nosso presidente certamente não o sancionaria.

Há coisas preocupantes acontecendo. A população LGBT já vive com medo de que a Suprema Corte aceite ouvir um desafio à decisão sobre o casamento gay e decida derrubá-lo.

Vocês sentiram mudanças desde a eleição de Trump?

MD Vivemos em uma bolha, em uma cidade progressista [Louisville], temos empregadores que nos apoiam, assim como nossos amigos e família. Mas tem uma insegurança latente.

Falamos para nosso filho, cujo passaporte venceu, que

Os jovens LGBT hoje enfrentam desafios diferentes dos que vocês enfrentaram?

MD Na nossa igreja, uma mãe me parou e disse que seu filho tinha saído do armário e que ele se sentia encorajado por sempre ter nos visto. Quando a gente era jovem, não havia gays na igreja em que pudéssemos nos espelhar.

GB Quando a gente saiu do armário, nos anos 70, ainda era um crime no Kentucky ser homossexual. Não havia proteção nenhuma. Os pais hoje também são muito mais abertos a ter um filho LGBT. Acho que nunca vai ser fácil, mas é mais fácil de navegar hoje, porque há sistemas de apoio.

Stonewall é um símbolo importante para vocês? A maioria dos países não tem um local ou data simbólico da luta LGBT como os EUA têm.

GB É muito importante. Foi um ato de verdadeira coragem e bravura. Stonewall tem atraído pessoas de todo o país, os gays vão visitar como se fosse um altar. É um marco histórico, do qual temos orgulho.

Leia mais sobre os 50 anos de Stonewall na pág. C4

Stonewall foi revolta que marcou movimento LGBT

Frequentadores do bar gay

Anexo 24 – Cartas de leitores sobre pautas LGBTQIA+

Homofobia

Como cidadã, deixo aqui meu elogio ao STF, pois, ao tornar crime a homofobia, atua para que possamos aprender a respeitar as diferenças e para que a orientação sexual não sirva de premissa para julgamentos e manifestações de ódio. Com isso, talvez consigamos dar um passo a mais em direção a país com menos violência e com mais respeito ao outro, pois, antes de sua sexualidade, existe um ser humano que faz parte da sociedade. O preconceito é sinal de retrocesso e miséria social ("Sem pecar por covardia", de Bruno Boghossian, Opinião, 14/6).
Renata A. Melki de Souza (São Paulo, SP)

Parada LGBT

Esse é o verdadeiro povo brasileiro: bonito e alegre por natureza ("23ª Parada do Orgulho LGBT reúne milhares em São Paulo", Cotidiano, 23/6). Sejam felizes mesmo. Infeliz aquele que nega sua própria condição sexual.
Fabio Dantas (Criciúma, SC)

*

LGBTs não conseguem se projetar pela competência? É preciso se vitimizar e querer aparecer o tempo todo? Discriminação, intolerância e violência existem em todos os setores. Não há lugar para "especiais" que se julgam com mais direitos e privilégios do que os demais.
Tersio Gorrasi (São Paulo, SP)